OS TRABALHADORES E O ESTADO NOVO NO RIO GRANDE DO SUL:
UM RETRATO DA SOCIEDADE E DO MUNDO DO TRABALHO (1937-1945)
Autora: GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD
Orientador: Dr. MICHAEL McDONALD HALL
TESE DE DOUTORADO EM HISTÓRIA – UNICAMP – 2006
HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO



Desenho "Obra em construção" de João Fahrion. *Revista do Globo*, Ano XI, Nº. 257, 22 de agosto de 1939, p. 35.

GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

OS TRABALHADORES E O ESTADO NOVO NO RIO GRANDE DO SUL:
UM RETRATO DA SOCIEDADE E DO MUNDO DO TRABALHO (1937-1945)

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Michael McDonald Hall.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em

BANCA

Prof. Dr. Michael McDonald Hall (Orientador)

Prof. Dra. Beatriz Ana Loner (Membro)

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (Membro)

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (Membro)

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (Membro)

SUPLENTES

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (Membro)

Prof. Dr. Ana Paula Palarmatchuk (Membro)

Prof. Dr. Jefferson Cano (Membro)

FEVEREIRO/2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Konrad, Glaucia Vieira Ramos

K837t Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul : um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945) / Glaucia Vieira Ramos Konrad. - - Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador: Michael McDonald Hall.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. História social - Trabalho. 2. Sindicalismo. 3. Controle social. 4. Movimento operário - Rio Grande do Sul. 5. Trabalhadores da Indústria - Rio Grande do Sul . 6. Brasil - História - Estado Novo, 1937-1945. I. Hall, Michael M. (Michael McDonald), 1941 - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(sfm/ifch)

Palavras-chave em inglês (Keywords): Social history - work
Syndicalism
Social control
Worker movement - Rio Grande do Sul
Industry workers - Rio Grande do Sul
Brazil - History - New State, 1937-1945

Área de concentração: História Social do Trabalho
Titulação: Doutora em História

Banca examinadora: Michael McDonald Hall
Francisco Carlos Teixeira da Silva
Beatriz Ana Loner
Claudio Henrique de Moraes Batalha
Fernando Teixeira da Silva

Data da defesa: 16 de fevereiro de 2006

Ao Diorge.
Companheiro que me deu o mundo de presente. Obrigada por compartilhar a tua vida comigo.

AGRADECIMENTOS

Escrever agradecimentos é a parte mais difícil, depois da tese, é claro. Transformar em palavras sentimentos por pessoas que participaram da minha vida, nestes anos todos do Doutorado, é uma tarefa repleta de saudade e também, porque não dizer, carregada de uma dose de tristeza, por um tempo que já passou.

Tantas foram as pessoas que tive o privilégio de conhecer e conviver na Unicamp, uma universidade-babel, com múltiplas línguas e sotaques, numa perfeita integração de experiências de vidas. E foi nesse ambiente único que conheci Alexandre Lazzari, Renata Senna Garrafoni, José Alberione dos Reis, Lucilene Reginaldo, Carlo Romani, Célia Aielo, Almir Diniz de Carvalho Junior, José Augusto Dias Júnior...

Ao Prof. Dr. Michael McDonald Hall, meu orientador, que através das suas obras já admirava, tive o privilégio de conhecer, conviver e compartilhar da sua generosidade. Por tudo isso, Michael, cheers.

Aos professores, Cláudio Henrique Moraes Batalha, Marco Aurélio Garcia, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro fica o agradecimento e a certeza de que a história do Mundo do Trabalho e dos Trabalhadores continuará a ser contada.

Ao Alcebíades Júnior, secretário do Pós-Graduação, um agradecimento especial pela atenção, disponibilidade, paciência e com certeza um ponto de apoio amigo que encurtou distâncias entre Campinas e o Rio Grande do Sul.

Como deixar de agradecer ao Arquivo Edgard Leuenroth, guardião da tantas histórias e memórias das lutas e cultura de nosso povo. Agradecer ao AEL instituição não é suficiente: é preciso falar de Mário, de Ema, de Elaine, de Emerson, de Lígia, de Conceição, de Maria, profissionais competentes que se transformaram em amigos.

À CAPES pelo auxílio financeiro à minha pesquisa e sem o qual seria impossível a realização da pesquisa nos arquivos de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Marisa Nonnenmacher, pelo auxílio de pesquisa nos momentos finais da tese, Walkíria Noal, pela tradução para o inglês e Sandra Ferreira, bibliotecária da Unicamp, pela ficha catalográfica, a todas o meu agradecimento.

Mas, estes anos também foram de perdas: de meu pai Idalino, cuja inesperada partida fez com que não participasse deste momento, mas a lembrança é a presença que

consola e de meu cunhado Paulo Roberto, que deixaram as nossas vidas e o mundo um pouco mais triste sem eles.

Porém, estiveram sempre presentes nos momentos de ausências, minha mãe Ignes, guardiã incansável das nossas vidas; as minhas irmãs Daisy, Denise e Grace, meus cunhados Angelo e Luciano, meus sobrinhos Carolina, Desirée, Roberto, Gabriel, ao nosso mascote Bob, minha tia Lygia e meu primo Ricardo. A esta pequena-grande família só posso dizer um muito obrigada por existirem. A minha segunda família: meus sogros Adelmo e Eneida, meus cunhados Diomar e Darléia, obrigada pelo incentivo.

RESUMO

Konrad, Glaucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945).* Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-UNICAMP, 2006.

O período da história do Brasil, conhecido como Estado Novo teve início em 10 de novembro de 1937, através de um golpe de Estado e estendeu-se até 1945. A Constituição de 1937, outorgada, preceituava a retirada das liberdades sociais e a busca do consenso dos trabalhadores e dos seus órgãos representativos.

Grande parte da historiografia, que trata deste período, considera que o Estado Novo conseguiu desenvolver o controle absoluto, não tendo ocorrido contestações, reações e questionamentos da sociedade, em geral, e dos trabalhadores, em particular. Enfim, teria existido o completo controle do mundo do trabalho. Neste caso, os trabalhadores ficaram sob total condição heteronômica diante do Estado, seja pela propaganda política e ideológica, seja pela repressão da polícia política.

A intenção do governo de Getúlio Vargas, através da implantação de uma legislação trabalhista e social, buscando o controle dos trabalhadores, procurava resolver o conflito entre capital e trabalho pela harmonia social, criando um aparato jurídico-corporativo que submetia a vida sindical ao Ministério do Trabalho. Porém, antes de ser uma doação do Estado, a conquista dos direitos resultou da resistência e da luta dos trabalhadores pela garantia das mínimas condições de vida e trabalho.

A tese tem por objetivo demonstrar, através do estudo do Estado Novo no Rio Grande do Sul, que não existiu, neste período, um hiato na história de lutas dos trabalhadores, estabelecendo que as relações entre os sindicatos e o Estado, entre os não-sindicalizados e a sociedade, apresentaram momentos de menor ou maior reação, porém, nunca de conformismo. Seja reivindicando direitos, seja realizando mobilizações individuais ou coletivas, como as greves, houve resistência e acúmulo de forças para as lutas daquele momento histórico, auxiliando na derrota da ditadura do Estado Novo, bem como para outras que marcaram a trajetória e a experiência posterior dos trabalhadores gaúchos.

ABSTRACT

Konrad, Glaucia Vieira Ramos. *The workers and the "Estado Novo" in Rio Grande do Sul: A portrait of the society and world of work (1937-1945*). Doctorate Thesis, Campinas, IFCH – UNICAMP, 2006.

The Brazilian history period known as "Estado Novo" began on November 10th, 1937, through a coup d'etat and lasted up to 1945. The 1937 Constitution, approved, established the deprivation of social freedom and the search for the workers' and their representative organs' agreement.

Great part of the historiography, that deals with this period, considers that the "Estado Novo" was able to developed the absolute control, without the event of any contestation, reaction or questioning from society in general, and the from workers more specifically. After all there would have been the complete control of the working world. In this case workers stayed under total heteronomic condition in the face of the State, because of the political or ideological advertisement or because of the repression of the political police.

Getúlio Vargas' govern purpose, through the implantation of a working and social legislation, aiming at the workers' control, tried to solve the conflict between capital and work by social harmony, creating a juridical-corporative display that submitted syndical life to the Ministry of Work. Nevertheless, before being a Station donation, the conquest of the worker's rights resulted from their resistance and fight for the warranty for minimum conditions of life and work.

This thesis aims at shouting, through the study of the "Estado Novo" in Rio Grande do Sul, that during this period, there was not a gap in the history of workers' fights, establishing that the relations between the unions and the State, between the non-members of unions and society, presented moments of weaker and stronger reactions, but there was never conformism. Claiming their rights, or going through individual or group mobilizations, such as the strikes, there was resistance and strength gathering for the fights of that historical moment, helping defeat the dictatorships of "Estado Novo", as well as for other fights which marked "gaúcho" workers way and later experience.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS..... iv

RESUMO..... vi

ABSTRACT vii

LISTA DE FIGURAS..... xi

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS..... xi

INTRODUÇÃO DIALÓGICA – ESTADO NOVO: TRABALHADORES ENTRE AUTONOMIA E HETERONOMIA DE CLASSE..... 01

1 - ESTADO NACIONAL E VIGILÂNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL..... 33

A Propaganda Ideológica e a Política Cultural Como Estratégia de Convencimento..... 37

A Consolidação do Estado Novo no Rio Grande do Sul: À Procura de Apoio Político..... 46

Nacionalismo e Regionalismo..... 53

Sociedade Vigiada, Sociedade Censurada Num "Ambiente de Trabalho e Confiança"..... 65

A Origem da Vigilância: o Serviço de Inquéritos Políticos Sociais (SIPS)..... 77

2 – "SOIS ASSIM, OPERÁRIOS DO BRASIL, HERÓIS PACÍFICOS DESTA INCRUENTA JORNADA" – TRABALHADORES REIVINDICANDO E RESISTINDO POR DIREITOS NO RIO GRANDE DO SUL..... 99

A Propaganda dos Direitos como Doação do Estado..... 113

O Estado Novo e Trabalhadores no Rio Grande do Sul: Reivindicando Direitos Sindicais e Sociais..... 119

"Falange de Trabalhadores Disciplinados": os Comerciários Reivindicam Direitos... 125
Operário de Parcos Vencimentos: os Ferroviários Lutando por Direitos..... 131
Por Melhores Condições de Vida e Trabalho: os Mineiros Lutando por Direitos..... 137
Inspirados nos "Sãos Princípios da Legislação do Regime": os Bancários Lutando por Direitos..... 143
Medidas Contra os "Heterogêneos": os Portuários e os Marítimos Lutando por Direitos..... 145
A União Sindical É Fechada: a Luta por Melhores Salários Continua..... 153
Abaixo o Preço do Pão, da Carne ... o Custo de Vida..... 158
Salário Mínimo: Uma Luta Inglória..... 164
Não Queremos Briga e Sim Justiça do Trabalho: Leis Sindicais, Leis Trabalhistas e Reivindicações dos Trabalhadores..... 174
"Servimo-lo Com Prazer": a Luta dos Trabalhadores Contra o Monopólio da Carris Têm Como Destino a Scotland Yard Porto-Alegrense..... 180
Os Trabalhadores do Campo e a Política Agrária do Estado Novo no Rio Grande do Sul: o Proletário Rural Não é Gaúcho..... 189
O Estado Novo Veio Para Me Orientar, no Brasil Não Falta Nada, Mas Precisa Apenas Trabalhar?..... 210

3 - DISCIPLINA E MUITO TRABALHO, HAJA O QUE HOUVER: NACIONALIZAÇÃO, GUERRA E MILITARIZAÇÃO DO TRABALHO.....217
Crimes Políticos e a Questão Nacional..... 221
O Outro Lado das Trabalhadoras em Educação: as "Professorinhas da Nacionalização"..... 226
Estrangeiros e Brasileiros: o Abandono do Trabalho Como Crime e os Trabalhadores Como Problema de Segurança Nacional..... 238
A Reação dos Trabalhadores aos Bombardeios..... 247
Participação na Guerra: Trabalhadores Como "Soldados da Produção"..... 252

4 - O ESTADO NOVO CHEGA AO SEU EPÍLOGO: OS TRABALHADORES DO RIO GRANDE DO SUL E AS GREVES DE 1945..... 263
Os Ferroviários Param os Trens..... 265
Os Operários Param os Bondes..... 281
Os Bancários Param os Bancos..... 293

Os Metalúrgicos Param as Fábricas..... 297
A Greve É Geral: Param Todos e a Sociedade Apóia..... 299
Os Comunistas e o PCB na Linha de Frente pela Defesa de Direitos..... 313

FONTES DE PESQUISA..... 327

BIBLIOGRAFIA..... 329

LISTA DE FIGURAS

1 - Desfile de Trabalhadores em 1º de Maio..... 54
2 - Boletim do DEIP de 1944..... 54
3 - Cartazes do DIP exaltando o trabalho..... 58
4 - Parada da Juventude em Porto Alegre em 1944..... 60
5 – "Coloninhos" em Porto Alegre..... 61
6 - Carta censurada pela CPB..... 71
7 - *O SIPS e suas finalidades*. Serviço de Inquéritos Policiais..... 80
8 - Operário das Minas colocando a sua situação de miséria..... 138
9 - A enchente de 1941, em Porto Alegre..... 178
10 - Os tradicionais bondes lotados de Porto Alegre..... 182
11 - Manifestação em Homenagem ao Prefeito Loureiro da Silva..... 188
12 - "Monges Barbudos" presos no Fundão..... 191
13 - "As moças que salvam uma geração"..... 237
14 - Manifestações contra o Eixo, em Pelotas em 1942..... 249
15 - Cartaz do Estado Novo convocando para a guerra..... 251
16 - Ferroviários porto-alegrenses em passeata no centro da Capital..... 268
17 - Os ferroviários em greve recebem o diretor da Viação Férrea..... 276
18 - O Ferroviário Deroci entrega a Brochado da Rocha as reivindicações..... 277
19 - Na frente da redação da empresa Caldas Júnior, os transviários em greve..... 284
20 - Os operários da Carris com o prefeito Brochado da Rocha..... 290
21 - Vitoriosa a Greve da Carris, circula o primeiro bonde em Porto Alegre..... 291
22 - Comissão de Bancários em Greve, em visita ao jornal Correio do Povo..... 294

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEL/UNICAMP - Arquivo Edgard Leuenroth/Universidade Estadual de Campinas..

AHRGS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ALERGS - Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

ANL – Aliança Nacional Libertadora.

ANRJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

ANRJ/FGCPR – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro/Fundo Gabinete Civil da Presidência da República.

APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

APERGS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

BALERGS-SC - Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul - "Solar dos Câmara".

CADEM – Comércio Administrador de Empresas de Mineração.

CAERGS – Conselho Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul.

CIT – Conferência Internacional do Trabalho.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

CNI - Conselho Nacional de Imprensa.

CNT – Confederação Nacional do Trabalho.

CPB - Censura Postal Brasileira.

DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

DESPS - Delegacia Especial de Segurança Política e Social.

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.

DNT - Departamento Nacional do Trabalho.

DOP - Departamento Oficial de Propaganda.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social.

DPS – Divisão de Polícia Política e Social.

DRT – Delegacia Regional do Trabalho.

FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

FEB – Força Expedicionária Brasileira.

FGV/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea.

FORGS – Federação dos Operários do Rio Grande do Sul.

IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool.

INL - Instituto Nacional do Livro.

IRT - Inspetoria Regional do Trabalho.

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDN - Liga de Defesa Nacional.

LCI – Liga Comunista Internacionalista.

LEP – Liga Eleitoral Proletária.

LSN - Lei de Segurança Nacional.

MCSHJC - Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

MDP – Movimento Democrático Progressista.

MTIC - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

PCB - Partido Comunista do Brasil.

POL – Partido Operário Leninista.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

RCP – Repartição Central de Polícia.

SAA - Sociedade Amigos da América.

SIPS - Serviço de Inquéritos Políticos Sociais.

TSN - Tribunal de Segurança Nacional.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UEE – União Estadual de Estudantes.

VFRGS – Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO DIALÓGICA – ESTADO NOVO: TRABALHADORES ENTRE AUTONOMIA E HETERONOMIA DE CLASSE

Não é possível mais recuar. Estamos em franca articulação para um golpe de Estado,
(Getúlio Vargas, *Diário*, em 7-11-1937).

Operário, levanta-te e caminha!
Da obscuridade, onde ainda estás imerso,
Surge à luz do Direito, no Universo
(...) Quem ousará negar-te esse Direito?
Tu que vives lutando na miséria.
(*Avante* – C. Benevenga)

Esta tese tem duas heranças: o desenvolvimento do projeto inicial de mestrado, que ambicionava abordar conjuntamente a política cultural e social do Estado Novo no Rio Grande do Sul; a tradição dos estudos de história social do trabalho.

No caso do primeiro legado, a política social acabou não sendo desenvolvida,[1] tornando-se propósito de tese de doutorado, direcionando-se do estudo da política social para a interpretação do mundo do trabalho gaúcho entre 1937 e 1945.

No caso do segundo legado, objeto do presente trabalho, é o resultado de mais de uma década de aproximação e diálogo com a história dos trabalhadores no Brasil e no Rio Grande do Sul, alicerçado nos clássicos em torno da temática (em especial nas leituras de Eric Hobsbawm e Edward Palmer Thompson). Também no acúmulo da produção da linha de história social do trabalho da UNICAMP, resultado das produções, principalmente, de Michael Hall e de Cláudio Batalha e dos trabalhos que resultaram de suas orientações no Programa de Pós-Graduação em História desta Instituição.

Se a idéia inicial, ao abordar os trabalhadores no estado sulino, era manter a lógica de minha dissertação de mestrado *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul*, permanecendo a contraposição entre a dominação e a resistência, esta foi alargada pela visível influência da linha de pesquisa da UNICAMP. Sobretudo, diante das recentes produções que resultaram na abordagem sobre a luta por direitos dos trabalhadores brasileiros, em geral, e gaúchos, em particular.

Minha hipótese fundamental, no que diz respeito aos trabalhadores do Rio Grande do Sul, durante o Estado Novo, é que eles resistiram em defesa de seus direitos trabalhistas, acumulando forças para maiores enfrentamentos, principalmente a partir de

[1] Ver o restante da temática desenvolvida em KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistên*cia. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

1945, quando, através de importantes movimentos grevistas, deram importante contribuição para a redemocratização no estado. Esta resistência fortaleceu a consciência da maioria da classe, pois mesmo nos momentos em que não lutaram diretamente contra a repressão e a dominação, colocando-as em xeque, contribuíram para que a correlação de forças estabelecida, e conjunturalmente desfavorável, fosse questionada.

A historiografia e a produção da área das ciências sociais, tanto nacional como gaúcha, no geral, contribuiu para certo hiato no que diz respeito ao Estado Novo e suas relações com o mundo do trabalho. No caso da nacional, na maioria das vezes, concluindo que os trabalhadores mantiveram-se passivos diante da ditadura, alicerçados na tese do compromisso e do atrelamento com a legislação sindical e trabalhista corporativista, marcados pela heteronomia da classe; no caso regional, além de repetir tal assertiva, praticamente sem abordar e desenvolver maiores estudos sobre o período.

Com poucas exceções, fundamentais para o desdobramento desta tese, a maioria dos que se debruçaram sobre a história dos trabalhadores ignorou o período estado-novista, estabelecendo o limite da abordagem no ano de 1937, retomando ou iniciando a análise em 1945. Desde os estudos brasileiros da sociologia do trabalho, principalmente a partir de década de 1960, até a atualidade, muito foi dito ou ocultado sobre o Estado Novo. É com alguns deles que quero dialogar inicialmente.

Porém, antes da sociologia dos anos 1960, surgiu o clássico *O problema do sindicato único no Brasil*, de Evaristo de Moraes Filho, publicado em 1952 e base para a maioria dos trabalhos posteriores. Nele, o autor compara a Constituição estado-novista com a legislação da *Carta del lavoro* italiana, apontando as semelhanças entre ambas e o pendor corporativista e fascista do novo regime instituído em novembro de 1937. A conclusão de Moraes Filho é de que tivemos no Brasil, a partir de então, "uma legislação *totalmente* fascista".[2]

A partir desta consideração inicial, o jurista desenvolve sua interpretação sobre o Estado Novo, citando o colega português Marcelo Caetano, de que o Estado (no caso o Romano) "não organizava os *collegia* para benefício dos trabalhadores e sim para os ter mais fortemente subjugados".[3] Assim, para Evaristo de Moraes Filho, durante o período de 1937 a 1945, a liberdade sindical, no que diz respeito à autonomia sindical, "não

[2] MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil*: seus fundamentos sociológicos. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 245.
[3] CAETANO, Marcelo. *Princípios do direito corporativo*. Lisboa: s/ed., 1935, p. 18, *apud* MORAES FILHO, ibidem, p. 258.

existia, era *inteiramente* nula", pois os sindicatos não tinham a "menor dose de independência administrativa", sendo que o legislador ordinário sentia-se no direito de "escravizar *totalmente* a entidade sindical" aos ditames do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) que "sempre funcionou em combinação com a Ordem Política e Social".[4]

Este estudo crítico da legislação corporativa do trabalho implantada durante o Estado Novo, como bem ressaltou Paulo Sérgio Pinheiro no prefácio, somou-se à conclusão sobre a total falta de autonomia do movimento sindical entre 1937 e 1945, entretanto deve ser problematizada. Mesmo que o autor tenha a percepção de que o Estado objetivava com isto o controle sindical, não podemos cair no risco de uma interpretação jurídico-política que ignora a luta e a resistência dos trabalhadores, mesmo que por dentro de uma legislação corporativa. Ou seja, os documentos de pesquisa baseados nas intenções estatais e nos discursos oficiais geralmente não correspondem às ações concretas dos atores históricos, sobretudo no caso dos trabalhadores, os quais colocam em prática, variadas formas de autonomia, diante das intenções e aparatos legislativos heteronômicos, seja das classes dominantes, seja do Estado, na qual estas fundamentam seu poder.

O pertinente aqui é que a obra de Moraes Filho foi justamente pioneira, como bem disse Paulo Sérgio Pinheiro, na demonstração de que a classe operária brasileira, exemplificada nas sociedades de resistência e no anarco-sindicalismo da Primeira República e em todo o período republicano até então, há muito tempo vinha dando provas de "consciência plena de sua capacidade" na qual a história do movimento operário passou a ser reconhecida, "a partir das manifestações autônomas das classes trabalhadoras" e não mais "a partir de sua organização pelo Estado e concomitante repressão", destruindo assim a visão de que "toda a legislação a favor dos operários lhes fora graciosamente outorgada, sem nenhuma luta, nem manifestação expressa dos mesmos de que a desejavam".[5]

Dessa forma, como acreditar na tese de que a legislação trabalhista e sindical corporativa do Estado Novo destruiu toda e qualquer tradição de luta e resistência da classe trabalhadora brasileira, simplesmente porque impôs uma nova lógica a ela. Concluiríamos, de antemão, então, que os trabalhadores brasileiros, manipulados,

[4] Grifos nossos. Idem, ibidem, p. 259-60.
[5] Ver PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Prefácio". In. Idem, ibidem, p. XVI.

cooptados, vigiados e controlados pela ditadura, em nada colaboraram para a destruição do mesmo.

Portanto, a contradição fundamental que pôs fim à ditadura, era apenas de caráter externo: quem sabe a guerra mundial e a luta contra o nazi-fascismo dos trabalhadores mundiais, exceto os daqui? Que dialética era essa, em que as contradições internas de dominação de classe inexistiam e a luta de classes deixou de existir, como queria o discurso do poder, prevalecendo apenas a harmonia social?

Ou respaldaríamos uma construção teórica na qual, a oposição liberal ao Estado Novo seria o único agente histórico de destruição da ditadura, ocultando assim a trajetória de resistência dos trabalhadores? No fundo, não estaríamos repetindo o arrazoado conservador das classes dominantes brasileiras sobre o período do Estado Novo, seja de cunho liberal ou autoritário, onde trabalhadores inexistem como classe que constrói consciência e luta por seus direitos, mesmo que nos limites de uma ditadura, apagando desta forma a sua história e a sua memória?

Parece-me que foi, justamente em contraposição ao argumento da absoluta hegemonia dos ministerialistas, que sem aprofundar, devido ao caráter cronológico da obra, ainda em 1955, Hermínio Linhares escreveu em sua *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*, que durante o Estado Novo, os trabalhadores do campo e da cidade, mesmo diante das torturas, prisões, espancamentos e terror, não deixaram se intimidar, fazendo desta fase "anos de revigoramento, de luta", exemplificada pela criação dos próprios trabalhadores, em seus sindicatos, das Comissões de Ajuda ao Esforço Bélico da Nação (dissolvidas posteriormente por portaria ministerial) e nos Congressos Sindicais, como o do Paraná, em 1943 e de Minas Gerais, no ano seguinte.[6]

No também clássico *Sindicato e Estado*, Azis Simão aborda, sobretudo a partir de 1930, a interferência do Estado nas relações de classe, incluindo-a a partir do processo de desenvolvimento industrial e do contexto do centramento da sociedade

[6] LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 75-6. Em análise semelhante sobre o Estado Novo, o soviético Boris Koval considerou que o "desenvolvimento acelerado do capitalismo nacional (...) não podia ocorrer fora da luta de classes". Assim, mesmo que "as classes dominantes, com a ajuda do terror e da política corporativista conseguiram (...) sufocar temporariamente o movimento operário", puderam "apenas abafar por algum tempo o movimento operário", mas não conseguiram "sequer pensar em acabar com ele para sempre". Assim, por maior esforço que houvesse, Vargas "não conseguiu apagar a chama da luta proletária" e suas "camadas mais conscientes" que se manifestavam "contra a ditadura e (...) os métodos reacionários na atuação do governo". Cf. *História do proletariado brasileiro, 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 335 e 349.

urbana no quadro social e político do Brasil.[7] Este texto, produto de uma profunda pesquisa, sobretudo em fontes primárias, mas essencialmente restrito ao caso paulista, apresenta dados significativos sobre: aumento do número de operários nas indústrias; percentuais de trabalho imigrante e sua restrição; legislação e medidas protetoras do trabalho; condições de trabalho do operariado e; conflitos coletivos de trabalho, etc. No caso dos movimentos extremos dos conflitos de classe, exemplificados nas greves, Simão considera que os patrões e Estado entendiam os paredistas como "perturbadores da ordem econômica e constrangedores da liberdade de contrato de trabalho", um fenômeno sobre o qual deveria ser aplicada a "cirurgia da repressão policial".

Já os ativistas do movimento operário, a entendiam "como um dos processos inerentes às relações heteronômicas de produção", no intuito de "reduzir o arbítrio das chefias", através de "um sistema normativo socialmente legitimado", contribuindo para a solução do "antagonismo social em que ela própria se origina". Para o autor, a institucionalização dos conflitos, principalmente no "esquema corporativista" do Estado Novo, era o que garantia e organizava os direitos, obrigando e restringindo a ação dentro do quadro normativo. Ou seja, aqui o direito não era um campo de luta, em especial para os trabalhadores no rumo de conquistas, mas uma permissão do Estado, restringindo "as manifestações de desajustamento sob a forma de dissídio declarado perante a Justiça do Trabalho", como se este não fosse produto das próprias reivindicações históricas do mundo do trabalho.

O mesmo vale para a organização sindical, sobre a qual o patronato e o Estado a colocaram "à margem da organização social", inicialmente visto como órgão subversivo, um "promotor de distúrbios sociais", por isso, "passível de repressão", só tendo legitimidade quando "encontrava-se na (...) organização heteronômica do trabalho". A legislação sindical pós-1930 colocou em prática uma "ampla instituição de um sistema heteronomicamente uniformizado", o que exigia o "poder coercitivo" introduzido pelo Estado através da redefinição racional e legal dos fins, formas e ação dos sindicatos, "unitário e centralizado, passível de controle pelo poder público", construindo quadros burocráticos de direção das entidades, submissos à institucionalidade, "tornando-se objeto de ação integradora nos quadros administrativos oficiais, o que lhe conferia caráter de elemento da política sócio-econômica do governo". Para o autor, a "forma em que isso se fez não foi o resultado do

[7] SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dôminus/Ed. da USP, 1966, p. 3-4.

desenvolvimento do sindicalismo preexistente, mas da adoção de concepções e esquemas elaborados pelo totalitarismo dominante em alguns países europeus".

Assim, Simão conclui que "a oposição oferecida pelas antigas vanguardas do movimento operário" (em especial dos anarquistas) foi "anulada com o advento do Estado Novo".[8] A seguir este raciocínio, o sindicato, mesmo sem ignorarmos a sua condição de órgão oficial, ficava limitado às diretrizes governamentais, sem qualquer espaço para atuação de resistência, submetidos ao "poder de Estado". Isso se deu, inclusive, entre os marxistas, que da resistência momentânea e parcial, caminharam para o "atrelamento do sindicato" a esta instituição, "segundo os princípios gerais da heteronomia, unicidade e centralismo associativos". Assim, para estes, a "forma organizatória legalmente imposta", tinham a sua oposição apenas aos seus objetivos políticos, como aqueles "referentes ao controle estatal sobre a escolha e atos das diretorias, sua substituição por interventores a juízo do MTIC e exigência de 'certificado ideológico' para preenchimento de cargos associativos".

Paralelamente aos marxistas, estavam os *trabalhistas*, competindo com aqueles pelo "controle do sindicato", mas caracterizando-se pelo papel de apoiar, no movimento operário, "sem restrições, os objetivos, princípios, e regulamentos e normas de ação do corporativismo oficial" e legitimar "o poder heteronômico do Estado sobre o sindicato, reconhecendo-lhe qualidades paternalistas", através da "estreita vinculação com o Ministério do Trabalho", sendo seu "agente oficioso na organização corporativa".[9]

A falta de qualquer autonomia dos trabalhadores complementava-se com a mesma ausência para os sindicatos. No entanto, este tipo de conclusão, mesmo que demonstre a aparência hegemônica da ação coletiva dos trabalhadores durante o Estado Novo, não responde às perguntas referentes à luta e a consciência da classe trabalhadora, busca de direitos e às razões da retomada com força dos movimentos grevistas, ainda antes do término da ditadura do Estado Novo. Esta tese, no que se refere ao Rio Grande do Sul, buscará responder parte destas questões.

Outra obra clássica que abordou a intervenção do Estado na questão operária foi *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*, de Leôncio Martins Rodrigues. Para este sociólogo, "apenas depois de 30 é que se nota a interferência maciça e sistemática do Estado em questões que até então diziam respeito exclusivamente aos patrões e empregados". Para Rodrigues, a "institucionalização do conflito e a intervenção dos

[8] Idem, ibidem, p. 208-15.
[9] Idem, ibidem, p. 216-7.

poderes públicos", mais a "'legitimação' do que se *poderia chamar de direitos* (e também deveres) das camadas assalariadas" fez parte de um processo que ocorria em todas as "sociedades industriais" que ultrapassavam as fases iniciais de "acumulação acelerada de capital".[10]

O autor considera que, no caso brasileiro, para entendermos a significação da intervenção do Estado, se deve reportar para o período do Estado Novo, quando o poder Executivo não se restringiu "a estabelecer os limites 'toleráveis' das reivindicações e participação do proletariado". Somado a isso "*chamou a si a própria organização dos sindicatos*", ditando "os critérios associativos segundo os quais deveriam ser formados, estabeleceu suas estruturas, traçou os limites de suas ações e objetivos, garantiu sua subsistência, através do imposto sindical e, legalizando-os, impôs sua existência aos industriais e as camadas conservadoras".

Paralelamente, no meio de uma repressão violenta contra os comunistas e socialistas e ao movimento operário independente, pôs fim "às pretensões dos militantes revolucionários de transformá-los em instrumentos da luta anticapitalista", num quadro em que "novos contingentes de trabalhadores de origem agrícola se incorporavam à população operária", o que, através de intervenção estatal, assinalou "o fim do velho movimento sindical, das associações criadas espontaneamente pelos militantes operários, fortemente imbuídos de ideologias coletivistas" e que resultou, durante o Estado Novo, no "desaparecimento de um sindicalismo que se alicerçava exclusivamente nos esforços dos setores militantes do proletariado".[11]

Para Rodrigues, os "vestígios de autonomia" vigentes ainda na década de 1930, desapareceriam em 1937, com o golpe de 10 de novembro, marcados pela Carta Constitucional do Estado Novo, pela criação do imposto sindical em 1940 (regulado em 1942) e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. Para o sociólogo, a partir de 1937, com estas medidas desaparece "não só o sindicalismo autônomo como o movimento operário". Soma-se a isso, no plano político, "a repressão com violência da militância sindical independente, fazendo com que as correntes políticas de esquerda caíssem na clandestinidade absoluta, inexistindo no interior das associações sindicais qualquer corrente oposicionista à burocracia apoiada e mantida pelo governo". Assim,

[10] Grifos nossos. Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966, p. 114.
[11] Grifos do autor. RODRIGUES, L. M., ibidem, p. 114-5 e 156.

complementa, somente depois de 1945, com a queda do Estado Novo é que o movimento operário começou a ressurgir.[12]

Ora, com o aparecimento de novas fontes, sobretudo pela abertura ao público das fontes policiais, sabemos que este processo não foi bem assim. Aqui também estamos podendo alargar a história do período do Estado Novo no Brasil. Palavras como nunca, sempre, absoluta, somente, inexistência, qualquer, etc., não respondem (se um dia responderam) aos problemas gerados por experiências ditatoriais como a que tivemos no Brasil entre 1937 e 1945.

Não se trata aqui, de ignorar a repressão violenta ou subestimar o controle do Estado sobre os trabalhadores. Mas considerar totalmente perdida a autonomia dos trabalhadores e seus sindicatos (mesmo os oficiais) não corresponde com as novas informações que temos tido sobre aquele momento da formação social brasileira. A resistência e a autonomia, que, por sua vez, também não podem ser absolutizadas, fazem parte da trajetória de lutas por direitos e resistência da classe trabalhadora. O discurso governista do fim da luta de classes não encontrava correspondência na disposição de confronto de muitas lideranças clandestinas dos trabalhadores, bem como de reivindicações de operários comuns.

A literatura da década de 1960, em especial nas referências de Azis Simão e Leôncio Rodrigues, que avançou na contribuição dos estudos operários e sindicais, entretanto, apresentou uma subestimação estrutural da experiência concreta dos trabalhadores durante o Estado Novo. Ao concluir pela falta total de autonomia dos trabalhadores, deixou de lado as pequenas resistências, contribuindo para o hiato anteriormente referido.

Na verdade, estas conclusões reforçam a concepção de história que se distancia de compreender o processo histórico como um processo de luta de classes, deixando para apenas uma classe a condução dos destinos históricos dos demais setores sociais. Ou mais ainda, ao desconectar o poder de Estado das classes sociais, transforma aquele no agente histórico por excelência, como se o Estado, como ente abstrato, tivesse em suas mãos os destinos da nação e da própria história.

No caso de Leôncio Martins Rodrigues, esta perspectiva foi agravada pelas suas conclusões teóricas sobre a debilidade do sindicalismo brasileiro. Em decorrência, segundo o autor, isso se dava não pela "intervenção do Estado nas associações

[12] Ibidem, p. 161-4.

operárias" (a qual não deve ser ignorada), mas pela da "fraqueza do movimento operário", nas "condições específicas do subdesenvolvimento e da industrialização retardatária" que passava a "incorporar a mão-de-obra nacional".

Para o autor, esse processo foi resultado da expulsão de "levas sucessivas de trabalhadores agrícolas para as grandes cidades", via de regra uma "massa de trabalhadores (...) iletrada e inexperiente no que toca à participação no modo de vida urbano" sem "experiência de vida política e associativa" e que saía da "passividade política do mundo tradicional", quando os "temas e as preocupações do velho sindicalismo não chegam a sensibilizá-los", o que os levou "à adoção de certas formas de luta e ao abandono de outras", no rumo de "uma pressão *dentro* do sistema", orientados "por um projeto de melhoria de suas condições de vida", que, em suma, "beneficiou o populismo" no plano político, pela via da proteção do Estado, no plano das relações de trabalho.[13]

Não cabe aqui repetir o conteúdo das críticas já clássicas da recente historiografia social do trabalho[14] a esta perspectiva sociologizante. Mas nunca é demais repetir (o que pouco foi feito, neste caso, pelos recentes trabalhos historiográficos do mundo do trabalho no Brasil) que este modelo não é uma conclusão original de Leôncio Rodrigues, mas uma referência, como o próprio autor não esconde, das conclusões de Michel Collinet sobre o proletariado francês e sua condição operária.[15]

José Albertino Rodrigues, em *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, em obra publicada no final da década de 1960, destoa um pouco das interpretações problematizadas acima. Considera que o Estado Novo, apesar de ter uma orientação geral de tipo fáscio-corporatvista, a partir de implantação e incorporação *ipsis literis* de dispositivos *Carta del Lavoro* da ditadura comandada por Benito Mussolini, questiona a "repetida afirmação de que a legislação trabalhista legada por Vargas foi uma generosa concessão à classe trabalhadora no Brasil".

Ao demonstrar a "pujança e a combatividade do movimento operário antes de 1930", Rodrigues observou que "os grandes temas da moderna legislação do trabalho

[13] Ibidem, p. 166-72.
[14] Ver esse debate de forma resumida em Cf. BATALHA, Cláudio. "A historiografia da classe operária: trajetória e tendências". In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Ed. da USF, 1998, p. 145-158.
[15] Ibidem, p. 169-70. Uma versão sintetizada do autor sobre o "completo controle dos sindicatos", a partir da década de 1930, e escrita ainda nos anos 60, encontra-se em "Classe operária e sindicalismo no Brasil". Nesse texto, o autor também repete a sua tese clássica sobre a fraqueza de classe do proletariado brasileiro devido ao domínio populista. In. RODRIGUES, Leôncio Martins (Sel.). *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: Difel, 1968, p. 339-60..

vinham sendo levantados desde o começo do século e por eles se bateram denodadamente os militantes sindicais da época". Desta forma, para o autor, a legislação getuliana não foi nem inovadora, nem "foi ofertada generosamente às classes trabalhadoras, sem que a estivessem desejando ou sem que tivessem lutado por ela". Assim, o mito e a persistência de afirmações contrárias podem ser explicados "pelo clima artificial que o Estado Novo criou em torno do assunto, não havendo na ocasião livre acesso aos meios de divulgação para as devidas correções e esclarecimentos".[16]

Por outro lado, Rodrigues considera que "o sindicato se descaracterizou como órgão de defesa da classe operária e como instrumento de luta em prol de uma crescente participação nas esferas de dominação social", processo que foi feito "apesar de uma larga dose de politização das classes trabalhadoras", mesmo que ela "não teve oportunidade de se expressar livremente, antes que fosse habilmente dirigido na linha de interesses da nova estrutura de poder", resultando na perda de "sua capacidade de luta" e se tornando uma "massa de manobra dos seus tutelares" (o que o autor chama de "massa sindicalizada"), enquanto que a ação sindical virou "mera fiscalizadora e reclamadora do cumprimento de dispositivos legais referentes ao trabalho".

Tudo isso, segundo o autor, resultou em um movimento no qual, "o espírito de conquista foi substituído pelo apego ao que existia", devido "as disponibilidades formais de proteção", as quais "chegaram a ser maiores que o nível de consciência dos trabalhadores". Por isso, para o sociólogo, quando no Brasil começou "a se desenvolver a legislação social trabalhista", os sindicatos começaram "a perder sua liberdade e autonomia".[17]

Ora, a história ainda não inventou um medidor de consciência de uma classe, porém, me parece incoerente reconhecer a legislação e os direitos trabalhistas como uma conquista dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, a defesa desses direitos pelos trabalhadores como apenas um "apego" ao que existia na legislação. A "consciência" poderia, e considero que sim, estar localizada justamente neste "apego". Análises como as propostas por José Albertino Rodrigues, não conseguiam compreender que, diante de um processo repressivo como o estabelecido pelo Estado Novo, a consciência de classe conjuntural dos trabalhadores poderia também estar na defesa da legislação, inclusive no questionamento do patronato e do Estado quanto ao não cumprimento da mesma,

[16] RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. Coleção Ensaio e Memória, n. 22. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 77-8.
[17] Idem, ibidem, p. 78 e 93.

estabelecendo a luta de classes possível, porém fundamental para o acúmulo de forças que contribuiria, em pouco tempo, para a derrota da própria ditadura.

Que desarmamento do "espírito" dos trabalhadores é esse, mesmo que de uma minoria de sindicalizados,[18] cujos atores em poucos anos retornavam às ruas, reivindicando maiores direitos e fim do arrocho salarial, com mobilizações radicalizadas que levaram às grandes greves de 1945, mesmo que ainda proibidas pela vigência da Constituição de 1937? Como a total falta de liberdade e autonomia sindical dos trabalhadores, mesmo considerando-se a heterogeneidade da classe, levou-os em pouco tempo a um novo patamar de lutas? A resposta não poderia estar na contenção esporádica, que tinha a sua contraposição em formas *subterrâneas da liberdade,* que deixavam margem de autonomia para os trabalhadores, ou mesmo para os sindicatos, mesmo que controlados de forma heterônoma.

Uma obra, surgida ainda nos anos 1960, apresentou um enfoque, de certa forma, diferenciado em relação às produções da época sobre o movimento sindical e operário brasileiro. Trata-se de *O movimento sindical no Brasil*, de Jover Telles, cujo autor, havia sido operário da minas de carvão de São Jerônimo desde os onze anos de idade, no Rio Grande do Sul, militante e ex-deputado estadual na Assembléia Legislativa gaúcha pelo PCB em 1947. No texto, Telles conseguiu se diferenciar dos seus contemporâneos, escrevendo uma história social que apresentou "dados e indicações quase sempre colhidos diretamente no fogo da luta ou deduzidos da experiência vivida", refletindo os "avanços e recuos" da luta de classe no país, como indicou Astrojildo Pereira no prefácio de 1962.

Telles não deixa de abordar a constituição dos sindicados oficiais e tutelados pelo governo a partir da criação do MTIC e do decreto n. 19.770, que estabeleceu as normas de organização sindical no Brasil à revelia dos trabalhadores, golpeando a liberdade e a autonomia sindical. Demonstra também o descaramento dessa intervenção governamental a partir do Estado Novo e sua "carta fascista", como considera o autor, além do fortalecimento da "corrente reformista" nos sindicatos e seus dirigentes "ministerialistas".

Entretanto, Telles argumenta que "não obstante o caráter reacionário da legislação sindical, o proletariado progrediu na organização de suas forcas e conquistou inúmeras reivindicações", sendo que "grande parte desses direitos foram obtidos no

[18] Devemos lembrar que os trabalhadores rurais, os empregados domésticos e os funcionários públicos, regidos por estatutos próprios, não podiam sindicalizar-se.

período do Estado Novo". Assim, para o autor, "nos primeiros seis anos da década de 1940, o movimento operário continuou a desenvolver-se em meio a muitas dificuldades". Isto é, estava claro para Telles que os direitos trabalhistas, mesmo colocados na lei estado-novista, eram uma conquista da classe trabalhadora e não uma "doação governista".

O "destacado papel no esforço de guerra" e as "Comissões de Ajuda ao Esforço Bélico da Nação" (logo fechadas pelo governo), resultaram nos congressos sindicais em vários estados, a partir de 1943, mesmo diante de dificuldades como a proibição dos dissídios coletivos e do direito de greve, o trabalho extraordinário nas fábricas, nas minas e nos transportes, a participação de maioria de trabalhadores na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o aproveitamento do estado de guerra pelo patronato, aumentando a exploração dos trabalhadores.

Mesmo assim, "o proletariado, junto com as massas do povo, desencadeou as vitoriosas campanhas pela anistia aos presos políticos", juntamente com a criação, em 30 de abril de 1945, ainda na vigência do Estado Novo, do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), o qual apresentava como pontos fundamentais: a liberdade sindical, rompendo com as restrições e interferências na vida dos órgãos da classe; a melhoria das leis sindicais e da previdência social, expurgando seus dispositivos antidemocráticos; a efetiva sindicalização dos trabalhadores do campo, sendo reconhecidos os seus direitos e assegurados os benefícios da legislação social; a plena manifestação de opinião nas assembléias sindicais e o cumprimento das resoluções coletivas tiradas nas entidades; a eleição de direções sindicais unitárias; a extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Tribunal de Segurança Nacional (TSN): a ampla liberdade de opinião e organização política e; um Código Eleitoral democrático.[19] Como se vê, propostas que interessavam a classe e propostas que atingiam o conjunto da sociedade.

Talvez a historiografia e as ciências sociais tivessem a ganhar, deixando de lado termos como autonomia e heteronomia lidos como opostos inconciliáveis. Conclusões opostas como a existência absoluta de autonomia dos trabalhadores e do sindicalismo (como exemplos pinçados na Primeira República) ou total heteronomia (no caso do Estado Novo) não nos tem ajudado muito para compreender a diversidade e a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira, independente do período de análise.

[19] Ver TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Coleção A Questão Social no Brasil, n. 1. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981, p. 18-24.

Há de se convir que estes opostos têm sido insuficientes para explicar as contradições e lutas do mundo do trabalho no processo histórico brasileiro, bem como a transformação contínua da classe trabalhadora, mesmo que não retilínea, em qualquer momento histórico, sendo que no Estado Novo não poderia ser diferente. As novas fontes abertas ao público ou a releitura de velhas fontes, bem têm demonstrado esta insuficiência, mesmo que o discurso do Estado da época não reconhecesse o direito dos indivíduos, muito menos a luta de classes, insistentemente mantidas na experiência dos trabalhadores, como veremos no desenvolvimento da presente tese.

As análises da década de 1960, colocadas em hibernação durante os anos mais repressivos da ditadura militar pós-64, quando temas sobre trabalhadores apresentavam-se com potencial *subversivo*, voltaram a referendar muitas interpretações sobre os trabalhadores do Brasil durante o Estado Novo, sobretudo a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980. Foi em um intervalo de quase uma década, que foi deixado em suspenso o desenvolvimento dos estudos significativos sobre os trabalhadores e o movimento operário e sindical.

Luiz Werneck Vianna, no clássico *Liberalismo e sindicato no Brasil*, considerou o Estado Novo, para ele iniciado para os trabalhadores ainda em 1935, como um Estado de traços totalitários, ressalvando que seu texto não era o lugar para se discutir se ele "realizou ou não a sua natureza totalitária". Citando um discurso de Getúlio Vargas, Vianna elencou a absorção do indivíduo pelo Estado e a negação da legitimidade do conflito e o despojamento das classes subalternas de sua "consciência de si" tornando-se um elemento da ordem, do trabalho e da colaboração do capital "no esforço espontâneo de realizar a grandeza nacional e a harmonia entre classes" como o fundamento deste Estado, o qual não conhecia "direitos de indivíduos contra a coletividade" e sobrepunha-se "à luta de interesses" e não reconhecia a "luta de classes", sendo que as leis trabalhistas eram "leis de harmonia social".[20] Porém, complementa o autor, este Estado impôs a "completa subordinação", o "esmagamento da política independente" das classes subalternas e a "manipulação ideológica" dos setores sociais da pequena propriedade.[21]

Depreende-se do autor que a heteronomia estava absolutizada na Carta Constitucional, a qual era referendada nos discursos oficiais, em especial nas alocuções

[20] Cf. "O Estado Novo e as Classes Trabalhadoras", discursos pronunciados por Getúlio Vargas em 1. de maio e 26 de julho de 1938, respectivamente. *Apud* VIANNA, Luiz Werneck *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 213.
[21] VIANNA, ibidem, p. 213-4.

de Vargas, mobilizando-se agora a classe operária "para o interior dos sindicatos postos sob o controle do Ministério do Trabalho". Nesse caso, a classe estava submetida a uma lógica concebida "para ser um mero sistema elementar dos direitos do trabalho", mas que se transformou no seu "único direito".

Assim, a ação do Estado "se limitou ao severo controle da movimentação operária e sindical", cabendo a ele a efetivação de "uma razoável fiscalização das leis trabalhistas", sendo que os sindicatos tornavam-se "meras agências de mediação entre o trabalhador individual e o Estado, no que se refere às suas reclamações quanto à aplicação de legislação por parte da empresa", convertidos em "crua dominação de classes", resolvendo-se, assim, "a questão operária pela violência e pelas instituições sindicais corporativas".[22]

Annez Andraus Troyano caracterizou o movimento sindical brasileiro, após o início do controle das atividades sindicais, ocorrida a partir de 1930, através da influência do desenvolvimento industrial sobre o conjunto da sociedade. Tal processo, teria acarretado a mudança das características da classe operária e seus organismos de classe. Decorre daí, "as tentativas de colaboração entre o capital e o trabalho", manifestados a partir da "crise da lavoura de exportação e de crescente apoio do Estado à industrialização".

Para Troyano, um "operariado relativamente pequeno e ainda fraco do ponto de vista organizacional", auxilia para que o Estado crie "instrumentos de controle do movimento operário". Essa marcha se consolidaria com o advento do Estado Novo e a Lei Orgânica da Sindicalização Profissional de 1938, com o claro objetivo do governo de liquidar com a "autonomia sindical" e "caracterizar definitivamente os sindicatos como instituições de direito público, com limites de ação determinados e diretamente subordinados ao poder estatal". Assim, o sindicato "passa a estar mais voltado para o controle da classe operária do que para os seus anseios e reivindicações", consolidando-se o modelo "fascista-corporativista".[23]

Também aqui não se trata de discordar do conteúdo das considerações feitas por Troyano, mas sim de problematizá-las. Na história não podemos confundir intenção governante com consecução de projeto. Realmente é inegável que o objetivo central do Estado Novo, no que diz respeito ao movimento sindical e à classe trabalhadora, era o

[22] Idem, ibidem, p. 221-2.
[23] TROYANO, Annez Andraus. *Estado e sindicalismo*. Coleção Ensaio e Memória, n. 12. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 29-40.

seu controle absoluto. Porém, apesar do amplo apoio que o projeto varguista terá, o governo e os industriais que o apoiaram esqueceram de combinar com o adversário o resultado final deste jogo. Nem todos os trabalhadores consideravam que a legislação trabalhista, corporativa e de inspiração fascista, eram uma simples "doação" de Vargas, mas resultado de suas lutas por direitos. E que estes não tinham limites.

Mesmo que a classe dominante, alicerçada no poder de Estado visasse o controle final do processo de produção e, conseqüentemente das relações trabalhistas, a classe trabalhadora lia os direitos trabalhistas como parte de suas conquistas, decorrendo daí sua permanente vigilância na consecução da legislação, através de intermináveis formas de luta. Não demorou muito, inclusive, para que voltassem as greves, proibidas constitucionalmente pela Carta de 1937, mas na prática um direito armazenado na cultura política de luta dos trabalhadores.

Como veremos nesta tese, nem a repressão nem a cooptação do Estado Novo impediram a resistência dos trabalhadores que, mesmo represados em alguns momentos, voltaram a abrir as comportas de suas reivindicações históricas por liberdade e autonomia sindical e por direitos sociais trabalhistas mais ampliados, sempre encontrando brechas para novos pleitos. Apenas nove anos separaram a leitura brasileira da legislação fascista para o mundo do trabalho e a retomada democrática de 1945.

O estudo de Heloísa Helena Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*, surgido também no final da década de 1970, no que se refere ao Estado Novo, não trouxe grandes novidades em relação aos seus antecessores Vianna e Troyano, baseando-se, sobretudo, na interpretação de José Albertino Rodrigues. Apenas se diferenciou na nuance, distinguindo o sindicalismo brasileiro até 1945 em duas fases: a primeira, caracterizada pela repressão policial, na Primeira República; a segunda, identificada pela repressão administrativa, a partir de 1930.

A socióloga, em relação ao Estado Novo, considerou que, nesse período, houve "a elaboração de uma concepção da organização e da função do sindicato" que retirou deste, em primeiro lugar, "a sua principal arma política, que é a greve". Ao mesmo tempo, restringiu "a atuação política das entidades sindicais à área das relações de trabalho", principalmente a partir do decreto de sindicalização de 1939, quando o sindicato passou a ter uma "atuação essencialmente administrativa, com funções delegadas do Estado". Mesmo assim, para a autora, que não desenvolve este importante tema, a ação política não desapareceu, apenas ficando restrita, "se processando não mais através da ação direta contra o patronato, mas dentro da área do Estado, que aparece

como uma instituição interposta no confronto entre patrão e operário", através da Justiça do Trabalho.[24]

Ressalvando-se que Heloísa Martins tenha centrado sua leitura na questão sindical e reconhecendo que o Estado Novo não impediu a ação política da classe trabalhadora, porém, sua análise acaba reforçando a heteronomia dos trabalhadores frente ao Estado, de maneira que qualquer luta ou reivindicação estava subordinada, *a priori*, por um agente externo.

Em *Sindicalismo no processo político no Brasil*, Keneth Erickson coloca em perspectiva a noção de regime autoritário. O autor não parte do autodiscurso varguista do Estado Novo, mas das contribuições de Juan Linz, o qual considera que estes regimes caracterizam-se como sistemas políticos com pluralismo político limitado e sem mobilização política intensiva ou extensiva, restrita às áreas que não ameaçavam o governo. Soma-se a isso, na caracterização do autoritarismo, a falta de uma ideologia elaborada e normativa. Assim, este regime é distinto do modelo totalitário, que dilui a distinção entre Estado e sociedade e se manifesta pela dominação total e a mobilização do individuo pelo Estado.[25]

Erickson considera que as leis trabalhistas, iniciadas a partir de 1930 e consolidadas com o Estado Novo, principalmente com o ataque do ministro do Trabalho Marcondes Filho ao pluralismo sindical, serviram para "demonstrar a fraqueza inerente a um movimento sindical imposto de cima para baixo como para sugerir que o pluralismo do sistema trabalhista subtraía os sindicatos ao controle de Vargas", o que demonstrou, para o autor, que a sucessão da legislação trabalhista básica, "retardou a mobilização da classe trabalhadora", provocando o "desequilíbrio dos lideres trabalhistas", rompendo "a eficiência de suas organizações", a abrindo "um hiato maior no quadro de mobilização social dentro da estrutura trabalhista". Assim, o conjunto dessas leis, de estrutura corporativista, alicerçados no tripé sindicatos, previdência social e Justiça do Trabalho, "forneceram os mecanismos mais importantes para o controle do Estado sobre a classe trabalhadora".[26]

Creio que a tese da fraqueza do movimento operário e sindical brasileiro, já foi suficientemente abordada e criticada pela recente historiografia social do trabalho e

[24] MARTINS, Heloísa Helena de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 48-9.
[25] ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 35 e 40.
[26] Idem, ibidem, p. 43-6 e 56.

sobre a qual resta pouco a dizer. A novidade, na hipótese levantada por Erickson de que a legislação trabalhista retardou a mobilização dos trabalhadores, merece alguns comentários. A valer esta conjetura, o direito incorporado na legislação trabalhista não passa de um ardil para a cooptação e o controle dos trabalhadores. Ora, a tradição de luta do movimento operário e sindical brasileiro, e de sua base, desde os finais do século XIX, parece desmentir o autor, pois antes de ser uma doação estatal, greves, mobilizações, e lutas – institucionais ou não – marcaram a história da classe trabalhadora por estes direitos. Antes de a legislação retardar a mobilização, foi justamente a mobilização que acelerou a conquista da legislação. Se algo restringiu a mobilização, ao menos durante o Estado Novo, não foram as leis trabalhistas em si, mas a repressão estatal e patronal para todos os trabalhadores que não aceitaram os limites da lógica varguista de incorporação do proletariado à sociedade industrial, bem ao estilo da leitura castilhista-borgista do comtismo na escola da Primeira República Rio-Grandense, na qual Getúlio Vargas foi o primeiro aluno da classe.

Para Maria Pena, em obra surgida no início da década de 1980, colocou que o "controle dos sindicatos e dos mecanismos de mobilização popular durante o Estado Novo" impediu que "os grupos de trabalhadores pudessem, durante certo período, lutar ou mesmo manifestar-se em torno das reivindicações que lhes eram próprias". Mesmo que a autora esteja correta em considerar que os "sindicatos, corporativamente organizados, eram tratados como instrumento de cooperação com o Estado", não podemos seguir a tese incondicional de que Estado Novo combinava apenas com falta de luta ou ausência de reivindicações.[27]

Sérgio Amad Costa, em *Estado e controle sindical no Brasil*, parte do pressuposto de que o Estado é agente do controle sindical, utilizando como instrumento mais eficaz para isto a norma jurídica, no caso enfocado, a legislação sindical. De pronto, está anunciado que o direito do trabalhador, situado na legislação, exerce o controle, induz o "ordenamento jurídico" dos trabalhadores, expressando, nas palavras do autor, o papel "*conservador* do 'status quo'". O autor reconhece, por outro lado, que as normas jurídicas referentes ao mundo do trabalho também exercem uma "função de agente *transformador* do meio, quando editadas atendendo às novas necessidades sociais", alterando, ao menos, "uma parte do sistema de controle social".

[27] PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 163.

Para Costa, no Brasil, ao contrário do que se verificaram nos "modelos clássicos de revolução burguesa" e de "tradição democrática", como a França e a Inglaterra, houve a constituição de um "Estado centralizador intervencionista" que, a partir dele, criou "as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo industrial". Assim, a antiga tese de Leôncio Martins Rodrigues ganhará reforço neste autor, com a hipótese de que "o Estado atrela os sindicatos à sua tutela, impossibilitando uma ação livre dos trabalhadores".[28]

Para o autor, este controle sindical, iniciado no princípio da década de 1930, se consolidará em julho de 1939, com o Decreto-Lei n. 1.402, firmando a estrutura sindical de tipo corporativo no Brasil, a qual foi sistematizada com a CLT, em 1943.[29]

Neste estudo, categorias como dominação (ou controle) e resistência se apóiam nas concepções desenvolvidas por Maria Aparecida Aquino, segundo a qual estes conceitos "caminham na direção de uma crítica à utilização fragmentada e reduzida que tem sido feita da conceituação clássica marxista de 'luta de classes'", pois "ao se trabalhar com essa terminologia acredita-se abranger as conflituosas relações entre os diversos grupos que compõem a sociedade".[30] Afinal, como nos mostra Maria Célia Paoli, na medida em que o Estado "não tomou todo o espaço social, não passou a ser o único sujeito da história, não construiu uma identidade societária e não eliminou os conflitos, é possível contar esta história de outro modo".[31]

Nesse sentido, pode-se perceber também a cultura de classe que se forma, como elaboração, a partir das condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores, definindo "certo âmbito de acesso à cultura e, mesmo, de elaboração cultural própria, principalmente levando-se em conta que as avaliações acerca da sociedade são mediadas pela vivência de universos segregados, ainda que de modo relativo", pois "se a cultura diz respeito à ordem simbólica e exprime como os homens estabelecem relações entre si e o mundo exterior e interpretam essas relações", no estudo de formações sociais capitalistas, como é o caso do Estado Novo, "essas relações são sempre relações entre classes".[32]

---

[28] COSTA, Sérgio Amad. *Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo. T. A. Queiroz, 1986, p. 1-2.
[29] Idem, ibidem, p. 43-79.
[30] AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Ed. da USC, 1999, p. 33.
[31] PAOLI, Maria Célia. In: LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura & identidade operária*. Aspectos da cultura da classe trabalhadora.Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Museu Nacional, São Paulo: Marco Zero, s./d., p. 66.
[32] MACEDO, Carmen C. "Algumas observações sobre a questão da cultura do povo". In: VALLE, Edênio; QUEIROZ, José J. (Org.). *A cultura do povo*. São Paulo: Educ, 1982, p. 38 e 142.

Reconhecer que os trabalhadores também são portadores de cultura não significa cair em uma abordagem culturalista, "tão a gosto de certas correntes da antropologia ou da teoria literárias"[33], as quais fragmentam o processo e condicionam este a partir de um novo determinismo cultural. Pelo contrário, aqui a cultura possibilita a superação de interpretações "de que a visão de mundo da classe trabalhadora forma um conjunto disperso, desorgânico e fragmentado de uma cultura dominante anterior", situada "numa postura sempre contemplativa (...) sempre na defensiva diante das investidas ideológicas das classes dominantes".[34]

Como explica Sylvia Garcia, "na articulação entre ação (fazer histórico) e representação (reprodução social), reside a possibilidade de recuperar analiticamente a dinâmica das relações sociais", estabelecendo um tipo de interpretação na qual "a estrutura não desaparece, mas é dinamizada, inserindo a problemática cultural no campo das relações político-sociais".[35]

Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro já alertaram há certo tempo que, por mais fascinante que seja a recuperação da chamada "cultura operária", esse caminho "não pode ser pretexto para obscurecer o conflito de forças sociais no terreno político".[36]

Também Daniel James foi feliz quando, ao falar da história do trabalho e a questão da cidadania[37] na América Latina, propôs evitar-se cair em falsos debates que contrapõem estrutura e ação[38], antinomias que, em última análise, representam abstrações teóricas diante de realidades dinâmicas e contraditórias. Significativa é também a indicação feita por José Sérgio Leite Lopes, quando afirma que "as duas vias de acesso ao conhecimento de uma cultura operária - tanto a que investe no conhecimento do conjunto da classe, ao nível nacional, quanto a que se aplica ao estudo direto (...) devem ser atacadas simultaneamente, para que se interfecundem", afim de

---

[33] Ver sobre isso HARDMAN, Francisco Foot, *Nem pátria...*, op. cit., p, 21.
[34] FERREIRA, Jorge. "A cultura política dos trabalhadores no Primeiro Governo Vargas". In: *Estudos Históricos*. Cultura e Povo. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, v. 3, n. 6, 1990, p. 182.
[35] GARCIA, Sylvia G. "Cultura, dominação e sujeitos sociais". In: *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: Ed. da USP, v. 8, n. 2, out. 1996, p. 164.
[36] PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil*.Documentos (1889-1930). Vol. I. O movimento operário. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 16.
[37] Especificamente sobre o debate em torno de trabalho e cidadania na historiografia brasileira, ver FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.), op. cit., 2003, p. 181-211. Sobre esse tema em uma historiografia mais ampla cf. WEINSTEIN, Barbara. "A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural". In: *Revista Brasileira de História*. Dossiê Arte e Linguagens. São Paulo: ANPUH/FFLCH-Ed. da USP, v. 18, n. 35, 1998.
[38] Cf. JAMES, Daniel. "O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana". In: ARAÚJO, Ângela M. C. (Org.), *Trabalho, cultura e cidadania*. Um balanço da história social brasileira. São Paulo, Scritta, 1997, p. 123.

que se evite "falsas oposições hierárquicas entre os conjuntos da classe e o grupo social, entre o geral e o particular".[39]

Sem sancionar aqui a tese de Angela de Castro Gomes de que em meados do Estado Novo o governo e massas populares em torno da legislação trabalhista colocaram em novo patamar a sua relação, levando à consolidação do trabalhismo e a retomada do vigor sindical, através de um "pacto" que reafirma o "controle das massas",[40] - pois esta hipótese é profundamente problemática quando não aborda fatores como repressão policial e luta clandestina dos trabalhadores e suas correntes políticas correlatas, sem levar em conta que a idéia de "pacto" conforma e generaliza a classe trabalhadora como se ela aceitasse de forma pacífica o fim da sua luta de classes por direitos, tornando-se um apêndice de um agente histórico abstrato, o Estado -, não podemos ignorar a ação sindical possível e a atuação dos trabalhadores comuns na luta por direitos durante todo o Estado Novo.

As considerações de Angela de Castro Gomes de que: a ação do MTIC e do DIP deixa claro é que o Estado Novo, a partir de 1942/3, "engajou-se em um importante esforço político de fortalecimento de sua estrutura sindical-corporativista" para enfrentar o "esvaziamento sindical", reorientando sua estratégia e objetivos para a tentativa de "consolidação de um verdadeiro pacto social com as classes trabalhadoras"; esse processo via promulgação da CLT (no Primeiro de Maio de 1943), criação da Comissão Técnica de Orientação Sindical e reajustamentos do salário mínimo (Decretos-Leis 5.977 e 5.978, ambos de 1943); tudo isso significava iniciativas que atestavam "a importância do novo *front* que se abria para o regime" devido ao "impacto ideológico de um projeto governamental centrado na mitologia do trabalho e do trabalhador" e que trazia "desdobramentos mais complexos";[41] ainda deixam em aberto

[39] LOPES, José Sérgio Leite (Org.), *Cultura &...*, op. cit., p. 29.

[40] Ver sobre isso o texto de Gomes "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito", no qual a autora afirma que "o pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente re-construção". In. FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua História*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, especialmente p. 41-2 e 48.

[41] GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 249. A tese do "pacto", como definidora da cidadania dos trabalhadores e de conquista de direitos durante o Estado Novo, tem marcado a historiografia social do trabalho, sobretudo na produção do Rio de Janeiro, onde justamente Castro Gomes buscou ser pioneira. Outro exemplo dessa linha de argumentação aparece na tese de Luciana Arêas, em várias passagens, em especial na seguinte passagem: "Durante o Estado Novo, este pacto manifestou-se com toda a intensidade. Se, por um lado, as declarações de apoio ao governo, por parte das associações, tornaram-se mais freqüentes, as exigências de contrapartida cresceram na mesma proporção". Cf. *Consentimento e resistência*: um estudo sobre as relações entre

algumas questões. Primeiro, se a intenção do Estado realmente se concretizou, porque em menos de dois anos o movimento operário retomou a defesa da liberdade sindical? Segundo, porque o "pacto social" não impediu a mobilização dos trabalhadores por direitos estabelecidos na legislação e por melhores condições de vida e de salários?[42]

Mesmo que o conjunto da obra demonstre em diversas passagens o contrário, *Nós do Quarto Distrito*, de Alexandre Fortes, chega a afirmar que "o funcionamento do sindicato durante o Estado Novo perdeu qualquer vínculo com as lutas dos trabalhadores". Para o autor, "na ausência de ação reivindicativa ou debate político, as sessões de dividiam em solenidades (como por exemplo, o aniversário do sindicato, inauguração da foto de Getúlio Vargas) e palestras" que incluíam temas como "o tratamento da questão da saúde e dos direitos trabalhistas". Assim, "as discussões relativas ao encaminhamento das ações trabalhistas deixavam de ser trazidas às assembléias, tornando-se um assunto tratado apenas entre o advogado do sindicato e o trabalhador que ingressava com uma reclamatória", no mesmo tempo que "ocorria um esvaziamento da participação e mesmo um decréscimo substancial nos índices de sindicalização".[43]

Diante desse cenário, explica Fortes, "é espantosa a retomada, em 1945, de diversos componentes que caracterizavam a ação sindical antes de 1937", quando a "onda de greves atingiu o sindicato em abril e, no seu bojo, trazia de volta antigas lideranças comunistas", ao mesmo tempo em que "voltavam à cena delegados de fábrica, o boletim mensal, a descentralização de tarefas por meio de comissões, a busca da unidade com outros sindicatos, o debate sobre a liberdade sindical". Para o autor,

---

trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945). Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2000, p. 265.

[42] Cabe aqui repetir parte da crítica feita por Alexandre Fortes, em passagem que melhor resume a perspectiva discutível que fundamenta a tese de Castro Gomes: "o fato é que, por sua ênfase na disputa entre discursos e no papel do Estado como *enunciador* do lugar da classe trabalhadora no pós-30, *A invenção do trabalhismo* (...). Estranhamente, para um trabalho que reivindicava inspiração thompsoniana, a luta de classes em geral faz nele apenas uma pálida figuração, os capitalistas estando completamente ausentes. Já o Estado, ao invés de uma estrutura político-institucional que sirva de cenário a uma forma particular de exercício da hegemonia de classe, comparece nas conclusões como um ator unívoco, capaz de estabelecer, em nome próprio, pactos com uma classe operária, cujos contornos teriam sido por ele mesmo definidos. O ângulo a partir do qual o trabalho enfoca a história operária, certamente, contribui para a conclusão de que o fazer-se da classe teria sido deslocado definitivamente do espaço da sua experiência para as mãos do aparato estatal. (...)". Grifos do autor. Cf. FORTES, Alexandre, *Nós do Quarto Distrito...*: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Ed. da UCS, Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 437.

[43] Mesmo que o autor esteja se referindo a um exemplo específico, o do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, acredito que vale as considerações que aqui faço. Cf. FORTES, Alexandre, ibidem, 2004, p. 339-40. Fortes já havia apresentado este argumento em obra anterior. Ver "Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)". In. FORTES, Alexandre *et al*. *Na luta por direitos*. Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999, p. 37.

"após oito anos de feroz ditadura, uma onda grevista reencontrava, no sindicato, espaço para o desenvolvimento do seu potencial", sendo este "o testemunho mais eloqüente de que se o Estado Novo viabilizou o atrelamento sindical ao Estado, não acabou com o papel das entidades como cenário da busca de reconstrução da autonomia operária em novas bases".[44]

Penso que não se pode confundir controle estatal dos sindicatos com a convicção dos trabalhadores de que, independentemente das circunstâncias, os sindicatos dos trabalhadores, são para a classe, no capitalismo, instrumentos de defesa de direitos, estando atrelados ao Estado e ao patronato ou sendo autônomos. É por isso que, justamente no caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, exemplo dado por Fortes, não é de se espantar que em 1945 a organização, junto com ferroviários, transviários, bancários e outras categorias, lidere a retomada das greves na capital gaúcha, provavelmente porque nunca foi estabelecido um corte absoluto entre a experiência anterior e o período de ditadura do Estado Novo. Dessa forma, acredito que os conceitos de "retomada" e "reconstrução", mesmo que importantes, são ainda insuficientes para explicar as greves de 1945.

Prefiro apostar na hipótese de que, na verdade, os trabalhadores de Porto Alegre (e de muitos lugares do Rio Grande do Sul), diante da intensa repressão, estavam acumulando força de resistência na primeira metade do Estado Novo, para em um segundo momento, continuar em novos patamares as suas lutas por direitos, inclusive radicalizando com as greves. Até porque, seria contraditório não perceber "nenhum vínculo" dos sindicatos "com as lutas", se seguimos a concepção thompsoniana de que o direito e a sua defesa são um campo de lutas.

Como escreveu Hélio da Costa em *Em busca de memória,* "o período que se inaugura com a crise do Estado Novo não pode ser entendido como período de trevas onde a autonomia operária só pode ser lida à luz de enunciados daqueles que proclamam a sua representação". Afirmar a "existência da autoconstrutividade da classe trabalhadora, demonstrada nas suas intermináveis lutas" como propõe o autor, resgatando "as várias lutas levadas adiante pelos trabalhadores durante o Estado Novo" e "os conflitos travados nos locais de trabalho ainda sob forma fragmentada e dispersa", é perceber que a resistência carrega consigo "características que estarão presentes nas lutas ulteriores do movimento operário". Assim entenderemos melhor o "papel

[44] Idem, ibidem, p. 342.

desempenhado pelas grandes mobilizações operárias no contexto da democratização do país, que colocavam em questão os limites da democracia anunciada naquele período" e o "papel destacado das organizações por local de trabalho, sobrepondo-se às entidade sindicais relegadas a um papel coadjuvante nas explosões grevistas que marcaram o final do Estado Novo".

Como explica Hélio da Costa, "a repressão sofrida pelo movimento operário não foi suficiente para corroer a sua capacidade de fazer frente ao capital". Como o autor, sabemos que "não havia condições para grandes mobilizações envolvendo milhares de trabalhadores ou para qualquer movimento de oposição ao Estado Novo, mas os locais de trabalho nos revelavam que a luta continuava". Se em "vários desses conflitos os sindicatos estavam ausentes" não era "porque os trabalhadores assim o desejassem", pois "muitos chegaram a procurar suas respectivas entidades", mas, sobretudo, "porque não estava na agenda dos sindicatos o apoio às ações que não estivessem previstas na letra da lei".

Entretanto, isso "não significou o esmorecimento das lutas, as quais tiveram seu fio de continuidade, em alguns casos, na luta aberta contra seus órgãos de representação", inclusive quando das eclosões de greves à margem dos sindicatos, o que "revelava a capacidade de autonomia do movimento operário emergente, característica que se manterá ao longo dos anos". Contudo, explica Costa, "a autonomia não era sinônimo de indiferença em relação à conduta dos dirigentes acomodados, pois os trabalhadores desejavam transformar os sindicatos em instrumentos de representação efetiva dos seus interesses".[45]

Silvia Petersen e Maria Elizabeth Lucas, em *Antologia do movimento operário gaúcho, 1870-1937*, apesar de não abordarem o Estado Novo, fazem uma aproximação, considerando que com o golpe de 1937, "sob a alegação de que a onda de extremismo estava se alastrando por todo o país", muitas entidades "foram proibidas de se manifestarem, bem como inúmeros operários e simpatizantes foram presos". Paralelamente, no Rio Grande do Sul, complementam as autoras, o governo Vargas, "através de sua política social angariou não só a confiança dos trabalhadores como também a da Ação Integralista Brasileira e da Igreja Católica". Para Petersen e Lucas, estas instituições, "apesar de terem alimentado esperanças de conquistarem para suas

[45] Ver as passagens do autor em COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995, p. 9 a 11.

respectivas causas a classe operária, acabaram abrindo mão desta prerrogativa para figurar ao lado do Estado no combate ao comunismo".

Para as autoras, este processo iniciado nos finais de 1937, mas como origens na repressão pós-1935, resumem a conjuntura que precede de imediato o Estado Novo, ao mesmo tempo prenunciando "a contenção a ser experimentada pelo movimento operário autônomo durante a vigência da ditadura Vargas", situação que "só seria revertida com o processo de redemocratização do país a partir de 1945".[46]

Beatriz Loner, em *Classe operária: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937* também se aproxima, em seu estudo, do período do Estado Novo, mesmo não desenvolvendo sobre ele. No entanto, faz várias considerações que de certa forma seguem a mesma argumentação de Petersen e Lucas. Considera que a "implantação da estrutura sindical oficial foi o grande fator delimitante da atuação do movimento operário" na década de 1930. Para a historiadora, "os males advindos do atrelamento sindical se fizeram sentir precocemente, dando início a uma desestabilização interna do movimento", o qual, "de um centro interno, baseado na força de seu número e na sua capacidade de luta, vai passar a reagir e atuar em função de um centro externo: o Estado, seu poder de legislação e coação, tanto sobre sindicalistas quanto patrões".

Assim, o governo, "ao preencher o espaço destinado à entidades de categorias, regulando suas atividades e funções, e definindo os benefícios concedidos aos trabalhadores apenas para seus filiados", eliminava "grande parte da viabilidade de uma organização sindical alternativa".

Para Loner, "essa atuação condicionada e regulada, revelou-se infrutífera na defesa dos interesses de classe, e apenas tendo resultados limitados em casos particulares", o que "levou à desilusão com a estrutura sindical e a tentativas de combate à interferência governamental, por parte dos sindicalistas mais conscientes". Diante disso e com a decretação do Estado Novo, "o movimento amadureceu tardiamente quanto às conseqüências do atrelamento sindical e, quando ocorreu, a

[46] PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho, 1870-1937*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Tchê, 1992, p. 481-2. Opinião idêntica às autoras, mais de uma década depois, é apresentada no recente livro de Benito Bisso Schmidt, mesmo que apenas trate o Estado Novo de forma ligeira. Em uma passagem, referindo-se ao Golpe de 1937, o autor explica que o "presidente dissolveu o Congresso, outorgou uma constituição de caráter totalitário e decretou a dissolução dos partidos. Agamenon Magalhães, Ministro do Trabalho de 1934 a 1942, afinado com tais diretrizes, aplicou-se em neutralizar as correntes independentes do movimento operário e as lutas nos sindicatos e nas ruas". Cf. *Em busca da terra da promissão*: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

conscientização não encontrou espaço político, nem pode efetivar-se em práticas alternativas no movimento sindical"[47].

O resultado disso, foi a "decadência sindical", quando "ocorreu o fechamento definitivo do regime" e o movimento sindical, "retraído desde 1935, praticamente deixou de existir, enquanto movimento organizado, até o período da Redemocratização de 1944/45".[48]

A obra de Silvia Petersen e Maria Elizabeth Lucas e a tese de Beatriz Loner, que trouxeram inegáveis contribuições para a historiografia do trabalho no Rio Grande do Sul, mesmo não abordando o período do Estado Novo, concordam que existiu a "contenção" da autonomia para os trabalhadores e a "decadência sindical provocada pelo Estado Novo" entre 1937 e 1945.

Sabemos que a autonomia dos trabalhadores e a decadência sindical são constatações importantes, mas ainda insuficientes para explicar a atuação dos trabalhadores entre 1937 e 1945, tanto em nível nacional como em nível regional ou local. Este pressuposto, que marcou também a historiografia gaúcha, ao menos até o início da década de 1990, na área do trabalho, ainda referenda historiadores de outras linhas de pesquisa, o que impossibilitou durante muito tempo o alargamento da compreensão sobre os trabalhadores gaúchos durante a ditadura varguista. O resultado mais imediato, com poucas exceções, foi o salto dos estudos sobre os trabalhadores, que de 1937, quando "autônomos" e "resistentes", retornaram ativos apenas oito ou nove anos depois.

Não é sem significado que um dos mais recentes estudos sobre o mundo do trabalho no Rio de Janeiro efetue este salto. Pois, *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*, coordenado por Marcelo Badaró Mattos e tratando de temas tão significativos (greves e repressão da polícia política aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca, os trabalhadores e suas organizações, a identidade e a consciência de classe entre os trabalhadores, o movimento operário e suas lutas e a caça aos comunistas e a repressão ao movimento operário), apresente estudos de 1850 à década

---

[47] As referências acima estão em LONER, Beatriz. *Classe operária: organização e mobilização em Pelotas, 1888-1937*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 531.

[48] Idem, ibidem, p. 438-9 e 495. Loner complementa, referendando a idéia de Luiz Werneck Vianna: "para os trabalhadores o Estado Novo principiou em 1935". Para a autora, "a repressão e a dificuldade em concretizar um trabalho sindical foram crescendo substancialmente, após 1935. Mas a repressão não teve o mesmo impacto [está se referindo a Pelotas e Rio Grande] que em outros locais mais visados, possibilitando-se ainda, com adequações do movimento, a continuidade da mobilização e da organização até 1937". Ver VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 223, apud LONER, ibidem, p. 495.

de 1920 e depois de 1945 a 1964.[49] Sobretudo, quando sabemos que a relação entre repressão da polícia política e movimento operário e sindical e a relação identidade de classe e formação da classe trabalhadora foram tão importantes no Primeiro Governo Vargas, não só do Distrito Federal como em vários estados, como o Rio Grande do Sul.[50]

René Gertz, em *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, a mais recente obra sobre a ditadura estado-novista e seus reflexos na sociedade rio-grandense, na verdade uma compilação bem elaborada e organizada, volta ao argumento defendido por Petersen e Lucas em trono da "contenção" do movimento operário autônomo, só retomado no processo de "redemocratização" de 1945.

Citando Diorge Konrad, em *O fantasma do medo*, Gertz afirma que "tudo indica que a mobilização dos trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços, que tinha uma considerável tradição no Rio Grande do Sul, em especial nas cidades mais populosas, sofreu forte repressão nos anos anteriores ao Estado Novo", concluindo que a mesma "estava praticamente neutralizada em novembro de 1937". Esta ilação do autor, porém, apresenta dois problemas de fundo: primeiro, Konrad mesmo que trate da intensa repressão política e policial no Brasil e no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1937, em nenhum momento concluiu pelo seu sucesso, tendo como resultado a desmobilização dos movimentos sócio-políticos e a sua neutralização em 1937; segundo, porque longe de estar neutralizada, em nenhum momento do Estado Novo ela foi sufocada, mesmo com o aumento da repressão, aliás diminuída também pelo historiador no que se refere ao período posterior ao golpe de 1937, quando afirma, mesmo com uma certa relativização, que "a repressão, possivelmente, foi maior antes do que depois do golpe, quando a "contenção" gerou uma despolitização da atividade sindical e operária em geral".[51]

---

[49] Cf. MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto/Faperj, 2004.

[50] Sobre estes temas no Rio Grande do Sul, ver KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo*: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Tese (Doutorado). Campinas: UNICAMP/IFCH, 2004; FORTES, Alexandre. *"Buscando nossos direitos... Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937"*. Campinas: Dissertação de Mestrado, UNICAMP/IFCH, 1994.

[51] Gertz cita Alexandre Fortes, de forma descontextualizada, pois este autor em nenhum momento conclui pela despolitização dos trabalhadores gaúchos durante o Estado Novo, para fundamentar o seu equivocado argumento: "relata [Fortes] que as atas do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, por exemplo, registram, durante o período, somente atos solenes, como aniversários da entidade, inaugurações de fotos do presidente da República, palestra sobre assuntos profissionais, como de médicos e advogados. A intervenção em sindicatos constituía a regra, e a presença de policiais em suas sedes – incluindo delegados de polícia – era constante. Mais de dez sindicatos tinham como endereço de sua sede

A relativização de Gertz sobre a "contenção" dos trabalhadores aparece em outra passagem. O autor afirma que "tudo isso não significa que não houvesse mobilização ou contestação alguma", pois na medida em que a crise econômica "se acentuou, houve uma reação do operariado e também do funcionalismo público", quando este se "manifestou já em agosto de 1943 contra os baixos salários" e aqueles em 1944, na paralisação do tráfego ferroviário e dos bondes de Porto Alegre e de Rio Grande, nas minas de carvão (com dura repressão e nomeação pelo governo de um interventor militar), nas reivindicações dos funcionários da Carris Porto-Alegrense, nos operários de algumas indústrias que se encorajaram e também entraram em greve.[52]

O processo de renovação e retomada dos estudos sobre os trabalhadores, em parte, nos inspira para perceber questões e problemas que não foram pensados sobre o Estado Novo no Rio Grande do Sul, colocando ao mesmo tempo velhas questões que a historiografia regional ignorou, mesmo quando os estudos sobre o movimento operário estavam em alta na academia, pois é notável como os historiadores e outros cientistas sociais gaúchos, com algumas exceções, dedicaram-se pouco ao período de 1937 a 1945, privilegiando os recortes cronológicos pré e/ou pós Estado Novo. A historiografia do Rio Grande do Sul tem abordado mais os aspectos da política do Estado Novo e, quando se preocupa com os movimentos sociais e políticos, tem dado ênfase à imposição do nacionalismo e as resistências das comunidades alemãs e italianas.[53]

A indicação de Eric Hobsbawm de que "tem havido comparativamente poucos estudos sobre as classes trabalhadoras como tais (ao contrário das organizações e movimentos trabalhistas)",[54] ajusta-se perfeitamente ao período do Estado Novo no Rio

---

a esquina das ruas Riachuelo e Caldas Junior, porque ali estava sediada a Delegacia Regional do Trabalho, sob cuja intervenção todos eles se encontravam". FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito*, p. 339 e segs. *Apud* GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005, p. 84-5.

[52] GUIMARÃES, Josué. *A Porto Alegre de Érico*. Porto Alegre: Globo, 1984, p. 100 e carta de Ernesto Dornelles, então interventor, a Getúlio Vargas, em 10 de abril de 1944, Arquivo Getúlio Vargas, FGV/CPDOC. *Apud* GERTZ, ibidem, p. 85-6.

[53] Ver CORSETTI, Berenice. "A reação do Estado Novo aos movimentos políticos da zona de colonização do Rio Grande do Sul". In: *História: ensino e pesquisa*. Porto Alegre: ANPUH-RS/Mercado Aberto, v. 2, n. 3, 1986, p. 33-54; GERTZ, René E.1988. "Nazismo, fascismo, integralismo e o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo". In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, v. XIV, n. 3, 1986; GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991. Exemplos mais recentes, com o reforço desta abordagem, foram: SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio*: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001; DALMÁZ, Mateus. *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, 2002; CARBONI, Florence; TEDESCO, João Carlos; MAESTRI, Mário (Orgs.). *História: Debates e Tendências*. Brasil-Itália: travessias. Passo Fundo: PPGH-Ed. da UPF, v. 5, n. 1, jul. 2004.

[54] HOBSBAWM, Eric. *Os trabalhadores*: estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 9.

Grande do Sul. Também é apropriada para a história do estado a observação que Michael Hall fez para o Brasil, ou seja, os poucos estudos existentes sobre os trabalhadores no Estado Novo permanecem baseadas em visões insatisfatórias que apenas refletem "um movimento sindical cooptado pelo Estado, assim como uma classe trabalhadora passiva e manipulada pelo populismo".[55]

Mais grave ainda é a falta de estudos sobre os trabalhadores do campo, justificados por falta de documentação, como a clássica passagem de Sandra Pesavento, em estudo sobre o Rio Grande do Sul na década de 1930, referindo-se ao trabalhador rural: "as poucas referências encontradas se situaram sempre no plano da visão da classe dominante sobre os problemas sociais e das condições de trabalho no campo".[56]

Silvia Petersen e Elizabeth Lucas se também reconhecem, ao estudar o Rio Grande do Sul, as lacunas com que se defrontam os pesquisadores na investigação das temáticas tradicionais greves/sindicatos/partidos, alertam que "é muito mais difícil recuperar de forma ampla o espaço de sua experiência social, perguntando também por suas ações subjetivas, aspirações, visões de mundo, formas de lazer, associações espontâneas, condições de vida e trabalho, manifestações culturais".[57] Mas este é um desafio que me proponho a enfrentar no trabalho com a documentação já tornada pública sobre o Estado Novo e com uma nova documentação apresentada nesta tese, mas que ainda estava inédita na inclusão do trabalho dos historiadores.

Por fim, nesse diálogo inicial é preciso dizer que esta tese procura não entrar em falsas dicotomias, as quais acabam gerando falsos debates sobre a experiência histórica dos trabalhadores.

Silvia Petersen já foi suficientemente feliz em *"Que a união operária seja nossa pátria!"* defendendo a necessidade de uma história social do trabalho que mostre a luta dos trabalhadores para construir suas instituições e organizações, a partir das formas institucionais-organizativas-ideológicas da classe. Sem entrar em detalhes sobre leituras que separam em última instancia a classe trabalhadora de seus partidos de classe ou não, impossível em nossa opinião nas sociedades capitalistas, Petersen esclarece que "a

[55] Ver HALL, Michael M. "Prefácio". In: FORTES, Alexandre *et al*, *Na luta por...*, op. cit., p. 9.
[56] PESAVENTO, Sandra J. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 186.
[57] PETERSEN, Sílvia Regina F.; LUCAS, Maria Elizabeth, *Antologia...*, op. cit., p. 13.

dimensão político-ideológica ainda é uma lacuna na historiografia sobre os operários no Rio Grande do Sul".[58]

Isto que a autora está se referindo à Primeira República, onde está concentrada a hegemonia dos estudos e pesquisas sobre os trabalhadores gaúchos. O que poderíamos, então dizer sobre instituições como os sindicatos e os partidos no pós-1930 e, em especial, durante o Estado Novo, já que, como demonstramos, o hiato na literatura é extremamente considerável.

Não quero dizer com isso, que estarei privilegiando apenas as "manifestações formais de organização dos operários (sindicatos/partidos/greves)" em detrimento da "experiência dos sujeitos" no fazer-se da classe, das "resistências informais e cotidianas", das "imperceptíveis mas cruciais práticas e representações tanto de dominação como de resistência na vida cotidiana" e dos "aspectos particulares da história dos trabalhadores gaúchos", como reivindica também Petersen.

Mas como disse a historiadora, "*a história da classe operária é a história de experiências e ações comuns e coletivas*", porque "associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, seus elementos constitutivos e não podem simplesmente ser descartados em nome de preferências analíticas", até porque "a luta por direitos que caracterizou o movimento operário não seria entendida sem a perspectiva da institucionalização".[59]

Nunca é demais realçar a proposição de Emília Viotti da Costa e sua defesa do diálogo entre "estruturalistas" e "culturalistas" como questão central na nova historiografia do trabalho.[60] Feito este diálogo, a oposição inconciliável entre heteronomia e autonomia ficará apenas na história de uma literatura que fragmentou a experiência dos trabalhadores por local de trabalho, bairro, sindicato, lutas trabalhistas, partidos políticos, ideologias, culturas e discursos, Estado, etc.,[61] formas de hierarquias que só têm lugar na teoria, enquanto a trajetória dos trabalhadores continuará diversa e unitária, homogênea e heterogênea, particular e universal, como é a própria história.

---

[58] Grifos da autora. Cf. PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria!"*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Santa Maria: Ed. da UFSM, 2001, p. 11-12.

[59] Idem, ibidem, p. 14 e 16.

[60] COSTA, Emília Viotti da. "Experiência versus estruturas: novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – o que ganhamos? o que perdemos?". In. *História Unisinos*. Número Especial: V Encontro Estadual de História. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 21-2.

[61] Ver as ponderações sobre estas temáticas, a partir da problematização do conceito de experiência, feita por Viotti da Costa. Ibidem, p. 28.

Para ampliar boa parte deste debate introdutório, esta tese propõe-se, então, fundamentalmente, a explicar como diante da dominação política e cultural de classe, por entre um Estado ditatorial – o Estado Novo - que visava o controle dos trabalhadores, estes puderam elaborar uma identidade de resistência, através da ação coletiva e individual, seja nos espaços institucionais e nos não-formais, construindo sua consciência na experiência de luta de classes histórica, no Rio Grande do Sul de 1937 a 1945.

Estas orientações norteiam o desenvolvimento desta tese sobre os trabalhadores no Estado Novo do Rio Grande do Sul, com pesquisas realizadas, além das fontes secundárias existentes, para levar adiante o projeto, nos acervos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, do Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa (sobretudo nos jornais de circulação estadual), do Solar do Câmara - Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, do Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP - Campinas, do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ (sobretudo nos Fundos do DOPS e do DPS, para onde eram remetidos muitos dos relatórios do Rio Grande do Sul), do Museu da República no Palácio do Catete – Rio de Janeiro e do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, também no Rio do Janeiro.

Assim, para o desenvolvimento da tese, no primeiro capítulo apresentarei o processo de tentativa de controle do Estado sobre a sociedade, descrito e analisado, a partir do estudo de parte da vigilância social, política e policial, destacando algumas formas de resistência ao controle estatal. Dessa forma, veremos como a sociedade percebeu, desde os meses iniciais do Estado Novo, as medidas tomadas para controle e censura, nas mais varias esferas da sociedade, como nos costumes, na imprensa, no direito de ir e vir, na violação de correspondências, etc. Também mostrarei como a polícia estadual, para melhor reprimir e controlar, se reorganizou e se especializou na defesa da ordem política e social. O capítulo desenvolverá as formas de vigilância adotadas pelo governo federal, para melhor conhecer a sociedade, utilizando-se de questionários, como os elaborados pelo Serviço de Inquéritos Políticos Sociais (SIPS), o Recenseamento, entre outras.

No segundo capítulo abordarei as formas de como os trabalhadores rio-grandenses leram o discurso do Estado em relação à sua classe e como reagiram em defesa de seus direitos. Assim, mostrarei a ação dos trabalhadores para garantir na

prática o que estava na letra da lei, como salário mínimo, férias, indenização, aposentadoria, regulamentação do trabalho da mulher, dos domésticos, abono família, sindicalização rural, educação, saúde, moradia, transporte, etc. O estudo analisará a diversidade das inúmeras categorias de trabalhadores, urbanos e do campo, nas suas especificidades de lutas.

No terceiro capítulo serão apresentados os processos de nacionalização da mão-de-obra e como algumas categorias de trabalhadores se colocaram diante deste quadro. Nesta parte, serão analisados os reflexos das leis de nacionalização, na educação e no trabalho e as relações destes com a conjuntura de guerra.

No quarto capítulo, com a intenção de ser uma conclusão em aberto para o aprofundamento de novas questões, será enfocada as formas de resistência final à ditadura do Estado Novo no Rio Grande do Sul, com ênfase sobre as greves de 1945 e como elas auxiliaram na desestruturação da ditadura no estado, dando ênfase aos movimentos dos ferroviários, transviários, bancários, metalúrgicos, entre outros.

1 - ESTADO NACIONAL E VIGILÂNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

Um DIP arrolhou a imprensa,/Um DASP só dá palpite,/
Para encobrir tanta doença,/Um SAPS abre o apetite.../
Um magnata ordinário/Ministro de duas pastas,/
Tapeia sempre o operário/com frases ocas e gastas/
Conselho, frases de enfeite/circulam de sul a norte,/
"Atenção! Beba mais leite! Façamos raça forte!
Tal vergonha nos contrista,/E não falta quem nos puna/
Quem reclama é comunista/Ou então ... quinta-coluna
(*Parnaso da Imprensa Livre*- Poema apreendido pela DOPS)

A pessoa precisa conceber sua máscara de obediência como algo que atende a um propósito. A máscara é um instrumento: dá autoridade de observar com segurança (Richard Sennet, em *Autoridade*)

O Rio Grande do Sul caracterizou-se, como província, depois estado, no processo histórico da formação social brasileira como subsidiário às economias centrais, principalmente a partir do século XVIII. A mudança implementada pelo Movimento de 1930, via intervenção maior do Estado nas questões econômicas e sociais, não transformou radicalmente a região de agroexportadora para industrial. Pelo contrário, reforçou, no novo padrão de acumulação que se desenvolvia, esta característica periférica de fornecer alimentos baratos para o trabalhador nacional, a partir de um forte desenvolvimento agropecuário, como braço auxiliar, sobretudo, do crescimento industrial do centro do país.[62]

Na década de 1930, no campo rio-grandense, a crise da pecuária e do latifúndio aliou-se à crise do minifúndio - esgotamento do solo e escassez de terras - aprofundando a expulsão do homem do campo. Também a capitalização das grandes propriedades fazia com que estas precisassem de menos mão-de-obra. O destino dos trabalhadores

[62] PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984, p. 115.

eram os centros urbanos.[63] Porém, o crescimento do setor agropecuário não resultou em um grande mecanismo gerador de acumulação de capital para a indústria. No Rio Grande do Sul, proliferou-se a pequena indústria, deficiente de capital e tecnologia, dependente do Estado. Mesmo assim, esse processo não impediu que o estado, em especial Porto Alegre, se tornasse o terceiro pólo industrial do país, gerando um proletariado consideravelmente fortalecido sob o ponto de vista social e político. Isso estabeleceu uma situação resumida por Alexandre Fortes:

> O processo de expansão industrial criou, especialmente a partir dos anos 30, uma oferta de emprego constante e uma possibilidade limitada, porém real, de mobilidade social ascendente. Ao mesmo tempo, se verificava a forte influência de modelos paternalistas de relação de trabalho, expressa principalmente na adoção de programas abrangentes de benefícios sociais nas grandes empresas. Essa situação fundamentou o exercício da hegemonia cultural empresarial, articulada por valores relacionados à disciplina do trabalho, à austeridade e à estrutura familiar patriarcal (...) Os limites enfrentados diante da solidez do poder dos capitalistas locais e suas articulações políticas nacionais e internacionais não impediram, porém, o movimento operário (...) de lidar com os desafios de recomposição e das novas dimensões da classe trabalhadora.[64]

No período imediatamente anterior ao Estado Novo, apesar das inúmeras resistências, chamou atenção as movimentações de diferentes atores sociais em direção a um Estado cada vez mais centralizador, buscando subordinar a sociedade civil àquele.[65] Como coloca Eliana Dutra, empresários, integralistas, parlamentares, intelectuais e religiosos estruturaram um discurso em torno de temas e imagens na qual a ordem, a família, a pátria, a moral, o trabalho, a propriedade, a autoridade e a obediência confluíam para a preservação da ordem social, para o saneamento da

---

[63] KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul*: imposição e resistência. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1994, p. 105.

[64] Cf. FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito* ...: classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Ed. da UCS, Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 26-8.

[65] O problema aqui levantado, sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil, procura, desde já, "desafiar dicotomias cristalizadas", com base no alerta levantado por Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, em uma historiografia que aborda a participação política dos trabalhadores a partir da "disfunção entre Estado (forte) e sociedade civil (frágil)", bem como do "descompasso entre estruturas histórico-culturais (força das tradições) e modernização (incompleta)" e do "poder demiúrgico das instituições públicas (manipulação) e debilidade de agenciamento por parte dos atores sociais (heteronomia)". Cf. "Trabalhadores urbanos e o populismo: um balanço dos estudos recentes". In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 210.

sociedade, para reforçar os poderes da família, da igreja, do Estado, da polícia e dos empresários. Resultou disso que, não apenas pelos movimentos econômicos, nem pela divisão dos trabalhadores, muito menos pela imatura consciência de classe, mas pela mudança do caráter político do Estado[66], o operariado brasileiro recuou nos movimentos mais amplos, passando a buscar direitos por dentro da estrutura do Estado.

Por sua vez, o anticomunismo foi o grande tema mobilizador do período, responsável pela coesão de diferentes setores e instituições. Para enfrentar esse "inimigo", é que a ordem social necessitou ser preservada, a sociedade sanada e os poderes resguardados.[67]

Sob o pretexto do "perigo comunista" armou-se na manhã de 27 de setembro de 1937, na sala do Ministro da Guerra, o cenário propício para a implantação definitiva da ditadura. Presentes à reunião estavam Eurico Dutra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro (chefe do Estado Maior do Exército), Almério de Moura (comandante da 1ª. Região Militar), José Antônio Coelho Neto (diretor da Aviação), Newton Cavalcanti (comandante da 1ª. Brigada de Infantaria) e o Capitão Filinto Müller (chefe de polícia do Distrito Federal).[68]

No dia 30 de setembro foi apresentado pelo governo o "Plano Cohen", documento forjado pelo Exército, o qual fazia referência à eminência de um plano elaborado pela Internacional Comunista para a tomada do poder no Brasil. Estava dado o argumento para o cancelamento das eleições previstas para o início de 1938 e para os interesses de Vargas continuar à frente do governo. De acordo com os golpistas, incluindo o próprio Vargas, o objetivo deles não era apenas reprimir o comunismo, mas sim, estabelecer um rígido controle sobre a sociedade, que se daria através da negação das liberdades individuais, dos partidos políticos, da censura e da repressão.

No diário de Eurico Dutra, onde ele narrou os momentos que antecederam ao golpe, dizia que tinha sido chamado por Vargas e este lhe confidenciou que, falhara todas as tentativas de "uma revisão da Constituição, com o fim de permitir uma prorrogação do mandato presidencial". De acordo com Dutra, ante a possibilidade de Armando Salles vencer as eleições presidenciais, o que seria na opinião de Vargas, "um

[66] Ao abordar o declínio do cartismo, Gareth Stedman Jones considera que a desintegração do movimento não estava inicialmente nos resultados da estabilização econômica, nem pela sua divisão interna ou por uma possível "imatura" consciência de classe, mas pela mudança do caráter das políticas de Estado. Peso que este ponto se assemelha ao ponto que tratamos aqui. Ver *Languages of class*: studies in English working class history 1832-1982. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 178.
[67] DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário*: o imaginário político no Brasil dos anos 30. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997, p. 16-7.
[68] FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, ED vp. 1936.01.07 V – 32.

desastre para a Nação", o presidente então, passou a referir-se ao "regime democrático", comentando que os "tantos males" que tinha acarretado ao país, ao governo, que nada de útil produzia, e se opunha às iniciativas do Executivo. A solução estava na "mudança de regime e reforma da Constituição". Segundo Dutra, a opinião de Vargas era que a reação "deveria manifestar-se por meio de uma revolução de cima para baixo", encabeçada pelo "próprio governo". Mas para isso era necessário o apoio do Exército. Dutra concordou em apoiar o movimento e buscar a adesão do Exército.[69]

No dia 1 de outubro foi votado o Estado de Guerra. Nesse mesmo dia, Dutra escreveu no seu diário que "o estado de guerra foi solicitado pelos ministros militares como um recurso para a repressão do comunismo, e só para isso", mas fazia a ressalva de que "ninguém poderia prever até que ponto" os acontecimentos poderiam levar.[70]

A campanha anticomunista foi lançada com toda a força na sociedade, causando terror e pânico, haja vista que a "trama que se urdia" pelos comunistas, traria greve geral, incêndios, saques e mortes daqueles que se opusessem à tomada do poder pelos "vermelhos". Diante disto, Vargas decretou Estado de Guerra, afastou seu principal opositor, o governador do Rio Grande do Sul Flores da Cunha, e instalou a ditadura do Estado Novo.

O Estado Novo instalou-se no Brasil em 10 de novembro de 1937, através de uma Constituição outorgada por um golpe de Estado que manteve Getúlio Vargas no poder. No dia 13 de setembro de 1937, Filinto Müller enviou em caráter confidencial, cartas ao presidente da Câmara Federal[71] e ao presidente do Tribunal Superior de Justiça Federal[72], no Rio de Janeiro, nas quais remetia a cópia de um "documento sobre a preparação do movimento comunista no país".[73]

Dutra ao relatar o "resumo dos acontecimentos" no seu diário, escreveu que o "golpe de estado de 10 de novembro de 1937" teve suas origens "no desentendimento" entre Vargas e Flores da Cunha, o qual vinha desde 1935. Quanto à posição do Exército, Dutra informava que não agradou "a atitude de Flores" que havia mobilizado um "grande número de batalhões provisórios", com a utilização do material bélico, "retirado do Exército nas revoluções de 30 e 32. Concluía que a derrubada de Flores foi um meio para um fim, isto é, a continuação Vargas no poder, e a causa que serviu de

[69] FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. "Meu Diário", 18 de setembro de1837.
[70] FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. "Meu Diário", 2 de outubro de1937.
[71] O presidente da Câmara Federal, na época, era Pedro Aleixo.
[72] O presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, naquele momento, era o ministro Hermenegildo de Barros.
[73] FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM 33.02.21 chp/ad II – 18 e 19 A.

pretexto para "uma modificação de tão alta importância e repercussão", surgira com a "campanha contra o comunismo", montada juntamente com os ministros militares e integralistas, que após seriam dispensados por Vargas.[74]

A Propaganda Ideológica e a Política Cultural Como Estratégia de Convencimento

O governo Vargas mostrou uma enorme preocupação com a reprodução ideológica de suas diretrizes políticas no seio da sociedade. Para isso, serviu-se fundamentalmente da ação cultural, através de vários órgãos. O período de 1937 a 1945, no Brasil, foi pródigo em utilização da cultura como instrumento de reprodução das relações sociais que se implantavam.

De acordo com Angela de Castro Gomes:

> A retomada da tarefa de construção da nacionalidade brasileira - nitidamente associada à ocupação real de nosso território, à educação/formação de nosso povo, através da instituição de um governo verdadeiramente identificado com a nação - seria executada em duas frentes. Em primeiro lugar, a partir de um trabalho de recuperação da história do Brasil e, em segundo lugar, a partir da identificação e da valorização da "memória coletiva" de nosso povo, constituída por nossa cultura, nossas tradições. História e cultura, ambas precisavam e deviam ser rememoradas, pois só desta forma o país poderia sair do pesado sono, ou da negra noite do esquecimento de suas origens e vocação.[75]

Para isso, a propaganda era elemento fundamental. Ainda no Governo Provisório (1931) criou-se o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), remodelado em 1934, com o nome de Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (aqui se iniciou a difusão da "Hora do Brasil", primeiro passo do governo de Getúlio para o controle da transmissão radiofônica).

Lourival Fontes ao repassar informações para Vargas sobre o "desenvolvimento do serviço do Departamento de Propaganda", informava que queria compartilhar com ele uma notícia que lhe dera imenso "prazer". O motivo da felicidade de Fontes estava

---

[74] FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, EDdp 1930.10.14 II-1. "Meu Diário", Resumo dos acontecimentos.

[75] GOMES, Angela de Castro. "O redescobrimento do Brasil". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 145.

em uma carta recebida do Ministério da Propaganda da Alemanha, que tratava do "crescente interesse, entre os ouvintes alemães" tanto pelo "noticiário econômico" quanto pelas audições culturais transmitidas pela rádio do Departamento". Em razão deste interesse, o governo do Reich "resolvera criar uma repartição especial para o Brasil", encarregada dos serviços artísticos e culturais e do registro do noticiário radiofônico.[76] Um documento do Ministério do Reich de Esclarecimento Popular e Propaganda, criado em 1933, pelo governo do Chanceler Hitler, e confiado à Joseph Goebbels, serviu de informação e inspiração para a criação de um órgão similar no Brasil. De acordo com o documento, cabia àquele Ministério a:

> direção intelectual e espiritual da nação, a propaganda de idéia para o bem do estado, da cultura e da economia, e informação de compatrícios e do estrangeiro sobre estes respeitos e à administração de todas as instituições que servem a estes fins. Por isso, a competência do referido Ministério abrange os assuntos seguintes que, antes, parcialmente competiram a outros ministérios: 1) questões gerais da vida política, social e econômica. (...). 2) todos os meios de propaganda: imprensa, rádio, cinema, etc. (...). 3) questões da arte e da cultura: literatura, bibliotecas, pintura, plástica, música, teatros, óperas, etc.. 4) combate contra uma arte e literatura nociva e fútil. 5) troca de idéias e relações espirituais e culturais com o estrangeiro. 6) higiene popular, do esporte e da mocidade. 7) fiscalização de qualquer propaganda, reclame e direção espiritual no terreno político, intelectual, artístico, comercial, econômico e social. 8) exposições comerciais, industriais e artísticas; feiras. 9) organização das manifestações oficiais e das festas nacionais. 10) feriados.[77]

Na Alemanha, a cultura nazista era dirigida ao ponto considerado como o fundamento da própria cultura, a questão racial. Tal concepção trazia imbricado o enfoque de que, a partir do campo racial, a cultura sustentava três idéias básicas: a raça como fundamento de toda a cultura: a pretensa raça "ariana" como criadora de cultura e; o objetivo da história era o de criar uma(s) cultura(s) elevada(s).[78]

A partir dessa compreensão básica o governo hitlerista centrava suas ações na arte, que tinha a função de expressar a "alma do povo" e formar a concepção cultural da Alemanha da época. Na música, numerosos empregos foram criados, com concessão de

[76] ANRJ/FGCPR, MJNI, ofício 11103, encaminhado por Lourival Fontes para Getúlio Vargas, s/d.
[77] FGV/CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema, GCg 34.09.22 1, rolo 08/3.
[78] DUPEUX, Louis. *História cultural da Alemanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, p. 141 a 143.

bolsas de estudos para estudantes e jovens músicos; o cinema exercia papel primordial através da Câmara do Filme, criada ainda em 1933; a imprensa era um dos campos privilegiados por Goebbels - Ministro da Propaganda - tendo "missão pública" e direitos e deveres regulamentados pelo Estado; o rádio apresentava estratégia de programas extremamente hábeis para conquistar o público, atuando com função ideológica; a propaganda era organizada para atuar em todas as outras áreas e, por fim, o ensino, cuja concepção já fora apresentada por Hitler em *Minha Luta*, tendo como prioridade a formação do corpo e do caráter.[79]

No Brasil do Estado Novo, a questão cultural e a política implantada nessa área diferiam da época do III Reich, mas apresentavam algumas características afins. A diferença fundamental era que, na Alemanha, o ministro da Cultura centralizava a "política cultural" do país. Aqui, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em novembro de 1939, não ocupava todos os espaços da atividade cultural brasileira, mas atingiu um *status* de Ministério, tanto que Getúlio Vargas decidiu que receberia Lourival Fontes, diretor, em audiência semanal, "ante a importância que se tomou após a reforma".[80]

Os atributos da cultura eram divididos com o Ministério da Educação e Saúde, dirigido por Gustavo Capanema, que se preocupava com questões referentes ao conceito de cultura erudita, enquanto o DIP controlava os meios de comunicação e a chamada "cultura popular". No Ministério da Educação e Saúde, a política implementada se caracterizava pela busca da cooptação de intelectuais oriundos do Modernismo, os quais tinham uma relativa autonomia para produzirem suas obras. Segundo Maria Celina D´Araújo, o Estado Novo apoiou "as iniciativas nacionalistas tão ao gosto dos intelectuais brasileiros e da vanguarda modernista",[81] oferecendo a estes importantes cargos, elevando a auto-estima do brasileiro.

A busca da nacionalidade brasileira, da idéia de raça, de nação, esteve presente nos debates intelectuais do período. Já no DIP, a orientação era de caráter autoritário, com a prática constante da censura nos mais variados campos em que o departamento atuava. Na Alemanha, tanto a educação, como a propaganda, a cultura e as artes eram centralizadas e controladas de forma extremamente autoritária. Lá funcionou mais a repressão do que a cooptação. Aqui, a ação cultural dava-se nas duas formas.

---

[79] Idem, ibidem, p. 192-233.
[80] VARGAS, Getúlio. *Diário*. Vol. II. 1937-1942. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997, p. 290.
[81] D´ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 63.

No entanto, a questão de censura não deixava de preocupar a repressão, inclusive fazendo com que os informantes da polícia vigiassem as próprias atividades de Lourival Fontes. Segundo os informantes da Polícia Civil do Distrito Federal, comentava-se que no Departamento de Propaganda, Lourival Fontes, dava a entender aos seus amigos, que ia ser o ministro de Propaganda, segundo teria dito Carlos Cavalcanti. Comentava-se também que uma das instituições onde deveria ter uma grande reforma era a Polícia Civil, que não deveria ter ao seu cargo a censura à imprensa, quando essa missão era uma função muito política e que precisava ser exercida por quem soubesse orientá-la.[82]

A política social e cultural organizada pelo governo, dirigida para a sociedade, obteve a sua recíproca: criava uma mão dupla entre governo e muitos setores sociais, como explica Angela Castro Gomes:

> O Estado não era visto apenas como produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos chaves da auto-imagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições desta classe, redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte só "obedecia" se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda da identidade.[83]

Assim, Estado Novo procurava legitimação através da recuperação do passado; da visão que o presente deveria criar uma nova visão de mundo por meio de uma nova concepção intelectual do homem e da política; da criação do mito de Getúlio Vargas e da elaboração de uma prática que consolidasse as questões anteriores, através da harmonização social, ou da força, se necessário.[84]

A ditadura procurava consolidar um processo que Eric Hobsbawm e Terence Ranger referem-se, quando analisam a apropriação de um passado para a legitimação de um presente: "toda a tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal".[85]

Os intelectuais do período que passaram a servir o Estado forjaram uma nova concepção de cultura, questionando qualquer distanciamento entre cultura e política. O

---

[82] APERJ, Fundo DOPS, Série Administração, Pasta 13. Dossiê DIP.S-2, 3 de novembro de1939.
[83] Citada por FERREIRA, Jorge Luiz. "A cultura política dos trabalhadores no Primeiro Governo Vargas". In: *Estudos Históricos*. Cultura e povo. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, v. 3, n. 6, 1990, p. 195.
[84] VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV/CPDOC, 1980, p. 9.
[85] HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 21.

que se queria com o Estado Novo era a criação de uma cultura política com vistas ao fortalecimento do Estado, a fim de garantir a organicidade do todo social.[86] Resultado disso é que o Estado começou a ter uma grande ingerência sobre os assuntos culturais, chegando ao ponto, de se produzir um "discurso que procurava legitimar esta concepção estamental de cultura", onde se mostrava uma propaganda sistemática do governo.[87]

Mônica Velloso aponta que o discurso promovido pelo Estado Novo se dava através de quatro frentes, as quais, já eram um passo para a comparação e diferenciação com a política cultural nazista. Toda essa orientação nada mais representou do que a visão de que a cultura era fundamental para que a classe dominante e o governo de Vargas permanecessem no controle do Estado. Ilustrativa é a opinião de Nelson Werneck Sodré, a respeito da relação entre Estado Novo e cultura:

> O Estado Novo, realmente, apertava a cultura com uma torquês: um dos traços era a ofensiva policial e da censura contra todas as manifestações do pensamento, animada pelo obscurantismo mais feroz; outro braço era a redução do crédito, o aperto financeiro, as restrições numerosas e variadas que, apresentadas como salvadoras e saneadoras da moeda, arrasavam o poder aquisitivo e estreitavam bruscamente o mercado. Entre as pontas do torquês, a pequena empresa - e as editoras eram pequenas empresas e continuam a ser - vinha sendo triturada. O orçamento, ao fim das contas continuava deficitário, a inflação prosseguia o seu caminho, mas a cultura entrava em pausa, pois os meios materiais que a alimentavam reduziam-se. Essa terapêutica, como se sabe, pode ser repetida, sem nada de original, e tem inequívocos traços de classe. Uma das características desse traço de classe é o horror à cultura, origem de todos os males, fonte das rebeldias, fomentadora das mudanças, foco de todas as subversões, coisa demoníaca, voltada aos infernos.[88]

O governo de Vargas com um "autoritarismo desmobilizador", não vacilava em exercer um amplo controle sobre a cultura devido ao fato de que nem todos os simpatizantes da ditadura defendiam um salto para o arbítrio. Por outro lado, como já se

[86] VELLOSO, *Cultura e poder...*, op. cit, p. 2.
[87] Idem, ibidem, p. 7.
[88] SODRÉ, Nelson Werneck. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988, p. 150.

afirmou anteriormente, o objetivo era a cooptação de intelectuais reticentes ao próprio autoritarismo do Estado Novo.[89]

Diferentemente do que se impunha na Alemanha, aqui se buscava um projeto cultural que empolgasse os intelectuais a defendê-lo e não a aceitá-lo de qualquer forma, como imposição. Dessa maneira, buscava-se construir "noções de nacionalidade, de retorno às raízes, forjando uma unidade cultural". Cultura e política não se desvinculam nessa ótica do "nacionalismo" estadonovista.[90] Para a irradiação dessa compreensão de unidade entre política e cultura, foi criada, ainda em 1937, a revista *Cultura Política*. O DIP, aliado às publicações das revistas *Cultura Política* e *Ciência Política* ampliava o seu controle do Estado sobre a cultura.

Sob a ótica do nacionalismo, atacavam-se duas frentes com a utilização de uma política cultural direcionada às camadas populares, por um lado, e às elites, por outro. Conseguia-se, dessa forma a cooptação de intelectuais identificados com a ditadura e o questionamento de outros.

Na revista *Cultura Política* escreviam Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes, Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho, Menotti del Picchia, mas também Gilberto Freyre, Vieira Pinto e Graciliano Ramos. Já Capanema, no Ministério da Educação e Saúde, contava com o apoio de Carlos Drummond de Andrade (seu chefe de gabinete); dava liberdade de criação para Oscar Niemeyer, Le Corbusier e Lúcio Costa, os quais construíram e decoraram a sede do Ministério; colocou Mário de Andrade na direção do Departamento de Teatro (através do Serviço Nacional de Teatro) em 1938 e no Instituto Nacional do Livro (INL).

Para Margarida de Souza Neves, "tal como parte da intelectualidade brasileira, Mário-funcionário-público acreditou na possibilidade de interferir nos destinos do país participando da 'equipe de letrados' que sempre circundou o poder no Brasil".[91]

O Ministério da Educação era o responsável pelo Departamento de Teatro, INL, Serviço de Patrimônio Histórico, Serviço de Radiofusão Educativa, Casa Rui Barbosa, Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional, Museu de Belas Artes, Instituto

[89] PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil***.** Entre o povo e a Nação. São Paulo: Ática, 1990, p. 69.
[90] Idem, ibidem, p. 69.
[91] NEVES, Margarida de Souza. "Da maloca do Tietê ao império do mato virgem. Mário de Andrade: roteiros e descobrimentos". In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (Org.). *A história contada*: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 266.

Nacional do Cinema Educativo, Instituto Nacional do Livro Didático e pelo Conselho Nacional de Cultura.

Referindo-se a Villa-Lobos, Arnaldo Contier diz que sob "o Estado Novo, por meio do sistema de clientelismo marcadamente paternalista, o compositor erudito procurou infiltrar-se na máquina burocrática em busca do apoio oficial para a apresentação dos projetos de defesa do folclore nacional e da música nacionalista.".[92]

O Conselho Nacional de Cultura cuidava apenas da educação, dando prioridade ao ensino primário e ao combate ao analfabetismo. O Instituto Nacional de Educação atendia o ensino primário, comercial, doméstico e secundário; o Instituto Nacional de Pedagogia implantava programas de educação e o Departamento Nacional da Criança organizava a "juventude brasileira".[93] Para Willians o Estado Novo conseguiu ofuscar a identificação que Capanema tinha com a política cultural de seu ministério.[94]

Sérgio Micelli, a respeito da gestão Capanema afirma: "surgiu uma espécie de território livre infenso às salvaguardas ideológicas da ditadura, valendo enquanto paradigma de um círculo de intelectuais subsidiados para a produção de uma cultura oficial".[95] Como se vê, muitos intelectuais, agentes e pensadores da cultura eram atingidos. Assim, traçou-se uma linha de atuação cultural resumida por Silvana Goulart:

> A cultura ... era um produto social, uma expressão de vida popular, fruto de uma época e politicamente organizada num sentido nacional. Era um meio de colocar a política em contato com a vida, já que toda política "verdadeira" deveria ser uma expressão de cultura do povo. De forma recíproca, a cultura verdadeira e fecunda deveria ter um sentido político. Nesse sentido, a cultura popular tinha como missão exprimir a vida organizada, já que todo esforço de civilização humana se ligava à disciplina, à coordenação de forças sociais cristalizadas na autoridade constituída, nas instituições, na ordem política e jurídica, em suma, no Estado. A cultura deveria ter conteúdo socialmente útil e um sentido de orientação para o bem comum, coerente com a diretriz geral do Estado e com a vida política nacional.[96]

---

[92] CONTIER, Arnaldo D. "Educação, canto orfeônico e o varguismo". In. *Estado de São Paulo* - Caderno 2/Cultura. São Paulo: O Estado de São Paulo, 16 de abr. 2000. P. D-9.
[93] GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 31.
[94] WILLIAN, Daryle. "Gustavo Capanema, ministro da cultura". In: GOMES, Angela de Castro (Org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000, p. 258.
[95] MICELI, Sérgio. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 161.
[96] GOULART, *Sob a verdade...*, op. cit., p. 100.

O nacionalismo direcionava a compreensão sobre a cultura, daí uma forte tentativa de controle sobre aspectos culturais regionais. Segundo os teóricos do Estado Novo, a volta ao passado, com uma cultura "eminentemente greco-romana",[97] não se contrapunha à nacionalidade. Nesse sentido, alertava-se que as imigrações não deveriam revelar "tendências estranhas ao ... meio [da] alma brasileira".

Contra as invasões "extremistas", a noção de pátria era o argumento unificador do pensamento, tendo a cultura um papel de destaque para demonstrar o "espírito nacional".[98] A cultura e a política tornavam-se elementos de aglutinação para contestar tudo que pudesse impedir o "progresso" e o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil. Qualquer idéia que criasse perigo para a nacionalidade, a fim de desestruturar a consciência nacional, deveria ser repudiada como lesiva aos interesses da pátria e à segurança nacional. Esse foi também o argumento para que, no Estado Novo, o governo Vargas apelasse ao sentimento de nacionalidade, a fim de justificar um nacionalismo econômico (discursava-se contra os "aproveitadores estrangeiros"), criando condições para a industrialização e a intervenção estatal na economia.[99]

Politicamente, o nacionalismo teórico servia para assegurar a unidade nacional, ao mesmo tempo em que restringia a autonomia dos estados - suprimindo os símbolos regionais, sendo que as leis federais prevaleciam sobre qualquer lei local, etc.[100] O arcabouço teórico da Constituição de 1937 já justificara toda a intervenção do Estado quando estabeleceu princípios centralizadores e nacionalistas (mesmo que de forma difusa). Resultou disso que a cultura deveria se adequar à realidade brasileira, onde a soberania se legitimava exclusivamente pela centralização do Estado.

O governo central implantou nos estados agências do Departamento de Propaganda, com a tarefa de completar a ação cultural, visando à reprodução do sentimento de nacionalismo. Além disso, criou todo um discurso teórico que procurava eliminar as diferenças e contradições de classe e minar o discurso dos defensores do regionalismo, como se vê abaixo:

---

[97] SILVA, Alvimar. *A filosofia do Estado Novo*. Rio de Janeiro: s/e, 1939, p. 147.
[98] Idem, ibidem, p. 149-50.
[99] SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1960)*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 69.
[100] PESAVENTO, Sandra. "História regional e transformação social". In: SILVA, Marcos A. (Coord.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 69.

> A noção de classe social era substituída pela de povo, que homogeneizava a população, eliminava as diferenças sociais e desconsiderava os conflitos. O conjunto do povo brasileiro constituía a nação e as diversidades evidentes eram derivadas das diferenças regionais, de clima, raça, atividades econômicas, costumes, vegetação. Tais variedades, contudo, eram antes motivo de exaltação do povo brasileiro e demonstravam riqueza e pujança do país. O Brasil, enquanto nação era, pois, múltiplo e baseado numa diversidade cultural, regional e étnica.[101]

Colocava-se em prática, então, a máxima getulista de que "não há estados grandes, nem estados pequenos; nem estados fortes nem estados fracos; grande e forte apenas o Brasil".[102] Isso significava para o governo que, em termos culturais, qualquer influência regional só poderia se efetivar desde que fosse comandada pelo governo federal. Tal centralização autoritária baseava-se na organização de um ornamento burocrático que assumia "tarefas no processo de dominação" através de uma "constante ampliação do número de postos e cargos", os quais serviam para o aliciamento de intelectuais que mantinham um trabalho com função política e ideológica no âmbito do Estado.[103]

Dessa forma, o Estado buscava o consenso social para legitimar suas instituições e sua ação política. É aqui que o DIP, através da comunicação social, teve papel significativo como órgão controlador da imprensa e da propaganda.[104] O exacerbado autoritarismo favorecia um elevado grau de centralização das instâncias decisórias, as quais garantiam a ampla "autonomia do Executivo nas decisões finais",[105] possibilitando que a questão cultural fosse dirigida com vasto domínio do governo central.

Da mesma maneira o Estado agia sobre os trabalhadores. Controlando o movimento sindical, procurava organizar a cultura, atuando sobre os mais variados grupos e atividades intelectuais e culturais, através de órgãos que deveriam, no seu conjunto, formar a "vontade nacional" via "forças representativas da nação",[106] a fim de

---

[101] Idem, ibidem, p. 133-4.
[102] QUEIROZ JR. *Memórias sobre Getúlio.* Rio de Janeiro: Editorial Copac, 1957, p. 75.
[103] GOULART, *Sob a verdade...*, op. cit., p. 31.
[104] Idem, ibidem, p. 45.
[105] DINIZ, Eli. "O Estado Novo: estrutura e poder". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira***.** Vol. 10. São Paulo: Difel, 1981, p. 118.
[106] ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 39.

legitimar-se politicamente, conduzindo a reprodução do desenvolvimento capitalista no Brasil.

A Consolidação do Estado Novo no Rio Grande do Sul: À Procura de Apoio Político

O governo esteve ciente desde o início, de que não tinha o apoio popular que sempre apregoou. Após a sua implantação, o Estado Novo passou por um período de estruturação política e de convencimento social. Não bastava impor um novo regime à sociedade: era preciso convencê-la dos benefícios que o Estado forte e autoritário poderia fornecer a ela. Essa tarefa não se deu de maneira tranqüila, havendo necessidade da elaboração de uma intensa campanha para mascarar e impedir, até onde fosse possível, a oposição à ditadura. No Rio Grande do Sul não foi diferente do resto do Brasil.

Para isso, foi preciso também manter presente o fantasma do comunismo. Em editorial intitulado "Mobilização Necessária", publicado no *Jornal do Estado*, vê-se estampada a preocupação com o comunismo: "assumindo uma atitude definitiva contra a ideologia falsa do marxismo, coordenando todas as forças honestas e dignas da Nação para a defesa do Brasil, o governo federal veio ao encontro das aspirações máximas da coletividade".[107]

Esta situação era considerada preocupante, visto que no Exército praças do 7º BC de Porto Alegre haviam sido expulsos por serem "extremistas".[108] Além do mais, a oposição a Vargas, vinda dos partidários de Flores da Cunha, estava criando problemas nas cidades do interior, obrigando a que o governo estadual substituísse vários prefeitos. As exonerações ocorriam quase que diariamente: tanto exonerações a pedido quanto aquelas exigidas. As duas formas mostravam que a situação não estava fácil de ser controlada.

Exemplo disso foi a exoneração do prefeito de Farroupilha, Armando Antonelo, em vista das agitações produzidas por sua atuação política na cidade, considerada como "em detrimento do interesse público".[109] O prefeito de Uruguaiana, Flodoardo Martins da Silva, solicitou demissão do cargo, em razão de não concordar com a pouca

[107] *Jornal do* Estado, 25 de novembro de 1937, p. 3.
[108] *Jornal do Estado*, 19 de novembro de 1937, p. 2.
[109] *Jornal do Estado*, 26 de novembro de 1937, p. 3.

"autonomia dos municípios gaúchos" e da diminuição da "autoridade dos prefeitos".[110] É claro que muitos prefeitos continuaram em seus cargos, uma vez que foram apoiadores de Vargas desde antes do início da ditadura de 1937. Porém, isso não foi a regra, em vista do número de exonerações registradas na imprensa oficial do período inicial do novo governo.

A centralização administrativa pouco a pouco colaborava para o fechamento das vias de reação. Exemplo foi o decreto extinguindo os partidos políticos. No Rio Grande do Sul, em decorrência do decreto, criou-se um impasse envolvendo secretários do governo rio-grandense, os quais solicitavam as suas exonerações ao interventor federal, como demonstra o seguinte telegrama de Maurício Cardoso, Walter Jobim e Oscar Fontoura:

> Porto Alegre, 4 de dezembro de 1937. Exmo Sr. Gal. Manoel de Cerqueira Daltro Filho. d.d. Interventor Federal. Tendo sido publicado, com data de ontem, um decreto do Governo da República, dissolvendo todas as agremiações políticas existentes no país, vimos depôr nas mãos de V. Ex. os cargos que ocupamos no Secretariado Rio-grandense, por indicação dos partidos a que pertencíamos e que haviam deliberado colaborar com V. Ex. no Governo do Estado. Representantes que éramos do Partido Republicano Rio-Grandense e Libertador, nossa presença no Secretariado não mais se justifica, uma vez que esses Partidos são declarados extintos (...) (Assinados) J. Maurício Cardoso, Walter Jobim, Oscar C. Fontoura.[111]

As exonerações não foram aceitas e os secretários continuaram em seus cargos. Para o governo do Rio Grande do Sul, essas considerações não deveriam interferir nos interesses do estado, que precisava da colaboração desses membros dos partidos extintos. Não era momento de se criar querelas em torno de questões partidárias e ideológicas, já que o Estado Novo veio para se sobrepor a elas, como o único capaz de entender e resolver os problemas da sociedade, "acima dos partidos", das "ideologias" e dos "interesses de classes".

Os partidos de âmbito regional e nacional acabaram mesmo sendo extintos. A AIB passou a chamar-se Associação Brasileira Cultural. No Rio Grande do Sul, principalmente em Porto Alegre, houve repressão aos integralistas. Quanto aos

[110] ANRJ/FGCPR, Rio Grande do Sul, Lata 185. Telegrama de Uruguaiana, 7de março de 1938.
[111] *Jornal do Estado*, 4 de dezembro de 1937, p. 1.

comunistas, além da perseguição física (prisões, julgamentos pelo Tribunal de Segurança Nacional, etc.), continuando uma acirrada propaganda anticomunista.

Mostrar um governo fiel aos propósitos do Estado Novo não se constituía em tarefa fácil. A preocupação principal era a de que, no momento de se fazer a distribuição dos cargos, eles não caíssem nas mãos dos grupos que pudessem ter um controle maior em relação aos interesses do governo federal e, a partir daí, formar-se alguma oposição ao Estado Novo. Essa inquietação ficou transparente numa correspondência de Viriato Vargas, irmão de Getúlio, naquele momento Presidente do Tribunal de Contas, a qual tratava da reorganização desse Tribunal nos municípios: "Os dissidentes são muito partidários. É colocar dois juntos e já se congregam para ação partidista. Ora, já pus no Tribunal o Moysés Vellinho e não convém lá outro dissidente, pois sendo quatro os ministros, eles ficariam com a metade dos votos. Na primeira vaga quero pôr lá um frente-unista, com todas as qualidades intelectuais, morais e completamente integrado na nova ordem de coisas. Um getulista enfim".[112]

Outro fato veio trazer problemas nos meses iniciais da ditadura estado-novista no Rio Grande do Sul. Em abril de 1938 ocorreu um acidente que novamente preocupou Viriato Vargas. Tratava-se do pedido de demissão do prefeito de São Leopoldo, Theodomiro Fonseca, em decorrência de um desentendimento com Cordeiro Farias, recém empossado no cargo de interventor. A renúncia do prefeito deu espaço às forças oposicionistas ligadas a Flores da Cunha de articularem-se e buscar um nome comprometido com eles. Em carta a Getúlio Vargas, Viriato esclarecia a situação: "Há pouco deu-se uma desinteligência entre Cordeiro de Farias e Theodomiro Fonseca, prefeito de São Leopoldo. (..) Era uma necessidade que ele continuasse, é a única forma organizada que tem o novo regime aqui, afora São Borja. E o Cordeiro via bem isto. Aliás, o Cordeiro não teve culpa alguma".[113]

Como era politicamente importante manter o prefeito, ele acabou ficando no cargo. Esse episódio mostra que o Estado Novo não possuía no Rio Grande do Sul lideranças políticas suficientes para colocar à frente das administrações municipais e até do estado, necessitando angariar apoios de integrantes de partidos opositores a Vargas antes de 1937. Não havia getulistas suficientes para administrar a grande máquina pública criada ao longo do tempo pela experiência dos republicanos rio-grandenses.

[112] FGV/CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV.38.03.31.
[113] FGV/CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV.38.04.20/2.

Assim, era preciso confiar em getulistas "de última hora" e conter as oposições mais recalcitrantes.

Por outro lado, uma das preocupações era com a imagem da ditadura frente à sociedade. As questões internas eram resolvidas com os conchavos, com benevolência, enfim, os problemas deviam sempre ser solucionados através de reajustamentos. Mas e a população? Como fazê-la aceitar e acreditar que o Estado Novo veio para reparar o mal que os governos liberais até então existentes fizeram e ao mesmo tempo combater os ideais comunistas, tão propícios a resgatar um movimento pela construção de uma "grande nação"?

Mesmo que o decreto de extinção dos partidos políticos já tivesse sido assinado, a idéia da criação de um partido único não fora descartada por Vargas e seus aliados. Antes do golpe, em 29 de maio de 1937, no Rio de Janeiro, era distribuído pelo autodenominado Partido Nacional Getulista, um "Manifesto ao Povo". O documento dirigido ao povo brasileiro, conclamava o reconhecimento dos "inestimáveis benefícios" prestados pelo governo Vargas. O manifesto pedia a reforma do estatuto constitucional para a reeleição de Getúlio ou a prorrogação do seu mandato.[114]

Em dezembro de 1937, o *Correio do Povo* especulava que "discretamente, nos altos comandos partidários" do Rio Grande do Sul, estava sendo realizado "um delicado trabalho de sondagem junto aos próceres de maior autoridade", com a intenção de saber como estes encaravam a possibilidade de se fundar no estado, "um partido único, destinado a prestigiar, de acordo com um programa adaptado à atualidade, o novo regime instituído a 10 de novembro". A matéria dizia que o partido único seria apenas "uma secção do partido nacional" a ser criado, e que "arregimentaria, por sob sua bandeira", no estado, as forças solidárias com o novo regime.[115]

Em junho de 1938, a possibilidade de um partido único já era mais concreta. Miguel Tostes remeteu para Benjamin Vargas, outro irmão de Getúlio, um estudo que estava sendo realizado no Rio de Janeiro. Dizia que aquilo que fosse decidido, ele se comprometeria "fazer adotar no Rio Grande". Pedia que Benjamin fizesse com que o

[114] APERJ, Fundo DOPS, Série Panfletos, Pan 667. O Manifesto era assinado por: Pela Comissão Executiva: Presidente – João C. Raja Gabaglia, Médico e Professor.1º.Vice-presidente – José Pereira da Silva, advogado. 2º. Vice-presidente Reynaldo Bastos, professor. Secretário – Paulo Ferreira, contabilista. Pelo Conselho Deliberativo e Fiscal Presidente – Hélio de Brito, editor.Vice-presidente – Bartholomeu Fernandes, comerciante. Secretário – Alencar de Almeida Meireles, operário. Pelo Departamento Jurídico: Dr. A. Nunes Pereira. Na Sede Provisória do Partido Nacional Getulista à Rua Alcindo Guanabara, n°. 17, 6º. Andar, sala nº. 610, encontram-se as listas de Adesões para os que desejam filiar-se ao mesmo. Rio, 29de maio de1937.

[115] "Políticas e Políticos", *Correio do Povo*, 3 de dezembro de 1937, p. 5.

"chefe" lesse o documento com atenção. O estudo em questão consistia na criação de uma organização que poderia chamar-se "'União Nacionalista Brasileira" ou "União Nacionalista do Brasil'". Quanto à organização, Tostes entendia que era "mais acertado começar pelos estados", onde cada um estabeleceria a sua "Federação", sem que o centro se comprometesse "ostensivamente", bastando que, de forma "reservada", fossem expedidas "as suas instruções aos interventores". Informava também, que não se deveria fazer referências ao regime, "pois qualquer declaração nesse sentido, importaria em assumir uma atitude política". Entretanto, como o "veneno vem na cauda, a alma da União Nacionalista" estaria no último item das finalidades. O projeto da criação da União buscava dar eficiência à sua organização, a qual só poderia ser possível "com organizações do tipo militar", entendidas através de unidades maiores, formadas pela reunião ou agrupamento de unidades menores.[116]

O estudo destacava dois pontos que deveriam constar do programa da organização: o primeiro referia-se ao "engrandecimento do país"; o segundo a defesa da Nação, contra as ideologias políticas estranhas; contra os abusos do "capitalismo internacional" e contra as pretensões territoriais ou tutelares dos países estrangeiros. Fazia uma ressalva quanto "ao movimento de idéias referentes ao tema internacional", que deveria ser feito com "a necessária prudência".

Outro ponto destacado no projeto era a necessidade de "distrair a atenção popular das questões políticas internas para os problemas que a situação internacional" oferecia para a reflexão do "patriotismo". Das finalidades da União Nacionalista constava ser esta uma "agremiação de fins patrióticos e culturais", sendo que seu programa fundamental consistia em, entre outros: (...) incentivar o amor à Pátria e a formação da consciência nacional; (...) cooperar ativamente com os Poderes Públicos na manutenção da ordem, da paz e da disciplina, e com eles colaborar na obra de restauração nacional".[117]

Mas, enquanto o partido único não saía do papel, era preciso a busca dessa aceitação no estado. Assim, foi instalado o Comitê de Propaganda do Estado Novo, em 19 de abril de 1938. Esse comitê tinha como objetivo fazer propaganda do texto da Constituição de 10 de novembro e contava com o apoio de intelectuais de destaque no estado. A Rádio Difusora Porto-Alegrense foi escolhida para irradiar os discursos

[116] ANRJ/FGCPR, Rio Grande do Sul, Lata 512. Carta de Miguel Tostes para Benjamim Vargas, em 21de junho de1938.
[117] ANRJ/FGCPR, Rio Grande do Sul, Lata 512. Esboço do programa da União Nacionalista do Brasil ou União Nacionalista Brasileira.

propagandísticos. Dentre os intelectuais, destacaram-se Moysés Vellinho, Dante de Laytano, Telmo Vergara, Érico Veríssimo e Limeira Tejo, além de advogados, secretários de estado etc. Como presidente do comitê, foi escolhido o coronel Viriato Vargas. A respeito disso, Viriato se justificava a Getúlio Vargas:

> Organizei aqui a mocidade intelectual, para fazer conferências todos os sábados às 10 horas pela Difusora, divulgando as virtudes da Constituição de 10 de novembro. Inaugurei ontem essas conferências com a que foi publicada e aí te mando, para me dizeres se estou certo (...). No próximo sábado vai falar o Secretário do Interior, e ficarei com o direito de convidar outros secretários que não poderão negar-se sem ficarem mal colocados. Dos municípios estou recebendo telegramas de adesão. Fazia-se necessário esse movimento, pois aqui vai ficando cada vez mais frio e confuso.[118]

O posicionamento dos intelectuais era indispensável para dar respaldo ao Estado Novo. Nem todos concordavam totalmente com o apoio que prestavam publicamente, mas estavam envolvidos e não comprometer-se seria um risco para suas imagens e profissões. A este respeito Angel Rama se manifesta da seguinte forma: "não somente servem a um poder, como também são donos de um poder". Este inclusive pode embriagá-los até fazê-los perder de vista que sua eficiência, sua realização só se alcança se o centro do poder real da sociedade o apóia, lhe dá força e o impõe.[119]

Érico Veríssimo representou um caso típico, uma vez que suas posições, até então, sempre haviam sido liberais. Mesmo assim, prestou seu apoio à ditadura nos primeiros momentos. Seu discurso, em um dos programas de rádio do Comitê de Defesa do Estado Novo, foi ilustrativo nesse sentido:

> Quem fala a vocês neste momento já foi, e creio que ainda é, apontado como comunista por causa de um punhado de idéias que hoje estão sendo postas em prática pelo governo da República. Sempre achei - e muito escrevi nesse sentido - (...) Senti sempre a necessidade da nacionalização do ensino: aí está. Permitam-me ainda uma confissão. No dia 10 de novembro de 1937, recebi a proclamação do Estado Novo com sérias desconfianças e num grande abatimento. Os horizontes ainda estavam escuros. Tive a impressão de que era a ditadura integralista que se

[118] FGV/CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV.38.04.20.02.
[119] RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 48.

> anunciava. Pensei: assim não se pode mais escrever no Brasil. (...) Virão as perseguições e a violência, a intolerância e o ódio.(...) Mas os fatos, meus amigos - tomem bem nota: os fatos se encarregaram de provar que felizmente eu me enganava. Nem esquerda nem direita, mas sim o centro, que é o equilíbrio e o bom senso. Nenhum homem de boa vontade pode negar o seu apoio ao Estado Novo.[120]

A evidência que se aí coloca é de que Érico Veríssimo se pôs numa posição defensiva, desculpando-se pelas posições anteriores, e alguns anos mais tarde "exilou-se" nos Estados Unidos. A importância dos intelectuais para a realização desta mobilização posta em prática pelo Comitê de Defesa era colocada abertamente, tanto que em editorial do *Jornal do Estado* se dizia que era necessário o "esforço dos intelectuais, dos homens de letra, daqueles que podem escrever e falar ao povo brasileiro com elegância, agilidade (...) ainda constitui um dos meios mais eficazes para a realização dessa cruzada necessária".[121]

Segundo o raciocínio apresentado no editorial, os intelectuais tinham uma missão: a de servir uma "boa causa", a causa da pátria, e para colocá-la em prática deveriam "esclarecer" a população menos informada e não intelectualizada a respeito da doutrina e das realizações do Estado Novo.

Paralelamente ao Comitê, organizaram-se nas cidades do interior, núcleos de propaganda como o Centro Cívico de Propaganda da Carta de 10 de Novembro, cujos presidente e patrono eram, respectivamente, o interventor federal Cordeiro de Farias e Walter Jobim, secretário de obras.

Organizou-se também o Movimento Intelectual pró-Estado Novo, em Porto Alegre, com pretensão de formar núcleos em todo o interior do estado. A seguinte passagem mostra as finalidades do movimento: "Essa nova entidade cultural de caráter cívico-literário representará efetivamente o pensamento e a ação dos intelectuais rio-grandenses e desenvolverá, por meio de publicações na imprensa, conferências, sessões cívicas e excursões pelo interior do estado, uma enérgica e decidida campanha anti-extremista".[122]

Tais entidades, no entanto, tiveram duração efêmera, à medida que o Estado Novo se fechava e a censura aumentava. Mesmo que concordassem com a ditadura, era melhor, mantê-las fechadas, sem correr riscos de que posteriormente se posicionassem

[120] *Jornal do Estado,* 25 de Abril de l938, p. 4.
[121] *Jornal do Estado,* 5 de maio de 1938, p. 1.
[122] *Jornal do Estado*, 21 de maio de 1938, p. 1.

contra o governo. Ainda assim, foram formas eficazes de convencimento, auxiliando o governo estado-novista em sua consolidação no Rio Grande do Sul.

Posteriormente, em outro momento de questionamento da ditadura, em 1941, fundaram-se no estado, seções do Instituto Nacional de Ciência Política, organizadas em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, tendo Pedro Vergara como responsável pela fundação dos núcleos. O escritor demonstrava preocupação com a situação de popularidade do Estado Novo na seguinte passagem:

> Senti, sem dúvida, que o presidente é amado no Rio grande, mas não senti a mesma coisa em relação ao regime que ele instituiu e que tem o seu maior título de glória. Por tudo isso, apresso-me, como amigo que está disposto a todos os sacrifícios para servir ao Presidente, em afirmar, é mister agir com urgência, no Rio Grande, para criar uma corrente de opinião que ainda que não existe, a favor do novo regime.[123]

Como se viu, desde a sua implantação o Estado Novo no Rio Grande do Sul ressentiu-se de uma base de apoio ideológico suficiente que desse respaldo necessário à sua existência. A construção da auto-imagem foi buscada, mas para isso foi preciso o apoio da intelectualidade, através da construção de uma identificação com a ditadura. Dessa maneira e com o apelo à sociedade, o Estado Novo foi se consolidando no estado.

Nacionalismo e Regionalismo

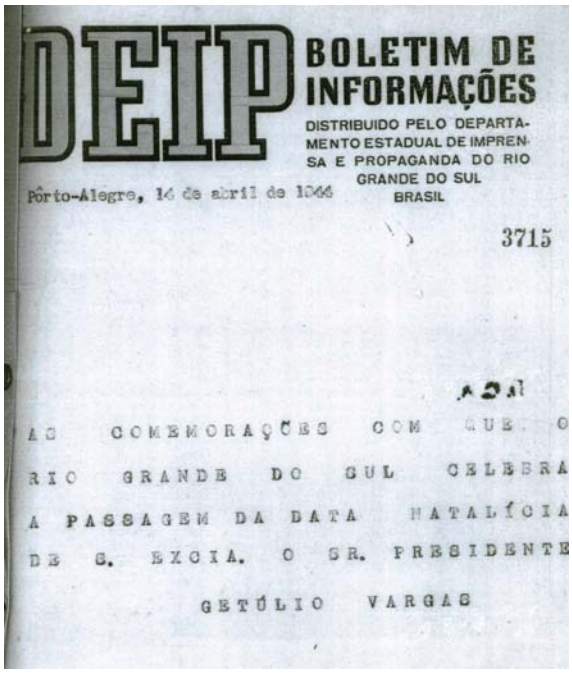
No Rio Grande do Sul, as manifestações de nacionalismo, como no resto do país, eram especialmente comemoradas no Primeiro de Maio, no aniversário de nascimento de Vargas e no aniversário do Golpe de 1937, organizadas pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e, as de 7 de setembro, preparadas pela Liga de Defesa Nacional (LDN), sempre com a participação conjunta de governantes, empresários e trabalhadores.

[123] FGV/CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV.41.07.00 XXXV-89.



1 - Desfile de Trabalhadores em 1º de Maio - Parada da Pátria Organizada pela LDN – 1943 – Porto Alegre.
Fontes: *Correio do Povo*, 3 de maio de 1938, p. 3. - *Zero Hora*, Almanaque Gaúcho, 7 de setembro de 2005, p. 46.

Em 1944, o DEIP elaborou a programação, na qual apresentava à Secretaria do Interior, a qual era subordinado, o que seria realizado em comemoração "da data natalícia do presidente Vargas". Dentre as homenagens, o diretor do Departamento fez referência ao ato a ser promovido "pelas federações, sindicatos e associações profissionais sediados em Porto Alegre" e também às sessões cívicas que deveriam acontecer no interior do estado, "com a participação do mundo oficial e de elementos de todas as classes sociais".[124]


DEIP
BOLETIM DE INFORMAÇÕES
DISTRIBUIDO PELO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA DO RIO GRANDE DO SUL
BRASIL
Pôrto-Alegre, 14 de abril de 1944
3715
AS COMEMORAÇÕES COM QUE O RIO GRANDE DO SUL CELEBRA A PASSAGEM DA DATA NATALÍCIA DE S. EXCIA. O SR. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

2 - Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de 14 de abril de 1944. Fonte APERS.

Elizabeth Cancelli explica que interessava ao Estado gerar a neutralidade da sociedade, que aliada à idolatria ao ditador, buscava a criação de um novo tipo de cidadão para a sociedade nacional, promovendo o saneamento de seu espírito, para o encaminhamento da questão do trabalho no Brasil. Para isso, o projeto político do

[124] APERS, Fundo Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Boletim de Informações distribuído pelo DEIP, Porto Alegre, 14 de abril de 1944.

Estado construiu um aparato policial capaz de exercer o controle social e disciplinar o dia-a-dia dos trabalhadores e da sociedade. Para isso, o Código Penal de 1941 considerou a vadiagem e a mendicância como contravenção, deixando de ser crime, pois o que se alegava é que as pessoas nestas condições eram válidas para o trabalho, podendo prover a própria subsistência mediante ocupação lícita.

A fim de promover o controle sobre os movimentos mais organizados dos trabalhadores, houve uma progressiva politização do Serviço de Controle e Repressão Policial, quando a portaria 3.622, de 10 de novembro de 1937 (a mesma que instalou o Estado Novo), criou o Serviço de Divulgação, órgão eminentemente de propaganda das novas diretrizes apontadas acima. Nas manifestações públicas, cabia ao Ministério do Trabalho acionar seus líderes locais a fim de arregimentar trabalhadores. Com a polícia, ficava a tarefa de fechar lojas, bares e cafés nos horários das manifestações para assegurar que grandes multidões estivessem presentes nas ruas, e ao mesmo tempo, desenvolver um trabalho de divulgação e convencimento entre os trabalhadores que preferissem não ir às manifestações.[125] No Rio Grande do Sul, como explica Benevenuto, em um contexto de maior urbanização e a ampliação do mercado de trabalho, exigiu-se cada vez mais um controle policial sobre os contingentes populacionais, sobretudo a partir da atuação do DEOPS, restrito às questões políticas.[126]

A centralização das instâncias do poder nas mãos do Estado nacional requeria a diminuição do poder das oligarquias da influência dos estados no âmbito regional. O Estado Novo iniciou culpando o excesso de federalismo pelos males da República, o que proporcionava aos "politiqueiros" e as oligarquias, demasiado poder de ação. Os regionalismos eram vistos com preocupação, tanto que ao ser implantado, o Estado Novo decidiu abolir os símbolos estaduais e municipais (bandeiras, hinos, escudos e armas), mantendo apenas o uso dos símbolos nacionais. Com base na Constituição de 10 de novembro, assegurava-se: Bandeira, hino, escudo e armas nacionais são símbolos, representações artísticas da própria Nação. Sua finalidade é a de elevar o coração e o espírito para a complementação das coisas da Pátria. A medida fortalecia os "laços da

[125] CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência*. A polícia na Era Vargas. Brasília: Ed. da UNB, 1993, p. 1-34, 56 e 111.
[126] BENEVENUTO, Estela C. "A polícia política no Estado Novo: o espelho da ditadura". In: *Histórica*. Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História da PUC-RS, n. 3. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, 1988, p. 71-4.

união nacional, congregando os cidadãos num mesmo culto e num mesmo amor patriótico".[127]

Entretanto, esse processo nacionalizante e centralizador, deveria ser estendido para todos, atingindo todas as áreas, como cultura, educação, religião etc, orientando a sociedade a agir em nome da pátria e da nação. A política de unidade nacional dispensava um tratamento especial ao Rio Grande do Sul, visto que os estados da região Sul tinham na sua formação política e cultural a influência muito presente das imigrações alemã e italiana. Essa influência era um entrave aos planos estado-novistas.

Maria Stela Bresciani, referindo-se à questão da identidade nacional, presente nos debates de intelectuais e políticos nas décadas de 1920 a 1940 no Brasil e Europa, diz que:

> Propagandeadores da diferença e dos particularismos, afirmando a diversidade dos caminhos para atingir a tão almejada sociedade democrática, os teóricos do nacionalismo viram-se confrontados com a diferença dentro dos seus próprios países. Ou seja, as Noções políticas e sociológicas e os métodos de análise que levavam a afirmar a irredutível importância de projetos diferenciados de crescimento conduziam também a constatação da diferença de raças e de culturas na população de países como o Brasil (...), uma ausência de uma unidade integradora. A solução proposta visava exatamente desfazer as diferenças, construir um denominador comum, *forjar a identidade nacional*.[128]

Desta forma, o discurso do Estado Novo no Rio Grande do Sul, ao criticar o regime passado, que dividia o país em regiões geográficas e políticas sem laços de aproximação e interdependência com o resto do país, considerava que esse tipo de regionalismo podia levar ao separatismo. A ditadura propunha um fim para isso:

> O novo regime criou o sentido orgânico do Brasil único, isto é, do Brasil entrelaçado e organizado nacionalmente, em que cada estado ou grupo de estado tem seu papel a desempenhar formando o conjunto e só ele uma unidade total de todo o ponto interdependente e completo. (...) Não vingam mais interesses pessoais e regionais no mau sentido contra os supremos interesses da nacionalidade. Sobre

[127] ALMEIDA, Antonio Figueira. *A Constituição de Dez de Novembro explicada ao povo***.** Rio de Janeiro: DIP, 1940, p. 12.
[128] BRESCIANI, Maria Stella. Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998, p. 60.

> os limites das unidades estaduais há o tecido uniforme que fez do Brasil um todo homogêneo, que domina e que antepõe das frações do nosso território. (...) Estas cinco regiões geo-econômicas são um novo regionalismo criador, muito diverso e até todo contrário daquele que conhecemos. (...) porque o regime atual é, acima de tudo espírito e matéria de um corpo, perfeito, com o qual devem estar em proporção os membros que lhe pertencem. A desproporção é o desequilíbrio e o desequilíbrio é o mal.[129]

Nesse sentido, o Estado Novo tentou criar um regionalismo diverso, que negasse o "regionalismo desestruturador". Tornou-se necessário reproduzir o discurso sobre um novo regionalismo perfeitamente organizado e com uma função destinada a amparar um sistema maior. Para isso, era necessária a unificação do espaço físico, o qual constituiria no "lastro empírico" sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apoiariam: "a unidade étnico-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento comum de ser brasileiro".[130] A brasilidade deveria ser expandida para todos os estados da Federação.

O Rio Grande do Sul precisava integrar-se a esses propósitos de construção nacional. Longe das lutas partidárias, o gaúcho estava apto a instaurar "a disciplina social e a ordem econômica"; o estado devia ser "um espelho", onde se refletiria, "em toda a sua limpidez", as conquistas até então alcançadas pelo Estado Novo, na reconstrução do país.[131] Como peça de engrenagem nacional e cumprindo o papel destinado a ele, o regionalismo não representava nenhum risco.

Nas questões ideológicas, a vinculação também não podia falhar. A cultura e a educação (também religiosa) foram instrumentos muito importantes para a construção da nacionalidade que o Estado Novo procurava implantar, como veremos melhor no terceiro capítulo. Aqui, também se vê a mudança da ótica regional para a nacional. Explica Ruben Oliven: "No plano da cultura e da ideologia, a proibição do ensino em línguas estrangeiras, a introdução da disciplina de Moral e Cívica, a criação do DIP (que tinha a seu cargo, além da censura, a exaltação das virtudes do trabalho) ajudam a criar um modelo de nacionalidade centralizado a partir do Estado".[132]

---

[129] *Jornal do Estado*, 26 de março de 1940, p. 3.
[130] LENHARO, Alcir. *Sacralização da política***.** Campinas: Ed. da UNICAMP/Papirus, 1986, p. 57.
[131] *Jornal do Estado*, 25 de março de 1941, p. 1.
[132] OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo***.** A diversidade cultural no Brasil: Nação. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 40.



3 - Cartazes do DIP exaltando o trabalho.
Fonte: *Nosso Século 1930-1945* (CPDOC), v. 3, 1980, p. 192.

Para tornar mais eficiente a nacionalização do ensino, decretada em março de 1938 pelo interventor federal Cordeiro de Farias, o Estado Novo regulou o funcionamento das escolas estrangeiras e orientou o ensino a ser obrigatoriamente ministrado em língua portuguesa. Segundo o editorial o *Jornal do Estado*, essa medida tinha a seguinte justificativa:

> (...) formaram-se (...) dentro de nosso território colônias estranhas aos nossos sentimentos e aos nossos interesses. Núcleos de população brasileira que de nada sabiam da própria Pátria e que não podiam sentir e compreender os anseios da alma brasileira. Para terminar essa situação verdadeiramente dissolvente, destruidora da unidade nacional (...), o senhor Interventor Federal, Coronel Cordeiro de Farias, assinou ontem, o decreto nº 7.212.[133]

Esse decreto objetivava fundamentalmente atingir os núcleos de colonização alemã, que viviam em isolamento e cultivando o idioma alemão. Além disso, possuíam uma imprensa à parte, que se encarregava da divulgação, muitas vezes, de idéias nazistas. Com as medidas proibitivas de ensino de outro idioma que não o português, fechou-se o cerco a essas comunidades e até para centros maiores, como Porto Alegre, onde foram fechadas instituições evangélicas.[134] As escolas que não aceitavam nacionalizar-se também foram fechadas.

O combate ao nazismo, segundo Aurélio Py, passava pela nacionalização do ensino. O que se via era a ação integrada em dois níveis: "um educativo; outro

[133] *Jornal do Estado*, 8 de abril de 1938, p. 1.
[134] *Correio do Povo*, 10 de fevereiro de 1939, p. 7.

repressivo". Simbolicamente as duas formas de ação, na maioria das vezes coordenadas - estavam representadas nas pessoas de J. P. Coelho de Souza, secretário da Educação, e Aurélio de Silva Py, chefe de polícia.[135] A questão do processo educativo, como primeira opção, era destacada pelo chefe de polícia, como se vê na seguinte passagem:

> Considera-se, com razão, como principal causa da facilidade com que o nazismo se impôs em certos núcleos coloniais o desinteresse das administrações passadas do Brasil em relação ao problema do ensino rural e da nacionalização do ensino em geral. Consignando este fato, não visamos culpar ninguém, mas apenas apontar uma das raízes de um mal que tanto se alastrou e que, por isso, agora tanto nos tem custado debelar.[136]

Na verdade, foram dois os decretos de nacionalização: além do já citado, elaborou-se outro, em dezembro do mesmo ano (1938). O secretário de educação, Coelho de Souza, justificou a necessidade de registrar e nacionalizar as escolas particulares em virtude da reação apresentada pelas escolas.

Em várias cidades, o decreto não foi cumprido e as escolas foram fechadas à revelia, como em Candelária, Santa Cruz, etc. A resistência a essas medidas era comum e contava com o apoio da comunidade alemã. Exemplo disso é o caso citado pelo *Diário de Notícias* de que no município de Estrela havia sido burlada a lei do ensino com "pleno conhecimento do fiscal estadual do município".[137]

A repercussão do decreto foi grande, visto que se seguiu um período de "adesões" ao projeto nacionalizante com a manifestação de denúncias - quem fosse pego falando alemão era entregue à polícia. Francisco Corsi entende que essas medidas restritivas mostram a atitude de Vargas no enfrentamento da questão das minorias, buscando impedir riscos à unidade nacional. Surgiram projetos mais organizados, como é o caso dos ferroviários, que entravam na campanha da nacionalização através de uma comissão "pró-nacionalização" de nomes estrangeiros dados a localidades do Estado. Com isso, buscavam o apoio das autoridades para mudanças dos nomes "alienígenas"

---

[135] GERTZ, René. *O perigo alemão***.** Coleção Síntese Rio-grandense, n. 5. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991, p. 64-5.
[136] PY, Aurélio da Silva. *A Quinta Coluna no Brasil***.** A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1942, p. 232.
[137] *Diário de Notícias*, 3 de dezembro de 1939, p. 18.

de estações, vilas e cidades para nomes de grandes vultos da História, que recordassem sempre o Brasil.[138]

As medidas antigermânicas foram além das denúncias, do fechamento das escolas e das mudanças de nomes. A imprensa estrangeira foi duramente atingida; jornais com suspeição ou declarados divulgadores da ideologia nazista foram fechados. O Conselho Nacional de Imprensa (CNI), através de algumas reuniões realizadas sob a presidência do diretor geral do DIP, Lourival Fontes, determinou providências para a interdição definitiva das empresas jornalísticas que editavam as publicações estrangeiras.

Ao mesmo tempo em que desencadeava a repressão aos simpatizantes do nazismo, o Estado Novo procurava "integrar" os descendentes de imigrantes alemães ao "espírito nacional". Exemplo disso era a visita dos "coloninhos" à Porto Alegre, na Semana da Pátria . Nessas ocasiões chegavam a vir para a capital, caravanas de até quinhentos jovens, que ficavam hospedados na residência do interventor federal e de autoridades do estado, além das casas de famílias que se inscreviam para dar alojamento. Os "coloninhos" passavam por exames médicos e participavam das comemorações oficiais, além de missas que impunham à religião católica.



4 - Parada da Juventude em Porto Alegre, 7 de setembro de 1944.
Fonte: *Zero Hora*, Almanaque Gaúcho, 6 de abril de 2004, p. 46.

Cordeiro de Farias resolveu mais tarde designá-los de "gauchinhos". Eis a sua justificativa: "não temos colonos no sentido restrito do termo, nem temos, portanto, 'coloninhos'. O Brasil é, mais do que nunca, uma só a terra, contínua e rica, e uma só

[138] *Jornal do Estado*, 16 de fevereiro de 1939, p. 3.

gente, trabalhadora, alegre e fecunda. (...) 'Gauchinhos', entrem que a casa é de vocês".[139]

O sentido de mudar a designação de "coloninhos" para "gauchinhos" foi mostrar que o Brasil era uma só nação e, como tal, não podia ser pensada como colonizada por estrangeiros e, portanto, dividida. Aos que não se enquadravam dentro dos propósitos unificadores, como os nazistas, principalmente, Cordeiro de Farias dava ultimatos: "Aos agentes internacionais traidores do Brasil e à sua hospitalidade, só merecem a repulsa e o castigo dos filhos nascidos nesta terra maravilhosa".[140]

Em resposta a "cartinha" do "gauchinho" Luiz Erestani, que havia sido hospedado por Cordeiro de Farias, o interventor dizia estar satisfeito por verificar que o seu "amiguinho" não havia esquecido os dias que passara na capital "do seu estado". O interventor demonstrava satisfação em saber que Luiz estava "estudando e trabalhando ao lado dos seus pais para, um dia, ser um cidadão útil à Pátria". Pedia para o seu "amiguinho" continuar sendo "estudioso, trabalhador, disciplinado" para que no futuro se tornasse um "homem digno de nossa terra".[141]


A visita dos "gauchinhos" em 1941

Na escadaria do monumento a Júlio de Castilhos, na Praça Marechal Deodoro

5 – "Coloninhos" em Porto Alegre. Fonte: PIMENTEL, Fortunato (Org.) *Liga de Defesa Nacional*., p. 105.

Mesmo que a campanha de nacionalização não tenha acabado com as identidades étnicas e culturais, ela atingiu de "forma irreversível, uma parte substantiva da organização comunitária".[142]

As comemorações da Semana da Pátria eram momentos propícios para a exaltação do patriotismo e do nacionalismo. A LDN, durante o Estado Novo, no Brasil e

[139] *Jornal do Estado*, 9 de setembro de 1940, p. 3.
[140] *Jornal do Estado*, 3 de setembro de 1941, p. 1.
[141] AHRGS/CG, Maço 75 A. Carta de Cordeiro de Farias para Luiz Erestani, morador da localidade de Barros, no município de José Bonifácio, em 30 de dezembro de 1942.
[142] SEYFERTH, Giralda. "Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo". In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999, p. 223.

no Rio Grande do Sul, desempenhou papel fundamental para a implantação da política nacionalizante. Com a ditadura estado-novista, a LDN, fundada em 7 de setembro de 1916, e inspirada por Olavo Bilac, havia retomado sua força, principalmente na sua antiga bandeira nacionalista:

> Essa instituição, destinada a congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes, independente de qualquer credo político, religioso ou filosófico, tem entre outras principais finalidades, a de manter em todo o país a idéia da coesão e integridade nacionais, procurando facilitar e desenvolver as comunicações morais e materiais entre as unidades da Federação, propagar a educação popular e profissional e difundir em todas as escolas, assim como em todos os lares, oficinas, corporações e associações, a educação cívica, o amor à justiça e o culto ao patriotismo.[143]

As palavras de Fortunato Pimentel mostram que os objetivos da Liga inseriam-se perfeitamente nos objetivos do Estado Novo no que se referia à formação da consciência patriótica e nacionalista.

No Rio Grande do Sul, a LDN havia reaparecido em 1937 com a organização de seu diretório regional, tendo como presidente de honra, o interventor Cordeiro de Farias. Nos municípios do interior, a LDN fundou diversos núcleos onde realizava as suas "jornadas patrióticas". O Diretório Regional possuía vários departamentos, como universitário, militar, cinematográfico, etc. As atividades da LDN constituíam-se em promoções culturais, cívicas e de assistência social. Os concursos a fim de estimular a juventude para o patriotismo, como o de cartazes para a Semana da Pátria, e para a participação do Brasil na guerra, se revestiam de grande importância. Além disso, exibia filmes sobre a Semana da Pátria. Em Porto Alegre, esses filmes eram exibidos no Teatro São Pedro, em grandes solenidades com a participação de autoridades civis e militares.

Junto aos estudantes da Universidade de Porto Alegre, atuava o Departamento Universitário, fundado em junho de 1938. Nos estatutos do departamento, em seu artigo 19 estava estabelecido: "A LDN nunca poderá intervir em lutas editoriais, nem em discussões de propaganda partidária, política ou religiosa, mas intervirá sempre a título de centro de conselho e de continuidade nas questões de educação, nos problemas

[143] PIMENTEL, Fortunato (Org.) *Liga de Defesa Nacional*. 5 anos de atividade. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1943, p. 3.

sociais, de proteção e de defesa coletiva, abrigando-se dentro das garantias da constituição do país aos governos e ao povo".[144]

No entanto, a Liga feria os estatutos em vários momentos, principalmente no que se referia às questões políticas, pois tanto os estudantes como os militares em geral participavam das principais querelas políticas no Rio Grande do Sul. A LDN atuou em prol da nacionalização do ensino e no combate ao "quinta-colunismo". Contava com o apoio da intelectualidade, de artistas e de políticos, os quais prestigiavam e participavam de seus eventos e concursos. No meio estudantil organizava as "paradas da juventude", cujo objetivo era o reforço do civismo.

No restante do Brasil, a LDN não se destacou tanto na defesa do Estado Novo. A partir de 1943, a Liga voltou-se contra a ditadura, iniciando a luta em defesa da redemocratização. Edgard Carone afirma que logo após a sua reorganização, "a instituição vegeta e só retoma interesse quando é revitalizada pela ação de liberais e comunistas".[145]

A presença dos comunistas na entidade constituiu-se em alvo da infiltração de agentes policiais, que através de relatórios, mantinham a polícia informada a respeito das suas atividades. Um documento de Serafim Braga, chefe da seção de segurança social, do Rio de Janeiro, informou que durante os meses de outubro e dezembro de 1943, a Liga "recrudesceu suas atividades", buscando influenciar os "meios trabalhadores de todas as profissões", além de se intrometer na resolução de questões trabalhistas, tomando iniciativas "que só aos sindicatos e ao Ministério do Trabalho" cabiam. Além disso, Braga comentava que, "trabalhadores descontentes por qualquer motivo", ameaçavam com "as 'providências' da Liga".

Considerava que a nova feição adotada pela entidade, estava afastando-a das "normas traçadas pelo chefe da Nação", o que fatalmente levaria à "ressurreição da famigerada Aliança Nacional Libertadora" e que, por "notável coincidência", havia antigos militantes da ANL naquela organização. Para Braga os antigos membros da ANL estavam irmanados com "operários, comerciários, industriários e marítimos, comunistas professos, simpatizantes afastados dos respectivos sindicatos, bem como os não comunistas, infiltrados na LDN". Braga acreditava que apesar desse quadro, os sindicatos na sua maioria, jamais se deixariam levar, de "tão integrados que estavam os

[144] *Jornal do Estado*, 8 de junho de 1938, p. 3.
[145] CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1977, p. 301.

operários e trabalhadores na política construtiva do governo, numa manifestação sincera e coesa que, naturalmente, decorre dos inúmeros benefícios recebidos". Entendia que a promoção de comício e passeatas organizadas por demagogos fichados pela Delegacia Especial, que, "sob alegação de auxílio às forças expedicionárias", buscavam fazer propaganda política, iam de encontro aos "altos interesses da Nação".[146]

O ministro Dutra através de uma "Exposição de Motivos" endereçada ao presidente da República, relatava que os comunistas estavam valendo-se "das circunstâncias especiais da guerra" para fazer propaganda de suas idéias, acobertados pela "bandeira da União Nacional". Dizia que o lugar onde "melhor se radicaram" os comunistas era a LDN. Dutra criticava a "complacência" que estes vinham obtendo dos "órgãos do poder público".[147]

Duas outras entidades passaram a receber cuidados especiais da DESPS: a Sociedade Amigos da América (SAA) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). A SAA foi organizada em 7 de setembro de 1942 por influência do general Manoel Rabelo e tinha como objetivo congregar a todos que desejassem apoiar moral e materialmente os países americanos envolvidos na guerra. Segundo relatório da polícia, a entidade "estaria fadada a ser uma organização poderosa de auxílio" ao esforço de guerra do país, se não tivessem aparecido em "seu corpo a parasitar elementos de má fé", como comunistas, "condenados, fichados e anatematizados", que convergiam "sem pudor e jactantes" para fazerem parte da Associação.[148]

A DESPS do Rio Grande do Sul, em seu relatório da situação do comunismo no estado, informava que na capital, o "elemento de vanguarda" que procurava a fundação de núcleos da SAA, era "por demais conhecido como adepto de Moscou".[149]

A classe estudantil era considerada "outra presa valiosa do comunismo". Segundo um relatório da DOPS,[150] "dirigentes das organizações estudantis", no Rio Grande do Sul, que eram organizados pelo professor Otto Alcides Olweiller, representavam "o bloco mais forte da irradiação comunista" no estado. O chefe de

---

[146] APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Pasta 49, Movimento Sindical, 29 de março de 1944, fls. 67-70.
[147] FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, Edvp 1944.04.28.07. Exposição de Motivos n. 693, de 22 de junho de 1944.
[148] APERJ, Fundo DESPS, Série Relatórios, n. 868.
[149] APERJ, Fundo DOPS, Série Estados, Pasta 19 B. "Relatório da situação do comunismo neste estado", remetido pelo chefe de polícia do estado, Aurélio Py, para o interventor federal Cordeiro de Farias, Porto Alegre, 17 de março de 1943, p. 12
[150] Sobre a vigilância sobre os estudantes durante o Estado Novo, ver SANTOS, Viviane Teresinha dos. "Os subversivos das arcadas". In. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Inventário DEOPS:* Módulo II – Estudantes: Os subversivos das arcadas. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1999, p. 13-80.

polícia relatava que a delegacia estava "seguindo muito de perto esses movimentos", mas o momento não era oportuno para agir contra a UNE, "em face do perigo iminente que constituía a quinta-coluna".[151]

Sociedade Vigiada, Sociedade Censurada Num "Ambiente de Trabalho e Confiança"

Os primeiros dias que se seguiram ao golpe do Estado Novo no Rio Grande do Sul, foram sentidos de forma particular pela população do estado. Na coluna reservada às "Queixas do Público", do jornal *Correio do Povo*, as impressões foram as mais variadas possíveis. De Caxias do Sul, uma leitora dizia que depois "da proclamação do Estado Novo", aquela era a primeira vez que se via "obrigada a pedir um pouco de atenção". Referia-se ao "baixo nível moral" daqueles encarregados da "salvaguarda da sociedade", isto é, os policiais. Considerava a existência de lugares "onde maior ameaça a ordem residia nos seus próprios mantenedores". Entendia ser no departamento de polícia o local onde "mais necessário" se fazia o "saneamento e a moralização". Nesse sentido, cobrava do Estado Novo a formação de "uma polícia digna desse nome, no seu bom sentido".[152]

O desabafo da leitora, provavelmente, estava relacionado à notícia publicada no dia anterior, referente aos novos decretos que estavam por vir. A matéria informava que em meio "`as medidas altamente moralizadoras" do presidente da República, destacava-se um possível decreto, que visava "restituir aos lares as senhoras casadas", cujos maridos eram "bem colocados" e assim, poderiam "manter sem luxo, mas com decência, suas famílias". A matéria do jornal considerava que a prática de tal medida representaria uma calamidade para os casais que construíram os seus lares unindo suas economias.[153]

Admor Veras, de Piratini, escreveu para a coluna do jornal, denunciando a precariedade da saúde das populações rurais. Relatava a falta de assistência médica na região da Campanha e a "infinidade de desgraças devidas tão somente à carência total de recursos". Entendia que já estava na hora de exigir dos poderes públicos, medidas

[151] APERJ, Fundo DOPS, Série Estados, Pasta 19 B. "Relatório da situação do comunismo neste estado", remetido pelo chefe de polícia do estado, Aurélio Py, para o interventor federal Cordeiro de Farias, Porto Alegre, 17 de março de 1943, p. 14.
[152] "Queixas do público", *Correio do Povo*, 11de dezembro de1937. Carta sem identificar a autora, enviada de Caxias do Sul, para o jornal, em 3 de dezembro de 1937, p. 5.
[153] "Novos decretos-leis serão baixados", *Correio do Povo*, 8 de dezembro de 1937, capa.

que se não resolvessem os problemas, que ao menos atenuassem o que havia de "dramático nesse sentido".[154]

De Porto Alegre veio uma queixa sobre a taxa cobrada para o fornecimento de salvo-conduto para viagens. O leitor reclamava que o mesmo era uma imposição da polícia e não uma solicitação do viajante. Considerava injusto que a pessoa a quem se constrangesse aquela formalidade, se impunha, ainda, o pagamento das estampilhas, o que achava ser uma "extorsão". Entendia que, se o salvo-conduto era uma necessidade, esta não deveria obrigar a população a gastar, por "conveniência da ordem ou da segurança pública".[155]

Enquanto os leitores do jornal, ainda, podiam "queixar-se" contra as autoridades estaduais, o mesmo não poderia se dizer dos ferroviários. O diretor geral da Viação Férrea baixou uma circular dirigida ao seu quadro de pessoal, nos seguintes termos:

> Atendendo a necessidade imperiosa de ser mantida a disciplina interna para o bom andamento dos serviços e, devidamente autorizada pelo Governo do Estado, esta Diretoria comunica que: 1) a todo o ferroviário assiste o direito de dirigir-se, verbalmente ou por escrito, em dos seus interesses na Estrada, pessoais ou da coletividade ferroviária, aos seus superiores hierárquicos do seu chefe imediato, na administração, mas, mediante prévia anuência deste, que deverá ter conhecimento do assunto a ser tratado e não poderá negar a permissão solicitada; 2) tratando-se, porém, de autoridades superiores, do Governo, os interessados, cumpridas determinações acima citadas, deverão antecipadamente obter permissão do Diretor Geral, dando-lhe conhecimento do assunto a tratar; 3) a falta de cumprimento destas instruções, salvo casos excepcionais e plenamente justificáveis pela sua urgência e real impossibilidade de cumpri-las, a juízo do Diretor Geral, importaria em falta disciplinar.[156]

Alguns dias depois da "mordaça" aplicada aos ferroviários, outra medida, agora vinda do delegado de polícia da capital, encarregado da elaboração do "regulamento das praias de banho". Segundo o delegado Ribeiro, seria criada uma cláusula que proibia o uso de calção de banho "na parte de terra" que se achava "compreendida entre a estrada

---

[154] "Queixas do público", *Correio do Povo*, 14 de dezembro de 1937, p. 5. Carta escrita em 7 de dezembro de 1937.
[155] "Queixas do público", *Correio do Povo*, 1º de dezembro de 1937, p.3. Carta de Porto Alegre escrita em 29 de novembro de 1937, sem o nome do remetente.
[156] "Para o bom andamento dos serviços da Viação Férrea", *Correio do Povo*, 7 de dezembro de 1937, p.9.

e a água", enquanto que, nos outros pontos, como restaurantes, seria obrigado o uso de roupão. Além disso, o delegado, que deveria ser um grande entendedor de moda, determinava que os calções de banho, deveriam "ser feitos de lã ou flanela", não sendo admitidos "seu uso quando de outro tecido". [157] Lã e flanela no verão, só no pólo norte e na cabeça do delegado Delmar de Araújo Ribeiro.

Um "leitor amigo" utilizando-se do espaço de queixas do jornal, relatava a situação vivida por ele e seus filhos. Num dia de "calor pavoroso", ele vestira seu *maillot* e foi com as crianças também de *maillot*, dirigindo-se para à margem do Guaíba, que dava nos fundos da sua casa. Relatava terem entrado na água, em torno das 17 horas e só se recolhido às 19 horas. No dia seguinte, perto das 18 horas chegou à praia correndo, um guarda-civil que em tom firme e enérgico obrigava a criançada e os demais banhistas a saírem da água porque segundo declarou o senhor chefe de polícia não era permitido o banho naquela zona. O leitor disse que "ante tão autoritária intimação", não restou nada a fazer a não ser "baixar a cabeça e silenciosos e desiludidos", rumar "outra vez para dentro da fornalha", porque segundo lhe parecia ao chefe de Polícia, não agradava "que os moradores da zona do Gasômetro" se divertissem no "inocente banho de rio", tão agradável naquele tempo.

Segundo o leitor, por maior esforço que fizesse para entender o ato do chefe de polícia, não conseguia "atinar com as causas que pudessem determinar essa medida tão desagradável quão injusta". Se a medida tivesse sido imposta com o "fim de impedir abusos de algum banhista no trajo indecente ou na incontinência de linguagem", mesmo assim, parecia-lhe desnecessário "uma medida de tal caráter". Finalizava pedindo a reconsideração do chefe de polícia quanto a ordem que os "privou das delícias do refrigério nas águas do Guaíba".[158]

Em 1940, as instruções para a fiscalização das praias balneárias e litoral expedidas pela Delegacia de Polícia proibiram terminantemente, enquanto a pessoa estivesse "trajando exclusivamente roupa de banho: fazer ou transitar fora da área ou perímetro, da praia propriamente dita, bem como permanecer ou formar grupos nos bares, copas, restaurantes, etc., porventura instalados nas suas imediações ou arredores".[159] Segundo a regulamentação, trajes de banho, grupos de pessoas e restaurantes eram sinônimos de subversão e imoralidade.

---

[157] "Regulamento das praias de banho", *Correio do Povo*, 21de dezembro de 1937, p.7.
[158] "Queixas do público", *Correio do Povo*, 12 de janeiro de 1938, p.7.
[159] "A fiscalização das nossas praias balneárias e litoral", *Jornal do Estado*, 31 de dezembro de 1940, p. 4.

A coluna "As Queixas do Público", do *Correio do povo*, pedia aos "missivistas" que, sistematicamente, assinassem, "do punho próprio, as cartas, declinando ainda o respectivo domicilio". Informava que esta providência era "para uso exclusivo da redação", pois as "Queixas" poderiam continuar, sendo publicadas com "um simples pseudônimo". Desta forma, não seria negada a publicação das cartas de "evidente interesse e atualidade".[160]

O Estado Novo, ao mesmo tempo em que não queria saber de queixas anônimas, tomava medidas repressivas contra pessoas acusadas anonimamente ou denunciadas por inimizades ou outros motivos. Júlio Atahyde, funcionário da Viação Férrea, foi chamado pelo delegado da DOPS, para que prestasse "esclarecimento sobre uma denúncia".[161] Dioclydes A. Britto mandou publicar a seguinte declaração: "Eu abaixo-assinado, tendo sido acusado como adepto do credo vermelho pelo Sr. Arnaldo de Castro, venho pela presente declaração, tornar público que nunca pertenci, não pertenço e não pretendo pertencer ao comunismo".[162]

Com a pergunta "O que se passa em Bagé", uma reportagem apresentava a atitude tomada pelo delegado de polícia em cumprimento a uma portaria da Repartição Central de Polícia, que estava "regularizando os espetáculos cinematográficos". Por isso, requisitou ao comandante do destacamento da Brigada Militar "uma praça para cada um dos cinemas locais". Cada espetáculo seria assistido por um inspetor designado e teria "à sua disposição um agente de segurança pública".

Estes funcionários tinham autorização para proibir a entrada de pessoas embriagadas, bem como as que se apresentassem com falta de asseio, as que não observarem os preceitos da decência e aquelas que, por qualquer motivo, fossem inconvenientes. As pessoas que conseguissem passar pelo crivo policial, tinham também que cumprir certas regras, como: não incomodar a quem quer que seja, durante o espetáculo; não fumar no recinto dos teatros; a se conservar descobertos (desarmados); além de outras proibições que seriam rigorosamente observadas.[163] A pergunta que deu o título à matéria acima, logo teria uma resposta do Estado Novo, que ia muito além de Bagé e dos cinemas, e sim para o controle da sociedade como um todo.

---

[160] "Aos freqüentadores das 'Queixas do público'", *Correio do Povo*, 3 de abril de 1938, p.9
[161] "Chamado à DOPS", *Correio do Povo"*, 10 de dezembro de 1937, p.7
[162] "Declaração", *Correio do Povo*, 10 de dezembro de 1937, p.7.
[163] "O que se passa em Bagé", *Correio do Povo*, 3 de abril de 1938, p. 19.

O controle não tardou. Através de uma Ordem de Serviço, a RCP baixou instruções referentes "à nova orientação de censura à imprensa" no Rio Grande do Sul. As instruções referiam-se:

> 1 – Nos jornais diários matutinos e vespertinos, nos órgãos semanais, esporádicos ou de classe, associações, sindicatos, etc., revistas e outras publicações periódicas, devidamente organizadas, a censura será feita pelos próprios diretores ou responsáveis legalmente reconhecidos. 2 – Quando o Chefe de Polícia julgar conveniente entretanto, poderá determinar sejam os trabalhos de censura, na forma do número anterior, em qualquer órgão de publicidade, acompanhados, diretamente por um censor oficial da RCP. (...) II – A ação controladora da censura, em qualquer dos casos acima mencionados, far-se-á exercer, tanto sobre a parte propriamente do noticiário, como no que disser respeito à Doutrina. (...).Delegacia Auxiliar da RCP, em Porto Alegre, 15 de julho de 1938. Cap. Riograndino da Costa e Silva, Delegado Auxiliar. Aprovo – Aurélio da Silva Py – Capitão Chefe de Polícia.[164]

Seguindo o objetivo de vigiar, a Chefatura de Polícia do estado, através de uma portaria, passou a controlar a autorização das licenças para reuniões "de entidades culturais, recreativas, desportivas de todos os gêneros".[165] A polícia também substituiu os salvo-condutos pelas carteiras de identidade. As carteiras de identidade passaram a ser exigidas obrigatoriamente, a quaisquer pessoas que viajassem no Estado, por via férrea ou por estrada de rodagem, não sendo permitida a venda de bilhetes nas estações ferroviárias ou outros pontos de embarque, sem a apresentação da carteira. Também não eram consideradas válidas, em substituição dos salvo-condutos, as carteiras de identidade profissionais fornecidas por sindicatos ou quaisquer outras entidades de classe.[166]

Ao mesmo tempo em que a polícia estadual estabelecia, cada vez mais, formas de controle, ela passava por reestruturação para poder realizar o seu trabalho vigilante e repressivo com maior qualidade e eficiência. O Decreto n. 6.880/37, que deu

[164] "A imprensa sob nova orientação", *Correio do Povo*, 19 de julho de 1938, p. 11.
[165] "As licenças para reuniões sociais", *Jornal do Estado*, 17 de outubro de 1938, p.3.
[166] "A substituição dos salvo-condutos pelas carteiras de identidade", *Jornal do Estado*, 14 de junho de 1938, p.7.

organização para a Polícia de Carreira no estado, possibilitou a criação de uma Delegacia Auxiliar, como parte integrante da RCP, com sede na capital.[167]

De acordo com o chefe de polícia, Aurélio Py, através dessa nova organização policial, nos moldes aplicados no Distrito Federal e São Paulo, seria possível "uma perfeita ação preventiva e repressiva das leis, na manutenção do regime e das instituições vigentes no país".[168]

Para atingir o aperfeiçoamento dos serviços policiais no estado, foi fundada a Escola de Polícia da Repartição Central de Polícia, em 1938. No discurso de reinício das aulas no ano seguinte, Py fazia referência ao lema "Deus, Pátria e Família" que deveria ser seguido sem restrições, porque era necessário "caldear a nossa têmpera no cadinho da religião e no altar da pátria", a fim de fazer o enfrentamento "aos maus patriotas que tudo querem devorar e subverter". Dizia que o "coaxar das rãs" não tinha importância, mas as "balelas dos desocupados" deveriam ser temidas, porque no Rio Grande, o ambiente era de "trabalho e confiança". O orador deixava bem claro qual a lição que seria dada para os aprendizes de policiais, contra aqueles que se insurgissem contra o Estado e as suas instituições: repressão.[169]

A ação da DOPS era fundamental para a repressão, uma vez que o foco de concentração da sua ação, não estava nos crimes comuns e sim nos crimes contra a ordem social vigente, contra o Estado. Por isso, Py entendia a necessidade da separação entre "Ordem Política e Ordem Social". Esta divisão vinha "da circunstância de serem os movimentos contra o Estado, ora de natureza política, ora de natureza social". Assim, uma Delegacia que se encarregava tanto dos crimes políticos quantos sociais, poderia auxiliar de forma concreta ao TSN, fornecendo informações completas sobre os "elementos subversivos", que seriam encaminhados para julgamento naquele Tribunal Especial.[170]

Mesmo que o alvo do controle e da repressão, no discurso oficial, estivesse concentrado principalmente, nos subversivos comunistas, a sociedade como um todo passou a ser vigiada. Em 1940, a criação no Rio Grande do Sul, do Correio Ambulante, com a função de "separar a correspondência ainda nos carros da estrada de ferro" para que chegando ao seu destino, já estivesse "completamente manipulada". Aquilo que foi

[167] "Modificações na polícia do estado", *Correio do Povo*, 31 de março de 1938, p. 14.
[168] APERJ, Fundo DOPS, Série Estados, Pasta 19 A. Organização Policial do Rio Grande do Sul, 1938.
[169] "Reabriram-se hoje as aulas da Escola de Polícia", *Jornal do Estado*, 5 de julho de 1939, p. 16.
[170] "Até julho, a polícia enviou 49 processos ao TSN – palestra de Py sobre a Delegacia de Ordem Política e Social", *Correio do Povo*, 6 de setembro de 1939, p. 9.

divulgado como um "importante melhoramento", na prática representou uma forma de censura e controle das correspondências.[171]

Em âmbito nacional, principalmente, entre os anos de 1943 a 1945, a Censura Postal Brasileira (CPB) agiu intensamente, violando o sigilo postal de todo o país. A CPB estava vinculada ao Departamento dos Correios e Telégrafos, que por sua vez, estava subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas e agia conjuntamente com as DESPS. Através de formulários, confeccionados especialmente para abranger o maior número possível de informações acerca dos remetentes e destinatários, a censura contava com o apoio logístico dos órgãos policiais, que informavam se a pessoa já tinha ficha policial. A censura, em última instancia, não pode ser vista separada da atividade da polícia, pois como considerou Maria Luiza Tucci Carneiro: "a censura manifesta nos anos 30 e 40 no Brasil, *enquanto fenômeno da história (...) emerge interligada ao conceito de criminalidade política*".[172]

As cartas eram abertas por um censor identificado por um número, o qual determinava o destino que estas deveriam ter, de acordo com o seguinte código: Retida (R), Liberada (L), Condenada (C), Devolvida ao Remetente (DR) ou enviada com observações. As correspondências, liberadas ou não, passavam pela análise do censor, que segundo o teor da carta, as classificava de acordo com os seguintes critérios: político (grande maioria das correspondências), segurança nacional, militar e aéreo.[173] A CPB ficou ativa até o fim do Estado Novo.



6 - Carta censurada pela CPB.
Fonte: *Zero Hora*, Almanaque Gaúcho, 31 de agosto de 2000, p. 82.

[171] "Um importante melhoramento nos serviços postais do Estado – o Correio Ambulante", *Jornal do Estado*, 23 de março de 1940, p. 11.
[172] CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial/PROIN/Arquivo do Estado/FAPESP, 2002, p. 30.
[173] APERJ, Fundo DESPS, Inventário 1937-1945, Série CPB.

A CPB condenou (C), em 8 de novembro de 1943, a carta de Arthur das Chagas Salgado, de Porto Alegre, remetida para Manuel de Menezes Pinto, do Rio de Janeiro. O censor 83 utilizando a classificação "Político", assim justificou a medida: "I - Alusões desairosas às autoridades governamentais; II – Deficiência de alimentos no Rio Grande do Sul; III – Referências ao aumento de vencimentos dos funcionários públicos; IV – comentários sobre a seca e a epidemia de febre aftosa". E para provar o que estava dizendo, o agente 83 transcreveu as passagens que davam argumentos ao seu parecer: "I País desgraçado que não tem autoridade capaz de zelar pelo bem público"; "II – se pode observar todas as manhãs, velhos e crianças quase nus tirando restos de comida das latas de lixo para comerem"; "III - enganam o povo estes tartufos, aumenta-se os ordenados, mas também aumentaram os impostos e preços dos gêneros"; "IV – está grassando a aftosa em vários lugares".[174]

O conhecimento da realização de censura era percebido por algumas pessoas, as quais, faziam questão de que o censor soubesse disso. J. V. S. Cardoso, de Washington, Estados Unidos, enviou correspondência para Loforte Gonçalves, de Porto Alegre. A carta de Cardoso, que colocava "dúvidas quanto ao desvio de correspondência", foi encaminhada pelo censor 715, para decisão da CPB.[175] O soldado Júlio B., da Companhia Montada de Transmissão de Santiago, escreveu para Sylvia Margiosta, de Petrópolis, Rio de Janeiro, e teve a sua carta retida, por motivo político, justamente por denunciar a violação de correspondência na agência da cidade, onde ele diz: "Há muito eu desconfiava, aliás, com motivos, de que a mulher do Correio, procedia mal com a nossa correspondência e hoje ficou provado. Um dos empregados de lá foi despedido e por vingança veio contar ao nosso capitão que era comum rasgarem as cartas e tirarem o selo das mesmas, sendo que mais tarde esses selos nos eram remetidos como sendo novos".[176] Oscar Krimau, de Uruguaiana, comentou em carta enviada para o Chile, dizendo da "alegria ao saber" que podia "falar e escrever livremente apesar de que todas as cartas que saem do Brasil são censuradas". O censor 1202, talvez contagiado pela alegria do missivista ou para mostrar a este, que não havia censura, liberou a correspondência.[177]

---

[174] APERJ, Fundo DESPS, Inventário 1937-1945, Série CPB, Notação 7, ficha DF 9849.
[175] APERJ, Fundo DESPS, Inventário 1937-1945, Série CPB, Relatório RS 5678. Carta de 29 de maio de 1944 e censurada em 9 de junho de 1944.
[176] APERJ, Fundo DESPS, Inventário 1937-1945, Série CPB, Notação 6, ficha F – 2185. Carta de 3 de março de 1943.
[177] APERJ, Fundo DESPS, Inventário 1937-1945, Série CPB, carta de 8 de dezembro de 1943 e examinada em 11de dezembro de1943.

Quanto às classificações por motivos militar, segurança nacional e aéreo se referia ao contexto de guerra. As correspondências que faziam comentários à localização de tropas, às tentativas de deserção ou utilização de meios ilícitos para fugir do alistamento militar, às condições precárias de alimentação nos quartéis, sobre as proibições impostas aos soldados na caserna, etc., eram identificadas com a observação "militar" e "aéreo". Em relação à segurança nacional, as cartas mais visadas eram as de suspeitos de serem nazistas.

A censura postal e telegráfica continuou após 1945, pelo menos até início de 1946, visto que o Decreto-lei n. 8.745/46, mandava aproveitar no Departamento de Correios e Telégrafos, o pessoal que estava em exercício nas censuras postal e telegráfica, até a data da extinção da mesma.[178]

Um outro acontecimento veio gerar apreensão e desconfiança entre a população do estado: o Recenseamento Geral de 1940. Os trabalhos censitários tiveram início em fevereiro de 1938, com o Decreto-lei n. 237.[179] Segundo Gustavo Capanema, "nada menos de sete censos distintos e alguns inquéritos complementares foram realizados simultaneamente, compreendendo todos os setores da vida nacional".[180] E foi, justamente, a abrangência de todos os setores da sociedade, a causa dos temores populares. E não era para menos, já que, as indagações censitárias buscavam saber dados sobre fecundidade: número de filhos vivos e mortos, idade do informante ao ter o primeiro filho; cor da pele; grau de instrução; em relação aos estrangeiros, a data em que chegou ao Brasil, se falava ou não o idioma nacional, qual idioma falado habitualmente; profissão: empregado ou empregador, se trabalhava por conta própria, remuneração; se possuía propriedade imobiliária ou rural; se era segurado social ou particular; religião; condições sanitárias; aspectos culturais, desportivos e técnico-cientificos; segurança pública;[181] enfim, um grande número de informações que teriam que ser fornecidas por uma população que acabara de entrar numa ditadura, aliada ao clima de animosidade existente contra os descendentes de alemães e italianos, principalmente.

Tal foi o alvoroço, que o governo estadual contra-atacou, referindo-se ao Decreto-lei n. 969/38, que regulamentou o recenseamento do país e estabeleceu as

[178] Ver Decreto-lei n 8.745, de 21de janeiro de 1946.
[179] Decreto-lei n. 237, de 2 de fevereiro de 1938, deu início aos trabalhos censitários no Brasil.
[180] SCHWARTZMAN, Simon (Org.) *Estado Novo, um auto-retrato*. (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: UNB, 1982, p. 178.
[181] Idem, ibidem, p. 179-81.

"severas sanções penais" para punir "as falsas declarações", ao mesmo tempo em que dizia garantir o "sigilo das informações".[182]

A Delegacia Regional do Serviço Nacional de Recenseamento tornou público, que qualquer indício de "destruição dos cartazes do recenseamento", que estavam sendo afixados pela cidade, seria "considerado ato de sabotagem, correndo o seu autor o risco de ser preso em flagrante, de acordo com as leis vigentes".[183] A população do estado não estava convencida da finalidade de tantos questionamentos sobre a sua vida, chegando haver uma tendência ao boicote. Esta situação exigiu de Vargas uma atitude para desfazer o "mal-entendido", através de um apelo público:

> É preciso que cada brasileiro compenetre-se com a convicção de que prestar declarações, inexatas ou falsas é agir de má fé para com o Brasil. (...) A administração pública, naturalmente, valer-se-á do conjunto de informações censitárias para saber como melhor conduzir os problemas gerais. Mas só a falta de familiaridade com a índole dum recenseamento é que poderia supor que um inquérito dessa ordem compreendesse objetivos fiscais, policiais, políticos e quaisquer outros alheios ao campo da estatística. Se o governo federal precisasse utilizar as informações censitárias para fins outros que não os meramente estatísticos, nenhuma razão impediria que isto fosse expressamente declarado. (...) Sempre confiei nos brasileiros e nunca vi a minha confiança desmentida. Quando em nome da pátria os chamo, para vê-los colaborar numa iniciativa de tão raro sentido cívico, estou certo de que serei ouvido.[184]

A Origem da Vigilância: o Serviço de Inquéritos Políticos Sociais (SIPS)

A organização de uma polícia política no Brasil teve início antes do Estado Novo, através da criação das delegacias sociais e políticas ainda na década de 1920. A ação de repressão, controle e vigilância deveriam basear-se numa nova concepção da ação policial, eficiente, de caráter técnico e científico. Essa visão se consolidou com o novo tipo de governo, a partir de 1930.

---

[182] "Condições de rigoroso sigilo cercam as informações censitárias", *Jornal do Estado*, 1º de abril de 1940, p. 6.
[183] "Aulas práticas para os recenseadores de Porto Alegre", *Jornal do Estado*, 10 de agosto de 1940, p. 4.
[184] "Um apelo do presidente Getúlio Vargas pró-recenseamento", *Jornal do Estado*, 31 de agosto de 1940, p. 16.

Tal mudança de rumo se deu em razão da percepção, por parte das forças policiais, de que a prática costumeira e comum de violência não surtia o efeito desejado. A força repressiva e sua extrema violência não eram mais suficientes para intimidar os movimentos políticos e sociais.

Em 1935, com a criação da Lei de Segurança Nacional (LSN), o chefe da Polícia do Distrito Federal Filinto Müller ampliou, junto ao seu Gabinete, o serviço de propaganda encarregado de "combater os extremismos", os quais segundo ele, colocavam em grande risco a ordem e a soberania nacionais. No mesmo dia, mês e ano do golpe que deu início ao Estado Novo, através da portaria n.º 3.622, de 10 de novembro de 1937, Müller deu organização especial ao departamento denominado Serviço de Divulgação. Nesse mesmo dia, o Serviço de Divulgação lançou cartazes coloridos contendo propaganda política, na capital federal, com a figura do presidente Getúlio Vargas, distribuindo os mesmos em formato pequeno e em preto e branco para o interior do país.

O Serviço de Divulgação desenvolveu de 1937 a 15 de abril de 1939, a partir da capital da República, um grande trabalho de propaganda que passou a ser estendida para todo o país, visava formar uma opinião favorável à consolidação do Estado Novo e combater as "idéias subversivas". A partir desses objetivos, a polícia política procurou ir além da rotina policial, entendendo que "as origens e as fontes propulsoras dos movimentos subversivos" estavam "sempre para além das fronteiras e algumas vezes apenas na solidariedade ideológica, mas, não raro, no apoio material de recursos de toda natureza".[185] Assim, fazia-se necessário conhecer os métodos utilizados pelos "inimigos da pátria", estudando o meio ambiente nos seus amplos aspectos (físico, administrativo, social, econômico e histórico) onde agiam os "agitadores políticos de grande tirocínio e com conhecimentos gerais apreciáveis".[186] Daí, a importância dada a esse órgão especializado, fundamental para agir com as mesmas armas daqueles a quem deveriam combater.

O Serviço de Divulgação passou por diversas mudanças, as quais foram dando a fisionomia necessária para a sua eficaz atuação. Transformou-se em Serviço de Divulgação da Polícia e por fim, no SIPS. Como uma das atividades de orientação de suas campanhas de Polícia Política Preventiva, o SIPS, paralelamente, iniciou um

[185] Cf. Polícia Civil do Distrito Federal. *O SIPS e suas finalidades*. Serviço de Inquéritos Policiais. Rio de Janeiro: Polícia Civil do Distrito Federal, 1940. CPDOC/FGV. Ref. 351.746.1(81)/R585s p. IX.
[186] Cf. Idem, p. X.

estudo detalhado da situação administrativa das centenas de municípios existentes no país no período. O levantamento servia de elemento de orientação segura em relação ao modo de conduzir, sobre quais métodos deveriam ser empregados de acordo com a real situação de cada um deles.

O Serviço de Divulgação distribuiu para as escolas, repartições públicas, associações, entre outras organizações do país, noventa mil retratos do presidente da República e imprimiu os seus discursos. De 1937 a 1939, foram distribuídos para o interior do Brasil, quarenta e cinco livros[187] e folhetos, cujas edições variavam de dez a setenta e cinco mil cada uma. De acordo com o tema das publicações, estas eram repassadas para a imprensa, autoridades, indústrias, particulares, escolas, etc.

A finalidade principal do Serviço centrou-se na busca do conhecimento detalhado da sociedade brasileira, procurando perceber o seu pensamento a respeito da instalação do Estado Novo. Assim, a vigilância político-policial e a propaganda do governo, poderiam ser mais elaboradas.

Estabeleceu-se uma rede de informações que se espalhou para todos os recantos do país. Esta rede incluía uma troca de informações entre o Serviço de Divulgação e pessoas com funções públicas ou influentes nos seus locais de domicílio. Diariamente, foram recebidos pelo órgão mais de quatrocentas e cinqüenta correspondências.. Com o Estado Novo consolidado, Müller extinguiu o Serviço no tocante à missão de "propagandear o governo", mantendo apenas, um dos seus departamentos.

Através da Portaria nº. 4.908, de 15 de abril de 1939, ficou estabelecido:

> 1 – Fica mantido o Serviço de Inquéritos Político Sociais que funcionava anexo ao Serviço de Divulgação da Polícia Civil do Distrito Federal. 2 – Ao Serviço de Inquéritos Políticos Sociais competirá a coordenação de todos os elementos informativos, de ordem intelectual, sobre assuntos que interessem a Polícia Preventiva, na defesa do Regime e do Governo. 3 – O SIPS para esse fim ficará com o arquivo, acervo e instalações do extinto Serviço de Divulgação, prosseguindo na atualização permanente do Caderno de Informações, à base municipal, afim de que, sobre todo o território nacional possa manter esta Chefia sempre informada quanto a marcha dos acontecimentos de caráter político e social que, direta ou indiretamente digam respeito a segurança do Regime e do Governo. 4 – O SIPS deverá promover, da Capital da República para todo o País, entendimentos para

[187] O reverso da distribuição de livros do regime estado-novista foi a censura e apreensão deles. Sobre isso, ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos...*, op. cit.

> melhor cooperação entre organizações particulares e públicas, dentro ou tangentes as suas finalidades, prestando as mesmas, quando solicitado, a maior colaboração possível. (...) 7 – O Chefe de Polícia, a quem ficará diretamente subordinado o SIPS, baixará portarias reservadas contendo instruções necessárias ao seu perfeito funcionamento.[188]

Assim, ficou estabelecido que, para cada município do país, os arquivos do SIPS obedeceriam ao trabalho realizado anteriormente, quando do Serviço de Divulgação. Dessa forma, foi montado um grande acervo de informações relativas aos mais variados aspectos da população de cada município, dos mais gerais aos mais detalhados.

Constavam do inventário os seguintes dados: monografia de cada município, nos seus aspectos de conjunto; 44 fichas sobre aspectos da vida do município; 50 fichas com dados biográficos e financeiros dos cinqüenta principais contribuintes de impostos no município; 50 fichas biográficas dos munícipes de maior projeção social e política na vida da localidade; 6 fichas em que, separadas e nominalmente, estavam arroladas as autoridades e representantes das diversas profissões liberais; um inquérito sobre os núcleos de população com mais de cem habitantes, em todos os 1.574 municípios; um inquérito sobre núcleos e colônias estrangeiras; um inquérito sobre Emigração e Imigração; um inquérito político, referente ao Estado Novo, entre os representantes das profissões liberais; um inquérito junto aos estabelecimentos de ensino e entre a juventude escolar, sobre o Estado Novo; uma rápida monografia de cada um dos 4.842 distritos, total em que os municípios se subdividiam; 48% de informações avulsas e espontâneas de pessoas diversas sobre a situação dos municípios; 40% de estudos apresentados por colaboradores espontâneos, constituindo ligeiras monografias sobre assuntos diversos.[189]

No caso do Rio Grande do Sul, o Serviço de Divulgação enviou os formulários dos municípios diretamente para o interventor Daltro Filho, que os encaminhou aos prefeitos, ainda em 1937. Em seguida, as prefeituras passaram a reencaminhar os formulários com as questões preenchidas.

A prefeitura de Viamão enviou o seu relatório em 11 de dezembro e 1937, chamando-o de "Caderno de Informações".[190] Em 17 de dezembro de 1937 foi a vez de

[188] Cf. Idem, p. XV.
[189] Cf. Idem, p. XVII – XVIII.
[190] AHRGS, Fundo Câmaras Municipais – Correspondência dos Prefeitos Municipais, Série Correspondência Recebida/Expedida – 1932-42 Caixa 204, maço 385 – Viamão.

Vicente Schuck, prefeito de Venâncio Aires enviar relatório com os dados do município.[191] Albino Lemos, prefeito de Candelária informou ter remetido o formulário contido no "Caderno do Serviço de Divulgação", em 24 de dezembro de 1937.[192] No final de 1937, o prefeito Ernesto Protásio Wonderlich (subsidiado pelo delegado de polícia João Francisco de Borba), de Rio Pardo, também respondeu o relatório, enviando para o Serviço de Divulgação.[193] De Alegrete, em 1º. de agosto de 1938, o prefeito Alexandre Lisboa remeteu "os principais dados referentes à administração municipal".[194]

A partir de 1938, seguindo o exemplo do SIPS, a Secretaria de Negócios do Interior, tendo a frente o secretário Miguel Tostes, também passou a cobrar relatórios com dados dos municípios do Rio Grande do Sul, mantendo a vigilância, através de questionários, destacando-se questões sobre: a política no município e como se portaram os adeptos dos partidos políticos extintos, a questão da nacionalização e a aceitação da Constituição e do regime, dados econômicos, sociais e culturais, entre outros.

Uma dessas respostas foi remetida de São Jerônimo pelo prefeito Alfredo Simch, em 4 de agosto de 1938.[195] Outro relatório foi enviado de Santa Maria pelo prefeito Antonio Xavier da Rocha, em 5 de agosto de 1938.[196] Na mesma data, o prefeito Egydio Michaelsen, de São Sebastião do Caí, registrou o envio do seu relatório onde destacava a que "a população continuou a entregar-se ao seu trabalho, tanto na região colonial como no campo".[197] Na mesma linha, Hélio Fernandes, prefeito de Tupanciretã, em 25 de agosto de 1938, remeteu relatório à Tostes, destacando que a ordem pública no município se mantinha com "policiamento preventivo e repressivo".[198] Outro relatório veio do prefeito de Alfredo Chaves, Rogério Galeatti, o qual informou os dados históricos, geográficos e estatísticos do município.[199]

---

[191] AHRGS, Fundo Câmaras Municipais – Correspondência dos Prefeitos Municipais, Série Correspondência Recebida/Expedida – 1932-42 Caixa 204, maço 385 – Venâncio Aires.
[192] AHRGS, Fundo Câmaras Municipais, Série Correspondências, Caixa 201, maço 373 – Candelária.
[193] AHRGS, Fundo Secretaria do Estado de Negócios do Interior e Exterior, Série SENIE, Sub-série Diretoria Geral s/d, Caixa 1.
[194] AHRGS, Fundo Câmaras Municipais, Série Correspondências, Caixa 200, maço 371 – Alegrete.
[195] AHRGS, Fundo Câmaras Municipais, Correspondência dos Prefeitos Municipais, Série Correspondência Recebida/Expedida – 1932-42 Caixa 204,, maço 383 – São Jerônimo.
[196] AHRGS, Fundo Câmaras Municipais – Correspondência dos Prefeitos Municipais, Série Correspondência Recebida/Expedida – 1932-42 Caixa 203, maço 382 – Santa Maria.
[197] AHRGS, Fundo Câmaras Municipais – Correspondência dos Prefeitos Municipais, Série Correspondência Recebida/Expedida – 1932-42 Caixa 204, maço 384 – São Sebastião do Caí.
[198] AHRGS, Fundo Câmaras Municipais – Correspondência dos Prefeitos Municipais, Série Correspondência Recebida/Expedida – 1932-42 Caixa 204, maço 385 – Tupaciretã.
[199] AHRGS, Fundo Câmaras Municipais, Caixa 200, maço 371 – Alfredo Chaves.

O SIPS mantinha também, arquivado, material enviado por "colaboradores espontâneos do regime", tais como: livros, recortes de jornais e revistas, sugestões pessoais, etc.. Para a Polícia Política, a era da improvisação, motivada pela falta de recursos e de especialização, havia acabado. Conforme F. Colaço Veras, diretor do SIPS, com a nova organização "os menores acontecimentos, os indícios mais remotos, as demonstrações ainda incipientes na vida política do País" seriam "auscultados e acompanhados graças à cooperação patriótica de que todas as autoridades municipais".[200] O SIPS configurou-se, num primeiro momento, como um forte instrumento de vigilância e de propaganda em prol do Estado Novo. Sustentado na máxima de que a melhor forma de controlar o inimigo era conhecê-lo, o Departamento não poupou esforços e nem material, para buscar saber o que a sociedade brasileira pensava do golpe de Estado dado para manutenção de Vargas no poder.

Alzira Vargas, filha e secretária particular de Vargas, referiu-se nas suas memórias, ao convite recebido de Filinto Müller, para que fosse conhecer o Departamento organizado pelos irmãos Colaço Veras, o qual constituía em "um serviço de troca de informações, com todos os municípios do Brasil, bastante apreciável". Aceita a visita, Alzira Vargas perguntou qual o sentido de tanto esforço? A resposta que lhe deram foi a seguinte:

> Você está cansada de saber que a Polícia, apesar de Federal, só tem jurisdição dentro dos limites da cidade do Rio de Janeiro. Se um criminoso nos escapa, temos de pedir ao Ministro da Justiça que solicite autorização do governador do Estado, onde se refugiou o culpado, para agir em seu território, ou então, obter a boa vontade do chefe de polícia local e o interesse dos policiais estaduais. Isso leva tempo e, muitas vezes, acarreta conseqüências graves. Criado o SIPS (...) fora da polícia, como uma agência particular, podemos entrar em contato com as principais autoridades de cada município. Ficam gratas porque são lembradas de tão longe e por receberem, semanalmente, as últimas notícias da Capital que, em geral, chegam a suas cidades com grande atraso. Em compensação temos em primeira mão informações de maior interesse sobre o estado de espírito das populações do interior.[201]

[200] Cf. Idem, p. XIX.
[201] PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1960, p. 334.

Alzira Vargas comentou que após a visita realizada ao SIPS, Lourival Fontes, diretor do Departamento de Propaganda "ficara enciumado", já que a propaganda "era propriedade dele". Diante disso, Alzira ironizou: "que tinha eu de prestigiar o Serviço de Propagandinha do Filinto?. Por acaso ignorava que a dele era mais bem organizada?".[202] Então foi conferir e sugeriu a Vargas a união do SIPS, que ficaria com a responsabilidade voltada para a organização no interior do País, e o DIP, para a propaganda. Alzira considerou a resposta dada pelo seu "patrão" desconcertante: "'Se V. tomar a seu cargo a tarefa de obter a aquiescência de ambos, não me oponho'". Segundo a filha de Vargas, ela não tinha noção que a desavença entre Lourival Fontes e Filinto Müller fosse além de ciúmes aguçados "por questões de serviço" e, por isso, achou melhor esperar, "antes de promover os entendimentos, dos quais nasceria o DIP". Ressalta ainda que a finalidade do DIP havia sido deturpada, visto que o objetivo principal que ela pensara para o órgão relacionava-se ao "incremento do turismo", mas que o mesmo ficara prejudicado "pelas perspectivas sombrias de uma próxima guerra mundial".[203]



7 - *O SIPS e suas finalidades*. Serviço de Inquéritos Policiais.
Fonte: CPDOC/FGV/Polícia Civil do DF. Rio de Janeiro: SIPS, 1940.

Para o SIPS, as pessoas que estariam aptas a responder aos questionamentos eram selecionadas de acordo com a importância que tinham na sociedade local. Assim, as correspondências eram dirigidas para médicos, dentistas, farmacêuticos, engenheiros, advogados, párocos, comerciantes destacados, além das autoridades, como prefeitos, juizes, delegados de polícia, etc.

[202] Idem, ibidem, p. 354.
[203] Idem, ibidem, p. 361.

A escolha desses profissionais liberais e autoridades, justificava-se da seguinte forma: possuíam trânsito livre em todos os lares da localidade e conheciam as pessoas pelos seus nomes, suas idéias políticas, suas queixas, suas expectativas frente ao Estado Novo. Tornavam-se confidentes e, portanto, fontes privilegiadas para os objetivos vigilantes e controladores do Departamento. Além disso, consideravam as escolhas como uma deferência do governo para com elas, as quais se orgulhavam disso, ficando imensamente vaidosas e agradecidas ao chefe de Polícia Filinto Müller, por estarem correspondendo devidamente a um apelo patriótico.

O SIPS instituiu duas versões dos inquéritos. A primeira, mais ampla, visava informações específicas sobre a localidade, solicitando dados técnicos, de acordo com a seguinte configuração:

1) quanto à unidade meio – Município: situação física, histórica, administrativa, econômica, financeira e política;

2) quanto à unidade agente – Homem: a) isolado: ficha biográfica e outros informes; b) associado: grupos de indivíduos formando associações diversas.[204]

De acordo com esse esquema geral, instituiu-se 44 tipos de formulários específicos contendo os seguintes títulos: dados sinópticos sobre o município; história; descrição física do município; esboço cartográfico; planta da sede; meios de comunicação; saúde pública; serviços de assistência hospitalar; instrução; situação financeira; situação econômica; agricultura; pecuária; comércio; indústria; trabalho; emigração e imigração; núcleos e colônias estrangeiras; vida associativa; religião e associações religiosas; imprensa; retrospecto político-partidário; retrospecto político-policial; segurança pública; serviço postal; serviço telegráfico; serviço ferroviário; serviço rodoviário; transporte marítimo e fluvial; registro civil; associações culturais; escritores e artistas; personagens históricas; linhas de tiro; destacamentos policiais; sistemas correcionais e presidiários; criminalidade; criminosos foragidos; armas munições e explosivos; tóxicos e entorpecentes; curandeirismo e baixo espiritismo; casos de jogos e *dancings*; desocupados, abandonados, mendigos, ébrios e vagabundos; lenocínio e prostituição.[205] O público alvo desse amplo questionário era constituído, preferencialmente, aos detentores de cargos administrativos.

[204] Cf. *O SIPS e suas finalidades*, op. cit., p. XVI.
[205] Cf. Ibidem, p. 25-45.

A segunda, mesmo que mais simplificada, resumida a apenas três questões, procurava auscultar o pensamento da população e consistia de uma ficha biográfica, que deveria ser preenchida de acordo com as seguintes instruções:

> (1) - Ficha Biográfica - O SIPS, dentro do seu programa, ao lado dos índices de valor material, sobre cada um dos municípios do Brasil, deseja ter informações sobre os valores humanos que, por todo o país, no exercício de atividades públicas e particulares, cooperam para o progresso nacional. (2) – Além das informações especificadamente solicitadas no questionário enviado, serão úteis quaisquer outras que ainda mais credenciam o cidadão, no conceito geral. (3) – É preferível que a ficha seja datilografada e devolvida no envelope que segue, protegida por um pedaço de papelão, do mesmo tamanho da ficha, para evitar que se estrague no transporte pelo Correio. (4) – Endereço para devolução: Ao SIPS – CxP 1.899 – RJ. Colaço Veras, diretor do SIPS, 1939.[206]

De acordo com as instruções acima, o inquirido deveria responder três questionamentos: 1º) Como, na realidade, sem paixão ou simples desejo de agradar, foi recebido o regime instituído no país em 10 de novembro de 1937?; 2º) Sob que aspecto o povo, nas suas diversas classes, recebeu o Estado Novo com mais entusiasmo? e 3º) Qual a diferença que, no modo de ver popular, é feita entre o Regime atual e o anterior ao Estado Novo, em face das realidades ambientes. Isto é, o que o povo acha melhor ou pior, dentro do campo local de observação entre o presente e o passado?

De todo o país começou a chegar as respostas, misto de desconfiança, desejo de ajudar ou de agradar. Muitas delas concisas, com receio de manifestar algo indevido e comprometedor, outras, verdadeiros tratados sociológicos. A análise destas informações traz questões importantes sobre como a sociedade percebia a ditadura recém instalada.

Interessante, antes de vermos o SIPS no Rio Grande do Sul, é nos debruçar um pouco sobre o SIPS no Rio de Janeiro e em São Paulo, cuja documentação levantada, demonstra que entre a dominação e a resistência, o controle e a indisciplina, a propaganda e a concretude dos fatos, os atores desempenham o seu papel independente das tentativas de vigilância, pois ainda não houve exemplo no qual o "Estado" de forma abstrata coordene a tudo e a todos, como único agente do pensar e realizar histórico.

[206] Cf. APERJ, Fundo DOPS, Setor Político 13.

Do município de São Francisco de Pádua, Rio de Janeiro, o advogado Amílcar Rodrigues Perlingeiro, considerava "honrosa a solicitação" do chefe da Polícia e procurava "cooperar com êxito nesta iniciativa patriótica". Quanto aos itens a serem respondidos, manifestou que no município o regime, instituído em 10 de Novembro de 1937, havia sido recebido com surpresa, porque "eram aguardadas as eleições prometidas formalmente pelo governo" e consternação geral, porque os que antes estavam no poder, agora perdiam as suas posições; os "outros, que éramos nós, que víamos os nossos adversários perderem as posições, deveríamos ficar satisfeitos, mas tal não aconteceu, mesmo com as vantagens indiretas que obtivemos". Quanto ao segundo item, considerava-o prejudicado com a resposta dada ao primeiro. Ao item terceiro, entendia que no antigo regime o povo tinha direito ao voto para manifestar-se. Já no Estado Novo, o povo nada valia e nem era consultado para coisa alguma, não tendo meios de levar as suas reivindicações às autoridades superiores. E, segundo ele, quando estas chegavam a intervir, as maiores arbitrariedades já haviam sido praticadas.

Para o advogado, o novo regime superava o anterior nas arbitrariedades, principalmente nas administrativas, tais como: aumento dos impostos, que quando decretados e publicados no Diário Oficial do Estado, só eram conhecidos quando entravam "em vigor na data da publicação" e quando chegavam ao conhecimento do contribuinte, já haviam entrado em vigor e; aumento do valor da terra, que segundo ele, gerava uma nova violência, agora contra o lavrador. Diante deste quadro, o advogado questionava: "como poderá haver entusiastas por um regime que permite tais coisas, e onde tudo é surpresa?". No final de suas respostas, o entrevistado colocava que era insuspeito para responder ao inquérito, porque, tanto em 1930 quanto em 1937, não estava no poder e não havia perdido nada, mas sim havia ganhado indiretamente, não tirando vantagens porque não as procurara. E concluía: "se assim procedi, é porque estou convencido da sinceridade de V.Ex. de procurar evitar a perturbação da ordem no território nacional", lutando pelo bem-estar da população, sem o uso da violência, que, na sua opinião era contraproducente, mas, infelizmente, era o meio mais usado.[207]

Othon Meirelles Guedes, farmacêutico, de Barra do Pirai, Rio de Janeiro, afirmava que, "no modo de ver popular", as melhores medidas tomadas pelo Estado Novo, eram merecedoras de "louvor unânime", referindo-se à assistência social; defesa da economia popular; proteção ao trabalho; decadência do "filhotismo"; regulamentação

[207] Cf. Correspondência enviada de São Francisco de Pádua ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, em 31de junho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RJ chp SIPS I-137.

do estrangeiro no Brasil; aumento do espírito de brasilidade e a reação contra as influências estranhas e desagregadoras da nacionalidade. Ao referir-se sobre as opiniões populares a respeito da política econômica do governo, considerava-as "falhas e sem fundamento apreciável". Para o entrevistado, "apreciável" era apenas a opinião favorável ao Estado Novo, enquanto, que o descrédito da população quanto ao novo governo, careciam de fundamento. [208]

Alceu Toledo Veloso, de Santa Rita do Rio Negro, município de Cantagalo, Rio de Janeiro, fazia questão de esclarecer ao capitão Filinto Müller que era integralista e, por isso, aos olhos deste, poderia parecer "um suspeito para responder sinceramente aos objetivos do SIPS". Após cientificar seu posicionamento político, passou a preencher o inquérito. A maior desaprovação ao governo, segundo ele, advinha do "povo da lavoura e do comércio", uma vez, que estes não foram beneficiados pela política de proteção social e, além disso, haviam sido atingidos "pelos impostos muito aumentados e pela indústria das multas instituídas neste Estado". Sobre a implantação do salário mínimo, constatava que o mesmo ainda não chegara ao município e duvidava que fosse beneficiar os trabalhadores da lavoura.[209]

Armando de Vieira, engenheiro civil, do Rio de Janeiro, Distrito Federal, considerava que o aspecto que mais havia impressionado o povo – pois segundo ele, diante de um Brasil inculto, este era indiferente ao que se processava em sua administração, desde que as transformações do regime não lhe afetassem a "bolsa paupérrima" – relacionava-se à honestidade administrativa, que de acordo com Vieira, trazia esperança à população, no sentido de ver empregado em seu benefício os impostos arrecadados com o seu sacrifício.[210]

Arcílio Guimarães, cirurgião dentista de Resende, Rio de Janeiro, sugeria ao presidente Vargas a adoção de uma "lista negra" tal como D. Pedro II, para "não dar acesso de cargo a nenhum canalha, a nenhum desonesto, aproveitador de ocasiões, juízes indignos e relapsos". Da mesma forma a lista deveria ser estendida aos funcionários públicos, civis e militares. Ressaltava que não queria "fazer delações", mas tinha conhecimento de muitos casos vergonhosos que atestavam "contra a nação e o regime, ou que pelo menos o incompatibilizam com a opinião pública". A respeito das

[208] Cf. Correspondência enviada de Barra de Piraí ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, em 19 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RJ chp SIPS I-160.
[209] Correspondência enviada de Cantagalo ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, em 24 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RJ chp SIPS I-178.
[210] Grifos do missivista. Correspondência enviada do Rio de Janeiro ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, em 27 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RJ chp SIPS I-200.

questões formuladas pelo inquérito, ressaltava que no município não havia operariado, em razão de não existir grandes indústrias, mas apenas artífices e trabalhadores rurais. Os sindicatos existentes estavam legalizados, mas salientava que estes "apenas se converteram em centros de diversões", já que em suas sedes, qualquer motivo era pretexto para realização de bailes e batucadas. Para Guimarães não seriam medidas filantrópicas que tirariam o povo da situação precária em que se encontrava, e sim, "pelo trabalho, ordenado, racionalmente conduzido". Por isso, deixava como sugestão para a solução desse problema, o "trabalho obrigatório da juventude", através de um órgão disciplinador por excelência que era o exército. Defendia, também o "expurgo impiedoso dos incapazes, dos canalhas, dos malandros" e a "premiação aos abnegados".[211]

Do município de Campos, Manoel Dias Ferreira, também cirurgião dentista, constatou que o regime instituído em 10 de novembro de 1937, como não poderia deixar de ser, havia sido recebido com cautela. Segundo ele, essa prevenção diante do Estado Novo se dava porque o "povo brasileiro" não mostrava "tendências para os regimes totalitários" e nem aceitava de bom grado as restrições que podiam "ser impostas à liberdade de pensamento", quando estas restrições ultrapassassem os limites. No final de sua carta, ponderou que se fosse outro o presidente, o regime não seria recebido com reserva, mas sim "com acentuada hostilidade".[212]

Para o pároco Jerônimo, de São Bento de Araraquara, interior de São Paulo,[213] as informações solicitadas pelo SIPS, referiam-se à imprensa no município. O pároco aludia a existência de dois periódicos, os quais poderiam ser úteis ao Serviço de Divulgação "contra os extremismos políticos" e manifestava seu desejo de que não apenas os jornais, revistas, etc., bem como todos "os bons brasileiros" devessem "cerrar fileiras ao lado do governo federal contra as ideologias exóticas".[214]

Antonio Baptista Júnior, de Jaboticabal, oferecia seus serviços diretamente ao chefe de Polícia e ao chefe da Nação. Para tal, solicitava, se possível, a sua investidura "no cargo de investigador reservado (sem remuneração) para estar mais em contato com

---

[211] Grifos do autor. Cf. Correspondência enviada de Resende, Rio de Janeiro, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müler. FM/RJ chp SIPS III-95.

[212] Cf. Correspondência enviada de Campos, Rio de Janeiro, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RJ chp SIPS III-99.

[213] Sobre a vigilância em São Paulo e a atuação do DEOPS, ver AQUINO, Maria Aparecida de *et al* (Orgs.). *A constância do olhar vigilante*: a preocupação com o crime político. Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

[214] Cf. Correspondência enviada de Araraquara, São Paulo, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 31de janeiro de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/SP chp SIPS I-108.

os altos poderes do País".[215] Por ser jornalista, filiado à Associação Paulista de Imprensa, segundo ele, seus préstimos seriam de grande utilidade para as ações do Serviço de Divulgação.

De Araraquara, João Ponce, dentista, considerava acertada a adoção do Serviço de Divulgação e que o mesmo fosse mantido por muitos anos, visto que trazia "o *controle* de todas as classes, dando assim ao novo governo, a arma preventiva para qualquer defesa no momento".[216]

Para o farmacêutico, Júlio da Silveira Sudário, fora a simpatia pessoal e da confiança na política nacionalista de Getúlio Vargas, considerava não existir diferença entre o passado e o presente na vida do município. O que ocorreu, de acordo com Sudário, foi a substituição de um partido por outro, de uma máquina por outra. Quanto ao povo, concluía que este sabia que o Estado Novo existia, mas que ainda ele estava distante pelo fato "dele ser conhecido por intermédio apenas dos partidos locais", os quais não serviam de "centros irradiadores da idéia nova".[217]

De acordo com J. Venceslau Júnior, médico de Ribeirão Bonito, a grande diferença entre o regime que se instalava e o anterior a novembro de 1937, era que mesmo com todas as dificuldades "antes de referido golpe" ainda "se respirava, através dos Congressos (federal e estadual), dos jornais, das praças públicas, etc.". Com o Estado Novo, complementava que o povo sentiu-se asfixiado, além de ter perdido a confiança nos governantes, uma vez que o plebiscito prometido pela nova Constituição, ainda não havia sido realizado. Aproveitava para fazer a seguinte indagação ao chefe de Polícia: "Não acha V.Exª., que o período de vinte meses já é excessivamente longo para se legalizar o atual governo da Nação?". No final da sua carta acrescentava uma nota na qual declarava que as respostas expressadas na mesma só foram emitidas, em consideração à pessoa de Müller, respaldada na opinião de seu "grande e amado chefe", publicada em 1936, na qual o chefe de polícia era "um brasileiro de cerne, cioso pelos brios de sua Pátria". Como ele não tinha notícia da modificação do juízo de Plínio Salgado, continuava a crer na integridade moral deste.[218]

---

[215] Cf. Correspondência enviada de Jaboticabal, São Paulo, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 12 de abril de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/SP chp SIPS III-49.
[216] Cf. Correspondência enviada de Araraquara, São Paulo, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 14 de maio de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/SP chp SIPS III-71. Grifos meus.
[217] Cf. Correspondência enviada de Itápolis, São Paulo, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 15 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/SP chp SIPS V-64.
[218] Cf. Correspondência enviada de Ribeirão Bonito, São Paulo, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 28 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/SP chp SIPS V-134.

Para o cirurgião dentista e farmacêutico Antonio Moretto Sobrinho, da cidade paulista de Lençóis, o "operário do campo" recebeu o Estado Novo com indiferença e até com certa discordância, em razão do "seu quase que completo esquecimento". Já, para as "classes altas", complementava, o Estado Novo foi recebido com reserva, uma vez que esta temia o "seu *controle*".[219]

A análise feita pelo médico Luiz Valentim de Oliveira, do município de São Carlos, remetia às "medidas arbitrárias emanadas dos governos estadual e municipal",[220] que, de acordo com sua opinião, eram responsáveis pela falta de apoio do povo ao novo regime. Denunciava, também, injustiças praticadas contra um funcionário demitido injustamente e a falta de alguma entidade, conselho consultivo ou técnico, que em tais casos, se poderia recorrer.

Do município de Santos, o dentista Flávio de Moura Ribeiro apresentava ao SIPS, uma curta e curiosa resposta ao questionário. Na carta afirmava que "não lidando com o povo" não sabia "o sentir dele", mas arriscava-se a dar uma opinião, nos seguintes termos: "acho que o governo está dando muita força ao operariado, em sua maioria estrangeiro", concluindo que o mesmo não estava preparado para assimilar essa "mudança brusca".[221]

Alfredo Godoy, farmacêutico de Dois Córregos, analisava a repercussão da alteração do Regime entre a população sob um prisma positivo, uma vez que "Dr. Getúlio Vargas – o super-homem, com larga visão", soubera escolher os seus ministros. Sobre a repercussão entre os trabalhadores, o médico percebia que estes consideravam a legislação social, "uma verdadeira vitória" graças ao "nobre e sadio patriotismo"[222] do governo Vargas.

Da capital São Paulo, o advogado Aureliano Leite, teceu uma série de razões para a sua posição contrária ao Estado Novo. Sua justificativa baseava-se em dois critérios: um do ponto de vista ideológico e o outro do ponto de vista prático. Sob a ótica ideológica, sua crítica referia-se ao poder pessoal do chefe do governo. Sob ótica da prática entendia que o Estado Novo proporcionava um "desvirtuamento" manifestado cotidianamente, pois para ele os homens que o encarnavam, exceto duas ou três figuras,

[219] Cf. Correspondência enviada de Lençóis, São Paulo, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 28 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/SP chp SIPS V-144. Grifo meu.
[220] Cf. Correspondência enviada de São Carlos, São Paulo, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 8 de agosto de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/SP chp SIPS VI-79.
[221] Cf. Correspondência enviada de Santos, São Paulo, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 21 de agosto de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/SP chp SIPS VII-55.
[222] Cf. Correspondência enviada de Dois Córregos, São Paulo, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 3 de setembro de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/SP chp SIPS I-108.

não mereciam o respeito de seus administradores. Além disso, para ele o Estado Novo, que tinha como um dos seus objetivos acabar com a "politicalha", nada fez, pelo contrário, "ela se fez sentir mais rasteira e mais pessoal"[223] como nuca, após o 10 de novembro de 1937.

Para o médico Milton Junqueira Leite, de Valparaíso, o exercício da sua profissão propiciava a convivência "com o povo humilde e das demais classes niveladas da sociedade". Assim, constatava que a "classe humilde" do município, ainda não havia tomado conhecimento sobre a ocorrência ou não de uma reforma política na Nação. Quanto às "classes mais niveladas", tinha a impressão que estas não mostraram simpatia com o Estado Novo, já que os que tiveram simpatia "perderam-na, em virtude de fatos lastimáveis ocorridos no município". A respeito da questão formulada pelo SIPS sobre a relação entre o presente e o passado, era da opinião de que o Estado Novo apresentava o "defeito de tornar as autoridades intangíveis". Para ele, o povo tinha que submeter-se "ante uma autoridade errada e arbitrária", porque na maioria das vezes, não tinha a quem recorrer. Comparando com a situação passada, acreditava que com a existência do Congresso, seus membros eram mais acessíveis e o povo possuía mais garantias. A seguir passava a expor uma situação ocorrida no seu município, quando fora "vítima de grave injustiça", situação esta que ouviu de um "homem do povo" dizer que com o regime do Estado Novo, quem denunciasse iria para a cadeia. Por ter se recusado a emitir laudo de exame médico, a mando do escrivão da polícia, viu-se obrigado a denunciar a prática costumeira da Polícia do município na "exploração de jogos proibidos" e de "transações comerciais ilícitas", abusando dos cargos que ocupavam. Assim, fora obrigado a denunciar as arbitrariedades da polícia local ao delegado regional. Para sua surpresa, em razão da denúncia, este o ameaçou de prisão. Depois disso, tentou ser recebido seis vezes pelo interventor de São Paulo, finalmente desistindo porque, como não era político nem tinha "pistolões", acabara submetendo-se ao sacrifício de ganhar seu pão como médico naquele sertão agreste, onde sua missão era fazer o bem a todos os que o procuravam. O médico terminou sua exposição, colocando que a carta enviada por Filinto Müller proporcionou-lhe oportunidade de

[223] Cf. Correspondência enviada de São Paulo, São Paulo, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 7 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/SP chp SIPS.

relatar as cenas dramáticas que se passaram com ele naquele "cenário provinciano de Noroeste de São Paulo".[224]

As informações que o SIPS buscava em todo o Brasil, não tinham lógica diferente para o no Rio Grande do Sul. E como veremos, em um misto de benevolência e aceitação do regime, mas também de pequenos questionamentos pontuais, mesmo em seu início, demonstrando que o Estado Novo rio-grandense não foi a unanimidade desejada pela nacionalização.

Ladislau Boneman Filho, engenheiro municipal de Ijuí, em resposta a circular enviada por Filinto Müller, disse que "intimamente, todo bom cidadão que compreendeu o alcance do regime instituído em 10 de Novembro, regozijou-se". Quanto ao povo, era de opinião que este "pouco ou nada compreendeu das diretrizes do Estado Novo". Segundo o engenheiro, os pequenos proprietários e os agricultores, "só apreciaram pelo ponto de vista da diminuição ou aumento dos impostos a pagar". Quanto aos operários sindicalizados, entre estes "alguns mais instruídos", diante das possibilidades de benéficos sociais, formavam os "mais entusiastas". Considerava a diferença principal entre o regime atual e o anterior, sob o ponto de vista do povo, o fim das "questões político partidárias, cabalas, e cabos eleitorais", que só serviam para perturbar os que trabalhavam.[225]

Da Promotoria Pública de São Sebastião do Caí, o promotor Gabriel Mesquita da Cunha, comentava que o regime instituído no país em 10 de Novembro de 1937 havia sido muito bem recebido pela totalidade do município "com cerca de 50.000 almas". Dizia também que em seus aspectos políticos, econômicos, morais, jurídicos, etc., o povo do município recebera o novo governo com entusiasmo e que o mesmo não se cansava de elogiar a situação que se inaugurara, sendo que a ordem, a tranqüilidade e a paz estavam instaladas na comunidade. Finalizava sua carta, oferecendo a Müller a sua boa vontade em transmitir quaisquer outros informes, rogando encarecidamente o "envio da síntese do programa de organização do SIPS, visto que a mesma não havia chegado às suas mãos".[226]

José Cachapuz de Medeiros, juiz municipal, de Farroupilha, dizia que havia tomado conhecimento, através de ofício, "dos fins elevados e patrióticos do SIPS, e do

[224] Cf. Correspondência enviada de Valparaíso, São Paulo, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 20 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/SP chp SIPS IX-62.
[225] Cf. Correspondência enviada de Ijuí, São Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 24 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS II-117.
[226] Cf. Correspondência enviada de São Sebastião do Caí, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 23 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS II-115.

inquérito formulado junto à Magistratura Nacional, para se saber como foi recebida a Constituição da República, de 10 de novembro de 1937". Iniciava seu relato, a respeito do município, dizendo que este fazia parte da região colonial italiana e que esta região sempre se preocupou em acatar a Constituição da República e a nunca se manifestar contra o governo, o que considerava "uma praxe que os brasileiros desta zona, receberam de seus pais, os primeiros colonos". Em relação aos moradores do município, considerava, com exceções, que Farroupilha era "formada por uma população de conhecimentos rudimentares", onde poucos, em face de sua população, conheciam "o alcance político e social" do novo regime. Ressaltava, porém, que a nova Constituição, vinha sendo difundida em conferências pelas autoridades municipais (prefeito, delegado de polícia e técnico da secretaria da agricultura) juntamente com as datas nacionais. De acordo com o juiz, um dos objetivos dessas conferências, era "a propaganda para tornar os descendentes de italianos mais conhecedores das gloriosas tradições da Pátria, e, assim, ufanarem-se de terem tido a felicidades de serem brasileiros". A partir dessas considerações preliminares, afirmava que a população do município, "composto por um povo laborioso, ordeiro e pacato", recebera o Estado Novo "como um fato consumado, sem discutir o seu mérito, na sua grande maioria, por não entendê-lo". Para o juiz, a população considerava como aspectos positivos da nova Constituição a "extinção das correntes extremistas, quer da direita quer da esquerda", as quais nunca encontraram guarida naquele solo, apesar dali ter sido "fundado um núcleo integralista", que não contava com mais de quinze sócios. Terminava esclarecendo que, mesmo a maioria dos habitantes de Farroupilha ter descendência italiana, eles buscavam entender o novo regime para conseguir integrar-se da melhor maneira possível.[227]

O SIPS, confundido muitas vezes com a pessoa do seu chefe Müller, não se limitava a buscar informações entre a população do país, as quais sentiam-se intimidadas a respondê-las, mas também recebia "preciosas colaborações espontâneas". Exemplo disto veio de Nova Bassano, em carta de 09 de maio de 1938. Camilo Leôncio Ribeiro, dizendo-se "imbuído de mais vivo sentimento de brasilidade", do mesmo sentimento de Müller que "tão patrioticamente" vinha cultuando e exuberantemente demonstrando sua "ação enérgica contra o comunismo e outras ideologias exóticas", as

[227] Cf. Correspondência enviada de Farroupilha, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro, DF, 21 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS II-111.
[149] Cf. Correspondência enviada de Nova Bassano, Rio Grande do Sul, em 9 de maio de 1938. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM 33.02.21. Doc. II-59.

quais visavam "unicamente o aniquilamento da Pátria e a desmoralização de seu povo". Assim, oferecia seus préstimos à disposição não só naquele "recanto do Rio Grande" como em qualquer outro setor das "patrióticas atividades" do chefe de Polícia Ribeiro explicava que devido as funções que exercia na localidade, como encarregado dos serviços de Inspeção Federal de Carnes e Derivados numa indústria local, e obediente que era ao chefe da Nação, estava apto a combater o comunismo da forma que melhor pudesse ser útil ao Brasil.[228]

Antonio de Figueiredo, médico, em relação a parte referente ao que o povo informou, disse que este reclamava do "encarecimento da vida e à liberdade restrita em comparação com a do regime anterior". Criticava os que assim pensavam e deixavam de levar em consideração que os fatos eram "fenômenos naturais e transitórios" que sucediam "as grandes transformações na vida das nações".[229]

Para o também médico, Oswaldo Hampe, a implantação do Estado Novo causara surpresa: uma parte da população "não esperava a transformação do regime constitucional de 1934; outra parte esperava "sua substituição pelo regime integralista". Assim divididos dessa forma, Hampe entendia que "estando assim dispostos os espíritos" não houvera manifestações de "entusiasmo coletivo pela nova ordem de coisas". Entendia que, mesmo com os melhoramentos promovidos pelo novo governo, os habitantes não deixavam "de sentir uma certa restrição de liberdade" e alimentavam "receios de aumento de tributação", mas mostravam-se conformados com o atual regime, ao "menos aparentemente".[230]

Para o advogado Antonio de Almeida e Castro, "no desejo de ser útil a tão elevada finalidade", passou a informar a maneira como foi recebido o novo regime. Revelava que se não fosse o "ardor político-partidário-pessoal" da época, teria sido bem recebido. Em relação ao pensar do povo, afirmava que "os grandes proprietários" nada reclamavam, porque além de "não pagarem seus impostos" na proporção em que pagavam os pequenos, foram os grandes beneficiados "com os vários decretos-leis", isto sem falar no "Reajustamento Econômico". Quanto as classe menos favorecidas, "cujo

[229] Correspondência remetida de Porto Alegre , Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 8 de agosto de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III-22.
[230] Correspondência remetida de Antonio Prado, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 28 de julho de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS II-125.

número por cabeça" era grande, dizia que estas se queixavam "dessa falta de eqüidade", sendo este o verdadeiro "panorama" vivido no município.[231]

Edmar Kruel procurou "responder da melhor forma possível" o interrogatório que lhe foi enviado. Narrava que o novo regime foi recebido como "um maná caído do céu", que viera para moralizar o país. O trabalhador sentia-se "amparado" pelas leis sociais e "confortado" pela facilidade encontrada "na educação dos seus filhos". Para Kruel, o mesmo não se observava na "classe de produtores rurais". Tanto o homem do campo quanto o colono "das zonas essencialmente agrícolas" estavam sofrendo com o "aumento exagerado" nos tributos. Alertava aos poderes competentes para que voltassem seus olhos, com maior atenção, para o produtor rural, para que o regime, neste meio ambiente não sofresse as conseqüências da realidade[232].

O coronel João de Moraes Pereira contava que a massa da população de Taquari "acolheu satisfeita a mudança do regime" e esperava uma melhoria na sua condição de vida. Os encargos eram um dos motivos das queixas da população. Considerava que o Estado estava onerando o povo com novos tributos, além de aumentar os existentes. Acrescentava ainda, que o trabalhador rural, permanecia "completamente à margem das leis sociais" que beneficiavam as demais classes trabalhadoras. Assim, estes não estavam usufruindo das vantagens que o novo regime assegurara "ao operário industrial e marítimo, por exemplo".[233]

O advogado João Carlos Goudene, de Bagé, gostou tanto de prestar seu valioso serviço, para as nobres finalidades do SIPS, que chegou a escrever três cartas para Filinto Müller. Na primeira carta limitou-se a responder as questões contidas no ofício. Disse que o regime instituído em 10 de novembro, como era natural, a algo que dado "recebido de surpresa", não poderia ter "agradado de momento", mas com o tempo, foi "agradando ao povo".[234]

Na segunda carta, Goudene estava bem mais prestativo que na anterior. Comentou que ainda existia na cidade, mas "com alguma sutileza", grupos que estavam "tramando contra o nosso presidente". Segundo o advogado, esses grupos formados "de nacionais genuínos" ou coligados com o estrangeiro, visavam "alcançar o mando e

[231] Correspondência remetida de São Francisco de Assis, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 14 de agosto de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III-45.
[232] Correspondência remetida de Tupaciretã, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 18 de agosto de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III-60.
[233] Correspondência remetida de Taquari, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 20 de agosto de 1939.FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III-73.
[234] Correspondência remetida de Bagé, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 8 de agosto de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III-23.

morder no patrimônio nacional". Sugeria, então, para acabar com essa "sorte de partidários", a constante "vigilância e controle de fiscalização" das fronteiras. Acreditava que a tarefa de repressão e vigilância ao extremismo deveria deixar de ser realizada pelos "delegados militares", visto que a função era incompatível com a caserna. Nesse sentido, acreditava que o delegado do SIPS deveria ser um bacharel, que compreendesse "o direito e as vantagens na organização do serviço". Mas, para desempenhar a função a contento, este não deveria ocupar-se de qualquer outra atividade, devendo "ser exclusivamente delegado do SIPS". Goudene propunha que o Serviço poderia dispor de um delegado em Bagé, e para isso este precisava "ter passe livre em todas as linhas de condução e comunicação". Deveria possuir credenciais especiais, autorização do chefe de Polícia do estado para "visitar as delegacias e receber informações destas", para que assim, pudesse exercer a sua autoridade "nas pesquisas para o esclarecimento de informações e denúncias relativas ao fim visado". Fazia também a menção de um pequeno detalhe: o delegado deveria ser bem remunerado. Depois de toda a exposição, com quem não queria nada, Goudene tomava a liberdade de apresentar à Müller, caso este tivesse interesse no seu plano, colocava-se "as ordens para desempenhá-lo".[235]

Na última carta, Goudene mostrava-se preocupado com o silencio do chefe de Polícia, tanto que resolvera anexar a cópia da correspondência anterior, por que não tinha "nenhum aviso de seu recebimento", considerando um possível extravio da original. Iniciava o assunto agradecendo o livro *A filosofia do Estado Novo*, de autoria de Alvimar Silva, mas considerava que uma cartilha ou panfleto escrito em "linguagem clara e simples" seria o melhor método "de propaganda para toda a classe de profissionais e trabalhadores brasileiros". Novamente o advogado fazia referências a uma "trama contra a pessoa do presidente da República" e mostrava a necessidade de "medidas enérgicas contra os contraventores da ordem". Goudene pedia desculpas pela "ousadia das sugestões" apresentadas, mas as fazia "sem vaidade, apenas com a finalidade de manifestar" a sua admiração pelo novo governo.[236]

O dentista Bernardo Gench dissera ter constatado alguns descontentamentos entre colonos e outros produtores, "pelos inúmeros impostos novos" e pela elevação e aumento das exigências fiscais. Também, era motivo de desgosto entre o povo, a atitude

[235] Correspondência remetida de Bagé, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 22 de agosto de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III-2.
[236] Correspondência remetida de Bagé, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 19 de setembro de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III-194.

de certas "autoridades policiais". Entendia que o melhor meio do governo "ganhar a opinião pública" seria através da "realização do plebiscito" previsto pelo presidente da República.[237]

O juiz de direito de Lageado observou que a "extinção dos partidos políticos" foi um dos "aspectos mais simpáticos da nova ordem política" para a população do meio rural. Enquanto, a "população colonial" possuía algumas restrições quanto "a campanha de nacionalização e a redução das garantias individuais" resultantes do estado de emergência. Mostrava que a nacionalização, principalmente entre os colonos alemães, era mal recebida e gerava graves incidentes. Por isso, o governo tinha que agir com energia e prudência, pois nada convenceria melhor, "no meio colonial, que uma autoridade enérgica e esclarecida".[238]

O médico Léo Victor de Porto Alegre dissera que ouvira falar de existência de "viajantes políticos" que estavam trabalhando "subversivamente", percorrendo todo o estado. Caso soubesse o nome de algum "destes elementos", não iria deixar de informar ao SIPS. Sabia que toda a população queria "trabalhar em paz", mas sempre existiam "interessados e gente sem julgamento próprio" que aderiam à "tais apóstolos".[239]

O dentista Erich Fenselau informou que era estrangeiro e como tal, devia respeito às leis do país, não lhe cabendo "analisar o acerto do regime governamental" escolhido pelos brasileiros. Mas, como era uma "alta autoridade do país" a interpelar sobre esse regime, faria com "boa vontade e sinceridade" a solicitação de Muller. Dissera que a comunidade tivera conhecimento da implantação do novo regime, pelo rádio e pela imprensa e que foi recebida com receio. Surpresa por ser inesperada e receio pelo "temor de que viesse a se verificar perturbação da ordem". Considera que após a impressão inicial, a população passara a perceber um "sopro vivificador das energias do poder público" pela demarcação das "linhas divisórias entre o direito e o dever de cada um".[240]

O advogado Raymundo Martins de Quadro enfatizou que o regime instituído foi recebido com "surpresa, frieza e pessimismo" pela grande maioria da população. O que lhe parecia lógico e natural, visto que, a Revolução de 30, não teria alcançado as suas

[237] Correspondência remetida de Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 16 de agosto de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III – 55.
[238] Correspondência de Edgard Ramos remetida deLageado, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 28 de agosto de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III – 98.
[239] Correspondência remetida de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 28 de agosto de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III – 104.
[240] Correspondência remetida de Porto Alegre , Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 29 de agosto de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III – 108.

finalidades visadas, "dada a nefasta política". Concluíra que depois de passado um tempo, o povo demonstrava satisfação com a administração da República. Considerava fundamental a defesa da família brasileira, incentivada pelo novo governo, por isso, achava necessário a legalização do divórcio, permitindo "novo matrimônio ao inocente" e negando ao culpado, para que este fato servisse de estímulo "ao cumprimento dos deveres conjugais".[241]

Para o advogado Hildo Guilloux o Estado Novo foi recebido com a indiferença "com que as massas recebem tudo aquilo que não compreendem". Acreditava que "90% da população local ainda não pressentiu" ter ocorrido mudança no país. Aqueles que tinham condições de compreender, alguns ficaram "estarrecidos" porque não esperavam que a mudança ocorresse, outros, menos surpreendidos, entenderam ser um "bem calculado golpe político". Guilloux relatava que os floristas sentiram que as suas posições "fugirem-lhes das mãos" e buscaram um meio de aderirem ao novo governo e conservá-las. Os frente-unistas alardeavam a "subida ao poder" e os integralistas, "alegremente", saudaram "a aurora de um novo dia, com a vitória de suas idéias". Aproveitava a oportunidade para fazer uma observação ao chefe de Polícia. Entendia que a publicidade e propaganda que estava sendo feita do Estado Novo, "com farta distribuição de livros e folhetos", não atingiam os fins visados, que era a "sua popularização". Para isso, era necessária a integração das classes rurais, "integrando-as no novo estado de coisas", pois as conhecia bem e percebia o "personalismo absoluto" que as caracteriza.[242]

Angelo Rostirolla, membro do extinto Partido Republicano Rio-grandense, acreditava que o governo de Getúlio Vargas "quer no período discricionário quer no atual regime" caracterizara-se por um governo são, honesto, magnânimo, "que ditador ou homem de governo nenhum o iguala". Desejava ter recursos financeiros para poder ir "pessoalmente à presença" de Müller e dizer do "contentamento" que sentia, bem como de se colocar às "suas gratíssimas ordens".[243]

Enfim, como pôde se ver, o SIPS se caracterizou por aquilo que Luciana Lombardo Costa Pereira enquadrou como uma fase intensa de vigilância e controle pelos agentes da polícia política sobre a sociedade (especialmente sobre os sindicatos e

[241] Correspondência remetida de Carazinho, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 18 de setembro de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS III – 185.
[242] Correspondência remetida de Antonio Prado, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 7 de novembro de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS IV – 96.
[243] Correspondência remetida de Soledade, Rio Grande do Sul, ao SIPS, no Rio de Janeiro – DF, 8 de novembro de 1939. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/RS chp SIPS IV – 99.

as demais organizações operárias).[244] Esse processo se deu, através da inscrição em seus fichários, da "incessante atividade de produção e acumulação de registros escritos" [245] e da contínua classificação, catalogação e organização de dados e documentos. O levantamento que o SIPS realizou sobre a sociedade e as cidades brasileiras prepararam o caminho para o fortalecimento da vigilância estado-novista, através da propaganda e da censura, onde o DIP exerceu papel fundamental, bem como, quando necessário, da repressão, aqui consolidando-se as atividades da polícia política.

O SIPS preparou o terreno para que o Estado Nacional construísse uma rede e vigiasse mais de perto a complexidade regional e local da diversidade do Brasil. Ou seja, um exemplo à brasileira, de um processo universal identificado por Foucault na seguinte passagem:

> (...) as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos. (...) se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma grande rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente esta rede "sustenta" o conjunto, e perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros (...). O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas, compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. Um "poder de escrita" é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. Em muitos pontos, modela-se pelos métodos tradicionais da documentação administrativa.[246]

Este processo, que no caso do Estado Novo visava essencialmente os trabalhadores e a harmonia social, entretanto, como veremos no próximo capítulo, não foi de mão única. A resistência da classe trabalhadora, através de incontáveis formas, mecanismos e estratégias não deixaram em inércia a luta de classes, muito menos a

---

[244] Sobre a vigilância sobre os trabalhadores, a partir de um exemplo regional, ver NEGRO, Antonio Luigi; FONTES, Paulo. "Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia". In. AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Leme de; SWENSSON JR, Walter Cruz (Orgs.). *No coração das trevas*: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

[245] CF. "Polícia política e a caça aos comunistas: repressão e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro (1945-1964)". In. MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, Faperj, 2004, p. 162.

[246] Ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 144, 148 e 157.

extinguiram, como desejavam Estado e empresariado, cujos discursos tiveram contra-discursos nos quais os sujeitos históricos do mundo do trabalho, através da experiência construída, deram mais alguns passos na formação de sua consciência de classe e, como indicou Antonio Luigi Negro, "em sociedade habituada a mascarar e vigiar diferenças étnicas, de gênero e classe – no espaço público e privado (...) serviu aos de baixo para ampliarem sua interferência na vida do país, abrindo-lhes brechas para acertarem contas penduradas pelas classes dominantes".[247]

[247] Cf. NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2004, p. 313.

2 – "SOIS ASSIM, OPERÁRIOS DO BRASIL, HERÓIS PACÍFICOS DESTA INCRUENTA JORNADA" – TRABALHADORES REIVINDICANDO E RESISTINDO POR DIREITOS NO RIO GRANDE DO SUL

Ó vida futura! Nós te criaremos!
(Carlos Drummond de Andrade, *Elegia*, 1938).

Como explica Edgar Rodrigues, em referência ao período anterior ao golpe de 1937, Vargas e seus aliados, desejosos de continuar no poder, elaboraram a "fabricação" de "subversivos" e "revolucionários", mesmo para os que nunca tivessem ouvido falar de tais idéias, a fim de explicar o continuísmo tão cobiçado.[248] O caminho para justificar o Estado Novo foi construído a partir de um vigoroso discurso da pátria, da ordem e do trabalho, onde o centro foi a retórica do fim da luta de classes.

Aos trabalhadores, restava, na ótica dos que construíram esse discurso, a resignação para a construção do "progresso da nação". Em consonância com esta estratégia, como explica Adriano Duarte, a noção de cidadania passou a ser definida pelo trabalho, pela ocupação, sendo este um dever social. O universo do trabalho, no Estado Novo, não comportou meios termos: ou se era trabalhador, com profissão regulamentada e carteira assinada, ou se era "vagabundo". Assim, o trabalho apresentou-se como questão central na configuração do regime. O discurso estado-novista assentou-se no trabalho, concatenado com a construção de uma nova moral cujo fim foi a defesa da pátria, sendo o anticomunismo o quarto pilar dessa construção discursiva. O que se fez foi a despolitização das relações de trabalho, atribuindo-lhes um estatuto natural que o vinculou ao corporativismo.[249]

Desta forma, "o discurso ideológico parecia querer provar o improvável: a neutralidade da intervenção governamental". Exemplo disso foram as afirmações de

---

[248] RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos*. História do movimento operário e das lutas sociais no Brasil (1922-1946). Rio de Janeiro: Mundo Livre, s./d., p. 393-4.

[249] Cf. DUARTE, Adriano L. *Cidadania & exclusão: Brasil, 1937-1945*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999, p. 103-116. Sobre uma discussão em torno do corporativismo de Estado, a partir de 1937, ver tb. ERICKSON, Kenneth Paul. The Brazilian Corporative State and Working-Class Politics. Berkeley/Los Angeles/London: University of Califórnia Press, 1977, p. 15-26. O "corporativismo" é visto aqui como a "estratégia de incorporação controlada dos trabalhadores", a partir do domínio Estatal do empresariado, tanto pelo seu viés inclusivo (incorporação política e econômica de segmentos significativos das classes trabalhadoras, empregando predominantemente políticas de bem-estar, distributivas e simbólicas) e/ou excludente (política repressiva com utilização de estruturas para desmobilizar e submeter a classe trabalhadora previamente organizada e atuante). Ver esse conceito e sua distinção na introdução de ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento*: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1998, p. XV e XXV.

Vargas, em 31 de dezembro de 1937 e 1º de maio de 1938, respectivamente: "a multiplicidade de setores em que age o Estado não exclui, antes afirma, um postulado fundamental: o da segurança para o trabalho e as realizações de interesse geral"; assim, "o governo, ao conceder as leis sociais eliminava a predominância de umas classes sobre outras, de modo que se abole a necessidade de lutas e discórdias. Capital e trabalho unem-se na cooperação e no congraçamento".[250]

No entanto, situações de miséria e de fome e outras condições de vida dos trabalhadores desarticularam, em parte, o projeto modelar e normativo do Estado Novo e a realidade experimentada pelos trabalhadores, fazendo com que a passividade não fosse a única marca desses anos, pois mesmo ameaçados pela repressão política, os trabalhadores não ficaram quietos.[251] Pois, como explica Antonio Luigi Negro, ao remeter-nos aos anos 1930, "se o mapa do movimento sindical brasileiro ia sendo redesenhado com base em uma arquitetura projetada por bacharéis, técnicos, intelectuais e políticos inspirados no corporativismo, estes não estavam se apossando de um território sem história, despovoado e desprotegido".[252]

A hegemonia estado-novista sobre os trabalhadores e os cidadãos, assim, não foi absoluta, apenas transformando-os em vítimas passivas, como certa historiografia pode dar a entender, a qual, desde Oliveira Vianna, aponta para uma representação dos trabalhadores caracterizada pela "heterogeneidade interna, a dispersão e um comportamento atomizado, (...) expressando uma incapacidade de universalização de seus objetivos", os quais "seriam determinados pelas próprias características da formação histórica da sociedade brasileira, do seu Estado e sua industrialização" resultando na cristalização de "uma imagem da classe incapaz de ação autônoma".[253]

Como explica Marilena Chauí, se a hegemonia pode ser vista como um conceito que inclui e ultrapassa o de cultura através de um processo global que constitui a "visão de mundo de uma sociedade e de uma época", ao mesmo tempo em que a ideologia é vista como "sistema de representações, normas e valores de classe"[254], podemos entender que a experiência dos trabalhadores se dá pela contra-hegemonia ou pela busca

[250] FONSECA, Pedro Dutra Cézar. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 264 e 294.
[251] DUARTE, Adriano, *Cidadania* ..., op. cit., p. 184.
[252] Cf. NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*: industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004, p. 24.
[253] SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 32.
[254] CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 21.

de uma nova hegemonia. Até porque "o exercício da hegemonia não se define de nenhuma maneira *a priori*, mas está sujeito a constantes rearranjos, submetido a freqüentes negociações e concessões, não impondo uma visão de mundo com total abrangência e persuasão em todos os aspectos, lugares e experiências de vida dos trabalhadores", como concluem Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa.[255]

Nessa compreensão, o conceito de experiência é entendido como uma forma de recuperação dos homens e mulheres enquanto sujeitos no processo histórico, "não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos", os quais, "'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada".[256] Assim, a busca do controle e a repressão sobre os trabalhadores[257] não impediu que eles defendessem seus interesses, buscando saídas políticas e sociais alternativas, procurando brechas nas regulamentações autoritárias, percebendo os limites impostos, construindo e conquistando uma outra cidadania. Outra cidadania, que, na verdade, se contrapunha às posturas conservadoras, geralmente propensas à "pensar a cidadania, e os demais atores políticos, como parte do processo político", acreditando "com firmeza que evoluem num cenário vazio, onde são capazes de controlar todas as falas".[258]

---

[255] Grifos dos autores. Cf. SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. In. FERREIRA, Jorge (Org.), *O populismo...*, op. cit., p. 225.

[256] THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981, p. 182.

[257] Aqui, a utilização do termo controle, não ignora a problemática em torno do conceito, especialmente quando abordam a questão da repressão apenas pela ótica do Estado, ignorando o processo de resistência na sociedade civil. Stanley Cohen coloca que "em textos de sociologia, aparece como um termo neutro para cobrir o processo social e induzir a conformidade, que varia da socialização infantil até a execução pública. Na teoria radical e retórica, transformou-se num termo negativo para cobrir não apenas o instrumento obviamente coercitivo do Estado, mas também o elemento escondido em toda a política social que o Estado patrocina em saúde, instrução ou bem-estar. Os historiadores e os cientistas da política restringem o conceito à repressão da oposição política, quando os sociólogos, os psicólogos e os antropólogos falam invariavelmente em termos mais largos e não-políticos". Livre tradução da autora. Cf. *Visions of Social Control*. Crime, punishment and classification. Cambridge: Polity Press, 1985, p. 2. Um debate mais amplo, entre sociólogos e historiadores sobre a utilização do termo pode ser visto nos vários artigos de COHEN, Stanley; SCULL, Andrew (ed.). *Social Control and the State*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

[258] SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano.* O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 256.

Dessa forma, penso responder também à cobrança de Emília Viotti sobre a indefinição e imprecisão metodológica em torno do conceito experiência, mesmo que a historiadora reconheça que a sua utilização na nova história do trabalho mudou profundamente as percepções da história da classe trabalhadora na América Latina, enriqueceu a compreensão do trabalho organizado ao ligá-lo aos encontros cotidianos dos trabalhadores no local de trabalho e em seus bairros e demonstrou a extraordinária variedade e heterogeneidade da experiência da classe trabalhadora, contestando a sabedoria convencional, questionando a imagem tradicional de uma população rural passiva e reavaliando as relações entre trabalho urbano e rural, descrevendo "os migrantes rurais não como vítimas da manipulação de líderes populistas carismáticos, e sim como atores históricos conscientes e autônomos, capazes de fazer opções racionais", ao mesmo tempo em que "apresentou um retrato mais complexo e variado das relações entre lideranças e a base".[259]

O conceito de experiência, como já demonstrou Alexandre Fortes, a partir de E. P. Thompson, explica como o "desenvolvimento de múltiplas experiências organizativas perpassa o próprio surgimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo ao transformar a unidade social dos setores populares em força política efetiva".[260] Assim, experiência, em vez de um termo vago e subjetivo traduz concretamente a luta política dos trabalhadores em sua construção e consciência para a luta de classes, pois como demonstrou Benito Schmidt, também a partir do historiador inglês, "a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus".[261] Na mesma linha, Beatriz Loner explica que a "experiência pode ser própria ou herdada e, embora também nasça da vida cotidiana, ela advém sobretudo da luta ao longo do tempo, estando inseparavelmente ligada à noção de luta de classes. Assim, as classes só existem dentro do processo histórico e na luta".[262]

---

[259] Ver "Experiência versus estruturas: Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos?", in. *História Unisinos*. Número Especial: V Encontro Estadual de História. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 29.

[260] Cf. "Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)". In. FORTES, Alexandre *et al*. *Na luta por direitos*. Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999, p. 25-6.

[261] Ver *De mármore e de flores*: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul. Coleção Síntese Rio-Grandense. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005, p. 10.

[262] Cf. LONER, Beatriz. *Construção de classe*: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária da UFPEL/Rede Unitrabalho, 2001, p. 30.

Por sua vez, como explica Jorge Ferreira, as enunciações discursivas dos próprios trabalhadores, mesmo quando aceitavam o discurso oficial e as concepções dominantes, não podem ser vistas apenas como expressão de conformismo, passividade e resignação, pois poderia fazer parte de uma estratégia de vida para alcançarem objetivos mais imediatos.[263]

Não se trata aqui de ignorar os efeitos da repressão e do domínio ideológico da propaganda política que o Estado Novo exerceu para construir o consenso e a cooptação, como já vimos no primeiro capítulo, buscando impedir a construção da identidade de classe dos trabalhadores, mas de procurar perceber que a recepção não resultou apenas em apatia desses. A resistência foi parte do cotidiano e da ação coletiva, inclusive clandestina, "quando as manifestações abertas de protesto tornaram-se inviáveis".[264]

As reivindicações dos trabalhadores, a partir dos "direitos" estabelecidos pela própria legislação trabalhista[265], devem ser vistas como atitudes de não-conformismo. Como considera Jorge Ferreira, o controle social do Estado sobre a sociedade é impossível, mesmo no caso de regimes definidos como "totalitários", pois os mecanismos desse controle, em nenhuma situação, são completamente eficientes, sendo que os trabalhadores e as pessoas, a partir de seus interesses materiais e simbólicos, aceitam alguns deles, ignoram outros e repudiam aqueles que os prejudicam.[266] Portanto, reconhecimento de valores, identificação de interesses e cumplicidade explicam melhor as relações contraditórias entre o Estado e a classe trabalhadora de 1937 a 1945, do que tão somente vitimizá-los ou tratá-los como categoria facilmente manipulável por um ditador, lamentando os seus supostos desvios.[267]

---

[263] FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*: o imaginário popular. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997, p. 28-33.

[264] HALL, Michael M. "Corporativismo e fascismo: as origens as leis trabalhistas brasileiras". In. ARAÚJO, Ângela (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo*: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 16.

[265] Sobre esse tema ver MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981, especialmente o cap. O corporativismo e o Ministério do Trabalho, p. 62-82.

[266] Ver FERREIRA, Jorge, *Trabalhadores...*, op. cit., p. 87-8 e 127. O conceito de "totalitarismo", criado por George Orwell e referendado por Hannah Arendt, aqui é utilizado apenas a partir da citação de Jorge Ferreira, mas, em última instância é refutado por mim por tratar-se de uma categoria analítica genérica cujo referencial teórico torna a categoria a-histórica. Arendt escreve que "os regimes totalitários, enquanto no poder, e os líderes totalitários, enquanto vivos, sempre comandam e baseiam-se no apoio das massas (...)". Cf. *Origens do totalitarismo*. 5. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 356, 361 e 364. Conceitos como "totalitarismo" e "massas", se úteis para interpretações sociológicas, nada explicam sobre o Estado Novo no Brasil. Com tal categoria analítica, a luta de classes dá lugar a hegemonia do Estado (e de seu líder) sobre a sociedade (as massas).

[267] Consideramos aqui, como pensava Thompson, em contraposição ao economicismo e ao modelo vulgar base-superestrutura, que fenômenos econômicos, políticos e sociais fazem parte de uma mesma relação.

Aqui surge o duplo conceitual sobre o controle. Ou seja, no processo histórico, como indicou Fernando Teixeira da Silva, a partir das referências de David Montgomery e Jonathan C. Brown, também ocorre "a luta dos trabalhadores no processo produtivo com a finalidade de obter ampla margem de comando da organização do trabalho", o que implica numa "ação operária destinada a resistir a estratégias de controle empresarial dos locais de trabalho". Além disso, como indica o próprio autor, o "controle operário" pode ser entendido mais amplamente a partir do "controle de suas próprias vidas", incluindo "um conjunto de lutas multifacetadas e com variados fins, abarcando melhores condições de vida e trabalho", através de ações que "são travadas tanto no processo produtivo quanto na sua relação com grupos e instituições locais e nacionais, vinculando-se, assim, a eventos políticos em âmbito regional e federal", expressando "a condição social dos trabalhadores" e o "reconhecimento público, exprimindo os limites do seu pertencimento e de sua exclusão no interior da sociedade".[268]

Por outro lado, reconhecemos a busca pelo controle social do Estado Novo, não ignorando as preocupações e o alerta de Michael Ignatieff sobre o uso da categoria controle, a partir de um entendimento que negligencia o papel crucial que as classes dependentes e dominadas desempenham nas suas sujeições.[269] Entretanto, deve ficar claro que o controle pelo Estado ou pelo empresariado é uma busca da classe dominante pelo domínio social, assim como é a constituição de uma classe, pois como pensava Marx, as classes não se constituem *em si*, nem mesmo *para si*, mas para as outras. E é

"(...) Uma história ou uma sociologia que reduz incessantemente os fatos da superestrutura à sua base é falsa ou banal (...) nas análises históricas ou sociológicas (ou políticas) é essencial guardar presente que os fenômenos sociais e culturais não estão apenas de acordo com os fenômenos econômicos, mas no seu aparecimento, são mesmo rede de relações". Livre tradução da autora. Cf. THOMPSON, Edward. P. Modes de domination et révolutions em Angleterre. In. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Paris: ano 2, n. 2/3, jun. 1976, p. 137.

[268] Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003, p. 25-6.

[269] Ver IGNATIEFF, Michael. "Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico". In. *Revista Brasileira de História*. Instituições. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, n. 14, mar./ago. 1987, p. 192-3. Por sua vez, esta dimensão do controle, na qual os trabalhadores são sujeitos e não agentes passivos de sua história, absolutamente não pode ignorar o processo histórico em curso no Brasil após a década de 1930, especialmente no que se refere ao movimento sindical organizado. Como escreve Cláudio Batalha, a partir de 1931 "(...) começa um processo de mudanças profundas para o movimento sindical, com a introdução dos sindicatos sob o controle do Estado, prelúdio à formação de um Estado de inspiração corporativista. (...)". Livre tradução da autora. Cf. *Le Syndicalisme "Amarelo" a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tomo I. Tese (Doutorado). Paris: Université de Paris I, 1986, p. 12. Se não entendermos isso, corremos o risco de cair numa visão absoluta da autonomia do movimento sindical (conseqüentemente dos trabalhadores), idealizada e que não corresponde ao mundo do trabalho que aqui estamos retratando.

este "movimento de re-conhecimento", o espaço essencial da política, portanto da própria luta de classes, como considera Francisco de Oliveira.[270]

Assim, a cultura de classe dos trabalhadores se constrói diante da dominação que é exercida sobre eles, mas também através da resistência a essa dominação, a qual acontece não só "dentro e fora do processo de produção, mas também em sua relação com outros atores, como empresariado, partidos, governos, polícia, Igreja e Estado".[271] Como afirma Ellen Wood, a identidade social comum (de classe) desenvolve o tipo de consciência capaz de formar a base para a solidariedade e a ação coletiva fundada numa experiência e em interesses comuns.[272]

Neste sentido, são problemáticas visões que apenas consideram o Estado Novo "de uma forma espontânea", porque as classes sociais, os atores da vida cotidiana, "não tinham consciência clara de seus interesses", argumentando que, no Brasil de 1937, "carecíamos dessas forças" pela razão de que não "havia partidos políticos orgânicos" das "classes antagônicas", como faz José Nilo Tavares.[273] Até porque, a "falta de consciência" na sociedade capitalista pelos trabalhadores não é condição *sine qua non* para a exclusão da luta de classes dos mesmos.

Outra questão é a discussão sobre a transformação estrutural e revolucionária da sociedade, quando alienação e consciência ganham outra dimensão. O erro das análises como a evidenciada acima é o de confundir consciência com ação coletiva na história, a qual pressupõe que para existir a segunda é preciso "necessariamente" primeiro formar a primeira. Desta forma, mesmo que se reconheça que o Estado Novo buscou fundamentalmente destruir a resistência operária, como o faz também José Nilo Tavares, o refazer historiográfico só é possível quando se procura ir além das aparências empíricas iniciais, até porque o movimento da sociedade não pode ser visto "apenas

---

[270] Marx, Karl *apud* OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido*: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 11-2. Grifos do autor. Beatriz Ana Loner, analisando *18 Brumario de Louis Bonaparte* quanto à questão da formação de classe do proletariado quando do golpe, afirma que nessa obra Marx "não arrola suas condições materiais de existência como fator determinante de sua posição, mas sim o reflexo das constantes repressões infligidas ao proletariado pelo Estado e pela burguesia". Isto é, a condição da classe e a sua consciência se dão mais pela luta política do que pela condição econômica. Ver *Construção...,* op. cit., p. 28.

[271] Ver FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. "Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil". In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*: o tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 192.

[272] WOOD, Ellen Meikins "Em defesa da história: o marxismo e a agenda pós-moderna". In. *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, v. 1, n. 3, 1996, p. 123-4.

[273] Cf. TAVARES, José Nilo. "Getúlio Vargas e o Estado Novo". In. SILVA, José L. Werneck da. (Org.). *O feixe e o prisma*. 1. O Feixe. O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p. 74.

como a 'urdidura do poder', resultado da ação exclusiva de protagonistas e elites dominantes".[274]

A opinião construída por Eli Diniz, de que o período de 1937 a 1945 consolidou um modelo que atribuiu ao Estado papel primordial não só nas decisões relativas às principais políticas públicas, como também na administração do conflito redistributivo, na definição de identidades coletivas de setores sociais em processo de incorporação, bem como na representação dos interesses patronais e sindicais,[275] torna-se insuficiente para entender como se constrói uma identidade de classe dos trabalhadores. Sobretudo, quando se analisa um período como o Estado Novo, onde justamente o discurso oriundo do poder de Estado se dá no sentido de criar uma "identidade coletiva", a partir do querer desse próprio Estado e daqueles que exercem a sua hegemonia, através do apoio de algumas reivindicações do movimento operário e da harmonia entre trabalhadores e empresários, dentro da velha tradição positivista.[276]

Em análises desta natureza não há espaço para entender como os trabalhadores criaram sua identidade de classe ou, simplesmente, sem criar essa identidade, resistiram às imposições verticais e hierarquizadas que a ideologia corporativista procurou lhes impor, pois, senão, o que resta é apenas a "incorporação dos atores emergentes - trabalhadores e empresários industriais - ao sistema político".[277] Este tipo de interpretação sociológica, política ou historiográfica torna homogêneas as ações sociais a partir do Estado, fazendo com que se chegue a conclusões simplistas que afirmam que "apesar da repressão, foi possível a modernização do Estado, da sociedade e da economia brasileira".[278]

Não se trata aqui de ignorar que a política social, no caso do Estado Novo, foi uma tentativa de gestão estatal da força de trabalho, que procurou articular as pressões e os movimentos sociais com as formas pretendidas pela valorização do capital, visando à

---

[274] Ver AZEVEDO, Luiz Vítor T. de. "Cultura popular e imaginário popular no Segundo Governo Vargas (1951-54)". In. *LPH - Revista de História*. Ouro Preto: Ed. da UFOP, n. 5, 1995, p. 183.

[275] Ver DINIZ, Eli. "Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais". In. PANDOLFI, Dulce (Org.), *Repensando*, op. cit., p. 27.

[276] Essa visão consolidada no Estado Novo era oriunda de certa interpretação do positivismo e da "política social dos governantes estaduais" do Rio Grande do Sul pré-1930, incluindo o próprio Getúlio Vargas, a qual "pautou-se por dois princípios complementares: o apoio do executivo a certas reivindicações do movimento operário (redução da jornada de trabalho, aumento salarial, etc.) e a mediação do Estado, dos conflitos entre patrões e empregados", a partir da manutenção do "postulado comteano fundamental que persistiu e até mesmo cresceu (...) o da incorporação do proletariado à sociedade moderna". Ver SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promissão*: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004, p. 431.

[277] Cf. DINIZ, Eli. In. PANDOLFI, Dulce (Org.), *Repensando...*, op. cit., , p. 28.

[278] Ver CAMARGO, Aspásia. "Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático". In. PANDOLFI, Dulce (Org.), idem, 1999, p. 40.

manutenção da ordem social.[279] Muito menos se trata de desconsiderar que, "para algumas categorias de trabalhadores, o trabalho exerce um peso fundamental na formação da identidade de classe".[280]

Como explica Déa Fenelon, é importante acompanhar a ação do Estado neste processo, mas sem reduzi-la ao campo estreito da legislação social, mas reconhecendo que o controle que necessariamente se estabelece sobre a força de trabalho ultrapassa os limites das relações econômicas para atingir o campo social e do político em seu sentido mais amplo.[281] Desta forma, deve-se levar em conta a sugestão de Marilena Chauí, "de que os dominados, mesmo que confusamente, tendem a diferenciar no interior da sociedade, de um lado, o seu adversário de classe e, de outro, a esfera do poder".[282]

Assim, em análises centradas apenas na ação do Estado fica difícil entender como os trabalhadores resistiram a mitologização do trabalho e do trabalhador, feita pelo projeto estado-novista e personificado em Vargas como o maior trabalhador de todos. Precisamos ampliar os estudos, também, para entender como uma parcela significativa dos trabalhadores aceitou o discurso varguista centrado na seguinte explicação: "tendes uma legislação que vos foi concedida sem nenhuma exigência, imposição ou pressão de qualquer ordem, mas espontaneamente (...). Concessões do governo aos eficientes colaboradores, que são os trabalhadores".[283]

Cláudio Batalha coloca que o proletariado brasileiro do início do século XX lembra os artesãos e os trabalhadores desqualificados descritos por Edward P. Thompsom na Inglaterra do século XVIII e início do XIX.[284] Poderíamos fazer esse paralelo com os trabalhadores do Rio Grande do Sul dos anos 1930 e 1940, os quais lembram, em parte, os do centro do país no início do século. O apoio ao Estado Novo de parcela significativa dos trabalhadores rio-grandenses pode ter aí apenas uma parte da explicação. Por isso torna-se importante ultrapassar os limites de abordagens que constatam que esses anos foram "verdadeiramente revolucionários" no que diz respeito

---

[279] FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado capitalista*. As funções da previdência e da assistência sociais. 7. ed. São Paulo, Cortez, 1995, p. 59.
[280] BATALHA, Cláudio. 1991-92. "Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?". In. *Revista Brasileira de História*. Política & cultura. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 22, n. 23/24, 1991-2, p. 120-1.
[281] FENELON, Déa. "Formação do trabalho assalariado urbano (1900-1945)". In. *História: questões e debates*. Curitiba: Ed. da UFPR/APAH, ano 5, n. 8, jun. 1984, p. 66.
[282] CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1989, p. 59.
[283] Citado por BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991, p. 74-5.
[284] BATALHA, Cláudio, "Identidade da ....", op. cit. p. 116.

ao encaminhamento das questões do trabalho. Estas análises permanecem estreitas ao discurso do Estado e ao universo daqueles que aceitam esta ideologia política, ficando presos aos benefícios materiais oriundos das legislações trabalhistas e sociais, como pensamos que faz, de certa forma, Ângela de Castro Gomes[285], inclusive deixando em segundo plano a questão de que os "ganhos" dos trabalhadores são resultados de conquistas oriundas de suas experiências de lutas e resistências - até anteriores a 1930.

As interpretações para terem a conotação de "repensar", o que intentam, mas pouco fazem alguns dos artigos de *Repensando o Estado Novo*, continuam devendo no papel de "alargar a história dos trabalhadores".[286] Como explica Maria Auxiliadora de Decca, "as tentativas, em parte, da efetivação de dominação e controle dos setores dominantes da sociedade sobre os aspectos do cotidiano operário não pode ocultar a luta e as resistências operárias".[287] Muito menos deixar de procurar as evidências documentais para analisar a situação e as condições de vida dos trabalhadores em uma sociedade capitalista como foi a do Estado Novo, a exemplo do que fez Friedrich Engels na Inglaterra do século XIX. Afinal, a expansão industrial no Brasil após 1930, ao exigir mais braços, colocava novos problemas para a classe trabalhadora que fazia-se.[288]

Adalberto Paranhos considera que coube aos ideólogos do Estado Novo apelar para a utilização racional do irracional. Ou seja, através da mitologização - do trabalho e dos trabalhadores - deveria ser dada à maioria da população a possibilidade de perceber pela via da razão que a ditadura conduziria ao melhor dos mundos possíveis.[289] Assim, uma análise que deixa de abordar os discursos de trabalhadores que não aceitaram as construções mitológicas, construindo a sua identidade de classe, apenas permite concluir que, se os trabalhadores não tinham partidos livres para se organizarem, que se os sindicatos eram atrelados corporativamente ao Estado, os limites de sua atuação

---

[285] Cf. "Ideologia e trabalho no Estado Novo". In. PANDOLFI, Dulce (Org.), *Repensando...*, op. cit., p. 53-71. Sobre a relação entre Estado e ideologia no Brasil, no período que aqui nos interessa, ver DAGNINO, Evelina. *State and ideology*: nationalism in Brazil 1930-1945. Tese (Doutorado). Stanford: Stanford University, 1988.

[286] HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo S. "Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle". In. *Remate de Males*. Campinas: IEL/UNICAMP, n. 5, 1985, p. 96-120. Michael Hall, em outro momento, desvencilhando-se do conceito controle, fala no "acompanhamento extremamente detalhado", ao se referir à ação do Estado (e da polícia política – a DEOPS) sobre os sindicatos, os grupos políticos e os cidadãos comuns. Cf. "Prefácio". *Apud* SILVA, Fernando Teixeira da, *Operários sem...,* op. cit., p. 16.

[287] DECCA, Maria A. G. de. "Aspectos do controle sobre o cotidiano operário em São Paulo (1920-1935)". In. *História: questões e debates*. Curitiba: UFPR/APAH, dez. de 1986, p. 205.

[288] Ver ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1988, sobretudo p. 25 a 116.

[289] PARANHOS, Adalberto. "O coro da unanimidade nacional: o culto ao 'Estado Novo'". In. *Revista de Sociologia e Política*. Estado Novo. Curitiba: UFPr/PRPPG/SCHLA, n. 9, 1997, p. 41-2.

estavam dados a priori por estas imposições. Aparecem então as teses da apatia política dos trabalhadores como um dado, um fato natural, como se aquela não fosse "uma condição cuidadosamente induzida e mantida em favor da ordem existente graças ao emprego do medo".[290]

Não esqueçamos, como bem sinalizou John French, que "a tese de *outorga* também era fundamental à mitologia getulista do Estado *benefactor*", pois conforme era expresso enfaticamente por Getúlio Vargas, "o Estado se apresentava como um órgão neutro que, como a corporificação do interesse coletivo nacional, se mantinha acima da sociedade, sem macular-se pela colisão de mesquinhos paroquiais".[291]

Por outro lado, não se quer aqui passar para visões que privilegiam sujeitos ou atores no lugar da classe social, nem a de movimentos populares ou sociais no lugar da ênfase na luta de classes,[292] mas se trata de perceber dialeticamente que as classes não existem sem os sujeitos que se identificam nelas ou têm consciência delas - uma não exclui a outra, pois fazem parte do processo histórico em si – e porque a luta de classes engloba e/ou atravessa também os movimentos sociais e populares.

Aqui não se trata de negligenciar um dos objetivos centrais dos que dirigiram o Estado Novo no Brasil, o qual foi a consolidação de uma discursividade que buscava afirmar a construção da identidade nacional como única identidade possível. Angela de Castro Gomes, a partir do estudo dos historiadores do período estado-novista, afirma que a formulação de uma identidade nacional pelo Estado exigiu que se pensasse o país historicamente e conduzisse à proposição de uma "cultura histórica" como elemento fundamental de comunicação e coesão da sociedade.[293]

No caso do Rio Grande do Sul, o gaúcho deveria estar apto a instaurar a disciplina social e a ordem econômica para a reconstrução do país, sendo peça da engrenagem nacional. Nessa ótica, um regionalismo integrado ao nacional não

---

[290] PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil*. Documentos (1889-1930). Vol. II. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 14.

[291] O autor complementa esta passagem, afirmando que "formulada de forma definitiva sob a ditadura do Estado Novo, e ao longo dela persistentemente reforçada, a mitologia da *outorga* interpretava equivocadamente os acontecimentos anteriores a 1937 como se tivessem sido ações de um Estado forte. A realidade tinha sido, porém, a de que um aparelho estatal fraco promovera conscientemente a organização e a estruturação da classe operária urbana nas suas tentativas de vencer os seus inimigos poderosos, ainda não resignados ou derrotados". Cf. FRENCH, John D. *Afogados em leis*: a CLT e a cultura política dos trabalhadores. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p. 83 e 92.

[292] Ver sobre esta questão SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 17.

[293] GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 208.

apresentava maiores riscos[294], até porque não podemos ignorar, como considera Neville Kirk, que o desenvolvimento nacional tem implicações nos sensos locais de identidade.[295]

Porém, a criação de um discurso de "identidade nacional" (a construção da "mestiçagem" como símbolo da "raça brasileira" deve ser compreendida nesse âmbito), acompanhado da repressão (veja-se os inúmeros exemplos da perseguição aos italianos e alemães no Rio Grande do Sul) não eliminou, como pretendiam os governantes, as expressões de outras identidades além da nacional, principalmente as de classe, as étnicas e as de gênero, entre outras, construídas por três articulações, como considera Stanley Aronowitz: a biológica, a social e a cultural.[296] No primeiro caso - identidade de classe - pode-se perceber quando a análise vincula-se "ao desenvolvimento de valores e princípios que articulam o próprio modo como os trabalhadores se auto-definiam enquanto grupo social em sua relação com o restante da sociedade", desde que se leve em conta aspectos como a "unidade, classismo e busca de 'intelectualização do proletariado'".[297]

Com isto queremos dizer aqui, seguramente a partir de uma indicação metodológica, que "o que a teoria das classes permite é uma análise histórica de como os interesses se constituem, construindo identidades e subjetividades que definem formas de cooperação e de antagonismo".[298] Enfim, que a classe é uma formação tanto cultural como econômica, como disse Thompson.[299] Mas, também social e política, acrescento.

Isto complexamente é ir além das constatações que falam em "repensar o Estado Novo", mas ficam nas velhas formas duais que apenas reconhecem os males exercidos sobre os trabalhadores pela propaganda e pela repressão e que, ao mesmo tempo,

---

[294] KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul*: imposição e resistência. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1994, p. 130.
[295] KIRK, Neville. "Culture: custom, commercialisation and class". Texto discutido na linha *História Social do Trabalho* do Programa de Pós-Graduação em História Social. Campinas: UNICAMP, .s./d., p. 2. Digitado.
[296] ARONOWITZ, Stanley. *The politics of identity*. Class, culture, social movements. New York/London: Routledge, 1992, p. 193.
[297] Ver FORTES, Alexandre. "Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)". In. FORTES, Alexandre *et al*., *Na luta por...*, op. cit., p. 23.
[298] Cf. GUIMARÃES, Antônio; AGIER, Michel; CASTRO, Nadya. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1995, p. 27.
[299] THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. I. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.

explicam um Estado que têm "facetas de progresso".[300] Visões que não dão visibilidade à resistência e a ação autônoma dos trabalhadores na sua constituição como classe, pois muitas das percepções historiográficas, apesar de se apresentarem como referenciadas pelo mundo do trabalho, se apresentam, na verdade, como construções a partir de construtos discursivos dominantes sobre esse mesmo mundo, o qual se apresenta ao pesquisador como objeto. Na verdade, parecem ignorar que, também, nas "matrizes discursivas" é possível ver como se "expressam as divisões e os antagonismos da sociedade".[301]

Nesse sentido, a análise sobre os trabalhadores neste capítulo, seguindo a lógica anterior, não reside apenas nos aspectos institucionais dos trabalhadores, como o sindicato e o partido. Mas eles estão presentes, implícita ou explicitamente, na experiência histórica dos trabalhadores, do movimento operário e da luta de classes. Neste sentido, o alerta de Silvia Petersen continua pertinente:

> não se deve perder de vista que *a história da classe operária é a história da experiência e ações comuns e coletivas*. Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, seus elementos constitutivos e não podem simplesmente ser descartados em nome de preferências analíticas. Também a luta por direitos que caracterizou o movimento operário não seria entendida sem a perspectiva da institucionalização.[302]

Até porque não podemos ignorar a constatação empírica de que "a brutal repressão contra a esquerda e, sobretudo, sobre os comunistas nos anos de 1935 a 1944 (especialmente durante o Estado Novo) e a eliminação dos quadros operários 'classistas'", resultou, em alguns momentos, em criação de "um vácuo político na classe operária".[303] Por outro lado, não deixaremos de problematizar a opinião de Michael Löwy, senão correríamos o risco de deixar lacunas importantes para entender como, apesar do controle e da repressão sobre os trabalhadores e do enquadramento

---

[300] Ver FAUSTO, Boris. "Estado Novo no contexto internacional". In. PANDOLFI, Dulce (Org.), *Repensando...*, op. cit., p. 20.
[301] Ver SADER, Eder, *Quando novos...*, op. cit., p. 60.
[302] Cf. PETERSEN, Sílvia R. F. *"Que a união operária seja nossa pátria!"*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Ed. da UFSM, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001, p. 16.
[303] Ver LÖWY, Michael. In. SADER, Eder *et al*. *Movimento operário brasileiro. 1900-1979*. Belo Horizonte: Vega, 1980, p. 46.

corporativo ao Estado, eles resistiram e em pouco tempo realizaram greves, passeatas e outros movimentos que contribuíram para o final do Estado Novo, como mostraremos no último capítulo.

Assim, o alerta de Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, quando se referem às análises apenas "sindicalistas" da classe operária, é bastante sugestivo para vermos como "interessava ao regime corporativista", esse tipo de estudo, "porque lhe permitia atingir dois objetivos cruciais para o controle do poder sobre as classes trabalhadoras": "a eliminação de todo o acúmulo anterior à política trabalhista dos governos Vargas" que "contribuía para o aprofundamento da relação de dependência da classe operária em relação ao Estado".[304] Ou seja, se não levarmos em conta o exposto, determinadas visões podem se apresentar como críticas, mas o ponto de partida e o ponto de chegada das análises são apenas o *locus* que permite a manipulação dos trabalhadores pela ótica daqueles que exercem o poder de Estado e constroem a sua visão de história como se fosse universal ou a única possível.

Além disso, não se pode esquecer o alerta de Robert Paris sobre o proletariado, mas que pode ser ampliado para os trabalhadores em geral: sendo um corpo inacabado, instável e problemático, o proletariado é constantemente reconstruído ou reinventado, tanto por seus partidários como por seus adversários.[305]

Assim, o fio condutor de uma história sobre os trabalhadores deve ser aquele que nos leva a própria história e como ela é dada, ou seja, é um processo em construção, seja nos aspectos sociais, políticos ou culturais. A propósito desse último, continua atual a observação de Francisco Foot Hardman, quando considerou que "a questão da cultura entre as classes trabalhadoras só pode ser equacionada historicamente, já que os aspectos culturais não são apêndices ou complementos da história social das classes em luta, mas, ao contrário, elementos inerentes ao processo de sua formação e de seu próprio movimento".[306]

---

[304] PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael, *A classe operária...*, op. cit., p. 10.
[305] PARIS, Robert. "A imagem do operário no século XIX pelo espelho de um 'Vanderville'". In. *Revista Brasileira de História*. Sociedade e Cultura. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 8, n. 15, set. 1988, p. 62.
[306] HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!***:** vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 20.

A Propaganda dos Direitos como Doação do Estado

Os estudos recentes de história social do trabalho no Brasil muito têm contribuído para sabermos mais sobre como as relações entre os sindicatos e o Estado não foram das mais pacíficas, como se poderia supor, e como supõe parte da historiografia sobre o período estado-novista. Segundo parte desta, o Estado Novo no Brasil realizou a completa subordinação dos sindicatos de classes, aos mecanismos de controle do Estado. Análises como de Sérgio Amad Costa, como já colocamos na introdução, entendem o "Estado como agente do controle social" e a norma jurídica o seu "instrumento mais eficaz".[307] para o seu exercício. No entender de Costa, se as formas de atuação dos trabalhadores fora do aparato estatal eram quase inexistentes, durante aquele período, nos sindicatos oficiais a ação era restrita ao permitido pela legislação sindical.

Reconheço a estrutura de controle dos trabalhadores montada pelo Estado, principalmente entre 1937-1945, mas não posso concordar com a análise de Costa, porque ela absolutiza este controle. Não quero dizer com isso que os trabalhadores, tiveram ampla opção institucional de ação fora do sindicato oficial. Sem o reconhecimento oficial de seus órgãos de representação sindical, os trabalhadores ficaram sem meios legais de reivindicar e de fazer valer os seus direitos. Uma vez que a obrigação da sindicalização se impunha, o sindicato, mesmo que atrelado, constituía-se no espaço de luta possível. Fora disso, restava ainda a atuação partidária e sindical clandestina ou a ação não-institucional cotidiana, geralmente reservada.

Mesmo com a expulsão dos comunistas e outras correntes dos sindicatos, ou com a prisão dos mesmos, nem todo o sindicalizado poderia ser considerado "pelego". Dentro dos limites legais, surgiam brechas para o questionamento, denúncias, greves e, principalmente, a exigência de tudo aquilo que o Estado fazia questão de incutir como "doação": a aplicação das leis trabalhistas. Certas categorias foram mais combativas, outras mais subordinadas. Essas divergências no seio do próprio movimento sindical e dos trabalhadores, a respeito da tentativa de controle do MTIC, se fizeram sentir desde o início do Estado Novo.

[307] COSTA, Sérgio Amad. *O Estado e controle sindical no Brasil.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1986, p. 1.

Azis Simão, na sua importante obra "Sindicato e Estado", apresenta um quadro da "posição oferecida pelas antigas vanguardas do movimento operário",[308] referindo-se aos trotskistas, anarquistas e comunistas e como estes se posicionaram diante do "controle estatal" nas entidades sindicais, que antes do Estado Novo foram palco privilegiado de suas táticas e lutas operárias.

No Relatório da Comissão elaboradora do anteprojeto de lei, que passaria a dispor sobre os sindicatos profissionais, estava explícito o caráter anticomunista e controlador da lei que visava "preservar a vida interna dos sindicatos da contaminação dos maus elementos sociais", das suas "intervenções estranhas e corruptoras" e das infiltrações de ideologias perturbadoras". Em contraponto, a lei prometia devolver aos sindicatos "a consciência dos seus novos deveres" profissionais diante da sua comunidade e do Estado. Para isso, era necessário "um controle mais estreito do Estado" na constituição dos sindicatos, para que se tornassem "entidades realmente representativas da profissão". O controle se daria através do registro obrigatório das associações profissionais; na inscrição prévia dos candidatos; na ampliação das causas de inelegibilidade; na possibilidade da presidência das mesas eleitorais ser confiada ao delegados do Ministério do Trabalho; na exigência da aprovação da eleição. Tudo isto representando um "sistema de meios" que permitiria ao Ministério do Trabalho "realizar com plena eficiência a revelação e a seleção dos elementos dos sindicatos e a formação de uma verdadeira elite profissional".

O relatório dizia que "livre é a associação profissional, sem dúvida; ela se constitui quando quer e como quer; nela entrando quem quer e dela sai quando quer". Mas se esta associação vier ao Estado pedir que lhe outorgue competência, para a "prática de atos de autoridade pública", a este caberia impor as condições que entendesse "mais úteis ou necessárias para o cabal desempenho da função".[309]

Através deste conteúdo, o Estado Novo procurou de todas as formas fazer propaganda dos avanços nos direitos sociais dos trabalhadores, por ele "doado". Na Exposição Internacional de New York, em 1938, o MTIC, através do denominado

---

[308] Ver SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado.* São Paulo: Ática, 1981, p. 215. Cláudio Batalha considera a obra de Azis Simão com o "único dos trabalhos (...) em que a análise histórica está fundamentada numa pesquisa empírica de fôlego, ainda que restrita a São Paulo". Cf. "A historiografia da classe operária: trajetória e tendências". In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Ed. da USF, 1998, p. 149.

[309] Boletim do MTIC, n. 53. Setembro. Ano V, 1939. Rio de Janeiro, s/p. Faziam parte da Comissão que elaborou o Relatório, Oliveira Vianna, Arthur Flores Filho, Deodato Maia, Helvécio Xavier Lopes, Moreira de Azevedo, Geraldo Faria Batista, W. Niemeyer, Oscar Saraiva, Luiz Augusto de Rego Monteiro. O Relatório é datado de 23 de novembro de 1938.

Programa da Secção Brasileira de Economia Social estabeleceu quatro grupos representativos do "conjunto dos esforços sociais tendentes à melhoria material e moral das classes trabalhadoras". Os grupos foram assim definidos: a) progressos nas condições de trabalho (remuneração, organização sindical, regime e duração do trabalho, dissídio entre empregados e empregadores); b) conforto às classes trabalhadoras (alimentação, cooperativas de consumo, habitações operárias, saúde, luta contra o ópio, alcoolismo e outros flagelos sociais, educação social); c) segurança do futuro (instrução profissional, economia, sociedades de socorro mútuo e beneficência, seguro social e de acidentes, desemprego); d) instituições destinadas a proporcionar ou resguardar a independência econômica dos trabalhadores urbanos e rurais.[310]

Outro momento importante de divulgação das políticas sociais do governo de Vargas se deu na Conferência Internacional do Trabalho (CIT), realizada em Genebra, Suíça, em junho de 1938, convocada pelo Conselho da Repartição Internacional do Trabalho.

O governo brasileiro enviara uma observação à imprensa do país informando que o ministro do Exterior remetera um aviso ao ministro do Trabalho a respeito de uma nota da Repartição Internacional do Trabalho. A respectiva nota fazia menção "às convenções e recomendações" que seriam submetidas à 24ª Sessão da Conferência em 1938. Em resposta o ministro Waldemar Falcão informava ao ministro do Exterior que o governo brasileiro, estava "dando cumprimento ao artigo 45 do Tratado de Versalhes" e que remetia "regularmente ao poder legislativo projetos de convenções", visando "transformá-los em lei" ou adotar as medidas necessárias para tal feito. Falcão ponderava que em razão da "implantação da nova ordem pública, decorrente da promulgação da Constituição de 10 de novembro de 1937" e da dissolução do Parlamento, o Ministério do Trabalho nomeara "duas comissões com o objetivo de rever a legislação (...) em face dos novos preceitos constitucionais" e realizar a sua adaptação aos textos e convenções internacionais do Trabalho.[311]

Primeiramente, foi construída uma estratégia para o Brasil conseguir eleger o ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, como presidente da Conferência Em correspondência para Vargas, Falcão confidenciava que sua eleição para a presidência

[310] Cf. Programa elaborado por Osvaldo Soares e apresentado ao Ministro do Trabalho, em 27 de junho de 1938. FGV/CPDOC, Arquivo Valdemar Falcão, VFc. 37.11.12-A – I-12.
[311] "A Conferência Internacional do Trabalho. Nota do governo brasileiro", *Correio do Povo*, 31 de março 1938, p. 1.

da Conferência parecia "garantida por unanimidade, mostrando por ela grande simpatia os representantes governamentais da Argentina, da França, e de outros países".[312]

No seu discurso, já como presidente da Conferência, referiu-se a sua escolha como um meio de "distinguir e premiar" a maneira como seu país tinha "sabido encarar e resolver os problemas de trabalho". Ressaltava que, desde 1930, o presidente Vargas, "grande amigo dos trabalhadores", viera ao encontro das reivindicações do proletariado, "dotando o país de uma legislação social das mais adiantadas, no que concerne às questões do Trabalho, da Previdência e Assistência Social e da Colonização e Povoamento". Como pode se ver, a estratégia discursiva da propaganda era a mesma, tanto interna como externamente.

O ministro esquecera de mencionar a luta dos trabalhadores brasileiros por melhores condições de trabalho e de vida. Fazia questão também de apagar a história das greves, das lutas e da repressão sofridas pelos dos trabalhadores. Pelo contrário, o discurso de Falcão procurava passar uma imagem de submissão, na qual os operários solicitaram e foram atendidos pacificamente pelo Estado. Seu argumento era de "que todas essas leis foram feitas independentemente de quaisquer lutas, greves ou *lock-out*" e surgiram "inspiradas na profunda convicção que se gerou no ânimo do governo Brasileiro de que era seu dever encarar de frente os problemas do Trabalho e da Produção".[313]

O ministro do Trabalho, ao destacar as diversas Convenções firmadas nas Conferências Internacionais do Trabalho e ratificadas pelo governo brasileiro, relacionou "aquelas profundamente tocadas de sentimento humano", tais como a proteção à maternidade, à idade mínima de menores no trabalho marítimo, ao trabalho noturno das mulheres e dos menores, ao exame médico obrigatório das crianças e jovens empregados a bordo de navios, às moléstias profissionais, à idade mínima de menores a serem admitidos nos trabalhos das caldeiras e fornalhas a bordo dos navios, etc.[314] Falcão, ao se referir a ratificação destas convenções, considerava estas como uma responsabilidade "social e humanitária" assumida pelo governo, em beneficio dos trabalhadores. Novamente, a luta dos trabalhadores, agora em nível mundial, responsável pela aplicação das convenções em diversos países, não foi considerada no discurso do ministro-presidente da CIT.

[312] FGV/CPDOC, *Relatório Reservado Parcia*, n.1. VFc 37.11.12 VI 47, original manuscrito.
[313] FGV/CPDOC. VFpiFalcão, VCR 38.06.02. Discurso de Valdemar Falcão.
[314] FGV/CPDOC. VFpiFalcão, VCR 38.06.02. Discurso de Valdemar Falcão.

A atuação de Waldemar Falcão na presidência da Conferência não se resumiu aos discursos auto-elogiosos à política social do Brasil. De Genebra, Falcão enviou um relatório ao presidente da República, no qual se mostrava em dúvida quanto a sua ida a Berlim, devido aos recentes fatos ali ocorridos. Pretendia ir em caráter incógnito, mas já Gaelzer Neto, representante brasileiro para o comércio na Alemanha, havia lhe informado da pretensão do ministro da Economia do Reich em oferecer-lhe um banquete.

Assim, solicitava a Getúlio Vargas orientação sobre a atitude a tomar, pedindo a esse respeito uma "palavra urgente", a qual bastaria ser remetida por telegrama para Milão, "simplesmente com a palavra inconveniente", ou também, se julgasse necessário que devesse ir em caráter escondido "com a palavra incógnito".

Neste mesmo relatório, comentava como havia conseguido sair de uma situação delicada relacionada a "um projeto de resolução do grupo operário, capitaneado pelo delegado chinês, contra as 'guerras de agressão', visando, sobretudo, o Japão, o que acarretaria verdadeira tempestade no seio do plenário". Relatou seu "grande feito" ao presidente, dizendo que se utilizara do Regimento, "desviando-a do plenário e deixando de incluí-la na ordem dos trabalhos". Outra vez, o ministro mostrava, na prática, a sua "preocupação com o operariado".[315]

Ao mesmo tempo em que transcorriam os trabalhos em Genebra, os consultores jurídicos do Ministério do Trabalho no Brasil, corriam contra o tempo para fornecer os pareceres que possibilitariam a regulamentação dos acordos já anteriormente convencionados. Exemplo disso foi a Convenção nº. 45, que tratava da proibição do emprego das mulheres nos trabalhos subterrâneos das minas, a qual havia sido aprovada na 19ª reunião da CIT de Genebra, em 1935, e que entrara em vigor no plano internacional em maio de 1937.[316] Não esqueçamos que, como mostra Maria Valério Junho Pena, o Brasil era membro de Organização internacional do Trabalho desde a sua fundação, em 1919 e, como tal, signatário de todas suas convenções e recomendações a respeito do trabalho da mulher; todavia, só as vai ratificar em 1935.[317]

---

[315] Relatório Parcial Reservado nº. 2. Genebra, 15 de junho de 1938. FGV/CPDOC. VFc 37.11.12.VI-82. Grifo original.

[316] No Brasil a Convenção fora aprovada através do Decreto-lei nº. 482, de 8 de junho de 1938 (período em que já estava em andamento a Conferência de Genebra), ratificada em 22 de setembro de 1938, promulgada através do Decreto nº. 3.233, de 3 de novembro de 1938 e que entrara em vigência nacional em 22 de setembro de 1939. Ver "Convenção nº. 45", Organização Internacional do Trabalho (OIT). In.www.higieneocupacional.com.br/download/genero-normas.oit.ppt. Acesso em 23 abr. 2005.

[317] Ver *Mulheres e trabalhadoras*: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 152.

O Ministério das Relações Exteriores solicitava pareceres, os quais deveriam ser remetidos ao delegado brasileiro na sessão especial do Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho. Um destes pareceres referia-se a redução para 40 horas da duração semanal do trabalho industrial, que havia sido proposta pelo delegado italiano Michelis. De acordo com o documento, formulado por Oliveira Vianna, a proposta do delegado italiano e de outros delegados europeus era que o Brasil assinasse o acordo que obrigava os participantes a adotar a semana de 40 horas. As palavras de Vianna sugeriam que as "velhas nações, ameaçadas de se verem submergidas pela maré montante do '*chrômage*'", julgavam "poder salvar a sua estrutura social e econômica, abalada nos seus fundamentos". Então, para ele não seria prudente o empenho brasileiro naquele momento "sem maiores indagações" do pleito do delegado italiano. O argumento de Vianna para não apoiar de imediato o acordo proposto pelo representante da Itália, baseava-se na "organização industrial incipiente" do Brasil, na qual o "progresso técnico não atingiu o nível das organizações industriais dos grandes países europeus". Considerava que nestas condições, não seria difícil imaginar o que o país por ventura perderia, no conjunto da sua produção, com a "nova redução das horas de trabalho", ocasionando graves conseqüências para a economia nacional.[318] Mesmo assim, muitos acordos aprovados em convenções anteriores foram regulamentados no Brasil apenas enquanto ocorria a Conferência em Genebra. Exemplo disso foi a carta enviada por Osvaldo Aranha para Genebra em que comunicava que:

> por decretos-leis assinados ontem foram aprovadas convenções relativas ao emprego das mulheres nos trabalhos subterrâneos, as férias anuais remuneradas ao mínimo de capacidade profissional dos capitães e oficiais da Marinha Mercante e a admissão de pessoas no trabalho marítimo, assinadas respectivamente na 19ª , 21ª. 22ª sessões da Conferência Internacional do Trabalho.[319]

Em outro relatório, Falcão mostrava ao presidente como havia conseguido se esquivar de vários delegados europeus e muitos dos elementos do *Bureau International of Trawail* que desejavam ter o Rio de Janeiro como sede da próxima Conferência e esperavam, nesse sentido, uma palavra ou convite seu, em nome do governo brasileiro. O ministro considerava inconveniente a realização de uma reunião deste porte na

[318] FGV/CPDOC, Doc. 3. O problema da Semana de 40 horas.. VF Vianna, F.J.O. pi 38.05.06.00.
[319] FGV/CPDOC, VFc 37.11.12 Pasta VII 15, Série Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Diversos. Radiograma de 09 de junho de 1938.

Capital brasileira, devido à "presença de delegados europeus reconhecidamente esquerdistas", como um deputado comunista francês, além dos "elementos mexicanos, sempre propensos para a esquerda".[320]

A razão deste temor tinha relação com a concepção sobre o mundo do trabalho defendida pelo ministro. Pouco tempo depois, já no Brasil, na Exposição do Estado Novo, em dezembro de 1938, Waldemar Falcão pronunciou um discurso "no dia consagrado às classes trabalhistas", onde colocou:

> Trabalhadores: (...) Sois assim, operários do Brasil, heróis pacíficos desta incruenta jornada". (...) Criando progressivamente este nosso admirável aparelhamento de legislação social, proclamou ele ao mundo que, entre nós, o trabalhador era um ser humano, com prerrogativas inerentes à personalidade, para garantir os direitos do operário e defendê-lo contra as injustiças e as opressões, não carecíamos de lutas nem ódios, mas necessitávamos apenas do instrumento da Lei, harmoniosamente surgido da própria consciência nacional, toda ela imbuída desse formoso sentimento cristão que infiltrou em nossa psicologia o mandamento fraternal do amor ao próximo. Cantai, pois, trabalhadores, o hino de vossas pacíficas vitórias. Para que nada faltasse à beleza desta festa, trouxestes para aqui vossas esposas e vossos filhinhos, a comemorarem conosco as mesmas incruentas conquistas do regime político-social a cuja sombra vivemos.[321]

O Estado Novo e Trabalhadores no Rio Grande do Sul: Reivindicando Direitos Sindicais e Sociais

Poucos meses após o 10 de novembro de 1937, o Sindicato dos Empregados em Tramways e Classes Anexas de Porto Alegre questionava, de várias formas, as concessões públicas de energia elétrica, telefonia, e transporte urbano. Essa contestação, muitas vezes, levava o sindicato, ao mesmo tempo, a lutar contra os monopólios e o Ministério do Trabalho.

Em março de 1938, o sindicato deu conhecimento ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT) sobre fatos ocorridos com seus representantes, na Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por concessão, em Porto Alegre. Através

[320] FGV/CPDOC, Relatório Reservado nº. 3. Portugal, 1º de julho de 1938.. VFc 37.12.12. VI-90.
[321] FGV/CPDOC, discurso de Valdemar Falcão pronunciado na Exposição do Estado Novo, em 22 de dezembro de 1938. Falcão, VCR pi 38.12.22/23.

de uma circunstanciada reclamação, endereçada ao ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, a entidade relatava o clima de insegurança em que se encontravam os operários, no desempenho de suas funções eletivas. O Sindicato dos Tramways denunciava ao CNT

> que a Companhia Carris de Porto Alegre, irmanada nos mesmos sentimentos de prepotência e arbitrariedade que editou a Companhia Telefônica Riograndense acaba de consumar (...) idêntico ato de violência contra outro representante dos associados da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por Concessão em Porto Alegre, suplente convocado, Sr. Antonio Alves de Abreu, demitindo-o dos seus serviços, sem justa causa e sem submetê-lo a inquérito regular, como estaria obrigada, assegurando-lhe plena defesa. (...) desse Egrégio Conselho, tornem de nenhum efeito demissão imposta (...). (a) Albino Martins Gravina, presidente.[322]

Enquanto o operário Antonio Alves de Abreu era demitido outro Antonio Teixeira de Abreu saudava Getúlio Vargas. No seu discurso dizia que "os operários do Sindicato do Tramways e Classes Anexas" não podiam deixar de homenagear Vargas e assim o faziam pelo "cumprimento de um dever cívico e, sobretudo religioso" de quem soube trazer a "paz entre irmãos" e dar garantias à família que "marchava para os horrores do extremismo traiçoeiro".[323]

Um mês depois, o sindicato dirigiu à Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, uma consulta a respeito da não aplicação do artigo 3º. da lei nº. 264 de 05 de outubro de 1936, por parte das Companhias Energia Elétrica Riograndense, Carris Porto-Alegrense e Telefônica Riograndense. A consulta perguntava se as empresas de utilidade pública podiam reduzir a duração normal do trabalho e, no caso afirmativo, se esta redução importava, também, na diminuição de salário das horas não trabalhadas.[324]

A resposta da Inspetoria Regional do Trabalho não tardaria. O inspetor regional, José Antonio Aranha, resolvera intervir no Sindicato dos Empregados de Tramways, em virtude de "graves irregularidades", interditando o prédio da entidade, enquanto durasse a sindicância. Através de uma portaria, José Aranha justificou a medida:

---

[322] Ver "Movimento Sindical – Reclamações levadas ao Conselho Nacional do Trabalho pelo Sindicato dos Empregados em Tramways", *Correio do Povo*, 6 de março de 1938, p. 16.
[323] "A saudação do operário Riograndense ao Dr. Getúlio Vargas", *Correio do Povo*, p. 3.
[324] "Movimento Sindical – Sindicato dos Operários e Empregados em Tramways e Classes Anexas de Porto Alegre", *Correio do Povo*, 3 de abril de 1938, p. 17.

> Considerando que a luta suscitada entre os líderes do Sindicato dos Empregados em Tramways e Classes Anexas está prejudicando a vida do Sindicato, e, em conseqüência, a coletividade; (...) considerando que os associados não podem prejudicar-se pela luta de duas facções; considerando que a desordem administrativa e as irregularidades possíveis são grave mal para a vida do Sindicato; considerando que o Estado não pode permitir que se anule um patrimônio sindical por estéreis lutas de facções; considerando que sete membros da Diretoria do Sindicato solicitaram a intervenção do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. (...) resolvo: 1º) Intervir no Sindicato dos Empregados em Tramways e Classes Anexas de Porto Alegre; 2º) Designar o Oficial Administrativo da Classe "I" deste Ministério, Clarindo Severo, para exercer, por tempo indeterminado, as funções que cabem por lei às Diretorias dos Sindicatos de Empregados; 3º) Determinar: a) – que sejam suspensos imediatamente todos os empregados do Sindicato; (...).[325]

Como nos mostram Branno Hockerman Costa e Francisco Josué Medeiros de Freitas, não havia dúvidas - em especial durante o Estado Novo – que o governo ampliou seu poder de controle e vigilância sobre os sindicatos, pelo modelo de ingerência direta do Estado intermediada pelo Ministério do Trabalho.[326] O caso acima, esclarece bem esse controle.

Em 4 de agosto de 1938, o *Correio do Povo*, deu destaque a uma matéria intitulada "Demissões em massa na Carris". A reportagem fazia referência à desligamento "de quase uma centena de operários honestos" em "flagrante desrespeito aos direitos dos mesmos", o que constituía em violação das leis trabalhistas. Os operários, antes de serem demitidos, haviam procurado à Inspetoria Regional do Trabalho, sendo atendidos por um "alto funcionário" daquele departamento. Na ocasião queixaram-se "amargamente das radicais e perniciosas providências" adotadas pela direção da empresa, que lhes apresentara "apenas um argumento injustificável" para a demissão sumária em suas oficinas e escritórios de tantos empregados com quase dez anos de serviço ativo. Os oitenta e quatro operários dispensados esclareceram que de acordo com "tal política", a empresa de bondes visava "fugir das obrigações"

[325] "Graves irregularidades numa entidade classista", *Correio do Povo*, 28 de junho de 1938, p. 6-7.
[326] Cf. "Greves e polícia política nas décadas de 1920 e 1930". In. MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, Faperj, 2004, p. 145.

estabelecidas pela lei nº. 62, cujo texto, em resumo, assegurava ao trabalhador com dez anos de funções na mesma casa empregadora "ampla e completa assistência". Dessa forma, a Carris ao demitir os funcionários, não corria risco de punições legais, já que os dispensara antes de completarem dez anos de serviço, ao mesmo tempo, que ganharia mais financeiramente na contratação de novos empregados, no lugar de manter os mais antigos e ter que pagar os salários e todos os direitos estabelecidos por lei.[327] Esta forma de cobrança dos trabalhadores não se resumia a um único exemplo.

O Sindicato dos Operários Estivadores, fundado na cidade de Pelotas em 1932, enviara uma carta ao presidente Getúlio Vargas, narrando a ação de um grupo de estivadores, incitados por José Costa. O grupo havia criado outro sindicato de classe, que de acordo com os queixosos, era uma associação "norteada pelos patrões, em prejuízo dos trabalhadores". Os membros do sindicato denunciavam que contrariando as leis em vigor, José Costa "criou para os operários do novo sindicato, um ambulatório e um seguro particulares" com o objetivo de afastá-los da Caixa de Acidentes do Trabalho dos Operários Estivadores.

Além disso, relatavam que os estivadores filiados ao novo sindicato, recebiam preferência no trabalho da estiva de Pelotas. Dessa forma, os membros do antigo sindicato estavam "quase que completamente sem trabalho, ocasionando ficarem sem pão mais de trezentos brasileiros". Os estivadores do Sindicato solicitavam ao presidente da República que não ficassem impossibilitados de gozarem os benefícios da "grande obra social" criada pelo presidente, através da Caixa de Aposentadoria dos Estivadores, pois a atitude de José Costa de negar trabalho aos "associados muitos dos quais homens que perderão a sua mocidade trabalhando na estiva e até que poderiam gozar de uma aposentadoria ou outros benefícios", porque sem trabalho não teriam condições de contribuir para a Caixa, assim preferindo continuar no seu antigo sindicato. Lembravam ao presidente, que o Sindicato era legalmente reconhecido pelo seu governo e solicitavam-lhe providências, no sentido de que fosse realizada "uma justa e eqüitativa divisão do trabalho", a fim de que os operários filiados àquele sindicato não permanecessem na deplorável situação em que se encontravam.[328]

Em Pelotas ocorrera outro caso semelhante ao dos estivadores. A Federação dos Sindicatos de Bancários, fundada em 1º de maio de 1937, foi considerada ilegal pelo

[327] Ver "Demissões em massa na Carris", *Correio do Povo*, 4 de agosto de 1938, p. 11.
[328] ANRJ/FGCPR, Notação 17.10, Série Ministério do Trabalho, Lata 126. A reclamação era assinada pelo estivador e membro do Sindicato, Idílio Ribeiro, em 13 de agosto de 1938.

presidente da Federação dos Sindicatos Bancários do Rio Grande do Sul, sob a alegação de que a legislação de então não permitia a pluralidade sindical.[329]

Cordeiro de Farias solicitava ao ministro do Trabalho "a solução do caso" do Sindicato dos Trabalhadores do Porto e Barra de Rio Grande, cuja extinção havia requerido. Alertava que o funcionamento irregular do referido sindicato, bem como os trabalhadores deste, representavam para o Estado, causa de "constantes prejuízos à boa marcha dos serviços" e constituindo-se a sua dissolução, "medida de interesse público".[330]

Como forma de conseguir a regulamentação de seus sindicatos, várias categorias solicitaram filiação à União Sindical dos Trabalhadores Porto-Alegrenses, tais como o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e seus Artefatos e o dos Trabalhadores em Calçados e Classes Anexas. A filiação dessas entidades fortalecia a União Sindical, que havia sido reconhecia pelo Ministério do Trabalho e cujo objetivo era agregar o operariado de Porto Alegre.[331]

A falta de fiscalização do Ministério do Trabalho na aplicação da legislação trabalhista, tornou-se motivo de muitas reclamações por parte dos trabalhadores. Em Caxias do Sul, os sindicatos de empregados da cidade, representados por seus respectivos dirigentes, remeteram ao presidente Getúlio Vargas um memorial demonstrando a situação que se encontrava o proletariado local devido à "falta de uma fiscalização eficiente para a execução dos dispositivos da legislação social". Apontavam no memorial que os sindicatos agradeciam o "benefício" representado pela legislação social, mas agora desejavam que esses direitos, se tornassem "realidade absoluta". Por isso, apelavam para que a cidade tivesse um fiscal que pudesse velar pela fiel execução das leis trabalhistas, ao mesmo tempo em que depositavam nas mãos do presidente os destinos de seus sindicatos.[332]

---

[329] Cf. "A legislação atual não permite a pluralidade sindical", *Correio do Povo*, 9 de fevereiro de 1939, p. 3.

[330] AHRGS/CG, Maço 130. Telegrama de Cordeiro de Farias para o ministro do Trabalho, Valdemar Falcão, 26 de julho de 1938.

[331] Ver "Movimento Sindical – União Sindical", *Correio do Povo*, 3 de abril de 1938, p. 17.

[332] Do referido memorial, assinado em 20 de janeiro de 1938, constavam os seguintes sindicatos e seus representantes: Sindicato dos Bancários: Francisco Alexandrini; Sindicato dos Empregados do Comércio: João Brusa Netto; Sindicato dos Operários Metalúrgicos: Francisco Abel; Sindicato dos Operários Carpinteiros: Pedro Domingos Laçavas; Sindicato dos Operários Fiação e Tecelagem: João Pedron Netto; Sindicato dos Operários em Cortumes: Sylvio Romero; Sindicato dos Operários Tendeiros: Anafio Rodrigues da Silva; Sindicato dos Empregados de Fábricas e Bebidas: Avelino Jesus Souza; Sindicato dos Empregados em Hotéis: Moreira; Sindicato dos Empregados em Panificação: Carlos Klippel. Cf. ANRJ/ FGCPR. Notação 17.10, Série Ministério do Trabalho, Lata 125.

Como nos mostram Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Silva, a partir de Jorge Ferreira e sua obra *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular, 1930-1945*, o grande número de cartas, enviadas por "populares" à Secretaria da Presidência da República, poderia "corroborar as eternas teses sobre a natureza clientelista da política brasileira, afinal, em sua quase totalidade, a correspondência era muito semelhante na sua temática e estruturação. Seus signatários apresentavam "dilemas, carências e dramas de suas vidas pessoais" e em seguida, faziam algum pedido utilizando "argumentos decalcados dos discursos oficiais do governo".

Porém, conforme mostram os historiadores, é preciso ver outros aspectos como: 1º) o "elemento não-verbal", na qual o fato de se comunicar com o poder por escrito "já transforma a natureza da relação clientelista", introduzindo "uma ordem de abstração oposta ao fato de alguém dirigir-se ao proprietário de terras local ou ao administrador da fábrica e fazer um apelo pessoal"; 2º) ao contrário de "reproduzir fielmente os pressupostos doutrinários do Estado Novo, é preciso entender as interpretações que os trabalhadores faziam dos discursos oficiais no interior da 'cultura política popular'", ao "acionarem a fraseologia dos 'de cima'", eles "a apropriavam para 'tirar proveito' de alguma situação", confrontando "as intenções do governo com sua própria retórica de justiça social, cobrando coerência do discurso oficial, e selecionando aquilo que poderia render algum benefício a partir do que entendiam por justiça"; 3º) o "espaço institucionalmente aberto para os pedidos dos trabalhadores não era uma farsa baseada em promessas vagas", pois transformada em processo, a correspondência era encaminhada para os órgãos governamentais para que tivesse resolução, "azeitando as comunicações entre a sociedade e a máquina estatal, a fim de o governo angariar legitimidade entre os trabalhadores"; 4º) o atendimento ou não dos pedidos "tinham como filtro a legislação em vigor como mecanismo impessoal de justificação das decisões burocráticas".[333]

Luciana Arêas, também baseada em Jorge Ferreira e Joel Wolfe, nas cartas enviadas a Vargas "as pessoas elaboravam contra-argumentos, nos quais baseavam as suas solicitações, a partir da própria lógica do discurso dominante", resultando que "o projeto político-ideológico varguista não dominou as mentes das pessoas,

[333] Ver "Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes". In. FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua História*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 237-8. Ver sobre esse mesmo tema o artigo de Fernando Teixeira da Silva, "Direitos, política e trabalho no Porto de Santos". In. FORTES, Alexandre *et al*, *Na luta por...*, op. cit., p. 185.

incapacitando-as de manifestarem qualquer avaliação crítica, de interpretarem sua realidade social e de reivindicarem seus direitos".[334]

"Falange de Trabalhadores Disciplinados": os Comerciários Reivindicam Direitos

A adoção no comércio da "Semana Inglesa", isto é, o fechamento aos sábados, ao meio-dia dos estabelecimentos comerciais, fez com que sindicatos de trabalhadores no comércio do Rio Grande do Sul se mobilizassem para a implantação desta medida, que já vigorava em outros estados do país.

Em todo o Rio Grande do Sul, vozes pró e contra a "semana inglesa" se levantaram. Tanto na Capital como no interior, desde antes do Estado Novo, poucos estabelecimentos comerciais haviam adotado o fechamento do comércio aos sábados após o meio-dia. Por essa razão, os comerciários porto-alegrenses criaram um movimento para estender a medida para todo o comércio varejista ou atacadista.

Francisco Massena Vieira, presidente da Federação dos Sindicatos dos Comerciários do Rio Grande do Sul e presidente da Junta Governativa do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, entendia que a medida apresentava "alto alcance social" e que em nada viria "prejudicar os negócios", uma vez que não se tratava da diminuição das horas trabalhadas pelos empregados, porque a diferença de horário que se verificava com o fechamento ao meio-dia de sábado seria compensada com o aumento de horário nos demais dias da semana, conforme exigiam as leis. O sindicalista procurava deixar claro que a reivindicação da categoria dos comerciários fazia-se dentro da ordem e da lei e "dentro do alto espírito de harmonia com os empregadores".[335]

Os representantes das Associações Comerciais dos Varejistas do Rio Grande do Sul, nas figuras do vice-presidente da Associação Comercial de Porto Alegre e do presidente da Associação Comercial dos Varejistas de Pelotas, bem como o Sindicato dos Lojistas, colocaram-se contra a "semana inglesa". Através de um discurso que anunciava discursos patronais do século XIX, alegavam ser "absolutamente

[334] Cf. WOLFE, Joel. "'Pai dos pobres' ou 'mãe dos ricos'? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954". In. *Revista Brasileira de História*, n. 27, v. 14, p.31 e FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997, p. 28, *apud* ARÊAS, Luciana Barbosa. *Consentimento e resistência*: um estudo sobre as relações entre trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945). Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2000, p. 292.

[335] "A adoção da 'Semana Inglesa' em todo o Brasil", *Correio do Povo*, 4 de fevereiro de 1939, p. 3

impraticável" o fechamento do comércio aos sábados á tarde, quando "grande parte da população, principalmente a de menos recursos", procurava realizar suas compras. Além disso, segundo estes dirigentes, o comércio, em face do regime tributário de então, necessitava de "maior espaço de trabalho para poder saldar os seus compromissos convenientemente".[336]

Não eram só trabalhadores que "buscavam direitos" com o presidente Vargas, demonstrando que a luta de classes também era pelo espaço da lei. Ismael Valandro, no mesmo sentido de seus colegas empresários de Porto Alegre, em nome da Associação Comercial de Santa Maria, dirigiu ao presidente da República um telegrama solicitando a não regulamentação da "semana inglesa", reivindicada pelos comerciários do Rio Grande do Sul. A justificativa apresentada pela Associação Comercial era de que a adoção do "sábado inglês" era altamente prejudicial ao comércio varejista, que já vinha lutando com grandes dificuldades para atender inúmeros encargos de toda ordem, o que embaraçava seu normal funcionamento. Várias cidades do estado, como Lageado, Caxias, Rio Grande, entre outras, enviaram telegramas de igual teor ao presidente Vargas.[337]

A realização do 1º Congresso Nacional de Empregados no Comércio Sindicalizado, em âmbito nacional, propiciou um foro privilegiado para os comerciários gaúchos na defesa das suas reivindicações. Os representantes do Rio Grande do Sul apresentaram no Congresso algumas teses, entre elas: a adoção da "semana inglesa"; a reforma do Instituto de Aposentadoria dos Comerciários; a Carteira Predial; a estabilidade no emprego de dois anos; a defesa do salário mínimo; a instituição do seguro-doença; a obrigatoriedade de sindicalização e a construção de colônias de férias.[338]

A Associação Feminina dos Comerciários, havia preparado um trabalho para ser apresentado neste Congresso, mas "com surpresa a mulher comerciária não fora convidada a tomar parte no conclave". Foi um choque para as associadas do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Porto Alegre, que pouco mais de um ano antes fizeram o seguinte apelo às "moças comerciarias" da Capital: "(...) Formai, pois, na grande parada

[336] Ver *Correio do Povo*, 4 de fevereiro de 1939, p. 3.
[337] ANRJ/FGCPR, Notação 17.10, Série Ministério do Trabalho, Lata 202. Telegrama enviado de Santa Maria – RS, em 22 de junho de 1939.
[338] Os delegados que representaram os comerciários do Rio Grande do Sul foram Francisco Massena Vieira e Guido Mondin Filho (pelo Sindicato de Porto Alegre), João Busa Netto (pelo sindicato de Caxias), Raul Pont (pelo sindicato de Uruguaiana) e Olavo Schuler (pelo Sindicato de Livramento). Cf. "A necessidade de se obter para o trabalhador a melhoria de benefícios das aposentadorias e pensões", *Correio do* Povo, 18 de maio de 1939, p. 3.

cívica de 1º de maio, unidas, coesas, demonstrando que pertenceis a uma falange de trabalhadores disciplinados".[339]

A presidente da Associação Raymunda Socci tomou a decisão de enviar diretamente ao ministro do Trabalho propostas relacionadas à alimentação (através da implantação de restaurantes) e a defesa do tempo de serviço para aposentadoria.[340] O interessante era que, dentre os vários pontos a serem discutidos no Congresso da categoria, um deles, especificamente, reivindicava a regulamentação do trabalho da mulher.

Através de uma "enquete relâmpago" do C*orreio do Povo*, no centro da Capital gaúcha, foram entrevistadas várias comerciárias a respeito da aposentadoria da mulher, com 25 anos de trabalho. A matéria informava que "nos clima tropicais como o nosso", as mulheres envelheciam "bem mais depressa que o homem". A primeira comerciaria entrevistada, Lygia Porciúncula, funcionária das Lojas Brasileiras, considerava uma "boa idéia", enquanto que, sua colega Lacy Lopes, achava que o aumento da contribuição para o Instituto "ficaria um pouco pesado". Na Casa Tschiedel, a caixa Helga Habben, que "já estava com as mãos bem fatigadas", achava que o objetivo visado, compensava "esse pequeno sacrifício monetário". Nas Casas Pernambucanas, Jurandir Moreira aplaudia com "visível sinceridade o plano de aposentadoria" após 25 anos de trabalho, porque o trabalho no comércio cansava muito as mulheres. Por isso, não considerava pouco os 25 anos de trabalho, pouco era o "dinheiro" das aposentadorias pagas pelo "Instituto dos Comerciários".[341]

Como explica Maria Valério Junho Pena, no momento do Estado Novo o Brasil vivia o período em que estava se consubstanciando a sua incorporação maciça, no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que em "resposta a pressões da classe trabalhadora", foi produzida uma extensa legislação trabalhista que "procurou não somente disciplinar as relações capital/trabalho", mas também, "através de medidas que se diziam protetoras ao trabalho feminino, defender o espaço masculino na produção e garantir a mulher como trabalhadora reserva". Por isto, a luta por direitos da mulher trabalhadora ganhava um significado redobrado.[342]

---

[339] Ver "As homenagens da cidade ao 'Dia do Operário' - Adesão do elemento feminino", *Correio do Povo*, 30 de abril de 1938, p. 7.
[340] "A mulher e o Congresso dos Comerciários", *Correio do Povo*, 17 de junho de 1939, p. 6.
[341] "A aposentadoria da mulher, com 25 anos de trabalho", *Correio do Povo*, 20 de junho de 1939, p. 6
[342] Sobretudo, como mostra a mesma autora, quando, somente a partir de 1943, a mulher passou a mulher a gozar do direito de trabalhar, sem autorização do esposo, e mesmo assim, "podendo o marido impedi-las de continuar no emprego, caso o julgasse sustível de prejudicar os vínculos da família ou se constituir em

Sobre isto, a reflexão de Robert Levine é sugestiva, mesmo que podemos relativizar a ignorância do Estado Novo quanto ao trabalho da mulher:

> de modo geral, o Estado Novo ignorava as mulheres, embora elas representassem mais da metade da força de trabalho na economia formal (a maioria trabalhando na indústria têxtil, em escritórios ou no magistério), e porcentagem ainda maior na economia alternativa ou informal, produzindo renda, chapéus, redes, bordados, trabalhando na lavoura e como empregadas domésticas ou babás. As mulheres, no entanto, não eram estimuladas a se associarem aos sindicatos, do mesmo modo como haviam sido tradicionalmente excluídas dos sindicatos independentes e desviadas para o trabalho em obras de caridade. (...) O DIP elogiava as mulheres como donas-de-casa, enfatizando que o trabalho era território dos homens. (...) Resultado de uma missão exploratória, um resumo confidencial enviado ao Departamento de Estado à época da guerra por Mary Cannon, do Women's Bureau, revelava que a força de trabalho formadas pelas mulheres no Brasil padecia de absenteísmo, "falta e ambição", ausência de incentivos, carência de educação e treinamento profissional, falta de condições de limpeza e outras comodidades, falta de dispositivos de segurança e desinteresse na aplicação de leis de proteção a mulheres e crianças. Acreditava-se, assim, que as mulheres deviam fazer os serviços "fáceis" e, portanto, mais mal pagos, dificultando sua ascensão a posições melhores.[343]

Esta questão do trabalho e dos direitos da mulher não é menos importante no contexto de 1937 a 1945, afinal como indicou Beatriz Loner, ao estudarmos a formação da classe operária no Brasil (e acrescento no Rio Grande do Sul), temos que "analisar e acompanhar, em sua evolução temporal, as lutas, organizações, ideologia, condições de vida e trabalho, enfim, a forma pelo qual *milhares de homens e mulheres* se constituíram como agentes históricos"[344] no país (e no estado).

Parte destes "agentes históricos" estava na categoria dos comerciários. No final de 1940 uma questão trabalhista começou a alertar os agentes da DESPS infiltrados nos sindicatos. O Ministério do Trabalho estava estudando uma alteração na Lei Nº 62/35

---

perigo manifesto às condições peculiares da mulher". Ver PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 30 e 148.

[343] Ver a passagem e a opinião de Mary Cannon, do Department of Labour, em relatório confidencial de agosto de 1943, *apud* LEVINE, Robert. *Pais dos pobres*: o Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 103.

[344] Grifos meus. Cf. *Construção...*, op. cit., p. 17.

que garantiu a estabilidade dos empregados com mais de 10 anos de serviço, independente da categoria, excetuando-se os trabalhadores rurais e domésticos. Uma Nota Reservada da Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal, encaminhada ao ministro do Trabalho Waldemar Falcão, informava que tinha chegado ao conhecimento da Delegacia que a reforma da Lei 62 estava "agitando os meios trabalhistas nacionais", em particular os da Capital da República e do estado do Rio Grande do Sul. O delegado especial Batista Teixeira informava ao ministro que havia determinado a realização de sindicâncias. As "agitações" tiveram início quando da nomeação de uma comissão pelo ministro do Trabalho, composta por Oliveira Viana, Oscar Saraiva e Helvetio Xavier Lopes, com o objetivo de organizar um anteprojeto substitutivo da Lei n. 62. Teixeira apurou que na Capital do país, "a principal agitação foi movida pelos próprios empregadores que, logo de início, pela imprensa, divulgaram sugestões e comentários em torno da citada reforma". Como resposta à campanha patronal, alguns sindicatos, em especial a União dos Empregados do Comércio, publicaram em alguns jornais e nos de seus sindicatos, notícias e comentários relativos ao tema.

Quanto ao Rio Grande do Sul, o delegado observou não haver fundamento nas denúncias de agitação "em torno da reforma citada". Para Teixeira um dos "'líderes' de maior projeção, o presidente dos comerciários", Francisco Massena Vieira, estava aposentado e, assim, "sem orientação nem prestígio nas classes trabalhistas do Rio Grande do Sul". Além disso, em outra ressalva em relação ao líder comerciário, o delegado especial assinalava "que na fase de sua atuação sempre agiu com muito respeito e espírito de colaboração com o poder público". Concluía a sua sindicância dizendo que "nada poderia estar sendo pleiteado de cabível, no caso, pelos trabalhadores do Rio Grande do Sul", uma vez que a sua reivindicação de reforma da lei estava em processo de regulamentação.[345]

Em outra Nota Reservada, o delegado especial Batista Teixeira passava a informar que a Federação das Indústrias de São Paulo havia realizado uma reunião de todos os sindicatos daquela Capital, a fim de lhes apresentar um anteprojeto da lei n. 62. Teixeira entendia que a apresentação do projeto, apesar de seus idealizadores pretenderem demonstrar ao governo que no estado bandeirante havia "perfeita identidade de vistas entre os patrões e operários", não deixou de se estabelecer uma

[345] FGV/CPDOC. Nota Reserva da DESPS para o MTIC .Arquivo Valdemar Falcão. VFc 37.11.12. Pasta XII. Questões Trabalhistas. 10.01.1941.

cisão entre eles, o que levou à rejeição do mesmo. Além disso, a Federação dos Trabalhadores em Transportes encaminhara um outro anteprojeto.[346]

Um relatório do Gabinete do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro para a Presidência da República, dizia que, segundo comunicação de um dos seus agentes, foram informados de que os empregados no Comércio e empresas em geral, mostravam-se descontentes com a recente decisão do Ministério do Trabalho, que declarava que os empregados mesmo com mais de dez anos de serviço estavam sujeitos a perder as garantias de reintegração. A medida tivera a aprovação da Associação Comercial que, em sua última sessão, elogiara a atitude do ministro Waldemar Falcão. Constava também do relatório que J. de Souza, proprietário do Armazém Colombo, foi quem "agitou a questão", obtendo vitória contra os empregados. De acordo com o agente da polícia, Souza lera uma carta na Associação Comercial, "segundo a qual a reforma daquele dispositivo da Lei era de há muito esperada, por isso a mesma Lei tinha um aspecto comunista e só favorecia aos empregados".[347]

Na tradicional relação entre Estado, empresariado e polícia, para esta a reivindicação de direitos quase sempre tinha algo de comunismo. Luciana Lombardo Costa Pereira, a partir de Rodrigo Patto Sá Motta, explica que "a representação policial sobre o *comunismo* não é uma criação singular da corporação policial, ela se alimenta do anticomunismo presente em diversos outros setores da sociedade", alicerçada na crença e do argumento de que o comunismo estava presente em diversos meios e se propagava "como uma doença através do contágio por outros *comunistas*, mestres na arte do convencimento e da sedução, através de discursos, panfletos e jornais", sendo que sua influência se espalhava na clandestinidade, seus líderes se infiltravam em praticamente todos os movimentos sociais, e era junto à classe operária que colhiam mais frutos de sua pregação.[348]

---

[346] FGV/CPDOC. Arquivo Valdemar Falcão. VFc 37.11.12. A1 6. 11 de fevereiro de 1941.

[347] FGV/CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. GV 41.05.16/1 F 0554. 16 de maio de 1941. Relatório sem assinatura

[348] Ver *Em guarda contra o "perigo vermelho"*: o anticomunismo no Brasil, 1917-196*4*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, *apud* PEREIRA, Lombardo Costa Pereira. In. MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.), *Trabalhadores em* ..., op. cit., p. 186. A autora explica ainda sobre esse tema que a polícia política atuou "como um serviço de inteligência que buscava informações para descobrir provas de crimes políticos e seus responsáveis". Assim, "longe de ser um organismo neutro e imparcial, operando com métodos científicos para fazer cumprir a lei", a polícia política era antes de tudo, política. Sua "*missão* declarada" era a repressão ao *comunismo* e, no desempenho dessa função, "tanto sua origem civil como seu compromisso declarado de fidelidade ao Estado nacional e à democracia" não eram mais fortes que "a orientação militarista, de seus sucessivos dirigentes, de combater e eliminar inimigos internos ou externos". Idem, ibidem, p. 198.

Sobre estes procedimentos, Beatriz Loner explica que essa estratégia, de lançar sobre todos, indistintamente, a pecha e os rótulos de "subversivos" ou "comunistas",

> tinham a vantagem, para o governo, de individualizar o militante, justificando a repressão. Individualizar no sentido que ele não era mais visto como representante de uma parcela do movimento, mas como uma pessoa com idéias diferentes, e que tentava passar estas idéias, através do movimento. Assim, não eram as lideranças que expressavam as reivindicações operárias que eram punidas, mas o indivíduo e suas idéias. Como resultado, desorganizava-se o movimento e, em alguns casos, confundia-se o operariado, levando-o a desconfiar de seus líderes, ou se afastar, temendo ser manipulado.[349]

Mesmo assim, os comerciários do país, diante da possibilidade de perderem o direito à estabilidade, buscaram através dos seus sindicatos e associações pressionar as autoridades para que a reforma na citada Lei se desse de forma que, além de manter as conquistas, houvesse um avanço em seus direitos.

Operário de Parcos Vencimentos: os Ferroviários Lutando por Direitos

Os ferroviários gaúchos também enviaram vários pedidos ao Ministério do Trabalho, solicitando o registro da sua entidade, o Sindicato dos Ferroviários do Rio Grande do Sul. A insistência da categoria levou o ministro do Trabalho a pedir ao consultor jurídico do Ministério, Oliveira Vianna, um estudo fundamentado da situação e fornecer um parecer a respeito do tema. De acordo com o parecer, os ferroviários eram funcionários públicos e por essa razão não poderiam recorrer às leis trabalhistas. De posse do relatório, o Ministério do Trabalho ordenou que todos os pedidos de sindicalização por parte dos ferroviários fossem indeferidos.[350]

De acordo com Sérgio Amad Costa, o Decreto-lei nº.19.770, de março de 1931, no seu artigo 11, não fazia distinção entre empregados e operários e nem entre operários manuais e intelectuais. Mas mesmo não estabelecendo distinções, completa o autor, juridicamente destacava algumas categorias de trabalhadores, as quais não faziam parte

[349] Ver *Classe operária: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 580.
[350] Cf. "O ministro do Trabalho ordenou fosse indeferido qualquer pedido de sindicalização dos ferroviários", *Correio do Povo*, 2 de maio de 1939, p. 3.

da classe dos operários, em virtude da sua subordinação a princípios hierárquicos e, portanto, sujeitas a um estatuto legal específico.[351]

Os ferroviários de todo o país também questionaram o decreto que limitava a idade de aposentadoria ordinária, a todos os trabalhadores, aos 60 anos de idade, entre eles o Centro Ferroviário da Rede Viação Férrea Paraná/Santa Catarina,[352] o do Paraná e o dos ferroviários paulistas, os funcionários públicos da Central do Brasil. Pedro Vieira Pinto, líder ferroviário paulista, enviou ao presidente da República uma carta criticando o decreto que limitava a idade de 60 anos para "um velho servidor da nação" ser aposentado pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões, o que viria "turvar a obra de milhares de brasileiros, contristando-os de modo desesperador". O ferroviário fazia críticas aos dirigentes das Caixas de Aposentadorias, os quais, "regozijaram-se de ter podido ludibriar a boa fé" do presidente, do ministro do Trabalho e de outras autoridades do país. Dizia também que nenhum brasileiro vivia mais de 60 anos, pois quando chegava aos 50, já estava no "fim da jornada". Assim, a medida tomada pelo presidente, fez com que ele fosse "levado ao ódio" pela categoria. Se no Brasil não vigorasse um regime que não vinha concedendo liberdade, onde a imprensa era censurada, ele "receberia os clamores de muitos brasileiros" aborrecidos com aquele ato. Encerrava a carta pedindo em nome de centenas de Funcionários Públicos Paulistas Ferroviários da Central do Brasil, que "60 anos é muito Sr. Presidente".

Em parecer à carta de Pedro Vieira Pinto, o atuário-chefe do Ministério do Trabalho, Gastão Quartim Pinto de Moura, manifestou seu descontentamento com os termos "um tanto impróprios e descorteses para com os auxiliares imediatos do Senhor Presidente" e os administradores das instituições de previdência social, repelindo a acusação de Vieira Pinto de que o regime vigente tolhia "todas as liberdades, inclusive a de imprensa", demonstrando que "a prova cabal do contrário" residia na própria "liberdade assegurada ao reclamante", já que sendo funcionário público federal, fora capaz "de dirigir uma carta em tais termos" ao presidente da República e na "magnanimidade" deste lhe retornar resposta, apesar disso, através dos órgãos técnicos daquele Ministério.[353]

[351] Ver COSTA, Sérgio Amad, *O Estado...*, op. cit., p. 14.
[352] ANRJ/FGCPR, Notação 17.10, Série Ministério do Trabalho, Lata 278, 31086-940/SC 3897. Registro 23327/40.
[353] ANRJ/FGCPR, Notação 17.10, Série Ministério do Trabalho, Lata 278, 31086-940/SC 3897. Registro 23327/40.

A Associação dos Ferroviários Sul-Riograndenses, por sua vez, entidade que congregava grande parte dos ferroviários gaúchos, em número aproximado de 13.000 associados, manifestou-se ao presidente, através de telegrama remetido em novembro de 1940. Neste, demonstravam o "profundo desgosto" causado na classe pelo Decreto que estabelecia a idade mínima de 60 anos para aposentadorias ordinárias.[354]

Consideravam que com aquele limite de idade para a aposentaria, se tornara praticamente extinta a possibilidade da aposentadoria ordinária, justo prêmio que desfrutariam os ferroviários brasileiros após 30 anos de "trabalho intenso e exaustivo". Desta forma, esperavam que o presidente determinasse o restabelecimento da aposentadoria ordinária aos 50 anos idade e 30 de serviço, de acordo com a Lei nº 20.465, solicitando também que a mesma não sofresse modificações antes que fossem apresentadas ao Ministério do Trabalho as sugestões que estavam sendo elaboradas sobre este assunto. No final da solicitação, a Associação lembrava ao presidente a "colaboração sincera" dos ferroviários gaúchos que "tão decisivamente" contribuíram para o estabelecimento daquele regime.[355]

Em resposta à solicitação da Associação dos Ferroviários Sul-Riograndenses, Gastão Quartim Pinto de Moura colocou que "os argumentos do telegrama eram fracos", já que mais de um terço dos ferroviários que iniciavam na profissão aos 14 anos de idade, estavam "aptos a gozarem da aposentadoria de velhice aos 60 anos de idade, não estando, pois anulada tal modalidade de benefício". O Ministério reconhecia que o número havia diminuído em cerca de 20% em relação àquele que desfrutaria a aposentadoria com 50 anos de idade, não sendo outro o intuito do Decreto-lei mencionado. Segundo a argumentação do Ministério, os ferroviários não deveriam sentir-se "desamparados", porque para os de idade compreendida entre esses limites, em caso de invalidez ou de morte, existiam a aposentadoria de invalidez e a pensão aos herdeiros. Este era o "amparo" oferecido: morte ou invalidez. Para "os válidos, em condições de trabalhar", sua obrigação era trabalhar, pois o trabalho era "um dever social". A conclusão constante no despacho era de não aceitar a sugestão de revogação

[354] De acordo com o Decreto-lei nº. 2.474, de 5 de agosto de 1940, ficaram suspensas, por todas as instituições de previdência social, as aposentadorias dos seus associados com idade inferior a 60 anos, a não ser em casos de invalidez.

[355] Assinavam o documento, o presidente, Hugo Ávila e o secretário, Teodomiro Pimentel. ANRJ/ FGCPR. Notação 17.10, Série Ministério do Trabalho, Lata 278, 34430-940/SC 3858. Registro 2652/40. Processo 21.535/40.

do decreto feita pelos ferroviários, uma vez que, aposentadorias concedidas "absurdamente aos 50 anos de idade, oneravam os cofres públicos".[356]

Para Marcela Goldmacher, a partir de Cláudio Batalha, já no final do século XIX, na visão da classe dominante, "o trabalho vem impregnado de uma conotação positiva, associada àquela que incorpora a ética do trabalho: o 'bom operário', laborioso, poupador, enquadrado numa perspectiva de ascensão social e, sobretudo, ordeiro". Assim, a partir de fins do século XIX, "a identidade da classe trabalhadora – a separação do operariado do conjunto dos pobres – passa a estruturar-se em torno do trabalho".[357]

O Estado Novo, desta forma, não fazia uma leitura singular sobre o que era o trabalho, baseada na velha acepção liberal clássica. Para Eli Diniz, podemos detectar durante todo o Estado Novo

> toda uma estratégia político-ideológica de combate à "pobreza", que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho. O meio por excelência de superação dos graves problemas sócio-econômicos do país, cujas causas mais profundas radicavam-se no abandono da população, seria justamente o de assegurar a essa população uma forma digna de vida. Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação.
>
> O trabalho, desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão. (...) Ou seja, a

[356] ANRJ/FGCPR. Notação 17.10, Série Ministério do Trabalho, Lata 278, 34430-940/SC 3858. Registro 2652/40. Processo 21.535/40.

[357] Para a autora, é necessária a contraposição: para a classe operária, "a noção de trabalho possui outro significado. Enquanto no discurso dominante o trabalho é um elemento legitimador do indivíduo, no discurso operário o trabalho legitima o grupo ou o conjunto da classe. Ver Batalha, Cláudio. "Identidade da classe operária no Brasil – 1880 – 1920: atipicidade ou legitimidade?". In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 12, n.23/24, set. 1991/ago. 1992, p. 111-124, *apud* GOLDMACHER, Marcela. "Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906)". In. MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.), *Trabalhadores em ...,* op. cit., p. 107.

> formulação liberal clássica que associa o ato de trabalhar com riqueza e cidadania sempre estivera ausente do país e produzir uma identidade social e política para o trabalhador era um esforço muito grande.[358]

Os trabalhadores, quando incapacitados para reivindicar, se utilizavam de familiares, sem ter medo de deixar públicas as suas situações de vida. Através da imprensa, Vicentina dos Santos, mulher do ferroviário Argemiro Mendes dos Santos, que trabalhava como ajustador nas oficinas da Viação Férrea em Gravataí, escreveu que seu marido se encontrava afastado do serviço por motivo de doença. Vicentina relatou que recorrera à "entidade da classe" da qual o marido fazia parte, mas esta fornecia apenas o médico e não os remédios. Reclamava que Santos contribuía "mensalmente com uma certa importância", mas em razão da doença recebia "apenas a metade dos vencimentos" e a renovação mensal do "seu pedido de licença" o médico cobrava uma "importância pelo fornecimento do atestado". A mulher do ferroviário explicara que havia recorrido ao jornal porque desejava "fazer conhecer a situação de sua família" composta de nove filhos e enfrentava dificuldades para se manter e que se tomassem "providências a respeito do estado de seu marido".[359]

Os ferroviários da Leopoldina Railway de Campos no Rio de Janeiro não foram para a imprensa. Remeteram um telegrama diretamente para o presidente da República no qual faziam referência a "renovação legal" dos quadros através de eleição no Sindicato dos Empregados em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro. Através de um abaixo-assinado que representava a "maioria sensata dos ferroviários" da cidade, pediam "licença para sugerir" ao presidente "adiamento para mais tarde" com o fim de evitar "cisão na numerosa classe de 13 mil ferroviários" e uma "possível infiltração de elementos estranhos" num momento que os "superiores interesses da Pátria" requeriam a "união e solidariedade de todos os seus filhos ao regime". Os ferroviários de Campos elogiavam a "interventoria de Garcia Júnior" sob a qual vivia o Sindicato e que este

---

[358] Ver "Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais". In. PANDOLFI, Dulce (Org.), op. cit., p. 55. Diniz complementa esta idéia, afirmando que "só o trabalho – essa idéia-fato – podia constituir-se em medida de avaliação do "valor social" dos indivíduos e, por conseguinte, em critério de justiça social. Só o trabalho podia ser um princípio orientador das ações de um verdadeiro Estado democrático, isto é, de um Estado 'administrador do bem comum'". Dessa forma, como sintetiza Severino Sombra, o Estado devia ser um verdadeiro 'Estado Nacional trabalhista' que aplicasse a norma: 'a cada um segundo o valor social do seu trabalho, donde, como conseqüência, (...) todo homem, por seu trabalho honesto, deverá deixar para seus filhos mais do que recebeu dos seus pais'. Ver idem, ibidem, p. 76-7.

[359] Ver "A situação de um ferroviário – Estando enfermo e tendo 9 filhos tem dificuldade para se manter", *Correio do Povo*, em 05 de agosto de 1938, p. 10.

vinha "desenvolvendo valioso programa de realizações" em benefício da "classe e do Brasil" que não deveria ser interrompido. O abaixo-assinado foi remetido ao Ministério do Trabalho e segundo o ministro Marcondes não havia nada a ser deferido já que as eleições haviam sido realizadas.[360]

Em 1945, a direção da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea de Santa Maria suspendeu o fornecimento a todos os ferroviários "em número superior a dois mil". Os ferroviários teriam reclamado da "classificação" da carne vendida pela Cooperativa e solicitavam a interferência do interventor Ernesto Dornelles no caso. Informavam também, que a Cooperativa continuava fornecendo "carne aos carros restaurantes e Casa de Saúde", medidas estas que "robustecia os argumentos" de que se tratava de "represália" da Direção da Cooperativa contra os ferroviários, "na maioria operários de parcos vencimentos" e cuja alimentação ficava "dessa maneira mais deficiente" ocasionando prejuízos à "produção da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e a Pátria Brasileira".[361]

Um mês após a queixa apresentada pelos ferroviários de Santa Maria contra a direção da Cooperativa, iniciou-se um novo movimento da categoria. Uma Comissão dos Sindicatos de Classe da cidade comunicou ao interventor Dornelles que "interpretando o verdadeiro sentimento dos trabalhadores" que representavam, levavam "sua inteira solidariedade ao movimento grevista dos ferroviários" no nosso estado que pleiteavam "justíssimas reivindicações" dos "laboriosos obreiros" da ferrovia gaúcha. A Comissão transmitia o seu "irrestrito apoio moral ao brilhante movimento" e apelava ao interventor que atendesse as "humanas aspirações" dos ferroviários e "resolvendo assim a situação aflitiva" em que estes se encontravam.[362]

As tentativas de não cumprimento das leis trabalhistas não foram apenas praticadas pelos empregadores da iniciativa privada. O Estado que se regozijou em ser o

---

[360] Telegrama de Campos – RJ, para Getúlio Vargas, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, remetido em 13 de abril de 1942. ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 403, 37419-942/SC-1271. PR 10158142. O telegrama é assinado pro Saul da Silva Pinto. O despacho GM 4672-42 do ministro do trabalho é de 16 de novembro de 1942, quando as eleições no sindicato já tinham ocorrido em maio do mesmo ano.

[361] AHRGS/CG, Maço 160, telegrama remetido ao Interventor do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles, em 7 de março de 1945. Em nome da Comissão de ferroviários assinaram o telegrama Jorge Pautz, Victor Primget e Dorocy Silva.

[362] A Comissão era formada pelo Sindicato dos Empregados do Comércio (Enio Roth), Sindicato dos Bancários (Bruno Gabriel Schmidt), Sindicato dos Empregados em Hotéis e Restaurante e Classes Anexas (Luiz Verneti), Sindicato dos Marceneiros (Vitório Carrara), Sindicato dos Gráficos (Euclides B. da Silva); da Associação Profissional dos Empregados na Construção Civil (Gomercindo Cavalheiro), Sindicato dos Panificadores (José Fraga), Associação Beneficente dos *Chauffeurs* (Viriato Gomes). AHRGS/CG, Maço 160. Telegrama de Santa Maria para Porto Alegre remetido em 5 de abril de 1945. Sobre a greve dos ferroviários de 1945 no Rio Grande do Sul, voltarei a tratar do tema no último capítulo.

"doador" das leis em benefício dos trabalhadores também buscou formas de burlá-las. O interventor gaúcho Ernesto Dornelles, através de telegrama para o ministro do Trabalho Marcondes Filho, levou ao conhecimento deste "as ponderações" que lhe foram transmitidas pelo engenheiro Pedro Barroso, diretor de Produção Mineral da Secretaria da Agricultura, no Rio Grande do Sul. Dornelles indagava de Marcondes a "possibilidade" de ser permitido o "retorno ao serviço de subsolo de cerca de trezentos operários" que haviam sido despedidos por serem menores de 21 anos. O interventor alegou que deveria ser levado em "conta a proibição das leis trabalhistas" apenas para os menores que fossem "admitidos no futuro". A alegação de Dornelles para a solicitação era que o afastamento dos operários, "cujo aproveitamento nos serviços de superfície" estava causando "considerável redução na produção" dos consórcios que tinham direitos de exploração do solo. Dizia também que a Concessionária declarava impossível a substituição daqueles operários em virtude da "falta absoluta de pessoal competente". Como último argumento, Dornelles alertava que a redução na produção tendia "agravar-se" e "traria para as empresas de transporte ferroviário, rodoviário e ao parque industrial do país graves prejuízos". Diante destes argumentos solicitava ao ministro do Trabalho "seu interesse na solução do caso".[363]

Por Melhores Condições de Vida e Trabalho: Os Mineiros Lutando por Direitos

Os trabalhadores das minas estavam "desamparados" pelas leis trabalhistas. A luta da categoria foi uma das mais penosas, vindo de longo tempo. Sem ter reconhecido os seus direitos, sem as mínimas condições de trabalho, expostos às inúmeras enfermidades decorrentes do seu trabalho insalubre e pela má alimentação, os mineiros travaram um árdua batalha com os que detinham o direito à exploração das minas, bem como contra o governo que tinha o domínio das concessões.

[363] AHRGS/CG, Maço 153. Telegrama do interventor Federal no Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles ao ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho – RJ. Em 11 de dezembro de 1943



8 - Operário das Minas colocando a sua situação de miséria a repórter do Correio do Povo.
Fonte: *Correio do Povo*, 9 de junho de 1938, p. 11.

Ao mesmo tempo em que os mineiros pleiteavam benefícios, a Junta de Conciliação e Julgamento colocava fim a um longo processo de indenização, iniciado em 1934, no qual o Sindicato dos Mineiros e Classes Anexas das Minas do Butiá movera contra a Companhia Carbonífera.[364] O motivo da ação se dera quando o Sindicato dos Mineiros se desentendera com um enfermeiro da Caixa e Aposentadoria e Pensões. Como a Companhia Carbonífera não atendera a reivindicação dos mineiros, estes entraram em greve. Com o agravamento da situação, as autoridades federais, estaduais e municipais intervieram e os grevistas retornaram ao trabalho. Em represália a Companhia Carbonífera puniu os responsáveis e dispensou os líderes do movimento. Os operários João Damasceno Silva, Cassemiro Wodacik, Arnaldo da Nova Caldellas, Jerônimo Araújo, Jacintho Martinez, João Azevedo Filho, Victor Trindade Medina, Evaristo Ladis Covales, André Splanick, Felix Nunes, João Martins, Marcelo de Oliveira Filho, Alexandre Azevedo de Souza, Carlos Domingos da Silva, Sabino Antonio de Moraes, Benito Pires e Deodoro Pereira, entraram com uma reclamação através do Sindicato contra a Companhia e com um pedido de indenização correspondente aos meses de trabalho de cada um de acordo com o parágrafo único do decreto 24.694, de 12 de junho de 1934.

[364] A tradição de greve e as reivindicações dos mineiros das Minas do Butiá e São Jerônimo havia atravessado tanto o "Governo Provisório" (1930-1934), bem como no Governo Constitucional (1934-1937). Sobre isso, ver KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937).* Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004, p. 260, 345, 398 e 446.

O processo, por falta de entendimentos entre as partes, foi paralisado muitas vezes. No final de 1937, reclamantes e reclamados acordaram em submeter o processo a um juiz arbitral, por interferência do inspetor regional do Ministério do Trabalho, no Rio Grande do Sul, José Antonio Aranha. Ficou firmado o compromisso de acatamento da decisão proferida pele árbitro, bem como a obrigação de pôr termo ao processo e homologação do laudo proferido pela Comissão Mista de Conciliação, do qual não poderia mais haver recurso, isto é, inapelável.

No laudo apresentado pelo Júlio Casado, constava que os reclamantes consideravam-se injustamente demitidos e que o objetivo da parte reclamada era o de destruir o Sindicato, uma vez que a totalidade dos demitidos pertenciam à Diretoria do mesmo. A reclamada negava e alegava ter mantido sempre as melhores relações com o Sindicato. Para Júlio Casado, "o estudo meticuloso e imparcial do processado" não conduzia, neste ponto, uma "fundamentada solução afirmativa". Afirmava também o árbitro que, ao contrário, "a orientação da Companhia no sentido de prestigiar o Sindicato", havia firmado com ela uma "convenção sobre trabalho" a 1º de maio de 1933. O laudo fez menção ao parecer dado pelo Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Oliveira Vianna, onde declara que a greve fora promovida

> por um motivo evidentemente fútil e é duplamente injusta... porque representou um abuso de força numérica objetivada numa exigência absurda de demissão de um empregado um motivo de ordem inteiramente particular, que nada tinha com os interesses da classe ou da profissão ... porque foi deflagrada sem que houvesse a prévia tentativa de conciliação e arbitramento.[365]

Sustentado no parecer de Oliveira Vianna, a decisão arbitral concluiu que:

> Considerando que, incorrendo nessa falta grave, organizando uma insubordinação contra os patrões, com inobservância do contrato de trabalho, do qual se afastaram com prejuízo moral e material da Companhia, nem suficiente razão para isso, os reclamantes ofereceram justa causa para a sua demissão; Considerando que tudo isso e o mais que se colhe do processo hei por bem julgar, como efetivamente julgo improcedente o pedido de indenização de fls. 6, de acordo com as considerações já amplamente expendidas a respeito.[366]

[365] "A ruidosa questão da greve nas Minas do Butiá", *Correio do Povo*, 25 de março de 1938, p. 3.
[366] *Correio do Povo*, 25 de março de 1938, p. 3

O resultado desse julgamento, que durou quatro anos, e "coincidentemente" fora liquidado nos primeiros meses do início do Estado Novo, deixou entrever a forma que se daria a soluções dos processos trabalhistas, com a atuação das "imparciais" Juntas de Conciliação e Julgamento, na "harmonização das relações entre patrões e empregados", que vide esse processo, deixou vários trabalhadores sem o direito de recorrer do resultado.

John French, cita a opinião de Marcos Andreotti, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, para quem, muitas vezes, "a lei não resolvia o problema", enquanto que os trabalhadores normalmente perdiam de "dois a um" nas juntas tripartites de conciliação e julgamento, porque para o líder sindical, patrões e governo eram "sempre a mesma coisa" e "mesmo o suposto representante dos trabalhadores na Junta de Conciliação e Julgamento local podia não ser confiável", afinal, "somente os mais submissos membros da minoria menos militante dos sindicatos eram escolhidos para o posto pelo Ministério do Trabalho".[367]

Já Fernando Teixeira da Silva considera que "longe de serem meros árbitros dos conflitos, a serviço da classe dominante, ou manipuladores onde campeasse o recalque dos direitos, os tribunais trabalhistas positivaram não só representações do poder e da justiça, mas também transformaram-se em lugar de disputas", pois neles "as lutas travadas nos locais de trabalho não se projetaram mecanicamente de forma espectral e refletida, mas para ali voltaram ou continuaram a se expressar", pois não formaram "um campo de resolução sempre pronto a reforçar os ideais de consenso do poder e dos empresários, mas serviram até mesmo para refrear o despotismo".[368]

No caso dos mineiros gaúchos, em 9 de novembro de 1938, a Comissão Executiva do Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo (Minas do Arroio dos Ratos) enviou à Comissão do Salário Mínimo, uma exposição da situação da categoria. Nela relatavam as condições do trabalho

[367] Op. cit, 2001, p. 19-20.

[368] Ver *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos Direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). São Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p. 101-2. Robert Levine, por sua vez, coloca que "depois de 1943, os tribunais trabalhistas do regime e as juntas de conciliação começaram, pela primeira vez, a julgar em favor dos peticionários, provavelmente devido aos esforços do presidente para obter apoio político dos trabalhadores e de intelectuais de esquerda. Além disso, Vargas reduziu o controle autoritário do Estado Novo sobre as relações industriais. Em 1944, o governo permitiu que trabalhadores rurais se filiassem aos sindicatos. Algumas das iniciativas de Vargas, porém, fracassaram". *Pai dos* ..., op. cit., p. 103-4.

> nas profundezas da terra na escuridão de uma mina a 90 metros abaixo do solo, onde o ar é artificial, onde a higiene muito deixa a desejar, onde as galerias a todo o momento ameaçam ruir, onde a fumaça dos tiros para o arranque de carvão, a todo o momento ameaçam intoxicar o mineiro, onde o pó que desprende dos perfuradores vai se acumulando aos poucos nos pulmões desses mineiros e enfim, muitas outras coisas. (...) é necessário que os que exercem esta profissão tenham uma alimentação adequada com o seu serviço.[369]

Apelavam, então, para a Comissão encarregada de estabelecer o valor do salário mínimo no estado, que esta estipulasse um "ordenado mínimo" para a categoria dos mineiros, ao mesmo tempo, que deveria "indicar uma junta médica para constatar o esgotamento físico e dar o parecer sobre a alimentação necessária para o mineiro".

A gravidade dos problemas de saúde decorrentes no trabalho nas minas era tanta que, Gustavo Müller, representando os empregados das minas de São Jerônimo e da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo entregou um memorial a Ibanez Verney, diretor dos postos de profilaxia de moléstias venéreas e da sífilis, criados pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, solicitando o estabelecimento de um desses postos na localidade das minas, cuja população era de 1.700 mineiros, a qual somada com as famílias chegava entre 10 e 11 mil habitantes.[370]

Os laudos médicos constituíram motivo para que o Sindicato dos Mineiros e Classes Anexas do município de São Jerônimo dirigisse ao procurador geral do estado, Anor Butler Maciel, por intermédio do promotor público da comarca de São Jerônimo, providências "no sentido de serem ativadas as perícias médicas em acidentados".[371] O motivo da solicitação se dera em razão do Posto de Higiene local não ter atribuições para a realização daqueles exames, além do expediente normal do seu serviço. Assim, os mineiros ficavam prejudicados, no caso de acidentes de trabalho, de receber o laudo pericial, para fins de indenizações.

Em 28 de março de 1940, surgiu novo apelo dos mineiros. Desta vez, era a Sociedade Beneficente dos Empregados da Companhia São Jerônimo, criada em 1934 e sediada na Vila do Arroio dos Ratos, que enviara correspondência ao interventor

---

[369] Assinavam o memorando o presidente, Zalmiro Keenan e pelo 1º secretário, Clemente Lague. Cf. "A situação dos mineiros de São Jerônimo – Um apelo dos diretores do sindicato da classe à Comissão do Salário Mínimo", *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1938, p. 6.

[370] Cf. "Para combater as moléstias venéreas e a sífilis", *Correio do Povo*, 12 de abril de 1938, p. 7.

[371] "Os mineiros e os laudos médicos", *Jornal do Estado*. Imprensa Oficial. Porto Alegre - RS. 14 de dezembro de 1940, p. 6.

Cordeiro de Farias. A sociedade operária, que congregava aproximadamente 1.800 sócios, relatava que procurava manter uma farmácia para distribuição gratuita "de medicamentos manipulados, e preparados de emergência e urgência a perto de 10.000 almas". Para tanto, recolhia contribuição dos seus associados, que pouco recebiam por mês, sofrendo com "a falta de conforto e de higiene das habitações" e "os altos preços dos gêneros de primeira necessidade", o que tornava "problemática a subsistência dos pobres operários e suas famílias, quase sempre numerosas", constituindo fatores que faziam uma alta média doentia naquele núcleo. A Sociedade alegava que poderia manter-se se "contasse somente com as enfermidades normais", mas estava constantemente envolvida com outras epidemias, como tifo, disenteria (adulta e infantil), pneumonia e outras que se apresentavam pela natureza daquele trabalho. Diante desse quadro, solicitava ao interventor uma subvenção para aquele "núcleo de operariado, na quase totalidade de nacionais e suas numerosas famílias".[372]

Em 6 de julho de 1941, o Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo, através de telegrama para o presidente da República, solicitou a imediata promulgação da lei da mineração, dirigindo-se ao governo brasileiro na "certeza" que os trabalhadores das minas fossem amparados na "sua pretensão" que viria representar uma melhoria das condições vida e trabalho.[373]

Os trabalhadores das minas do Rio Grande do Sul foram pessoalmente fazer a entrega de um memorial. Neste, pleiteavam uma melhoria nas condições de vida. O autor do documento dizia que "os pobres mineiros" pediam muito pouco. Lembrava a "plataforma da Esplanada do Castelo" (fazendo uma referência às promessas de campanha da Aliança Liberal, ocorrido no centro do Rio de Janeiro, em 1930) e no que o Estado Nacional tinha realizado em benefício dos trabalhadores. Portanto, para o autor da missiva, os patrões e o governo tinham a "absoluta obrigação", pelo bem da Nação, de dar aquilo que reivindicavam "os trabalhadores das Minas do Carvão" do Rio Grande do Sul.[374]

Em 1943, sob nova direção e denominação, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão de São Jerônimo, enviou outro telegrama ao então

[372] Assinava a petição José Freire, presidente e João da Costa Pereira, secretário. Cf. AHRGS/CG, Maço 134. 28 de março de 1940.
[373] O telegrama era assinado por Zalmiro Keenann, presidente do Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo. Ver ANRJ/FGCPR. Notação 17.10. Série Ministério do Trabalho. Lata 347, 94226-942/SC-961. Registro 25.009/41.
[374] "Alimentação sadia e tratamento humano – as reivindicações dos trabalhadores das minas do Carvão do Rio Grande do Sul", *Correio do Povo*, 7 de fevereiro de 1943, p. final.

interventor Cordeiro de Farias. Neste, o Sindicato congratulava-se com o Coordenador da Mobilização Econômica, a qual mobilizava a mão-de-obra das empresas carboníferas do município, estando estes prontos para "toda sorte de sacrifícios", lutarem na defesa do "estremecido Brasil". Assinava a mesma o presidente do Sindicato, Afonso Pereira Martins.[375] Como os mineiros não foram atendidos em sua melhoria das condições de vida e de trabalho, as mobilizações continuaram, até chegar na greve de 1945.

Inspirados nos "Sãos Princípios da Legislação do Regime": os Bancários Lutando por Direitos

O Sindicato dos Bancários de Santa Maria apresentou denúncia ao interventor federal contra o gerente do Banco do Rio Grande, da mesma cidade. Segundo a informação o gerente estava "desvirtuando a ação" do sindicato que sempre agiu "dentro ordem e inspirado nos sãos princípios da legislação social do novo regime", procurando "atrair as autoridades policiais" contra a diretoria do sindicato e espalhavam ser "a entidade sindical orientada por elementos extremistas". Por isso, o sindicato solicitava, ao interventor, providências visando "evitar que as difamações" alcançassem o "fim visado".[376]

Os sãos princípios para a categoria, eram a defesa da aplicação da legislação e melhores condições de vida. Como outras categorias de trabalhadores, quando reivindicavam, os bancários tratados pejorativamente de "extremistas" viviam sob constante vigilância policial. E quando se reuniam, tinham que ter a autorização policial. Até argumentos burocráticos justificavam o controle.

Em uma nota publicada em jornal, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) justificava não ter negado autorização ao Sindicato dos Bancários de Porto Alegre para a realização de uma assembléia. O que ocorrera, segundo a polícia, foi que o encaminhamento dos bancários "fora feito após o expediente".[377]

Quando os conflitos não eram com a polícia, eram com os patrões, ou com os diretores dos bancos, que faziam o papel daqueles. Em 1944, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre comunicou ao interventor Dornelles que dois diretores do Banco do Rio

[375] Cf. Idem, ANRJ/FGCPR. Notação 17.10, Série Ministério do Trabalho, Lata 347, 94226-942/SC-961. Registro 25.009/41.
[376] AHRGS/CG, Maço 103. Telegrama de Santa Maria, 12 de abril de 1939.
[377] "Realiza-se, hoje, a Assembléia do Sindicato dos bancários", *Correio do Povo*, 16 de junho de 1939, p. 5.

Grande do Sul, depois de ofenderem com "termos de baixo calão" o presidente da entidade, eleito por unanimidade, ameaçaram-no de morte na sala da assembléia do Banco. O motivo da ameaça, segundo argumentava o sindicato, se dava em razão da defesa apresentada por seu advogado na questão da equiparação de salários pleiteados pelo ameaçado na Justiça do Trabalho. O Sindicato pedia providências no sentido de evitar que a diretoria Banco Rio do Grande agisse contra aqueles que, "desejosos em colaborar com o governo benemérito do Presidente Vargas", aceitassem cargos na gestão do Sindicato da classe.[378]

O caso repercutiu nacionalmente. O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro mostrou-se solidário com o "co-irmão" e remeteu ao interventor federal um protesto contra a atitude do diretor do Banco do Rio Grande, por ofensa moral e outras ameaças ao seu funcionário Newton Belém, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Os bancários cariocas esperavam do interventor providências a fim de "cessar tais violências", as quais eram "bastantes prejudiciais à política social do governo", além dos "danos causados" aos "órgãos de colaboração do Estado". [379]

O discurso das entidades, falando em "órgãos de colaboração de classes", ao mesmo tempo em que solicitavam a intermediação estatal para a defesa do líder da categoria, alegando caso não fosse feito, que o prejuízo seria do próprio Estado e da sua política social poderia não significar apenas submissão ao governo. Como explicam Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, citando Michael Hall, isto poderia significar a emergência de "uma grande contradição do 'projeto populista': os interesses dos trabalhadores não podiam ser representados sem organização, mobilização e embates – o que reatualizou a luta de classes". Assim, se tornava impossível "combinar a colaboração de classes com a representação efetiva apenas por meio do nacionalismo e de mecanismos técnico-jurídicos de cunho corporativo". Para os autores, apenas a repressão e os discursos de "harmonia social" e atuação de um movimento "dentro da ordem" levavam ao esvaziamento das entidades de representação de classe. Isso fazia

[378] AHRGS/CG, Maço 157. Telegrama enviado de Porto Alegre pelo Sindicato dos Bancários para o interventor federal Ernesto Dornelles. O Sindicato queixava-se dos diretores do Banco do Rio Grande, Renato Costa e José Coriolano Almeida, de ameaçarem o presidente eleito do Sindicato, Newton Belém. Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1944.

[379] AHRGS/CG, Maço 157. Telegrama do Rio de Janeiro - DF para o interventor do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles. O telegrama fora remetido pelo presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Roberto Teixeira Gouvêa. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1944.

com que "a ação sindical condicionasse e combinasse a efetivação dos direitos à organização e mobilização dos trabalhadores".[380]

Certamente uma estratégia dos bancários fora defender seus direitos, pois menos de um ano depois estavam manifestando-se por uma das formas mais radicais de mobilização dos trabalhadores no capitalismo: a greve. Mesmo assim, os bancários de Santa Maria que haviam paralisado as suas atividades para reivindicar "majoração dos ínfimos salários", em 1945, já em plena redemocratização, foram comunicados "por intermédio da polícia" que o interventor não iria solucionar as aspirações da categoria enquanto perdurasse o afastamento. Diante disso, informavam ao interventor que retornariam imediatamente ao serviço e que confiavam "unicamente nas providências" do governo "junto à administração dos Bancos" no sentido de serem "atendidas as suas reivindicações".[381] Como mostrou Marco Aurélio Garcia, esta leitura nos mostra que o sindicalismo "não aparece apenas subsumido em um projeto de colaboração de classe, urdido pelo patronato, executado pelo Estado".[382]

Medidas Contra os "Heterogêneos": os Portuários e os Marítimos Lutando por Direitos

Logo no início do Estado Novo, os portuários que exerciam as funções de apontadores de carga, serventes, fiéis e ajudantes de fiéis dos armazéns, estiveram na redação do *Correio do Povo* para dizer que eram os únicos servidores do Rio Grande do Sul a trabalhar aos sábados à tarde, enquanto, que seus colegas de outras repartições tinham folga, inclusive os que trabalhavam na contabilidade dos serviços portuários. Entendiam que o caso não teria importância se a administração do Porto considerasse o decreto do governo que mandava "remunerar os serviços extraordinários". Sentindo-se prejudicados nos seus direitos procuraram o diretor do tráfego do Porto, não tendo o mesmo dado uma "resposta satisfatória". Como não encontraram outra forma de serem ouvidos decidiram ir aos jornais.[383]

---

[380] Ver HALL, Michael. "Prefácio". In. FORTES, Alexandre *et al*. Na luta por direitos, p. 10, citado pelos autores em "Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes", in. FERREIRA, Jorge (Org.), *O populismo...*, op. cit., p. 234-5.

[381] AHRGS/CG, Maço 160. Telegrama de Santa Maria – RS para o interventor Ernesto Dornelles em 10 de abril de 1945.

[382] Cf. "Prefácio", in. SILVA. Fernando Teixeira da, *A carga...*, op. cit., p. IX-X.

[383] "Reclamam os portuários – o pessoal dos armazéns obrigados a trabalhar sábado à tarde, sem remuneração", *Correio do Povo*, 9 de julho de 1938, p.7

No dia seguinte à queixa dos portuários, o administrador do Porto remeteu uma carta à redação do jornal, procurando esclarecer o caso. Dizia que a reclamação do pessoal do Tráfego do Porto, que desenvolvia uma função especializada, pleiteava "regime contrário aos vitais interesses da economia rio-grandense". Alegava que o Estado costumava "gratificar, legalmente", os que trabalhavam além do "expediente ordinário". Segundo o administrador "as tardes de sábado, por uma convenção internacional", eram consideradas facultativas, e, como tal, só se permitia "descansos" aos que não tinham "tarefa a realizar". Alegava ser "muito companheiro" da sua classe, "mas não ao ponto de encampar-lhe os absurdos" como lhe parecia ser esse. Entendia que a função do Estado não era "arrecadar para distribuir pelos seus funcionários, onerando a produção", ao contrário, deveria fomentá-la.[384]

O diretor do Porto da Capital, ao se reportar ao novo regulamento dos serviços portuários da cidade e as medidas que começara a implantar referentes ao quadro de pessoal, disse que desde o momento que assumira a direção do porto, encontrara "no funcionalismo, um elemento heterogêneo". Desde o início percebera que "medidas extremas" deveriam ser tomadas contra a "indisciplina e a negligência de muitos funcionários", para a defesa da causa pública.

Nesse sentido, o "elemento que não correspondia devidamente às exigências" dos serviços, fora definitivamente afastado. Através de um jargão policial, o diretor se referia aos funcionários com mais de dez anos de serviço e que se encontravam impedidos de trabalhar, quer pelo seu precário estado de saúde, como "elementos completamente inúteis", quer pela sua manifesta indisciplina como descuidados dos "mais comezinhos deveres funcionais", que envolviam séria e constante ameaça à marcha regular dos trabalhos portuários. Outros com menos de 10 anos de serviço público, e sem estabilidade foram demitidos, porque "não sabiam conduzir-se à altura de suas responsabilidades funcionais". Para o diretor, existia uma outra categoria de funcionários, os "elementos inadaptados ou inadaptáveis" que deveriam ser afastados. Entendia que essas medidas vinham ao encontro das exigências do próprio usuário dos serviços, visto que funcionários "ineptos, indolentes e, em suma inúteis", acabavam onerando o Estado com o pagamento de salários de funcionários que não sabiam

[384] "A situação dos portuários", *Correio do Povo*, 10 de julho de 1938, p. 14.. Carta de Mário da Matta, administrador do Porto.

"compensar com um trabalho eficiente", ao mesmo tempo, que estavam "entravando a carreira de colegas" que mereciam "acesso a postos mais altos".[385]

A política repressiva nas relações trabalhistas pelas diretorias dos portos do Rio Grande do Sul não pararia por aí. Nem as reclamações do operariado. Em 1941, os operários das Oficinas de Dragagem do Porto de Rio Grande comunicaram ao governo do estado que foram "sumária e inesperadamente demitidos" sob a alegação da extinção de cargos. Apelavam uma solução para o "desemprego em massa" de mais de cem operários. Informavam serem trabalhadores com famílias numerosas e com vários anos no serviço e que se encontravam surpresos, com a recusa dos chefes locais, em fornecer explicações sobre os motivos de "prejudicial medida".[386]

Uma queixa encaminhada por "diversos marítimos" ao redator do *Correio do Povo*, relatava o caso do chefe de máquinas do vapor "Mantiqueira" pertencente ao Lloyd Brasileiro. Informavam que o oficial sentira-se doente e como a bordo do navio e em muitos outros da Marinha Mercante, não existiam nem médicos nem enfermeiros, aquele precisou recorrer aos serviços da Assistência Pública, em terra. Não melhorando, o oficial dirigira-se à Delegacia do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos, instalada em Porto Alegre, a fim de consultar o médico do Instituto, que lhe disse que "nada mais, em seu beneficio poderia fazer", porque o Instituto para estes casos não lhe fornecia, a ele médico, outros recursos. Para o chefe de Máquinas restavam duas opções: recolher-se à Santa Casa "como indigente" ou "acamar-se a um hospital particular, por conta própria". O oficial escolhera a segunda e, após o tratamento, obtivera "francas melhoras". Diante desses fatos, os marítimos resolveram que era oportuno dizer ao grande público do jornal que tipo de Instituto representava "uma das maiores e mais poderosas organizações no gênero, em todo o Brasil". Perguntavam ao redator como um órgão que recebia uma parcela não pequena dos seus soldos, não tinha recursos suficientes para impedir que um seu associado, com mais de três decênios de serviço ativo e enfermo, tivesse que ser tratado como um indigente.[387]

O Sindicato dos Operários da Estiva de Rio Grande remeteu uma queixa para Getúlio Vargas. Reclamava do delegado do Trabalho Marítimo que havia determinado a produção sem interrupção durante toda a "Sexta-feira Santa", dia em que os operários

[385] "Os serviços portuários da capital – ampla exposição à imprensa, feita pelo Dr. Mário da Mata, diretor do Porto", *Jornal do Estado*, Porto Alegre, 2 de agosto de 1939, p. 2.
[386] AHRGS/CG, Maço 144. Telegrama remetido por uma Comissão de operários das Oficinas de Dragagem do Porto de Barra de Rio Grande – RS, para o interventor federal interino, Miguel Tostes. Em, 2 de março de 1941.
[387] "A assistência médica no Instituto dos Marítimos", *Correio do Povo*, 21 de agosto de 1938, p. 8

nunca trabalhavam na cidade. Diante disso, apelava ao Presidente a permissão do descanso no dia sagrado, e já considerado feriado pelo ministro do Trabalho, de acordo com parecer publicado em *Diário Oficial*.[388]

A resposta da reivindicação veio pelo parecer do assistente técnico do Ministério do Trabalho encaminhado para o ministro, no qual rgumentava que diante da crise de transporte no país decorrente da situação internacional, os poucos navios que escalavam nos portos não podiam ter seus serviços retardados. O técnico respaldado no decreto-lei nº. 2.032/40,[389] que assegurava a continuidade dos trabalhos de estiva e obrigava os Sindicatos de Estivadores a organizar o rodízio, determinava que os serviços de estiva não poderiam paralisar "sob hipótese alguma". Diante disso, considerava a reclamação dos estivadores de Rio Grande sem fundamento legal.[390]

As reivindicações por direitos dos marítimos não paravam durante o Estado Novo. O prático de navegação fluvial Libindo Deporte, 37 anos, dirigira-se ao presidente da República, para dizer que era pobre e pai de nove filhos, todos menores, dos quais cinco em idade escolar, e como não possuía outro recurso além da "remuneração do seu labor quotidiano", se encontrava em "precárias dificuldades econômico-financeiras". Devido ao "elevado custo de vida" estavam todos os seus filhos subnutridos e fora da escola por não poder arcar com as despesas de uniforme e material escolar. Para agravar ainda mais a situação, encontrava-se doente e precisava de um tratamento um tanto prolongado. Recorrera ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, do qual era associado, mas o tratamento que necessitava foi negado, sob a alegação de que deveria ser consultada a sede do Instituto no Rio de Janeiro. Diante disso, requeria à Vargas o tratamento médico e o abono família.[391] O parecer a respeito do caso de Deporte foi dado pelo próprio ministro do Trabalho Marcondes Filho que indeferiu o pedido sob "o fundamento de que as leis trabalhistas" não davam autorização para os "institutos de previdência social a fornecer remédios aos associados" com exceção dos casos de acidentes no trabalho ou de hospitalização.[392]

---

[388] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 345 – 11921-941/SC 1814, Registro 9679/41. Telegrama de Rio Grande para o presidente da República. O documento era assinado por Odilon Silva Chaves, presidente do Sindicato dos Operários da Estiva de Rio Grande - RS.

[389] O decreto-lei nº. 2.032 de 23 de fevereiro de 1940 revê a legislação referente ao serviço da estiva e sua fiscalização nos portos nacionais, e dá outras providências.

[390] Parecer do assistente técnico Enio Lapage. Rio de janeiro, 28 de abril de 1941. ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 345 – 11921-941/SC 1814, Registro 9679/41.

[391] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 406. Doc. 19236-942/SC 137. PR 8853/42. Telegrama de Cachoeira do Sul para Getúlio Vargas, em 19 de março de 1942.

[392] ANRJ, FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 406. O parecer de Marcondes Filho foi dado em 7 de junho de 1942.

A possível implantação da jornada de oito horas de trabalho para os marítimos, foi motivo de matéria do *Correio do Povo*. Aproveitando que estava ancorado no cais de Porto Alegre o vapor do Lloyd Brasileiro "Carioca", o repórter entrevistou alguns maquinistas a respeito do assunto. De acordo com Waldemiro Soares, a sua categoria seria a que mais proveito teria com a lei das 8 horas. Isto porque, estes trabalhavam geralmente, muito além desse horário, pois a atividade prosseguia com a limpeza e exame das máquinas de convés. Soares dizia-se satisfeito com o decreto presidencial.[393]

O Decreto-lei nº. 2.032/40 que passara a atribuição da fixação do trabalho da estiva à Delegacia do Trabalho Marítimo, fora motivo de uma solicitação do interventor do estado ao ministro do Trabalho. Cordeiro de Farias apresentava uma ressalva quanto ao caso do Rio Grande do Sul. Segundo ele, os portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, que foram "dados em concessão ao estado" já vinham aplicando o horário de oito horas diárias, com intervalo de duas horas para o almoço, desde 1919, quando da encampação do Porto de Rio Grande. Explicava que os funcionários dos portos pertenciam na sua maior parte ao Quadro Geral do Funcionalismo do Estado e com horário regulamentado em oito horas. Diante disso, entendia que os funcionários não deveriam "ficar subordinados ao horário da estiva, cuja função era uma decorrência dos serviços portuários. Mas, como os delegados do Trabalho Marítimo insistiam na adoção do horário da estiva regulado pelo referido decreto, pedia que fosse mantido, no Rio Grande do Sul, o mesmo horário oficial dos regulamentos dos Portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, bem como o intervalo entre os turnos, com duração mínima de duas horas, como facultava o decreto.[394]

Beverly Silver explica que "a expansão da produção capitalista tende a fortalecer o trabalho e, portanto, contrapõe o capital (e os Estados) a movimentos trabalhistas fortes". Dessa forma, as "concessões feitas para se controlar os movimentos, por sua vez, tendem a empurrar o sistema na direção de crises de lucratividade". Por outro, "os esforços feitos pelo capital (e pelos Estados) para recompor os lucros invariavelmente envolvem a quebra de pactos sociais estabelecidos e a intensificação da mercadorização do trabalho, gerando, assim, crises de legitimidade e forte resistência". Para a autora,

[393] "Os marítimos em face da lei que estabelece oito horas de trabalho", *Correio do Povo*, 2 de julho de 1939, p. 7.

[394] AHRGS/CG, Maço 141. Telegrama de Cordeiro de Farias para Valdemar Falcão, em 30 de janeiro de 1941. O Decreto-lei nº. 2.032, de 23 de fevereiro de 1940, revia a legislação referente ao serviço da estiva e sua fiscalização nos portos nacionais, e dava outras providências. De acordo com o Art. 27 deste Decreto, o horário do trabalho da estiva em cada porto do país, seria fixado pela respectiva Delegacia do Trabalho Marítimo. O dia ou a noite, de trabalho, teriam duração de oito horas e seria dividido em dois turnos de quatro horas, separados pelo intervalo de uma a uma e meia hora, para a refeição e descanso.

essas duas tendências – crise de lucratividade e crise de legitimidade – "definiam a tensão que há no bojo do capitalismo histórico".[395]

No caso dos portuários e dos marítimos, com longa tradição de greves e lutas por direitos, tanto em nível nacional como regional, a resistência, como estamos vendo implicava em questionar a não-aplicação de seus direitos, aliada às reclamações nas condições de trabalho.[396] Como em outras categorias, "as práticas autônomas continuaram a ser utilizadas, apesar de todos os obstáculos colocados pelo Estado" e "mesmo durante o Estado Novo, exemplos da luta cotidiana e autônoma dos trabalhadores"[397] aconteceram o tempo todo, como estou procurando demonstrar.

Mas não era só de resistência que os portuários gaúchos viviam no Estado Novo. Três anos depois do diretor portuário de Porto Alegre chamar boa parte da categoria de indisciplinada, os elogios à categoria, contrastantes com o início da ditadura estado-novista, apareceram. Em 1941, a Secretaria da Fazenda informava ao administrador do Porto de Porto Alegre, que havia instituído uma taça para, entre os departamentos do Porto que seria oferecida àquele que mais se distinguisse na parada realizada por ocasião da Semana da Pátria. Para o secretário, a disciplina apresentada pelos portuários locais, foi de tal forma uniforme e perfeita, que se tornara impraticável qualquer classificação, entre as diversas seções. Dessa forma, remeteria o troféu ao Porto, significativamente denominado "Trabalho e Civismo", o qual deveria permanecer no gabinete do administrador até a próxima "Parada da Pátria".[398]

Entretanto, não só os elogios e as taças de recompensa impediram a continuidade de reivindicações da categoria. E a conjuntura de guerra ajudava. Em 1943, através de

---

[395] Cf. *Forças do trabalho*: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35.

[396] Emília Viotti da Costa cita Daniel James e seu seu estudo do peronismo (*Resistance and Integration: Peronism and the Argentine Working Class, 1946-1976*. Cambridge: 1988) mostrando "que a adesão a um movimento cuja ideologia formal pregava a virtude da colaboração de classes, a subordinação dos interesses dos trabalhadores aos interesses da nação e a importância de uma obediência disciplina a um Estado paternalista não eliminava a possibilidade de resistência por parte da classe trabalhadora nem o surgimento de uma cultura de oposição entre os trabalhadores". O autor, diz que "ao enfatizar os direitos dos trabalhadores na sociedade e no local de trabalho, o peronismo colocava limites à exploração do trabalho e criava motivações para a luta. A resistência dos trabalhadores, entretanto, não se traduzia numa inequívoca ideologia revolucionária de conflito de classes. A ideologia dos trabalhadores argentinos continha fortes elementos que promoviam a integração e a cooptação". *Apud* COSTA, Emília Viotti da. "Experiência versus estruturas: Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos?". In. *História Unisinos*. Número Especial: V Encontro Estadual de História. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 27. Creio que podemos dizer o mesmo em relação às ações descritas acima sobre os portuários e os marítimos.

[397] Ver ARÊAS, Luciana Barbosa, *Consentimento...*, op. cit., p. 302.

[398] "A apresentação do pessoal do Porto na 'Parada da Pátria'", *Jornal do Estado*, 18 de setembro de 1941, p. 1.

memorial encaminhado para Getúlio Vargas, a Federação Nacional dos Marítimos manifestou-se como legítima representante da categoria e que sua atividade sempre havia seguido "o rumo traçado pelo presidente da República". Fazia referência aos constantes memoriais, em que expusera a situação da classe, sem que uma providência urgente tivesse sido tomada.. Dizia não compreender a "ausência de solução por parte de quem, em todos os momentos" fizera sentir seu "paternal desvelo pelas legítimas aspirações do operariado, dentro das normas de obediência, respeito e solidariedade". A Federação cobrava de Vargas a solução de três grandes questões.

A primeira referia-se à subsistência dos marítimos, cujas famílias viviam com dificuldades e privações. Além disso, a vida deles era exposta aos ataques dos inimigos, "a fim de que os brasileiros" não viessem a sofrer "maiores privações". Segundo o memorial, "os bravos homens do mar", continuavam a receber um "salário mesquinho", que não bastava à "manutenção de suas esposas e filhos". Diziam não entender a razão do pedido dos marítimos ter sido encaminhado ao Ministério da Fazenda, pois não havia relação entre aumento do salário mínimo e a taxa de seguro de guerra. A segunda questão referia-se ao soldo de guerra. Os marítimos queriam que fosse estendido o acréscimo de 40% aos salários, não só aos que trabalhavam em zonas de guerra e de risco de navegação, em viagens de longo curso ou internacionais. A medida era justificada porque, após os torpedeamentos dos navios brasileiros próximos do litoral, tornara-se a navegação "igualmente perigosa e sujeita aos mesmos riscos". A terceira questão relacionava-se ao pagamento do seguro de vida "dos tripulantes mortos em navios torpedeados, ou vítimas de nossos inimigos".[399] Denunciavam que apenas o Lloyd Brasileiro havia cumprido a determinação, enquanto que o Lloyd Nacional e a Navegação Costeira, companhias incorporadas ao Patrimônio Nacional, até o momento não teria realizado nenhuma indenização.[400]

A polícia política também não deixou de espiar os marítimos, desde o início do Estado Novo.. A DESPS do Distrito Federal, através do Boletim nº. 26, apresentou um

[399] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 407, doc. 14228-943/SC 3933, Processo 11658/43. Memorial encaminhado em 12 de abril de 1943. O memorial era assinado pelas seguintes entidades: Aldemar Betrão – Presidente da Federação Nacional dos Marítimos e Sindicato Nacional Maquinistas da Marinha Mercante; Sindicato Nacional dos Comissários da Marinha Mercante; Sindicato Nacional dos Taifeiros Culinários e Panificadores Marítimos; Sindicato Nacional dos Foguistas da Marinha Mercante; Sindicato Nacional de Marinheiros, Moções, Remadores e Contra Mestres da Marinha Mercante, etc.

[400] Sobre a alegação do Lloyd Nacional, a qual dizia que a indenização só poderia ser paga com a autorização da Fazenda, a Federação Nacional dos Marítimos dissera que o mesmo argumento poderia ter sido utilizado também pelo Lloyd Brasileiro, mas este não o fizera. ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 407, doc. 14228-943/SC 3933, Processo 11658/43. Memorial encaminhado em 12 de abril de 1943.

relatório sobre a ação do sindicato dos foguistas. Informava que em reunião na Sociedade União dos Foguistas, Franklin José da Silva comunicara aos presentes, que o delegado do sindicato, no Rio Grande do Sul, estava pleiteando aumento de soldos para os marítimos daquele estado, e no Rio de janeiro buscava-se, junto aos diretores da Companhia Cantareira (que fazia a travessia de barcas para Niterói e as ilhas próximas da Capital), melhoria dos vencimentos para os foguistas. O informante da DESPS nos meios sindicais, dias após, relatou também que entre as classes trabalhistas notava-se "uma pronunciada má vontade para com a parada de 19 de novembro" (o dia da Bandeira), em razão, talvez, dos marítimos não terem sido "contemplados nas remunerações de riscos de guerra".[401]

No tempo oposto do regime, um outro abaixo-assinado, agora de trabalhadores do Porto de Rio Grande, todos com mais de 10 anos de efetivo serviço e alguns com mais de 20 anos de efetividade foram afastados sumariamente das suas funções de empregados efetivos. Apelavam ao interventor Ernesto Dornelles para que ordenasse à direção do Porto, a sua reintegração. Os trabalhadores disseram que como "velhos servidores do Estado viram-se de um momento para outro despojados de suas garantias de estabilidade" e tiveram os salários que já eram pequenos, reduzidos ainda mais, levando-os e as suas famílias à miséria.[402]

Se os trabalhadores na primeira metade do Estado Novo resistiram pela efetivação dos direitos conquistados na forma da lei, na segunda metade do regime, quando os patrões, diante da conjuntura de guerra, cumpriam seu papel na luta de classes do capitalismo, conquistando diante do Estado a retirada de conquistas dos trabalhadores, em especial a partir de 1942, quando decretos de todo tipo suspenderam direitos. Portanto, o aumento das reivindicações dos trabalhadores, somados ao arrocho salarial produzido pela situação de guerra, recolocavam em novos patamares a resistência dos trabalhadores. O Estado Novo não poderia sair totalmente ileso deste processo.

[401] APERJ/DESPS, Pasta Sindicalismo 5. Boletim 26 dos dias 18 e 21 de setembro de 1939, respectivamente..
[402] AHRGS/CG, maço 158. Telegrama de Rio Grande para o interventor federal em Porto Alegre, em 2 de agosto de 1944. Encabeçavam o abaixo-assinado Bernardo da Silva Gomes, Tito Castro e mais dezessete nomes.

A União Sindical É Fechada: a Luta por Melhores Salários Continua

A União Sindical dos Trabalhadores Porto Alegrenses através do seu presidente José Vecchio colocou na imprensa um ofício destinado às uniões sindicais de Pelotas, Rio Grande, Caxias, Bento Gonçalves e Uruguaiana. Vecchio dizia que a prática que tinha no exercício "do labor cotidiano" demonstrava que era "preciso uma reação firme, coesa e muito sincera, por parte das associações de classe para fazer aparecer, em toda a sua plenitude, o direito dos trabalhadores, previsto pelas leis sociais". Dentre esses direitos, considerava fundamental, o que tratava "da reparação de infortúnios, por motivo de acidentes ocorridos no exercício da profissão". Segundo ele, a Lei de Acidentes do Trabalho, representou "um dos grandes benefícios", que o governo de Getúlio Vargas, conferiu às "classes trabalhadoras". Dessa forma, requeria que os trabalhadores fossem os "zeladores contínuos dessa Lei".

O objetivo do ofício da União Sindical era denunciar a "maneira pouco recomendável" com que as Companhias de Seguros vinham encarando os direitos dos trabalhadores, assegurados por esse decreto, procurando fugir da responsabilidade da indenização. Os casos de hérnias estavam entre os que tinham o maior número de recusas por parte das seguradoras. Desta forma, a União, na qualidade de órgão de defesa dos diversos interesses profissionais dos seus associados, estava coletando dados para uma estatística desses fatos, ocorrida com trabalhadores de Porto Alegre e também do interior. De posse dos dados a entidade sindical formularia representação ao ministro do Trabalho, em que demonstraria a corrupção e os nomes dos corruptores da Lei do Trabalho, para que o ministro tomasse as providências que julgasse acertadas, para "assegurar aos trabalhadores os direitos que lhes são peculiares". Vecchio solicitava aos "companheiros", pertencentes à União, que se tivessem algum caso a relatar, que o fizessem e remetessem relação dos fatos, com as devidas provas e dizendo contra quem eram voltadas as reclamações. Vecchio acreditava que, desta forma, os trabalhadores poderiam "pôr um paradeiro a fraude" dos seus "direitos adquiridos".[403]

Era junho de 1939 quando José Vecchio se dirigia aos seus colegas para que cobrassem seus direitos. Não era um momento que se podia falar criticamente da ditadura. Também não era a intenção da União fazer esta crítica, já que era uma entidade que ainda não fora fechada pelo Ministério do Trabalho ou pela repressão

[403] "Um apelo da União Sindical às entidades trabalhistas", *Correio do Povo*, 2 de junho de 1939, p.7. O ofício da União Sindical faz referência ao Decreto-lei 24.637, de 10 de julho de 1934.

policial. Mas ficava do apelo, que os direitos não estavam sendo cumpridos e os trabalhadores resistiam por eles.

Além disso, José Vecchio, ao indicar a cobrança dos direitos, era observado pela repressão policial. Através de um Boletim Informativo da Repartição Central de Polícia de Porto Alegre, enviado à DOPS, em maio de 1939, o delegado de Ordem Política e Social, Plínio Brasil Milano, "tomava a liberdade de lembrar a conveniência de se chamar à atenção" da Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho para o fato que se encontram na diretoria de importantes sindicatos os comunistas. Nominava José Vecchio (Presidente da União Sindical), Eugenio Zanini (Sindicato dos Panificadores) e Niro Diehl (Sindicato dos Operários de Panificação), opinando ainda que a permanência daqueles "elementos" à frente de organizações trabalhistas constituía "perigo iminente para a ordem pública".[404]

John French indicou que "a legislação social e trabalhista outorgada pelo governo aos operários de maneira tão benevolente" estava transformada em um direito legal e "quando um operário exige que ela seja cumprida, a relação original de 'outorga' (ou seja, de dependência) desaparece", pois "o que passa a contar é que o cidadão está exigindo o cumprimento da lei, que ele exige 'seus direitos' como homem livre".[405]

Neste sentido, a colocação de Maria Luiza Tucci Carneiro, correta em essência, de que "o Estado Novo deve ser, antes de mais nada, identificado com a perda de direitos registrada sob a forma de restrições ao direito de organização e de expressão do pensamento",[406] tem, em sua contrapartida, que o Estado Novo, apesar de repressivo quanto à organização e livre expressão do pensamento para os opositores do regime, contraditoriamente não poderia se colocar publicamente contra os direitos sociais e trabalhistas, cujo discurso o governo reproduzia aos trabalhadores como doação do Estado. Não podemos esquecer, como bem frisaram Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, que

> as mediações institucionais, a lei, o direito, a justiça, as encenações e a retórica públicas traçavam muitas vezes os limites do que poderia ser politicamente possível não apenas para os trabalhadores, mas também para as autoridades públicas e os

[404] Cf. APERJ, Fundo DOPS, Série Estados, Pasta 19 B. Boletim enviado de Porto Alegre, em 24 de maio de 1939.
[405] French faz estas colocações a partir de Francisco Weffort. Cf. FRENCH, John, *Afogados...*, op. cit., p. 64.
[406] Ver "O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional". In. PANDOLFI, Dulce (Org.), *Repensando...*, op. cit., p. 328.

> patrões. (...) O populismo visto pelos trabalhadores era não raras vezes diferente da auto-imagem construída pelas autoridades sobre seus próprios atos e discursos. Ao contrário da adesão cega e ativa, podia funcionar um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis, impondo ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas.(...).[407]

Por outro lado, como bem salientou Eric Hobsbawm, "somente podemos falar de direitos, de forma realista, onde eles possam ser assegurados pela ação do homem". Para o historiador, "os direitos não existem no abstrato, mas somente onde as pessoas os exigem, ou se possa supor que elas estão conscientes de sua falta", pois "um direito é o que é reconhecido como tal".[408] (...) Os integrantes da União Sindical, até ela ser extinta por concordância dos próprios dirigentes, sabiam disso. A maioria dos trabalhadores, senão todos, souberam disso em todo o Estado Novo.

Com o Decreto-lei nº. 1.402/39 que estabeleceu a nova estrutura sindical, a Assembléia Geral dos representantes das entidades integrantes da União Sindical votou pela sua extinção, "com o propósito de auxiliar a Delegacia Regional na obra de instalação de federação e confederação de classe". Na ocasião, o presidente da União Sindical José Vecchio ofereceu um quadro com o retrato de Delmar Diogo, delegado regional do Trabalho, por este ter se "firmado como lidima expressão dos ideais do Estado Novo" e pela "superior compreensão dos seus postulados e como leal e devotado propugnador do pensamento" do presidente da República.[409]

Um pouco antes do apelo de José Vecchio, o chefe de gabinete do ministro do Trabalho, Negrão de Lima, enviou uma carta a Filinto Muller, questionando a Delegacia da Ordem Política e Social a respeito da exigência para os Sindicatos Industriais e até da Federação e Confederação Industrial do Brasil de aviso prévio para realização de reuniões do Conselho Diretor ou Assembléia. Lima entendia que não havia "nenhuma dificuldade" em cumprir a exigência, porém, uma vez avisada a Delegacia, um representante da Polícia deveria comparecer, mas nem sempre as discussões que se

---

[407] Ver "Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes". In. FERREIRA, Jorge (Org.), *O populismo...*, op. cit., p. 225. Cf. "O operariado o os direitos humanos". In. HOBSBAWM, Eric. J. *Mundos do trabalho*: novos estudos sobre história operária. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 418

[408] Cf. "O operariado o os direitos humanos". In. HOBSBAWM, Eric. J. *Mundos do trabalho*: novos estudos sobre história operária. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 418.

[409] ANRJ/FGCPR. Série Ministério do Trabalho, Lata 205. Telegrama da União Sindical dos Trabalhadores Porto Alegrenses para o presidente da República Getúlio Vargas. Em 2 de agosto de 1940.

tratavam em tais assembléias, eram a respeito de atos do Poder Público, mesmo assim, deveriam ser do conhecimento das autoridades. Lima alegava que o que se falava nas reuniões não redundava em prejuízo do governo, mas nem sempre as expressões poderiam ser contidas "num ambiente de cortesia e elegância, como era de desejar". Assim, reivindicava a possibilidade de "obter uma autorização genérica para as reuniões de tais assembléias, sem o comparecimento de representante da autoridade", o que seria o ideal para o chefe de gabinete.[410]

Quando não era a polícia à serviço dos patrões e do Estado, eram os próprios patrões que pressionavam as entidades dos trabalhadores. O Sindicato dos Laticínios informou ao interventor Cordeiro de Farias que solicitara à Inspetoria Regional Trabalho a abertura de inquérito em virtude do constrangimento da sua vida sindical, motivado pela atitude da Sociedade de Laticínios Ltda., concessionária do serviço público estadual Entreposto do Leite. Medindo as palavras, o Sindicato esclarecia que fez "essa comunicação" ao interventor no intuito de que não fosse "desvirtuada a sua atitude". Alegava que a empresa empregadora estava infringindo o "código de trabalho, despedindo sem justa causa, negando-se indenizar trabalhadores de acordo com a Lei". Informavam também, que a Sociedade de Laticínios era presidida por Jayme Farias, que como autoridade estadual, uma vez que era prefeito de Canguçu, tinha poderes para fazer cumprir naquela comuna as leis trabalhistas que eram violadas pela empresa que este dirigia em Pelotas.[411] Outro exemplo de como os trabalhadores não se aquietavam, mesmo diante das pressões e perseguições de todo tipo.

No início dos anos 1940, a crise na indústria têxtil levou os industriais do setor a exigir mais horas de trabalho dos seus operários. O governo federal lançou mão do Decreto-lei nº. 3.813/41,[412] que não incorporava os aumentos de salários, contado o prazo de seis meses, da publicação deste decreto. Assim, qualquer salário aumentado por "desejo" dos patrões deveria ser contabilizado apenas como um abono. Através de um memorial, os trabalhadores têxteis expuseram a situação vivida pela categoria e passaram a ser alvo de vigilância da polícia.

Serafim Braga, chefe de secção da DESPS no Rio de Janeiro, remeteu ao delegado especial Batista Teixeira uma comunicação. Informava que tinha em suas mãos mais de seis memoriais de reivindicações, promovidos por Associações

[410] FGV/CPDOC. Fundo Filinto Müller. FM 33.03.10. Doc. 55 e 55 A. 03 de junho de 1939.
[411] AHRGS/CG, Telegrama enviado de Pelotas para o interventor federal em Porto Alegre, 11 de outubro de 1939. Castro Pena, presidente do Sindicato de Laticínios de Pelotas assinou em nome do Sindicato.
[412] Ver Decreto-lei nº. 3.813, de 10 de novembro de 1941, que dispõe sobre o pagamento de salários.

Trabalhistas, dentre elas a do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio Grande do Sul.[413] O memorial remetido ao ministro do Trabalho Marcondes Filho trazia as reivindicações dos representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, com sede no Distrito Federal, estado do Rio (Valença, Niterói, Cascatinha, Pau Grande, Andorinhas, Petrópolis e Nova Friburgo), Minas Gerais (São João Nepomuceno), Fortaleza (Ceará), Recife (Pernambuco) e Caxias (Rio Grande do Sul).

Na exposição de motivos do memorial foi apresentado um quadro da situação do operário têxtil que era "tanto mais doloroso quanto era certo saber que o mesmo conseguia um salário incapaz de atender ás suas mais prementes necessidades". Os operários têxteis mostravam-se agradecidos ao governo que demonstrava "mais uma vez o seu cuidado pelo trabalhador, dando-lhe como presente de aniversário do regime vigente, o Decreto-lei nº. 3.813". Mas, os trabalhadores questionavam como o decreto não obrigou ao empregador a dar aumento, sendo que o governo esperava que estes melhor compreendessem seu "ato benemérito". Na realidade, dizia Braga, ocorria que alguns empresários não atenderam o decreto, segundo a alegação de que ele iria redundar no encarecimento do custo de vida. Para alguns empresários "mais destemidos", que tinham como objetivo prorrogar o horário de trabalho para aumentar a produção, aceitavam a concessão de um "ligeiro aumento, embora condicionado à obrigatoriedade de trabalho extraordinário", alegando ainda, que procederiam ao reajuste assim que "houvesse um aumento extensivo a todos os operários têxteis do país".[414]

Os trabalhadores têxteis de diversas partes do país resolveram expor os problemas que a categoria estava enfrentando para o ministro do Trabalho. Diante do quadro exposto, os operários têxteis buscavam que lhes fossem concedidos indistintamente, em todo o território nacional, um aumento de 40%, sobre os salários então vigentes. Também reivindicavam a nomeação de um representante do Ministério do Trabalho para integrar uma Comissão composta de empregados e empregadores, a qual ficaria encarregada da elaboração da nova tabela de aumentos salariais, as quais serviriam de base aos industriais para pagamento de salários por empreitada. O

[413] APERJ, Fundo DOPS, Setor Sindicalismo, Pasta 5. Comunicação da DESPS-DF de 8 de junho de 1942, assinada pelo chefe da secção Serafim Braga.
[414] Memorial dos trabalhadores têxteis apresentado ao Ministro do trabalho em 28 de maio de 1942.

Sindicato na Indústria de Fiação e Tecelagem de Caxias do Sul autorizou Davi Fernandes para a apresentação do memorial.[415]

Para Edgard Carone o problema do salário era um exemplo da atitude não passiva do operariado frente à imposição do governo e dos patrões. Mesmo sem obter resultados positivos, a voz das suas reivindicações por direitos fez-se ouvir, mesmo com as barreiras legais colocadas pelo Ministério do Trabalho. O autor coloca o caso dos trabalhadores têxteis como momento de reação à ditadura Vargas, dentro das suas possibilidades e forças de reação.[416]

Abaixo o Preço do Pão, da Carne ... o Custo de Vida

Em outubro de 1938, a União Sindical dos Trabalhadores Porto-Alegrenses, representando dezoito entidades, enviou ao prefeito da cidade, Loureiro da Silva, o memorial denominado "Pleiteando o barateamento dos gêneros de primeira necessidade":

> A União Sindical dos Trabalhadores Porto-Alegrenses, em nome dos seus filiados, Sindicatos (...) representando cerca de 60.000 trabalhadores. Sr. Prefeito: (...) Com bens sabeis os trustes campeiam livremente em sua ação nefasta convertendo em verdadeiros monopólios o comércio livre dos gêneros de primeira necessidade. E só a estes devemos o ingente sacrifício que vem sendo exigido do público em geral na sua manutenção diária. (...) A situação aflitiva, Sr. Prefeito, em que se encontra o operariado da nossa Capital com salários reduzidos, não permite em face da carestia da vida atual, maiores delongas, (...) esperam ser atendidos no que pleiteiam como um ato de indefectível Justiça.[417]

[415] Idem.
[416] Ver CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Coleção Corpo e Alma do Brasil, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 121-2.
[417] Cf. "Pleiteando o barateamento dos gêneros de primeira necessidade", *Correio do Povo*, 2 de outubro de 1938, p. 9 e 15. Faziam parte da União Sindical as seguintes entidades: Operários Metalúrgicos, Empregados em Casas de Diversões, Trabalhadores em Calçados, Operários Alfaiates, Auxiliares do Comércio, Operários em Tramways, Oficiais Barbeiros, Choferes, Operários Tintureiros, Trabalhadores em Moinhos, Conferentes de Carga e Descarga, Bancários, Trabalhadores em Madeira, Empregados em Hotéis e Congêneres, Operários Pedreiros, Trabalhadores em Pedra Granito e Mármore e Repartidores de Pão. O documento tinha a assinatura do presidente da União Sindical, Francisco Massena Vieira.

Este memorial também foi encaminhado para o interventor federal e diversas autoridades. Os trabalhadores, sentindo diminuir seu poder aquisitivo, passaram a cobras providências contra os altos preços dos gêneros alimentícios.

Em maio de 1939, o aumento do preço do pão mobilizou os trabalhadores e a população do Rio Grande do Sul. Muitas denúncias foram encaminhadas para o presidente da República exigindo providências contra a ação das padarias. Um telegrama de Porto Alegre para Vargas demonstrava o apoio da população "com justa e benéfica atitude das classes trabalhistas locais" na defesa dos interesses da população "grandemente sacrificada pelo extorsivo preço do pão". Os signatários solicitavam "justiceiras e valiosas providências" ao "benemérito e supremo chefe da nação" para a regularização e definitiva "padronização e venda desse artigo de primeira necessidade".[418]

A questão do elevado preço do produto repercutiu de tal forma que o prefeito de Porto Alegre criou uma comissão para estudar "o caso do pão". A comissão era composta, dentre outros membros, pela Diretoria Geral da Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre, pela Diretoria Geral de Estatística, pela DESPS da Repartição Central de Polícia, pela Associação Comercial e pelos Moinhos Riograndense. As informações colhidas pela comissão foram encaminhadas para a Chefia de Fiscalização do Comércio de Farinhas no Rio de Janeiro. A comissão chegou às seguintes conclusões: que as classes proletárias e conseqüentemente, a população da Capital estavam com a razão; que a causa principal do problema centrava-se nos intermediários da venda do pão; que os intermediários em depoimento à DOPS relataram que não vendiam pão por quilo, mas sim por unidade, sem ser por preço inferior aos determinados pelos panificadores; que a Prefeitura sentia-se impotente para a resolução do "momentoso problema", pois mesmo que tivesse tabelado o preço para venda do pão no balcão, não conseguiria tabelar o produto vendido à domicílio; que o problema atingia não apenas a Capital, com reflexos em quase todo o Rio Grande.[419]

A situação agravara-se de tal forma, que as padarias resolveram fazer greve, obrigando o governo estadual a intervir nas mesmas. A medida tomada pelo interventor

[418] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 202. Documento Nº. 1419. Telegrama remetido para Getúlio Vargas por Gelci Costa, Antonio Arzeno, Silvio Sanson, João Bodino, Marieta Goebel, (...) Apolinário D'Ávila. Porto Alegre, 12 de maio de 1939. O problema dos direitos em relação aos padeiros de Porto Alegre tinha uma tradição de luta na cidade. Sobre isso, ver os movimentos de greve da categoria e o "caso padeiral" em FORTES, Alexandre. "Como era gostoso o meu pão francês: a greve dos padeiros de Porto Alegre (1933-1934)". In. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 1997.

[419] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 202. Telegrama de Porto Alegre- RS, para a Chefia do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas do Rio de Janeiro.

Dornelles agradou aos trabalhadores. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Fiação e Tecelagem enviou congratulações pela "decisiva, enérgica e patriótica intervenção padarias grevistas". O Sindicato afirmava que a atitude do governo em defesa "dos interesses da pobreza" evitara a "desmedida ganância dos exploradores da população", fato que intensificava cada vez mais a "absoluta confiança" no governo de Dornelles.[420]

Outro problema que atingiu o Rio Grande do Sul foi o da carne verde. Os sindicatos dos empregados de Santa Maria entregaram ao interventor Dornelles um "apelo no sentido da solução definitiva" da escassez do produto que se constituía em uma anomalia que deveria ser corrigida, em "defesa consumidor modesto" que já era "demais sacrificado em suas minguadas economias pela majoração progressiva todos os gêneros e utilidades". Os trabalhadores Santamarienses não consideravam justo ficarem "privados do alimento essencial", enquanto outros mais favorecidos ficavam alheios a "crise assoberbante" que estavam atravessando e que se refletia "mais intensamente no lar do pobre". Os trabalhadores não concordavam com os fazendeiros que alegavam serem inferiores os preços autorizados para Santa Maria aos que eram pagos pelo gado destinado à Capital. Entendiam que agindo assim os fazendeiros estariam negando a sua contribuição ao interior, retendo suas tropas nas invernadas, enquanto permaneciam vazios os açougues do município. Os sindicatos esperavam que o governo do estado encontrasse uma solução "verdadeiramente democrática e eminentemente social" para o grave problema.[421] Diversas reclamações de diversos municípios de todo o estado chegaram ao interventor federal relatando o problema da falta da carne verde e exigindo soluções que beneficiassem os trabalhadores gaúchos.

As entidades trabalhistas de Carazinho se reuniram para protestar contra a atitude assumida pela CAERGS, que ordenara ao Conselho Municipal local aumentar preço pago aos fazendeiros, segundo os trabalhadores, a "única classe privilegiada que ainda não tinha dado a sua cota sacrifício até aquele momento". Os sindicatos revoltaram-se contra a proteção oferecida aos criadores, enquanto que o "operariado e as classes pobres" encontravam-se asfixiados na sua "bolsa já esgotada". Mostravam-se solidários com a população geral contra a ordem drástica da CAERGS, que havia

[420] AHRGS/CG, Maço 161, Telegrama pelo presidente em exercício do Sindicato dos tecelões, Aparício Falcão. Navegantes/Porto Alegre-RS, 19 de outubro de 1945,

[421] AHRGS/CG, Maço 158. Assinavam o apelo os seguintes sindicatos: Sindicato dos Empregados no Comércio; Sindicato dos Bancários; Sindicatos dos Viajantes e Vendedores do Comércio; Sindicato dos Panificadores; Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Classes Anexas; Sindicato dos Marceneiros e Sindicato dos Empregados nas Indústrias Gráficas. Santa Maria, 08 de novembro de 1944.

desautorizado parecer unânime do Conselho Municipal, no qual tinham dois representantes, além de outros setores da sociedade. Entendiam que a opinião dos ruralistas não deveria e nem poderia prevalecer sobre as demais classes representadas. Portanto, solicitavam a intervenção do governo estadual para garantir a decisão do referido Conselho, a qual estipulava aos novilhos e vacas com igual preço aos consumidores.[422]

As reivindicações em torno dos gêneros de primeira necessidade, contra os preços abusivos dos produtos, o que gerou diversos processos no TSN oriundos do Rio Grande do Sul, não advieram apenas da carne e do pão. As federações e sindicatos de trabalhadores de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, diante do quadro de crise econômica, agravado pela conjuntura de guerra, pediram a intervenção do governo do estado para que fosse decretada a melhoria dos salários. Além disto, queriam a proibição de qualquer aumento nos preços das utilidades, bem como, a suspensão do dispositivo da lei do "Imposto Consumo", que permitia majorações nos gêneros de primeira necessidade. Neste sentido, os presidentes das entidades sindicais apelavam "para o espírito de lealdade e patriotismo" que sempre havia caracterizado "os trabalhadores conscientes", para que, "em face do grave momento" que estavam atravessando, "se mantivessem na mais absoluta ordem, entregues ao trabalho construtivo, aguardando, com serenidade", as providências que seriam tomadas pelo governo, para a melhoria geral dos salários e para "combater aos gananciosos e exploradores do povo".[423] Entretanto, a interferência do governo estadual ficaria reduzida às padarias, enquanto que os produtores de carne não tiveram prejuízos.

Outros tipos de reivindicações também faziam parte do cotidiano dos trabalhadores gaúchos. O Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de Porto Alegre cobrou dos poderes competentes a ampliação dos serviços de assistência social, bem como a construção da sede própria, plano de diagnóstico da profilaxia da tuberculose. Os gráficos também solicitavam que a obtenção dos documentos exigidos para a abertura

[422] AHRGS/CG, Maço 158. O telegrama de protesto fora encaminhado pelos representantes das seguintes entidades: Sindicato dos Metalúrgicos; Sindicato dos Marceneiros; Sindicato dos Empregados no Comércio; Sindicato da Alimentação e pelo Círculo Operário. Carazinho, 09 de dezembro de 1944.

[423] AHRGS/CG, Maço 160. O telegrama remetido para o interventor federal Ernesto Dornelles era assinado pelas seguintes entidades: Federação dos Empregados no Comércio do estado do Rio Grande do Sul; Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário; Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário; Federação dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem; Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentos; Sindicato de Empregados no Comércio de Porto Alegre e Sindicato dos Trabalhadores em Panificação, Confeitaria, Massas Alimentícias, entre outros

dos processos de benefícios aos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões fosse mais fácil de ser encaminhada.[424]

As Corporações Gráficas do *Jornal do Comércio*[425] do Rio de Janeiro cobraram de Getúlio Vargas a aplicação do Decreto 2.308/40,[426] visto que, passados seis meses da sua promulgação, não tinha entrado em vigor. Esperavam que Vargas ordenasse o cumprimento do mesmo, uma vez que as empresas jornalísticas, com sua "resistência passiva", estavam prejudicando a categoria, e desrespeitando as Leis Trabalhistas do país.

A possível regulamentação do trabalho dos domésticos também foi motivo de duas reportagens do *Correio do Povo*.[427] Na primeira enquete foi entrevistada a presidente do Sindicato dos Empregados Domésticos, Amália Lopes dos Santos. O repórter indagou a Amália a respeito da não aplicação, aos domésticos, da legislação que beneficiava as "classes trabalhadoras da indústria, do comércio, e outras", em razão de não ser considerada "social a função do doméstico" e esta não cooperar para "o capital". O repórter dizia que segundo essa "doutrina", o trabalho dos domésticos servia para "a comodidade pessoal de cada patrão, não na sua própria profissão, mas ao seu bem estar privado e da família". A presidente do Sindicato em questão colocou que a regulamentação do trabalho dos domésticos não merecera ao longo dos anos, a atenção do governo. Entretanto, dizia a entrevistada, foram sendo criados sindicatos, como aconteceu em Porto Alegre,[428] e depois de grande esforço, tiveram reconhecimento. Entendia ser injustificável considerar a doméstica simplesmente como "um servidor do gozo individual de cada pessoa ou de cada família".

Para Amália, os trabalhadores domésticos deveriam também ser amparados pela legislação social. Para ela, quando diziam que ficara resolvido o caso dos domésticos, entendia que a solução apresentada contrariava os interesses da categoria, a qual não

[424] Ver o artigo "O Sindicato Gráfico e os serviços de assistência social". *Jornal do Estado*, 13 de maio de 1940, p. 16.
[425] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 281. As Corporações Gráficas exigiam que fosse cumprida a carga horária de 8 horas diárias. Telegrama do Rio de Janeiro para Getúlio Vargas, 15 de fevereiro de 1941.
[426] O Decreto-lei nº. 2.308 de 13 de junho de 1940, dispõe sobre a duração do trabalho em quais quer atividades privadas, salvo aquelas subordinadas a regime especial declarado em lei.
[427] "A regulamentação do trabalho das domésticas e sua possível aplicação em Porto Alegre", *Correio do Povo*, 2 de abril de 1939, p. 5 e 17.
[428] O sindicato dos domésticos de Porto Alegre fora fundado em novembro de 1938 e possuía cerca de 1.500 associados. O projeto que Amália dos Santos referiu-se na entrevista era de autoria do ex-deputado classista Alberto Surek. Cf. *Correio do Povo*, 2 de abril de 1939, p. 5 e 17.

tivera assegurado o direito de férias, indenização, estabilidade e outras vantagens, de que singularmente cogitava o projeto que fora encaminhado ao Ministério do Trabalho.

Amália dos Santos reconhecia, na prática, o que Maria Valério Junho Pena entendeu teoricamente: as mulheres permitem, através de seu trabalho doméstico, "que uma massa de trabalhadores/as continuem chegando diretamente ás fábricas, usinas, escritórios, lojas e armazéns", ao mesmo tempo em que "elas também reproduzem uma nova geração de trabalhadores e, através desse trabalho ainda criam a possibilidade de mais apropriação de riquezas para os donos do capital".[429]

Dando prosseguimento à sua enquete, o *Correio do Povo* entrevistou o proprietário da Empresa Seleta de Empregados Domésticos, Rodolfo Carravetta. O entrevistado declarou ser favorável à sindicalização dos domésticos, desde que o empregador reconhecesse o direito da empregada, sem o que nunca poderia haver harmonia. Segundo Carravetta não haveria sindicato capaz de articular esta "imensa classe", porque as domésticas eram na "maioria analfabetas" e por isso, não poderiam "compreender as finalidades de uma lei". Relatava a realidade da sua empresa quando, "dezenas de interessadas" procuravam a sua agência e diziam "não conseguir trabalho porque as famílias preferiam as não sindicalizadas". Entendia ser esta a razão das "dificuldades dos sindicatos". O entrevistado indagava como poderia uma entidade não oficializada, sem legislação que a regulamentasse, "defender os interesses dos seus associados". Carravetta, considerava a questão das férias uma "aberração" e se perguntava "como poderia pleitear férias quem se considerava licenciada, quando ou bem entendesse". Frisando que para uma articulação dos Empregados Domésticos não se tornava necessária a existência de um sindicato, havendo sim "mister de boa vontade" de cada um, concluía o explorador das trabalhadoras domésticas que "a *serviçal*, já pela vida que levava, não tinha direito à férias, nem horário regulamentar".[430]

Novamente aqui as considerações de Maria Pena são oportunas, tanto no sentido de explicitar o sentido da visão patriarcal de Caravetta, como as implicações teóricas desse discurso, "onde está postulada uma identidade 'natural' da mulher à esfera afetiva e familiar e onde a maternidade é vista como fato da natureza não como um fato social", pois não percebe ser o trabalho doméstico "uma atividade instrumental da mulher,

[429] Ver *Mulheres e* ..., op. cit., p. 82.
[430] Grifos meus. Ver "A regulamentação do trabalho dos domésticos", *Correio do Povo*, 4 de abril de 1939, p. 7.

relacionada às demais esferas da sociedade", nem consegue "analisar a condição da mulher como uma trabalhadora assalariada". Para a autora:

> O capitalismo não gerou o patriarcalismo, mas ele o utiliza o reforça, fazendo-o parte de sua própria dinâmica. (...) o Estado controla a participação feminina no mundo do trabalho coletivo, em nome dos interesses da família, reforça a divisão sexual do trabalho e reafirma o papel doméstico e materno da mulher. (...) Em geral, a peculiaridade das condições da mulher [no caso do Estado Novo no Brasil] referiam-se simplesmente como garantir que ela, apesar de uma trabalhadora assalariada, continuasse a desempenhar adequadamente suas tarefas reprodutivas domésticas e não pagas: em outras palavras, como inscrever na lei suas peculiares condições de exploração.[431]

Beatriz Loner já nos disse que "a história social do trabalho, é uma parte da história mais global, que trata de explicar a ação humana a partir de tudo aquilo que tenha a ver com a sua atividade produtiva" e que dependendo da(s) pergunta(s) que orienta(m) a pesquisa, temas como o da família podem "se transformar tanto um uma *história dos modos de vida* (...) como numa *história dos modos de luta*, na qual esses mesmos conteúdos são atravessados pela perspectiva da luta de classes, das relações sociais de dominação e resistência". Assim, "no primeiro caminho, a vida familiar cotidiana, a esfera doméstica será percebida, por exemplo, apenas como rotina e alienação; no segundo, em seus dispositivos e estratégias de resistência e invenção".[432] O empresário Caravetta, mesmo utilizando-se da força de trabalho das mulheres não podia entender outra lógica, de uma "mulher de verdade", como a da trabalhadora Amália.

Salário Mínimo: Uma Luta Inglória.

Durante a década de 1930, através da lei nº. 185 de 1936 e do Decreto-lei nº. 399 de abril de 1938, começava-se a regulamentar a aplicação do salário mínimo. De acordo com essas leis, o salário mínimo representava o que cada trabalhador deveria receber, em pagamento dos seus serviços prestados, sendo que essa importância, teoricamente deveria ser suficiente para atender às suas necessidades vitais de alimentação, habitação,

[431] Cf. PENA, Maria Valério Junho, *Mulheres e...*, op. cit., p. 35, 71 e 167.
[432] Ver LONER, Beatriz. "A história operária no Rio Grande do Sul". In. *História Unisinos*. Número Especial: V Encontro Estadual de História. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 87 e 90.

higiene e transporte. Mas, apenas em 1º. de Maio de 1940, através do Decreto-lei nº. 2162, foi estabelecido os valores do salário mínimo, que passou então a vigorar. Esta conquista, como assinalou Maria Celina D'Araújo, sob o ponto de vista das garantias para o trabalhador, era "uma reivindicação antiga e crucial no sentido de garantir uma remuneração mínima para os trabalhadores".[433]

A fixação dos salários mínimos regionais desencadeou protestos veementes, por parte dos trabalhadores sindicalizados ou não, os quais contestaram de diversos modos possíveis as tabelas utilizadas para a sua fixação. Estabeleceu-se uma cadeia de memoriais, abaixo-assinados, correspondências individuais, enquetes em jornais, enviadas pelas diversas categorias de trabalhadores com o fim de pressionar o MTIC, as autoridades estaduais e seus representantes nas Comissões de Salário Mínimo, na busca de fazer valer os seus direitos.

No Rio Grande do Sul, a instalação da Comissão de Salário Mínimo, fora regulamentada através de Edital da Inspetoria Regional do Trabalho, nestes termos:

> Faço saber a todos os sindicatos, associações e instituições de classe deste estado, quer de empregadores, quer de empregados, legalmente reconhecidos, que (...) devem proceder à eleição do seu representante junto à Comissão de Salário Mínimo desta Região (...). A escolha do representante não poderá recair em pessoa estranha ao quadro social das referidas organizações de classe, sendo que de cada Comissão não poderá participar mais de um componente que pertença à mesma profissão ou à mesma atividade produtora, (...) e remetendo-lhe, o mais tardar, cópia autenticada da ata da sessão e, que foi eleito o representante e demais documentos.[434]

Maria Auxiliadora Guzzo Decca, no seu estudo sobre os trabalhadores em São Paulo, coloca que "o estabelecimento do salário mínimo ocorreu paralelamente a (...) inquéritos e pesquisas sobre o padrão de vida operário".[435]

A polêmica em torno do estabelecimento do salário mínimo, tornada pública pelos trabalhadores, que passaram a tecer opiniões através dos órgãos de imprensa, principalmente no *Correio do Povo*. Na forma de enquetes, o periódico,

---

[433] Cf. "Estado, classe trabalhadora e políticas sociais". In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.), *O Brasil Republicano...*, op. cit., p. 235.
[434] Ver "Inspetoria Regional do Trabalho – Edital", *Correio do Povo*, 19 de maio de 1938, p. 2. Edital de 18 de maio de 1938.
[435] Cf. *A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paul*o. 1920-1934. Coleção Oficinas da Historia, v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 54.

freqüentemente, entrevistava líderes operários, industriais, inspetores do Ministério do Trabalho, entre outros, a respeito do "palpitante assunto do momento".

Uma das reportagens do referido jornal procurou saber se as classes trabalhadoras temiam um aumento do custo de vida, com o estabelecimento do salário mínimo. A matéria constatava que ao contrário do que se afirmavam em certos círculos ligados ao Ministério do Trabalho, os trabalhadores tinham receio de serem prejudicados com a medida. Dizia que para conhecidos líderes operários porto-alegrenses o aumento da remuneração dos trabalhadores com o salário mínimo, levaria os empregadores que, "visando compensar os danos monetários", procurariam aumentar o preço dos seus produtos. Por isso, os trabalhadores viam com grande expectativa o trabalho das chamadas comissões de salário mínimo[436].

O delegado regional do Ministério do Trabalho, José Antonio Aranha (irmão do ministro Osvaldo Aranha), expressou a opinião de que a medida não resolveria a situação dos operários. Para José Aranha, o salário mínimo traria, fatalmente, "um aumento de despesas para o patrão", pois este, na "impossibilidade de ter os mesmos lucros", elevariam os preços das mercadorias. Entendia, então, que o melhor seria, ao invés do estabelecimento de qualquer aumento de salário, que ocorresse o barateamento do custo de vida. Afirmava, entretanto, que apenas uma pequena parcela dos trabalhadores seria beneficiada com o salário mínimo. Mesmo se posicionando contra a lei do salário mínimo, não via problemas quanto a sua a sua aplicação, em vista do interesse demonstrado por todos os interessados, porque todas as promessas feitas pelo governo do país ao operariado, nenhuma falhara até então.[437] Pouco tempo depois da entrevista, José Aranha deixaria a Inspetoria do Trabalho.[438]

Sob o título "O problema do salário mínimo encarado pelas classes empregadoras", o *Correio do Povo* entrevistou, em 9 de agosto de 1938, o vice-presidente em exercício do Centro de Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, Caleb Marques, o qual defendia que o salário mínimo não poderia ser fixado de maneira uniforme para todos os operários de uma mesma profissão ou categoria, porque se fazia necessário uma margem para a "classificação natural" que deveria existir para aqueles que produzissem mais e melhor, estabelecendo-se o estímulo que levaria ao

[436] "Uma interrogação que perdura – temem as classes trabalhistas que a prática do salário mínimo determine novo aumento no custo de vida?", *Correio do Povo*, 3 de junho de 1938, p.6.
[437] Ver entrevista com José Antonio Aranha, "A instituição do salário mínimo no país", *Correio do Povo*, de 04 de junho de 1938, p. 14.
[438] "O Dr, José Antonio Aranha deixou a Inspetoria do Trabalho", *Correio do Povo*, 12 de julho de 1938, p. 5.

aperfeiçoamento, o qual terminaria se desaparecesse aquela margem.[439] Para Marques, não seria justo que todos os trabalhadores recebessem o mesmo salário, visto que, muitos trabalhadores se aproveitariam da situação e passariam a produzir menos.

Em continuidade à enquete, o próximo entrevistado foi o industrialista do então chamado 4º Distrito de Porto Alegre, onde se situava a maior parte das fábricas da cidade, A. J. Renner. Para ele, em sua firma havia anos já estava em vigor o "regime do salário mínimo", o qual era percebido pelos empregados que exerciam funções mais rudimentares, bem como para aqueles que exigiam o mínimo de aptidões. Assim, dizia que ficava demonstrada a sua simpatia franca pela medida em exame, tanto que a vinha pondo em prática, efetivamente, há alguns anos. Entendia a medida proposta pelo governo federal benéfica tanto para os empregados quanto para os empregadores, porque, aqueles melhorariam o seu índice de vida, enquanto estes teriam "operários melhor nutridos e fortes, portanto, mais produtivos".[440]

"O salário mínimo encarado pelas classes conservadoras", próximo título da série de entrevista do *Correio do Povo*, buscou a opinião do gerente da Sociedade Anônima Moinhos Rio-Grandenses, Roberto E. Meyer. O entrevistado se considerava a favor, dizendo que sua empresa já pagava aos seus trabalhadores um salário mínimo, o que ele acreditava ser maior do que o fixado futuramente.[441]

Em maio de 1939, nova enquete do *Correio do Povo*, dedicada "aos meios trabalhistas, buscava saber "qual é o padrão de vida do operário em Porto Alegre?". A reportagem fazia referência aos estudos realizados pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, "no sentido de conseguir os índices de alimentação de todos os rincões pátrios, desde 1936". Em 1937, os estudos estenderam-se para as capitais e, em 1938, para cerca de 300 cidades. Para responder a esta questão, o repórter buscou a opinião de um grupo de operários trabalhadores de moinhos. "Muito bonita, moço", foi a consideração de um dos operários, diante da iniciativa do repórter, passando a expor a sua situação:

> Nós precisamos melhorar de vida. Não pode continuar assim. Veja, a gente trabalha quinze, dezesseis dias por mês, a 8 mil réis. Não dá nem pra comida. Precisamos de

[439] Cf. "O problema do salário mínimo encarado pelas classes empregadoras", *Correio do Povo*, 09 de agosto de 1938, p. 18.
[440] "O problema do salário mínimo encarado pelas classes empregadoras", *Correio do Povo*, 14 de agosto de 1938, p. 15.
[441] Ver "O salário mínimo encarado pelas classes conservadoras", *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1938, p. 7.

> alguém que defenda os nossos interesses. Cremos que a Comissão de Salário Mínimo, vai dar um jeito nisso. As nossas famílias precisam de maior amparo. (...) Temos ouvido falar no salário mínimo. Isso talvez não chegue para nós. Duzentos e quarenta mil réis, como no Rio não é mau, dá para viver como a gente vai vivendo hoje. E se fosse para continuar assim, não precisava essa história toda, de juntar tantos algarismos, fazer tantas perguntas e, no final, dizer que o trabalhador não pode ganhar menos de cem mil réis. Ora, quem é que trabalha por esse preço, tendo família? Poucos. É preferível não trabalhar e esperar a coisa para ver como fica.[442]

A enquete sobre o padrão de vida do operário em Porto Alegre, prosseguia com os entrevistados, sendo eles "algumas dezenas de trabalhadores de pá e picareta em punho" que laboravam no melhoramento da área de Teresópolis, arrabalde da Capital. Um dos operários relatava que trabalhava noite e dia para sustentar a mãe doente e os irmãos pequenos e que lutava com uma série de empecilhos que não seriam removidos jamais, salvo se mudassem de vida. E concluía: "tudo custa caro hoje em dia. Sobe tudo, só não sobem os salários. E, depois, fala-se também no Salário Mínimo. Salário Mínimo de 80$ a 240$. Absurdo. Isso nem dá para comer". A partir da ressalva do repórter de que o valor era "apenas para começar" e que os ordenados diferiam, levando-se "em conta as possibilidade de cada um, o seu justo valor", a resposta do operário contestava os argumentos do repórter: "Não cremos. Se o salário mínimo for de 200$, qual o patrão vai pagar mais?". O repórter chegava à conclusão de que o trabalhador precisava ser informado que o salário mínimo não significava "aumento de ordenado". Quer dizer, o trabalhador ganharia "de acordo com as suas necessidades de habitação, higiene, alimentação, etc.".[443]

Os próximos entrevistados pela reportagem foram os sindicatos de classe. No Sindicato dos Oficiais Alfaiates, vários associados rebateram o projeto do Anor Butler Maciel (procurador geral do estado), presidente da Comissão do Salário Mínimo do Rio Grande do Sul, que propunha o valor de 200$000. Os alfaiates defendiam o valor de 300$000. Para o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, consideravam o valor proposto "insuficiente para satisfazer as necessidades vitais do operário adulto". Já Max Schon, presidente do sindicato, anunciava que a categoria iria sugerir 300$000. Na

[442] "Qual é o padrão de vida do operário em Porto Alegre? Uma 'enquete' nos meios trabalhistas", *Correio do Povo*, 23 de maio de 1939, p. 11.
[443] Ver "Qual é o padrão de vida do operário em Porto Alegre?", *Correio do Povo*, 25 de maio de 1939, p. 9

União Sindical o repórter dirigiu-se a um dos fundadores da entidade, José Pedro Dussarat, que também representava os empregados na 7ª. Junta de Conciliação e Julgamento. Dussarat também não concordava com o valor proposto para o salário mínimo, porque considerava "contraproducente o salário projetado na hipótese de não ser estabelecido um dispositivo-lei" que regulamentasse "o preço dos gêneros de acordo com as possibilidades econômicas do operário".[444]

A polêmica começava a ganhar maior vulto, tanto que o presidente da Comissão Butler Maciel, resolveu rebater os argumentos dos trabalhadores, da seguinte forma: "a solução para o problema da existência da família não se pode achar na fixação do salário mínimo". Justificava o valor por ele estabelecido, apenas como base inicial, para ser debatido. O problema era que, essa "base inicial" havia sido sugerida pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL),[445] entidade que congregava grandes latifundiários, a qual não via com bons olhos a estipulação de um salário mínimo, passando a "sugerir" um valor que lhe favoreceria.

Para Maciel, antigo líder integralista do Rio Grande do Sul, qualquer que fosse o salário fixado, este não iria satisfazer a ninguém, isto porque "pessoa alguma se conforma em ganhar o estritamente necessário para viver", sendo aquele um sentimento humano e natural que, graças a ele, progrediam as sociedades. Ponderava, que a questão do amparo à família do trabalhador seria resolvida pelo governo, por meio de outra lei, em virtude da qual o trabalhador deveria receber um abono relativo ao número de filhos, nos moldes da assistência social, já inaugurada pelo general Franco, na Espanha. Assim, reafirmava: "uma coisa é o salário mínimo, vital, (...) e outra coisa é o salário profissional". E o salário profissional seria reajustado, "com os sindicatos devidamente organizados", pois a estes competiria "obter a justa remuneração do trabalhador". Para ele, a "questão social era muito complexa".[446]

Em julho de 1938, os representantes do operariado reuniram-se em sessão secreta para combinar o programa de ação para a próxima reunião da Comissão do Salário Mínimo. De acordo com o representante do Sindicato dos Empregados em Companhias de Seguros, os trabalhadores adultos deveriam ter uma garantia de estabilidade, senão estes seriam demitidos e substituídos por trabalhadores menores de

[444] Ver "Os sindicatos de classe consideram insuficiente o salário mínimo de 200$000", *Correio do Povo*, 18 de julho de 1939, p. 3.
[445] Para uma história da FARSUL, ver *FARSUL – 70 anos (1927-1997)*. Porto Alegre: FARSUL, 1997.
[446] "A solução para o problema da existência da família não se pode achar na fixação do salário mínimo", *Correio do Povo*, 19 de julho de 1939, p. 6.

dezoito anos. Segundo o sindicalista, o trabalho feminino, "largamente explorado nas fábricas e no comércio" estaria sujeito à mesma situação, pois além das trabalhadoras receberem uma "remuneração mensal insignificante", realizavam "sem maiores entraves, o trabalho dos homens".[447]

O debate prosseguia acaloradamente. Novamente A. J. Renner manifestava sua opinião, colaborando com a seguinte "tese": "Penso que as mulheres serão beneficiadas numa percentagem, que deve regular de 60 a 70 por cento". Para Renner, no Rio Grande do Sul, o salário mínimo a ser fixado não deveria ser superior ao do Rio de Janeiro ou São Paulo e, talvez nem mesmo igual, porque os índices de vida naqueles centros eram bem diferentes. Assim, para o industrial o valor ideal poderia mesmo ser inferior a 200 mil réis, o que seria preferível, por exemplo, a ser fixado em 200 mil réis em Porto Alegre e 180 ou 160 mil réis em outros municípios do estado. Acreditava que a indústria do Rio Grande do Sul poderia vir a ser prejudicada se o salário mínimo fixado para o estado fosse superior, ou mesmo igual, ao de outros centros industriais.[448]

O líder dos transviários, Sérgio Soares da Rocha, declarava que, fixar um salário inferior a 300$000 seria "uma injustiça imperdoável". Portanto, sua categoria se contrapunha à proposta da Comissão, na verdade sugerida pela Federação Rural. Aproveitava o espaço oferecido pelo jornal para denunciar os dados fornecidos pelas "tabelas" orçadas pelo presidente da Comissão, cujos gastos destinados à habitação, higiene e vestuário iam muito além dos valores constantes nas referidas tabelas.[449]

A mesma opinião fora manifestada pelo presidente da União Sindical dos Trabalhadores Porto-Alegrenses, José Vecchio, representante do Sindicato dos Empregados e Operários em Tramway. Além, de se manifestar contrário ao valor sugerido pela Comissão do Salário Mínimo, disse que tal valor causara surpresa no operariado que não concebia o "milagre" que a tabela projetada deixava entrever. Diante disto, afirmava: "Li com atenção as estatísticas oficiais divulgadas pela imprensa sobre o custo de vida no estado. Elas são falsas e não definem com a necessária clareza

---

[447] "Reúnem-se hoje, na Procuradoria Geral do Estado a Comissão do Salário Mínimo", *Correio do Povo*, 19 de julho de 1938, p. 2. Entrevista com Nicolau Pires, representante do Sindicato dos Empregados em Companhias de Seguros. Devemos lembrar, como já mostrou Maria Valério junho Pena, que no Brasil, o pagamento igual pela mesma tarefa era norma constitucional desde 1937, mas o salário mínimo só foi unificado para homens e mulheres em 1944, a partir da Consolidação das Leis do Trabalho. Ver, *Mulheres...*, op. cit., p. 82.

[448] Cf. "As mulheres serão as grandes beneficiadas", *Correio do Povo*, 20 de julho de 1939, p. 3.

[449] Ver "Fixar o salário mínimo inferior a 300$000 será uma injustiça imperdoável, declara ao Correio do Povo o Sr. Sérgio Soares da Rocha, líder da classe dos tramswiários", *Correio do Povo*, 21 de julho de 1939, p. 3.

a situação das coisas". Para o representante dos comerciários, na União Sindical, Francisco Massena Vieira, a sua entidade era a que recebia os menores salários, mas os trabalhadores deveriam esperar um pouco, antes de se manifestar contra a proposta da Comissão, já que ela foi "apenas uma base", não querendo com isso dizer que o salário fosse fixado naquela importância. Considerava, no momento, prejudicial qualquer manifestação ou "palpite" prematuro sobre o assunto. As posições divergentes, entre as categorias integrantes, acenavam para uma divisão no seio do operariado porto-alegrense, uma vez que a União Sindical aventava a possibilidade de intervenção "na defesa dos interesses do operariado".[450]

Intitulado como "Carta de Um Gráfico", o *Correio do Povo* publicou a carta remetida ao redator, assinada pelo pseudônimo de "Operário gráfico". Segundo o operário, seu interesse era o de refutar as declarações do presidente da Comissão do Salário Mínimo. Assim, considerava que a criação do salário mínimo, não era que "se equiparasse os mais miseráveis com os miseráveis", e sim que se elevasse o "padrão de vida brasileiro" para que o povo fosse "sadio e forte". Para o operário, o parecer do presidente da Comissão em vista de sua posição privilegiada, no meio da sociedade em que vivia, não tinha o necessário conhecimento do que era a vida de um trabalhador com ordenado de 200$000.[451]

Diante de tantos debates e críticas, o presidente da Comissão do Salário Mínimo, Butler Maciel, resolvera justificar a interferência da FARSUL nos encaminhamentos da fixação do salário a ser adotado no Rio Grande do Sul. Ao ser indagado do por que da sugestão da entidade rural, de um salário tão baixo, Maciel declarou que a FARSUL, "com seus associados do interior", onde estava a sede dos respectivos negócios, não havia sugerido um salário baixo, quando lembrou 200$000. Tanto que, continuava Maciel, ela propusera o dobro dos empregadores paulistas do interior e 30% mais do que foi fixado para os empregados do interior de São Paulo. Então, justificava o presidente da Comissão, diante de tal quadro, não tivera dúvidas em aceitar aquela quantia para a base dos debates.[452]

O impasse em torno da questão da fixação do salário mínimo, ocorreria no momento em que, a representação classista dos trabalhadores, apresentara a proposta de

[450] Cf. "A União Sindical encara com seriedade a fixação do salário mínimo e, se necessário, intervirá na defesa do operariado", *Correio do Povo*, 23 de julho de 1939, p. 7.
[451] Ver "Carta de Um Gráfico", *Correio do Povo*, 23 de julho de 1939, p.15.
[452] Cf. "Poderão os encargos se tornarem por demais graves para os que a eles estão sujeitos e sobrevir uma grande crise", *Correio do Povo*, 25 de julho de 1939, p. 3.

300$000, enquanto que os empregadores aventaram valores de 160$000 para a Capital e 120$000 para o interior. A reunião fora suspensa, em razão dos desentendimentos, entre patrões e empregados.[453]

Depois de alguns dias, a Comissão decidira pelos valores de 250$000, para Porto Alegre e 200$000, para o interior do estado. Mas a medida não agradou aos trabalhadores, que mantiveram a sua posição inicial, nem aos empregadores que achavam o valor muito elevado. O Sindicato dos Madeireiros, através da sua direção, enviou um ofício à Comissão, dizendo não aceitar o valor proposto pela Comissão. Em nome do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre, o presidente Francisco Massena Vieira, afirmava que os comerciários, como outras categorias, não concordavam com o valor estipulado para o salário mínimo.[454]

Novamente, os trabalhos da Comissão do Salário Mínimo foram interrompidos. Desta vez, as divergências se deram entre o seu presidente, Anor Butler Maciel, e a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, que retirara seus representantes da Comissão. Tal atitude levou Maciel a colocar seu cargo à disposição do presidente da República.

A Federação das Indústrias assim justificara a sua atitude através de ofício ao presidente da Comissão: "Isto porque não será compreensível e nem explicável que a classe continue prestando colaboração à Comissão (...) porque tal colaboração tornou-se inútil diante da parcialidade com que o presidente da Comissão apreciara o assunto submetido ao estudo da Comissão e dará, para decidir o voto de desempate que lhe cabe, voto esse antecipadamente dado à publicidade".[455] A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul enviou ao ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, um ofício, onde recorria da decisão da Comissão de Salário Mínimo:

> A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, entidade representativa da classe, recorre a V. Ex. na forma da lei, da decisão da Comissão de Salário Mínimo deste Estado, (...). Como dissemos então, hoje, repetimos: - 'Quer nos parecer que a

[453] Cf. "Verificou-se um 'impasse' nos trabalhos da Comissão do Salário Mínimo", *Correio do Povo*, 27 de julho de 1939, p. 3 e 10.
[454] Ver "O salário mínimo foi fixado, ontem, na base de 250$000 para Porto Alegre e 200 para o interior do Estado", *Correio do Povo*, 3 de agosto de 1939, p. 9 e "Os madeireiros reafirmam o seu ponto de vista, pleiteando o salário mínimo de trezentos mil réis", *Correio do Povo*, 4 de novembro de 1939, p. 3, respectivamente.
[455] Ver "Graves divergências interromperam os trabalhos finais da Comissão do Salário Mínimo", *Correio do Povo*, 9 de novembro de 1939, p. 2 e 9. Em nome da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul o ofício foi assinado por Caleb Marques, presidente e Henrique Bertaso, secretário.

> Comissão, para fixar, como fixou, o salário mínimo no Estado, (...) encarou a questão unilateralmente, isto é, preocupou-se apenas com o trabalhador, sem levar em consideração a situação do patrão, ou, para melhor nos expressarmos, a situação das classes patronais'. Não discutiremos se o salário fixado é excessivo ou não. Admitimos até, para argumentar, que ele seja justo. Mas, perguntamos: - para a sua fixação foi levada em conta a situação especial da indústria riograndense, em função das distâncias dos mercados consumidores?A resposta negativa se impõe! E impõe-se porque não existe certa proporcionalidade entre o salário mínimo fixado para o Distrito Federal e para o Estado de São Paulo, e aquele que a Comissão local fixou para o nosso Estado. (...) seremos forçados a concluir que a indústria riograndense está condenada a desaparecer em futuro próximo, trazendo este fato um desequilíbrio na economia do Rio Grande do Sul, com repercussão sobre o próprio trabalhador que agora se pretende proteger.[456]

Em matéria publicada no Boletim do MTIC, Anor Butler Maciel, relatou a sua experiência à frente da Comissão do Salário Mínimo no Rio Grande do Sul, pintando um quadro com cores diversas da realidade. De acordo com ele, o governo conseguiu adotar um meio termo, estabelecendo uma base de partida para essa "grande experiência social". Dessa forma, considerava ter sido atendida pelo governo federal "uma justa aspiração dos empregadores do Rio Grande do Sul", qual era, ser o salário dos gaúchos inferior ao do Rio e de São Paulo, centros produtores concorrentes e situados mais próximos dos grandes centros de consumo do mercado interno. Para Maciel, os empregados também haviam concordado com esse ponto de vista. O presidente da Comissão, no seu relato, passava a idéia de que o processo que estabeleceu o salário mínimo no Rio Grande do Sul, realizara-se em perfeita "harmonia social" entre, empregadores e empregados, nas bases que orientavam a relação capital-trabalho para o Estado Novo.[457]

O problema sobre a fixação do salário mínimo continuou durante todo o Estado Novo. Em 1944, em relatório remetido para Vargas, Ernesto Dornelles, dizia que o Centro da Indústria Fabril havia se reunido para examinar a situação e decidiu aguardar o pronunciamento do governo, em relação ao aumento do salário mínimo, que seria reajustado em 1º. de Maio. Informou que, entre os trabalhadores, era dado como

[456] AHRGS/CG, Maço 74, 15 de dezembro de 1939.
[457] AEL/UNICAMP, Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, n.º 71. Julho. Ano VI, p. 291.

certo "que a lei estava prestes a ser baixada", fato esse que colaborava para que os ânimos destes, diminuíssem a "veemência com que apresentaram inicialmente, suas reivindicações". Mas, comentaram que, ao mesmo tempo, corria a notícia de que o aumento de salário não viria, já que os "próprios funcionários do Ministério do Trabalho não possuíam uma informação oficial a respeito".[458] A preocupação do empresariado gaúcho situava-se entre o aumento das pressões ou em posições mais radicais dos trabalhadores.

Em 1945 o ministro do trabalho Marcondes Filho remeteu um telegrama "urgente reservado" para o interventor Ernesto Dornelles. O ministro fazia referência ao Memorial da Federação dos Empregados do Comércio do Rio Grande do Sul, e de telegramas de outras entidades sindicais a respeito do salário mínimo. Recomendava aos interventores estaduais a "orientar essas e demais entidades de empregados" para realizarem entendimentos diretos com as entidades patronais "para ajuste de salários por meio de contratos coletivos de trabalho". Marcondes Filho achava necessário o contato constante entre as Delegacias Regionais do Trabalho, os interventores e as "autoridades do Comando da Região Militar no sentido preservar a ordem pública", bem como deveriam ser acionadas as autoridades da Justiça do Trabalho.[459]

A questão do aumento do salário mínimo, como pode se ver, não movimentava apenas os trabalhadores. Transformava-se em peça importante da luta de classes. Estado, empresários e o aporte da repressão, quando a questão surgia, mobilizava as forças do poder.

Não Queremos Briga e Sim Justiça do Trabalho: Leis Sindicais, Leis Trabalhistas e Reivindicações dos Trabalhadores

Guilherme Marques explica que durante o Estado Novo, não era fácil revitalizar o movimento operário no Brasil, pois o imposto sindical, criado pelo decreto n.°. 2377 de 8 de julho de 1940, compulsório a todos os trabalhadores, mesmo os não sindicalizados, cobrando-lhes um dia anual de trabalho, possibilitava "as condições financeiras para o assistencialismo sindical", mesmo as campanhas de sindicalização

[458] FGV/CPDOC, Arquivo Getulio Vargas, GV 44.4.10 XLIV-3.
[459] AHRGS/CG, Maço 162. Telegrama de Marcondes Filho para o interventor do Rio Grande do Sul Ernesto Dornelles, 12 de abril de 1945.

atingiam poucos trabalhadores, pois havia apenas uma minoria de sindicalizados ou participantes ativos em seus sindicatos.[460]

Para Angela de Castro Gomes, "tratava-se, explicitamente, de tornar o sindicato a 'casa do trabalhador'", e a criação do imposto sindical foi "a inciativa-chave para tornar realidade esse objetivo governamental", pois ele devia "se traduzir tanto pelo aumento do número de trabalhadores sindicalizados, quanto pelo aumento da freqüência às sedes dos sindicatos". Para Gomes, naquele momento, a questão do associativismo do trabalhador brasileiro estava sendo pensada pelo governo "em conjunto com outras questões de imediato impacto material, como as da moradia e alimentação, reconhecidas como fundamentais e responsáveis pelas altas taxas de mortalidade e pela baixa produtividade da população brasileira".[461]

Maria Celina D'Araújo coloca que com a criação do imposto sindical, se criou uma fonte segura de financiamento estatal, via tributação sobre o trabalhador, a ampla estrutura sindical montada pelo regime estado-novista.[462]

Para Beatriz Loner, o imposto sindical consolidava "uma fonte de renda importante para garantir a continuidade do sindicato, mesmo em períodos de baixa mobilização", ao mesmo tempo em que aprofundava a dependência ao Ministério e o caráter assistencial da entidade, além de "possibilitar a disseminação da figura do dirigente sindical acomodado e disposto a colaborar incondicionalmente com o governo".[463]

Os sindicalistas que puderam permanecer à frente de suas entidades, logo perceberam o potencial assistencialista que a nova lei proporcionava. Porém, se aceitavam genericamente o imposto sindical, questionavam parte da sua aplicação.

Os sindicatos dos empregados de Porto Alegre, reuniram-se e decidiram propor à comissão incumbida do estudo sobre a aplicação do imposto sindical, a proposta de que, descontada a percentagem relativa às Federações, o restante deveria ser empregado em obras de assistência social pelos respectivos sindicatos e na aquisição de sedes

[460] Ver MARQUES, Guilherme. *O novo sindicalismo*: a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores, 1977 a 1995. Rio de Janeiro: ADIA, 2005, p. 45.
[461] Cf. GOMES, Angela de Castro. "Ideologia e trabalho no Estado Novo". In. PANDOLFI, Dulce (Org.), op. cit, 1999, p. 62.
[462] Ver "Estado, classe trabalhadora e políticas sociais". In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs), *O Brasil Republicano...*, op. cit., p. 226.
[463] Cf. LONER, Beatriz, *Classe operária...*, op. cit. p. 475.

próprias, entendendo que estas medidas, dentro dos princípios da legislação então vigente, só trariam benefícios para as entidades trabalhistas sindicalizadas,[464]

Os sindicatos de classe de Porto Alegre, então, elaboraram um anteprojeto visando reformar a lei que regulamentou a arrecadação do imposto sindical. Tanto as entidades de empregados e empregadores reclamavam contra a elevada taxa destinada a fundo social sindical. Questionavam também, a obrigatoriedade dos depósitos no Banco do Brasil, sob a fiscalização do Ministério do Trabalho e reivindicavam que as comissões de fiscalização fossem regionais. O secretário do Sindicato dos Comerciários remeteu aos sindicatos porto-alegrenses uma circular convidando para uma "grande sessão conjunta de empregados e empregadores, profissionais liberais e autônomos" que objetivava a elaboração de um memorial que seria remetido ao Ministério do Trabalho.[465]

Um operário de Bagé, que preferiu abreviar o seu nome, pedia ao interventor Cordeiro de Farias uma proteção diante da crise que o país estava passando. A. B. M. não compreendia como o Brasil, um país que possuía tudo o que precisava, mas não tinha "uma boa lei para os trabalhadores, operários como ele". Pedia ao interventor um ordenado taxado da mesma forma que fora decretada a tabela para o comércio, assim, como um salário fixo para o operário conseguir comer, porque os empregadores em muitos casos obrigavam o empregado a trabalhar 10 horas por um mísero salário. A. B. M. aproveitava a oportunidade para reclamar do representante do Ministério do Trabalho local, o qual tratava de receber o seu ordenado, pago pelo governo, além das "ofertas que tinha dos empregadores para ele não se preocupar com as leis do trabalho". Assim, concluía que o fiscal do trabalho estava roubando a nação, porque este ganhava "dois ordenados", um do governo e outro dos empregadores. Assim, solicitava ao interventor para "arrumar o auxílio para o operariado o quanto antes".[466]

O interventor Ernesto Dornelles encaminhou para o Ministério do Trabalho uma solicitação da Companhia Swift, da cidade de Rio Grande. A Companhia buscava a

---

[464] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho. Correspondência enviada de Porto Alegre para Getúlio Vargas, em 26 de março de 1942. Os sindicatos que assinavam a petição eram: Sindicato do Comércio, Darcy Gross; Sindicato dos Professores Particulares, José Luiz do Foro; Sindicato dos Operários Pedreiros, Bernardino Fraga; Sindicato dos Operários Em Sabão, Velas, Manuel Marinho Cunha; Sindicato dos Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis, Max Schon; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica Industria, João Gomes Sarmento; Sindicato dos Empregados em Bancos, Artur Gerica, outros.

[465] "O imposto sindical", *Correio do Povo*, 20 de agosto de 1942, p. 4. Participavam da comissão o Sindicato dos Empregados no Comércio, Sindicato dos Lojistas entre outros.

[466] AHRGS/CG, Maço 74. Carta de Bagé – RS. 12 de outubro de 1939.

permissão para seus operários trabalharem 12 horas diárias. O ministro do Trabalho Marcondes Filho deferira, em parte o pedido da Companhia, autorizando até o máximo de 10 horas diárias de prorrogação do trabalho, o qual poderia ser contínuo, desde que fosse assegurado aos empregados o descanso semanal. A justificativa apresentada pelo ministro para a exceção feita à Swift era a de que estava "caracterizada a existência de interesse na produção e Defesa nacional".[467]

Uma queixa de vários operários foi enviada para o diretor do *Correio do Povo.* Diziam ser "operários ignorados" da cidade fronteiriça de Bagé e o objetivo deles era levar para a cidade a grande conquista Revolução de 30, a Justiça do Trabalho. Informavam que a firma em que trabalhavam não "acreditava em leis do trabalho". Trabalhavam de 10 horas ao dia, ou 12 à noite. Perguntavam ao diretor, que "como jornalista que se achava em contato com os problemas sociais", poderia uma família viver, numa época de terríveis carestia, com tal insignificância?. Para eles, viver não podiam, mas sim "vegetar, definhar, depauperar" e fazer curso "preparatório à tuberculose". Reclamavam também de nunca terem férias, nem feriados, a não ser dois: finados e sexta-feira santa. Não tinham nem o direito de adoecer, porque corriam o risco de serem demitidos. Declaravam que a culpa desta situação não cabia às leis trabalhistas e sim aos fiscais encarregados pela sua aplicação. Quando apontavam ao fiscal as irregularidades este respondia: "'Não pode ser, vou brigar com aquela gente'". Esclareciam que não pediram briga e sim justiça do trabalho, direitos assegurados pela lei. Pediram aquilo que o Estado Novo mandou que fosse concedido. Concluíam a carta perguntando ao diretor, caso este tivesse a "boa vontade de publicar", se a situação deles melhoraria.[468]

A desculpa da "escassez do níquel" foi o motivo apresentado pelas firmas construtoras de Porto Alegre e algumas do interior do estado, para não pagarem o salário semanal de seus operários. A firma Dahne, Conceição e Cia, não tendo conseguido troco deixara de pagar os operários que empregava nas obras do Frigorífico Nacional, em Gravataí. Em resposta à atitude, vários operários negaram-se a retornar ao serviço e a firma teve que paralisar as obras.[469] Uma espécie de greve para conquistar direitos. Este exemplo, e os colocados acima, fortalecem a idéia apresentada por

[467] AHRGS/CG, Maço156. Telegrama de Marcondes Filho - RJ para Dornelles – RS. 16 de setembro de 1943.
[468] "As Queixas do Público", *Correio do Povo*, 18 de agosto de 1938, p. 17. A carta era assinada por mais de 40 trabalhadores.
[469] Cf. "As conseqüências da falta de troco", *Correio do Povo*, 25 de outubro de 1938, p. 7.

Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro de que "a incorporação dos direitos" não acontecia "dissociada de uma noção de espaço público". Durante o Estado Novo, "o processo de reelaboração que lentamente transformou a definição de regras legais mínimas para as relações de trabalho em algo aceito com relativa naturalidade (inclusive pelos próprios trabalhadores) ocorreu tanto no enfrentamento e no debate públicos quanto na esfera privada, e de fato os dois espaços se fizeram imbricados".[470]

Um processo trabalhista foi motivo de destaque na imprensa oficial do estado. A firma Alcaraz & Companhia Ltda., do ramo de estaleiros em Porto Alegre, demitira vários trabalhadores por ocasião da enchente de 1941, sob o pretexto de "força maior". Dos operários demitidos, quatro deles resolveram ingressar através da então recém criada Associação Profissional dos Operários Navais e Carpinteiros Navais de Porto Alegre, com uma ação trabalhista na Justiça do Trabalho contra o ato "injusto e ilegal" da empresa buscando o "reconhecimento dos seus direitos".



9 - A enchente de 1941, em Porto Alegre. Fonte: *Zero Hora*, Cultura, 11 de janeiro de 2003, p. 8.

A 2ª. Junta de Conciliação e Julgamento resolvera por unanimidade, aceitar as alegações dos operários e exigira da empresa a reintegração de um dos operários "possuidor do direito de estabilidade", além do pagamento das diárias desde o dia da condenação até o cumprimento da decisão, motivadas pelo seu afastamento injusto. Em relação aos outros operários a Junta decidiu condenar a reclamada a pagar as importâncias a que tinham direito, visto que reconhecera a demissão também como injusta. A firma recorreu, mas o seu recurso foi julgado improcedente.[471]

[470] Ver "Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil". In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.), *O Brasil Republicano...*, op. cit., p. 200.
[471] Ver "Importante causa trabalhista", *Jornal do Estado*, p. 5. Os operários que ganharam a ação foram: Leo Edgar Kunssler (readmitido), Arno Dannemberg, João Francisco de Azevedo e João de Deus Fundador do Couto.

José Oliveira advogado da cidade de Rio Grande e "defensor das causas proletárias", escreveu para Getúlio Vargas no sentido de levar ao seu conhecimento casos que estavam se passando nas classes proletárias, que, tinha absoluta certeza, não eram do conhecimento do presidente. Como advogado dos Sindicatos de Panificadores, Tecelões e Classes Similares e Metalúrgicos, Oliveira constatara que a causa principal da permanência da tuberculose no lar do operário era a falta de alimentação suficiente que "fortalecesse o proletário para um novo dia de lutas". Segundo o advogado os operários não ganhavam o suficiente para manter uma alimentação modesta, enquanto os estabelecimentos fabris progrediam, estes não realizavam nenhum ato de caridade, para seus operários.

Por sua vez, a lei das oito horas era observada por poucos industriais e a maioria destes, obrigava os operários e operárias a trabalhar de dez a doze horas, sem receber hora-extra e sem poder reclamar, sob ameaça de demissão. Oliveira relatava casos de mulheres grávidas que eram obrigadas a trabalhar até dar a luz, em serviços pesados, sem que a lei que regulava o trabalho da mulher grávida fosse levada em consideração. O advogado alegava que diversas queixas tinham sido apresentadas ao Posto de Fiscalização do Ministério do Trabalho, sem que tivessem sido solucionadas pelo motivo da falta de reunião das Juntas de Conciliação e Julgamento, ficando os trabalhadores sem verem solucionados seus direitos.

Além disso, denunciava que milhares de trabalhadores estavam impossibilitados de identificarem-se para receber a carteira de trabalho, por falta de material. Explicava ao presidente que nenhum proletário poderia apresentar queixa no Posto de Fiscalização do Ministério do Trabalho, sem possuir carteira profissional. Estavam assim, tanto os operários quanto os sindicatos, impossibilitados de "defender seus direitos". Informava à Vargas que tudo o que estava enunciado na sua carta ele poderia provar, "sem o menor receio".[472]

A carta de Oliveira foi encaminhada para o Ministério do Trabalho, que em despacho exigiu explicações do inspetor regional do trabalho na cidade de Rio Grande. O inspetor explicou que acumulava também um cargo na Delegacia do Transporte Marítimo e não lhe sobrava tempo suficiente para proceder uma fiscalização como desejava. O inspetor afirmava não ter conhecimento das irregularidades apresentadas por Oliveira, as quais considerava serem casos isolados. Além disso, solicitava aos

[472] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 207, Documento 6390/40. Carta de Rio Grande em 23 de fevereiro de 1940.

"sindicatos toda a colaboração" na indicação das infrações, pois "todas as leis eram fiscalizadas" na cidade.[473]

"Servimo-lo Com Prazer": a Luta dos Trabalhadores Contra o Monopólio da Carris Têm Como Destino a Scotland Yard Porto-Alegrense

Os trabalhadores de Porto Alegre, da mesma forma, que lutaram contra os valores do salário mínimo e pelo preço menor dos gêneros alimentícios, uniram-se novamente, contra os baixos salários, as demissões injustas, os preços exorbitantes das passagens de bondes, a precariedade dos serviços prestados, enfim, tudo que o monopólio da Companhia Carris Porto-Alegrense, concessionária da Prefeitura, representava. Dessa vez, tiveram uma aliada poderosa, a população da Capital.

Ao mesmo tempo, em que foram tomadas medidas arbitrárias contra o Sindicato dos Tramways, tanto por parte da Carris, quanto do Ministério do Trabalho, a população de Porto Alegre protestava contra os péssimos serviços transviários, exigindo um posicionamento da Prefeitura.

Os moradores do bairro Petrópolis, um dos mais populosos da Capital, constituído na sua grande maioria, de operários, passaram a reivindicar bondes durante a madrugada. O início do povoamento do bairro ocorrera em meados da década de 1920, quando a empresa Schilling, Kuss & Companhia, começara o loteamento daquela área e executara a venda de lotes. O operariado urbano passou a fazer parte dos intentos da empresa, constituindo-se em "alvos da especulação imobiliária".[474] Desde o início da sua formação, o bairro sofrera com a dificuldade de acesso ao centro da cidade, além da infra-estrutura precária. Nos outros arrabaldes de Porto Alegre, existiam elétricos e, mesmo com o elevado valor da passagem, a população deles se servia. Desta forma, consideravam-se prejudicados pela Companhia, tanto pelo preço das passagens quanto pelo horário dos veículos, uma vez que não possuíam os "bondes fantasmas", forma como eram chamados os carros que circulavam de madrugada. Queixavam-se que "depois da labuta diária", eram obrigados a desembarcar na esquina da rua Venâncio

[473] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 207, Documento 6390/40. Carta de Rio Grande em 23 de fevereiro de 1940. Resposta do inspetor Carlos Freitas ao despacho do Ministério do Trabalho. Posto de Fiscalização da 17ª. Delegacia Regional do MTIC. Rio Grande, 22 de setembro de 1940.
[474] Cf. *Petrópolis*. Série Memória dos Bairros. Porto Alegre: EU da Secretaria Municipal da Cultura, 2002, p. 42

Aires com a Avenida Bonfim, a conhecida curva do Cordeiro e, a partir daquele local, "transformavam-se em andarilhos, caminhando alguns quilômetros".

A Carris havia aceito o prolongamento da linha Petrópolis, mas com a condição de aumentar o preço da passagem. Uma comissão de moradores de bairro entregou ao prefeito de Porto Alegre um memorial com inúmeras assinaturas, onde questionava as pretensões da Companhia. Dizia o memorial que o aumento das passagens não se justificava:

> I) porque o trajeto da linha "Petrópolis" é muito menor que o de quase todas as demais linhas de Porto Alegre;
> II) porque os moradores, na sua grande maioria operários, são tão pobres ou mais que os de outros arrabaldes;
> III) porque é a "única" linha em que os particulares contribuíram com elevada soma de RS. 200:000$000 para a construção.[475]

Assim, dadas às razões apresentadas, a Comissão solicitava ao "zeloso e incorruptível defensor dos interesses do povo", providências contra a Companhia.

A ofensiva da Carris veio logo. Mandou publicar na imprensa um "Aviso", assinado pelo engenheiro da Prefeitura, onde passou a informar os novos valores da Linha Boa Vista e Petrópolis,[476] os quais passariam a ser cobrados no dia seguinte.

Mais uma vez, a reportagem do *Correio do Povo* movimentou-se para colher impressões sobre a grita que lavra no bairro Petrópolis, mas não conseguiu chegar ao "coração do bairro", cujo caminho "era inacessível tal a quantidade de lama e atoladouros provenientes das últimas chuvas e que impediam a passagem do auto". Mesmo assim, o repórter resolveu ouvir "alguns prejudicados". Um morador que retornava do centro da cidade, "um rapaz de feições severas" segundo a matéria, mostrava indignação com o preço da passagem e com a superlotação:

> Como a passagem é de trezentos réis até esse trecho, toda a população pobre do bairro, resolve viajar no mesmo. (...) O resultado disso é que são obrigados a caminhar mais de um quilometro a pé para atingir o centro do bairro e chegar, por conseguinte, as suas respectivas casas. (...) quando surge outro elétrico completamente vazio. (...) O rapaz (...) vai dizendo: "esse carro vai até o fim da

[475] "O preço da passagem de bonde para Petrópolis", *Correio do Povo*, 29 de junho de 1938, p. 12.
[476] Ver "Aviso – Companhia Carris de Porto Alegre", *Correio do Povo*, 30 de junho de 1938, p. 7.

> linha por 400 réis. Mas ninguém dele se serve porque a passagem para nós, que ganhamos apenas para o sustento de nossas famílias, é caríssima.[477]

A revolta da população do bairro Petrópolis contra a Companhia Carris justificava-se ainda mais, uma vez que, os moradores e comerciantes do local se cotizaram, e entregaram para a Companhia o valor arrecadado, destinado para a ampliação do trajeto do bonde. A Carris, além de utilizar o dinheiro da população, aumentara o valor das passagens. Para os moradores tal atitude era um desrespeito, pois se tratava de uma obra financiada, de acordo com contrato entre os interessados e que, assim sendo, a empresa não tivera prejuízos.[478]

No dia posterior ao aumento das passagens de bonde para Petrópolis, começaram as primeiras manifestações de protesto dos habitantes do bairro. A indignação estourara por volta das 13 horas, quando dois bondes, completamente lotados, dirigiam-se para o centro da Capital. No momento da cobrança dos passes pelos condutores dos bondes, os passageiros informaram que pagariam apenas o valor cobrado anteriormente pela empresa.



10 - Os tradicionais bondes lotados de Porto Alegre.
Fonte: *Zero Hora*, Almanaque Gaúcho, 7 de fevereiro de 2002, p. 54.

[477] "A elevação dos preços das passagens dos bondes de Petrópolis", *Correio do Povo*, 1º de julho de 1938, p. 5.
[478] Cf. *Correio do Povo*, 1º de julho de 1938, p. 5.

Os condutores, "sem saberem o que fazer", apelaram para os fiscais, que pararam os bondes e chamaram a polícia. Os policiais mandaram "fechar todas as portas dos carros, transportando os seus passageiros para a polícia central". Os passageiros "seguiram pacatamente em direção, a Scotland Yard porto-alegrense". No meio do caminho, "talvez para amenizar a mágoa, resolveram todos cantar o hino nacional. Segundo o *Correio do Povo*, "o espetáculo era deveras divertido e chamou a atenção de muita gente". Um passageiro de outra linha, ao passar pelo bonde escoltado pelos policiais, "sem saber do que se tratava", passou a "aplaudir os detidos, julgando, talvez, tratar-se de algum time de futebol" e o guarda que conduzia os manifestantes "deitou a mão no pobre homem, que foi obrigado a formar no 'quadrado'". Ao chegarem na Polícia Central os passageiros dos dois bondes foram interrogados pelo delegado e apesar de haverem declarado "tratar-se de um protesto pacífico", a polícia resolveu remetê-los para a Casa de Correção. Foram conduzidos em três "Viúvas Alegres", para "o velho casarão da rua General Salustiano", de onde só foram liberados as 17 horas. Ao saírem do presídio, onde permaneceram "alegremente" algumas horas, os moradores de Petrópolis dirigiram-se ao *Correio do Povo* para protestar contra o gesto da polícia, "que os havia detido, sem uma causa plausível, porquanto se tratava de uma revolta pacífica, sem ter havido sequer um gesto de depredação contra os bondes". Os detidos, em sua maioria, eram "conhecidos negociantes desta praça e empregados no comércio e se achavam possuídos de natural indignação", como também, pelo fato da Companhia Carris ter sido auxiliada em 190 contos pelos moradores do bairro para a construção da nova linha. Pediram ao órgão de imprensa que "amparasse essa justa causa" e entregaram ao editor do jornal a importância de 20 mil réis provenientes das passagens que deixaram de pagar quando foram detidos. Esse dinheiro era destinado à Caixa dos Pobres desta folha.[479]

A prisão dos manifestantes revoltou as mulheres do bairro, que em protesto, decidiram também, como fizeram seus pais, maridos, filhos e irmãos, viajar nos bondes e não pagar a diferença de valor, até que a situação fosse revertida. Para evitar depredação, o policiamento foi redobrado e agentes destacados para prender quem se recusasse a pagar o valor total da passagem.

Millender, gerente-geral das Companhias Energia Elétrica e Carris Porto-Alegrense, foi a público manifestar que a empresa, vindo ao encontro da população de

[479] "O palpitante problema do custo das passagens de bonde para Petrópolis", *Correio do Povo*, 2 de julho de 1938, p. 14.

Petrópolis, resolveu cobrar apenas quatrocentos réis, estranhando, portanto a grita que se verificava. Além disso, alegou que apesar dos 190 contos dados, a Carris havia despendido ainda 1.380 contos de réis, tornando-se impossível baixar o preço.[480]

A população decidiu apelar para o interventor federal, Cordeiro de Farias, para a solução do problema dos bondes. Através de memorial, uma comissão de moradores de Petrópolis, solicitou "que os dignos representantes do Estado Novo", acolhessem "os vivos anseios de justiça da população". De acordo com o memorial, os "anseios" que necessitavam de decisão imediata, eram:

> a) Petrópolis é uma das linhas mais curtas da cidade;
> b) Petrópolis é um dos bairros operários dos mais pobres, o que por isto, deveria ser o menos onerado com as despesas de serviços públicos;
> c) a nova linha é a única, no município, construída com auxílio material dos que moram longe do seu percurso; (...)
> f) nos contratos de concessão de serviços públicos tem-se em vista o interesse público e este deve prevalecer, sempre, sobre quaisquer vontades contratantes que o firam, e nem é outra a sadia e imperturbável orientação do Estado Novo.(...) Porto Alegre, 06 de julho de 1938.[481]

O prefeito interino da Capital, Sensúrio Cordeiro, nomeou uma Comissão, composta de técnicos, a fim de estudar e fornecer parecer sobre o memorial apresentado pelos moradores do bairro Petrópolis. Foram apresentadas duas propostas: a primeira, consistia na cobrança de 300 réis até parte do caminho, e mais 200 réis até o final da linha; a segunda, fixava o preço de 300 réis a título provisório, até o ponto final da linha Petrópolis. Tanto uma proposta como a outra, visava avaliar o retorno que a Carris teria ao manter uma linha de ônibus naquele local. Se ficasse apurado que o bairro não se achasse em condições de poder sustentar uma linha de bonde, em face dos vultuosos capitais invertidos na sua construção, a passagem voltaria a custar 400 réis. Os moradores do bairro aceitaram a segunda alternativa, desde que a fiscalização e o controle dos estudos, ficassem, exclusivamente, a cargo da Prefeitura, por intermédio de seus fiscais.[482]

---

[480] Cf. *Correio do Povo*, 2 de julho de 1938, p. 14.
[481] "Em vias de solução o caso do preço das passagens de Petrópolis", *Correio do Povo*, 8 de julho de 1938, p. 9.
[482] Ver a mesma reportagem anterior em *Correio do Povo*, 8 de julho de 1938, p. 9.

A desculpa apresentada pela Companhia Carris, de que ampliação da linha traria prejuízo, em face dos investimentos feitos, não tinha fundamento, uma vez que, ficara provado que além, dos moradores de Petrópolis, outros seis bairros fariam uso da nova linha: Caminho do Meio, Parthenon, Rio Branco, Bela Vista e a Colônia Africana,[483] cuja população, constituída de operários, representava mais de quinze mil habitantes.[484]

A primeira batalha contra a Companhia Carris estava ganha, mas longe de terminar. Outra campanha começava a tomar força. De sua parte, a Carris ameaçava retirar os bondes do centro da cidade. A empresa alegava que tal atitude não representava nenhuma novidade, já que o mesmo fora feito no Rio de Janeiro e em São Paulo. Entre as causas apresentadas pela Carris para justificar a sua intenção, a principal estava em transformar a área dos pontos de bondes em estacionamento de automóveis.

A possível retirada dos bondes das linhas Independência e Floresta da Praça da Alfândega, centro de Porto Alegre, suscitou novamente o questionamento sobre o monopólio da Carris. O inspetor da Alfândega, Érico de Campos, defendeu a rescisão do contrato dos ônibus, tendo em vista a Constituição de 10 de Novembro, pois que os interesses individuais não devem sobrepor-se aos da coletividade.[485] De acordo com o contrato, a Carris tinha direito de explorar o transporte urbano por 30 anos.

Funcionários da Alfândega, da Delegacia Fiscal, dos Correios e Telégrafos e da Caixa Econômica encaminharam um memorial ao interventor federal no Rio Grande do Sul, em protesto contra o ato da Companhia Carris Porto Alegrense, que concretizando as ameaças que vinha fazendo havia algum tempo, estava alterando sua linha de bondes para o centro da cidade, isto é, fazendo a retirada dos bondes Independência e Floresta da Praça Senador Florêncio. Segundo o memorial, a atitude da Carris contava com o aval da Prefeitura Municipal, "cuja inércia e passividade" era flagrante e incompreensível, pois eles não podiam compreender como as autoridades municipais, na qualidade que eram de "delegados do povo", podiam ver o mesmo ser explorado e menosprezado por uma Companhia que estava impondo ali, a seu bel-prazer, a sua vontade. O memorial continha a assinatura de 368 pessoas.[486]

---

[483] Parte dos bairros Rio Branco e Bonfim constituíam, no início do século XX, a chamada Colônia Africana, arrabalde de Porto Alegre. Seus moradores constituíam-se de negros libertos e mestiços, os quais foram afastados do bairro Bom Fim, bairro comercial que estava em franco crescimento, na capital. Cf. Ver *Petrópolis*, p. 110-3.

[484] "Em vias de solução o caso do preço das passagens de Petrópolis", *Correio do Povo*, 8 de julho de 1938, p. 9.

[485] "O Sr. Loureiro da Silva manifestou-se contrário à retirada dos bondes do centro da cidade", *Correio do Povo*, 2 de setembro de 1938, p. 16.

[486] Cf. *Correio do Povo*, 2 de setembro de 1938, p. 16.

A campanha contra a retirada dos bondes das áreas centrais da cidade surtiu efeito. A Prefeitura, que havia aprovado o pedido da Carris, de recolher os bondes, resolvera revogar a medida.[487] Diante da crítica à posição da Prefeitura e dos protestos populares, o prefeito Loureiro da Silva contra-atacou dizendo: "os serviços públicos devem existir para o povo e não o povo para os serviços".[488]

Arthur Michel, representante dos bancários, demonstrava que cerca de 1.220 bancários, faziam uso das linhas I e F. Dessa forma, a alteração do ponto terminal da linha dos bondes de vários bairros e para onde pretendia a Carris, levaria, também, os bondes Floresta e Independência, o que deixaria o centro da cidade desprovido de meio de transporte.[489]

O presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio, Francisco Massena Vieira, sobre a questão da mudança do terminal das linhas I e F, assim se manifestou: "neste perímetro existe para mais de três mil empregados no comércio, entre sindicalizados e não sindicalizados. De um modo geral, há necessidade premente de evitar que a Carris leve a bom termo o que pretende". O sindicalista considerava o argumento da Companhia um absurdo, pois quem tinha um carro possuía existência de conforto, o que não acontecia com os que prescindiam de bondes para se transportar, diariamente, até quatro vezes, do emprego para a casa e vice-versa.[490]

Diante de tantas pressões populares, o prefeito de Porto Alegre, teve que tomar uma posição e passou a ver a concessão feita à Companhia Carris lesiva ao interesse público e defraudadora das necessidades da comuna[491]. Manteve a unificação dos preços das passagens, no caso do bairro Petrópolis, e prometeu a retomada das linhas Independência e Floresta. Além disso, lavrou no Cartório dos Feitos da Fazenda, termo de protesto da Prefeitura contra a Companhia Carris.[492]

Alguns meses depois, a Carris voltou a figurar nas páginas dos jornais. Dessa vez, o motivo teria sido a prisão de Sady Carnot Beheregaray, fiscal da empresa. O

[487] "Os bondes não mais serão retirados do centro da cidade", *Correio do Povo*, 3 de setembro de 1938, p. 16.
[488] "Os serviços públicos devem existir para o povo e não o povo para os serviços", *Correio do Povo*, 5 de janeiro de 1939, p. 3.
[489] "Surgem novos protestos contra a retirada dos bondes", *Correio do Povo*, 21 de julho de 1938, p. 16
[490] Cf. *Correio do Povo*, 21 de julho de 1938, p. 16.
[491] "O Sr. Loureiro da Silva considera a concessão feita à Companhia Carris lesiva ao interesse público e defraudadora das necessidades da comuna", *Correio do Povo*, 4 de janeiro de 1939, p. 3.
[492] "Foi lavrado, ontem, no Cartório dos Feitos da Fazenda, o termo de protesto da prefeitura contra a Companhia Carris", *Correio do Povo*, 7 de janeiro de 1939, p. 7.

Sindicato de Operários em Tramways encaminhou um memorial ao chefe de polícia, nos seguintes termos:

> (...) Que, seguidamente, em virtude de determinação expressas da direção da Companhia Carris Porto-Alegrense, desagradáveis para o público, como por exemplo, a de não ser fornecido "troco" suficiente aos condutores, ou de não receber passageiros em determinados pontos, se verificam incidentes entre condutores, motorneiros ou fiscais, e os passageiros; Que em regra, os passageiros descontentes com a empresa, desabafam, pelos motivos mais insignificantes seus desgostos, contra os empregados, assumindo, amiúde, atitudes violentas e agressivas; Que os representantes da autoridade policial, sempre, em tais situações, se voltam contra os empregados que são desrespeitados e presos.[493]

Através de uma reportagem da *Diretrizes* de 1939, foram mostrados os preparativos para a manifestação em homenagem ao prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva. De acordo com a revista "todos os sindicatos, notadamente os operários, associações, comissões dos bairros da cidade e jornais convocaram o povo para essa manifestação" em razão da "sua atuação decidida, enérgica, incansável na luta contra os contratos de serviços públicos". Diretrizes, saudava a luta do prefeito "contra a ganância imperialista das "'Holdings'" da Bond & Share". Assim, após "quase dois anos de esforço, de obter uma grande vitória: as empresas de bondes, luz, energia e gás concordaram finalmente em fazer um levantamento patrimonial para que as novas tarifas sejam estabelecidas".[494]

A nova versão para os fatos, que levaram a quebra dos monopólios, retirava a população, os trabalhadores sindicalizados ou não, da linha de frente da luta para fazer valer os seus direitos. O Estado Novo elegera o prefeito como uma autoridade "bem-feitora" dos anseios dos trabalhadores e só a ele deveria recair todos os louros. O lema da Carris, "servimo-lo com prazer, valia também para o governo".

Na manifestação pública que os operários da prefeitura promoveram em homenagem ao prefeito da Capital, tomaram parte cerca de cinco mil operários, os quais conduziram vistosos dísticos, indicando as suas respectivas diretorias. Em nome dos trabalhadores que ofereceram a homenagem, um operário fez o seguinte discurso

---

[493] "Prisão de um fiscal provoca protestos", *Correio do Povo*, 2 de abril de 1939, p. 7.
[494] AEL/UNICAMP. "Um prefeito em defesa do povo", *Diretrizes*, setembro de 1939. Ano II, n. 18, p. 125-7.

> Ao completar-se hoje, o terceiro aniversário de vossa administração, a expressividade deste espetáculo é bem uma demonstração sadia, de que todos trabalham, de que todos cooperam, num esforço conjugado. Realizações soberbas marcam esses três anos de vosso governo. Remodelação da cidade. Obra de envergadura, que pela grandiosidade de sua significação social e econômica fixa eloquentemente a vossa personalidade inconfundível. Não menos grandioso foi o impulso decisivo da economia popular, beneficiando especialmente a classe proletária. Basta citar, somente, a solução racional e definitiva para o importante problema dos transportes coletivos: uma das aspirações máximas das classes pobres da Capital. Prefeito de Porto Alegre. As fecundas realizações do Estado Novo muito distam das ficções estéreis do passado. Dr. Loureiro da Silva: aceitam este preito de gratidão e apreço, com a associação integral do funcionalismo, prova segura do quanto V.S. é admirado pelos servidores anônimos do Município.[495]

O orador, um dos "servidores anônimos", ingressara através de concurso na função de jardineiro de Parques e Jardins da Prefeitura de Porto Alegre, onde fora eleito porta-voz da categoria. Seu nome era Leonel de Moura Brizola, que junto com Loureiro da Silva participaria da formação da Ala Acadêmica do Partido Trabalhista Brasileiro, em 1946.[496]



Em cima — O busto em bronze oferecido ao Prefeito Loureiro da Silva; a sacda principal da Prefeitura durante a manifestação. Em baixo — O operario Leonel de Moura Brizola, o Dr. Loureiro da Silva e o sr. Julio Lopes dos Santos Sobrinho, quando pronunciavam seus discursos

11 - Manifestação em Homenagem ao Prefeito Loureiro da Silva . Na foto à esquerda, o operário Leonel de Moura Brizola. *Fonte: Jornal do Estado*, 22 de outubro de 1940, p. 17.

[495] "A manifestação dos operários da Prefeitura ao Dr. Loureiro da Silva", *Jornal do Estado*, 22 de outubro de 1940, p. 16-7.
[496] Ver nota 212 em DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002, p. 142.

Mesmo assim, a Carris não saiu da linha de frente dos conflitos com os trabalhadores. Em 1942, um abaixo-assinado de empregados da empresa, associados do Sindicato dos Empregados em Empresas de Carris Urbanos de Porto Alegre, solicitavam proteção e garantia do interventor federal. Denunciavam que alguns dirigentes do sindicato patronal estavam burlando os seus direitos, em face da Legislação Social Brasileira. Diante disso, encaminharam uma representação ao Ministério do Trabalho, assinada por 207 associados pedindo a retirada dos mesmos e um inquérito administrativo a fim de apurar as anomalias por tais diretores praticadas.

Os diretores do Sindicato, em represália, prevalecendo-se dos cargos que ocupavam e o desprezo da classe por estes representados, dirigiram-se a Delegacia de Ordem Política e Social com intrigas e conseguiram a prisão de todos aqueles que divergiam de sua orientação. Informavam que o operário João Soares Filho, por ter se negado a assinar um relatório, estava detido na Repartição Central de Polícia. Assim, desejavam do governo do estado justiça e garantias de que não sofreriam coação pelo fato de dirigirem-se a alta autoridade do interventor e solicitado dele estas garantias. Assinavam a carta José Vecchio, Saturnino Leopoldo dos Santos, Arnaldo de Souza, Antonio Aguiar.[497]

Três anos depois, como veremos no último capítulo, a questão da Carris não estava resolvida. A costumeira prepotência com que tratava seus empregados e a população, levou os primeiros à greve e os segundos a, mais uma vez, reivindicar que a prefeitura encampasse a empresa.

Os Trabalhadores do Campo e a Política Agrária do Estado Novo no Rio Grande do Sul: o Proletário Rural Não é Gaúcho

Nos meses iniciais do Estado Novo, um fato agitou o Rio Grande do Sul e os meios policiais. Num pequeno recanto esquecido do estado, religião, desentendimentos políticos, miséria, comunismo, integralismo, preconceito racial, ignorância, interesses econômicos e para apimentar mais a questão, a prática de "imoralidades", constituíram-

[497] AHRGS/CG, Maço 150. Abaixo-assinado encaminhado para o interventor federal interino, Miguel Tostes. Os operários que assinaram o documento eram: Jóse Vecchio, Saturnino Leopoldo dos Santos, Arnaldo de Souza e Antônio Aguiar. Porto Alegre, 26 de março de 1942.

se nos ingredientes principais de um episódio que ficou conhecido como os "monges barbudos" e que terminou no "massacre do Fundão".[498]

Entre os municípios de Soledade e Sobradinho, num lugar chamado Toldo da Serrinha, um grupo de colonos descendentes de "'pêlos-duros' e bugres"[499] passaram a cultuar a Santa Catarina, padroeira da única igreja católica e que estava localizada em Bela Vista e que agregava todo o interior de Soledade e Sobradinho. Neste mesmo ano, os colonos alemães, que eram a maioria, fundaram uma igreja evangélica na mesma região.[500] O agricultor André Ferreira França liderou uma seita que mobilizou toda a comunidade e culminou com a movimentação de um grande aparato policial e militar que resultou em violenta repressão aos seus seguidores.

De acordo com Rui Facó, em populações rurais "mergulhadas no quase completo analfabetismo e no obscurantismo, a sua ideologia só podia ter um cunho religioso, mítico que se convencionou chamar de *fanatismo*".[501] A criação e a adesão a uma seita, ou misto delas, era "fortemente influenciada pela religião católica",[502] portanto, parecia natural que as comunidades rurais espoliadas criassem em determinadas situações a sua própria religião, e esta servisse de instrumento de sua luta de transformação social, como "o cristianismo fora em seus primórdios religião de escravos e proletários" .[503]

Isolados e em precárias condições de subsistência, os "fanáticos" de Soledade, criaram sua própria forma de entender o mundo, de sociabilidade, de normas éticas e morais. Desta forma, os adeptos da seita tinham como princípios o respeito à natureza, a qual era abençoada; o conhecimento das ervas; plantar os próprios alimentos; não trabalhar aos sábados; não dar dinheiro aos padres itinerantes; não usar nenhum tipo de arma; respeito às leis e não cortar os cabelos e as barbas já que era da natureza o fato

[498] Sobre os "monges barbudos" existe um trabalho que busca através de documentação da época e de depoimentos dos envolvidos, sobreviventes do "massacre do fundão". Cf. PEREIRA, André; WAGNER, Carlos Alberto. *Monges barbudos & o massacre do Fundão*. Série Documenta, n. 9. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. Para fins desta tese o que interessa é mostrar o fato relacionando-o com a política fundiária do Rio Grande do Sul e o seu agravamento durante o Estado Novo.
[499] Denomina-se "pêlo-duro" os habitantes do campo que descendem de lusitanos e nativos do Rio Grande do Sul. PEREIRA, André; WAGNER, Carlos Alberto, ibidem, p. 10.
[500] Idem, ibidem, p. 11-13.
[501] FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*: gêneses e lutas. 2. ed. Retratos do Brasil, n. 15. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 48.
[502] Idem, ibidem, p. 48.
[503] Ibidem, ibidem, p. 50.

deles crescerem, tal como usavam Cristo e seus apóstolos.[504] Passaram então, a serem conhecidos como os "monges barbudos".

Os adeptos da seita, que eram plantadores de fumo, deixaram de fazê-lo porque entendiam que a planta estocada dentro das suas casas miseráveis era prejudicial à saúde. Desta forma, deixaram de fornecer o produto aos proprietários dos armazéns locais. A região possuía um grande número de adeptos do integralismo, os quais prometiam que, após a tomada do poder, "limpariam" a área dos "'pêlos-duros' que não trabalhavam e só davam despesas".[505] Aliando interesses econômicos e intolerância racial entre brasileiros, alemães e italianos, os acontecimentos refletiram a conjuntura que o país estava vivendo, de ditadura e de pré-guerra mundial.

No dia 13 de abril de 1938, uma procissão com cerca de duas mil pessoas, percorreu 50 quilômetros, em direção a igreja de Bela Vista. Por onde passavam, os fiéis causavam apreensão nos moradores da região, que armados e entrincheirados nos seus estabelecimentos comerciais, protegiam-se contra possíveis saques daqueles "homens esfarrapados, barbudos, cabeludos e sujos, com fama de depravados".[506] Para proteger as suas famílias da "horda ensandecida", os moradores resolveram chamar a polícia.

No dia seguinte, chegou o reforço policial (aproximadamente duzentos soldados) proveniente de várias cidades (Porto Alegre, Passo Fundo, Santa Maria, Sobradinho e Soledade), iniciando violenta repressão e culminando com a morte de várias pessoas, inclusive mulheres e crianças. Muitos foram presos e torturados, outros perseguidos, tendo que abandonar as suas propriedades.[507]



12 - "Monges Barbudos" presos no Fundão. Fonte: *Correio do Povo*, 27 de abril de 1938, p. 4.

[504] Idem, ibidem, p. 56.
[505] Idem, ibidem, p. 14.
[506] Idem, ibidem, p. 34.
[507] Ver reportagens "Um grupo de fanáticos invadiu Soledade e Sobradinho", "Os fanáticos alarmavam as populações de Sobradinho e Soledade" e "Chegou, ontem, preso mais um 'monge barbado'", publicadas no *Correio do Povo*, de 21 de abril de1938, p. 16, 27 de abril de 1938, p.14 e 3 de maio de 1938 p.9, respectivamente.

Através da indagação "O que são realmente os 'fanáticos de Soledade'", a imprensa buscou relatar aquilo que o governo do estado evitava esclarecer. Os repórteres publicaram uma entrevista com o vigário de Soledade, Frei Clemente, que havia sido convidado pelo chefe de polícia do estado para auxiliar nas questões dos "monges que tanta celeuma levantaram".[508] O Frei relatou que aceitara a missão de encontrar-se com os monges presos, "pois partira das forças policiais, mas logo descobriu que as "autoridades municipais queriam fazer uma farra", o que deu "ensejo aos perseguidores daquela gente simples mas honesta da colônia", para realizar saques, espancamentos e massacrá-la como até então não tinha acontecido.

A respeito da acusação de que os monges eram comunistas e praticavam saques, imoralidade, aversão ao trabalho e não pagamento de imposto, o vigário desmontou a versão oficial. Segundo ele, não existia "vestígio algum" que fundamentasse as acusações. Quanto a acusação de que praticavam saques aos vizinhos para matar a fome, Frei Clemente disse que não encontrara nenhuma prova e observara "que quem tinha dinheiro comia, quem não o tinha passava fome". A respeito da prática de imortalidades, "especialmente nas danças", o vigário rebatia dizendo que "a religião deles" proibia a dança. Com relação ao não pagamento dos impostos, foram a ele apresentados os recibos de 1937 e quase todos daquele ano. Sobre a acusação de não gostarem do trabalho, o vigário alegava que estes tinham as roças bem plantadas. Quanto a violência da polícia contra os acusados nas várias batidas, o Frei preferiu não relatá-las porque eram "impressionantes demais". Concluía manifestando que, em última análise, "não se tratavam de 'fanáticos' capazes de perturbar a segurança pública, mas apenas de homens infelizes, abandonados, onde faltou a escola".[509]

Ao todo foram presos vinte e dois "monges", os quais foram torturados e tiveram barbas e cabelos raspados. Dois deles, Alípio e Crescêncio Costa ficaram cegos em razão do veneno utilizado na cabeça e rosto.[510]

Tal qual Canudos, Juazeiro, Muckers, Contestado, Cangaço, entre outros movimentos que envolveram a luta dos trabalhadores pobres pela terra, de norte ao sul do país, no final do século XIX e início do XX, os "monges barbudos", de forma direta ou não, colocaram em alerta as forças detentoras do latifúndio. Segundo Facó, tais movimentos foram "encarados como fenômenos extra-históricos" e rotulados como

[508] *Correio do Povo*, 23 de dezembro de1938, p.5.
[509] Idem, p.5.
[510] PEREIRA; WAGNER, *Monges...*, op. cit., p. 51.

"banditismo", "fanatismo"[511] entre outras expressões que visavam criminalizar os movimentos sociais.

Agamenon Magalhães,[512] ministro do Trabalho até o início do Estado Novo referiu-se ao banditismo como um problema que desafiava "as mais enérgicas providências do poder público" e que "nenhum serviço era mais meritório do que persistir na perseguição", levando "a segurança e o sossego às populações rurais".[513] Magalhães ressaltava também, que com a repressão e perseguição permanente ao furto de animais, desafogava "os agricultores e criadores da ação desses malfeitores".[514] O secretário da Segurança Pública da Bahia, Urbano Pedral Sampaio, ofereceu ao chefe de polícia Filinto Müller, como troféu da "completa extinção do banditismo" o "punhal apreendido em poder de Ângelo Roque, o mais afamado chefe de cangaço depois de Lampião e Corisco", abatidos em combate pelas Polícias da Bahia e de Alagoas e o primeiro preso com todo o seu bando pelas forças volantes do estado baiano.[515] O ano de 1938 não apenas reprimiu os "barbudos", como também, exterminou o bando de Lampião, Caldeirão, etc.

Enquanto os "monges barbudos" ainda estavam em cena, o governo do Rio Grande do Sul formulava uma "nova orientação à política colonizadora do estado", prevendo uma "ampla assistência aos agricultores pobres e aos operários" que desejassem "se dedicar à agricultura". O novo projeto, sob o pretexto de modificar o que existia desde 1931, quando a "orientação dada à administração do estado" transformara "a política colonizadora em simples comércio de terra", visava agora modificar esta situação.[516]

O objetivo era evitar a "intrusão e devastação das florestas públicas" que, segundo a exposição de motivos do projeto, tornou-se sistemática e resultou em perda de arrecadação da dívida colonial pela falta de pagamento de parte dos agricultores que haviam obtido concessão de proteção para pagamento em serviço. Assim, o governo do

---

[511] FACÓ, Rui, *Cangaceiros...*, op. cit., p. 15-6.
[512] LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres*: o Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Sobre a figura do ministro do trabalho, Levine diz que Agamenon Magalhães "granjeara fama pela maldade com que reprimira dissidentes em seu Estado natal, Pernambuco". p. 86 . Magalhães foi ministro do trabalho de 1934 até novembro de 1937.
[513] Ver relatório do Interventor Federal de Pernambuco que se encontra na FGV/CPDOC – Ref. 353.2 (813.4) "1937-45, P452 r. MAGALHÃES, Agamenon. *Relatório* Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República em virtude do Art. 46 do Decreto-Lei Federal Nº. 1202. Recife, Imprensa Oficial, 1940, 149.
[514] Idem, ibidem, p. 150.
[515] Ofício da Secretaria da Segurança Pública – Departamento Central Administrativo. Bahia, 28 de novembro de 1940. Em 9 de novembro de 1940 Müller acusa o recebimento do punhal e agradece o presente. FGV/CPDOC. FM chp/ad 33.01.01. II-145.
[516] *Correio do Povo,* 2 de agosto de 1938, p. 10

estado pretendia promover a demarcação das terras devolutas e estabelecer meios de "viação colonial necessária ao transporte da futura produção", visando impedir que se continuasse a "colonizar desordenadamente nas terras públicas", para mais tarde conceder "usucapião decenal", que passaria a ser instalado metodicamente. O pagamento da terra seria realizado através de dinheiro ou em trabalhos prestados na construção das estradas que estivessem em andamento na região.[517]

Outra medida a ser tomada pelo governo estadual consistia num questionário elaborado pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, sobre assuntos de interesses econômicos dos municípios. Os prefeitos foram encarregados de recolher as informações referentes à agricultura e à colonização. As questões buscavam saber quais as culturas mais importantes do município, valores das colheitas, existência de terras de domínio privado e apropriadas para o estabelecimento de colônias agrícolas, qual a natureza, extensão e o nome do proprietário, se havia interesse deste pela divisão e colonização dessas terras e pela introdução de colonos estrangeiros no município, entre outras dezenas de informações.[518]

O Decreto-Lei Federal nº. 311/1938, que passou a dispor sobre a divisão territorial do país, obrigava os governos estaduais a baixarem decretos regionais que estabelecessem as alterações de classificação toponímica e de categorias das sedes municipais e distritais, bem como a realização de recenseamento estadual.[519] Estas medidas, desde o momento que foram colocadas em prática, criaram uma situação de litígio entre vários municípios que disputavam entre si partes do território.[520] Além disso, gerou uma série de desapropriação de áreas e a expulsão de grande número de posseiros e pequenos proprietários rurais.

No início de 1939, o estado foi atingido por uma crise na lavoura de arroz, agravando o problema do êxodo rural. Desde 1938, a imprensa divulgava o êxodo de colonos para Santa Catarina e trabalhadores gaúchos para trabalhar nas colheitas de arroz na Argentina.[521] Cordeiro de Farias admitiu a existência do "problema da escassez

---

[517] Idem, p. 10

[518] AHRGS/FG, Série Secretaria Geral 13. Ofício da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Porto Alegre, 22 de julho de 1938.

[519] Decreto-Lei N. 311 de 2 de março de 1938. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1938. Volume 7 – Decretos - Leis (janeiro a março). Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, pp. 433-440. Câmara Federal – Legislação Informatizada.

[520] Ver memorial enviado pelo prefeito de São Leopoldo para Benjamin Vargas, informando sobre a pretensão de Novo Hamburgo em anexar Campo Bom, 2º. Distrito de São Leopoldo. ANRJ/FGCPR. Setor Rio Grande do Sul, Lata 100.

[521] Conforme matérias publicadas no *Correio do Povo* de 14 de setembro de 1938, p. 13 e de 09 de junho de 1938, p. 2, respectivamente.

de braços", tanto que o governo estadual havia tomado "providências junto às delegacias de polícia e às prefeituras do interior" buscando evitar a "emigração dos nossos trabalhadores rurais". Dizia estar agindo com "a severidade necessária contra os agenciadores desse comércio humano", os quais estavam sendo "presos" e "processados" de acordo com a lei.

Como uma das soluções ao problema, o governo do estado através da Secretaria da Agricultura resolveu "reiniciar a política de colonização do Rio Grande do Sul". A colonização, sem atingir o latifúndio, deveria começar pelas terras do próprio estado, já que este era "grande proprietário de vasta região", entre Santa Rosa e o rio Uruguai, "ainda completamente despovoada ou cheia de elementos", que há muitos anos lá "se enterraram". Com essa política, o governo pretendia legalizar a situação dos "intrusos e dividir o restante dessa região em lotes", para onde encaminharia a população "excedente das chamadas zonas coloniais italianas e alemãs".[522]

Com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), iniciou-se um controle sobre a produção e o consumo, através de leis severas que definiam cotas de produção e de regulamentação do mercado açucareiro. Foi neste contexto, que o Rio Grande do Sul teve que deixar de produzir o produto. O estado gaúcho passou a enfrentar também o problema da "extinção do trabalho agrícola na antiga zona canavieira do estado",[523] por imposição da nova política nesta área.

Em âmbito nacional foi implantada pelo Conselho de Imigração e Colonização,[524] uma resolução, através da qual, estados e municípios, empresas ou particulares ficavam obrigados a remeter à Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, para fins de registro, um memorial com os seguintes dados: a) sede dos núcleos em fundação ou emancipados; b) nacionalidade dos colonos que aí foram localizados; c) número de pessoas de cada família maiores de 12 anos, e data de localização no núcleo e; d) plantas dos núcleos.[525]

Além disto, o Conselho deveria remeter semestralmente à Divisão de Terras e Colonização, a relação dos colonos localizados nos núcleos e a composição das suas respectivas famílias, por nacionalidade, idade e sexo. As empresas particulares ficavam

[522] Ver entrevista de Cordeiro de Farias ao jornal *A Razão* de Santa Maria e publicada no *Correio do Povo* de Porto Alegre em 19 de março de 1939, p. 3.
[523] "Relatório apresentado pelo Interventor Federal do Rio Grande do Sul entre 1938-1943, data esta em que deixou aquele interventor o governo do mesmo estado". FGV/CPDOC CFa tv 38.06.01. Parecer Nº. 143-44, Processo 1330-43, p. 2.
[524] O Conselho de Imigração e Colonização foi criado em 1938.
[525] *Jornal do Estado*, 1º de agosto de 1940, p. 2.

obrigadas a anexar a documentação referente a: a) denominação da firma, sede, prova de constituição legal, e, quando for o caso, prova de estarem autorizados a funcionar no país; b) quitação de impostos federais ou prova de sua isenção; c) certidão de registro de propriedade das terras compreendidas pelos núcleos coloniais, de conformidade com o decreto-lei nº. 58, de 10 de dezembro de 1937.[526]

A justificativa apresentada pelo governo para todo este controle, era a necessidade de um "vasto inquérito nos meios rurais" para fornecer elementos de base para as "diretrizes da sindicalização"[527] das classes rurais do país.

Enquanto os pequenos agricultores, posseiros e trabalhadores do campo encaminhavam denúncias contra as práticas repressivas utilizadas por fazendeiros, empresas colonizadoras, pela polícia e pelo Estado, os criadores e grandes agricultores do estado, já nos meses iniciais do Estado Novo, solicitavam policiamento rural. Como resolução do X Congresso Rural, foi encaminhado "um veemente apelo ao governo do estado" para que atendesse aos "justos reclamos e ao clamor dos criadores e agricultores riograndenses". Exigiam providências "imediatas e eficazes no sentido" da implantação de um "serviço de policiamento rural eficiente e honesto", que oferecesse "a necessária segurança à vida e à propriedade" na região da Campanha do Rio Grande do Sul.[528]

O pedido foi atendido e a repressão aos "invasores" e "saqueadores" de propriedades se fez presente durante todo o período do Estado Novo. Um exemplo da atuação policial se deu conforme o relatado através de carta endereçada ao presidente da República, de Vivaldina Nunes Moura e Silva residente em Candelária. Pedia a liberdade do seu marido, Orlando de Castro e Silva, preso na Casa de Correção de Porto Alegre sob acusação de abigeato. Vivaldina apelava ao presidente "porque nunca ouviu dizer que ninguém fosse por ele desamparado", ainda mais por uma condenação injusta de "dois anos e dois dias por um crime que nunca ele cometeu".[529]

O ministro do Trabalho Valdemar Falcão, em viagem ao Rio Grande do Sul, concedeu uma entrevista à imprensa da Capital, na qual emitiu uma "análise antropológica" sobre o homem do pampa, onde "a vida livre da pecuária e a vida acidentada da guerra deram uma conformação moral interessantíssima ao gaúcho".

---

[526] Ver Decreto-Lei N. 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.
[527] Ver *Jornal do Estado*, Porto Alegre, 27 de janeiro de 1941, p. 4.
[528] *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 de junho de 1938, reportagem "Policiamento Rural", p. 9. O documento do X Congresso Rural tinha a assinatura de Heitor Galant e Dario Brossard.
[529] ANRJ/FGCPR, Setor Interventorias – Rio Grande do Sul, Lata 327. Carta enviada em 2 de março de 1943.

Dizia ainda que, no sul o homem se sentia "sempre igual ao seu semelhante, estimando muito pouco as diferenças de fortunas e da hierarquia do trabalho". Para Falcão, todos se sentiam como elementos do trabalho, da produção e do progresso e, numa realidade como essa que o Sul vivenciava, não havia lugar para ódios e discordâncias "profundas entre as classes", porque estas se dividiam "apenas por fatores de ordem exterior, sendo compostos de elementos idênticos".[530]

Esta imagem do gaúcho estava de tal forma enraizada que, em reportagem especial, o *Correio do Povo* publicou a matéria intitulada "O proletário rural não é gaúcho". O artigo, repetindo o tradicional argumento das classes dominantes gaúchas, dizia que haviam se enganado redondamente aqueles que pensavam que o peão de estância, o tratador de animais, o domador, o acompanhante de viajantes, todos eram gaúchos. Segundo o articulista, o gaúcho "nunca foi um assalariado", e sempre fora "um indivíduo sem rei nem renque, o monarca das coxilhas".[531]

Idéia semelhante era compartilhada pelo ministro da Educação Gustavo Capanema, o qual considerava que "os nossos proprietários rurais" possuíam "equilíbrio mental e moral". Afirmava que em virtude da boa índole de "nossa gente", não existia no trabalho do campo ódio e luta de classes. Existia, segundo o ministro, laços de confraternização, afeto e colaboração entre o empregado e o patrão.[532]

A realidade social do pampa, idealizada e apregoada, tanto pelos ministros Falcão e Capanema quanto pelo articulista, estava muito longe de ser pacífica e cordial, bem como o monarca dos pampas há muito já havia deixado de percorrer "livremente" os campos, agora cheios de cercas e donos. Para Pesavento o "chamado 'proletário rural', em especial os peões", viviam em "dependência econômica, social e política, sob relações de produção não especificamente capitalistas",[533] encontrando-se desprovidos de expressão e organização. A autora relata que no IV Congresso Rural, realizado em 1930, foi apresentada uma proposta para a criação de "uma instituição que funcionasse tal como um instituto de previdência do operário rural", mas deixava de fora os peões, que foram considerados como "à parte", em razão de estarem "mais próximos dos patrões" do que os trabalhadores rurais. O argumento apresentado pelo Congresso era

[530] AEL/UNICAMP, Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Ano VI, n. 68, abr. de 1940, s/p.
[531] Ver artigo de João Maria, *Correio do Povo*, 17 de agosto de 1939, p. 5.
[532] SCHWARTZMAN, Simon (Org.) *Estado Novo, um auto-retrato*. (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Ed. da UNB, 1982, p. 543.
[533] PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: A economia & o poder nos anos 30*. Série Documenta, n. 5. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 186.

de que os peões gozavam de uma "'convivência íntima das fazendas de criação"' e "'da bondade'" e da "'veneração'" existente entre patrões e empregados.[534]

A discussão em torno da fixação do salário mínimo e sua possível extensão aos trabalhadores rurais foi considerada temerária por José Aranha. Segundo ele, era "inegável que os trabalhadores agrícolas ganhavam pouco", mas era "preciso reparar" que estes possuíam "casa, comida". Aranha entendia que "homem do campo" precisava era de "assistência escolar" já que o restante era "pago pelo fazendeiro" que transformava em "'caixa de aposentadoria' mantendo o empregado até a morte", quando este se tornasse "incapaz para o serviço". Acreditava então, que se "os fazendeiros tivessem de aumentar o salário de seus empregados", teriam "de fatalmente fugir a esse ônus", restando, pois, saber "se os próprios interessados" prefeririam "a situação atual ou a que advirá da lei do salário mínimo".[535] A defesa dos interesses dos proprietários rurais explicitada na fala delegado regional do trabalho do Ministério do Trabalho não era voz isolada nos setores conservadores, e sim a sua expressão.

Carone percebeu que tanto o desemprego rural como o desemprego urbano trazia incerteza ao trabalhador. O governo, ciente deste processo e, ao procurar "paliativo", concedia ajuda aos que queriam "voltar ao interior".[536] A esperança de ter um pedaço de terra animou Zulmira Jacques d'Ornellas a pedir ao presidente Vargas passagens para o estado do Mato Grosso. Explicava que residia em Uruguaiana e que na cidade não havia trabalho nem empresas. Ela e o marido sustentavam os filhos vendendo frutas nas ruas. Pagavam aluguel de casa, sendo que nos dias de rigoroso inverno e de chuva, não conseguiam ganhar o pão. Dizia a Vargas que aquilo não era vida para um pai de família, mas queriam trabalhar para poder criar os filhos sem grande necessidade. Acreditava que em Mato Grosso, onde as terras eram "baratas para o trabalho", a vida da sua família poderia melhorar. O pedido de Zulmira foi encaminhado para o Departamento de Colonização, que informou não fornecer "passagens a indivíduos" que se destinassem de um estado para outro, mas apenas das capitais para as zonas rurais dos estados, "à vista da necessária prova de colocação no local para onde o trabalhador" iria residir. A ajuda que Carone se referira para Zulmira talvez nunca tenha chegado.[537]

---

[534] Idem, ibidem, p. 31. A historiografia tradicional gaúcha foi e é pródiga em repetir estes argumentos.
[535] Ver entrevista com José Antonio Aranha, no *Correio do Povo*, 4 de junho de 1938, p. 14.
[536] CARONE, Edgard, *O Estado...*, op. cit. p. 120.
[537] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 280. Doc. 23593-942/SC-3085. Carta de Uruguaiana para Getúlio Vargas, 18 de junho de 1941.

Através de telegrama, enviado de Passo Fundo, para o interventor do estado, Marcos Giraldi, colono com numerosa família, solicitava proteção contra "clamorosa injustiça" realizada pelo engenheiro do Departamento de Estradas. O agricultor denunciava que o Departamento buscava alterar o traçado da estrada e com isto passaria pelo seu "único lote" de terra, arrasando a sua plantação e parreiral, conseguido através de "árduo trabalho". Giraldi relatava que a injustiça era tanta que os "próprios empregados" das obras lamentavam ao verem chorar sua mulher e seus filhos ficarem sem recursos.[538]

De São Nicolau, distrito de Santo Ângelo, foi enviado à Cordeiro de Farias um telegrama de Inocêncio Silva, pequeno proprietário de duas léguas de campo, para criação e agricultura. Pedia ao interventor garantias de vida em face das ameaças do "subdelegado Aparício Silva e seus capangas", que já tinham assassinado seu "filho Cândido Silva" e que prometiam eliminá-lo, além de mais dois filhos. Por causa da criminalidade reinante naquele distrito, tivera que abandonar sua propriedade. Diante da impunidade sobre os matadores de seu filho, já que estes continuaram na mais completa liberdade, apoiados pelo delegado de polícia e pelo prefeito do município, Silva concluíra que "o Estado Novo ainda não chegara naquele município". Relatou também, que não fora possível realizar audiência sobre a morte de seu filho e das ameaças a si e a sua família, por não haver garantia para as testemunhas. Finalizava o telegrama pedindo justiça.[539]

Em Passo Fundo, uma disputa pela posse da terra envolveu o estado, os herdeiros e os agricultores Carlos e Ernesto da Maia Pavão. Através de telegrama enviado à Cordeiro de Farias, os agricultores diziam que por reiteradas vezes, quer pessoalmente ou por telefone, fizeram queixa ao delegado de polícia da cidade para que tomasse providências em desarmar um grupo de desordeiros armados, trazidos dos municípios de Palmeira e Soledade, a mando de Rosauro Tavares, com o fim único de amedrontar e retirar das suas terras, porque as casas foram derrubadas pelos mesmos, em número superior a 30.[540] O caso dos agricultores foi encaminhado para a Secretaria do Interior e Justiça e aberto um processo.

De acordo com as informações contidas no processo instaurado pelo delegado de polícia de Passo Fundo, o litígio das terras tivera início com o inventário de herança, da

[538] AHRGS/CG, 9 de fevereiro de 1940.
[539] AHRGS/CG, Série Correspondências Recebidas, Maço 136. Telegrama de Santo Ângelo para Porto Alegre, destinado ao Interventor Federal,18 de abril de 1940.
[540]AHRGS/FSJNI, processo 12815 de 23 de novembro de 1940, fl. 1.

qual fazia parte a Fazenda do "Veado Pardo". No curso do processo, foi colocado em dúvida o "domínio de uma área de terras de mata da aludida fazenda". O estado considerava a área como sendo de domínio público, enquanto os herdeiros da proprietária das terras contestavam esta decisão. No meio da disputa estavam quarenta famílias de "intrusos", que habitavam as referidas terras de mato e que tiveram seqüestrados e depositados judicialmente aquelas áreas, sendo seu depositário Rosauro Tavares.

Os agricultores pressentindo que teriam que abandonar a terra, recorreram à Inspetoria de Terras e Colonização, à Secretaria da Agricultura, à Procuradoria Geral do Estado e à Chefia de Polícia. A Secretaria de Agricultura chegou a conclusão de que de fato a referida área pertencia ao estado. Os agricultores Carlos e Ernesto acreditavam que o estado legitimaria as terras em litígio em nome dos ocupantes.

Para o delegado de polícia, o boato de que o estado passaria as terras para os ocupantes tivera como conseqüência a seguinte situação: o intruso ignorante, talvez influenciado por indivíduo sem escrúpulos, quis assim ocupar a maior área possível. Para o delegado Oscar Klein, os agricultores não passavam de "desordeiros contumazes" e conhecidos da polícia local e que contra os quais já tomara "enérgicas providências de repressão aos seus atos de provocadores e instigadores de lutas e conflitos". Para Klein, os agricultores entraram com representação contra as autoridades porque não lhes haviam apoiado e, ao contrário, ficaram ao lado dos que resguardavam seus direitos, seu patrimônio.[541] Diante de informações tão "detalhadas" do caso oferecidas pelo delegado de Passo Fundo, o secretário de estado, Miguel Tostes solicitou o arquivamento do processo.

Em janeiro de 1941 o Serviço de Economia Rural ficou encarregado de investigar as "condições sociais de vida e de trabalho nos meios rurais" e promover em todo o país a realização de um inquérito que visava "habilitar o governo a tomar providências capazes de proporcionar uma grande melhoria de conforto entre as populações rurais". O inquérito deveria interessar não só aos proprietários, trabalhadores, operários rurais, mas principalmente aos administradores, que deveriam "permanecer vigilantes pelo bem-estar da população". Ficavam a cargo das prefeituras o preenchimento do questionário cujas informações deveriam ser "reais, minuciosas e objetivas".[542]

[541] Idem, o processo foi arquivado em 24 de dezembro de 1940, fl. 4.
[542] *Jornal do Estado*, Porto Alegre, 17 de janeiro de 1941, p. 2.

Inácio Maria da Silva enviou telegrama para o interventor federal, na qualidade de colono nacional e vítima de uma série de arbitrariedades das autoridades de Encantado, no qual acusava o subprefeito, que acompanhado de soldado e mais onze colonos, invadiram sua terra, avançando cercas, potreiros e colocando-as em torno das moradias, privando-lhe das roças já plantadas, numa "flagrante violação de direitos" e infração "da lei segurança nacional". Silva apelava ao interventor que fosse aberto um inquérito para punir os atentados de que era vítima e facilitasse "a discussão dos direitos sem coação".[543]

O prefeito de Soledade solicitou providências para Cordeiro de Farias quanto a organização neste município de colônias para a localização de caboclos e intrusos nas terras do Estado que foram despejados em virtude sentenças judiciais. Comunicou também, que dezesseis famílias numerosas estavam sendo ameaçadas de despejos de suas roças por posse de domínio privado da viúva Heringer. O prefeito, em face de não ter onde "agasalhar tantos patrícios" que "perderam suas searas e demais produtos de seus trabalhos", cobrava do interventor uma solução para o problema [544].

Olímpio Alves da Silva pedia proteção ao interventor, em nome de cento e setenta e cinco humildes patrícios, inclusive crianças de todas as idades, residentes 6º. Distrito de Soledade. Relatava que um oficial de justiça, acompanhado de um advogado e praças do deslocamento local, efetivaram o despejo requerido pelo alemão Alberto Mohr. Informava que todas as famílias foram colocadas na estrada sem ter para onde ir. Além disso, tiveram arrebatadas todas as colheitas de trigo e toda plantação de milho e feijão, bem como seus animais. Informava também que todos os moradores eram antigos plantadores e possuíam todos os poderes sobre as propriedades. O despejo fora embasado em escritura de arrendamento conseguida pela força e os patrícios foram conduzidos pelas praças em presença do advogado e escrivão. Olímpio terminava o seu relato "implorando proteção, punição da lei e salvação pública" para os "pobres agricultores" que haviam perdido o "fruto de seu longo trabalho".[545]

Através de um abaixo-assinado com cento e vinte e sete assinaturas, encabeçado por Ernesto Lazzarotto e Pedro Taffarel, e dirigido à Vargas, agricultores e operários residentes em Alfredo Chaves expuseram a situação em que viviam. Diziam que eram pobres, com famílias numerosas, entre oito, dez ou mais filhos menores, e que lutavam

[543] AHRGS/CG, Série Correspondências Recebidas, Maço 104. Telegrama de Lajeado, 4 de junho de 1942.
[544] AHRGS/CG, Maço 151. Telegrama de Soledade de 4 de agosto de 1942.
[545] AHRGS/CG. Telegrama de Soledade de 9 de dezembro de 1942.

com dificuldades para fazer face aos pesados encargos das mesmas, seja provendo a sua subsistência e saúde, bem como no cumprimento dos demais deveres, que eram inúmeros. Destacavam, também, as exigências escolares, com uniformes obrigatórios para a freqüência às escolas, também obrigatória. Ressaltavam que, se a situação deles já era precária, se agravou consideravelmente, principalmente pelas novas exigências e obrigações, especialmente em matéria educacional, as quais acatavam "religiosamente". Somava-se a isso, o "vertiginoso encarecimento da vida", que chegou ao ponto de se verem impossibilitados até de alimentar e vestir convenientemente os seus filhos.[546]

Os signatários do abaixo-assinado, em sua maioria agricultores, colocavam que os únicos recursos de que dispunham, consistia exclusivamente na exploração de uma pequena área de terra que possuíam, da qual, mediante trabalho diuturno, apenas conseguiam produzir parte do necessário para a alimentação da família. Quanto aos operários que também subscreviam o memorial, a manutenção de suas famílias requeria, também, enorme sacrifício, pois era provida exclusivamente com os parcos proventos do seu salário quotidiano, do trabalho diário do chefe da família.[547]

Diante do quadro exposto, os agricultores e operários solicitavam que o Decreto-Lei nº. 3200, de 19 de abril de 1941, "do preclaro e benemérito Presidente Getúlio Vargas", que instituiu a Organização e Proteção da Família,[548] lhes contemplasse. Para eles, o decreto trouxera um raio de esperança no seio dos seus "pobres lares", onde "numerosas criancinhas" sofriam toda sorte de privações, motivo porque, tais famílias, aguardavam com "justificada ansiedade a obtenção do almejado benefício" contido na Lei que estava fadada a trazer um pouco de felicidade e conforto a numerosas famílias esquecidas da sorte, cujos filhos se transformariam em elementos mais aptos e úteis à estremecida pátria. Portanto, "com o coração cheio de fé no Brasil Novo, sábia e patrioticamente dirigido pelo seu grande presidente", apresentavam "os sentimentos de eterna gratidão".

O Ministério do Trabalho oficiou aos solicitantes que a autoridade competente, para tomar conhecimento da habilitação ao benefício, era o Delegado Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do município, acompanhada da

[546] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 407. Carta enviada para Vargas, de Alfredo Chaves em 24 de novembro de 1942

[547] O abaixo-assinado fora encaminhado para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que abriu o Processo PR 35497-42.

[548] Decreto-Lei nº. 3.220, de 19 de abril de 1941, que Dispõe sobre a organização e proteção da família. De acordo com o art. 29 do citado Decreto-Lei, os chefes de famílias numerosas que "de modo nenhum baste às necessidades essenciais e mínimas da subsistência de sua prole, será concedido, mensalmente, abono familiar (...) se tiver oito filhos, e mais vinte mil réis por filho excedente".

solicitação de encaminhamento, a quem de direito fosse. Isto é, os requerentes que dirigiam-se diretamente à Vargas, acreditavam na propalada inexistência de intermediários entre o presidente da República e o povo, agora tinham que penar com a burocracia para obterem os "benefícios".[549] Os pedidos de abono família foram amplamente solicitados desde que o decreto entrara em vigor em 1941.

Antonio Migliavacca e sua esposa, agricultores brasileiros, residentes de Serafina Correa, pais de 11 filhos aos quais sustentavam e procuravam "dar educação cultural, cívica e religiosa", vinham, "respeitosamente com as provas" requerer que o chefe do governo lhes concedesse "o abono familiar estabelecido pelo decreto-lei", em virtude "da situação de miserabilidade" em que se encontravam e de não possuírem os "meios para, eficientemente educar seus filhos".[550]

O agricultor de Encantado Atílio Protto, "chefe de numerosa família", dizia possuir apenas hectares de terra. Explicava que, com os rendimentos do seu trabalho encontrava "grande dificuldades para manter a subsistência de sua prole" de nove filhos, sendo que o mais velho tinha apenas 15 anos. Diante dessa situação, requeria os benefícios do abono família.[551]

Em situação semelhante estava Hermenegildo Antonio Miolo, brasileiro, de São Martinho, 6º distrito de Santa Maria, casado, agricultor, "pobre na extensão legal", como provava o atestado anexado. Era pai de nove filhos todos menores de 18 anos e desejava "gozar os favores do decreto-lei 320, que amparava as famílias pobres e numerosas. Encerrava sua carta pedindo justiça ao presidente da República.[552]

A grave crise social no campo, levou a Associação Rural de Itaqui a solicitar ao interventor federal no estado um "vivo empenho" na criação no município de uma Colônia Agrícola, que objetivava "amparar as populações marginais" que atingiam elevado número na comuna. A Associação Rural esclarecia ao interventor que no município não existia nenhuma indústria, o comércio local era de pequena escala, circunstâncias estas que agravavam o problema social das "populações desajustadas" ao

[549] Parecer da direção geral do Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, assinado por O. G. Costa Miranda.
[550] Carta de 22 de janeiro de 1943. ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 208.
[551] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho 131757/43. Processo 33002/42. Carta de Encantado-RS de 31 de outubro de 1942, Lata 408.
[552] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 476, 131750/43. Processo 103774/43. Carta de Santa Maria-RS de 25 de março de 1943.

ambiente econômico. Como solução, a Associação pedia a instalação de Colônia Agrícola nas inúmeras terras do município.[553]

Em o "Trabalhador deve ser forte para lutar pelo Brasil", o jornalista Josino Campos realizou uma entrevista sobre a situação do trabalhador gaúcho e a guerra. Moisés Velinho, um dos historiadores mais reconhecidos do estado, membro do Departamento Administrativo do estado, expressou que a satisfação com a melhoria rendosa dos rebanhos bovinos, levou ao esquecimento de um rebanho mais pobre, "o rebanho humano". Como conseqüência desse "inqualificável descuido", havia um estado de degradação física e cultural de grande proporção na massa demográfica do Rio Grande do Sul. Para Velinho, se tratavam de homens simples, de um punhado de desorganizados camponeses, sem cooperativa, sem sindicato e sem associação. Conforme o artigo, o trabalhador só poderia lutar pela sua Pátria na guerra se ele vencesse uma guerra interna, muito mais cruel: a da fome, das doenças, do desemprego, do desamparo.[554]

Do município de Palmeiras, o pequeno agricultor Belarmino de Souza Bueno,[555] em resposta à Avany Cordeiro de Farias, informou que ficara "imensamente tocado com a deferência das informações" que havia recebido, junto ao endereço do seu filho, que se encontrava na frente européia, sob o comando do "amado comandante e inesquecível interventor de ontem". Dizia que sua família era "relativamente pobre", mas pouco precisava "de recursos financeiros", porque residiam "em zona colonial" e colhiam o necessário para "o sustento". Souza salientava que caso a Comissão dirigida por Avany quisesse auxiliá-lo em alguma coisa, era só num ponto que pedia auxílio. Solicitaria, então, que o governo do Rio Grande lhe concedesse, por reconhecimento de posse, a pequena área de terra que seu pai ocupava e ele continuava habitando há mais de 30 anos (uma colônia de 25 hectares), a qual estava ameaçada de perder, em vista de embaraços impostos pela Diretoria de Ferros do estado. Este era para Souza o "único

[553] Telegrama de Itaqui enviado para o interventor federal em Porto Alegre, em 11 de abril de 1944. Assinavam o telegrama o presidente Arsênio Nunes de Miranda e o secretário Ludgero Marenco Pinto, em nome da Associação Rural de Itaqui. AHRGS/CG, Maço 157. Entrevista realizada em Porto Alegre em 5 de novembro de 1943.
[554] AEL/UNICAMP, *Diretrizes*, Ano VI, n. 177, novembro de 1943, p. 18.
[555] Carta dirigida à Avany Cordeiro de Farias do município de Palmeiras-RS, de 16 de novembro de 1944. FGV/CPDOC. CFa tv 43.09. I-94. Avany presidia a Comissão do Estado do Rio Grande do Sul da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que prestava auxílio e informações aos que estavam lutando na 2ª. Guerra Mundial. Seu marido, o General Cordeiro de Farias havia deixado a Interventoria Federal no Rio Grande do Sul, para comandar um batalhão da FEB.

favor" que poderia merecer o pai de um soldado do Brasil que lutava no cumprimento do seu dever.

A revista *Diretrizes* também publicou uma reportagem denominada "A miséria cria um mundo",[556] na qual Joel Silveira traçou um panorama do Rio Grande do Sul "repleto de desigualdades". A desigualdade, para o repórter, se concentrava entre a região colonial e a da fronteira. Silveira entendia que os "homens da colônia, os louros alemães e os italianos espalhafatosos de face rosada", possuíam ao seu favor "tudo de bom que a natureza" oferecia, qual seja: "a boa terra, o bom clima da serra" e uma industrialização que enriquecia as populações industriais modernas, vindas da Europa. Silveira percebia um mundo diferente na campanha, na "fronteira batida e chã, rude e ingrata como um deserto", onde existiam apenas as coxilhas e a tristeza do minuano com seu gemido de doente.

Para Silveira, a campanha continuava com "os mesmos dezoito municípios, quase dezoito fazendas particulares", numa concentração de "riqueza unilateral nas mãos de apenas poucos". Além disso, faltava tudo nas cidades grandes, como a carne, a fome e a falta de trabalho em Santana do Livramento. Isso fazia com que se guiassem pelas coxilhas e descampados afora os camponeses, se aglomerando sem rumo, sem profissão, sem coisa alguma, próximos aos centros populosos. E o vento minuano continuava a espalhar as doenças, a tuberculose, a desnutrição que atingia principalmente crianças, que morriam "aos punhados" em Alegrete, Bagé, Livramento, Quaraí, Rosário, São Gabriel e Uruguaiana. Para o jornalista, os serviços de campo nas fazendas exigiam pequeno número de pessoas e o excedente não aproveitado nos trabalhos campesino, era "expelido" das fazendas, dirigindo-se para as cidades da fronteira, formando uma população sem meios certos de subsistência.[557]

O êxodo desta população de "gaúcho a pé" [558] para os centros urbanos, causava apreensão para os setores conservadores que viam nesta população marginalizada um perigo.

Tal situação descrita por Joel Silveira colocava na ordem do dia a miséria e a sindicalização para o homem do campo. A sindicalização dos trabalhadores rurais fazia parte das Convenções aprovadas no Tratado de Versalhes desde 1919. De acordo com

[556] AE/UNICAMP, *Diretrizes*, An*o* VII, n. 203, maio, 25, 1944. capa.
[557] Idem, p. 1-2 e 22.
[558] O termo "gaúcho a pé" foi utilizado na obra de Cyro Martins na sua trilogia sobre a marginalização do homem do campo, da campanha. As obras da trilogia são: *Sem Rumo* (1935), *Porteira Fechada* (1944) e *Estrada Nova* (1954).

João Tristan Vargas, a intervenção do Estado nas relações de trabalho teria iniciado a partir da homologação do Tratado pelo Congresso Nacional. Para Tristan Vargas, este teria sido o momento a partir do qual o Estado se teria comprometido com tal postura, mas este compromisso não obrigava a uma legislação de proteção ao trabalhador; pois o governo poderia apenas "promover acordos entre patrões e trabalhadores" sem que isto levasse à medidas legislativas. [559]

Entretanto, o autor na sua análise subestimou a importância das convenções e acordos firmados pelo Tratado de Versalhes, ao mesmo tempo, que não reconheceu a luta e a pressão dos trabalhadores mundiais, inclusive os brasileiros, para que seus direitos fossem assegurados ou que houvesse comprometimento dos respectivos países para que se concretizassem. Mesmo o Brasil não estando obrigado a legislar sobre a questão dos direitos dos trabalhadores, isto não retirava a importância de um Tratado que naquele momento criara o Escritório Internacional do Trabalho depois transformado em Organização Internacional do Trabalho (OIT), responsável pela formulação de inúmeros avanços no mundo do trabalho da época.

Em reunião do Bureau Internacional do Trabalho, a Comissão Permanente Agrícola, situada em Genebra, reuniu-se em 1938 para discutir os problemas agrícolas dos países membros. A pauta de trabalho da Comissão em sua primeira sessão centrou-se nos seguintes temas: discussão geral dos problemas do trabalho agrícola; proteção do trabalho das crianças na agricultura; férias remuneradas na agricultura e; estudo técnico sobre a duração do trabalho na agricultura.[560] O membro brasileiro da Comissão, Evaristo Leitão, expôs que o Brasil tinha os seus problemas agrícolas a resolver, muitos dos quais de "capital importância". Destacou que sujeitá-los à análise da Conferência significava dizer que havia um "firme propósito, dominante entre os brasileiros",[561] de resolver as dificuldades e o governo federal conduzia "com maior descortino" a sua política agrária. Leitão relatara à Comissão que o assalariado representava "o que de mais modesto" existia na "classe dos empregados" no Brasil, e que apenas nas fazendas de café, em virtude do gênero de sua exploração, existia a variabilidade do trabalho contínuo, o que permitia o contrato de assalariados na base manual. Leitão destacava que, os demais assalariados eram admitidos como "diaristas", o que contribuía para a

[559] VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal*: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República. Campinas: UNICAMP/CMU, 2004, p. 12-4.
[560] Relatório da Comissão Agrícola do Bureau Internacional do Trabalho remetido ao Ministro do Trabalho Valdemar Falcão em 15 de fevereiro de 1938, p.2. FGV/CPDOC VFc 37.11.12 VI 2
[561] Relatório de 22 de novembro de 1937. FGV/CPDOC, Fundo Valdemar Falcão, VF 37.1.12 VI 1. fl.3

irregularidade dos ganhos, não correspondendo à constante elevação do nível de vida nas diversas regiões do território brasileiro. Para ele, a situação era agravada pela falta de saúde que revelava "o verdadeiro contraste" entre o operário rural e o que, nos centros urbanos, nas indústrias desfrutava "as regalias de ambientes confortáveis sob os cuidados de uma legislação social adiantada".[562]

Mas, Evaristo tranqüilizava aos membros esclarecendo que todos os princípios consagrados pelas convenções resultantes das Conferências do Bureau Internacional do Trabalho foram incorporados à legislação trabalhista do Brasil como regras básicas do advento que se iniciou em 1930 e que se concretizaria com o Estado Novo.[563]

Estas medidas, que segundo o governo, faziam parte de suas preocupações e que tinham como objetivo beneficiar agricultores pobres e operários, entretanto, como mostra Luiza Kliemann, no caso do Rio Grande do Sul, quando, em muitos momentos, esbarravam em "intrusos", as preocupações com o trabalhador rural caíam por terra e, em reação, a Brigada Militar era acionada para expulsar tais elementos e suas famílias, deixando-os sem terra e sem indenização.[564]

A política do Estado Novo no Rio Grande do Sul de instalação de colônias agrícolas mostrou-se incapaz de resolver os problemas da terra e dos trabalhadores rurais. Nos momentos de crise na agricultura e na pecuária, de seca ou de enchentes, o governo não foi além de acenar como solução emergencial da utilização dos camponeses nas frentes de trabalho na construção de estradas.

Mesmo que não houvesse neste período uma massa de trabalhadores rurais organizada, os conflitos não deixaram de existir, mesmo que ocorressem nos moldes messiânicos como os "monges barbudos", sem uma organização sindical que lhes fortalecesse, mas que refletiam a contestação do sistema agrário vigente. As correspondências remetidas a Vargas, a Cordeiro de Farias, ao ministro do trabalho entre outras autoridades, representavam por parte dos pequenos proprietários rurais, colonos, agregados, arrendatários, assalariados rurais, a forma possível de denunciar a ação arbitrária do próprio Estado e reivindicar a posse da terra, as melhorias nas relações de trabalho, a erradicação de doenças e da fome. Mesmo que de forma individual, as correspondências emitiam um grito de alerta às autoridades, para fazer estender e valer aos trabalhadores do campo os direitos trabalhistas.

---

[562] Idem, p.5-6.
[563] Idem, fl. 18.
[564] KLIEMANN, Luiza H Schmitz. *RS: Terra & Poder*: História da questão agrária. Série Documenta, n. 21. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 147.

Mas de 1937 a 1945 muito pouco foi colocado em prática pelo estado das reivindicações para aqueles que da terra viviam. No Rio Grande do Sul, as políticas para o desenvolvimento agrícola e pecuário ficaram quase que restritos aos incentivos governamentais aos grandes criadores e agricultores. Na agricultura, as verbas estaduais foram aplicadas em construções materiais, em campos de multiplicação de sementes, em estações experimentais, bem como em postos zootécnicos e de monta, em laboratórios, institutos, distribuição de sementes, de mudas, de reprodutores. A pecuária que era considerada pelo governo a riqueza tradicional do estado e de onde eram retiradas as maiores parcelas do comércio exportador. Dada a importância econômica da pecuária, o estado começou a cooperar com os criadores, prestando-lhes assistência, disseminando exemplares e oferecendo proteção e defesa sanitária.[565]

Cordeiro de Farias, em sua prestação de contas no momento em que deixou a Interventoria Federal em 1943, vangloriou-se de sua política de Colonização. Disse que a Diretoria de Terras e Colonização possibilitou a exploração de imensas áreas do campo e floresta e de toda a obra colonizadora realizada pelo Poder Público, relatando que de 1938-1942 foram demarcados 77.955 lotes, tudo isso despendendo muito pouco recurso financeiro.[566] Foi desta forma, que a política colonizadora passou a ser orientada pelo estado, desapropriando terras e pagando muito pouco por elas ou reivindicando para o seu domínio a posse das mesmas.

Na prestação de contas do interventor não foi mencionada a grande estiagem que assolou o estado em 1943. Um jornalista que percorrera as regiões agrícolas e pastoris do estado, em telegrama remetido para o interventor, disse ter tido a oportunidade de constatar a "calamidade inimaginável" provocada pela estiagem. Segundo ele, a situação assumia "um aspecto gigantesco de calamidade pública", colocando em risco a participação do Rio Grande do Sul no esforço de guerra do Brasil.[567]

Ernesto Dornelles, já como novo interventor do estado, informou à Direção Executiva da Comissão Central dos Acordos de Washington que, segundo os dados fornecidos pelo Instituto do Arroz, o estoque da safra era "indispensável ao consumo

[565] Ver "Relatório apresentado pelo Interventor Federal do Rio Grande do Sul entre 1938-1943, data esta em que deixou aquele interventor o governo do mesmo estado". FGV/CPDOC CFa tv 38.06.01. Parecer Nº. 143-44, Processo 1330-43, p. 3.
[566] Idem, p. 3.
[567] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 464. Telegrama de Luiz Correa, redator de assuntos econômicos do Diário de Notícias de Porto Alegre, para Getúlio Vargas. 19 de janeiro de 1943

nacional". Dizia também, que toda a produção disponível nos mercados internacionais já tinha sido vendida aos países aliados.[568]

Os plantadores de cebola do município de Rio Grande e São José do Norte, encaminharam ao presidente da República um pedido de alteração da tabela do produto organizada pela Comissão Federal de Preços, buscando evitar "a ruína inevitável de toda a classe laboriosa" estimada em vinte e cinco mil pessoas.[569]

Em telegrama 30 de janeiro de 1943, Cordeiro de Farias anunciou a Vargas que a seca que assolava o Rio Grande do Sul, tinha operado efeitos desastrosos sobre pecuária, o que o fazia solicitar, em nome da Federação Rural, que fosse suspensa naquele ano qualquer regulamentação sobre a matança de vacas terneiras. Enquanto sua preocupação era com os grandes pecuaristas do Estado, o interventor talvez tivesse esquecido de um telegrama recebido da localidade de Três Estradas, em 25 de agosto de 1941, na qual os criadores Olavo de Almeida Macedo e Francisco Ribeiro Lemos, lhes solicitavam providências urgentes junto ao representante do Ministério Trabalho. O pedido era para resolver a situação de miséria e fome de trinta famílias de trabalhadores de uma pedreira, localizada próximo à linha férrea de São Gabriel a Bagé, onde havia sete meses que não recebiam pagamento, e que estavam, segundo o telegrama, "perambulando pelas estâncias famintos e maltrapilhos mendigando recursos", "sofrendo os horrores da fome" e sacrificando" os criadores daquela zona.[570]

Por outro lado, o Decreto-Lei 1.402/1939, que regula a associação em sindicato, no seu Art. 58 estabelecia que a lei não se aplicava às atividades profissionais relativas à agricultura e à pecuária. Assim, os trabalhadores do campo teriam muito ainda pela frente para conquistar a organização sindical.

Para Simon Schwartzman, o Estado Novo "ao mesmo tempo em que tratava de organizar e cooptar o operariado urbano, excluía o campesinato de qualquer forma de acesso a seus benefícios".[571]

Gustavo Capanema, sábio ministro da Educação e Saúde, explicou em 1945, que "as condições da vida rural brasileira" divergiam "sensivelmente da dos centros industriais, urbanos por excelência", sendo essa "disparidade mesológica" que levara o

---

[568] AHRGS/CG, Maço 152. Telegrama de Dornelles para o diretor executivo da Comissão Central dos Acordos de Washington, no Rio de Janeiro. Porto Alegre, 08 de novembro de 1943.
[569] ANRJ/FGCPR, Lata 464. Telegrama Antonio Leivas Otero para Getúlio Vargas, em nome dos plantadores de cebola do estado. Porto Alegre, 2 de fevereiro de 1943.
[570] AHRGS/CG, Maço 145.
[571] Ver SCHWARTZMAN, Simon. **"**As condições políticas para a ação governamental". In. http://www.schwartzman.org.br/simon/ascondic.htm. Acesso em 23 nov. 2005.

presidente Vargas "a excetuar as classes agrárias dos processos vigentes para o trabalho industrial, aconselhando um estudo mais profundo do complexo problema social".[572]

Após algumas tentativas que ficaram apenas no papel, a sindicalização rural só foi regulamentada em 1944, através do Decreto-Lei 7.038, mas a sindicalização não garantiu, na prática, direitos como salário mínimo e aposentadoria, o que só foi conquistado nas décadas seguintes. Até lá, muitas lutas e resistências dos trabalhadores do campo ainda acompanhariam as suas experiências de classe.

O Estado Novo Veio Para Me Orientar, no Brasil Não Falta Nada, Mas Precisa Apenas Trabalhar?

Já sabemos que todo o descontentamento dos trabalhadores, apresentado até aqui, tinha, em parte, relação direta com a situação interna e com a conjuntura de guerra, aliados a uma inflação sempre elevada, o que contribuiu para, no interior do Estado Novo, surgirem movimentos sociais que passaram a questionar a ditadura. Entretanto, antes disso, já no final do primeiro ano do Estado Novo no Rio Grande do Sul, a União Sindical, como apresentamos, havia entregue um memorial ao prefeito de Porto Alegre, mostrando a carestia de vida dos trabalhadores.[573]

Este exemplo é um, entre outros, que demonstram que, apesar da repressão, os trabalhadores não se contentaram apenas com os discursos da propaganda sobre os benefícios trazidos pelo regime.

Se a ordem corporativa procurou substituir o "negativo" conceito de luta de classes pelo conceito "positivo" de colaboração de classes - pois é notável o número e a qualidade dos textos saídos do regime que explicitavam o intento fulcral da política do Estado Novo: a despolitização da sociedade e, em particular da classe operária - no intuito de contenção dos trabalhadores, com a armadilha da "doação" dos benefícios como concessão do Estado, a contrapartida para os trabalhadores resultou em uma "nova volta no parafuso da opressão e da dominação".[574]

---

[572] Cf. SCHWARTZMAN, Simon (Org.), *Estado Novo...*, op. cit. p. 542.
[573] KONRAD, Glaucia Vieira Ramos, *A política cultural...*, op. cit., p. 119.
[574] LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus/Ed. da UNICAMP, 1986, p. 22-8. Ver tb. sobre a conciliação e a luta de classes e dos cidadãos no Estado Novo, os capítulos 3 e 4 de WOLFE, Joel. *Working Women, Working Men*. São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955. Durham/London: Duke University Press, 1993, p. 70-124. Do mesmo autor e sobre o mesmo tema em uma abordagem em torno do populismo, ver tb. "'Pai dos pobres' ou 'mãe dos ricos'?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954". In: *Revista*

Este é o caso, no Rio Grande do Sul, dos trabalhadores católicos, ligados aos círculos operários, os quais, "dentro das características corporativistas, trouxeram para o movimento operário circulista uma fórmula de passividade e de harmonia frente ao processo reivindicativo", tendo "uma posição privilegiada na política oficial do Ministério do Trabalho, por representar uma cooperação e um complemento da política oficial do Ministério (...)".[575] Política essa que, na relação entre a classe operária e o governo, via os direitos como concessão àquela de "privilégios" ou "vantagens", como se percebe na seguinte passagem de um discurso de Getúlio Vargas, em passagem por Porto Alegre, no início do Estado Novo:

> (...) a obra realizada pelo governo federal em favor das classes trabalhistas foi espontânea por reconhecer as suas necessidades e para que fossem atendidos e satisfeitos os seus direitos e não porque tivesse havido, por parte dos trabalhadores, qualquer movimento de violência, qualquer reivindicação fora das normas gerais.
> (...) O regime atual se caracteriza pelo apoio e defesa do Estado. O regime passado constituía o agrupamento direto de indivíduos. (...) Hoje, tais indivíduos não têm mais direitos especiais. Têm seus deveres para a coletividade e, por sua vez, os direitos da coletividade são amparados pelo Estado.
> São estas as *prerrogativas fundamentais* que as classes proletárias têm perante o governo. Terminando, desejo fazer-vos sugestões e dar conselhos, pois, deverei manter-vos unidos como um bloco só, e não vos enfraquecerdes, dispersando esforços entre correntes várias. Desde que as classes trabalhadoras passem a fazer parte de agrupamentos políticos, elas perdem a sua força e, desde que passem a se constituir apenas sob um colorido diverso dos *fins para que foram organizadas*, perdem a sua razão de ser, perdem a sua própria denominação de classes trabalhistas. (...) desvirtuam os seus propósitos e finalidades. Portanto, deveis manter-vos unidos como coletividade, *como organização sindical, apoiados pelo governo federa*l, que vos *há de amparar e defender nos interesses justos*.[576]

Como no samba *É negócio casar!*, de Ataulfo Alves e Felisberto Martins, que cantava "O Estado Novo veio para me orientar, no Brasil não falta nada, mas precisa

---

Brasileira de História. Brasil 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994, p. 27-59, especialmente p. 33-8.
[575] DIEHL, Astor. *Círculos operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 1990, p. 121-2.
[576] Ver essa passagem do discurso em "As prerrogativas fundamentais das classes operárias para com o governo". In: *Aspectos*. Letras. Artes. Ciências. Rio de Janeiro: Aspectos, ano I, n. 5, 1938, p. 57. Grifos meus.

trabalhar"[577], Vargas dava sugestões e orientava o trabalhador como proceder diante do novo regime.

Somava-se a isso, o interesse dos integrantes dos altos escalões do Estado, como vimos no primeiro capítulo, em gerar a passividade da população e a veneração do presidente, buscando o ideal de um trabalhador dirigido apenas para a questão do trabalho e em defesa da nacionalidade. Contribuía com esse processo o necessário fortalecimento policial para o exercício da vigilância social e o auxílio na disciplinarização do cotidiano. A progressiva politização do Serviço de Controle e Repressão Policial, levada adiante pelo Serviço de Divulgação, que instituía as condições para a consolidação das características apontadas acima, somada ao papel do Ministério do Trabalho, que mobilizava seus apoiadores a fim de reunir os trabalhadores para as diversas manifestações de apoio à ditadura, e ao mesmo tempo, desenvolver um trabalho de divulgação e convencimento da população, ganhou força gradativa conforme se desenvolvia o Estado Novo. Como explica Elizabeth Cancelli, a vigilância constante e o papel adquirido pela polícia "seriam os parâmetros para reger e disciplinar a sociedade".[578]

Não foi diferente este processo no Rio Grande do Sul, como indica Estela Benevenuto, a qual chega a se referir em um controle exagerado através de medidas legislativas que diziam respeito aos chamados "desajustados", em especial os comunistas, nazistas e integralistas, ou outros grupos regionais adversários ao poder instituído pelo Estado Novo nacional.[579]

Na verdade, o que o Estado Novo fez foi redimensionar o controle social, já realizado antes de 1930, quando não só os trabalhadores foram vigiados, como vimos no primeiro capítulo, mas a vadiagem foi extremamente reprimida. A construção ideológica em torno do trabalho também serviu para o intuito de "controlar" a sociedade e, quando necessário, fez com que o poder utilizasse a repressão contra os desempregados, denominados de "vadios". Michelle Perrot esclarece que "a sociedade industrial implica ordem e racionalidade, ou pelo menos uma nova ordem, uma nova racionalidade", pois "sua instauração supõe não só transformações econômicas e

[577] Ver a música na íntegra em SEVERIANO, Jairo. *Getúlio Vargas e a música popular*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1983, p. 31.
[578] Cf. CANCELLI, Elizabeth, *O mundo da violência* ..., op. cit., p. 26.
[579] BENEVENUTO, Estela C. *A polícia Política e a Revista Vida Policial*: uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1997, p. 69.

tecnológicas, mas também a criação de novas regras do jogo, novas disciplinas".[580] Como explica Boris Fausto, do ponto de vista da ação mais geral "a atividade cotidiana do aparelho repressivo é tão ou mais importante para o controle das camadas pobres da população", se formos comparar àquelas exercidas "nas greves e outras formas de manifestação coletiva".[581]

As lutas dos trabalhadores por uma legislação que lhes assegurasse melhores condições de vida e trabalho (principalmente nas décadas de 1910 e 1920), resultaram em inúmeras conquistas nos anos 30. Isso é inegável.

Por outro lado, a preocupação com a questão social por parte de empresários e políticos da classe dominante, oriunda da escravidão perpassou toda a chamada República Velha.

Rui Barbosa, em um pronunciamento conhecido, feito em 20 de março de 1919, já havia alertado para a questão social, colocando dentro da sua ideologia liberal, a defesa do trabalho como uma grandeza e não um castigo, como "santificação das criaturas" cabendo ao trabalho - no seu discurso - "a primazia incontestável sobre a riqueza e o capital". Por isso, nada era mais desejável que "a cooperação entre as classes".[582]

Portanto, o Estado pós-30 e o Estado Novo não foram totalmente originais, ao menos no discurso. Porém, mais significativo é entender como o Estado re-elaborou esse discurso para os trabalhadores, transformando em "doações" aquilo que foram conquistas e, fazendo com que se introjetasse no imaginário dos reais agentes dessas conquistas a imagem de que líderes políticos e o Estado, de cima para baixo, fossem os responsáveis pela existência de direitos e da legislação referente ao trabalho e ao sindicalismo.

Mesmo com a resistência de setores do empresariado em cumprir a legislação - no Rio Grande do Sul isso é evidente -, não se pode chegar a um entendimento de que a burguesia urbana "perdeu" com a aprovação e execução de um conjunto de normas que, garantindo benefícios ao trabalhador, disciplinava em assuntos básicos o mercado de

---

[580] PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 53.
[581] Cf. FAUSTO, Boris. "Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1880-1924)". In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 210.
[582] BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, São Paulo: LTR, 1983, p. 11 e 53.

trabalho, como chega a afirmar Angela de Castro Gomes.[583] O que interessa perceber é que se construiu, através da propaganda ideológica - feita em especial pelo DIP -, uma percepção de que os trabalhadores eram agentes passivos diante de um Estado que estaria acima das classes sociais e de seus projetos de mundo. O DIP se tornara tão útil para, entre outras questões construir uma identidade nacional para os trabalhadores, que através dele o Estado buscava sobrepor a sua fala às falas operárias.[584] E, mesmo assim, os trabalhadores releram esta construção, visando os seus direitos e não os da lógica estatal.

Mas é sobretudo importante compreender que, nesse contexto, apesar da repressão e do enquadramento para impedir uma organização autônoma, os trabalhadores reagiram ao corporativismo. Entender a dialética de que a defesa dos direitos dos trabalhadores não podiam ser representados sem mobilização, reivindicações e lutas, enquanto que a busca de harmonização dos conflitos pelo Estado procurava enquadrar a representação de classes dos trabalhadores, ainda é um desafio cada vez maior para a historiografia, ultrapassando a dificuldade inerente a qualquer pesquisa na busca de novos instrumentos ou na releitura das antigas fontes.

Alcir Lenharo escreveu que é sabido da falta de estudos que registrem as possíveis resistências dos trabalhadores à violência do Estado Novo nos anos mais duros da repressão, mas que, mesmo assim, deve-se procurar sair das análises restritas de investigação histórica das relações entre o Estado e os trabalhadores que se apóia apenas nos "ganhos" e "perdas" derivada do aparato sindical estatal, ficando relegada ao esquecimento uma dinâmica da própria condição e desejo dos trabalhadores.

Não se deve esquecer que, apesar da busca pela homogeneização do existir dos trabalhadores, o poder ditatorial, não conseguiu, dentro e fora dos locais de trabalho, apresentar-se como seu único intérprete a partir de uma única leitura. Se o sindicato estava atrelado ao Estado e inexistiam partidos políticos que possibilitassem atuação autônoma e legal dos trabalhadores, restringir a análise ao primeiro como personagem central da classe é condenar ao exílio histórico todas as outras manifestações políticas e culturais de resistência dos trabalhadores.[585] Sobretudo, quando desde o início, "determinados segmentos de trabalhadores - comunistas e não-comunistas", fizeram

[583] GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 310.
[584] Ver sobre a tentativa da sobreposição da fala do Estado sobre as falas operárias em PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala*: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 36.
[585] LENHARO, Alcir, *A sacralização...*, op. cit., p. 30-1.

com que surgisse cedo, em pleno apogeu do Estado Novo, manifestações de rebeldia que o governo escondeu da opinião pública, como demonstrou Edgard Carone[586]. Foi isso também que procuramos demonstrar neste capítulo.

E como foi visto, faltava muito para os trabalhadores durante o Estado Novo. Não apenas trabalho. Por outro lado, quando ele existia, a classe trabalhadora demonstrou que, mesmo diante de uma ditadura, não precisava apenas trabalhar, mas também reivindicar e lutar por seus direitos.

[586] Ver CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise, 1930-1945*. São Paulo, Ática, 1991, p. 313.

3 - DISCIPLINA E MUITO TRABALHO, HAJA O QUE HOUVER: NACIONALIZAÇÃO, GUERRA E MILITARIZAÇÃO DO TRABALHO

> *Tal reinvenção do eu coletivo – nacional, religioso ou racial – torna-se particularmente explosivo quando o outro é, além de rico e poderoso, intervencionista e negligente frente às necessidades e aspirações de cada um destes povos. O ressentimento, a raiva e a indignação passam, então, a mediar as relações entre este eu coletivo e o outro adverso* (Francisco Carlos Teixeira da Silva)

No Rio Grande do Sul, a partir do Estado Novo, mesmo que a industrialização tenha permanecido baseada na transformação de produtos agropecuários, ocorreu uma maior diversificação do setor industrial, principalmente a partir da conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Isso, sobretudo, através do investimento estatal.

Com o golpe do Estado Novo, também se aprofundou as tentativas de destruição das práticas políticas, sociais e culturais regionalistas, com o aumento da centralização do poder. Para os estados, a justificativa política para o golpe dado por Vargas era o de que a "a autoridade nacional deveria ser preservada para além dos particularismos locais e dos partidos regionais, a fim de evitar que a Nação sofresse os riscos de convulsões sociais e políticas".[587]

A política nacionalizadora buscou a cooptação de grandes parcelas da população e, para isso, desenvolveu a centralização político-administrativa, a partir do governo federal - via "daspinhos" -, sobretudo, a partir da dissolução dos partidos políticos, que eram considerados pelo governo de Vargas como desagregadores regionais. O objetivo foi colocar o poder público em sintonia com a sociedade civil, possibilitando que esta se sentisse parte do Estado, desaparecendo os "maléficos intermediários entre o Estado e a coletividade".[588]

Com esta estratégia, se procurava consolidar as bases do corporativismo, que, como afirma Silvana Goulart, foi uma forma de organização política em que, por meio

---

[587] Cf. ALVES, Paulo. "O poder judiciário no Estado Novo (1937-1945)". In. *História*. São Paulo: Ed. da UNESP, v. 12, 1993, p. 263.

[588] KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994, p. 113-5. Sobre a discussão teórica entre a relação entre o Estado e a sociedade e o caso brasileiro ver FENELON, Déa Ribeiro. "Estado, poder e classes sociais" e MUNAKATA, Kazumi. "Compromisso de Estado". In. *Revista Brasileira de História*. Hai gobierno? São Paulo: Marco Zero, 1984, p. 33-57 e 57-71, respectivamente.

"do Estado se manteve a unidade do poder central", representando a busca da "absorção pelo Estado das organizações de classe pertencentes à sociedade civil - os sindicatos e os partidos".[589] Para os trabalhadores, na ótica estado-novista, restaria a organização em sindicatos corporativos, atrelados ao Estado, para onde se dirigiriam para que este lhes concedesse melhores condições de trabalho. E, como afirma Arnaldo Spindel, "para evitar qualquer possibilidade de transformarem-se estes sindicatos em instrumentos políticos das classes trabalhadoras, o ditador os compelia a despenderem seu orçamento, em programas de saúde e recreação"[590], nos limites institucionais do quadro ditatorial, através de um sindicalismo oficial com uma orientação sintetizada por Giulio Sapeli:

> Se destrói uma representação real e conflitual dos interesses legitimada pelo consenso operário generalizado para substituí-la por uma representação institucional coercitiva e mediadora ao mesmo tempo, a qual, para ser como tal, deve apresentar-se como uma organização menos rigidamente determinada no seu funcionamento no sistema político complexo,devendo acolher as exigências e reivindicações para encarná-la numa espécie de dispersão das tensões.[591]

As manifestações contrárias ao Estado Novo eram reprimidas e perseguidas, pois em relação à autonomia dos trabalhadores, organização sindical independente ou atuação organizada em partidos políticos (mesmo clandestinos, como no caso do PCB), respondia-se que estas eram contra a nação, "elementos de desordem no estado". No Rio Grande do Sul, também foi apenas com a reivindicação para que o Brasil entrasse na guerra contra os fascistas que os movimentos pela redemocratização ganharam maior força.

A política nacionalista e o combate aos regionalismos marcaram o Brasil no pós-1930. Mas essa orientação, de forma nenhuma, impediu que os regionalismos deixassem de ter expressão política, social e cultural. Após 1937, a política cultural do Estado Novo, cada vez mais nacionalizante, inclusive com o fim dos partidos políticos, não impediu expressões regionalistas.[592] Nem por isso vamos esquecer que a contrapartida da negação regional foi a afirmação da integridade do corpo pátrio, pois contra este, o

[589] Ver GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 35-6.
[590] SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980, p. 35.
[591] *Apud* PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Violência do Estado e classes populares". In. *Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 22, 1979, p. 17.
[592] Ver o caso do Rio Grande do Sul, in. KONRAD, Glaucia Vieira Ramos, *A política cultural*...op. cit., p. 129-146

regionalismo era um mal e a política partidária, considerada sua expressão, também o era .[593]

No entanto, não podemos chegar ao exagero de Aspásia Camargo de considerar que o grande ator político que nos explica a evolução de 1930 para 1937, de maneira absolutamente fundamental, eram os estados.[594] Retira-se, dessa forma, a experiência da luta concreta das classes sociais e coloca-se para entes abstratos - os estados -, em última instância, o papel do fazer histórico.

Ao tratar de um estado da Federação, no caso o Rio Grande do Sul, não se pode cair em um erro muitas vezes cometido pelos historiadores locais ou regionais de analisar o objeto como se o regional representasse o estado em sua autonomia absoluta. Assim, uma história regional só tem sentido, quando relaciona a região à formação social em que ela está inserida. Está implícito aqui que a análise não está desconectada do desenvolvimento do capitalismo na formação social brasileira.

Por outro lado, não se desconsidera a dinâmica própria deste desenvolvimento em cada região do país, como aconteceu com o Rio Grande do Sul, pois como afirma Edgard Carone, "as condições brasileiras marcam, em algumas particularidades, o nosso movimento proletário. Uma delas é a da desigualdade do desenvolvimento regional", sendo necessário para isso levantar a realidade regional "para verificar similitudes e diferenças que, como conjunto, representam o retrato real do processo brasileiro".[595] Pois, devemos levar em conta o alerta de Silvia Petersen, sobre visões estereotipadas do nacional, a partir de análises genéricas, as quais podem ter "escasso valor para entender as matizes regionais".[596]

Eric Hobsbawm perguntou certa vez qual a parte que o costume, a tradição e a experiência histórica específica de um país desempenha em seus movimentos políticos?[597] Este questionamento, guardadas as devidas proporções - a preocupação do historiador inglês era estudar de forma comparativa as experiências da França e da Inglaterra - pode ser transportada também para uma pesquisa regional, sem ignorar a

---

[593] DUTRA, Eliana, *O ardil...*, op. cit, p. 179.
[594] Ver CAMARGO, Aspásia. "Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático". In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999, p. 40.
[595] CARONE, Edgard. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 6 e 13.
[596] Ver PETERSEN, Sílvia Regina. "Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira". In. ARAÚJO, Ângela M. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. Um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997, p. 88.
[597] HOBSBAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias*. Resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 75.

experiência do país. Os trabalhadores no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo apresentaram fóruns de universalidade, nacionalidade e especificidade que não resultaram em excepcionalidades, mas apresentaram particularidades que a ciência histórica tem muito a desvelar. Como ressalta o próprio Hobsbawm, não deve o analista se esquecer de que o cenário histórico específico deve colori-las, isto é, mostrar novos matizes que estudos generalizantes não conseguem dar conta.

Como afirma Jane Rodrigues, a história regional (e local) tem derrubado mitos e idéias cristalizadas pela História Geral ou da Nação, oferecendo elementos preciosos para os estudos comparativos, porque permite detectar as rupturas.[598] Também é pertinente a passagem de Vera Alice Silva, quando considera que a história regional "aponta para a complexidade de focos de articulação da ação coletiva, nem sempre inteiramente explicável por referência às classes e à estratificação econômica da sociedade moderna".[599]

Alexandre Fortes, utilizando o exemplo de uma região de operários urbanos de diversas etnias, o Quarto Distrito de Porto Alegre, demonstra que "a proibição do uso da língua Alemã, de circulação de jornais e outros impressos nela escritos, assim como a *nacionalização* de associações das mais variadas naturezas, concluiriam, de forma violenta, o processo de diluição das fronteiras étnicas", no qual, sob a hegemonia alemã, "um amplo espaço de convivência e integração *interétnica* já existia no trabalho, em espaços de lazer, na vizinhança, e na própria participação em movimentos políticos (como comunismo e integralismo [e circulista, acrescento]) ou instituições de base classista, como os sindicatos". Enfim, um lugar que "no contexto de acirramento das relações internacionais que caracterizava o período, chegaram a ser vistos como potenciais *quistos étnicos*".[600]

René Gertz chamou a Campanha de Nacionalização no Rio Grande do Sul de "guerra contra cidadãos – e não contra um outro Estado", cujo processo teve duas faces: "uma se desenrolou no campo educacional, outra no campo policial", sendo que "com

---

[598] RODRIGUES, Jane de Fátima S. "História regional e local: problemas teóricos e práticos". In. *História & perspectivas*. Uberlândia: Ed. da UFU, jan/dez 1997, p. 152-3

[599] SILVA, Vera Alice C. 1990. "Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção de história". In. SILVA, Marcos A. *República em migalhas*: história regional e local. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990, p. 49.

[600] Cf. FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito*: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Ed. da UCS/ANPUH-RS, Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 113. Ver sobre o mesmo tema, no mesmo autor, em "Memória, identidade e comunidade: a enchente de 1941 no Distrito Industrial de Porto Alegre". In. *História Unisinos*. Dossiê: Trabalho e Movimento Operário. São Leopoldo: Unisinos-PPGH, 2002, n. 6, p. 130.

muita freqüência, as ações nesses dois campos estiveram estreitamente ligadas". O autor argumenta que a "nacionalização", seja pelos atos "oficiais", seja por uma parcela da população, por conta própria, "transcorreu de forma e com intensidade variada de lugar para lugar", sendo que a colonização italiana na região serrana, foi "menos agressiva e violenta", que em zonas de colonização alemã, restando ainda "fortes indícios de que assim na chamada Quarta Colônia, no centro do estado, próximo a Santa Maria, em torno de Silveira Martins, os efeitos sobre italianos e descendentes foram muito mais marcantes que na primeira região".[601]

Entretanto, cabe salientar que essa maior repressão aos alemães, se deu pelo fato da descoberta de vários integrantes da espionagem nazista atuando nas regiões de colonização teuta, além de um razoável número de adeptos e simpatizantes organizados do nacional-socialismo.

Gertz mostra que "alguns meses antes que a Segunda Guerra eclodisse oficialmente na Europa, tropas foram despachadas para as regiões a serem nacionalizadas no interior do Rio Grande do Sul", destacando-se o envio de seiscentos e quarenta integrantes da Brigada Militar para Montenegro, em junho de 1939, visando a "nacionalização" da região, bem como para Santa Rosa, através de grandes contingentes militares que foram deslocados para o município, em agosto de 1942.[602]

É dentro deste quadro de compreensão que procuro entender o processo de nacionalização que o Estado Novo procurou impor à sociedade gaúcha, procurando entender as diversas formas de resistências, bem como o reflexo desse processo para os trabalhadores. Nada mais oportuno que analisar alguns processos do TSN, o caso das "professorinhas", "as trabalhadoras em educação do regime estado-novista no Rio Grande do Sul" e a relação dos trabalhadores com a nacionalização do trabalho e a conjuntura da Guerra Mundial.

Crimes Políticos e a Questão Nacional

No TSN, um processo procedente de Caxias do Sul, foi instaurado para apurar a responsabilidade de Luiz Tomasi, acusado de proferir em público ofensas ao Brasil e a expressar-se em italiano.

---

[601] Ver. GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005, p. 145-6 e 153.

[602] RIBEIRO, Aldo Ladeira. *Esboço histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, 1930-1961*. Porto Alegre: Brigada Militar, 1987, p. 428-9 e 442-3, respectivamente, *apud* GERTZ, René, ibidem, p. 172.

As declarações, segundo o inquérito da polícia, confirmavam o fato que ocorrera em 16 de outubro de 1943, concluindo que Tomasi, estava incurso nos artigos 28 e 31 do Decreto-Lei Nº. 4766, de 1º de outubro de 1942, Desnacionalização e Injúrias à Pátria, estando sujeito à pena de 1 a 6 anos de reclusão, conforme o parecer final do procurador do Tribunal, Gilberto Goulart de Andrade.

De acordo com o Cartório Especial da DOPS (enviado também à Repartição Central de Polícia, em Porto Alegre), no dia 17 de outubro de 1943, Aquelino Tomasi, compareceu à Delegacia de Polícia de Caxias, trazendo ao conhecimento das autoridades, que no dia anterior, seu progenitor, Luiz Tomasi, havia sido agredido e espancado por Gabriel Viegas e Pedro Camargo, no interior do Bar "Pontalti".

Gabriel Gonçalves Viegas, um dos indiciados, disse à polícia que se achava no bar quando chegou um senhor, seu conhecido de vista, perguntando a ele se era o caixeiro, visto o último se achar atrás do balcão. Tomasi fez a pergunta em idioma italiano, desrespeitando, desta forma, a lei de nacionalização.

Viegas foi logo respondendo que não entendia o italiano, ao que Tomasi tornou a perguntar em italiano. Nesta altura, Tomasi perguntou-lhe se era brasileiro. Tendo resposta afirmativa, passou a caluniar, injuriar e desrespeitar o Brasil, usando de termos de baixo calão.

Na ocasião, também estava presente Pedro Camargo, o qual, prevendo um desfecho desagradável, conduziu Luiz Tomasi para a rua. Entretanto, Tomasi, que se achava armado de uma britola (canivete de lâmina grande) voltou e ameaçou Gabriel e Pedro Camargo conjuntamente, fazendo com que o primeiro pegasse uma cadeira e desferisse um golpe na cabeça de Tomasi. Devido aos ferimentos, Tomasi ficou impossibilitado de falar e entender, conforme Auto de Exame de Corpo de Delito, deixando de prestar declarações sobre o fato. Segundo a polícia, por se tratar de um "mau brasileiro", o caso deveria ser levado adiante.

O processo terminou no TSN, resultando em absolvição de Luís Tomasi, por "deficiências de provas". Por outro lado, foi recomendada a Gabriel Gonçalves Viegas, por possuir "uma noção muito selvagem e bárbara mesmo de patriotismo", a "sua apresentação voluntária e imediata às autoridades militares do Estado, para fazer parte de um dos corpos de Expedicionários, onde "poderia, em luta corpo a corpo, ferir de morte o nosso inimigo. Afinal, Luiz Tomasi estava calmamente bebendo o seu copo de vinho, talvez pensando nas maldades dos inimigos, quando sem mais, foi provocado

pelo desordeiro citado, naquele momento, "entregue à Polícia, para responder pelo crime de ofensas corporais graves na pessoa do acusado".[603]

Pelo Decreto-Lei nº. 4545, de 31 de julho de 1942, o crime cometido por Alma Stahl e Maria Boiarski, residentes na Vila Três de Maio, do município de Santa Rosa, foi utilizarem-se da bandeira nacional para limpar o chão do hotel onde trabalhavam; a primeira como proprietária e a segunda como empregada. O ultraje à bandeira nacional teria provocado a indignação no seio da localidade, sendo necessária a intervenção da polícia, que instaurou inquérito, fez ouvir testemunhas do fato e obteve declarações das classificadas. O delito era punido com a pena de seis meses a um ano de prisão.

Segundo o Termo de Declarações da Repartição Central de Polícia, em 1º. de abril de 1944, Alma Stahl, declarou que em 1943, quis hastear a bandeira nacional, em um dia feriado, e seu marido não permitiu porque esta se achava fora de uso, em virtude de ser muito velha. Dessa forma, guardou a bandeira e mais tarde precisando lavar o hotel, utilizaram a bandeira para limpar o piso, não sabendo que assim procedendo estava cometendo um grande erro.

Antes disso, 29 de março de 1944, Maria Boiarski já havia declarado à polícia que se empregou no Hotel Familiar e que certo dia, precisando lavar o hotel, lançou mão da bandeira brasileira que já se achava fora de uso e completamente inutilizada. Dali em diante sempre utilizava a bandeira para servir de esfregão na limpeza, assim como outras colegas de trabalho, sem que lhe viesse na idéia que estava cometendo um crime. Entretanto, naquele mesmo dia 29, quando fazia o serviço rotineiro, um funcionário da subprefeitura fez a apreensão da bandeira, levando-a para o sub-delegado de Polícia Vilarim Rodrigues.

Na defesa da ré Maria Boiarski, foi alegado por Emilio Martins Buehrer que a mesma personificava, com surpreendente fidelidade, "o tipo de retardo mental", que o código penal brasileiro, isentava de personalidade criminal. Segundo o argumento de defesa, "nascida e criada no meio do mato, em contato permanente e exclusivo com o primitivismo e a brutalidade desse ambiente, ela viveu sempre, até que se transportou para o Hotel Familiar, uma vida inteiramente instintiva". Ali, "nunca lhes abriram clareiras na inteligência e jamais buscavam imprimir um sentido humano e social as suas forças anímicas". Para ela "a bandeira de uma pátria é simplesmente um pano",

[603] Ver o Processo Crime de Luiz Tomasi, no ANRJ, Fundo Tribunal de Segurança Nacional, Processo nº. 4486, Apelação nº.2168.

sendo apenas "capaz de distinguir umas das outras, em razão das diversidades das cores". Recomendava a defesa que "os cuidados da saúde, educação e da cultura do povo são deveres que se impunham precipuamente ao Estado", conforme a Constituição de 1937.

Terminava a defesa, afirmando que a ré era filha da terra, mas ligada, por laços de sangue, à Polônia martirizada, que em defesa dos ideais humanos de justiça e liberdade, vinha pagando os mais pesados e sangrentos tributos. Assim, não bastando a "sua imbecilidade para ditar uma sentença absolvitória", ela deveria ser pronunciada, então, "em homenagem aos seus heróicos ancestrais", cujos filhos estavam, ao lado do Brasil, lutando e morrendo nos campos de batalha, "irmanados pela idéia comum de eliminar aqueles que, enxovalhando bandeiras, insistem em fazer retroceder o mundo à época da barbárie"

No depoimento ao juiz de Santa Rosa, Alma Stahl apresentou uma segunda versão: dizendo ser inverídica a acusação contra ela e que também não podia atribuir o fato a Maria Boiarski, visto que não a viu lavando o assoalho com a bandeira nacional. Além disso, naquele momento, de 1944, o fato incriminado tinha se passado havia 15 meses, sendo que, depois disso, o hotel havia sido consumido pelo fogo.

No depoimento das testemunhas, entretanto, pelas respostas às indagações, pode-se antever o tipo de perguntas formuladas, sendo que o caso ganhou maior dimensão. Venâncio dos Santos, funcionário público, disse nunca ter percebido que naquele hotel se falasse alemão, que nas festas cívicas, nunca os proprietários do mesmo deixaram de hastear o pavilhão nacional à frente do edifício e nunca soube que Alma Stahl e seu marido professassem idéias nazistas ou se tivessem manifestado favoravelmente, à vitória das nações do Eixo na guerra. Por sua vez, acreditava que Maria Boiarski, como menor, não era capaz de "apreender os significados da bandeira nacional". Estes argumentos foram repetidos pelo comerciante Carlos Verri.

No entanto, os argumentos da defesa foram insuficientes, em 9 de janeiro de 1945, o ministro do TSN, Raul Machado, condenou Alma Stahl e Maria Boiarski à pena de 6 meses de prisão.[604]

Walter Mayer, morador de Roca Sales, foi classificado em delito, incurso nos artigos 28,29 e 31 do Decreto-Lei nº.4766, de 11 de outubro de 1942, qualificado por ter freqüentemente usado "expressões injuriosas ou desrespeitosas" contra o Brasil, bem

[604] Cf. APERJ, Fundo Tribunal de Segurança Nacional, Processo Nº. 5450, Apelação Nº. 2603.

como divulgar notícias tendenciosas e insurgir-se contra determinações legais, como o uso do alemão, além de, em reuniões no seu quarto de dormir, trazer amigos ou companheiros, a fim de escutar estações germânicas, sendo considerado assim, "elemento altamente perigoso"

Para o delegado de polícia de Estrela, Julio de Souza Moraes, que acompanhou o caso, através de relatório enviado à Repartição Central de Polícia de Porto Alegre, para a DOPS, em 15 de maio de 1943, a população de Estrela, em quase totalidade, era nazista, destacando-se na comunidade Walter Mayer, empregado da firma Orlandini & Cia, de Roca Sales. Este, conforme os depoimentos, havia muito tempo, vinha atacando em público o governo brasileiro, suas autoridades policiais e administrativas.

Contra Mayer, a testemunha Joaquim Tomaz Pereira, oficial de justiça, disse que desde que o Brasil havia rompido relações com o Eixo, Mayer teria auxiliado em viagens certos indivíduos suspeitos da cidade, que se reunia para escutar estações germânicas e que costumava propalar as notícias que ouvia da Alemanha.

No seu Termo de Declarações, Walter Mayer, comerciante, confirmou que tinha um rádio, mas que costumava, quando estava só, escutar todas as estações, entre estas, as alemãs, mas quando estavam seus colegas, escutavam apenas a Farroupilha de Porto Alegre. Disse também, que não fazia comentários sobre o que ouvia das estações alemãs, não sendo sequer o proprietário do rádio, negando que tenha comentado que o ministro Oswaldo Aranha, tinha vendido a siderurgia nacional aos norte-americanos. Confirmou que dissera, mais de uma vez, que se convocado, não iria fazer como muitos, que tentaram comprar a dispensa de convocação, para não servir, sendo que o subprefeito de Roca Sales tinha sido convocado, não sabendo de que maneira a referida autoridade conseguiu livrar-se da convocação. Para ele, tudo advinha de Oscar Kirsten, de nacionalidade alemã, de onde surgira a estúpida suspeita, por ter escutado rádio consigo, mas tinha conflitos fora dali.

Chamado a depor, Oscar José Kirsten afirmou que tudo que estava acontecendo era fruto da inimizade rancorosa do ex-subdelegado e ex-subprefeito de Roca Sales, Clóvis Azambuja. Entendia assim, que o TSN não podia agasalhar denúncias que visavam "tão somente vinganças pessoais e não o interesse nacional", sendo que Walter Mayer sempre cumprira com os seus deveres cívicos conforme se via nos atestados que acompanhavam o processo, firmados pelo presidente local da LDN e o prefeito municipal, pois se o denunciado fosse um elemento "altamente pernicioso", conforme rezava o inquérito, por certo as autoridades não firmariam atestados como aqueles.

Como testemunha de defesa, apareceu Célia Machado, funcionária pública municipal de Roca Sales, dizendo que a acusação feita ao denunciado era uma injustiça e somente se podia atribuir a mesma, às perseguições mesquinhas do ex-subdelegado da Vila de Roca Sales, Silvio Ronda, bem como a Clóvis Azambuja, que também ocupou o cargo de subdelegado, visto que estes, no exercício de suas funções, praticaram várias arbitrariedades na vila, começando a perseguir o denunciado, porque o mesmo não se deixou intimidar.

Na sentença, sendo que nada fora provado o acusado foi absolvido, pois tudo se tratava de "tricas e futricas de aldeia, das quais no caso não escapou a de Estrela, no Rio Grande do Sul".[605]

O Outro Lado das Trabalhadoras em Educação: as "Professorinhas da Nacionalização"

Com o acirramento das lutas européias e a ascensão do nazi-fascismo e a propagação pelo interior do estado dos ideais nazistas de dominação da América do Sul, se intensificou a atuação de espiões alemães que se dirigiam às regiões de colonização e ali estabeleciam um importante trabalho de convencimento e adesão das famílias de descendentes.[606]

Abandonados à própria sorte pelo Estado, estes núcleos coloniais tiveram que resolver os problemas decorrentes da falta de estradas, de escolas públicas, hospitais, etc. Para Seyfert a concentração dos imigrantes alemães em áreas isoladas "resultou numa organização comunitária própria" e diante da "omissão do Estado", necessária para a sua própria sobrevivência.[607] A língua materna tornou-se o fator de integração desta população e, ao mesmo tempo, de desintegração, na visão do estado gaúcho.

Esta situação, que já perdurava mais de um século, passou a preocupar os governos estadual e federal e a exigir soluções urgentes, em nome da segurança nacional. Uma das formas de tratar esta questão resultou em leis e decretos que aliados à

[605] ANRJ, Fundo Tribunal de Segurança Nacional, Processo Nº. 5650, Apelação Nº. 2848.
[606] Não foi por nada que "uma das primeiras medidas tomadas pelo Ministro da Guerra, Dutra, em relação aos problemas das atividades nazistas no Sul, foi autorizar, em julho de 1938, a censura do correio no Sul, fato que suscitaria protestos repetidos da Embaixada alemã". Ver HILTON, Stanley. *Suástica no Brasil*. A história da espionagem alemã no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 236.
[607] SEYFERT, Giralda. .Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999. p. 204.

ação policial, buscavam a integração, mesmo que forçada, das comunidades resultantes do processo de imigração, tudo em nome da unidade nacional.

Como nos mostra Helena Bonemy, "a associação entre educação e segurança nacional tem sua origem no Brasil em momentos de política autoritária, quando a educação é enaltecida como instrumento eficaz de controle", através da "necessidade imperativa da ordem e da disciplina", onde é definido "o que será e a que servirá a educação". Para a autora, não é por outra razão "que o Exército, a quem pertence o monopólio da segurança nacional, interveio incisivamente nas questões relativas à educação sempre e quando esteve em questão a manutenção dos regimes autoritários no Brasil". Nesse sentido, a definição da política educacional depois do golpe de 37 se construiu a partir da "vinculação de um projeto de segurança nacional à participação ativa do Exército no sistema educacional", conformando a idéia de que, "no Estado Novo, a educação deveria constituir-se num projeto estratégico de mobilização controlada". Este projeto tinha como núcleo central "a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira", pois estava em questão "a identidade do trabalhador, a construção de um homem novo para um Estado que se pretendia novo". Incluía-se nesta pauta "a delimitação do que seria aceito como nacional e, por contraste, o que seria considerado estrangeiro, estranho, ameaçador".

Continuando este esclarecimento, Bonemy indica que "uma das dimensões estratégicas para o avanço de tal programa nacionalizador foi, indiscutivelmente, a educação", sendo que "dois obstáculos precisavam ser ultrapassados: a sobrevivência de uma prática regionalista e a presença de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização", tratando-se de "'homogeneizar' a população, afastando assim, o risco de impedimento do grande projeto de identidade nacional", intervenção esta chamada de nacionalização do ensino. Isso se deu imediatamente quando o Estado Novo completava seu primeiro ano, através do Decreto nº. 868, de 18 de novembro de 1938, que criou a Comissão Nacional de Ensino Primário, estabelecendo entre outras questões a "nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros". Logo depois, veio o decreto nº. 948, de 13 de dezembro de 1938 que, "sob a consideração de serem complexas as medidas de promover a assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros, determinou que as medidas com esse fim fossem dirigidas e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização".

Para Bonemy, a "precariedade da instrução oficial nos estados do Sul, principalmente no Rio Grande do Sul, levava a que os colonos dessem preferência ao ensino dos colégios particulares alemães".[608]

Ainda, em 8 de abril de 1938, o governo do estado do Rio Grande do Sul já havia assinado decreto que nacionalizava o ensino privado, tornando o idioma nacional obrigatório e o segundo idioma como auxiliar, até que o processo de nacionalização se efetivasse.[609] A situação da educação privada no estado, no início desse processo, segundo dados da Secretaria da Educação, apontava para a existência de duas mil aulas alemãs e, no caso das escolas italianas mantidas pelo consulado italiano, eram em número de oito estabelecimentos de ensino, sendo que cinco em Porto Alegre e os outros em Caxias do Sul, Santa Maria e Pelotas.

As escolas alemãs dividiam-se entre as administradas por católicos e por protestantes. As escolas administradas por padres protestantes foram as que causaram maiores entraves para os objetivos nacionalizantes do estado. A força religiosa e política do Sínodo Riograndense, segundo dados apresentados pela própria organização, compreendiam "91 paróquias, 400 comunidades, 31 mil famílias e 172 mil almas".[610]

O pastor e professor H. Richter escreveu uma obra denominada *No Brasil Meridional como pároco e diretor de escola*, na qual teceu suas opiniões acerca da nacionalização do ensino e das instituições brasileiras durante o período em que esteve no Brasil: "O Congresso Nacional, como parlamento da República, resolveu que só seja permitido ensinarem todas as escolas na língua vernácula (português). (...) É este o agradecimento das 'grandes nações' pelo trabalho cultural dos alemães no mundo! O Brasil meridional deve principalmente aos alemães ter-se tornado o que é. Subtraindo a colonização alemã, só resta um produto miserável".[611]

Para o pastor Richter a atitude tomada pelo governo federal demonstrava uma falta de "gratidão" do Brasil para com a Alemanha, já que esta era a responsável pela entrada do Brasil na "civilização". Além disso, o pastor ironizava que os trabalhadores

---

[608] Cf. "Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo". In. PANDOLFI, Dulce (Org.), ibidem, p. 142, 151-2, 154 e 157-8.
[609] De acordo com dados da Secretaria de Educação do RS, a rede das escolas particulares no estado era a maior do Brasil. Em 1938, quando iniciada a nacionalização do ensino foram registradas 2.418 escolas particulares. SOUZA, J. Coelho de. *Denúncia*: o nazismo nas escolas do Rio Grande. Porto Alegre: Thurmann, 1941, p. 74-5.
[610] Os dados foram citados por Coelho de Souza e retirados da obra "No Brasil Meridional como pároco e diretor da escola", de Siegfried Heine, editado por H. Richter, Alemanha. Diretrizes. Maio de 1939. Ano II, n. 14, in. CABELLO, Benjamim Soares. Uma obra de profunda brasilidade, p. 32.
[611] Idem, p. 32

brasileiros das fábricas realizavam "serviços mecânicos", eram "negros e mulatos", enquanto que, "para trabalhos difíceis e de responsabilidade, gostava-se dos empregados alemães".[612]

O desenvolvimento econômico das regiões coloniais do Sul e Sudeste do Brasil constituiu-se em parâmetro étnico fortemente utilizado para ressaltar a supremacia do trabalhador alemão frente ao caboclo ou mestiço, que segundo as idéias racistas formavam o trabalhador brasileiro. Para o pastor, "o teuto brasileiro, tal qual outros alemães ou estrangeiros, busca uma idéia de valor imperial, a qual se deva submeter o mundo. Tarefa do páraco no estrangeiro é anunciar uma tal idéia ao povo alemão estrangeiro. Esta idéia, porém, não pode ser outra senão a idéia do Reich alemão, para a qual também deriva o Nacional-socialismo".[613]

Em agosto de 1938, Ney Britto, segundo oficial da Instrução Pública, foi designado pelo secretário da educação do estado, Coelho de Souza, para empreender viagem por diversas localidades do interior do estado, principalmente nas zonas de colonização alemã, com o objetivo de "conhecer o ambiente" e, a partir das informações colhidas, elaborar medidas para o cumprimento das normas da nacionalização do ensino. Em entrevista Britto expôs a realidade encontrada.

No interior de Cruz Alta, no distrito de General Osório, Britto relatou que havia visitado, em companhia de autoridades da cidade sede, uma aula com cerca de quarenta crianças cujo professor era "um jovem teuto-brasileiro". Ao inquirir os alunos, Britto solicitou que os alunos que fossem brasileiros se levantassem, mas "ninguém se mexeu". A pergunta foi repetida, sendo o resultado o mesmo. Diante deste fato, Britto resolveu "mudar o processo" e realizou o seguinte questionamento: "os alunos que forem alemães levantem-se". A resposta veio imediatamente, quando "todos os garotinhos, a um tempo ergueram-se de suas classes", mesmo que todos fossem nascidos na localidade e filhos de teuto-brasileiros, relata o inspetor. Britto também percebeu a existência no fundo da sala de algumas bandeiras e apanhou uma que trazia "as cores do pavilhão alemão". Novamente dirigindo-se aos alunos perguntou que bandeira era aquela, no que responderam que era "a nossa". Depois disto dirigiu-se ao professor que, "impassível, assistia ao exame de seus alunos", e perguntou o que aquilo significava. O professor respondeu: "esta é a bandeira brasileira doutor".

[612] Idem, retirado do memorial intitulado "A missa étnica do páraco no estrangeiro", p. 32-3
[613] Idem, p. 33.

Na localidade de Linha Facão, interior de Candelária, Ney Britto relatou o caso de uma aula onde havia perguntado o nome do presidente da República e se já haviam ouvido falar nele. As crianças responderam que não. Diante desta resposta questionou se conheciam Adolfo Hitler e obteve a seguinte resposta: "ele não vem aqui, mas nós o conhecemos". Diante deste quadro, o oficial da Instrução Pública determinou o fechamento das escolas por descumprimento às leis de nacionalização.[614]

A entrevista do encarregado da nacionalização das escolas estrangeiras causou protestos nas regiões por ele visitadas. Um exemplo da polêmica suscitada, ocorreu em Ijuí, quando João Wichrowski, em nome do Sindicato dos Empregados do Comércio de Ijuí, se viu obrigado a defender os comerciantes locais diante das afirmações de Ney Britto, que havia colocado que estaria "sujeito a abrir falência o comerciante" que não sabia "falar língua estrangeira". Para o representante do Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí, as afirmações de Britto não correspondiam à realidade e que este fora "orientado por pessoas" que não conheciam o "nobre comércio ijuiense", que na totalidade era brasileiro.

Outros telegramas com o mesmo teor foram enviados pelo Sindicato dos Bancários de Ijuí e da Associação Comercial da cidade.[615] A reação ao projeto de nacionalização estava apenas no início, tanto por parte das comunidades de colonização alemã e italiana, quanto por parte do governo estadual. Como o decreto de nacionalização do ensino privado não estava sendo cumprido, a Secretaria de Educação do estado, em face da ineficácia deste, através de novo decreto, de 12 de dezembro de 1938, determinou o fechamento de grande número de escolas que não se sujeitaram a nacionalização e estavam em situação irregular.

A iniciativa de nacionalização do ensino implementada pelo governo do Rio Grande do Sul serviu de exemplo para outros estados, como sustentáculo de uma concepção autoritária de mundo. E este processo não teve apenas um significado restrito ao Estado Novo. Como complementa Francisco Carlos Teixeira da Silva, a idéia-força daqueles métodos educacionais, no lar e na escola, ou nas práticas didático-repressivas dos exércitos e polícias civis contemporâneas, seria ponto de partida para a construção de uma personalidade autoritária.[616]

---

[614] Entrevista concedida por Ney Britto, *Correio do Povo*, 16 de agosto de 1938, p. 7.
[615] *Correio do Povo*, 4 de setembro de 1938, p. 17
[616] Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Clausuras contemporâneas: individuação". In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (Orgs.). *Escritos sobre História e Educação*. Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: MAUD/FAPERJ, 2001, p. 91.

Assim, de acordo com dados do Ministério da Educação e Saúde, de 1937 a 1942, cerca de duas mil escolas "que se constituíam em elementos de perturbação dos interesses nacionais" foram fechadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.[617]

Poucos dias após a assinatura do novo decreto, foram fechados dois colégios. Em nota oficial, o secretário da Educação, Coelho de Souza, incumbia ao chefe de polícia do estado, Aurélio Py da Silva, que mandasse fechar em caráter definitivo a "aula particular alemã", dirigida pelo professor Germano Hegemeyer, na localidade de Rolante, pertencente ao município de Santo Antonio da Patrulha. A ação foi motivada em resposta à negativa do referido professor de ministrar as aulas em idioma português, quando fora intimado a cumprir as exigências do decreto governamental. Em depoimento prestado à polícia, Hegemeyer declarou que só deixaria de "ensinar em língua estrangeira" quando recebesse ordem direta da sua "Pátria, que era a Alemanha", da qual era descendente. Além disso, argumentou que "para ensinar português bastava conhecer algumas palavras".

Já em Igrejinha no município de Taquara, o Colégio Sinodal foi fechado em caráter temporário, uma vez que o diretor só ministrava aula no idioma alemão.[618]

Em Pindorama, ex-Neuwuertenberg, município de Cruz Alta, uma professora do estado, ao tentar tomar posse no seu cargo no colégio Elsnau, foi colocada a correr pelo diretor da escola. Não bastasse o impedimento da professora, o mesmo diretor organizou um desfile dos professores, os quais marcharam pela cidade de braços erguidos, simbolizando a prática do Partido Nacional Socialista, na clássica saudação nazista. O desfecho do episódio terminou com a escola fechada e a abertura de inquérito pela chefatura de polícia. Em comunicado oficial da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul foi colocado o motivo para a medida extremada:

> A orientação moderada e cordial que o governo do estado está tendo em relação aos problemas da nacionalização do ensino, parece que tem sido mal interpretada por certos núcleos de origem colonial que timbram em desrespeitar nossos *liberais* decretos atinentes às escolas particulares. Em face dessa atitude, deliberou o

[617] AEL/UNICAMP, *Cultura Política*, Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Ano II, n. 21. Edição Especial Comemorativa do 5º. Aniversário do Estado Nacional, 10 de novembro de 1942, p. 29.
[618] *Correio do Povo*, 18 de dezembro de 1938, p. 9.

> Governo fechar todos os estabelecimentos que assim têm procedido no decurso deste ano [1938], não permitindo a sua reabertura no próximo ano letivo.[619]

Colocadas no olho do furacão, mais de mil jovens normalistas foram incentivadas a prestarem concurso e exercerem o estágio obrigatório do magistério nas zonas coloniais. O governo do estado acenava com vantagens financeiras e, ao mesmo tempo, em que elevava o papel patriótico que estas estavam prestando para o bem da Nação.

No início de junho de 1938, foram nomeadas de uma só vez quatrocentas novas professoras, todas para atuarem no interior do estado.[620] Não demorou muito e as denúncias de represálias, animosidades e até agressões contra as "professorinhas" começaram a surgir, em diferentes localidades.

Um caso que chamou muito a atenção da imprensa da época foi o de Annita Karpilovisky, nomeada para o cargo de "professora de nacionalização". Designada para atuar em uma aula alemã, dirigida por Alfredo Fetter, na localidade de Marques de Souza, distrito de Lageado, desde a sua chegada ao local, passou a sofrer "tenaz campanha do diretor". Annita apresentou a sua portaria ao diretor, que se recusou a princípio, a dar-lhe função em sala de aula. Não conseguindo impedi-la de assumir o seu cargo, o professor Fetter passou, então, a "uma tenaz perseguição" contra a professora, "chegando por vezes a desfeitá-la" na frente dos alunos. As atitudes do diretor contra Annita não ficaram restritas à escola. Este criou uma situação de "insustentável hostilidade entre a população", ao ponto da professora não conseguir sequer uma casa para morar. Com muita dificuldade conseguiu alugar "uma peça, aí vivendo completamente só", sendo obrigada a preparar "os seus alimentos", pois os moradores se recusavam a fornecer qualquer tipo de produto.

Diante da situação que se viu obrigada a enfrentar, a professora ficou "em estado de grande depauperação" e, passado algum tempo, retirou-se da escola e da localidade. O caso da professora Annita Karpilovisk fez com que o secretário da educação determinasse o fechamento da escola e a transferência da professora.[621]

Em Nova Pompéia, distrito de Bento Gonçalves, os sacerdotes entraram em confronto com o prefeito Sabino Menna Barreto. Em entrevista à imprensa, o prefeito

---

[619] Grifos meus. Cf. o artigo "Problemas brasileiros. O Drang Nach ... América", publicado na revista *Diretrizes*, Ano I, n. 12, março de 1939, p. 37.
[620] *Correio do Povo*, 5 de junho de 1938, p. 10.
[621] *Correio do Povo*, 26 de fevereiro de 1939, p. 7.

relatou que em vários distritos do município de Bento Gonçalves não havia escolas públicas, enquanto que os sacerdotes abriam escolas particulares. Para mudar esta situação, Barreto buscou o auxílio do governo do estado para a instalação de escolas públicas.

Em represália, promoveram campanha de descrédito à pessoa do prefeito. Na sindicância mandada instaurar por Barreto, foi constatado que em sermão na Igreja Nova Pompéia, o padre Manoel teria dito que: "esta vila há de ser arrasada, restando apenas uma família. As crianças que freqüentarem o Grupo Escolar nós as amaldiçoaremos e as professoras hão de morrer dentro de dois meses, roídas, pelos vermes". O sermão, segundo constava no inquérito, havia sido pronunciado em idioma italiano.[622] Uma nota oficial, distribuída à imprensa pelo Bispado de Caxias, dizia que, no caso de Nova Pompéia, não existia a menor gravidade, dando-se por encerrada a questão.[623]

A lei de nacionalização do ensino e das prédicas religiosas desagradou também o Arcebispado de Porto Alegre. O arcebispo D. João Becker enviou carta ao chefe de polícia Filinto Muller, queixando-se que tal medida estava prejudicando "enormemente a paz social nas zonas rurais", sendo que os "erros cometidos e tolerados" pelos governos ao longo dos anos, não poderiam ser corrigidos de uma hora para outra. Becker também se contrapunha à obrigatoriedade da pregação em língua vernácula e defendia que nas populações onde o português ainda não fosse bem compreendido, que se pregasse ao mesmo tempo "em idioma estrangeiro", para que as comunidades pudessem "entender as verdades religiosas". O arcebispo ponderava que os bispos rio-grandenses não se colocavam contrários à nacionalização, mas combatiam a fiscalização policial nas zonas coloniais, o que lhe havia causado "profundo desgosto", mesmo contra o seu "protesto formal". Becker comparava os "métodos draconianos adotados, muito parecidos com expedientes nazistas" e lembrava a Müller que, "até comunistas fichados" desempenhavam "funções públicas com grande admiração de muitos". Além disso, para o religioso, não era de se admirar "que os comunistas" influenciassem "na chamada nacionalização" para atingir os seus objetivos, auxiliados pelos inimigos do Estado e da Igreja.[624]

---

[622] Entrevista do Prefeito de Bento Gonçalves, ao jornal *Correio do Povo*, 1º de agosto de 1939, p. 12.
[623] *Correio do Povo*, 2 de agosto de 1939, p. 3.
[624] Carta enviada pelo arcebispo de Porto Alegre para Filinto Müller, em 4 de janeiro de 1940. FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM/Rio Grande do Sul chp. Sips IV-154.

As professoras nomeadas para a nacionalização do ensino aos poucos foram percebendo a situação que as esperava. Despreparadas para a nova realidade, elas buscavam de todos os meios a transferência para outras localidades, longe de todas as questões que envolviam as populações coloniais.

Diante dos problemas enfrentados, os professores públicos destacados para atuarem na nacionalização do ensino encaminharam ao secretário da Educação a reivindicação de vantagens pelas suas funções. Em despacho ao pedido, Coelho de Souza respondeu que o serviço de nacionalização do ensino era o ônus que se impunha ao patriotismo do magistério e não "fonte de qualquer vantagem". Além disso, colocava que o estado sempre havia procurado "recompensar materialmente essa tarefa", mas ressaltava que o professor designado para a função não deveria "esperar outra recompensa que não a certeza do dever cumprido para com a Pátria, em hora de excepcional gravidade". O secretário lembrava ainda, aos professores, que a lei havia instituído "em seu favor uma gratificação de um terço dos vencimentos e a contagem em dobro" do tempo de serviço "prestado nos colégios nacionalizados". Por tudo isto, ele considerava que estas vantagens só poderiam ser usufruídas se houvesse um "trabalho duplicado", ficando ao "arbítrio dos professores fiscais" a opção de servir "apenas na escola particular em fiscalização", mas percebendo o "ordenado simples" sem contar o tempo de serviço em dobro.[625]

O órgão de imprensa oficial do governo no Rio Grande do Sul passou a realizar uma série de reportagens especiais nas regiões onde a nacionalização do ensino enfrentava sérios entraves. O governo, através destas matérias, procurava desfazer os ressentimentos agravados tanto pelos "nacionais" quanto pelos "estrangeiros", depois que as inúmeras denúncias começaram vir a público pelas professoras. A primeira matéria publicada mostrava a forma como o município de Estrela acompanhava "o surto maravilhoso", que se operou na "obra nacionalizadora e a favor da instrução pública em nosso País", onde o município tudo fizera "para estar a altura daquele grande empreendimento".

Um exemplo desta sincronia com os princípios da nacionalização estava "na simpatia e boa vontade" encontrada pelas "professoras da nacionalização", o que facilitava "a espinhosa, mas nobre missão" de que estavam incumbidas. A reportagem destacava que, mesmo sendo um "município de colonização de origem alemã", em

[625] Cf. *Jornal do Estado*, 20 de dezembro de 1939, p. 1

Estrela todos foram "bem acolhidos, tão considerados como se estivéssemos em qualquer outra parte do Rio Grande", complementando que parecia que toda aquela gente não pensava e não desejava outra coisa "senão ser considerada e tida como brasileira".[626]

Algum tempo depois, o secretário de Educação fez nova declaração sobre a atuação das professoras responsáveis pela inspeção das escolas do interior do estado. No seu depoimento Coelho de Souza enalteceu a força das "jovens professoras", que longe das suas famílias, "desamparadas de todo o conforto", essas meninas, através de uma conduta moral que as impunha ao respeito das populações, e com um "entusiasmo patriótico desconhecidos entre nós", realizavam em profundidade uma "obra civilizadora". O secretário apelava para que o Rio Grande "olhasse sempre, com carinho e com admiração" as jovens professoras, que formavam a classe que cumpria "com maior compenetração o seu dever", no momento em que o estado estava passando e que servia de exemplo e sugestão para a "gente frívola das cidades" e também para os "pessimistas e os negativistas" que existiam em abundância no Rio Grande do Sul.[627]

Um mês após a manifestação elogiosa às jovens professoras, Coelho de Souza tornou público novo despacho, desta vez, criticando-as por buscarem brechas legais para o afastamento das atividades docentes. Em conseqüência do requerimento de uma professora, solicitando licença de seis meses para tratamento de interesse, Coelho de Souza expediu um despacho para conhecimento do interventor do estado. O secretário de Educação solicitava o indeferimento do pedido por duas razões:

> (...) Em primeiro lugar, consoante tenho informado várias vezes, a licença para tratamento de interesse deve ser, sistematicamente, denegada aos professores primários já que o interesse do ensino deve prevalecer sobre o interesse individual. Se não convém ao professor o exercício do seu cargo, deve ceder, definitivamente, o seu lugar a outro. (...) Em segundo lugar, depreende-se do pedido que a requerente pretende fazer o curso referido para, munida de mais um diploma, exercitar a sua atividade no setor de saúde pública, em alguma cidade – procurando fugir à zona rural.Tal espírito não se coaduna com a hora presente e para os comodistas não há lugar nos nossos quadros, atualmente. (...).[628]

[626] Ver Caderno – Segunda Secção – "Estrela, a rainha do Alto Taquari", *Jornal do Estado*, p. 2-3.
[627] Cf. "Tudo que se disse sobre o magistério primário fica aquém do merecido e da realidade", *Jornal do Estado*, 25 de junho de 1940, p. 2.
[628] *Jornal do Estado*, 25 de julho de 1940, p. 1

Coelho de Souza em seu parecer final apresentava duas alternativas para a requerente, "integrar-se na sua nobre atividade" ou "abandonar definitivamente o magistério", já que esta o havia iniciado "com pouca vocação".[629] Outras medidas ao longo do tempo, foram tomadas a fim de evitar que as professoras públicas conseguissem sair pelos meios legais de suas atividades nas zonas coloniais.

O Decreto nº. 7340 estabeleceu as penalidades impostas às professoras que lançassem "mão de intermediários" para alcançarem transferência da zona rural. O governo do estado, ao criar a Carreira de Professor, estabeleceu que o ingresso só poderia se realizar através de concurso de títulos, tornando obrigatório o estágio nas diversas regiões e determinando que para o acesso aos estágios superiores se daria através de um concurso de transferência.

A Secretaria de Educação resolveu fazer uso das penalidades previstas no artigo 107, do decreto 2.432 de 14 de julho de 1919, revigorado pelo decreto 7340, de 28 de junho de 1938, quando quatro professoras tentaram conseguir transferência por meio de intermediários. A exposição de motivos constante na portaria que ressuscitou o referido decreto era a seguinte:

> Não tendo conseguido violar o sistema, e na ânsia de fugir à vida rural, sem embaraço das vantagens materiais e facilidades de hospedagem que lhes tem sido assegurados, inúmeras professoras procuram alcançar, dentro do mesmo estágio, remoção que as aproxima, tanto quanto possível, dos centros urbanos, com desprezo da sua alta missão e com recurso ao velho processo da intervenção de mediadores. Para pôr termo a essa prática várias circulares reservadas têm sido dirigidas ao professorado primário, encarecendo a necessidade de sua permanência na zona rural e, proibindo-lhe, expressamente, o emprego de empenhos em favor de seus interesses, sob penas disciplinares.[630]

A professora Ana Luiza de Macedo, era uma jovem porto-alegrense, recém formada pelo Instituto de Educação. Tendo ouvido falar das nomeações, candidatou-se a uma das vagas abertas pela Secretaria, argumentando que não sabia bem onde ficava o lugar, só que se chamava Vila Imperial. Diziam a ela que era perto da capital, pouco

[629] Idem, p. 1
[630] *Jornal do Estado*, 18 de setembro de 1941, p. 1

mais de cem quilômetros, dando para ir de ônibus. Consigo, uma esperança: "o pai disse que logo conseguirei transferência para outro lugar melhor".



13 - "As moças que salvam uma geração" – "Professorinha".
Fonte: Foto de Capa da R*evista do Globo,* 28 de março de 1942.

Em março de 1939, Ana Luiza foi de ônibus com destino a Vila Imperial. Não levava consigo mais do que uma malinha, mil sonhos de aventura na cabeça, e uma grande vontade de trabalhar. Como a maioria das "professorinhas", Ana Luiza chegou à localidade sem conhecer a realidade, muito menos qualquer pessoa. Imaginando que seria recebida com carinho pela população, estava a lhe esperar apenas a nova diretora da escola, também "professorinha" de fora. Ambas passam a compartilhar um pequeno hotel como local de moradia. Já na primeira noite foi colocada a par da situação a ser enfrentada. Na cabeça de Ana Luiza o sonho de logo ser transferida. Na prática, as determinações legais baixadas por Coelho de Souza: o interesse do ensino deveria prevalecer sobre o interesse individual. Se não conviesse à Ana Luiza o exercício do cargo, deveria ceder o seu lugar, abandonando o "sonho do magistério".[631]

[631] Sobre isso ver a matéria de Justino Martins "Moças que salvam uma geração", *Revista do Globo*, ano XIV, n. 316, Porto Alegre, 28 de março de 1942, p. 17-21.

Estrangeiros e Brasileiros: o Abandono do Trabalho Como Crime e os Trabalhadores Como Problema de Segurança Nacional

O alemão Walter Menze, de São Paulo escreveu ao cônsul geral da Alemanha esclarecendo que precisava retornar para o seu país de origem. Dizia, deixando escapar seu preconceito, que a sua situação era "compartilhada por mais ou menos alguns milhares de concidadãos alemães", pois que estes viviam "ao nível de vida dos pretos, sem ter a esperança – nem a possibilidade de conseguir a passagem de retorno por meios próprios". Resolvera então, juntar-se aos seus "camaradas de sofrimento", encaminhando uma petição ao *Führer* para que este lhes mandasse "um navio", a fim de levá-los "de volta para a Pátria".

Menze alegava que na Alemanha precisavam deles, e seus filhos poderiam "voltar a ser alemães", ficando sob a proteção de leis feitas para e não contra eles. Relatava sentir o "sangue ferver", quando lembrava do fechamento da "única organização alemã" que unia os seus conterrâneos no Brasil. Para Menze, tudo aquilo que "milhares de homens", com grande valor intelectual ofereceram ao Brasil, não tinha preço, mas como "recompensa", receberam "quase a nivelação com os párias".[632]

Na petição enviada por Menze e outros alemães à Hitler, constava que estes trabalhavam na maioria como assalariados por dia, como operários auxiliares, lavadores de pratos, etc., recebendo em troca salários que mal permitiam a existência. Reclamavam que não lhes era "possível o exercício da profissão apreendida devido a legislação pouco amável aos estrangeiros". Mesmo entre aqueles que exerciam a profissão, ganhavam o "estritamente necessário, sem nenhuma expectativa de uma melhoria radical". Esclareciam à Hitler que não era apenas a "necessidade econômica" que os impelia "ao pedido de volta à Pátria, mas especialmente a realização dolorosa" que eles, nas condições descritas, não poderiam "voltar de modo próprio".[633]

A respeito do retorno de trabalhadores para a Alemanha, o cônsul alemão em Porto Alegre informou que as profissões daqueles que embarcavam eram, "na sua maioria, operários de indústrias e agrários". Afirmava que o motivo do retorno para a sua terra, era a "falta de braços para certas atividades". Comentava também, que o

[632] APERJ, Fundo DOPS, Setor Estados, Pasta 22 VII. Carta de Walter Menze para o cônsul alemão no Brasil. São Paulo, 12 de novembro de 1938.
[633] APERJ, Fundo DOPS, Setor Estados, Pasta 22 VII. Tradução da petição remetida para Hitler na Alemanha. São Paulo, 08 de novembro de 1938.

número daqueles que voltavam não era maior, em razão de "uma parte dos emigrantes" não possuir os "meios necessários para regressar à sua pátria".[634]

O outro lado desta moeda vinha de mil trabalhadores de Santa Cruz, tradicional cidade de colonização alemã, os quais denunciavam "indignados" ao governo do estado, em nome da "classe operária" local, contra a "proteção escandalosa" que o representante do Ministério do Trabalho vinha dispensando ao diretor da fábrica Mercur que, "mancomunado" com o referido funcionário, estava burlando "flagrantemente a lei dos dois terços" e demitindo "em massa operários brasileiros sindicalizados".[635]

Outro exemplo veio dos bancários. O Ministério do Trabalho anulou uma sentença proferida pela Junta de Conciliação que havia dado ganho de causa aos bancários gaúchos contra os Bancos Francês e Italiano.[636] O Sindicato dos Bancários não se conformou com o parecer do ministro do Trabalho Valdemar Falcão, no qual desobrigava os bancos "a equipararem os salários de brasileiros e estrangeiros".[637]

Em memorial remetido para o ministro Falcão, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre questionou a decisão tomada pelo Ministério. No documento foi manifestada toda a "decepção de que ficou possuída a classe bancária do Rio Grande do Sul", bem como os trabalhadores do estado em geral e todos aqueles que se interessavam "pelas questões trabalhistas", com a solução apresentada pelo ministro ao processo. O Sindicato entendia que a decisão, mais do que ferir os interesses do sindicato e de seus associados, vinha "proteger um estrangeiro em detrimento de um trabalhador nacional". Dizia que a "solução do processo" tinha sido muito comentada no estado, em virtude do "brilhante parecer do procurador" do Ministério, "aprovado pelo procurador geral" e que o ministro não fizera "referência em seu respeitadíssimo despacho". O Sindicato mostrou-se surpreendido com a "pronta solução dada ao mesmo", pois como era praxe, os processos em grau de avocação levavam meses e até anos para serem resolvidos. Demonstrava que todas as testemunhas do processo, mesmo as que foram apresentadas pelos Bancos Francês e Italiano, declararam que os dois funcionários desempenhavam funções idênticas e, mesmo assim, o funcionário estrangeiro recebia maior salário por ser protegido da Diretoria. Diante do exposto, o

---

[634] "Mais de 500 alemães retornam ao seu país", *Correio do Povo*, 14 de abril de 1939, entrevista com o cônsul alemão Ried, p. 7.
[635] AHRGS/CG, Maço 103. Telegrama de Rio Pardo para o interventor federal do RS. Remetido por Lourenço Cezar da Silveira, presidente do Círculo Operário de Santa Cruz – RS, em 20 de março de 1939.
[636] *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1939, p. 5.
[637] *Correio do Povo,* 29 de julho de 1939, p. 3.

Sindicato dos Bancários de Porto Alegre solicitava a revisão do processo e a reforma do despacho do titular da pasta do Trabalho, sobre o qual sempre tiveram, "no seio dos trabalhadores rio-grandenses", um alto conceito.[638]

Outro caso oriundo do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, em 1942, apelou para Vargas, "grande amigo do trabalhador brasileiro", para que fosse dada uma "solução justa, razoável, humana aos colegas" que trabalhavam nos bancos dos países do Eixo em "liquidação por determinação patriótica" do Governo. Esclareciam que, uma vez fechados, estes estabelecimentos pagariam apenas uma indenização legal, situação que não resolveria o grave problema, já que muitos funcionários teriam direito à estabilidade, após longos anos de serviço, o que tornaria difícil uma nova colocação em virtude da adiantada idade. O Sindicato acreditava ser o problema de fácil resolução, em razão do pequeno número de bancários que trabalhavam nos "bancos eixistas". Por isso, confiavam que, o "verdadeiro líder trabalhador" saberia, como sempre, achar uma solução mais favorável aos interesses dos bancários.[639]

O parecer do interventor federal no Banco Alemão Transatlântico encaminhado para o Departamento Nacional do Trabalho, a respeito da situação dos empregados nos bancos "controlados pelas nações inimigas" e em processo de liquidação, mostrava que "reduzida as possibilidades de emprego", a indenização prevista por lei serviria apenas para retardar por algum tempo a "miséria fatal" daqueles "prestimosos trabalhadores". O interventor apresentou como proposta a constituição de uma comissão, composta por um representante das entidades para-estatais, subordinadas ao Ministério do Trabalho, um representante do Banco do Brasil e outro da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de proceder ao aproveitamento dos referidos funcionários.[640]

O esperado, em relação aos bancos Francês e Italiano no Rio Grande do Sul, aconteceu. Os funcionários informaram ao presidente da República que tinham sido demitidos, apelando para que fosse dada solução urgente para o caso, em face da "aflitiva situação" que estes "brasileiros e chefes famílias" estavam vivenciando.[641]

---

[638] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 208. Documento 12152/39. O memorial foi enviado para o Ministério do Trabalho em 1º de agosto de 1939, pela Junta Provisória do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre – RS.

[639] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 476. Processo 32875. Telegrama de Porto Alegre – RS para Getúlio Vargas, em 19 de novembro de 1942. Ver Decreto-Lei 4.612 de 24 de agosto de 1942, que cassa a autorização de funcionamento aos bancos que menciona e dá outras providências.

[640] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 476. Processo 32875. Parecer proferido no processo nº. 17.703 – 42, encaminhado ao Departamento Nacional do Trabalho (DNT), em 16 de novembro de 1942.

[641] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 476. Processo 13115. Telegrama de Porto Alegre – RS remetido para Getúlio Vargas, 30 de abril de 1943. O telegrama era assinado por: Inácio Paz de Melo,

Em 1943, os sindicatos bancários do Rio Grande do Sul reuniram-se "em sessão da assembléia geral", em Porto Alegre, para comemorar a "data do trabalhador" e aproveitaram a oportunidade para "mais uma vez apelar coletivamente" a Getúlio Vargas. Pediam que o governo amparasse os funcionários que trabalhavam nos bancos do Eixo. Também reclamavam que a Comissão encarregada de solucionar o assunto ainda não se pronunciara sobre o mesmo. Por isso, no momento em que se comemorava a "data máxima do trabalhador", apelavam para uma solução do caso.[642]

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Jaguarão manifestou solidariedade com a atitude do inspetor de imigração que, em defesa das leis imigratórias e dos interesses dos proletários da cidade, auxiliava na defesa do trabalhador nacional. Informava para Cordeiro de Farias que o inspetor impedira a entrada ilegal em território nacional de um garçom espanhol vindo de Montevidéu, apesar da pressão exercida pelo prefeito local, que advogou a entrada do estrangeiro, sem os documentos exigidos por lei.[643]

Os exemplos não eram apenas coletivos. Pedro Minella, italiano de nascimento, residente na cidade serrana de Farroupilha, informou ao governo do estado que havia sido exonerado pelo prefeito, apesar de seus "dez anos no serviço público", pelo motivo da "falta de prova da cidadania brasileira". Esclareceu que já havia encaminhado o pedido do título declaratório da cidadania brasileira e se considerava cidadão brasileiro, já que residia no país havia 46 anos, possuía propriedade no município, era casado com mulher brasileira e tinha quatro filhas nascidas no Brasil e todas elas exerciam o "magistério municipal". Informou ser pobre e ter "sido sacrificado e humilhado", bem como solicitava providências administrativas a fim de permanecer no cargo de capataz geral de estradas, enquanto aguardava o "título declaratório inconteste", cuja prova achava-se na Secretaria do Interior.[644]

O médico Antonio Araújo Cerqueira teve o registro do seu diploma invalidado e por esta razão recorreu ao interventor federal Cordeiro de Farias. Disse ser cidadão

---

Orlando Eduardo Siqueira, Olavo Lima Santos, Olimpio Brum Celeste, Aleixo Sady Rousselet, Togo Bisconti, Ormindio Leonardi, Natale Grimaldi, José Ghiglioti, Oswaldo Fritsch, Antonio Ceciliano.

[642] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 476. Processo 13131/43. Telegrama de Porto Alegre – RS para Getúlio Vargas, 1º de maio de 1943. O documento era assinado pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Santa Maria, Rio Grande e Livramento.

[643] AHRGS/CG, Maço 138. Telegrama de Jaguarão - RS para Cordeiro de Farias, 7 de outubro de 1940. O telegrama era assinado pelo presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio, Luiz Vieira Neto.

[644] AHRGS/CG, Maço 133. Telegrama remetido de Farroupilha - RS para a Interventoria Federal em Porto Alegre – RS, em 18 de dezembro de 1939.

brasileiro, com idade avançada, o que não lhe permitia "tentar outro meio de vida". Considerava-se "vítima da marcha de acontecimentos", para os quais não havia contribuído, e ficava no fim da vida "à mercê da incerteza do pão de cada dia". Cerqueira considerou que a sua situação estava "em contradição com as finalidades do Estado", que prometeu amparo a quem tivesse dado "o melhor de sua atividade", como rezava a Constituição. Observou também, que o Departamento de Saúde sempre admitiu "médicos irregulares tanto nacionais como estrangeiros", portanto não seria "lógico que uma medida" que se tinha como moralizadora dos costumes e do interesse público, viesse incidir apenas sobre "alguns desprotegidos". Deixou para a consciência do interventor o julgamento que, "mesmo sendo político", iria refletir se o padrão de nacionalização estaria de acordo em continuar protegendo "estrangeiros até desconhecidos e indiferentes ao meio rio-grandense", em detrimento dos antigos profissionais brasileiros, com mais de "um quarto de século de serviços prestados ao nosso povo, nos dias felizes e dolorosos".[645]

O juiz de Direito de Lagoa Vermelha remeteu, para o interventor federal, a relação de funcionários da comarca que seriam exonerados, bem como o nome das pessoas idôneas para o preenchimento dos cargos. As justificativas apresentadas para a exoneração de dezoito pessoas, eram na maioria, por não estarem quites com o serviço militar e por serem estrangeiros.[646]

Hans Nicolai, Marta Mehnert e Fidelis Mastrascusa, os primeiros dois de nacionalidade alemã e o último italiano, dirigiram-se ao presidente da República para esclarecer que estavam com suas carteiras de estrangeiros "devidamente legalizadas na Repartição Central de Polícia" do Rio Grande do Sul. Tinham 22, 21 e 21 anos e estavam, respectivamente, há 20, 14 e 18 anos no país. Neste período, nunca haviam se imiscuído em questões que não fossem de interesse do Brasil, informando que, na qualidade de estudantes do Instituto de Ensino Comercial do Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre, foram atingidos pelo disposto no Decreto-lei nº. 4.637/42,[647] e proibidos de freqüentar a sede do referido sindicato. Diante do exposto,

[645] AHRGS/CG, Maço 75. Telegrama de Porto Alegre – RS para Cordeiro de Farias, 24 de fevereiro de 1940.
[646] APERGS, Fundo Secretaria do Interior e Justiça. 12601 a 12850 40. Processo 12472, de 21 de novembro de 1940.
[647] O Decreto-Lei 4.637, de 31 de agosto de 1942, estabelecia as normas especiais a serem observadas pelas entidades sindicais enquanto durar o Estado de Guerra, e dá outras providências. O Artigo 8º. Fazia referência às restrições nos direitos sindicais, impostas aos súditos dos países com quem o Brasil estava em estado de guerra. Nas letras deste Artigo constavam: a) terão suspensos os direitos eleitorais; b) não

solicitavam a permissão para unicamente poderem freqüentar as aulas e prestar os exames finais, na qualidade exclusiva de alunos, a fim de não perderem o ano letivo.[648]

O parecer do Departamento Nacional do Trabalho informou que "as medidas restritivas de direitos sindicais, com relação aos súditos de nações inimigas", estabelecidas pelo decreto em questão, considerava como limitações as "de direitos políticos da vida sindical". Explicava que a proibição da "freqüência à vida social das entidades sindicais", ocorrera com o objetivo de "evitar que qualquer ação deletéria ou mesmo qualquer agitação derivasse de sua livre franquia e permanência" nas instituições que deveriam ser antes de tudo, por dever legal e compromisso estatutário, voltadas "à defesa dos interesses nacionais". Segundo o parecer, o decreto não estabelecia qualquer restrição aos benefícios de assistência dispensados pelos sindicatos, desde que os mesmos não estivessem em "detrimento da segurança nacional". Informava também, que "a livre freqüência à sede do sindicato no sentido de permanência incondicionada", não poderia ser considerada, mas possibilitava o comparecimento quando necessário, aos serviços de beneficência e de assistência do sindicato, sob o controle dos respectivos responsáveis. Concluía então, que os requerentes poderiam continuar a cursar o Instituto de Ensino Comercial do Sindicato dos Empregados do Comércio, de Porto Alegre.[649] A palavra final foi dada pelo ministro do Trabalho Marcondes Filho, que considerou que o "comparecimento exclusivamente às aulas" não poderia ser entendido como "freqüência à sede, no sentido do disposto no decreto-lei".[650]

Zenon Paprocki residente em Vacaria, recorreu a Vargas para a solução de um caso bem grave, considerando-se "um humilde trabalhador". Dizia ser brasileiro, casado e chefe de numerosa família e exercia a profissão de marceneiro na Firma Bedim & Companhia Ltda. Zenon explicou que, em dezembro 1938, ao afiar navalhas de uma plaina, escorregou e caiu sobre alguns ferros da máquina, o que lhe causou ferimentos permanentes. Reclamou à Companhia Seguradora Industrial, mas a empresa fez "ouvidos de mercador", não se manifestando a respeito da indenização. Zenon afirmava que todas as portas se tornaram fechadas para ele. Por este motivo, batia "até as portas

---

poderão comparecer às assembléias ou reuniões sindicais; c) não poderão freqüentar a sede social das entidades sindicais.

[648] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 404, 35985-942/SC – 1171. A solicitação dos comerciários foi remetida em 1º de outubro de 1942.

[649] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 404, 35985-942/SC – 1171. Parecer de Luiz Augusto de Rego Monteiro, Diretor do DNT, em 27 de outubro de 1942.

[650] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 404, 35985-942/SC – 1171. GM 12172- 42. Parecer do ministro do Trabalho Marcondes Filho, em 6 de novembro de 1942.

do maior Brasileiro, o supremo Chefe do glorioso Brasil". Entendia ser esta a única maneira de não ver as suas reclamações ficarem dormindo eternamente nas secretarias e gabinetes da poderosa Segurança Industrial, na qual o pobre operariado estava servindo de alicerce. Diante disso, perguntava:

> Chefe! O que seria dos Brasileiros, se não tivessem um amparo verdadeiramente justo por parte de v.ex.; o que seria do nosso querido Brasil, se as leis determinadas por v.ex. não fossem rigorosamente executadas, o que seria do humilde operário, que é o edificador de todas as obras e construções, de que valeriam as Companhias de Seguros como a Segurança Industrial, que tão desumanamente desprezou um seu segurado acidentado, como tem soma elevada de provas? [651]

A resposta a Zenon Paprocki não tardou a ser dada, tanto pela Seguradora quanto pelo Ministério do Trabalho. O fiscal de Seguros da Companhia, em seu depoimento relatara a respeito do caso de Zenon, disse que não fugira ao cumprimento de uma obrigação, mas sim à "recusa formal e peremptória em atender ao pedido de indenização", nos valores reivindicados pelo trabalhador. Além disso, o fiscal alegou que a seguradora não podia e nem devia, por vedar-lhe a lei, encampar o absurdo, ou se deixar transformar em instituição de caridade, como pretendia, por "ignorância" o operário. Assim, os valores acordados por decisão judicial não seriam alterados[652].

A DRT do Rio Grande do Sul designou um fiscal para esclarecer os fatos. No seu relatório o fiscal considerou que Zenon fora "capcioso e infeliz" em sua representação, quando "afirmava que ter lhe sido fechadas todas as portas, uma vez que este não procurara aquela Delegacia". Dizia também, que a Inspetoria não se surpreendia com "representação dessa natureza", que quase sempre carecia de verdade e estava "afastada do amparo legal", quando se tratava "de elementos estrangeiros, nocivos, em regra, ao contato do operariado brasileiro", que era "amigo das autoridades brasileiras e cooperados na execução das leis sociais".[653]

O Sindicato dos Vendedores e Viajantes Comerciais pediu que o governo do estado autorizasse os viajantes comerciais nacionais do Eixo, e países por este ocupado,

---

[651] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 403. Doc. 15462-942/SC – 258. Processo 12319/42. Correspondência remetida por Zenon Paprocki de Vacaria – RS, em 8 de abril de 1942.
[652] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 403. Doc. 15462-942/SC – 258. Parecer remetido ao MTIC em 15 de maio de 1942, por Livonius ao inspetor de Seguros, Álvaro Mariense.
[653] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 403. Doc. 15462-942/SC – 258. Parecer remetido para o Departamento Nacional de Seguros Privados do MTIC, pelo fiscal Machado Carrion, em 2 de julho de 1942.

a realizarem as suas viagens às zonas que anteriormente já faziam. O Sindicato entendia que se nada constasse contra os mesmos, a autorização colocaria um fim na situação aflitiva destes, que na sua maioria tinham esposas e filhos brasileiros sob sua dependência.[654]

Enquanto Cordeiro de Farias encontrava-se no Rio de Janeiro, o interventor interino Miguel Tostes transmitiu-lhe um fonograma urgente, com o "doloroso dever de comunicar", que ocorreu na cidade de Caxias do Sul uma "verdadeira hecatombe". A firma Gazola Travi & Companhia, que fabricava munição para o Exército Nacional, sofreu uma explosão em um dos seus pavilhões. Informou que o número de operários mortos ainda era desconhecido e que havia inúmeros "feridos em estado gravíssimo".[655]

Em outro telegrama de caráter "urgente e reservado" do secretário da Interventoria, comunicou a Cordeiro de Farias que na explosão morreram quatro operários e dezoito encontravam-se feridos. Disse que o comércio e a indústria de Caxias do Sul não trabalhariam um dia e prestariam uma "homenagem aos que tombaram em serviço do Brasil". O secretário comentou que, tanto o prefeito do município, quanto os sócios da firma, excluíram de "modo absoluto a possibilidade de sabotagem", mas informou que as "investigações policiais" prosseguiriam na apuração da "verdadeira causa do sinistro". Afirmou ainda, que "o operariado era todo ele de confiança e ordeiro" e que reinava "absoluta calma na população".[656]

A Diretoria Técnica Militar da Firma Amadeo Rossi & Companhia Ltda., localizada em São Leopoldo, enviou um ofício ao diretor da Casa de Correção de Porto Alegre apresentando o operário da empresa Cláudio Meskes dos Santos. De acordo com decreto da Presidência da República, a Firma Amadeo Rossi foi considerada de "interesse militar" e colocada "sob Regime e Direção Militar", sendo que todo o seu quadro de pessoal ficara sujeito aos Regulamentos e Leis Militares. Em razão desta medida, o operário Cláudio dos Santos, que segundo o relatório "abandonara o serviço na fábrica", incorreu no "Crime de Deserção". Diante disso, o auditor da 3ª. Região Militar, solicitou que o "desertor fosse recolhido à Casa de Correção de Porto Alegre

[654] AHRGS/CG, Maço 75 A. Telegrama do consultor jurídico do Sindicato dos Vendedores e Viajantes Comerciais, para o interventor federal Cordeiro de Farias. Porto Alegre, 19 de setembro de 1942.
[655] AHRGS/SG 19. Fonograma de Porto Alegre - RS para o interventor federal Cordeiro de Farias, no Rio de Janeiro. 22 de julho de 1943.
[656] AHRGS/SG 19.Telegrama Urgente – Reservado de I. Verney, remetido para Cordeiro de Farias no Rio de Janeiro – DF. Porto Alegre, 23 de julho de 1943.

para aguardar julgamento".[657] Quase um mês depois, foi encaminhado pelo auditor militar o alvará de soltura referente ao "desertor" Cláudio Meskes dos Santos.[658]

A Companhia Souza Cruz - Manufatura de Tabacos e Cigarros informou, através de ofício ao delegado Especial da Ordem Político Social de Porto Alegre, que seu empregado Rudolf Paul Hans Konnecke, de nacionalidade alemã, que se encontrava preso em razão de detenção efetuada na fábrica da Companhia, resolvera "dispensar os seus serviços". Solicitou à Delegacia que mandasse transmitir ao interessado, a decisão tomada pela Companhia, "para fins de direito". Pediu também, que o empregado fosse cientificado de que a Companhia pagaria "as indenizações de acordo com as leis em vigor".[659]

Joaquim Delgado, em requerimento à Auditoria de Guerra, informou ser pobre e analfabeto e que se encontrava desde janeiro de 1944, recolhido à Casa de Correção, acusado de desertar das Minas instaladas em São Jerônimo. Relatou que em março fora transferido para o Manicômio Judiciário, com a finalidade de ser submetido a tratamento médico mental e depois retornara para a prisão. Declarava que no manicômio ficara provado não ser um alienado. Enfim, contestava que outros companheiros nas idênticas condições foram colocados em liberdade, por falta de provas. Diante do exposto solicitava em nome de seu procurador, ser posto em liberdade ou que fosse dado "andamento em algum processo" caso fosse considerado culpado.[660]

O Ministério da Guerra através da Auditoria Militar informou ao administrador da Casa de Correção de Porto Alegre, que por força da lei deveriam ser postos em liberdade, por não haver provas contra eles, Lourival Ferreira Batista, João Lopes Vieira, Adão Azambuja de Lima, Afonso Pereira Garcia, Izaltino Pereira da Silva e Ivo de Deus, Carlos Boaro, Adorino Soares dos Santos, Astrogildo Ferral dos Santos, operários da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Todos foram acusados do crime de deserção.[661] A mesma determinação fora expedida em favor de

---

[657] AHRGS/P - 338 – Série Ofícios Recebidos da Brigada Militar, 1939-1943. Ofício do Ministério da Guerra, Diretoria de Material Bélico, Direção Técnica da Firma Amadeo Rossi & Companhia São Leopoldo, 22 de outubro de 1943. O ofício era assinado por Sylla da Cruz Soares, diretor Major Técnico Militar.

[658] AHRGS/P - 338. Alvará concedido pelo Ministério da Guerra, 3ª. Região Militar, pelo auditor Pedro de Mello Carvalho. Porto Alegre, 12 de novembro de 1943.

[659] AHRGS/P - 349 – Série ofícios Recebidos da Repartição Central da Polícia. Porto Alegre, 7 de maio de 1942.

[660] AHRGS/P - 356 - Ofícios Recebidos da Repartição Central da Polícia. Requerimento de Vicente Serafim Vieira em nome de Joaquim Delgado. Porto Alegre, 25 de maio de 1944.

[661] AHRGS/P - 361. Ofícios Recebidos pela Brigada Militar. Alvará de Soltura. Porto Alegre, 10 de março de 1944.

Gomercindo Faleiro e Osvaldo Antonio da Silva, operários do Consórcio Administrador de Empresa de Mineração (CADEM), visto terem sido absolvidos pelo Conselho Permanente de Justiça, no processo de crime de deserção de que eram acusados.[662]

O polonês Mikolaj Hordziepczink, operário da Companhia Carbonífera Minas de Butiá, em São Jerônimo, prestou um esclarecimento ao auditor de Guerra sobre a sua adesão ao "chamado dos voluntários poloneses que quisessem servir a expedição polonesa". Relatou ter se apresentado e obtido passagem para a Casa do Soldado Polonês no Rio de Janeiro. Nos exames médicos realizados, foi julgado incapaz para o serviço militar. Diante da sua impossibilidade física, voltou para as suas atividades nas Minas, quando foi preso, acusado de desertor.[663]

Em resposta ao operário polonês, o auditor esclareceu que não competia à Justiça Militar "tomar conhecimento do processo, em face do Art. 4º, do Decreto-Lei nº. 4.937/42".[664] De acordo com o decreto, os operários estrangeiros dos estabelecimentos considerados de interesse militar, caso faltassem mais de oito dias ao trabalho, seriam acusados de sabotagem. Por isso, aconselhou que este se dirigisse ao TSN. Mikolaj permaneceu três meses na prisão.[665]

A Reação dos Trabalhadores aos Bombardeios

Os operários da Viação Férrea de Santa Maria, revoltados com ataque do Eixo contra os navios brasileiros, abandonaram o trabalho e foram para a praça pública protestar. Eram mais de três mil ferroviários, tendo a frente a bandeira nacional e empenhando o estandarte da vitória, percorrendo as ruas da cidade e bradando por vingança. O presidente da LDN, Valter Jobim, proferiu uma "empolgante oração, terminando por oferecer aos ferroviários um quadro com os retratos dos presidentes Roosevelt e Getúlio Vargas", a fim de que o mesmo fosse "conservado à porta principal das oficinas da Viação Férrea".[666]

---

[662] AHRGS/P - 361. Ofícios Recebidos pela Brigada Militar. Alvará de Soltura. Porto Alegre, 3 de janeiro de 1944.
[663] AHRGS/P - 361. Ofícios Recebidos pela Brigada Militar. Correspondência enviada para o auditor de Guerra. Porto Alegre, 24 de março de 1944.
[664] O Decreto-Lei nº. 4.937, de 09 de novembro de 1942, assegurava o pleno funcionamento dos estabelecimentos fabris militares e civis produtores de material bélico.
[665] AHRGS/P - 361. Ofícios Recebidos pela Brigada Militar. Parecer do auditor de Guerra. Porto Alegre, 27 de março de 1944. O operário polonês foi libertado em 25 de maio de 1944.
[666] A manifestação dos ferroviários em Santa Maria-RS se deu em 18 de agosto de 1942. Cf. "Comício de Protesto" *Correio do Povo*, 20 de agosto de 1942, p. 4.

A manifestação dos ferroviários, foi elogiada nos jornais locais, mas não agradou da mesma forma ao governo estadual. No dia seguinte ao ato, Cordeiro de Farias remeteu um telegrama "Urgente – Secreto" para o ministro Marcondes Filho, alertando sobre a tentativa de greve dos operários da Viação Férrea, mas esclarecia ao ministro que a situação no interior do estado, com exceção de Santa Maria, estava tranqüila.[667]

Portanto, não é fato, como coloca René Gertz, que nada foi feito pela interventoria para coibir as depredações. O historiador assevera que "o maior volume de violência física simultânea ocorreu nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, após o afundamento do quarto navio brasileiro por submarinos alemães", quando as violências desse momento "foram praticadas em grande parte por 'populares', isto é, por manifestações de rua, não, diretamente, por instâncias estatais". Entretanto, para Gertz, "não se pode esquecer que o interventor Cordeiro de Farias se juntou aos manifestantes, no início dos protestos, na noite de 18 de agosto, como a dar seu aval", também sendo fato "que as forças policiais gaúchas não tomaram nenhuma medida para coibir as depredações", apenas no final do segundo dia, o Exército interveio, para pôr fim aos atos de destruição – aparentemente à revelia do interventor.[668]

Também em decorrência dos quebra-quebras ocorridos em Porto Alegre e em várias cidades importantes do Rio Grande do Sul, como Pelotas e Santa Maria, alguns tipos de matérias jornalísticas tiveram suas publicações vetadas pelo DIP. Uma, em especial, se referia aos conflitos ocorridos na capital gaúcha: a proibição de "quaisquer noticiários sobre a morte de um alemão que, em virtude de haver dado vivas ao 'Eixo', foi enforcado pelo povo, na rua da Praia em Porto Alegre".[669]

---

[667] Cordeiro de Farias enviou em telegrama "Urgente – Secreto" para o ministro interino da Justiça Marcondes Filho, em 19 de agosto de 1942. No dia 22 de agosto de 1942 enviou outro para informar o andamento da situação no estado. AHRGS/CG, Maço 149.

[668] GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005, p. 174-5. Ressalvamos aqui que Gertz não teve acesso aos documentos que comprovam as atitudes de Cordeiro de Farias e de Marcondes Filho e Aurélio Py, como veremos abaixo.

[669] O documento foi enviado do DIP – S-1, pelo Boletim n. 209 (pág. IX) de 02 de setembro de 1942. Ver o documento no APERJ, Fundo DOPS, Setor Administração, Dossiê Departamento Nacional de Informações, Pasta 13.



14 - Manifestações contra o Eixo, em Pelotas – 1942. Fonte: *Zero Hora*, 1º de dezembro de 2002, p. 38.

Para Gertz outras mortes ocorreram no Rio Grande do Sul como as de Frederico Patro (morreu na Colônia Penal Daltro Filho,[670] em 20 de maio de 1942), Edmundo Bruckner (morto em Estrela, em 3 de julho de 1942), Pedro Guilherme Antônio Steffen Munsberg (morto na prisão, em Pelotas, em 28 de agosto de 1942), Otto Franz (preso, morreu sob tortura em Porto Alegre, em 29 de agosto de 1942, depois que foi detido junto com seu patrão Wolfram Metzler, preso em Novo Hamburgo, acusado de estocar armas junto com Franz, seu chacareiro) e um descendente alemão morreu em Santana do Livramento.[671]

Marcondes Filho ordenou ao interventor que fizesse "cessar a realização de novos comícios para manifestação de sentimentos já externados", a fim de evitar que se perturbasse a ordem. Deveria ainda evitar que os bens de estrangeiros fossem avariados, já que estes serviam de garantia de indenizações nacionais, sendo, portanto, de vantagem nossa não diminuir essas garantias. Além disso, considerava conveniente que perante a opinião pública, o interventor mostrasse a importância do "aumento da produção nacional" e do desenvolvimento do trabalho em todos os setores.[672]

Em depoimento prestado ao Cartório dos Feitos da Fazenda, o chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, Aurélio Py da Silva relatou os acontecimentos ocorridos durante as manifestações populares contra o afundamento dos navios brasileiros. Precisou

[670] Gertz indica duas espécies de campos de concentração no Rio Grande do Sul, diretamente ligados à "nacionalização", durante o Estado Novo: a citada Colônia Penal Daltro Filho, em Charqueadas, construída no início do Estado Novo para abrigar presos comuns e transformada, pouco depois, em prisão política, e outro em Santa Rosa, onde muitos presos teriam sido torturados e "conduzidos como porcos, em caminhões". Ver *O Estado Novo...*, op. cit., p. 174.
[671] Ver GERTZ, René E, ibidem, p. 177.
[672] AHRGS/CG, Maço 151. Telegrama do ministro interino da Justiça Marcondes Filho para o interventor do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1940

explicar também, o porquê de não ter evitado os ataques populares aos bens dos estrangeiros ou descendentes, bem como as agressões físicas. Indagado pelo procurador do Estado sobre as depredações ocorridas na cidade, informou que, junto com o interventor, tomou a decisão de distribuir a Guarda Civil na zona industrial, a qual abrangia as zonas de Navegantes e São João.

Explicou que foi obrigado a intervir pessoalmente na Fábrica Renner, por solicitação de seu proprietário, para que acalmasse os seus operários, que queriam depredar as máquinas. Como forma de evitar a ação concitou os operários à "respeitarem aquele maquinismo", o qual lhes "dava o pão de cada dia", aproveitando a situação para ressaltar a obra social de A. J. Renner. Declarou que, diante da gravidade da situação, ameaçou os operários e, caso desobedecessem, seria "forçado a deixar elementos policiais no interior da fábrica", o que de fato acontecera.[673] O chefe de Polícia alegava que as forças policiais foram usadas para guardar o parque industrial, em virtude da sua importância e como elemento produtor de material de natureza bélica, cujas fábricas que produziam para o Exército estavam em funcionamento naquela noite. Para Aurélio Py o policiamento havia sido feito "não só no sentido preventivo como repressivo, tanto que várias pessoas chegaram a ser presas e conduzidas à Central de Polícia". O chefe de Polícia justificou que não ocorrera "por parte do governo do estado nenhuma tolerância nessas depredações", e que apenas no dia seguinte notara a "deficiência do elemento policial para reprimir as depredações".[674]

Renner, realmente tinha motivos para se preocupar com o seu patrimônio, porque não era novidade, a sua simpatia pelo nazismo, tanto era fato, que até a DOPS referiu-se ao industrial, em relatório da "visita" ao Sul, feito por um informante, no qual relatava que Renner possuía "a mais completa mentalidade germânico-nazi" e se tivesse que "decidir entre os brasileiros e nazistas", para estes se voltaria.[675]

O delegado regional do MTIC do Rio Grande do Sul dirigiu um apelo a todos os Sindicatos do estado, e muito especialmente aos da Capital, onde o movimento de revolta popular contra as Nações do Eixo explodiu com maior vigor e indignação, para

[673] FGV/CPDOC, Arquivo Cordeiro de Farias, Cfa tv 38.06.01 35. Depoimento do chefe de Polícia do Rio Grande do Sul sobre as depredações ocorridas em Porto Alegre na noite de 18 e 19 de agosto de 1942
[674] FGV/CPDOC, Arquivo Cordeiro de Farias, CFatv 38.06.01 35. O chefe de Polícia fora chamado para depor em razão do empastelamento do jornal *A Nação*. Em Porto Alegre, e em todo o estado, várias lojas, casas de famílias foram depredadas.
[675] APER, Fundo DOPS, Setor Alemão, Pasta 1. Nazismo n. 1593, Relatório de uma viagem ao Sul do país. 8 de julho de 1939.

que não cometessem atos de depredação em estabelecimentos industriais dos nacionais daqueles países.

Entendia que o momento era de indignação contra as agressões sofridas pelo país, mas a população deveria manter íntegros os patrimônios daqueles súditos, porque eram "bens da Nação". Para o delegado, tais atos representariam a paralisação das atividades de trabalhadores brasileiros, que eram o alento do comércio e da indústria, com repercussão nos lares dos "nossos patrícios". Neste sentido, dirigia um apelo para que todos voltassem ao trabalho e evitassem participar de atos que poderiam causar dano em estabelecimentos comerciais ou industriais. Por fim, pedia que todos confiassem na ação dos governos estadual e federal, porque a eles caberia a defesa do país.[676] A palavra de ordem para o momento era "disciplina e muito trabalho, haja o que houver".[677] Em nome do aumento da produção, estava prestes a recair sobre os trabalhadores o fardo da guerra: a retirada de direitos sociais e trabalhistas.



15 - Cartaz do Estado Novo convocando para a guerra.
Fonte: *Zero Hora*, Almanaque Gaúcho, 20 de maio de 2002, p. 54.

Como mostra Roney Cytrynowicz, o decreto do governo federal que criou a Coordenação da Mobilização Econômica, em 28 de setembro de 1942, após a declaração do "estado de guerra", afirmava que ficavam mobilizados, a serviço do

[676] Norival Paranaguá de Andrade , delegado da DRT lançou na imprensa um "Apelo aos sindicatos e aos trabalhadores em geral", *Correio do Povo*, 20 de agosto de 1942, p. 3.
[677] AHRGS/SENI, Setor Interventorias 1938/1942. Correspondência Passiva 1938. Caixa 2 – Documentação Avulsa. Frase dita por Herophilo Azambuja, secretário interino da Secretaria do Interior. Porto Alegre, 29 de agosto de 1942.

Brasil, todas as utilidades e recursos econômicos existentes no território nacional, independente da sua origem, caráter, propriedade ou veículo de subordinação". Pouco tempo depois, ao suspender os direitos trabalhistas, recém consolidados pela CLT em 1943, o governo militarizou as relações de produção e permitiu uma maior exploração dos trabalhadores. Para o autor, neste caso, "soldados da produção" não era metáfora, mas intervenção para aumentar a acumulação de capital em setores que seriam ainda beneficiados por meio de outros mecanismos de política econômica, como crédito e taxa de câmbio favorável aos exportadores.[678]

Participação na Guerra: Trabalhadores Como "Soldados da Produção"

O envio de tropas brasileiras para a guerra não era consenso nem nos meios militares, quanto mais para a população civil.

O resultado do inquérito "Preparo Psicológico da Tropa",[679] apresentado à Diretoria de Saúde por um psiquiatra civil, foi entregue à Vargas por Eurico Dutra, ministro da Guerra. O relatório enumerava "as causas de desespero e má vontade dos conscritos".

Como primeira restrição destacada pelos conscritos, aparecia a questão econômico-financeira: queixavam-se de terem perdido o emprego ou temiam a perda do ordenado; ponderavam que ao receberem apenas a metade do salário, as suas famílias não poderiam se sustentar; os que trabalhavam por conta própria viram-se obrigados a fechar o seu negócio por não ter quem os substituísse. A segunda ponderação referia-se à má alimentação nos quartéis: muitos alegavam estar enfraquecendo e por isso eram obrigados a fazer refeições fora, gastando o que não podiam gastar, o que os fazia refletir: se no Brasil era é assim, imaginem quando formos sair do Brasil. A terceira alegação referia-se àqueles que eram "arrimo de família".

O relatório enumerava vários outros motivos, desde "sentimento de inferioridade em face do inimigo"; completa ignorância das "razões porque foram convocados"; ideologias contrárias aos interesses do Brasil; hedonismo e comodismo. Para Dutra, a razão de tudo aquilo existir, residia em "uma desordenada propaganda, insuflada mesmo por correntes de ação anárquicas e por agitadores de todos os matizes contrários ao

[678] Ver CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra*: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000, p. 200.
[679] FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, EDvp 1936.12.15 III – 20. O relatório foi elaborado por Mirandolino Caldas, especialista pela Junta Militar de Seleção.

regime". Enfim, daqueles que procuravam fugir de todas as formas do dever militar, esquecendo-se de valores como honra e civismo.[680]

Esta era a opinião de Dutra em dezembro, pois três meses antes, escrevera em seu diário pessoal, que havia ponderado à Vargas que o Brasil não se encontrava preparado para uma guerra fora do continente, "nem material, nem moralmente".[681]

A falta de entusiasmo da população pela mobilização também era assunto de uma carta entre Batista Teixeira e Filinto Müller. Na carta, Teixeira dizia não perceber "nenhum entusiasmo" e sim "medo acentuado e indiferença". Em tom irônico comentara que, "enquanto se tratou de correrias, depredações, demagogia demo-comunista, todo mundo se sentia inflamado", mas no momento em que se exigia um "pequeno sacrifício" via-se o "cinismo com que esses mesmos elementos" procuravam justificar sua "isenção ao cumprimento dessa sagrada obrigação".[682]

Cordeiro de Farias que tinha deixado a Interventoria do Rio Grande do Sul para comandar uma tropa da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, expôs em um relatório os problemas de organização e preparo das unidades expedicionárias. Da sua saída da interventoria gaúcha, da promoção de coronel a general, a população só ficou sabendo pela imprensa, quando repercutiu enormemente a notícia no Rio Grande do Sul de que o ex-interventor, iria comandar uma das divisões que o Brasil enviaria para o teatro de guerra na Europa. No entanto, não poderia ser enviada para o exterior, matéria referente ao corpo expedicionário brasileiro, "sem consulta prévia ao DIP", bem como os nomes dos oficiais que comandariam e integrariam a FEB, ou mesmo qualquer declaração destes.[683] Portanto, as considerações que veremos abaixo, só tiveram caráter individual ou restrito ao alto comando do Exército brasileiro e da FEB, pois as opiniões pessoais de Cordeiro de Farias não poderiam ser veiculadas na imprensa, como de fato nunca foram durante o Estado Novo.

No relatório, Cordeiro informava que na convocação dos reservistas "só eram atingidos os desafortunados, sem instrução especializada e sem possibilidade de adquiri-las". Em contrapartida, os de "maior nível de vida não eram convocados" ou quando eram, estavam "incapacitados". Em relação ao número de incapacitados Cordeiro

[680] FGV/CPDOC, Arquivo Eurico Dutra, EDvp 1936.12.15 III – 20.
[681] Diário de Eurico Gaspar Dutra, 24 de setembro de 1942. FGV/CPDOC-RJ, Arquivo Eurico Dutra, ED dp II-2.
[682] FGV/CPDOC, Arquivo Filinto Müller, FM 42.07.02. Carta de Belo Horizonte – MG, 13 de dezembro de 1942.
[683] Museu da República, Acervo Vargas, Série Correspondência, GV dip 22, resumo dos trabalhos realizados no período de 18 a 24 de agosto de 1943.

mostrou-se desolado quanto às "possibilidades físicas e fisiológicas" do país, além da falta de preparação "psicológica do povo para a guerra".[684]

Para Dutra, a situação dos reservistas voluntários era "lamentável", visto que apenas se apresentavam "os humildes, desocupados e alguns de idade que já ultrapassou a do serviço militar". Criticava os estudantes e outras pessoas que, tanto pregavam a guerra nas ruas e nos comícios, mas nenhum tinha comparecido.[685]

Entretanto, a visão propalada pelo país, reforçada pelo argumento de Dutra, de que os estudantes defendiam a participação do Brasil na guerra no discurso e na prática se esquivavam do engajamento, foi contestada pela União Estadual dos Estudantes (UEE) do Rio Grande do Sul. Num manifesto direcionado a Cordeiro de Farias, no momento em que este deixava a interventoria do estado, para tomar parte nos preparativos preliminares ao envio do Corpo Expedicionário, os estudantes gaúchos viram-se obrigados a esclarecer a "correta apreciação do movimento universitário e seu caráter político", no momento em que os quinta-colunistas pretendiam comprometer a "classe e lançar uma cunha entre o movimento estudantil e os homens de governo". Diziam que a geração dos estudantes reclamava "o direito de participar da discussão dos problemas nacionais, inclusive os políticos", sobre os quais "deveria e queria ser ouvida, amparada", pelas mesmas razões que levaram a geração do interventor "a pegar em armas". Assim, defendiam a União Anti-Fascista e lançavam a proposta da União Nacional.[686]

A defesa da União Nacional, segundo a UEE, vinha ligada com a sua luta nos campos de batalha. Afirmava à Cordeiro de Farias que ele encontraria estudantes em todos os quartéis, no CPOR, nos NPOR,[687] na Aeronáutica, enfim em toda a parte, estariam eles se capacitando para "o manejo das armas", a fim de "abater os escravizadores nazi-fascistas". Diante disso, aproveitavam o momento para "reivindicar a inclusão de unidades" no Corpo Expedicionário, de estudantes gaúchos sob o comando de Cordeiro de Farias. Salientavam que apesar da posição destes "ter sido já reiterada, em manifestações públicas, manifestos, documentos escritos" e, também, pela

[684] Ver a 1ª. Parte do estudo de Cordeiro de Farias a respeito da Organização e Preparo no Brasil. FGV/CPDOC, Arquivo Cordeiro de Farias, CFa tv 43.09.20 VI – 3, p. 4-5.
[685] Diário de Eurico Gaspar Dutra, 4 de setembro de 1942. FGV/CPDOC-RJ, Arquivo Eurico Dutra, ED dp II-2.
[686] FGV/CPDOC, Arquivo Cordeiro de Farias, CFa tv 38.06.01 A. Manifesto da UEE remetido para Cordeiro de Farias. Porto Alegre, 11 de setembro de 1943.
[687] Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e Núcleos de Preparação de Oficias da Reserva, respectivamente.

delegação gaúcha no VI Conselho Nacional de Estudantes, o movimento universitário tinha "sido acusado de diversas formas".[688]

De acordo com a UEE, as acusações tinham origem nos quinta-colunas e seus "instrumentos conscientes ou inconscientes", nos "retrógrados de todos os matizes" e nos que se sentiam prejudicados pela atividade política dos estudantes. Eram estes os responsáveis que semeavam "a desconfiança, caluniando com desfaçatez" e com tal intensidade que até destacados auxiliares do governo e do interventor, veicularam a "infâmia contra uma geração inteira, revelando que não tiveram a serenidade suficiente para esquivar-se ao cerco da quinta-coluna que pretendiam e tinham o dever de combater".

Os estudantes rechaçavam qualquer um dos argumentos utilizados contra eles, que iam deste a falta de maturidade política até a elaboração de "planos subversivos em alianças com tais ou quais forças de rebelião". Para a UEE, a "ausência de qualquer disposições anti-fascistas nas alegações e acusações formuladas" contra o movimento estudantil universitário, era "suficiente para caracterizar os seus autores", os sabotadores da União Nacional, que tentavam lançar "brasileiros contra brasileiros, criando atritos raciais, viciando o ambiente" e desta forma, "desviando a atenção do fato dominante da guerra".[689]

No diário de Cordeiro de Farias era relatado os acontecimentos desde o momento do embarque das tropas brasileiras no Rio de Janeiro, em 1943, até o fim dos combates em 1945. Dos relatos de Farias é possível perceber a sua opinião sobre o quanto eram "voluntários" os praças brasileiros. Cordeiro afirma que, após o embarque do "grosso da tropa", além dos postos policiais já existentes, foram estabelecidos mais três postos de polícia nas pranchas de embarque, com a finalidade de "evitar a saída de qualquer elemento brasileiro".

---

[688] A sigla CPOR refere-se ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e NPOR ao Núcleo de Preparação aos Oficiais da Reserva. FGV/CPDOC, Arquivo Cordeiro de Farias, CFa tv 38.06.01 A. Manifesto da UEE remetido para Cordeiro de Farias. Porto Alegre, 11 de setembro de 1943.

[689] O manifesto era assinado pelas seguintes entidades estudantis do Rio Grande do Sul: Sibili Vianna (Presidente UEE) – Fernando Guedes (Presidente Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre) – Armando Brenner (Presidente da Federação dos Estudantes Livres de Porto Alegre) - Ruy S. Mooejen (vice-presidente da Federação Estadual Universitária de Porto Alegre) – Mário Julien Hilling (Presidente Centro Estudantil Universitário de Engenharia) – Canuto Jorge Martins Filho (Pres. Grêmio Universitário Leopoldo Koetz) – Walter Merino Delgado (Pres. Centro dos Estudantes de Direito) – Marino Rodrigues dos Santos (Pres. do CAFF) – João Pedro dos Santos (Pres. Centro Acadêmico Visconde de Mauá) – José P. Medeiros (Pres. Centro Acadêmico da Faculdade de Economia do Instituto de Porto Alegre) – (?) (Representante Estadual de Santa Maria e pelo Centro Acadêmico "Tasso Correa" do Instituto de Belas Artes) – (?) (Pelo Pres. Centro Acadêmico Educação Física) – Lygia Almeida (Pres. Centro Acadêmico da Faculdade da Educação e Letras) – Wenceslau Bermejo (Pres. do CECE).

Comentava também, que neste mesmo dia, depois da saída do arcebispo do Rio de Janeiro, que fora "apresentar as despedidas", haviam sido cometidas as primeiras infrações, que foram punidas com advertências.[690] Os relatos de Cordeiro deixavam perceber o estado emocional da tropa frente à infra-estrutura dos navios, da pouca comida ou da inadequação à comida dos norte-americanos, das roupas insuficientes para o frio intenso da Europa, do desrespeito com que os oficiais americanos tratavam os soldados brasileiros e das punições, que iam desde o corte da alimentação até a prisão.

Além disso, contava exemplos de dois soldados que no mesmo dia queriam se jogar no mar: um deles, "nervoso, talvez com alguns boatos surgidos a bordo" e, o outro, demonstrando "sinais de nervosismo, tendo que ser chamado o médico que o colocou na câmara dos loucos", depois de ser medicado.[691] Três dias após o embarque, relatava Cordeiro, "foram recolhidos dois homens que mostraram indícios de sofrerem das faculdades mentais".[692] Cordeiro também fazia referência aos atritos com os americanos, depois da chegada no continente europeu: "Precisamos sair de bordo hoje de qualquer modo. Já o ambiente não está favorável aos americanos. Várias encrencas têm surgido nos últimos dias. Os americanos têm um modo próprio de agir um pouco brusco, que não agrada a nossa tropa. Hoje, quase que lançam um polícia americano ao porão do navio. Felizmente houve intervenção à tempo".[693]

Cordeiro também fazia referência a pouca ajuda dos oficiais americanos em ceder espaço para as tropas brasileiras na Itália. Relatava que, na região, o auxílio era difícil de conseguir e não havia a "menor vontade dos americanos em ceder coisa alguma", nem posições nem casas para os homens brasileiros. Num desabafo comentava que era "duro ser tratado assim", mas como éramos pobres, os parentes designavam "deveres" que deveriam ser cumpridos pelos menos afortunados, não restando "direitos nenhum".

Dizia que a missão da FEB era "trabalhar para o amanhã do Brasil" e, mesmo que o Brasil não desse a "assistência que merecíamos", tocariam o trabalho mesmo sem

[690] FGV/CPDOC, Arquivo Cordeiro de Farias. CFa tv 43.09.20. Pasta II. Diário de 18 de setembro a 26 de novembro de 1943. Os relatos são do dia 20 de setembro de 1943.
[691] FGV/CPDOC, Arquivo Cordeiro de Farias. CFa tv 43.09.20. Pasta II. Diário de 18 de setembro a 26 de novembro de 1943. Os relatos são do dia 1º de outubro de 1943.
[692] FGV/CPDOC, Arquivo Cordeiro de Farias. CFa tv 43.09.20. Pasta II. Diário de 18 de setembro de 1943 a 26 de novembro de 1943. Os relatos são do dia 4 de outubro de 1943.
[693] FGV/CPDOC, Arquivo Cordeiro de Farias. CFa tv 43.09.20. Pasta II. Diário de 18 de setembro a 26 de novembro de 1943. Os relatos são do dia 9 de outubro de 1943.

serem compreendidos.[694] Por isso, queria a compreensão dos norte-americanos para com os brasileiros e ter reconhecida a sua posição de General da 3ª. Região Militar do Corpo Expedicionário.

Mas qual a compreensão que o governo do Brasil oferecera para os milhares de convocados entre eles os trabalhadores e operários brasileiros? Este questionamento fora levantado de várias formas.

Em 1942, uma carta de Manoel Campos, dizendo representar "milhares de tantos operários", casados, com filhos e que estavam aguardando a hora de suas convocações para defender a Pátria. Argumentava que a partida para a guerra não os atemorizava, mas tinham uma "grande interrogação" e esperavam que o presidente Vargas a esclarecesse.

Perguntavam o que seria das suas esposas e filhos pequenos diante da incorporação, uma vez que, eram operários da Companhia Light. Afirmavam que não haveria essa dúvida, caso fossem funcionários públicos, já amparados por "benemérito decreto". Também não existiria dúvida se fossem empregados da Companhia Souza Cruz, das Lojas Americanas e de outras firmas e empresas, cujos dirigentes e responsáveis já fizeram declarações, através da imprensa, de que ampariam "as famílias de seus empregados, pagando-lhes os respectivos salários". Porém, para a Ligth, grande em realizações industriais, mas pequena na parte moral e social, não oferecia aos seus trabalhadores nem mesmo um desconto insignificante de luz elétrica, gás e passagem nos seus veículos. Denunciavam que a empresa descontava as horas e os minutos dos operários que se ausentavam do serviço para esclarecer situações militares.

Ao mesmo tempo, a empresa negava abertamente qualquer espécie de adiantamento de ordenado como represália a existência de Caixas de Pensões, sendo responsável por tantas outras indignidades contra os seus operários, que nada mais eram do que "o próprio alicerce de suas grandes realizações e lucros extraordinários". Como então partiriam para empunhar armas para "justamente defender essas suas instituições". Por essa razão deveriam receber da Companhia o amparo das famílias dos operários com mais de vinte anos de serviços prestados a empresa.[695]

Informavam ao presidente que não tinham "nenhuma ilusão sobre o procedimento da Companhia", visto as atitudes anteriores desta contra as leis sociais..

[694] FGV/CPDOC, Arquivo Cordeiro de Farias. CFa tv 43.09.20. Pasta II 3. Diário de 15 de novembro de 1944 a 5 de janeiro de 1945. Os relatos são do dia 16 de dezembro de 1944.
[695] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 409. Processo 107797.

Perguntavam ao chefe do Governo se eles também deveriam desistir dos seus ordenados e marcharem "confiantes e alegres para defender a Pátria", sabendo que deixariam para trás as suas "pequenas Pátrias", os seus lares.

Denunciavam também, que cada homem afastado do serviço para fins militares, não tinha a sua vaga preenchida, mas o serviço era imediatamente distribuído pelos seus colegas. Solicitavam uma atitude do presidente, uma forma para ampará-los, sugerindo o aumento das consignações para as Caixas de Pensões ou a criação de um "Seguro de Guerra". Para os operários, era "doloroso assistir uma empresa estrangeira, amontoando dividendos e juros fabulosos anos após anos para seus países" e nada deixando aos seus "humildes, mas esforçados colaboradores".[696]

Os operários da Ligth não se conformavam que no momento em que as instituições seriam defendidas pelos operários do mundo todo, estes estavam sendo "intencionalmente esquecidos", enquanto a "coragem e abnegação dos seus companheiros" era decantada pelos "oradores profissionais da retaguarda" ou pelos quinta-colunas que fugiam do serviço militar, bem como aqueles que possuíam a dupla "nacionalidade".

Por fim, sabiam que iriam para o *front* "em qualquer situação" e o apelo enviado ao presidente significava uma "simples lembrança" para as leis que protegiam o funcionário público em tempo de guerra, devendo as mesmas ser extensivas a todos os brasileiros casados ou não.

A carta contava com apenas a assinatura de Manoel Santos, porque os outros operários deixaram de assinar, não por serem "denunciadores ou delatores", mas simplesmente para evitar fossem "caçados como quinta-colunas por aqueles a soldo do 'Intelligence Service', muito comum nessas grandes empresas".[697]

Beverly Silver indica que "os primeiros anos das guerras estão entre os de mais baixa atividade de protesto [de trabalhadores]". Por outro lado, para a autora, uma das subvariantes da guerra, demonstra que a participação nelas, "aumenta a coesão social no plano nacional e, portanto, traz a paz doméstica".[698] Talvez a carta de Manoel Santos desminta, em parte estas duas considerações de Silver.

---

[696] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 409. Processo 107797.
[697] ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 409. Processo 107797. Carta dos operários da Light enviada para Vargas em 1942. Não consta o dia nem o mês.
[698] Ver SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho*: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 127 e 129.

Como demonstra Antonio Luigi Negro, mesmo com a CLT, sendo esta "um caderno de leis – leis freqüentemente ignoradas pelos patrões – com um sem-número de disposições sobre condições de trabalho [que] não alterou o sem-número de queixas de operários submetidos ao regime de despotismo fabril", este despotismo ainda "estava respaldado pela Lei do Esforço de Guerra (a qual, a propósito, anulou vários desses dispositivos da CLT)".[699]

Fernando Teixeira da Silva complementa, ao considerar que

> conclamando os operários ao "esforço de guerra": "a nova tarefa dos 'soldados do trabalho' e dos 'sindicatos quartéis' era no campo de batalha das fábricas produzir e vigiar". Assim, todos os trabalhadores "colaborarão, permanentemente, com os poderes públicos" "no desenvolvimento da consciência cívica nacional", nos "planos de Mobilização econômica" e na "propaganda do serviço militar". Em troca de "trabalho e vigilância", o "destacamento" da produção nas "indústrias quartéis", consideradas de segurança nacional ou de serviço público, recebeu como recompensa o "exercício da cidadania, como forma de participar do governo da nação". Em acréscimo recebeu ainda um decreto que elevava a jornada de trabalho de oito para dez horas, outro que adiava ou indenizava o direito de férias e mais um que proibia aos pelotões das "indústrias de guerra" a mobilidade no emprego. Os dois primeiros decretos foram armas tiradas do arsenal dos empresários, cujos alvos foram preferencialmente os operários das indústrias têxteis e bélicas, que viviam sua plena capacidade de produção.[700]

Em 1944, o *Diário Carioca* lançou uma campanha denominada "Seja assíduo no trabalho", a fim de "conscientizar o operário a não faltar ao trabalho". A justificativa apresentada era de que a falta atrasava o esforço de guerra do país, o operário prejudicava a si próprio e contribuía para que a vida se tornasse mais cara. No Rio Grande do Sul a campanha arrecadou adeptos entre os metalúrgicos.[701]

---

[699] Cf. NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2004, p. 26

[700] Silva cita inicialmente o discurso de CARVALAL, A. Francisco. "Uma palavra ao operariado nacional", palestra feita na PRD-2 Rádio Cruzeiro do Sul, Rio de Janeiro, 1943, reproduzida no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em março de 1943. Ver estas passagens em SILVA. Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos Direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). São Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p. 81.

[701] Notícia a respeito da campanha do *Diário Carioca.* "Seja assíduo no trabalho", publicada pelo *Diário de Notícias*, 12 de julho de 1944, p. 2

Os trabalhadores cariocas dariam a sua cota no "esforço de guerra", mas reivindicavam direitos, assim como trabalhadores gaúchos, enquanto continuavam os conflitos sobre o trabalho dos nacionais. Em assembléia coletiva, os diversos sindicatos resolveram apelar para as altas autoridades da nação, para que fossem afastados dos cargos que ocupavam na Companhia das Lagoas, Walter G. Berry (estrangeiro) e Frank Bortwiski, respectivamente, em razão de não cooperarem com o esforço de guerra, insurgindo-se contra as leis brasileiras e procurando por "meios criminosos sonegar o direito consagrado aos trabalhadores de nosso benemérito governo".[702]

O mesmo acontecia com os trabalhadores paulistas. Hélio da Silva considera que "as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no seu cotidiano e nas suas lutas diretas contra os patrões, em função da Lei de Esforço de Guerra que começou a vigorar no final de 1942, mostram como a exploração e os abusos patronais tinham suas ações legitimadas pelos sucessivos decretos presidenciais, que criavam amarras jurídicas, verdadeiras camisas de força para os trabalhadores". Porém, complementa o historiador, essas ações "não impediram que as fábricas deixassem de ser palco de luta, inclusive aquelas diretamente comprometidas com o esforço de guerra". Assim, como conseqüência, em vários casos "as lutas adquiriram uma conotação de enfrentamento à Lei do Esforço de Guerra".[703]

Com a entrada do Brasil na Guerra, outros movimentos foram feitos pelos empresários e pelo Estado visando o domínio da força de trabalho. Luciana Arêas mostra mais alguns deles:

> O governo procurou implementar o mais rápido possível as condições que julgava necessárias para o sucesso do esforço de guerra. Juntamente com o decreto que declarou a entrada do país no conflito mundial (31/08/1942), foram publicados três outros decretos que facultavam a rescisão de contrato de súditos de países do Eixo; que permitiam a prorrogação da duração normal de trabalho nas empresas que interessassem à produção e à defesa nacional; e que estabeleciam as regras especiais que deveriam ser observadas pelas entidades sindicais. Entre estas regras estava o

[702] AHRGS/CG, Maço 157. Telegrama de Rio Grande em nome das seguintes entidades: Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão e Mineral João Batista de Paula Ramos, presidente Sindicato Nacional dos Contra Mestres Marinheiros Moços e Remadores em Transporte Marítimo Hermenegildo Leopoldino Lemos de Freitas, delegado Sindical dos Práticos e Mestre e Arrais Antonio Soares de Abreu Filho, Conselheiro pelo Presidente Sindicato dos Maquinistas e Motoristas Marinha Mercante, João Carlos Gautério, Secretário Sindicato Nacional dos Foguistas da Marinha Mercante, Manoelino de Olivera, delegado. Rio Grande, 15 de junho de 1944.

[703] Ver COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995, p. 15 e 18.

> desenvolvimento da consciência cívica nacional, a vigilância sobre a conduta econômica ou profissional dos associados que fossem súditos das nações inimigas e a proibição de ingresso em qualquer movimento, mesmo de caráter cívico, sem o prévio consentimento do Ministério do Trabalho.[704] (p. 276)

A defesa do trabalho nacional não advinha apenas da lei dos 2/3, nem do esforço de guerra. Muitos trabalhadores haviam assumido o discurso de que eram "soldados da produção". Rodney Cytrynowicz mostra que durante o Estado Novo, os operários foram transformados em "soldados da produção", enquanto que muitas fábricas foram decretadas como unidades militarizadas da "batalha da produção", sendo os imigrantes, "inimigos da Pátria". Parte da multidão, que já era "disciplinada na rua, nas filas, cooptada pela máquina previdenciária dos sindicatos oficiais, organizada nos desfiles das escolas de samba evocando temas nacionais", também era "submetida à disciplina militar no interior das fábricas, educada para usar sapatos e marchar".[705]

Outros tantos não seguiram esse caminho e, como veremos no próximo capítulo, a retirada de direitos antes anunciados e promulgados, somando-se ao arrocho salarial justificado constantemente em função da guerra, trouxe consigo o contraditório processo de resistência, mobilização e reivindicação dos trabalhadores. Inclusive, com o mais "anti-social" dos movimentos que o Estado Novo indicou em sua legislação: as greves de trabalhadores.

[704] ARÊAS, Luciana Barbosa. *Consentimento e resistência*: um estudo sobre as relações entre trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945). Tese (Doutorado). Campinas: UNICAMP-IFCH, 2000, p. 276.
[705] Cf. CYTRYNOWICZ, Roney, *Guerra sem...*, op. cit., p. 20 e 87.

4 - O ESTADO NOVO CHEGA AO SEU EPÍLOGO: OS TRABALHADORES DO RIO GRANDE DO SUL E AS GREVES DE 1945

> *(...) Tudo indica que (...) já está sendo contestada, continuará encontrar uma resistência cada vez mais forte. E é natural que a contestação provoque a repressão e a repressão mais contestação (...).*
>
> *- Eles não são comunistas, coronel, são grevistas (...). (*Érico Veríssimo em *Incidente em Antares)*

Edgard Carone, em *Movimento operário no Brasil, 1877-1944*, afirmou que "os estudos das greves acentuam a atomização temática, uma vez que são análises parciais, de pequenos incidentes, tratados de forma limitada em sua dinâmica cronológica, perdendo-se, assim, a visão do momento histórico". No entanto, no presente capítulo, as "greves serão tratadas como instrumentos de canalização das energias organizativas e relacionadas com o momento histórico vivido".[706] Estas "energias organizativas" não foram exterminadas pelo Estado Novo, não podendo causar surpresas ao historiador, quando se compreende o momento histórico estudado não-centrado apenas no recorte temporal no qual a pesquisa se estabelece. Muitas categorias de trabalhadores do Rio Grande do Sul tinham uma tradição de greves, acumuladas em experiências anteriores que foram fundamentais para a formação do operariado rio-grandense. Não seria o Estado Novo, por mais que desejasse sua política social e sindical, que terminaria com ela.

Como demonstram Branno Hockerman Costa e Francisco Josué Medeiros de Freitas, "a combinação sindical-trabalhista/Ministério do Trabalho/polícia política" conseguira "dobrar a capacidade de resistência das organizações sindicais", no entanto, "um regime abertamente ditatorial – como o do Estado Novo – poderia aproximar-se desse objetivo, mas não conseguiria congelar completamente a luta de classes e as greves o revelam", pois mesmo no período de maior repressão estado-novista e quando as greves eram absoluta e formalmente consideradas ilegais (tornadas assim pelo decreto-lei n. 1.402, de 1939), o relatório da Desps de 1940 registrou a ocorrência de duas greves no Distrito Federal.[707]

---

[706] Estas considerações de Carone, e a forma aqui reivindicada para o tratamento das greves, estão apresentadas originalmente em GOLDMACHER, Marcela. "Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906)". In. MATTOS, Marcelo Badaró, ibidem, p. 106.

[707] Apenas discordo dos autores quando eles afirmam, em uma passagem da mesma página, supervalorizando a ação do governo em dobrar a capacidade de resistência das organizações sindicais, segundo eles "completamente bem-sucedida". Cf. "Greves e polícia política nas décadas de 1920 e 1930". In. MATTOS, Marcelo Badaró, ibidem, p. 159. Outro equívoco aparece na tese de Luciana Arêas quando

Sabemos, por outro lado, como explica Beverly J. Silver, que "a greve está longe de ser a única ou mesmo a principal maneira de expressão da insatisfação dos trabalhadores",[708] mas quando ela acontece é porque a satisfação dos trabalhadores não está nada boa.

A greve tinha que ser vista como algo fora dos padrões, pois como já demonstrou Arion Sayão Romita, para um tipo de Estado em que a Justiça do Trabalho era dotada de competência normativa, não fazia sentido algum permitir a greve, portanto, a proibição da greve parecia ser algo lógico.[709] No entanto, trabalhadores que viram o quanto a Justiça do Trabalho fora importante, mas limitada na garantia dos direitos, sabiam da legitimidade e da própria lógica da greve como forma de conquistas, em sua experiência e trajetória, demonstravam mais uma vez, que não haviam abdicado da greve para fazer valer seus direitos. Como demonstraram acertadamente Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro, citando Maria Célia Paoli e sua análise das greves em São Paulo entre 1920 e 1945, há "elementos da continuidade na experiência operária fabril, a parir da qual se articula um discurso de denúncia da exploração patronal, com base na crença de que as condições de vida e de trabalho deveriam ser protegidas por direitos sociais". Assim, mesmo a "promulgação da legislação trabalhista por um Estado

---

conclui sobre as greves do período apenas por sua documentação levantada: "cabe ressaltar que este levantamento do número de eventos do movimento operário foi restringido pela dificuldade de obtenção de informações. Como a censura à imprensa tornou-se mais rigorosa após 1935, mesmo que eventos deste tipo chegassem a acontecer eles não seriam noticiados. Assim, a principal fonte de dados para o levantamento passou a ser representada pelos relatórios da Seção de Segurança da DESPS. Contudo, infelizmente só consegui encontrar os relatórios dos anos de 1930 a 1937 e 1940 a 1943. (...) Acredito que possam ter ocorrido algumas greves ou manifestações nestes anos, mas seus registros, se existirem, não se encontram nas fontes pesquisadas para a realização deste trabalho". Cf. ARÊAS, Luciana Barbosa. *Consentimento e resistência*: um estudo sobre as relações entre trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945). Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2000, p. 260. Ora, sabemos que parte dos memorialistas como Jover Telles, historiadores do movimento operário como Edgard Carone e a recente produção da história social do trabalho, principalmente a partir de 1995, portanto antes da tese da autora, já se referiam e abordavam as greves no Estado Novo. Seria quase desnecessário pontuar a passagem acima se a própria autora não entrasse em contradição negando a passagem referida, a partir das seguintes considerações: "uma parcela importante da luta cotidiana dos trabalhadores em defesa de seus direitos tinha como cenário principal os próprios locais de trabalho. (...) durante o Estado Novo (...) das 20 greves ocorridas entre 1940 e 1945 apenas cinco receberam apoio dos sindicatos; quatro foram realizadas contra a vontade das associações; e nas restantes, onze, não houve participação dos sindicatos. (...) Ao mesmo tempo, os trabalhadores também procuraram recuperar as perdas sofridas no decorrer do período ditatorial. Para se ter uma idéia, das nove greves ocorridas em 1945, sete exigiam aumento de salário, os quais haviam sido praticamente congelados durante o estado de guerra. Portanto, as demandas reprimidas nos anos anteriores manifestaram-se de forma intensa no final do Estado Novo, o que se refletiu no aumento do número de greves. (...) e no tipo de reivindicação que era feita". Ver idem, ibidem, p. 261 e 279.

[708] *Forças do trabalho*: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 179.

[709] Ver "Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo". In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999, p. 96.

autoritário teria levado a uma bifurcação no universo discursivo operário" no qual a lei o afastava das greves que confrontavam a ordem corporativa, mas não conseguiam superá-las.[710]

Os Ferroviários Param os Trens

Nas primeiras horas da manhã, em 5 de abril de 1945, Porto Alegre foi surpreendida com a notícia de que se encontravam em greve os ferroviários. O movimento, articulado em todo o estado, cessou imediatamente todas as atividades nos escritórios da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), espalhando-se para as oficinas, o tráfego (no caso da capital, foi paralisado, tanto de passageiros como de carga, parando, os trens direto paulistas e o internacional), a via permanente e os demais setores. Enquanto se organizavam comissões de grevistas para parlamentar com as autoridades, já surgia a informação de que outras categorias se manifestariam.

As informações se confirmaram com a parada dos empregados da Carris, demonstrando que a paralisação generalizava-se no setor dos transportes. A imprensa reclamava que a parede "implicava em prejuízos incalculáveis para a economia rio-grandense".

A greve, no caso dos ferroviários, surgiu depois que não foi atendida a reivindicação do aumento de vencimentos da categoria. Os grevistas reclamavam que seus ordenados não lhes permitiam viver condignamente, em face da alta exorbitante dos gêneros de primeira necessidade. Ainda mais, pretendiam conseguir parte da gratificação que lhes foi dada pelo ministro da Viação e Transportes em 1944, e que receberam com redução. Por outro lado, desejavam algumas modificações no regulamento que disciplinava o acesso a promoção a cargos superiores, prejudicados pela diminuição de vantagens pecuniárias.

Articulado em todo o estado, o movimento conquistou a paralisação completa das atividades, sendo que o telégrafo da Viação Férrea cumpriu uma tarefa das mais importantes: através dele os ferroviários contaram com as transmissões, em caráter

[710] O texto de Paoli aqui referido é "O trabalhador urbano na fala dos outros". In. LOPES, José Sergio Leite (Org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987, *apud* FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. "Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil". In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano*. Livro 2. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 187-8.

secreto, organizando as notícias que revelariam a data e a hora em que se daria a greve, a qual ganhou caráter de geral.

A partir de Bagé, onde se iniciou a campanha pelo telégrafo, entraram em greve os ferroviários de Rio Grande, Santa Maria e Porto Alegre. Desta última, a greve se ramificou para os outros pontos do Rio Grande do Sul, encontrando eco e ganhando vulto ao irromper, com resultados práticos, a greve nas docas do porto de Santos.

Pela madrugada de 5 de abril, em outras cidades – principalmente na estação-chave de Santa Maria, onde haviam iniciado as primeiras mobilizações para a greve – os grevistas já haviam se pronunciado a favor do movimento. Da cidade, o prefeito Miguel Meireles e o delegado de polícia Darci Berbigler informavam a interventoria estadual e a imprensa, alegando que na noite anterior não haviam percebido nada de anormal, tendo havido na cidade apenas uma procissão, "com enorme acompanhamento de fiéis, para pedir chuva". Os trabalhadores declararam-se em greve geral às oito horas da manhã e todos abandonaram pacificamente seus postos em todas as seções, obtendo, assim, a unanimidade da categoria, alcançando os funcionários dos departamentos, do almoxarifado e do tráfego e movimento dos trens.

Durante o dia, os que foram se tornando líderes do movimento organizaram-se em uma comissão central - já que também em Santa Maria não havia uma organização sindical da greve -, e a base dos ferroviários reuniu-se em frente à estação principal, aguardando possíveis soluções dadas pelo diretor-geral da Viação Férrea. Apenas uma pequena comissão do movimento local se responsabilizou pelos serviços de comunicação, enquanto outros elaboravam ofícios em favor da causa, a fim de organizar a mobilização e a coordenação grevista.

No mesmo tempo que exigiam a ida de Brochado da Rocha para a cidade, uma comissão se dirigiu para o comandante do Quartel Geral da cidade, general Teixeira Lott, frisando o caráter "ordeiro e pacífico" do movimento grevista. A comissão nomeada pelos ferroviários para apresentar as reivindicações da classe iniciou de imediato as suas atividades, transmitindo ofícios em favor da causa. Em seguida, os membros dessa comissão estiveram no Quartel-General, fazendo uma exposição detalhada da situação ao comandante da guarnição, general Teixeira Lott, frisando o caráter ordeiro e pacífico do movimento paredista, já que havia uma tradição de violências, sabotagens e depredações nas greves ferroviárias da cidade.

Entre as reivindicações surgidas em Santa Maria estavam: aumento de 150 cruzeiros aos salários de trezentos a novecentos cruzeiros, e de 100 aos vencimentos de

novecentos em diante; abreviação da assinatura do decreto de aposentadoria com 30 anos de serviço em qualquer idade; pagamento de férias corridas aos diaristas e aos que percebiam por hora; diárias de viagens ao pessoal de trem; previsão da tabela de diárias de viagens; abonamento das horas extras; abono familiar de 50 cruzeiros não só aos casados, mas também aos que têm encargos de família, extensivo aos salários até 1.100 cruzeiros; retorno aos cargos, em suas sedes de todos os empregados que foram afastados como denunciantes de simpatizantes do Eixo; definição da situação dos ferroviários como funcionários estaduais ou federais; permanência de Brochado da Rocha na direção da Viação Férrea; não instauração de inquérito administrativo para fins de apuração de responsabilidade dos grevistas; seis horas de serviço para os telegrafistas; distribuição de 150 cruzeiros aos funcionários que atuam nos trens, embora não sejam formados no concurso para despachantes, entre outras.[711]

Por outro lado, sindicatos e entidades trabalhistas de Santa Maria se reuniram para dar apoio integral e moral aos ferroviários em greve, em especial o Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil e o Grêmio Literário Castro Alves. Retomava com força na cidade a aliança de classe que a repressão estado-novista não conseguira exterminar.

Em Porto Alegre o movimento foi iniciado mais tarde, pouco depois do telégrafo de Viação trazer a notícia, quando, aos poucos, todos foram deixando o trabalho.

Na capital, homens e mulheres ferroviários, todos em luta por aumentos salariais, começaram a passeata pacífica pela rua Voluntários da Pátria, se dirigindo para o Palácio do Comércio, sede do Escritório Central da VFRGS. Despertando o interesse público, certamente represado, por algum tempo pelo Estado Novo, pela falta de mobilizações de rua, centenas de pessoas acompanhavam os grevistas. Ao mesmo tempo, os funcionários dos escritórios foram concitados a aderir, apoio imediatamente conquistado.

[711] Um resumo da greve dos ferroviários de 1945 pode ser visto em FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito*: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Ed. da UCS/ANPUH-RS, Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 380.



16 - Ferroviários porto-alegrenses em passeata no centro da Capital, em 5 de abril de 1945.
Fonte: *Correio do Povo*, 6 de abril de 1945, p. 1.

Um grupo subiu até a sala da administração para falar com as chefias, quando o diretor da Viação Férrea, tenente coronel Brochado da Rocha, sob aplausos da multidão, aparecia diante dos grevistas, manifestando para a categoria a simpatia pelas reivindicações. Não era a primeira vez que esta posição pública do coronel se manifestava neste sentido. Alexandre Fortes demonstra, a partir de Telmo Remião Mourão, que os conflitos trabalhistas de 1945 poderiam ser prenunciados já em janeiro, quando os frigoríficos da Região Sul do estado, como o Swift de Rio Grande e Rosário, assim como o Armour, de Livramento, iniciaram demissões em massa. Assim, no final do mesmo mês, os mineiros ligados ao setor carvoeiro, em São Jerônimo, iniciavam uma mobilização "contando com a simpatia do Tenente-Coronel José Diogo Brochado da Rocha, presidente da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que os visitara pouco tempo antes". Este movimento "desembocou numa greve de mais de uma semana, exigindo aumento salarial e condições humanas de trabalho", haja vista que "a extração do carvão se havia intensificado, na medida em que a guerra levara à redução do fornecimento de petróleo, e o trabalho ocorria vinte e quatro horas por dia, com revezamento contínuo de turmas". Este movimento e o caráter estratégico da produção "serviu de justificativa para que, diante da população, o Exército realizasse uma intervenção nas minas".[712]

[712] MOURÃO, Telmo Remião. *O operariado do Rio Grande do Sul e o Estado (janeiro a abril de 1945)*. Monografia (Bacharelado em História). Porto Alegre: UFRGS-IFCH, 1979, p. 16-80, *apud* FORTES, Alexandre, *Nós do Quarto...*, op. cit. p. 379-80.

Assim, diante do Palácio do Comércio e na presença do coronel Brochado da Rocha, em nome dos manifestantes, falou João Curió de Carvalho, do Departamento de Estatística e Movimento, dizendo os motivos que haviam levado os ferroviários à greve. Os paredistas pretendiam um aumento de vencimentos, já que a alta do custo de vida os conduzira a uma situação de enormes dificuldades. O orador argumentou também que o coronel Brochado da Rocha sabia perfeitamente as aspirações da classe e "que os estudos para os reajustes estavam demorando, mas que ninguém mais poderia esperar", sendo que "a parada, ordeira e disciplinada talvez encontrasse a equação reclamada pelo problema".

O coronel Brochado da Rocha declarou que "recebera um telegrama dos ferroviários de Santa Maria,[713] solicitando-lhe que participasse do movimento, advogando a causa dos grevistas junto aos poderes competentes", o que adiantou a sua simpatia à manifestação dos ferroviários, pois conhecia seus problemas. Argumentou que tanto se interessava pela situação da classe que deveria viajar imediatamente para o Rio de Janeiro, onde iria tratar do assunto, pois "os ferroviários lhe mereciam toda a consideração, esses mesmos ferroviários que ele por vezes recebera em sua casa para tomar conhecimento de seus desejos" e cuja situação estava sendo objeto de estudos, pois, "como democrata e como ferroviário, tinha vivido e sentido os problemas de todos".

Aos ferroviários de Santa Maria, Brochado da Rocha respondeu com outro telegrama, dizendo, entre outras coisas:

> (...) Recebi com profunda surpresa o vosso telegrama comunicando-me o início do movimento grevista. Não posso esconder a mágoa com que vejo os meus amigos ferroviários assumirem uma atitude de tão larga repercussão e de tão graves conseqüências, sem a prévia audiência do chefe, que tudo tem feito para assegurar-lhes, material e moralmente, uma vida digna. (...). Desejo pedir aos ferroviários rio-grandenses que meditem sinceramente como brasileiros, na gravidade da atitude que assumiram. Com ela cooperam neste instante, embora, involuntariamente, para dar alarmantes características à agitação que precede a reconstitucionalização do

[713] Os ferroviários de Santa Maria, principal centro ferroviário do Rio Grande do Sul, enviaram telegrama ao coronel Brochado da Rocha, com os seguintes termos: "Reconhecemos na pessoa de v. excia o nosso salvador. Estamos convosco, porém, como os nossos vencimentos são insuficientes para atender ao alto custo de vida, a fome e a miséria rondam constantemente nossos lares. Funcionários e velhos servidores do Estado, declaram-nos nesta data, em greve pacífica, visto que nosso governo esqueceu de que também somos filhos desta querida Pátria. Só retornaremos ao trabalho, atendidos em nossas pretensões. Viva o Brasil" (ass.) 26 grevistas".

> país, permitindo que os espíritos facciosos procurem emprestar outros intentos ao que é uma reivindicação de salários. Meditem, também os ferroviários rio-grandenses nos prejuízos que sua atitude traz à nossa economia, agravando as já penosas condições de vida de nossos patrícios. Cada dia de paralisação de tráfego contribui para o empobrecimento da coletividade rio-grandense, integralmente atingida, sem exceção dos próprios grevistas. Desejo, neste instante particularmente grave de minha vida pública (...) poder aquilatar da sinceridade da vossa simpatia, do vosso apreço e da vossa solidariedade. Se realmente o vosso diretor e o vosso amigo é digno de vosso aplauso, que nunca faltou à vossa confiança, precisa ele ter, nesta hora, autoridade para ser vosso representante perante o eminente sr. Interventor Federal, para pleitear junto ao governo da República uma solução justa e humana, tão ao feitio daquele benemérito titular, para os vossos pedidos. Peço-vos, assim, um apelo, primeiro pedido que formulo àqueles a quem tanto tenho dado em afeto e em devotamento, para que possibilitem a volta ao trabalho, para que restituam a vida à Rede que é o nosso orgulho, e me comprometo perante vós a ser o vosso intérprete para conseguir realizar os vossos desejos. Só então poderei contribuir com a minha autoridade para que alcanceis as vossas reivindicações justas. É essa a prova de apreço e a demonstração de confiança que me julgo com o direito de exigir de vós. Saudações. (Ass.) Brochado da Rocha, diretor.[714]

Na continuidade do discurso do Palácio do Comércio, com o mesmo teor do telegrama o coronel se referiu às conseqüências imediatas da greve, pois "como ferroviário, como amigo" esperava "ter sido consultado antes de ser adotada medida de caráter tão radical". Concluiu conclamando os ferroviários "a continuarem trabalhando pelo engrandecimento da Viação Férrea" e solicitou que uma comissão de grevistas o procurasse expondo-lhe mais detalhadamente as reivindicações, pois só assim estaria "capacitado a discutir a questão com o governo do estado, para imediata solução".

Para Brochado da Rocha, a greve era originária de "ambiente de intranqüilidade que teve sua origem em Santa Maria", de onde havia retornado havia poucos dias e prometera que "eles seriam atendidos na medida do possível", ocasião em que acordou o aumento de abonos familiar de vinte para trinta e cinco cruzeiros por filho, melhoria que segundo o diretor já estava sendo concedida desde o primeiro de março. Na ocasião os ferroviários reivindicaram também a transformação da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea em simples Cooperativa de Consumo, limitada à aquisição de gêneros

[714] Cf. "Telegrama do Diretor da Viação Férrea", *Correio do Povo*, 6 de abril de 1945, p. 8.

de primeira necessidade, incluídos calçados e vestimentas baratas, adquiridos nos centros produtores transportados com as vantagens de frete de que gozava a Cooperativa, e vendidos com um pequeno acréscimo para cobertura das despesas da administração. Tal medida, apoiada por Brochado da Rocha, resultaria na baixa do custo de vida para o ferroviário em pelo menos 20%. Esta proposta lhe parecia ser "a melhor maneira de favorecer as classes pobres", as quais deviam "pugnar pelo barateamento de custo de vida", pois isto talvez "representasse mais do que propriamente um aumento de salário". Nesse sentido, ele não encontrava "motivo para a eclosão da greve, justamente no momento em que estudos eram levados a efeito para atender as aspirações da classe", mesmo assim, estava concedendo um abono provisório até a aprovação do projeto em torno da cooperativa. Por isso, concluía, "o movimento grevista, até certo ponto, vem entravar a boa marcha daquele trabalho", lamentando "a forma adotada pelos manifestantes", uma vez que considerava que "um entendimento cordial levaria o caso a uma solução".

Em seguida, o ferroviário Antônio Macedo expressou que a categoria reconhecia em seu diretor um "dedicado amigo da classe". Por isso, que lhe fazia um veemente apelo para que "fossem abreviados todos os estudos para a solução do problema econômico dos servidores da Viação Férrea", recomendando que "fosse mantida a mais absoluta ordem, a mais completa disciplina", pois a categoria não poderia "sacrificar o patrimônio da Viação Férrea" por que este patrimônio também era deles e do Rio Grande. No final do comício, entretanto, um dos oradores incitou os colegas à "se manterem irredutíveis, em greve pacífica, até a manifestação decisiva do governo".

A polícia acompanhou todo o comício, realizando monitoramento discreto, sem estabelecer confronto, haja vista o caráter pacífico do movimento. Por outro lado, após o ato no Palácio do Comércio, Brochado da Rocha esteve duas vezes ao Palácio do Governo para audiências com o interventor federal Ernesto Dornelles,[715] tratando da greve.

[715] Durante o Estado Novo era tradição o governo federal receber todos os tipos de informações, seja da polícia política seja de seus subordinados administrativos ou diretamente dos interventores estaduais, sobre qualquer tipo de movimentos grevistas. René Gertz, a partir de documento do Arquivo Getúlio Vargas do CPDOC/FGV, mostra que em 10 de abril de 1944, através de carta, Dornelles informava a Getúlio Vargas sobre a eclosão de greves no Rio Grande do Sul, onde anunciava "uma linha-dura em relação aos grevistas das minas de carvão, no interior do estado, para onde nomeou interventor militar", mas fazia "concessões aos grevistas dos transportes da capital". Ver *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005, p. 37-8. No entanto, esta indicação de Gertz pode estar com o ano errado. No lugar de 1944, as paralisações dos mineiros, a conseqüente repressão ao movimento e o tratamento dado para a greve dos transportes são todas características e eventos das greves de 1945. Na verdade este erro pode ter se originado na obra pioneira de Edgard Carone, *O Estado Novo, 1937-1945*,

Os grevistas de Porto Alegre designaram uma comissão para tratar do assunto, constituída por Antônio Carlos Teles de Macedo, João Carlos de Carvalho, Antônio Ferreira Cardoso Filho, Leopoldo Karkaow, Francisco Sales Coelho, Olavo Silveira e Heitor Saldanha Dias.

Ouvidos pelo *Correio do Povo*, os líderes do movimento dos ferroviários porto-alegrenses esboçaram suas aspirações: em primeiro lugar, figurava a definição da condição jurídica do ferroviário; depois, o aumento geral dos vencimentos de 50% para os que ganhavam até Cr$ 500,00, 40% de Cr$ 501,00 a 1.000,00. 30% de Cr$ 1.001,00 a 1.500,00, 20% de Cr$ 1.501,00 a 2.000,00 e 10% para os que ganhavam acima de Cr$ 2.001,00.

O aumento pleiteado deveria vigorar a partir do mesmo mês de abril, juntamente com outras reivindicações: abono familiar equiparado ao que percebem as instituições autárquicas e ausência absoluta de represálias, tanto durante a vigência como depois da greve, aos seus participantes. A comissão definiu também que "as suas aspirações não serão apresentadas ao diretor da Viação Férrea enquanto não as coordenarem com as representações dos ferroviários do interior". Por outro lado, os ferroviários declararam que haviam entrado em greve "em defesa dos interesses transcendentais da classe", estando o movimento longe de "constituir qualquer acinte contra a administração do coronel Brochado da Rocha em quem os ferroviários em geral reconhecem um amigo da classe", mas não retornariam ao serviço, em hipótese alguma, enquanto não fossem concretizadas as aspirações enumeradas.

Santa Maria, como acontecera nas grandes greves de 1917, 1919 e 1936, passou a ser o centro do movimento grevista. Ali, se encontravam as oficinas da Viação Férrea e a principal estação da Companhia. Decidiu-se pela cidade como ponto de reunião das

---

que Gertz não cita, na qual Carone diz: "(...) em março e abril de 1944, uma greve geral no Rio Grande do Sul mostra que a reação operária começa a ser total"; citando daí o despacho do interventor Dornelles para Vargas, a partir do Arquivo Getúlio Vargas e cuja data seria de 10.4.1944. Ver CARONE, Edgard. *O Estado Novo, 1937-1945*. Coleção Corpo e Alma Brasil. São Paulo: Difel, 1977, p. 125-5. Por outro lado, o erro de Carone e de Gertz, a ser confirmado, pode ser originário do documento GVc1944.04.10, Série Correspondência, microfilmagem Rolo 8, Fot. 0220 a 0221, do Arquivo Getúlio Vargas, disponível no portal do CPDOC/FGV, o qual foi datilografado pela interventoria do Rio Grande do Sul com a data de 10 de abril de 1944. Cf. http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm. Acesso em 14 nov. 2005. A cópia que possuo em meu arquivo pessoal do microfilme, contendo este mesmo documento, também indica a mesma data: 10 de abril de 1944.

comissões de ferroviários de todo o Rio Grande do Sul, traçando normas de ação e elaborando um programa em que se confirmassem as pretensões da categoria.[716]

Em varias cidades do interior do Rio Grande do Sul, com importantes estações ferroviárias, trens e trabalhadores também foram parando o serviço durante o 5 de abril, demonstrando a organização e a sincronia dos grevistas. Em Cruz Alta, um dos líderes opinou sobre a paralisação: "o presente movimento não se prende à política e nem significa sinal de hostilidade ao atual governo da Nação, à frente do qual está o presidente Getúlio Vargas, digno dos nossos respeitos. Queremos, isto sim, o aumento dos salários".

Em Santa Cruz do Sul, solidários com os colegas de todo o estado, os ferroviários aderiram ao movimento ainda de manhã, cessando completamente as suas atividades. Imobilizados na estação local, os trens de passageiros de Santa Maria – Passo Fundo – Missões, inclusive o internacional. A estação local foi guarnecida pelas forças do Exército e os hotéis da cidade ficaram superlotados de passageiros, enquanto que muitos ficaram hospedados em casas particulares e outros prosseguiram viagem em automóveis e ônibus. Aliás, esta foi uma característica que marcou o cotidiano de várias outras cidades por onde se alastrava a greve. O trem de passageiros de Uruguaiana – Santa Maria foi detido em Alegrete.

Os "interesses transcendentais da classe", expostos na greve dos ferroviários, se expressavam historicamente em bons salários e condições dignas de trabalho. Por outro lado, era o rompimento concreto com a proibição das greves constitucionalmente expressa na Carta de 1937,[717] representando a retomada de um movimento que havia sido contido pela repressão e pelo controle, mas que não se deixou exterminar, demonstrando que as reivindicações por direitos ocorridas durante o período mais autoritário do Estado Novo significaram acúmulo de forças e resistência para posterior explosão mais radical do movimento, agora representado na onda grevista que iniciava em princípios de abril de 1945. Nesse momento, as greves começavam a se ampliar no Rio Grande do Sul, voltando a ser o principal instrumento da luta de classes dos

[716] Cf. as informações acima em "Declaram-se em greve os ferroviários do Estado e o operariado da Carris" e "No interior do Estado", *Correio do Povo*, 6 de abril de 1945, p. 4 e 8. Uma pequena síntese da greve dos ferroviários está em FORTES, Alexandre, 2004, p. 380.

[717] Lembremos aqui que pela legislação estado-novista e sua Constituição a greve era considerada como um "ato anti-social", sendo proibida a sua realização. O Decreto-lei n. 1.237 de 2 de maio de 1939, que organizou a Justiça do Trabalho (só inaugurada em 1941), apresentava as penas aos que abandonassem o trabalho. Cf. sobre isso o verbete "greve" In. ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: pós-1930. Vol. III. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, especialmente p. 2640-2.

trabalhadores. Caía por terra o "pacto" que o governo e o empresariado esperavam eterno para soluções negociadas nos limites da legislação trabalhista. O Estado Novo e o "esforço de guerra", em geral, e o arrocho salarial, além da retirada de direitos, em particular, faziam os trabalhadores retomarem sua tradição de mobilização mais radical, seja para a recomposição das perdas, seja para novos direitos.

A greve dos ferroviários, por outro lado, foi significativa sobre a consciência conservadora dominante expressa pelo principal jornal em circulação da época no Rio Grande do Sul, o *Correio do Povo*, sentida no discurso sobre as "perdas da economia" ou na preocupação com a manutenção da "ordem pública" tanto daquele órgão de imprensa como do governo estado-novista, acostumados a ver greves como graves perturbações da ordem.[718] Pela sua característica e no contexto em que acontecia, tratava-se de uma greve econômica e política ao mesmo tempo: econômica pelas reivindicações de melhoria salarial; política por questionar a forma de tratamento mais amplo dado pelo Estado Novo aos trabalhadores em nível nacional e que, pela própria lógica de nacionalização do governo, tinha conseqüências regionais.

Até o editorial do *Correio do Povo* reconheceu que as "privações se agravavam incessantemente, principalmente dos trabalhadores ferroviários", sem ignorar que eles eram "titulares de direitos, perante as leis sociais do país", sobretudo porque "o custo de vida, em ascensão ininterrupta, vinha multiplicar-lhes as angústias e sofrimentos", diante da "precariedade da existência, num milagre, sempre renovado, de conciliar a mesquinhez dos proventos auferidos com a brutalidade da carestia generalizada", refletindo nas atitudes da população na qual todos respeitavam "os motivos da atitude assumida", reconhecendo que na grande maioria dos lares reinava a escassez, dominava a intranqüilidade e imperavam graves privações.

No entanto, ressaltava o editorial, quanto mais se prolongasse os dias de suspensão das atividades, maiores seriam as dificuldades, pois sujeitos a um regime de

[718] Como demonstra Luciana Lombardo Costa Pereira, mesmo no período posterior ao Estado Novo, e, acrescento, como uma herança deste, o conteúdo das informações prestadas pelos agentes infiltrados com relação ao movimento sindical se concentrava em torno das greves, pois na visão da polícia, as greves eram "sintomas evidentes do *perigo vermelho* junto aos trabalhadores", sendo "parte de um plano político calculado, uma estratégia racional de sabotagem". Qualquer que fosse seu propósito expresso, os grevistas apareciam na documentação como "indivíduos *subversivos* que visam criar um ambiente de agitação social para dar início à revolução" e "as motivações declaradas pelos trabalhadores para suas atividades" eram vistas como "meros *pretextos* para o verdadeiro objetivo, que seriam a *desordem*". Cf. "Polícia política e a caça aos comunistas: repressão e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro (1945-1964)". In. MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, Faperj, 2004, p. 179-80.

déficit, os gêneros de primeira necessidade subiriam de preços. Isto indicava que era preciso ter em vista como essencial, diante das "limitações" que vinha sofrendo a economia do Rio Grande do Sul, o "restabelecimento urgente dos serviços de transportes". Colocando-se numa posição de "opinião pública", mesmo que escondesse sua tradicional e histórica vinculação com as "classes conservadoras" gaúchas, o jornal terminava conclamando pela "unidade de interesses" entre Estado e trabalhadores, apelando para a razão de grevistas e administradores:

> Chocam-se dois interesses: o Estado, que é ver os seus transportes em marcha excelente, dando escoamento às riquezas e conduzindo pessoas de umas para outras regiões; o dos grevistas, que é auferir um pouco mais, para atender ao muito mais que lhes impôs a inflação para alimentar esposa e filhos, para as exigências elementares da vida. Será, então, que se chocam dois interesses? Não é o que sucede, certamente. Tanto interesse tem o poder público, a Viação Férrea, quanto os ferroviários no andamento normal dos transportes. Não pode o Estado ser menos interessado do que os seus servidores, em que estes tenham os recursos bastantes para uma existência digna.
>
> O que, assim, todos sentem, diante dos acontecimentos, é estarmos em face de uma situação delicada e imperiosa. Reveste-se de extrema complexidade. Não caberá apenas aos poderes estaduais e municipais resolvê-la. O problema é de ordem econômica e financeira, mais que de simples elevação de salários. Enquanto melhoria de proventos representar apenas um benefício nominal logo desfeito pelos novos surtos altistas, as aperturas se prolongarão sempre, agravadas. Ainda há poucos dias mostrávamos que o povo brasileiro está curtindo privações enormes, devidas à guerra, sem que, entretanto, estas sejam identificadas nas suas verdadeiras características. Se, pois, tantos fatores existem em jogo, é de se desejar que a razão ilumine suficientemente os grevistas e guie acertadamente os administradores, para que surjam soluções aptas a libertarem de necessidades prementes milhares de famílias e possam restabelecer-se sem demora os serviços interrompidos.[719]

Na verdade, o jornal expressava a preocupação em torno dos interesses de mercado, afinal o próprio coronel Brochado da Rocha afirmou que a greve representava prejuízo para a economia estadual, pois em cada dia de greve havia uma "imobilização de uma riqueza imensa", pois a Viação Férrea, diariamente, transportava mais de

[719] Ver "O Movimento grevista", *Correio do Povo*, 6 de abril de 1945, p. 4

quarenta mil toneladas de produtos, o que implicava em diminuição diária de uma receita de setecentos mil cruzeiros. O apelo do governo, do diretor da Viação Férrea e do editorial para os ferroviários demonstrava explicitamente o sentido para a reflexão da categoria sobre "a gravidade da atitude assumida perante a opinião pública" pelo movimento grevista.[720]

Em 6 de abril, o tenente-coronel Brochado da Rocha viajou em avião especial para Santa Maria, sendo recebido pela comissão central de grevistas ferroviários. Após compareceu ao Departamento do Movimento da Viação Férrea, onde na frente encontrava-se reunida compacta multidão.



17 - Os ferroviários em greve recebem o diretor da Viação Férrea em Frente à Estação de Santa Maria, em 6 de abril de 1945. Fonte: *Correio do Povo*, 10 de abril de 1945, p. 12.

Em nome dos grevistas, Deroci Giácomo da Silva disse que o diretor geral da VFRGS estava ali por atender ao apelo dos ferroviários, que o movimento não tinha finalidade política e todos estavam contentes em ter um chefe como Rocha, o qual vinha pleiteando as medidas para garantir aos funcionários uma vida mais decente. Enquanto, que o ferroviário José Carvalho falou das aspirações da categoria que **"**vinha sofrendo há muito, pois seu ordenado não estava em condições de fazer face à atual carestia da vida". Para Brochado da Rocha a prioridade era atender às reivindicações imediatas e posteriormente as aspirações de caráter menos urgente, frisando a necessidade da solução para o caso, pois a greve vinha trazendo grandes prejuízos à economia rio-grandense. Outrossim, garantia a concessão do abono provisório, vendo ainda a necessidade de melhorá-lo, e que não haveria nenhum ato de represália contra os promotores do movimento. Rocha disse estar na cidade para que a categoria passasse a tê-lo como seu delegado. Assim, restava a decisão de manutenção da greve ou dar-lhe poder para resolver o assunto junto aos poderes competentes, com a volta imediata ao

[720] Cf. "Imobilização de quarenta mil toneladas de produtos rio-grandenses e diminuição de uma receita diária de setecentos mil cruzeiros", *Correio do Povo*, 6 de abril de 1945, p. 4.

trabalho. Interrompida a reunião pública, a categoria ficou de avaliar a proposta feita pelo diretor geral da VFRGS.



18 - O Ferroviário Deroci entrega a Brochado da Rocha as reivindicações dos grevistas. Fonte: *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 8.

À noite, aconteceu nova reunião com a presença do tenente coronel e os grevistas na Seção do Movimento da Viação Férrea, onde os ferroviários se encontram em sessão permanente. Giácomo da Silva, informou que a proposta de Rocha ser o delegado dos ferroviários para tratar da situação dos mesmos, junto ao governo, não interessava à categoria e ela insistia pelo imediato aumento do salário, além das outras demandas, pois só assim voltariam ao trabalho. O diretor considerou que sobre o aumento era desnecessário comentar, o que significa, inclusive, a sua permanência na direção da Viação Férrea. No que dizia respeito ao abono familiar, era uma reivindicação praticamente atendida, lendo um telegrama de Homero Dias, sub-diretor interino da Viação Férrea, em que apresentava o texto do decreto-lei assinado pelo presidente da República que concedia o abono. A respeito da definição dos ferroviários, como funcionários estaduais ou federais, acrescentou que isso não deveria fazer parte das condições, pois os ferroviários eram funcionários públicos. Giácomo reiterou que, se aceitassem a proposta do diretor, o comitê grevista seria desprestigiado pelos colegas, pois estes dificilmente compreenderiam a situação. O diretor disse que, sempre "como amigo dos ferroviários nas boas e nas más horas", levaria a contraproposta ao interventor federal, acreditando que este, que "sempre defendeu os interesses da classe trabalhista", trataria do assunto com atenção. Giácomo reiterou, então, que tudo

dependeria do interventor e a palavra do aumento imediato de salário, senão eles não voltariam ao trabalho.[721]

Brochado da Rocha que retornara à cidade, discursou no largo da Prefeitura, dizendo, que como prometera, ali "estava novamente, para dar conhecimento à classe ferroviária dos entendimentos que tivera com o interventor federal e dar sua impressão a respeito da conduta e da amizade dos ferroviários" e "que tinha certeza de que a classe não lhe desmereceria, havendo de reafirmar-lhe plena confiança, pois que nunca, em sua vida, havia cometido um ato capaz de desmerecê-lo no nosso conceito", sendo que "as dificuldades havidas para um entendimento estavam felizmente resolvidas", pois acabara de receber a notícia de que os ferroviários haviam voltado ao trabalho. Para Rocha, o mandato que fora buscar para ser o delegado perante o governo do estado, para a solução das necessidades da categoria, o colocava em "plena consciência de suas responsabilidades de administrador", não sendo um aventureiro que estava à frente dos trabalhadores para "aceitar e prometer de encaminhar uma proposta verdadeiramente inexeqüível", nem se podia abstrair da realidade da Viação. E era dentro daquela realidade que iria pleitear, junto ao governo do Rio Grande do Sul, uma solução para a causa. Por fim conclamava: "peço-vos voltar imediatamente ao trabalho, quando deveis sair desta reunião para seus postos, para, simbolicamente demonstrar ao Rio Grande e ao Brasil, que a greve está terminada. Ferroviários! Vamos começar a trabalhar novamente pelo Brasil, como sempre trabalhastes pelo Rio Grande e pelo Brasil".[722]

Interessante notar que o enviado especial do *Correio do* Povo, Valdir Rodrigues, comparou a greve de 1945 com a que irrompeu em Santa Maria, em 8 de fevereiro de 1936, quando alguns operários das oficinas do Kilômetro 3, interromperam suas atividades e no dia seguinte cerca de mil operários das diversas seções da Viação Férrea nesta cidade deixavam de comparecer ao trabalho, enquanto o movimento grevista se ampliou, para Cacequi, Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Ângelo, Carazinho e outros núcleos da região serrana. Na época, logo que iniciou a greve, foi para Santa Maria o diretor da Viação Férrea de então, Celso Pantoja, iniciando as negociações para uma solução do movimento. Finalmente, relatou o jornalista, numa reunião realizada no Clube 21 de Abril, à meia-noite de 12 de fevereiro de 1936, com a presença de centenas de ferroviários e de uma comissão representativa do Rotary Club de Santa Maria, se deu o acordo pelo retorno ao trabalho, quando o operariado ferroviário conquistou: o

[721] Ver "Em Santa Maria o diretor da Viação Férrea", *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 8.
[722] Ver "Afirma o tenente coronel Brochado da Rocha", *Correio do Povo*, 8 de abril de 1945, p. 20.

pagamento de 50% da gratificação de 1936, que não havia sido paga (um dos motivos da greve), sendo que os restantes 50% seriam assunto de debate na Assembléia Legislativa; a concessão de oito horas de trabalho por dia; a concessão de liberdade imediata a todos os grevistas que se achavam detidos devido ao movimento e a promessa de que a Assembléia Legislativa estudaria o pedido de aumento de salário.[723]

A resistência dos ferroviários às propostas oficiais duraria mais um pouco mais. Entretanto, em 9 de abril, estavam dando mostras do encerramento do movimento e reiniciou o tráfego. No mesmo dia a Associação dos Ferroviários Sul-Riograndenses e em nome da Comissão de Porto Alegre, emitiu uma nota assinada por Antônio Teles de Macedo, reconhecendo que o desfecho da greve não estava em sintonia com as suas aspirações, já que havia fugido dos princípios básicos do movimento. Segundo ele, o retorno ao trabalho só deveria se dar depois de concretizadas as reivindicações, mas confiavam em seus delegados que foram negociar em Santa Maria e também no diretor da Viação Férrea.

Assim, aguardariam os estudos para os aumentos salariais, valorizando a conquista da elevação do abono familiar, na base de cinqüenta cruzeiros por filho. Naquelas condições e considerando a situação jurídica da categoria definida no novo Estatuto, o qual previa a elevação dos padrões de vencimento superiores ao que vinham pleiteando e a sua concretização representava um dos compromissos formais assumidos pela diretoria da Viação, não tinham dúvida em afirmar a cessação da greve, "embora em circunstâncias especialíssimas" que não condiziam com as suas "legítimas aspirações". Porém, concluíam, a decisão "alicerçou-se no bom senso e abriu novos horizontes" que lhes permitiam "perspectivas de melhores dias", mesmo assim, reassumindo o trabalho, não fugiriam dos objetivos da greve, mas no momento que o país atravessava, era aconselhável permanecer no "trabalho construtivo", dentro do qual seriam extraídos os meios que permitiriam a conquista dos seus desejos.[724]

A volta de Brochado da Rocha para Porto Alegre foi noutro "especial": só que no lugar de avião, foi em um trem da VFRGS. Os ferroviários em greve, que tinham em um dos seus pontos de pauta a permanência do coronel na direção da Rede, confiaram a ele a defesa de seus interesses. Os grevistas que relutaram, cederam para garantir as suas reivindicações através de um intermediário do governo que discursava em defesa de

[723] Cf. "Relembrando a greve de 1936", *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 5.
[724] Ver "Nota à imprensa da Associação dos Ferroviários Sul-Riograndenses", *Correio do Povo*, 10 de abril de 1945, p. 4.

seus direitos. Era um risco, mas ao mesmo tempo a indicação de que o acúmulo de forças da categoria ainda era insuficiente para garantir uma greve de maneira totalmente autônoma. Nove anos de Estado Novo produzira os limites do próprio movimento.

Em Santa Maria, muitos grevistas, segundo matéria do *Correio do Povo*, diziam que, em parte, o coronel Brochado havia sido responsável pela greve. Diziam mais: que os ferroviários "não estavam habituados à liberdade ampla, viviam sempre sob controle rigoroso de disciplina, sob 'o látego impiedoso de graduados'", e o novo diretor "deu-lhes liberdade, fez com que respirassem melhor, e, ainda mais, deu-lhes locais para reuniões". A redemocratização não atingia apenas a grande política, mas as relações de trabalho.

Evidentemente, maior liberdade política, combina com aposta de conquista de direitos através de greve. Neste ponto a experiência dos trabalhadores ferroviários era cumulativa. Não só da greve de 1936. Havia pouco mais de um mês, os ferroviários já tinham procurado Brochado da Rocha, queixando-se da administração da Cooperativa dos Empregados da VFRGS (a maior do gênero, então, na América Latina), dizendo se sentir explorados, já que a finalidade primeira da entidade deveria ser baixar os preços dos gêneros de primeira necessidade. O coronel Brochado, na oportunidade havia manifestado integral apoio aos ferroviários para que, "sem temores, reclamassem seus direitos", cogitando, inclusive, a escolha de novos dirigentes para a Cooperativa. Ao mesmo tempo, o diretor da Viação Férrea permitiu aos trabalhadores que fizessem suas reuniões em dependências da própria Viação Férrea, como reivindicavam.

A categoria marcou um encontro em Santa Maria onde compareceram delegações de outras regiões do estado, discutindo as estratégias do movimento, com as portas fechadas. Entretanto, em vez de organizarem o programa para "derrubar" os dirigentes da Cooperativa, organizaram a greve que iniciou no dia 5, tanto que nas suas reivindicações, a partir dali, nada constou a respeito da demissão da direção da Cooperativa, apenas que ela se transformasse em cooperativa de consumo.

Com seus limites, a greve dos ferroviários de 1945 foi uma grande conquista para a categoria, pois foi definido concretamente o Estatuto da categoria (na época ainda como funcionários públicos estaduais), reivindicação que vinham pleiteando, onde seria regularizado o quadro de pessoal, conforme novas tabelas a serem organizadas. Enquanto isso, a categoria tinha garantido, como vitória de greve, o abono familiar (faltando a decisão se este seria decrescente para os vencimentos mais altos ou de uma quantia fixa para todos, o qual apenas não poderia ser mais elevado do que o salário

família concedido aos servidores da União, conforme parecer do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, de 31 de janeiro daquele ano) para repor parte das perdas advindas do arrocho oriundo da "economia de guerra".

Não foram atendidas, no entanto, todas as pretensões dos grevistas, pois o aumento salarial implicaria em cinqüenta e cinco milhões de cruzeiros, enquanto que o diretor da VFRGS prometia aumento que apenas ultrapassaria vinte milhões de cruzeiros.

No entanto, a vitória de maior destaque era a política. Em um quadro onde a greve ainda era proibida legalmente, os ferroviários garantiram a "ausência absoluta, tanto durante a vigência como depois da greve, de qualquer reflexo quanto às atitudes tomadas pelos seus participantes", onde, através de telegrama do diretor da rede para todos os ferroviários, pedindo o definitivo esquecimento da greve, foi esclarecido o seguinte:

> (...) A forma ordeira e respeitosa com que os ferroviários se conduziram no recente movimento grevista e a maneira patriótica com que foi ele encerrado, autorizam-me a determinar que se faça definitivo esquecimento daquele pronunciamento que, para a Diretoria da Estrada, não existiu. Assim, determino:
> a) – que se evite qualquer providência de repressão capaz de ser tomada como decorrente do movimento;
> b) – que se apontem como de efetivo serviço, para todos os fins e para todos os ferroviários, os dias 5, 6 e 7 do corrente. (ass.) Brochado da Rocha.[725]

Na prática, o movimento dos ferroviários de 1945 conquistou a retomada do direito de greve para a categoria. E as greves das décadas de 1950 e 1960 mostrariam o quanto isso foi valioso para a categoria, não se cumprindo o que pedira Brochado da Rocha: o "definitivo esquecimento" do movimento grevista.

Os Operários Param os Bondes

Provavelmente, faziam uma leitura parecida os funcionários da Companhia Carris Porto-Alegrense, a empresa multinacional de transporte público de Porto

[725] Sobre os desdobramentos finais do movimento dos ferroviários, ver "Determina o diretor da Viação Férrea definitivo esquecimento do movimento grevista", *Correio do Povo*, 10 de abril de 1945, p. 12.

Alegre.[726] Também em 5 de abril, a vida coletiva em torno do transporte de passageiros viu serem interrompidas as atividades do serviço de bondes da Companhia Carris, quando os trabalhadores declararam-se "em greve pacífica" e pelo "respeito e pela ordem".

Reclamando salários capazes de "lhes permitir uma existência menos atribulada e tardando a urgente solução", o movimento, caracterizado pela unidade, colocou em colapso o sistema de transportes coletivos de Porto Alegre, quando os operários da Companhia Carris Porto-Alegrense, somando cerca de 1.100 homens se declararam em greve. Depois do início da greve dos ferroviários, começou a se espalhar o boato da greve dos transviários, finalmente confirmado no final da tarde. Pela manhã, "ao partirem os bondes normalmente da estação do Parque Farroupilha, nada se cogitava". Mas a idéia da greve empolgou logo um grupo numeroso de adesistas, que viram chegar o momento de reivindicação de melhores salários, situação represada pelo Estado Novo.

Visando um aumento de 40% e a exigência de dois fardamentos gratuitos por ano, a partir do meio dia, os simpatizantes da greve foram aumentando, o boato virou piada, enquanto a greve se concretizava. Uma delas um chiste:

> - Você já sabe? Os bondes já estão parando?
> - Não diga...?
> - Estão, sim! Basta apertar na campainha...

Às cinco horas da tarde, não foi preciso apertar mais a campainha, pois os bondes foram sendo recolhidos para as garagens pela vontade da absoluta maioria dos operários da Carris que se haviam declarado em greve total.

Àquela hora, todos os bondes que chegavam ao abrigo da Praça XV de Novembro, no centro da capital, retornavam vazios para a Estação do Parque Farroupilha, formando-se uma longa fila de bondes recolhidos, enquanto nas ruas, juntava-se grande massa de passageiros que dependiam dos transportes coletivos, justamente na hora de maior movimento, quando saiam os funcionários dos escritórios e

[726] Em 19 de novembro, logo após o início do Estado Novo, a *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd* enviou uma carta ao ministro da Justiça Francisco Marcondes Filho, informando que a empresa dali em diante usaria o seu nome traduzido para o português para Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, conforme permitia seus estatutos, numa clara demonstração de adequação ao nacionalismo proposto pelo novo regime. Cf. o documento no ANRJ, Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Série Assuntos Políticos, Sub-Série Organização Administrativa das Sociedades Civis, Lata 259.

os operários das fábricas. Multidões tiveram que voltar às suas residências a pé, ou, enquanto uma minoria retornava de táxi.

Na Estação Central foi feita a primeira tentativa de conciliação. Na Estação se encontravam os diretores da Carris, centenas de empregados da Companhia e na frente da empresa, separados por um cordão de isolamento policial, grande número de populares que apreciavam, durante Estado Novo, o "espetáculo inédito do desfile de bondes vazios".

Em seguida chegava ao local o prefeito de Porto Alegre Antônio Brochado da Rocha (irmão do diretor da VFRGS, José Brochado da Rocha), juntamente com seus oficiais de gabinete e funcionários graduados da prefeitura. Realizou-se o debate na própria Estação e os representantes dos grevistas se manifestaram apresentando as reivindicações da categoria.

Os diretores da Carris colocaram-se contra o aumento salarial, alegando que qualquer solução só poderia vir da administração central no Rio de Janeiro. O argumento sobre a questão do fardamento (a lei obrigava o pessoal do tráfego a usar uniforme) era dois uniformes por ano, hoje, para setecentos empregados, representariam 1.400 uniformes, cerca de duzentos contos, montante que a Companhia não poderia assumir, pois "atravessava regime deficitário", argumentando também que a Carris já estava pagando mais que o salário mínimo.

O prefeito intervém junto aos grevistas, argumentando que o governo federal tinha pronto um decreto que reajustaria o salário de todos os trabalhadores. Este decreto, segundo Antonio Brochado da Rocha, seria promulgado em 1º de maio. Assim, solicitou aos operários que aguardassem o aumento que a lei estipularia.

O comando de greve exigiu que a reivindicação teria que ser atendida, imediatamente. Diante disso, o prefeito, depois de salientar os prejuízos que a paralisação dos bondes estava trazendo, fez um apelo aos grevistas para uma solução de emergência e propôs 20% de aumento imediato, assumido pela prefeitura, independente da palavra da administração no Rio de Janeiro, enquanto que as restantes reivindicações seriam estudadas por uma comissão mista que procuraria uma fórmula definitiva, até o fim do mês. Com a hesitação da diretoria da Carris, o prefeito argumentou que se a Companhia não aceitasse a proposta, teria que tomar outra providência, pois a população não poderia ficar sem o serviço de bondes, ameaçando requisitar os bondes pela Prefeitura que passaria a fazer o serviço.

Com a intimidação, Dario Gastal, diretor da Carris, argumentou que era "justa a pretensão dos seus operários", pois ninguém melhor que ele "conhecia a aflitiva situação por que passava o operariado da Carris, com as dificuldades da vida cara", que a proposta de 20% de aumento era razoável, mas ele não assumiria nenhum compromisso, pois a sua confirmação teria que vir da matriz no Rio. Com a recusa, Brochado da Rocha passou a promoter o aumento imediato assegurado pela prefeitura.

A empresa, irredutível, apenas garantiu o aumento para 25% da bonificação aos operários com mais de um ano de serviço, equivalendo esse novo aumento a um fardamento por ano, estando, assim, atendida pela metade a pretensão dos grevistas. Porém, quando a comissão paredista foi até a multidão de operários, reunida na frente da Estação, para comunicar os resultados da negociação, receberam a contrariedade da base: aumento só de 40%. Do contrário, não voltariam ao trabalho. Fracassava o primeiro encontro entre grevistas, patrões e autoridades.

À noite, retomando outra tradição pré-1937 de mobilização de movimentos grevistas, um grande número de trabalhadores se aglomerou em frente às redações dos jornais, a fim de expor as suas reivindicações. No *Correio do Povo*, falaram vários oradores, declarando que adotaram a greve como único recurso capaz de modificar uma situação insustentável, situação essa criada pela alta alarmante do custo de vida e agravada pelos baixos salários pagos pela Companhia Carris.



19 - Na frente da redação da empresa Caldas Júnior, os transviários em greve mostram com as mãos as suas reivindicações: 40% de aumento. Fonte: *Correio do Povo*, 6 de abril de 1945, p. 8.

Um dos manifestantes declarou que os trabalhadores da Companhia de Energia Elétrica ali estavam solidários com os transviários,[727] mas não adotavam a greve pelo motivo de que as casas de caridade e os hospitais, onde se encontravam milhares de enfermos, necessitavam de energia elétrica, porém também os empregados das usinas lutavam pelos mesmos direitos, sendo igualmente sacrificados pela mesma situação que afligia os colegas.

Dos jornais, centenas de empregados das duas Companhias se dirigiram para a Prefeitura Municipal, acompanhados de centenas de populares, onde foi feita a entrega de um memorial ao prefeito, contendo a seguinte proposta:

> Ilmos srs. diretores da Carris Porto Alegrense, Ilmo. sr. Prefeito de Porto Alegre, auxiliado pelo povo e conscientes das necessidades prementes das nossas famílias, em face do alto custo de vida, nos declaramos em greve, pacífica e ordeira, para reivindicarmos as seguintes vantagens absolutamente inadiáveis para todos os operários das oficinas e do tráfego da Carris:
>
> A) 40% de aumento do salário nas horas ordinárias e dois fardamentos por ano;
>
> B) O pessoal das oficinas pleiteia, ainda, passagens gratuitas nos bondes, para ida e vinda ao trabalho. Esta vantagem foi suprimida há 10 anos, sob a alegação de que era medida provisória e nunca mais foi restabelecida, até hoje.
>
> Para que estas vantagens se tornem efetivas e os operários voltem ao trabalho, será necessário que a empresa e as autoridades publiquem documentos assinados pelas partes interessadas, ficando o povo porto-alegrense de fiador dessas garantias.
>
> A empresa, sob fiança do prefeito da capital, ofereceu um aumento imediato de vinte e cinco por cento (25%) nos salários ordinários e um fardamento, contanto que os operários voltem ao trabalho.
>
> Esta proposta não foi aceita, porque seria renunciar à oportunidade que se oferece de resolver, definitivamente, pelo menos nesta emergência, de custo exagerado da vida, os problemas dos operários da Carris.
>
> Os operários da Carris, em greve, repelem qualquer tentativa de serem responsabilizados companheiros isolados pelo movimento de reivindicação iniciado espontaneamente e com o concurso do povo.

[727] Lembremos que até a década de 1930, os eletricitários integravam o Sindicato dos Trabalhadores em Tramways e Classes Anexas de Porto Alegre (composto por transviários, eletrecitários e telefônicos). Em 1941, as categorias profissionais foram isoladas por Lei Federal que resultou na criação da Associação dos Trabalhadores em Energia Elétrica de Porto Alegre, tornado Sindicato na Indústria de Energia Termoelétrica e da Produção de Gás de Porto Alegre, quando foi expedida a carta sindical (em 24 de outubro de 1942). Cf. http://www.senergisul.com.br/hstoria.htm. Acesso em 24 de abr. de 2005.

> Caso se tente responsabilizar um ou outro ou comissões isoladas, a greve prosseguirá, pois a unanimidade dos operários assume integral responsabilidade pela justa pretensão que fazem chegar às autoridades competentes e à direção da Empresa.

Diante do documento, Antônio Brochado da Rocha mandou chamar ao seu gabinete Dario Gastal, chefe do Tráfego da Carris, além de Millender, outro diretor da empresa, a fim de concertar as medidas que julgava necessárias, em face das pretensões dos grevistas. Recebeu-o em separado dos grevistas.

Após, também em separado dos diretores da Carris, o prefeito argumentou para os grevistas que os transportes coletivos eram de interesse público, mas se encontravam a cargo de uma empresa particular, motivo por que a prefeitura não tinha conhecimento das suas condições, tanto da Carris como de seus empregados, não podendo dar solução imediata ao movimento. Disse que a Prefeitura Municipal achava as reivindicações pleiteadas razoáveis, mas para atendê-las era necessário que todos voltassem ao trabalho e o fariam recebendo 70% das demandas, a partir daquele momento, um abono provisório de 20% no salário, aumento de Cr$ 150,00 nos salários e um fardamento anual, proposta novamente recusada pela categoria.

A recusa ocorreu depois que a prefeitura propôs o encontro, em uma mesma sala, da Comissão grevista e dos diretores da Carris para o acerto final. Mesmo que a Comissão tenha se mostrado simpática à solução propostas, os grevistas que permaneciam na frente da Prefeitura, depois de muito tempo de espera, já não mantinham a calma inicial. A grande massa popular que instigava os ânimos, assim que os membros da Comissão convidaram os seus colegas a ouvir a exposição sobre o que ficara acertado, a multidão aumentou em gritos, aconselhando a Comissão à não aceitar nenhum entendimento, enquanto que alguns queriam ocupar o edifício da Prefeitura. A multidão sem sequer tomar conhecimento da proposta negociada, desautorizada, a Comissão voltou ao prefeito Brochado da Rocha para anunciar o fim momentâneo das negociações. Porto Alegre, se dependesse da resistência dos grevistas, ficaria mais um dia sem os bondes.

Com a eclosão da greve, tanto a dos ferroviários como a dos empregados da Carris, o interventor Ernesto Dornelles, junto com José Brochado da Rocha, o chefe de polícia Darci Vignolli, o comandante da Brigada Militar Justino Marques de Oliveira,

comandante da 3ª Região Militar, general Salvador César Obino e o delegado regional do Ministério do Trabalho Paranaguá de Andrade se reuniram ainda em 5 de abril. Um das primeiras providências foi determinar que os veículos disponíveis da seção de moto-mecanização seriam utilizados para o transporte. Numerosos caminhões e *jeaps* começaram, ainda no dia 5, a transportar passageiros civis, fato que se prolongou até altas horas da noite.

No final da noite, o prefeito reuniu seus auxiliares diretos no gabinete, argumentando que "era preciso fazer tudo que estava ao alcance, no momento, para que hoje a cidade tivesse bondes em tráfego". Pelo telefone, comunicou-se com os comandantes das unidades militares, da força policial e diretores de serviço da Prefeitura, a fim de recrutar militares, policiais e funcionários, que já tivessem exercido a profissão de motorneiro, para conduzir os bondes. Com o apoio da Brigada Militar, da Delegacia de Trânsito e outras entidades conseguiram recrutar cerca de quarenta condutores, permitindo pôr em circulação, nas diversas linhas, equivalente número de bondes. Iniciava o movimento para debelar a greve da Carris.

O presidente do Sindicato dos Empregados de Carris Urbanos, Arnaldo de Souza, em entrevista ao *Correio do Povo* declarou que a diretoria do Sindicato teve conhecimento do movimento no meio da tarde. Antes haviam se dirigido à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a fim de comunicar Norival Paranaguá de Andrade sobre as reivindicações, tendo solicitado a intervenção daquele órgão junto à Prefeitura Municipal e a diretoria da Companhia Carris, para conseguir o aumento de salário pleiteado e outras demandas dos transviários.

Após, acompanhados pelo delegado do Trabalho, dirigiram-se para a Prefeitura quando foram informados de que irrompera o movimento grevista. Mesmo assim, no lugar de ir para frente da empresa juntar-se aos colegas grevistas, foram para a Interventoria Estadual, ainda acompanhados de Norival de Andrade onde acordaram defender a volta ao trabalho para depois retomar as negociações.

Só assim foram para a Estação da João Pessoa, onde se localizava a garagem da Carris. Arnaldo de Souza disse à imprensa que o sindicato ficaria "aguardando todas as

reclamações, encaminhando-as a quem de direito, lamentando que os interessados não tivessem procurado a sua entidade para pleitear seus direitos".[728]

A greve na Companhia Carris Porto-Alegrense durou exatamente, vinte e quatro horas. A intermediação do prefeito Antônio Brochado da Rocha e da Empresa Jornalística Caldas Júnior com a comissão dos grevistas e com os dirigentes da empresa, resultou em uma fórmula que resolveu o movimento, mesmo que não ocorresse à volta dos bondes à circulação ainda no dia 6 de abril. Durante o dia não se concretizou a ameaça da prefeitura de, como medida de emergência, alguns bondes serem dirigidos por ex-motorneiros que serviam o Exército, a Brigada Militar ou outras forças policiais, pois o prefeito alegou conceder um prazo maior aos grevistas para o estudo da proposta publicada na imprensa matutina. Assim, marcou-se para o meio-dia uma nova reunião, para tentar outro entendimento.

Antes disso, porém, a comissão dos grevistas esteve na redação da *Folha da Tarde*, onde se encontrou com o diretor Arlindo Pasqualini, expondo as razões da greve, afirmando que contavam com o apoio do popular. O jornalista entrou em contato com o prefeito Brochado da Rocha e com chefe estadual de polícia, Darci Vignoli, convidando estas autoridades, as quais compareceram ao gabinete da direção do jornal.

Com a presença do prefeito e da chefia de polícia, a comissão dos operários da Carris constituiu a *Folha da Tarde* como sua mediadora, concordando também que Pasqualini e outros redatores comparecessem à sede do sindicato dos transviários, a fim de expor ao operariado lá reunido, a sua proposta que segundo o acordo sintonizava com as reivindicações da categoria, bastando que essa e a direção da Carris a acatassem. Esta proposta foi igualmente aceita pelas autoridades presentes na reunião.

A proposta mediada pela *Folha da Tarde* e aceita pela comissão de grevistas, pela prefeitura e pela polícia, incluía: o imediato retorno dos bondes ao tráfego; a observância rigorosa do preceito legal que garantisse salário igual para trabalho igual (garantida a fiscalização com o auxílio da reportagem do jornal); a concessão imediata de passagens gratuitas para os operários empregados nas oficinas e via permanente, para vinda e volta do trabalho; a intangibilidade dos abonos e mais partes em que estava dividido o salário; dois fardamentos por ano fornecidos pela empresa e; o aumento de Cr$ 150,00 mensais dividido em salário-hora, na base de duzentas horas mensais, ou

[728] Todas as informações sobre o primeiro dia da greve da Carris estão em **"**Às 17 horas de ontem os operários da Carris começaram a greve, suspendendo o serviço de bondes" e "Circularão bondes, hoje – afirma prefeito", *Correio do Povo*, 6 de abril de 1945, p. 3, 4 e 8.

seja, Cr$ 0,75 por hora, mantendo-se o acréscimo de 25% já assegurado por lei no caso das horas extras. Ficou acertado que este comitê de negociação continuaria funcionando, para prosseguir pleiteando a situação plena dos interesses da categoria que representavam, devendo ser plenamente reconhecida pela Prefeitura e pela Companhia Carris. Além disso, o acordo seria regulamentado para os casos especiais e particulares, que poderiam surgir, através de uma comissão provisória integrada por um representante indicado pelo comitê grevista, um representante da prefeitura e um representante da *Folha da Tarde*, comprometendo-se a Companhia a acatar e observar na prática as sugestões indicadas pela comissão. Daquela forma, dizia o documento firmado, os trabalhadores pretendiam "dar uma demonstração viva do seu espírito conciliador e ordeiro", esperando que sua "cooperação no restabelecimento dos transportes coletivos" na cidade fosse acompanhada "pelo mesmo espírito de transigência da parte da Companhia".

Chegando ao sindicato dos transviários, a comissão foi recebida pelo operariado, que se encontrava em reunião permanente. Inicialmente falou um dos grevistas dizendo-se confiante na intermediação da *Folha da Tarde* como um jornal que "sempre propugnava pelo interesse do povo", estando os trabalhadores tranqüilos e confiantes. Agradecendo o encargo que lhe era confiado, Pasqualini solicitou que todos considerassem a fórmula proposta, um "êxito invulgar", sobre o qual "se congratulava com a vitória dos operários", afirmando que a ele interessava proporcionar, outra vez, o transporte de bondes aos cidadãos, quanto aos trabalhadores, que deviam ser atendidos amplamente em suas justas reivindicações. Lida a proposta, foi aprovada unanimemente pelos trabalhadores, passando-se a discutir questões de detalhe, novamente intermediadas agora pelo jornalista da Folha da Tarde, Josino Campos (na verdade o santa-mariense Isaac Akcelrud, já dirigente do Comitê Estadual do PCB e posterior secretário de educação e propaganda na legalidade do partido),[729] analisou, juntamente com os operários, ponto por ponto, cada uma das proposições, acertando-se afinal, uma redação definitiva do acordo que foi aclamado, como satisfatório para todos.

Concluídas estas primeiras discussões, Pasqualini, outros jornalistas e a comissão de grevistas e redatores desse vespertino, dirigiu-se então à Prefeitura Municipal, a fim de assinar o acordo, enquanto a base da categoria permanecia reunida

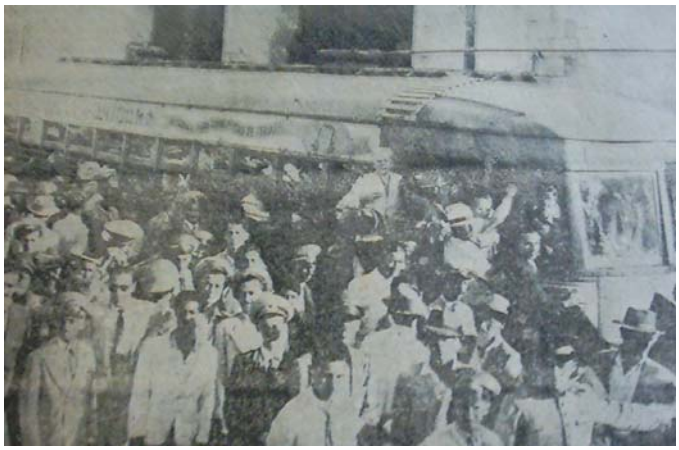
[729] Akcelrud rompeu com o PCB em 1957, juntamente com Agildo Barata e outros. Foi um dos fundadores da seção carioca do Partido dos Trabalhadores. Para uma biografia sintetizada do jornalista, ver MARÇAL, João Batista. *Comunistas gaúchos*: a vida de 31 militantes da classe operária. Porto Alegre: Tchê, 1986, p. 11-2.

no Sindicato, aguardando a notícia da assinatura para a volta ao trabalho. Na Prefeitura, com o prefeito Brochado da Rocha e os diretores da Carris, foi transmitido os termos definitivos do acordo que consubstanciava as aspirações dos trabalhadores. O prefeito municipal imediatamente manifestou concordância, mas os diretores da Carris, disseram que nada poderiam assinar sem uma autorização da matriz. Diante desse fato, o prefeito se comprometeu a cumprir, em qualquer hipótese, o acordo, tal como ali estava expresso, assinando o documento, sendo seguido por Arlindo Pasqualini e pelos operários que integravam a comissão João Pereira de Paula Dias, João Oscar de Oliveira, João Gregório do Nascimento, Oscar Artur Becker, Otacílio Ferreira Pinheiro, Antônio Pereira, Antônio da Silva Andrade, Marcos Silveira e Valdemar Herbetrith.



20 - Os operários da Carris com o prefeito Brochado da Rocha e o jornalista Arlindo Pasqualini assinam o acordo que deu fim a greve. Fonte: *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 8.

A notícia de que a greve estava vitoriosa, foi anunciada pessoalmente ao operariado reunido no Sindicato, logo após a assinatura do documento. Nas salas dos sindicatos, pelas escadas da entidade, até a rua onde se concentrava uma multidão de trabalhadores e populares, muita comemoração, aplausos e vivas pela conquista. Quando o prefeito chegou ao local, presença exigida pela categoria, os trabalhadores reconheceram sua parte na negociação e o aplaudiram intensamente. A segunda greve iniciada em abril de 1945 triunfava, marcando um novo momento da experiência dos trabalhadores no Rio Grande do Sul na sua construção e consciência de classe.



21 - Vitoriosa a Greve da Carris, circula o primeiro bonde em Porto Alegre.
Fonte: *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 8.

O primeiro bonde circulou no meio da tarde, quando outra multidão que se juntara à Estação Central da Carris, recebeu com uma tempestade de aplausos o veículo, que partiria para o bairro Floresta, logo lotado pelos passageiros, não havendo lugar sequer no corredor. Primeiro em direção ao centro, os porto-alegrenses também aplaudiam a passagem do bonde, de onde os passageiros anunciavam aos passantes a solução da greve, enquanto o motorneiro quase desaparecia do meio dos abraços de felicitações. Seguiram-se logo outros bondes, até às 23 horas, quando foram suspensos os serviços, pois os motorneiros e cobradores haviam passado a noite anterior em claro, mantendo a mobilização da categoria.[730]

No mesmo dia da solução dos bondes, uma comissão de operários da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense, procurara o prefeito municipal onde foi acordado que as mesmas vantagens concedidas ao pessoal da Carris seriam também estendidas aos trabalhadores da Usina do Gasômetro. O prefeito Brochado da Rocha acertou com os diretores da Companhia, os quais argumentavam também que dependiam da administração central, localizada no Rio de Janeiro. Depois da consulta, retornaram ao prefeito, anunciando a autorização e as condições do acordo sobre o aumento dos salários. A vitória dos operários da Carris, atingia também os trabalhadores dos serviços de força e luz.[731]

Entretanto, logo a Carris veio com a contrapartida: solicitou aumento das passagens. Diante disso, a prefeitura prometeu pensar no assunto. O pedido de aumento

[730] Sobre a negociação e a solução final para a greve da Carris ver "Atendidos em suas pretensões, voltaram os empregados da Carris" e "Íntegra do documento que pôs fim à greve", *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 5 e 8.
[731] Cf. "As Companhias Carris e Energia Elétrica aceitaram as condições de acordos sobre o salário", *Correio do Povo*, 8 de abri de 1945, p. 3.

da Carris, foi respondido em 9 de abril, quando o prefeito disse estar disposto a examinar a situação financeira da Carris, em face da "alegação de prejuízos, previstos como decorrência do aumento de salário do seu pessoal", porém iria manter Ítalo Brutto, chefe da contabilidade da Prefeitura, em contato permanente com a concessionária, para acompanhar os lançamentos de sua receita e despesa e fornecer oportunamente elementos para qualquer impugnação. Além disso, salientou:

> Desde já, declaro, repetindo o que afirmei em nossos encontros pessoais, que, no meu entender, não é o aumento geral da passagem de bonde o remédio indicado, no momento, para cobrir o "déficit", se este se verificar. E não o é por dois motivos principais: primeiro pela inoportunidade da medida, uma vez que o povo dificilmente aceitaria qualquer majoração das tarifas de um serviço, no momento em que ele atinge a sua fase crítica e é prestado nas piores condições que já se verificaram, desde o início da concessão; em segundo lugar, porque há uma sensível desproporção entre aquele aumento de passagens e a despesa correspondente ao reajustamento dos salários.
>
> Realmente, declarou-me v. s. que, no momento, a Companhia trabalha com margem de saldo, graças às condições excepcionais em que a coloca a anormalidade do tráfego em virtude da guerra. Ora, o aumento de salários trará um acréscimo anual de despesa de menos de três milhões. Mesmo que todo ele devesse ser ressarcido, para garantir o equilíbrio orçamentário da empresa e margem razoável de lucro, não se justificaria o aumento geral das passagens, cujo montante está calculado em sete milhões, uma vez que, por motivos óbvios, esse aumento não pode ser inferior a dez centavos por passagem. (...)
>
> Assegurei a Companhia Carris que o Município lhe proporcionará os meios financeiros para sanar os prejuízos que se verificarem, até o justo limite das necessidades. Assim agi em pleno conhecimento do chefe do governo estadual, que me assistiu, em todo o curso das negociações, com o seu conselho e a sua autoridade. Esteja v. s. inteiramente tranqüilo de que o governo assim procederá. Quanto à fonte dessa receita, porém, que a empresa naturalmente, tem que tirar dos seus próprios serviços, sempre me reservei o direito de decidir de acordo com os interesses da população.Valho-me do ensejo para reiterar a v. s. os protestos da minha admiração e estima. Saúde e fraternidade. – (a.) Antônio Brochado da Rocha, prefeito.[732]

[732] Cf. "Ofício do prefeito à direção da Carris", *Correio do Povo*, 10 de abril, p. 12. Alexandre Fortes coloca que o prefeito teria ameaçado a encampação da companhia caso não fossem aceitos os termos do

A resposta da prefeitura aumentava as tensões com a Companhia, ao mesmo tempo em que correspondia com os anseios populares que não tolerariam aumento de passagens em decorrência da vitoriosa greve dos transviários.

Não podemos esquecer que nesta conjuntura, ampliada a partir de 1944, como já demonstrou Robert Levine, os trabalhadores já vinham fazendo "pressão por salários mais altos, ignorando os tribunais do trabalho e se negando a ouvir os pedidos de cautela por parte dos dirigentes sindicais".[733] A demonstração da greve da Carris, surgida na base dos trabalhadores, surpreendendo os dirigentes sindicais, rompia na prática com as pretensões de controle estatal do movimento sindical e demonstrava o acúmulo de consciência dos trabalhadores daquela empresa, em última instância, a autonomia nunca perdida de forma absoluta, como reivindicam equivocadamente as teorias que defendem a inexistência de mobilização operária diante dos sindicatos oficiais.

Os Bancários Param os Bancos

E as aspirações que não se restringiam apenas aos ferroviários e transviários. Em 6 de abril, foi a vez dos bancários entrarem em greve. Em Porto Alegre, bancários pertencentes a vários estabelecimentos de crédito realizaram expedientes normais até 11:30 horas, quando terminava o primeiro turno. À tarde, às 13:30 horas, quando deveria reiniciar o expediente, a partir do Banco do Rio Grande do Sul, centenas de bancários deram o primeiro sinal da greve, não voltando ao serviço, informando, por intermédio de uma comissão representativa que só retornaria ao trabalho se fossem atendidas suas reivindicações.

A comissão de bancários declarou, então, que aguardaria a decisão da diretoria do Banco, concitando os colegas do Banco Nacional do Comércio a acompanhar o movimento, obtendo a adesão de parte do funcionalismo, enquanto outra se mantinha

---

acordo. Esta afirmação, caso tenha acontecido, não aparecem nas informações que pesquisamos. No *Correio do Povo*, na edição de 8 de abril, é apresentada apenas a forma como a prefeitura assumia os compromissos negociados, resumidos na palavra *ultimatum*, para que a Carris aceitasse a negociação. Ver "As Companhias Carris e Energia Elétrica aceitaram as condições de acordos sobre o salário", *Correio do Povo*, 8 de abri de 1945, p. 3. A Carris só seria encampada pela Prefeitura de Porto Alegre em 1954. Por sua vez, como mostra o historiador e como apontamos acima, a Carris solicitou um aumento de passagens, o qual foi indeferido pela prefeitura. Sobre um resumo da greve da Carris feita por Fortes, ver *Nós do Quarto...*,op. cit., p. 380-1.

[733] LEVINE, Robert M. *Pais dos pobres*: o Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 104.

em seus postos. Em seguida, aderiram à greve os serventuários dos Bancos Comercial e Industrial do Sul, Porto-Alegrense, Agrícola Mercantil e Crédito Hipotecário, tendo se solidarizado moralmente, porém, se consideravam satisfeitos com os salários atualmente percebidos, os funcionários do Banco do Brasil, Banco de Londres e Banco da Província.



22 - Comissão de Bancários em Greve, em visita ao jornal Correio do Povo . Fonte: *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 5.

No mesmo dia, sob a presidência Artur Garcia, reuniu-se a diretoria do Sindicato dos Bancários, declarando o presidente que "o movimento se esboçara a revelia dos administradores da entidade", não obstante "tudo faria em favor da classe". Mais um caso em que uma diretoria de sindicato, ocupado por lideranças sem vínculos com as suas bases, era atropelada pelo conjunto da categoria. Com a greve deflagrada, no entanto, seu presidente deveria se apresentar não como um líder da categoria, mas como intermediário para a negociação entre bancários e banqueiros, estratégia que não o desmascarava completamente diante dos grevistas.

Artur Garcia e a diretoria só tomaram conhecimento das aspirações dos grevistas depois das 16 horas. O dirigente foi chamado ao Banco Nacional do Comércio, onde encontrou os líderes das organizações classistas em greve, reunidos com os banqueiros. Ali, foi elaborada uma proposta para ser entregue ao Sindicato dos Banqueiros, contendo as "reivindicações mínimas" dos bancários: 1º - salário mínimo de Cr$ 500,00; aumentos dos que ganhavam Cr$ 320,00 para Cr$ 600,00; para os que ganhavam de Cr$ 400,00 a 900,00, aumento de Cr$ 300,00 per cápita; para os que ganhavam de Cr$ 900,00 até 1.150,00, aumento de Cr$ 250,00; para os que ganhavam de Cr$ 1.150,00 até Cr$ 1.550,00, aumento de Cr$ 200,00 per cápita; para os que

ganhavam acima de Cr$ 1.550,0, aumento de Cr$ 150,0 per cápita; 2º – o aumento seria concedido como abono provisório até a vinda do decreto anunciado pelo governo federal sobre aumento de salários e será calculado sobre os vencimentos até 31 de janeiro de 1944, sem prejuízo dos abonos existentes; 3º – as gratificações semestrais nunca poderão ser inferiores a um ordenado, sem prejuízo dos que recebem gratificações maiores; 4º – Organização de quadros, dentro de seis meses; 5º – Sábado inglês para todos os bancos; 6º – Retorno imediato dos funcionários transferidos para o interior do estado por castigo: Sérgio Campos, do Banco do Comércio; Peri Vasques, Ernani Hausen e Nelson de Alencastro Sucupira, do Banco do Rio Grande do Sul; 7º – Nenhum bancário poderá vir a ser prejudicado pelo movimento grevista. Satisfeitas estas reivindicações, os bancários voltariam imediatamente ao trabalho.

Na lógica das reivindicações, quem ganhava mais deveria ter menos aumento, a fim de diminuir as distorções na categoria, exceto as gratificações que não deveriam sofrer reduções. Por outro lado, a categoria mostrava-se unida contra retaliações diante da greve, exigindo a suspensão de punições anteriores. Os direitos perdidos durante o "esforço de guerra", voltaram a ser reivindicados por mais uma categoria de trabalhadores.

Em nome da diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, falou Renato Costa, argumentando que a direção da instituição sempre se empenhara em proporcionar o máximo bem estar aos seus servidores, prometendo estudar o assunto a fim de satisfazer a todos. Em face das paralisações bancárias, o Sindicato de Banqueiros presidido por Carlos Ferreira de Azevedo, que já havia promovido uma reunião em caráter urgente, estudando medidas a serem adotadas, manifestou sua estranheza "pela atitude assumida pelos bancários, pois nem por intermédio de seu órgão de classe e nem por qualquer comissão haviam sido cientificados das aspirações agora surgidas". Assim, prometeram uma resposta aos grevistas para o dia 7.

Em relação ao movimento dos bancários, o chefe de polícia capitão Darci Vignoli, determinou que a Guarda-Civil passasse a guarnecer a frente dos estabelecimentos atingidos pelo movimento grevista para evitar ocorrências ou incidentes.

À noite, na sede do Sindicato dos Bancários, os grevistas foram informados sobre o conteúdo do encontro havido entre os representantes da classe e os diretores dos bancos. Um dos oradores solicitou que todos se mantivessem afastados de suas atividades, não permanecendo nas proximidades dos bancos, para evitar provocações.

Após, como fizeram ferroviários e transviários na noite anterior, representantes dos bancos em greve (naquele momento do Banco do Rio Grande do Sul, do Nacional do Comércio, do Industrial e Comercial do Sul e do Porto-Alegrense) foram às redações dos principais jornais da capital, onde apresentaram suas reivindicações, declarando que a categoria permanecia unificada, a fim de conquistar suas justas aspirações, "o aumento de vencimentos que lhes permita proporcionar a suas famílias o necessário conforto".[734]

No dia 7 de abril, a greve dos bancários continuou, mesmo com os bancos mantendo-se abertos. Também as negociações entre os bancários e a Associação de Bancos do Rio Grande do Sul. No mesmo dia, os funcionários do Instituto Hipotecário-Financeiro do Banco de Crédito Real, divulgaram uma nota esclarecendo que haviam recebido convite para aderir à greve e, após reunirem-se, decidiram que não tinham nenhuma reivindicação, mas por espírito de solidariedade à categoria, uma delegação de funcionários compareceu à reunião do sindicato, sendo que essa atitude teria sido mal interpretada, uma vez que constavam na lista dos grevistas.

Por sua vez, os bancários divulgaram nota no mesmo dia, dizendo-se em greve pacífica, e esclarecendo à categoria sobre a entrega do memorial aos diretores dos bancos de Porto Alegre, no qual foram apresentadas as reivindicações mínimas. Informaram também que já haviam aderido à greve os colegas de Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana, São Leopoldo, Cruz Alta, Santa Maria, Passo Fundo, Novo Hamburgo, Caxias, Júlio de Castilhos, Santo Ângelo e Cachoeira do Sul, ampliando-se o movimento devido às necessidades dos bancários, fato que deveria levar os banqueiros à solução imediata do que estava sendo pleiteado, pois a greve estava firme e perduraria até a sua solução definitiva.[735]

Os bancários resistiriam ainda em greve por mais três dias. Em 10 de abril, a paralisação cessou na Capital e no interior do estado. Nesse dia, nos primeiros momentos da manhã, perante um grande número de grevistas, na sede do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, em Porto Alegre, a categoria discutiu a proposta formulada pelo Sindicato dos Bancos. Após intensos debates, os bancários grevistas resolveram aceitar integralmente os termos do acordo que vinha sendo construído no processo de greve e pelo qual, empregadores se comprometiam a elevar os vencimentos de seu funcionalismo ainda para o fim de abril.

---

[734] Sobre o primeiro dia da greve dos bancários, ver "Estende-se à classe bancária o movimento grevista", *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 5.
[735] Cf. "Prossegue a greve dos bancários", *Correio do Povo*, 8 de abril, p. 3.

No mesmo dia, os bancos voltaram a funcionar normalmente. O Sindicato dos Bancários distribuiu nota à imprensa destacando que os banqueiros aceitaram a proposta de uma melhoria das vantagens pagas, tomadas por base os ganhos de 31 de dezembro de 1944, e tendo em conta os aumentos já realizados no ano de 1945, o encarecimento da vida e as peculiaridades de cada estabelecimento. A melhora dos salários, indicava o acordo, vigoraria até que fosse regulada por lei a concessão de aumento de vantagens pecuniárias aos empregados bancários.

Ao mesmo tempo, a categoria teve o compromisso de Carlos Ferreira de Azevedo, presidente do Sindicatos dos Bancos, de que nenhuma punição seria tomada contra os grevistas, os quais tinham garantido a anistia ampla.[736] Desta vez, os grevistas não sairiam do movimento para as delegacias de polícia ou pelas portas da demissão. Mais uma categoria que conquistava direitos na luta grevista.

Os Metalúrgicos Param as Fábricas

Em 6 de abril, os operários da indústria metalúrgica de Porto Alegre se dirigiram para várias fabricas, também solicitando melhoria de salários para os membros da categoria. Uma das primeiras empresas visitadas foi a Companhia Siderúrgica Riograndense, cujos diretores foram logo apresentados às pretensões dos trabalhadores. Como resposta, firmaram uma declaração, na qual procuravam melhorar, periodicamente, a situação dos quinhentos empregados que ali exerciam suas atividades, entretanto, como "demonstração de boa vontade", se prontificavam a assinar uma declaração na qual reconheciam que uma comissão de operários metalúrgicos,[737] acompanhada de trabalhadores da fábrica, veio em conjunto, propor aumento de salários de 40% para os operários que ganhavam de Cr$ 370,00 a Cr$ 500,00; 30% de Cr$ 501,0 a Cr$ 1.000,00; 20% de Cr$ 1.001,00 a Cr$ 1.500,00, 20% e; 10% de Cr$ 1.501,00 a Cr$ 2.000,00.

Após, esclarecidos os diversos pontos da proposta, a siderúrgica aprovou as reivindicações solicitadas, mas definindo que o aumento seria em forma de abono, até serem decretadas medidas relativas ao caso pelo governo. Esta negociação, assinada

[736] Ver "Cessou a greve dos bancários", *Correio do Povo*, 12 de abril de 1945, p. 5. Um resumo sobre a greve dos bancários e as suas principais reivindicações pode ser visto em FORTES, Alexandre, *Nós do Quarto...*, op. cit., p. 383.
[737] Sobre a luta dos metalúrgicos de Porto Alegre durante o período, ver tb. MARTINS, Eloy. *Um depoimento político*. 55 anos de PCB. Porto Alegre: Ed. do Autor, 1989.

pelo presidente, Victor Issler, e pelos diretores João Alberto Lahorgue e Gabriel Pedro Moseir, ao menos na empresa, evitou a interrupção de trabalho

Dali, os metalúrgicos se dirigiram para a Fábrica Wallig e Companhia, onde trabalhavam mais de trezentos e cinqüenta operários, apresentando uma cópia da declaração assinada na Siderúrgica Riograndense. Os proprietários argumentaram que havia três semanas tinham aumentado os vencimentos dos trabalhadores, por meio de um abono provisório, que atingira três seções, de acordo com o "merecimento de cada operário", nas proporções de 20, 30 e até 60 centavos por hora. Ao mesmo tempo, prometiam defender um reajuste geral no salário mínimo, para todos os trabalhadores brasileiros, estudar as reivindicações apresentadas e, à noite, estariam na reunião promovida na Guarda Civil, a pedido do major Hermes Gomes da Silva.

Na Fábrica de Balanças Santo Antônio, na Companhia de Fumos da Souza Cruz (ali ocorreram alguns incidentes entre grevistas e os trabalhadores que não se solidarizaram com o movimento), na Companhia de Estacas Franck e em vários outros estabelecimentos, a comissão conquistou a adesão dos operários à greve.

Quando os membros da comissão metalúrgica estiveram na Fábrica Berta, situada à rua Voluntários da Pátria e de propriedade do major Alberto Bins, ex-intendente de Porto Alegre, no momento em que explicavam os objetivos do movimento, chegou o tenente-coronel Walter Barcelos, chefe do Estado Maior da Brigada Militar, que em nome do governo do estado, declarou que garantiria a segurança dos trabalhadores não-grevistas. Com a promessa de Aberto Bins em estudar o assunto, os cento e sessenta operários da Metalúrgica continuaram no trabalho.

Alberto Bins, antigo líder dos industriais e que por mais de uma vez presidira o Centro de Industria Fabril, onde intermediara a solução de várias greves ocorridas em Porto Alegre nos últimos 40 anos, até o início do Estado Novo, declarou que ninguém podia "duvidar da simpatia" que tinha pela classe operária e, quando esta pleiteou suas reivindicações, já parte delas se encontravam instituídas em sua fábrica. Reconhecia a "situação aflitiva, oriunda do alto custo da vida", por isso, havia espontaneamente, estabelecido o salário mínimo de Cr$ 2,00 e Cr$ 2,20 por hora de trabalho. Entretanto, defendendo a solução legalista dos problemas, observou que, quando foi procurado, não aquiesceu desde logo ao pedido de aumento de salário porque este "era feito por uma comissão de operários escolhidos entre elementos grevistas", enquanto que achava que o apelo "deveria ter partido de comissões designadas pelos sindicatos de classes e não por elementos estranhos às direções dessas entidades". Para Alberto Bins, todos sabiam

que "os sindicatos, quer de empregados quer de empregadores" eram "oficialmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho", se regendo por leis especiais, e cabiam a estas instituições o "dever de dar a conhecer a quem de direito as reivindicações da classe". Afirmou também que todos sabiam que o Sindicato de Empregadores vinha, há tempos, trabalhando junto ao governo para conseguir uma revisão do salário mínimo, o que estaria prometido para o primeiro de maio. Salientava, porém, que havia um ponto a esclarecer na questão da uniformidade dos salários entre os industriários de vários pontos do país, na ocasião diferentes, a fim de evitar-se a "concorrência na despesa de mão-de-obra", esperando uma posição do governo "para estabelecer normas sobre o pagamento de salários" e uma negociação intermediada pelo "sindicato de classe, como organização constituída".

À noite, na reunião na Guarda Civil, ocorreu o encontro entre os representantes dos trabalhadores e os proprietários das indústrias metalúrgicas, na qual Valter Barcelos, apresentou o interesse do governo estadual em solucionar a situação criada com a greve, ficando acordado que os operários voltariam ao trabalho na segunda-feira, não fazendo naquele dia por se tratar de um sábado e que as pretensões dos trabalhadores seriam estudadas entre patrões e empregados, tomando-se medidas de caráter provisório, até que fosse fixado o novo salário mínimo.[738]

A Greve É Geral: Param Todos e a Sociedade Apóia

Em 6 de abril, com a ampliação do movimento grevista, diversas categorias de trabalhadores porto-alegrenses enviaram, ao presidente da República, ao ministro do Trabalho e ao interventor federal do Rio Grande do Sul, o seguinte telegrama:

> (...) As atividades sindicais de trabalhadores, sediadas nesta capital e no estado do Rio Grande do Sul, abaixo mencionadas, ante o grave momento que se atravessa, apelam para v. excia no sentido de que seja imediatamente decretada a melhoria dos atuais salários em geral e a absoluta proibição de qualquer aumento nos preços das utilidades sustando, ao mesmo tempo, o dispositivo da nova lei do imposto de

[738] Um resumo sobre as greve e reivindicações dos metalúrgicos e as suas principais reivindicações pode ser visto em FORTES, Alexandre, *Nós do Quarto...*, op. cit., p. 381-2. Fortes coloca ainda, em relação aos metalúrgicos, que "os piquetes foram desmobilizados após o calor dos primeiros dias, o mesmo ocorrendo com a repressão policial. A presidência do sindicato, que lutava para assumir o controle do movimento, recomendava calma, e a resolução da luta era canalizada para a negociação com o *Ministério* e o *sindicato patronal*. Cf. idem, p. 383.

> consumo que permite a maior majoração dos gêneros de primeira necessidade. Informa, ainda, que a atual situação insustentável se deve à asfixiante vida econômica em que se debatem as classes trabalhistas deste estado, tudo motivado pelo constante e ininterrupto aumento sofrido nas utilidades indispensáveis a própria sobrevivência dos trabalhadores e do povo em geral. Levam, também, ao conhecimento de v. excia que, nesta data, pela imprensa e rádio, as mesmas entidades estão apelando aos trabalhadores em geral nos termos seguintes:
> Os presidentes das entidades sindicais desta capital e do estado do Rio Grande do Sul apelam para o espírito de lealdade e patriotismo que tem caracterizado os trabalhadores conscientes, para que, em face do grave momento que estamos atravessando, se mantenham na mais absoluta ordem, entregues ao trabalho construtivo, aguardando com serenidade e confiança, as providências que já estão sendo tomadas pelo governo, para melhoria geral dos atuais salários e combate aos gananciosos e exploradores do povo.[739]

Nem mais os líderes dos sindicatos poderiam ignorar a dimensão dos movimentos e os apelos de suas bases. Passaram, então, a assinar ofícios e telegramas respaldando as reivindicações, procurando mostrar-se conectados com as aspirações dos trabalhadores.

Embalados pelas manifestações de ruas e pelo aumentando das reivindicações em vários ramos de atividades, os funcionários do Entreposto do Leite também se movimentaram para pleitear melhoria de salários. Em 6 de abril, um comitê de empregados procurou a diretoria daquela organização, apresentando as aspirações da categoria, tendo os responsáveis pelo Entreposto prometido estudá-las e dar uma resposta o mais cedo possível. Os trabalhadores prometeram se manter em seus postos, pelo fato de ser o leite necessário ao abastecimento da população e "indispensável à alimentação da infância". A tática deste movimento era colocar na ordem do dia seu pleito, sem perder o apoio popular, haja vista tratar-se de questão fundamental para o conjunto dos trabalhadores e seus filhos. Diante do anúncio de luta por melhorias salariais, o interventor Ernesto Dornelles nomeou Olmiro Amado para, como representante do estado e evitar que o abastecimento de leite de Porto

[739] Cf. "Telegrama das entidades trabalhistas ao presidente Getúlio Vargas", *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 4.

Alegre fosse prejudicado, assumir a direção do Entreposto, no sentido de negociar solução para as reivindicações.[740]

Em 6 de abril não mais apenas ferroviários e transviários, acompanhados de bancários se manifestavam. Também, mineiros, portuários e outras categorias aderiram à greve. O Estado Novo, que tanto prezara a organização corporativa, não só via o aumento da luta grevista, como presenciava uma espécie de "aliança operário-estudantil". No mesmo dia, os estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre, reunidos em assembléia geral extraordinária, diante da greve dos ferroviários, operários da Carris, mineiros e portuários, resolveram por unanimidade, publicizar a seguinte nota:

> 1 – Considerando que o direito de greve pacífica foi reconhecido por todas as Nações presentes à Conferência de Chapulepec, inclusive pelo Brasil, manifestaram sua inteira solidariedade e o irrestrito apoio aos grevistas, julgando mesmo além de justas, modestas as suas pretensões diante do elevado custo de vida atual. 2 – Para que não sejam deturpadas as finalidades desse movimento, cujas características são exclusivamente econômicas recomendam aos grevistas que se mantenham dentro do mais alto espírito de ordem, evitando qualquer espécie de provocação. 3 – Convidam os demais Centros Acadêmicos a se manifestarem no mesmo sentido. Porto Alegre, 6 de abril de 1945 – Antônio de Pádua Ferreira da Silva – Presidente.[741]

Os estudantes, que desde a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, sob a benção de Vargas, vinham conquistando a independência do governo, principalmente a partir das manifestações contra o Eixo e pela entrada do Brasil na guerra, agora estavam na linha de frente na defesa da redemocratização. Para a maioria deles, as reivindicações da classe trabalhadora também faziam parte deste mesmo processo.

O Movimento Democrático Progressista (MDP), recém-criado também no Rio Grande do Sul para defender a redemocratização, a anistia e a liberdade dos presos políticos, lançou, através da sua Comissão Executiva, nota oficial defendendo

[740] Ver "O abastecimento de leite não será prejudicado", *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 4.
[741] Cf. "Em torno da greve", *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 4. Por outro lado, a União Estadual dos Estudantes organizou um comitê de apoio aos grevistas, arrecadando donativos e alimentos, mesmo que, como mostra Alexandre Fortes, se mostrassem preocupados com as "participações políticas no movimento". Ver *Nós do Quarto...*, op. cit. p. 385.

os trabalhadores e suas reivindicações pela melhoria de suas condições de vida. Argumentavam que entendiam que os movimentos de greve eram "conseqüência direta e exclusiva das dificuldades crescentes" que vinha "sendo submetida à classe trabalhadora", cujos salários se desajustavam cada vez mais, "ante o encarecimento vertiginoso dos artigos de primeira necessidade". Por isso, as ações grevistas que procuravam solucionar, com uma medida de emergência e com um sentido econômico, uma situação proeminente e insustentável, parecia-lhes plenamente justificada e merecedora de compreensão e solidariedade. Assim, apelava para as empresas atingidas pelas greves, "no sentido de atenderem às justas reclamações de seus empregados, demonstrando assim o seu interesse e boa vontade sem resolver um impasse", cujo prolongamento "importaria em graves prejuízos à produção" e ao "esforço de guerra" do país.

Ao mesmo tempo, estendiam o apelo "aos diferentes setores da população alcançados pelas conseqüências do movimento paredista", a fim de que não o interpretem como "o gesto de uma classe que visasse resolver os seus problemas a custa dos interesses das demais", mas que o compreendessem "como um recurso de que foi necessário lançar mão, para atender a uma situação angustiosa". Apelavam, finalmente, para as autoridades governamentais, a fim de que "prosseguissem na atitude equilibrada", que vinham mantendo, "zelando pela preservação da ordem e do patrimônio público, sem o emprego de medidas de repressão ou demonstrações ostensivas de força", pois o "desenrolar ordeiro e pacífico das greves não justificaria e serviriam apenas para exaltar e conturbar os ânimos" caso a violência fosse utilizada contra os movimentos.[742]

Dessa forma, o movimento iniciado por algumas categorias de trabalhadores, e que reivindicava basicamente aumentos salariais, ampliava-se para outros setores da sociedade civil, ganhando contornos de questionamentos gerais à ditadura, pondo em xeque os instrumentos repressivos da ditadura para enfrentar a luta de classes e a consciência dos trabalhadores.

As mobilizações em Porto Alegre no dia 6 de abril garantiram a adesão à greve de outros trabalhadores, como os operários das obras do novo edifício do Colégio Americano, situado no Caminho do Meio, os quais também solicitavam melhoria de salário.

[742] Ver "Do M. D. P.", *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 4.

No transporte, acompanhando os operários da Carris, também aderiram à greve os motoristas dos ônibus que faziam as diversas linhas de Porto Alegre, com o apoio total da categoria, havendo os grevistas comunicado às respectivas empresas que não retomariam o serviço, sem que fossem atendidas as suas reivindicações de salário. A Sociedade de Ônibus Ltda., entidade dos empresários, procurou imediatamente o prefeito Brochado da Rocha (uma comissão dos grevistas fez o mesmo), expondo a situação. Através de conciliação, se decidiu que todos os empregados em serviços de ônibus teriam um abono para aquele mês, sendo dispensado aos grevistas a exigência de fardamentos, possibilitando-lhes o trabalho em trajes civis, exigindo-se apenas o quepe obrigatório pelas leis de trânsito de então. Com a negociação, os ônibus voltaram imediatamente à circulação no mesmo dia.

Com a mobilização, também os motoristas e cobradores dos ônibus empregados nas linhas da capital para Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo e outras da Grande Porto Alegre se declararam em greve, paralisando o tráfego para aquelas cidades.

No meio da tarde do dia 6, irrompeu a greve no Cais do Porto de Porto Alegre, com o abandonado do serviço de guindasteiros e trabalhadores do departamento do tráfego. O administrador do Porto comunicou-se imediatamente com o interventor federal e com o secretário da Fazenda, Oscar Fontoura, que se dirigiu logo para o Cais, percorrendo os principais armazéns. Ao mesmo tempo, foram destacadas forças da Brigada Militar, para policiar o local. Os grevistas informaram que queriam de volta os direitos que haviam sido tirados pouco a pouco, alegando que de mensalistas foram, repentinamente, transformados em diaristas, perdendo, assim, os direitos adquiridos como funcionários. Afirmavam também que descontavam mensalmente para uma caixa de auxílio e que não sabiam onde esta Caixa funcionava, nem a espécie de auxílios que dava aos seus contribuintes. Reclamavam, ainda, que trabalhavam uma média de quinze horas diárias, tirando serviço noturno obrigatório, e quando faltavam estavam sujeitos as mais severas penas, inclusive suspensão e multas, mediante o mínimo acrescido de 20% sobre o salário normal. Os abonos familiares, os fardamentos e outras vantagens que obtinham quando mensalistas, desapareceram automaticamente dos seus salários por efeito da transformação em diaristas, para a qual não foram consultados. Enfim, queriam de volta as vantagens que obtinham quando mensalistas, aumento de salário-hora e, ainda aumento de 25% para 50% de acréscimo para o serviço noturno. A Administração do Porto comunicou posteriormente ao governo do estado que, embora

os grevistas não tivessem retornado às suas atividades, continuou o serviço em alguns armazéns, enquanto os pedidos do movimento estavam sendo estudados. Nos portos de Rio Grande e Pelotas, como tradicionalmente acontecia em paralisações deste tipo, antes da ditadura estado-novista, os trabalhos não foram paralisados, nem na navegação fluvial, cujos serviços continuaram a ser feitos normalmente.

Na manhã do dia 6, por sua vez, as Minas do Butiá paralisaram todo o serviço. A greve, com caráter pacífico, visava o aumento de salários. Em seguida, as Minas dos Ratos solidarizou-se com a greve de Butiá, tomando, assim, um caráter de greve geral em São Jerônimo, cidade que sediava as minas. Na Porto Alegre de 1945, o carvão era fundamental, principalmente para as usinas de Energia Elétrica e da Hidráulica Municipal, procurou-se tomar medidas para pôr fim ao movimento. Por isso, a greve dos mineiros foi logo reconhecida pelo governo do estado, sendo que, de Porto Alegre, foi enviada para o local uma força da Brigada Militar, constituída de cinqüenta homens, coordenados pelo delegado de polícia Nei Azambuja, a fim de colocar um fim no movimento. Das conversas ocorridas entre o interventor federal Ernesto Dornelles e o comando da 3ª Região Militar, resultou a viagem, para São Jerônimo, do capitão engenheiro José Maria Bested, acompanhado de Porto Pires, advogado do Sindicato dos Mineiros.

Diante dos movimentos grevistas que se sucediam de 5 para 6 de abril, o governo do estado reforçou o policiamento de Porto Alegre, que passou a ser patrulhada pela Brigada Militar, pelo Corpo de Bombeiros e pela Polícia de Choque. Ao mesmo tempo, em outras cidades se alastravam greves como a dos Frigoríficos Nacionais, em Gravataí, onde exerciam atividades mais de quatrocentos trabalhadores. Ali, tendo conhecimento da greve, o diretor Francisco Borrás intermediou imediatamente solução rápida para o movimento.

Desde o início do movimento grevista, Ernesto Dornelles, se manteve em seu gabinete, em permanente contato com seus auxiliares, sendo constantemente municiado com informações sobre o que acontecia tanto na capital, como no interior do estado. Com atuação conjunta com o Comando da 3ª Região Militar, tomavam providências sempre para "garantir a manutenção da ordem" e buscando impedir as mobilizações e os piquetes dos que insuflavam o operariado a aderir aos movimentos. Objetivando descaracterizar a politização das greves, a interventoria estadual lançou a seguinte nota à imprensa:

> O movimento grevista irrompido no Estado está sendo desvirtuado de suas finalidades reivindicatórias iniciais, devido *à intromissão de elementos agitadores* interessados em *perturbar a ordem* e desorganizar os serviços essenciais à população, impedindo, assim, o *bom entendimento entre empregados e empregadores*, o qual deve processar-se em ambiente de calma e ponderação.
>
> Nessas condições, o Governo do Estado, cuja orientação de tolerância e de respeito à opinião está no consenso geral, previne ao povo que determinou medidas do maior rigor contra esses *agitadores*, garantindo aos que quiserem trabalhar e não permitindo *reuniões ou agitações inconvenientes à ordem pública*, que será mantida de qualquer maneira.[743]

O Estado Novo estava nos seus estertores, mas seu discurso ideológico ainda não. Os *agitadores* e os *perturbadores da ordem* ainda insistiam em se atravessar na harmonia entre patrões e trabalhadores. Como ousavam? O governo precisava tomar providências. As de sempre: controle e repressão.[744]

Por outro lado, em 6 de abril, enquanto ainda estava para ser restabelecido o tráfego de bondes da Carris, em Porto Alegre houve um grande movimento de outros veículos, caminhões e carroças que se dedicavam ao transporte de passageiros, além da continuação do serviço prestado pelo regimento moto-mecanizado do Exército. Não faltaram, entretanto, os abusos, principalmente dos motoristas de táxi e de lotação, que exigiam preços excessivos para corrida até os distritos da capital. Contra esta situação, os representantes dos consumidores apresentaram denúncias à superintendência do Conselho Consultivo da CAERGS.

Em Pelotas, no dia 6 não se verificou qualquer nova greve, afora os ferroviários que continuaram parados. Entretanto, à noite ocorreu uma grande reunião de bancários, ainda aguardando informações mais detalhadas sobre as greves de Porto Alegre.[745]

Alexandre Fortes indica, também, que houve inúmeras outras paralisações. Na Cervejaria Continental, de Porto Alegre, cerca de oitocentos operários pararam exigindo 40% de aumento salarial e uma hora e meia de intervalo para o almoço. Estivadores, guindasteiros e serventes do porto de Porto Alegre reivindicavam aumentos especificados para cada grupo de trabalhadores, além do pagamento de 50% nas horas-

[743] Grifos meus. Ver "Nota oficial do governo do estado", *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 8.
[744] Alexandre Fortes mostra que o delegado Regional do Trabalho Norival Paranaguá de Andrade não hesitou em taxar os grevistas de "desordeiros e anti-sociais". Ver op.cit., 2004, p. 385.
[745] Sobre o desenrolar das greves no Rio Grande do Sul em 6 de abril, ver "Generaliza-se a parede a diversas classes trabalhistas", *Correio do Povo*, 7 de abril de 1945, p. 4 e 8.

extras e 75% nos domingos e feriados. Lixeiros, trabalhadores de tinturarias, da Fábrica de Rapaduras Delícia, e de algumas gráficas também entraram em greve, mesmo que neste caso não atingissem as maiores empresas da Capital. No interior, a greve atingiu também os avulsos do porto e os funcionários públicos municipais de Rio Grande. Mesmo assim, não podemos ignorar que as greves, apesar de importantes, não atingiram todas as categorias. Como mostra Fortes, no Rio Grande do Sul seis federações, dezesseis sindicatos e uma associação profissional, representando dezessete categorias (comércio, vestuário, construção civil e mobiliário, metalúrgicos, fiação e tecelagem, alimentação, alfaiates e costureiras, serviço de teatro e operadores cinematográficos, gráficos, energia termo-elétrica e gás, estivadores e navegação fluvial, oficiais marceneiros, sabão e velas, frios, carnes e derivados) enviaram um telegrama a Getúlio Vargas, no qual reprisavam o apelo que haviam dirigido às suas bases, no sentido de que "se mantivessem na mais absoluta ordem entregues ao trabalho construtivo, aguardando com serenidade e confiança as providências que já estão sendo tomadas pelo governo" para a melhoria geral dos salários e o combate aos "gananciosos exploradores do povo".[746] Estava claro que, o trabalhismo tinha deixado raízes profundas no Rio Grande do Sul. E a história do PTB no estado, após 1945, demonstra isto claramente.

As greves que pararam Porto Alegre e se estenderam por importantes cidades do Rio Grade do Sul em abril de 1945 traziam importantes lições já naquela conjuntura. Foi o que concluiu Alberto Pasqualini,[747] em artigo para o *Correio do Povo*, defendendo o retorno do direito de greve, mesmo que, diferentemente dos governantes, ressaltasse o caráter apenas econômico dos movimentos:

> Não pretendo fazer aqui a apologia da greve, que é um recurso de que os trabalhadores devem lançar mão somente em casos excepcionais. Nos próprios países de legislação social avançada, o exercício do direito de greve está devidamente regulamentado, especificando-se quais os casos e em que condição pode aquela legitimar-se.

[746] Cf. *Nós do Quarto...*, op. cit., p. 383-5.
[747] Não era surpresa a posição de Pasqualini em defender as reivindicações dos trabalhadores. Cerca de onze anos antes, em novembro de 1934, quando foi preso em Porto Alegre Policarpo Hibernon Machado, então presidente da Federação dos Operários do Rio Grande do Sul (FORGS), Pasqualini entrou com *hábeas corpus*, conseguindo a soltura do líder operário. Sobre isso ver KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo*: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Tese (Doutorado). Campinas: UNICAMP/IFCH, 2004, p. 325-6.

> A Carta Constitucional de 1937 não admite a greve, que considera recurso anti-social, nocivo ao trabalho e do capital e incompatível com os interesses da produção nacional. A instauração do dissídio coletivo seria, segundo a nossa legislação trabalhista, o meio de pleitear a modificação das condições de trabalho.
>
> Fazendo, porém, abstração do aspecto jurídico da greve e examinando os movimentos irrompidos unicamente através de suas causas determinantes, parece não haver dúvida serem elas de caráter meramente econômico. Uma razão única, que é *a necessidade de viver induz os trabalhadores ao uso desse recurso extremo e um único direito invocam eles, direito que não é simples criação legal e que, por isso mesmo, nenhuma lei pode exprimir, porque decorre da própria natureza: o direito de viver.*
>
> De acordo com a nossa legislação vigente, especialmente a legislação de guerra, penas severíssimas poderiam ser aplicadas aos grevistas. Quem, entretanto, ousaria invocar essas leis para ameaçá-los, acusá-los ou condená-los?
>
> Há no Brasil um problema sério e grave, que cumpre estudar e resolver, o do tremendo desequilíbrio que a inflação trouxe para a economia das classes proletárias.
>
> Todos sabem que uma das conseqüências da inflação é enriquecer, pelo menos momentaneamente, a classe patronal e empobrecer sempre mais os que vivem de salários. Devemos reconhecer a dura realidade e a triste verdade expressa já no slogan de que, na situação atual, os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. (...)[748]

Reconhecendo a greve como um direito do proletariado, Pasqualini recolocava, na ordem do dia, uma reivindicação mais de fundo que os trabalhadores brasileiros e gaúchos estavam a exigir diante da ditadura estado-novista: o direito da greve como instrumento de defesa da classe. E esta consciência não apenas estava em um advogado ou intelectual. Estava na própria classe que realizava as greves, ultrapassando, na prática os limites de uma legislação contrária que satisfazia apenas aos patrões e seu aparato jurídico-político amparado no Estado. Pasqualini só não conseguia ver o quanto de político tinha as reivindicações econômicas levadas adiante pelas greves dos trabalhadores, no fundo, questionando a lógica de uma das estruturas de manutenção do regime ditatorial de Vargas.

[748] Grifos meus. Ver o artigo de Pasqualini em "A lição das greves", *Correio do Povo*, 8 de abril, p. 4.

Do Rio de Janeiro, João Alberto, ministro da Viação e Obras Públicas, reconhecia o direito dos movimentos que vinham acontecendo no país, mas reafirmava que a greve não tinha razão pois vinha afetando a produção de guerra e a vida econômica do país. Falou, ainda, sobre as causas das greves, que "quando não resolvidas amistosamente provocam conseqüências graves para as duas partes interessadas", pois o operário, sob pressão, faltava ao trabalho, passando "a cometer depredações e o patrão a sofrer prejuízos materiais". Por isso, para o ministro não havia razão alguma para haver greve quando ainda não estavam esgotados todos os esforços para solução amistosa. O que o Brasil estava assistindo era "uma completa desorientação". Entretanto, não a atribuía "a elementos das esquerdas", que aliás, vinham colaborando com ele ministro. Entretanto, seu dever era "garantir a ordem, num terreno neutro".[749]

Em 9 de abril, por sua vez, os industriais de Porto Alegre, reuniram-se na sede do Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, e, por unanimidade, aprovaram resolução onde reconheciam que o excessivo encarecimento da vida criou situação difícil para toda a população, mas entendiam que o simples aumento de salários não seria "remédio eficiente para afastar as dificuldades do momento". Afirmavam que não eram contrários ao aumento dos salários básicos, mas entendiam que a medida, abrangendo todo o país e envolvendo problemas de produção e do consumo, não poderia ser executada isoladamente, mas "do ponto de vista do interesse de todos os centros industriais do país, sob pena de algumas indústrias ficarem em situação de inferioridade no mercado nacional, com o conseqüente reflexo na vida do próprio trabalhador". Assim, com a intenção de colaborar para a solução do problema, respeitando o ambiente de paz e ordem, a entidade iria telegrafar ao presidente da República e ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, solicitando-lhes que examinassem "a situação dos operários, da indústria e da população em geral, em face do encarecimento da vida".[750]

Alexandre Fortes mostra que, em Porto Alegre, algumas categorias começaram a se mobilizar, a partir da pressão dos grupos de fábrica sobre os sindicatos já no ano de 1944, enquanto que a nova temporada grevista ocorreria em 1945, numa conjuntura marcada "pela iminente vitória aliada sobre o nazi-fascismo, à qual seguiu-se um amplo movimento pela democratização do País, mas também pela revolta generalizada contra

[749] Cf. "O ministro João Alberto e os movimentos grevistas", *Correio do Povo*, 8 de abril de 1945, p.20.
[750] Ver "O ponto de vista da indústria Rio-Grandense", *Correio do Povo*, 10 de abril de 1945, p. 12.

os lucros excepcionais obtidos pelos especuladores no período da guerra, que havia provocado uma enorme carestia". Por isso, como explica o autor, o modelo corporativo "que se implantou operando sobre tensões e dificuldades enfrentadas pela prática sindical na construção de organizações representativas e viáveis", se marcados pela "despolitização e a burocratização eram riscos já enfrentados pelo movimento operário, quando confrontado com esses impasses organizativos", onde "coube a repressão e ao controle estatais, e não à hegemonia de qualquer corrente política operária, criar os mecanismos que buscassem cristalizá-los como características da própria organização sindical" e, no qual "o conjunto de respostas *técnicas*, experimentado ao longo das várias levas de intervenção e consagrado na CLT, buscava afastar base e militantes do processo instituinte das entidades", contudo, "mesmo a longa vigência do Estado Novo não destruiria a experiência de apropriação do sindicato oficial como espaço de luta, que voltaria a emergir nas greves de 1945".[751]

Na verdade, as mobilizações de 1944-45, além da retomada da tradição do movimento operário grevista, tinham relação direta com uma conjuntura anterior, mas ainda nos limites do Estado Novo. Como nos mostra Hélio da Costa, "a realidade do mundo do trabalho acenava em outra direção" às orientações do governo Vargas, pois "com a mesma mão que ofertava, o governo retirava direitos". Nunca é demais lembrar que com a lei de esforço de guerra, como explica o autor, "iniciou-se para os trabalhadores um processo sucessivo de suspensão de direitos trabalhistas por meio de inúmeros decretos presidenciais", entre ao quais: a extensão da jornada de trabalho para dez horas; a alteração do sistema de férias; a consideração como abandono de emprego a ausência no trabalho a partir do oitavo dia; a dispensa imediata pela recusa em mudar de posto de trabalho ou seção e; a liberação do trabalho noturno para mulheres e menores.

Assim, num quadro em que as greves eram consideradas "crimes contra segurança nacional e os grevistas estavam sujeitos a condenações de dois a seis anos de reclusão" (e a partir de novembro de 1942, "as faltas passaram a ser equiparadas a crimes de deserção", afora a existência do controle direito do Estado via sindicalização oficial), nos primeiros meses de 1945, encontraremos os trabalhadores "impondo um duro teste aos sindicatos, quando as greves começavam a se multiplicar por diferentes

[751] MOURÃO, Telmo Remião. *O operariado do Rio Grande do Sul e o Estado (janeiro a abril de 1945)*. Monografia (Bacharelado). Porto Alegre: UFRGS-IFCH, 1979, p. 16-80, *apud* FORTES, Alexandre, *Nós do Quarto...*, op. cit., p. 344 e 377.

categorias". No mesmo tempo em que, "a reação da maioria dos sindicatos foi de pronta condenação à atitude dos grevistas" e as "direções sindicais procuravam responder com energia à falta de controle sobre a reação dos trabalhadores, que tendia a aumentar cada vez mais".

Como demonstra Costa, "as condições de vida enfrentadas pelos trabalhadores agravava-se a cada dia, com explosão dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o congelamento dos salários e a intensificação do ritmo e da jornada de trabalho ditados pelo esforço de guerra".[752] É diante de um quadro grave como este, sem grandes surpresas, que vamos entender a retomada das greves em 1945.

Fernando Teixeira da Silva escreve, a partir do exemplo dos portuários de Santos, que as greves de 1945 foram paralisações que se adiantaram ao sindicato e acabaram se voltando contra ele, "contra sua inércia tão pouco combatida no Estado Novo". Nesse momento, a direção do sindicato passava, então, a ser "pressionada publicamente, tendo que discutir não mais com dezenas ou centenas de associados, mas com milhares em uma única assembléia". Tinha ainda que "enfrentar as investidas de grupos de oposição, tais como os comunistas que, ao contrário do que orientava a cúpula do partido, estavam sintonizados com as pautas de luta".

Assim, as greves, que vinham acompanhadas da noção de justiça eram uma resposta ao pedido de Vargas no sentido de que o "esforço de guerra" exigia que cada homem [soldado da produção] deveria "conservar seu posto, sem pensar em si próprio, sem pensar na família, sem pensar nos bens". Aqui, como explica o autor, o tema do patriotismo "estava imbricado no tema da sobrevivência, ou seja, para não ser negado dependia da merecida contrapartida", enquanto que o tema dos direitos, tão caro aos discursos do governo, "era acionado e privilegiado em relação a outros segundo uma escala de valores e necessidades, incorporando noções de dignidade, merecimento e orgulho profissional". No caso de Santos, os trabalhadores, fundamentados no valor atribuído ao seu trabalho, escolheram seu momento próprio para a deflagração da greve, no mesmo momento em que se davam "as alterações havidas nas orientações políticas de governo".[753]

---

[752] COSTA, Helio da. "Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)". In. FORTES Alexandre *et al*. *Na busca por Direitos*: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999, p. 94 e 96.

[753] SILVA. Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos Direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). São Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p. 95-6.

Essa proposição de Silva, entretanto pode ser ampliada para todo ao país. O próprio autor, citando Sílvio Frank Alen, argumenta que "as mudanças de rota do Estado Novo ao pretender conduzir o processo de 'redemocratização' não deviam apenas à esfera da 'Grande Política', podendo ser atribuída também "à 'administração' do governo no conflito de classes, a partir da recusa dos trabalhadores em aceitar a 'paz social' varguista", situação no qual "o Estado Novo não conseguia cumprir a principal tarefa que lhe atribuía, consensualmente, a burguesia: prevenir e reprimir a explicitação da luta de classes".[754]

Assim, completa Fernando Teixeira da Silva, após mais de uma década de intensa intervenção do governo no mundo do trabalho, cujo resultado foi "uma permanente história de desrespeito dos patrões às leis, suspensão de certos direitos consagrados, 'economia de guerra', controle das organizações operárias – tudo isso sob a conivência e a ação do governo", no qual este "buscava a legitimação no interior de significativos setores da sociedade, como podia alcançá-las se uma das suas pilastras – os benefícios sociais e trabalhistas – revelava-se tão contraditória com a retórica dos direitos?".[755] A resposta era dada pelo movimento operário, desencadeando seus movimentos grevistas.

Por isso, como explica Hélio da Costa, se o outono de 1945 trouxe este grande número de greves, de trabalhadores das mais variadas categorias – têxteis, metalúrgicos, vidreiros, gráficos, doqueiros, etc. -, como o primeiro grande surto de mobilizações desse período de democratização, tudo isso trouxe a público "a pujança do movimento operário". Todas estas "mobilizações de massa que se impunham com mais força no panorama político do país no final do Estado Novo", complementa o autor, "não eram resultado do acaso, pois os trabalhadores, de forma silenciosa e anônima, já vinham travando suas lutas nas fábricas", através de "iniciativas, que iam desde abaixo-assinados até greves prolongadas, passando pela constituição de comissões de greve ou de negociação", todas elas representando "verdadeiros laboratórios, ensaios de lutas futuras".[756]

---

[754] ALEN, Sílvio Frank. *Os trabalhadores e a* redemocratização. Dissertação (mestrado). Campinas: UNICAMP-IFCH, 1981, p. 59, *apud* SILVA, Fernando Teixeira da, ibidem, p. 96

[755] SILVA, Fernando Teixeira da, ibidem, p. 97.

[756] COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995, p. 4-5.

Tais considerações de Hélio da Costa, abordando a conjuntura de greve de 1945, levaram o historiador a alargar a problematização da relação entre o sindicato e a classe trabalhadora a partir da legislação sindical pós-1930. Para Costa:

> (...) a adesão a esse modelo sindical não pode ser entendida como início de uma etapa representada pelo controle do Estado e a subseqüente abdicação da classe trabalhadora dos seus princípios classistas. (...) Se por um lado a intervenção do Estado implicou o estabelecimento de limites (nada desprezíveis) ao campo da atuação sindical, serviu de campo de mediação de conflitos e fonte legitimadora do poder da classe dominante, por outro lado, não se pode afirmar que tais limites impediram qualquer avanço organizativo das classes trabalhadoras e que tal avanço não se constitui em fonte legítima da expressão da classe. (...) O papel ativo dos trabalhadores no processo de democratização do país, revelou-se em suas permanentes lutas, trazendo consigo uma série de dilemas vividos pelos trabalhadores no seu fazer-se enquanto classe, tais como: a tensão constante entre as organizações de fábrica e as direções sindicais, as dificuldades de lutar pela conquista dos sindicatos oficiais sem se submeterem aos seus limites, a via de mão dupla que consistia a prática e o discurso do PCB, subordinando a prática sindical à política partidária. (...). A autonomia presente nas mobilizações operárias no final do Estado Novo não pode ser explicada somente à luz da inoperância dos sindicatos nesse período. O tom da passividade das entidades sindicais, embora predominante, não era único. Pensar nos sindicatos somente como agente do capital e do Estado, distante dos trabalhadores e dirigidos por burocratas e policiais, seria estreitar demais uma realidade muito mais complexa do que se apresenta à primeira vista. (...) Os sindicatos passaram a sofrer um duro teste a partir dos primeiros meses de 1945, quando as greves se multiplicaram rapidamente pelas diferentes categorias de trabalhadores. O primeiro impulso das entidades sindicais foi combater qualquer iniciativa que se desse fora de seu controle. (...) As greves de maio de 1945 se constituíram as maiores manifestações operárias desde o Estado Novo. (...) Dessa forma, os sindicatos patronais e de trabalhadores foram surpreendidos com as ações operárias. [757]

[757] Idem, ibidem, p. 6, 12, 24, 29-30 e 33.

Os Comunistas e o PCB na Linha de Frente pela Defesa de Direitos

No meio das greves estavam operários ligados ao PCB, aproveitando as brechas políticas da ditadura em exaustão e, como bem disse Hélio da Costa, ocupando vazios para a mobilização e a organização dos trabalhadores. Impossibilitados de participarem dos sindicatos oficiais pelo Estado Novo,[758] salvo raros exemplos que escapavam o controle e a vigilância policial e ministerial, mesmo que desde 1934 a tática sindical do Partido tenha sido por integrar-se nas direções dos sindicatos reconhecidos pelos MTIC, e enfrentando a tática política conjuntural, os comunistas, aproveitando a experiência da militância clandestina, estiveram na linha de frente das manifestações e nas greves durante o processo de redemocratização. Esta história continua precisando ser contada e recontada.[759]

Evidentemente, não eram só trabalhadores comunistas que estiveram preocupados e com interesse político pela redemocratização durante o Estado Novo, pois o arrocho salarial e as perdas de direitos pelo "esforço de guerra" haviam atingido a todos os trabalhadores. Neste sentido, os *trabalhistas*, sobretudo pela grande base de sustentação política que sempre haviam dado a Vargas no Rio Grande do Sul, mesmo diante da defesa histórica do projeto corporativista e estando à frente da maioria das direções sindicais, não puderam ficar omissos diante das greves. Se a iniciativa de muitas das paredes não havia sido deles, sendo surpreendidos pelas bases, quando aconteceram, buscaram estar junto dos movimentos, procurando não perder a legalidade de suas direções. Mas foram, sobretudo, os comunistas do PCB que estavam na linha de frente das reivindicações e das defesas dos direitos da classe.

[758] Ao aprovar uma direção sindical, o MTIC, através do seu Departamento Nacional do Trabalho (DNT), buscava informações dos dirigentes nos dossiês da polícia política. Exemplo disso foi uma resposta do diretor da DESPS, Baptista Teixeira, em 20 de maio de 1942, ao diretor do Departamento Luiz Augusto do Rêgo Monteiro: "Atendendo à solicitação (...) de 20 de abril último, informo a V.S. que esta Delegacia Especial não se opõe a que Aldemiro Lopes Pontes exerça cargo de administração sindical, em face do resultado das sindicâncias que promoveu em torno do mesmo". Cf. Fundo DESPS, Série Dossiês, Notação 137 – Livros de Correspondência, APERJ.

[759] Aqui, podemos fazer um paralelo com a redemocratização durante a Ditadura Militar pós-64, a partir de Francisco Carlos Teixeira da Silva. O historiador coloca que "contra o esquecimento da história do tempo presente – esquecimento apenas paradoxalmente empregado pelos responsáveis das ditaduras e pelos condutores das transições em direção às aberturas democráticas", devemos nos propor a "um voltar-se cuidadoso sobre uma história que é, ao mesmo tempo, recente e presente e esquecida: os processos de redemocratização". Cf. "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano.* O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.245.

Mirta Zaida Lobato mostra que nesta mesma conjuntura, na Argentina, os comunistas, foram consolidando a idéia de que "os problemas do trabalho eram de interesse nacional e requeriam a intervenção dos poderes públicos". Por isso, desenvolveram uma intensa atividade para "conquistar o cumprimento das leis e a proteção dos trabalhadores". Lá, como aqui, a mobilização operária, era entendida pelos comunistas como de forma mais ampla não só limitada às greves. Mas suas ações públicas, como no Brasil, eram vistas como uma ameaça, pois também o governo desenhara "uma política social na qual se incluiu a necessidade de organizar e proteger os operários", mas colocando "o comunismo em um lugar ilegítimo", se escudando em "nacionalismo anticomunista ou anti-socialista". [760]

Não podemos esquecer, como mostra Luciana Pereira, que para a polícia política brasileira, no mundo do trabalho, a "caça às bruxas" era dirigida, genericamente, "contra todos os membros mais ativos do movimento operário", todas "as lideranças que, independentemente de suas afinidades políticas", assumiam "um lugar destacado nas negociações ou frentes de luta", motivo suficiente para "justificar o esforço permanente de vigilância sobre as atividades mais cotidianas nos espaços de trabalho, a intromissão na organização sindical oficial e na eleição de seus dirigentes, bem como a contenção pela força das manifestações e greves, legais ou não". Entretanto, no caso dos militantes comunistas, sempre acusados de criminosos políticos e *subversivos*, não eram apenas dissidentes políticos, mas *agentes* de Moscou que colocavam em risco "não só o Estado, mas também a moral, os costumes, a família e a própria ordem das coisas", portanto seus atos enquadravam-se na distinção de "*crime de traição* nacional". Assim, "firmar um abaixo-assinado de protesto, participar de uma assembléia, manifestar apoio a uma greve, ter o nome citado pela imprensa operária, ou conversar em *rodinhas* com colegas de trabalho sobre temas *subversivos*" podia "funcionar como indício ou prova de um vínculo secreto com os *vermelhos*". Como nos mostra a autora, as implicações de ter o nome *fichado* na Dops numa época em que existiam "*atestados de ideologia* e declarações de *nada consta*" tinham inúmeros riscos, como não poder ocupar uma vaga

[760] Para uma história comparativa, vendo esta emergência uma militância sindical comunista que "articulou organizações fabris com demandas públicas por direitos", como disseram os organizadores na apresentação da obra, ver o artigo desenvolvido por Lobato. Cf. "O perigo vermelho: comunismo e anticomunismo na experiência dos trabalhadores da carne (Berisso, 1930-1943)", In. BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004, p. 249-85, em particular p. 275-6.

em qualquer chapa que concorresse à direção sindical, perder o emprego, ser interditado na posse em um cargo do serviço público e, a pior delas, a prisão como suspeito.[761]

Elizabeth Cancelli demonstrou que o governo brasileiro, desde a década de 1930, "gerenciou socialmente a insuflação do ódio e da perseguição aos comunistas, não só internamente, mas procurou também internacionalizar sua ação e ter algum tipo de ingerência externa nessas medidas".[762] Isso foi aprofundado pela ditadura do Estado Novo, enquadrando a repressão dentro da ideologia de segurança nacional. Assim, tanto o PCB, como outras organizações de esquerda, sempre prontas a "reorganizar as forças sindicais" e "convocar o movimento operário à luta formulando-lhes um programa político adequado aos seus ideais", tinham a contrapartida do governo que apelava para a força e para a violência, pois "o medo de que um projeto socialista vingasse no Brasil levou o governo a prender milhares de cidadãos". Os integrantes da esquerda, recebendo a pecha de "perigosos propagandistas do credo vermelho", eram punidos como "hereges políticos", formando as listas e mais listas de "presos políticos, (...) testemunhado as arbitrariedades governamentais acobertados pelo lema *ordem e progresso*". Dessa forma, e sob o "signo da opressão e da censura", o governo Vargas "procurou eliminar todos os canais possíveis de contestação". Nesse aspecto, o Estado Novo, portanto, nada mais foi do que "abertamente ditatorial".[763]

Em relação aos comunistas, Luciana Arêas demonstrou que, para a polícia política, com a entrada da União Soviética na II Guerra, eles "passaram a camuflar-se sob a capa de democratas e antifascistas, disfarçando sua propaganda nas entrelinhas de seu discurso de apoio aos aliados", igualmente se infiltrando em organizações aparentemente neutras, como a Sociedade de Amigos da América e a União Nacional dos Estudantes, com o objetivo de "ludibriar a vigilância policial".[764]

Enfrentando a repressão estado-novista (com mortes, exílio, prisões, detenções, etc.) os comunistas seguiram clandestinamente organizando os trabalhadores. Por isto, como tem demonstrado a historiografia recente, mesmo diante da repressão e das

---

[761] Cf. "Polícia política e a caça aos comunistas ...". In. MATTOS, Marcelo B., *Trabalhadores em...*, op. cit., p. 163-6.
[762] Ver "Ação e repressão policial num círculo integrado internacionalmente". In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999, p. 312.
[763] Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. "O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional" Carneiro. In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999, p. 328-9.
[764] Cf. o Relatório da Seção de Segurança Social da DESPS, de 31 de dezembro de 1942, Fundo Administração, Pasta 1-I, APERJ. Citado por ARÊAS, Luciana Barbosa, *Consentimento e...*, op. cit., p. 211.

contradições internas que afligiram o Partido durante o Estado Novo, permaneceu a ligação do partido com as bases dos trabalhadores em seus locais de trabalho. A seguinte passagem ressalta este aspecto:

> Ao contrário das análises que enfatizam a dissociação da atuação dos comunistas em relação à organização operária no espaço fabril, fica evidente o enraizamento das lideranças do PCB nas suas bases, sobretudo a partir da presença dos delegados sindicais nas fábricas, empenhados em lidar com problemas referentes aos locais de trabalho. Apesar do corte instaurado pela repressão do Estado Novo, as células comunistas deram alguma continuidade à organização nos locais de trabalho, permitindo que a centralidade das questões atinentes ao cotidiano fabril fosse retomada a partir de 1945. O autor [Alexandre Fortes] conclui que coube à repressão e ao controle estatal, e não à atuação de qualquer corrente política operária, criar condições para a cristalização de mecanismos que caracterizariam, em parte, a despolitização e a burocratização sindicais em conjunturas como a do Estado Novo. Foi o conjunto de procedimentos "técnicos" elaborados pelo Estado que visou afastar base e militantes, mas revelou-se incapaz de destruir a "experiência de apropriação do sindicato oficial como espaço de luta", conforme voltou a acontecer no pós-guerra.[765]

Por isto, mesmo que concordemos com Angela de Castro Gomes que "o redimensionamento da *ameaça comunista* teve um papel essencial" para a consolidação e o desenvolvimento do Estado todo, é temeroso concluir, como faz a autora de que esse redimensionamento e "a seu reboque foi arrastada qualquer veleidade de movimento sindical independente ou mesmo reivindicatório", pois a "repressão ao comunismo tornaria inviável qualquer tipo de ação independente surgida no interior da classe trabalhadora".[766] Não! O Estado Novo não teve esse poder absoluto, mesmo

[765] Parte desta passagem é desenvolvida a partir das idéias de Alexandre Fortes. Cf. SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. "Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes". In. FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua História*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 249.

[766] Mesmo que a autora delimite nesta passagem a repressão ao comunismo de 1935 a 1942, creio que minha crítica é válida pois a historiadora, na sua lógica argumentativa, mantém esse hiato (mesmo que também discordemos dele, pois parece que após 1942 a repressão ao comunismo deixou de existir) em sua análise, sendo que, por um corte cronológico abrupto, após 1942, sua interpretação acha pouco espaço para as manifestações independentes, em especial aquelas lideradas pela esquerda e pelo PCB, dando ênfase ao "pacto" que consolida o *trabalhismo*, como já fizera antes dele com o corte sobre o comunismo, sobrepondo a ele o *circulismo*. Ver a passagem citada em GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 161-2.

controlando os sindicatos, de impedir que por dentro ou fora dele ocorresse a organização dos trabalhadores fora dos ditames e orientações da ditadura.

Antonio Luigi Negro demonstrou através de pesquisa singular que durante a vigência do Estado Novo, mesmo que tenha havido o refluxo do movimento, este recuperou o seu dinamismo quando a "difusão das posições comunistas contra a influência do nazi-fascismo no país, contra o ditador Francisco Franco na Espanha e contra a neutralidade do Brasil na Segunda Guerra Mundial garantiu-lhes lugar de destaque na resistência", relevo este depois reforçado nas campanhas pela anistia, pela constituinte com Getúlio e pelo movimento queremista. Negro demonstra que, mesmo expulsos dos sindicatos, "os comunistas concentraram as forças restantes na organização da classe trabalhadora dentro das fábricas e nos seus locais de moradia", o que "originou uma tensão entre o partido da 'Grande Política' – tanto o partido da ordem, defensor de presidentes e da burguesia nacional, quanto o fora da ordem, oculto e radical – com o partido inserto nas classes subalternas, seus destinatários".[767]

Esta linha de argumentação também é reforçada por Alexandre Fortes:

> (...) em muitos momentos críticos, como no período entre 1937 e 1943, a repressão levou a que a organização comunista sobrevivesse na forma de células de base sem vínculo com a estrutura nacional, o que possibilitava grande margem de autonomia na definição da sua atuação sindical, mesmo quando sob a coordenação da estrutura partidária geral, a militância de base do partido estava longe de aplicar cegamente sua *linha sindical* sobre uma base amorfa. Ao contrário, os militantes comunistas reelaboravam as orientações partidárias a partir da sua experiência como operários. (...) Quando intervinham na defesa do classismo, da transparência e da autonomia frente ao Estado, em dúvida os sindicalistas comunistas davam continuidade a uma tradição de auto-organização, em contraponto à cooptação e à repressão.[768]

Também a relação entre cúpula e base á analisada por Paulo Fontes. Para o autor, a orientação oficial do PCB no final do Estado Novo se chocava com a realidade de ascensão das reivindicações e lutas operárias. Por isso, na "onda grevista" que tomou conta nas principais cidades do país, em 1945, a determinação do Partido "foi absolutamente ineficaz para conter o ímpeto dos trabalhadores que, através de suas

[767] NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2004, p. 30.
[768] Cf. *Nós dos Quarto Distrito* ..., p. 342-3.

comissões eleitas nos locais de trabalho 'passaram por cima' dos sindicatos liderados pelos 'ministerialistas' cujo posicionamento era contrário a greves", e também dos ativistas comunistas que insistiam na linha oficial de "apertar os cintos". Isso se deu, segundo Fontes porque

> uma grande parte dos militantes comunistas enraizados nos movimentos nas fábricas e bairros operários acabaram por não seguir as determinações da direção do partido e muitos, inclusive participaram das comissões de base, ajudaram a organizar e chegaram a liderar as grandes greves do período. Tal contradição entre a base operária do PCB e sua direção influenciou para que o partido procedesse uma pequena inflexão em seu discurso, posicionando-se menos enfaticamente contra as greves, classificando-as agora como "justas ou de agitação".[769]

Na mesma linha de Fontes, Hélio da Costa mostra que "no encontro com os trabalhadores nos seus locais de trabalho" iremos ver, na conjuntura analisada, aqui a presença marcante do PCB no cotidiano fabril e nas mobilizações de massa do período. Contraditoriamente, mesmo sendo o partido da "ordem e tranqüilidade", "da Constituinte com Getúlio", ao mesmo tempo era "o partido das ruas, das praças, das festas populares, dos bairros operários, das fábricas e, enquanto organização partidária, foi praticamente o único a exercer forte sedução sobre a classe trabalhadora e a juventude".

Costa sugere ainda que "uma confrontação da prática desse partido com o movimento operário mostrará que ele dela se separa e com ela se funde ao mesmo tempo", pois o Partido "não era um bloco monolítico em que a sua prática e o seu discurso se articulavam de forma coerente e harmoniosa todo tempo", havendo aqueles mais ligados "à cúpula do discurso oficial (...) buscando congelar suas demandas imediatas" e outros que conviviam com "um ativismo intenso das bases do partido nos bairros, nas fábricas", colocando-se à frente de muitas das reivindicações dos trabalhadores da época.[770]

É também Paulo Fontes que nos mostra que os ativistas mais experimentados dos trabalhadores, especialmente aqueles da órbita do PCB, investiram toda sua energia para retomar a direção dos sindicatos oficiais e, parte desse trabalho "já vinha sendo

[769] FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos*: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Anablume/Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo, 1997, p. 108.
[770] COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995, p. 6 e 8.

desenvolvida de forma clandestina durante o Estado Novo, ganhando novo fôlego com os ventos da democratização", pois "os comunistas haviam aproveitado habilmente as brechas abertas naquele período, prenunciando a crise futura do regime".[771]

Também as orientações clandestinas de organizações trotskistas auxiliaram nesta linha de retomada dos sindicatos oficiais e de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Logo após o golpe do Estado Novo, o Partido Operário Leninista (POL),[772] apesar de divergir taticamente do PCB, este partido orientava a forma de resistência à ditadura:

> (...) Sem nenhuma distinção ideológica, todos os operários devem se unir para lutar contra o Ministério do Trabalho, única forma de poder defender seus interesses e melhorar suas condições de vida e de trabalho.
>
> Criando comitês sindicais em todas as fábricas, usinas e oficinas, ligando-os entre si, entrando nos sindicatos para forçá-los a defender as *conquistas operárias*, organizando-se todos em torno da luta pelo direito de greve, de organização, de pensamento, de imprensa, de manifestação; em torno do aumento de salários, do pagamento das férias, acidentes no trabalho; da jornada diária de 7 horas de trabalho e descanso semanal, do salário igual para trabalho igual, os trabalhadores do Brasil porão em xeque todas as intenções do Estado Novo e se livrarão das cadeias, da fome a que estão submetidos e criarão condições proletárias favoráveis para varrer Getúlio e companhia do poder e se emanciparem das cadeias do capitalismo (...).[773]

Ou seja, existiu desde o início do Estado Novo, não obstante a repressão, uma cultura comunista de resistência e de diretrizes para a atuação sindical e junto aos trabalhadores.

O Comitê Regional do PCB do Rio de Janeiro, quando o Estado Novo estava para completar um ano, indicava a mesma atitude para seus militantes:

---

[771] Ibidem, p. 11-2.

[772] O POL, fundado no Rio de Janeiro em 1936, vinculava-se à Liga Comunista Internacionalista (LCI) e tinha entre seus principais líderes Mário Pedrosa, Ílcar Leite, Paulo Emílio Sales Gomes e Aristides Lobo. Com o Estado Novo, todos eles foram presos inicialmente. O POL organizou na clandestinidade o jornal *A Luta de Classes*. Sobre a LCI, ver seu verbete organizado por Sérgio Lamarão, em ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coord.), *Dicionário...*¸op. cit., vol. III, p. 3110-12.

[773] Este texto foi escrito por *Heitor*, em 2 de fevereiro de 1938. Cf. "Os sindicatos ameaçados pelo Estado Novo", *A Luta de Classe*, n. 38, Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 1938, p. 2 e 4. Esta edição encontra-se no APERJ, Fundo DOPS, Setor Comunismo, Pasta 4.

> (...) É preciso freqüentar o sindicato. (...) Seja qual for a tendência da diretoria do sindicato, é a casa do trabalhador ela devemos freqüentar assiduamente a fim de que possamos dar ao movimento sindical uma força dez vezes maior do que a atual. (...)
>
> Vale mais uma hora de atividades no nosso sindicato do que uma semana de palestras nos botequins (...).[774]

Desta forma, não é necessária grande dialética para concluir que a prática política e sindical dos militantes comunistas no final do Estado Novo, por sua vez, influenciou a mudança tática do PCB em relação ao mundo do trabalho. Conquistando a legalidade, mesmo antes do final do Estado Novo, os comunistas "apressaram-se em organizar greves, marchas e comícios", e fundaram uma confederação sindical: o MUT.[775]

O MUT era uma organização intersindical de trabalhadores organizada nacionalmente pelo PCB (legalizado em maio de 1945, logo após a anistia, ocorrida em abril), sem ter o reconhecimento do MTIC (já que a CLT proibia a existência de centrais gerais de trabalhadores), sendo uma conquista conjunta ao processo de redemocratização e à relativa liberdade sindical do final do Estado Novo. Representando uma projeção dos comunistas no meio sindical, o Movimento foi criado em 30 de abril de 1945, por cerca de trezentos dirigentes sindicais, o que demonstrava a retomada da participação do PCB nos sindicatos legais.

No manifesto de criação, assinado essencialmente por líderes operários, "conclamava a classe trabalhadora a se organizar e a lutar pela democracia", defendendo o "ingresso maciço dos trabalhadores nos sindicatos", a "liberdade sindical" e o "aperfeiçoamento das leis sindicais e de Previdência Social", a "sindicalização dos trabalhadores do campo", a "eleição de direções sindicais unitárias", a "adoção de medidas concretas contra a carestia", o "direito de greve" e a "extinção de órgãos antidemocráticos como o DIP e o TSN". Em julho, o MUT centrou sua luta pela soberania das assembléias sindicais, o que significava, na prática, o fim do representante obrigatório do Ministério do Trabalho nas reuniões, e pela autonomia administrativa e a eliminação da padronização legal dos estatutos das entidades, o que punha fim ao

[774] Cf. estas passagens nas matérias "Medo e comodismo: companheiros inseparáveis" e "Movimento Sindical – Trabalho Sindical", *Boletim Interno*, CR do PCB (S. I. C.) Rio do Janeiro, 7 de novembro de 1938, p. 5 e 14. Documento localizado no APERJ, Fundo DOPS, Setor Comunismo, Pasta 16C.
[775] Ver sobre isso LEVINE, Robert M., *Pai dos...*, op. cit., p. 104.

controle do Estado sobre os fundos dos sindicatos. Entretanto, em defesa da tática de "união nacional" contra o fascismo, o MUT só aceitava a greve "depois de esgotados todos os meios pacíficos de negociação" e quando os patrões "se mostrassem intransigentes diante das reivindicações mínimas dos trabalhadores".[776]

Paulo Fontes, argumenta que em pouco tempo o MUT concentrou suas energias nos movimentos grevistas que nasceram "fora do seu controle e independente da sua vontade", tornando-se "o primeiro grande ensaio dos comunistas na sua política de 'União Nacional para a Democracia e o Progresso'", não deixando de "apoiar os trabalhadores nas suas reivindicações econômicas" e sabendo "aproveitar-se da falta de iniciativa das direções sindicais inoperantes", assumindo, assim, "o papel de interlocutor real dessas categorias nas negociações com o governo e os patrões, o que lhe conferiu de imediato um *status* de direção". Por isso, mesmo que as greves de 1945 tenham acontecido sob a égide da euforia democrática - anistia, libertação de presos políticos, criação de novos partidos, legalização do PCB -, elas eram "mais um componente que se somava à grande agitação reinante".

Todo esse clima contribui para que o MUT rapidamente ganhasse penetração no meio operário, no mesmo tempo que possibilitava aos comunistas a sua identificação pública e clara. Sem contar, explica o autor que "os comunistas eram o segmento político mais organizado no interior do movimento sindical", basta observar "o trabalho paciente desenvolvido pela militância comunista antes e durante o Estado Novo", demonstrando seu "enraizamento no interior dos movimentos sociais" o que "traduziu-se numa prática que referendava o caráter de lideranças exercido por muitos ativistas comunistas nas ações grevistas". [777]

Dessa forma, mesmo que o PCB tenha defendido a Constituinte com Getúlio e apelado aos trabalhadores que não fizessem greves, com o argumento de que o inimigo maior era o nazi-fascismo, em 1945, os militantes de base operária do partido contribuíram para o avanço das lutas dos trabalhadores, parando fábricas e indo para as ruas.

---

[776] Em setembro de 1946, o MUT tornou-se a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Pouco antes ainda do final do Estado Novo (em 11 de outubro), através do Decreto n. 8.070, o MUT conquistou duas de suas reivindicações: o fim do representante do MTIC nas assembléias dos trabalhadores e a desvinculação da eleição e da posse das diretorias sindicais da aprovação do Ministério. Sobre o MUT ver o verbete organizado por Mônica Kornis, em ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coord.), op.cit., vol. IV, p. 3990-1.

[777] FONTES, Paulo, *Trabalhadores e...*, op. cit., p. 40-1.

Como explicou Alexandre Fortes, naquele contexto devemos ver "uma relação de mão dupla entre projetos políticos e movimento", pois "tanto a ascensão dos comunistas influenciou nas políticas adotadas pelas entidades como a prática sindical efetiva dos dirigentes operários comunistas era em grande medida condicionada pelos problemas e desafios colocados para o conjunto do sindicalismo". Por outro lado, explica o historiador, citando o caso dos metalúrgicos de Porto Alegre e a opinião do líder sindical Eloy Martins, a "estrutura partidária de base vinculava-se também estreitamente à cultura organizativa mais geral da categoria", fazendo com que as células comunistas dessem "continuidade à organização clandestina nas fábricas durante o Estado Novo, possibilitando que as características centrais da prática militante da entidade viessem a ser retomadas rapidamente a partir da greve de 1945".[778]

Por isso, seria um erro pressupor um corte extremo entre a direção política e a militância de base comunista. Afinal, não seria por mero proselitismo que o PCB teve o crescimento partidário que obteve ao final do Estado Novo e a votação para a Assembléia Constituinte, tanto em nível nacional, como no Rio Grande do Sul. No caso do estado, foram justamente dos meios operários que surgiram os candidatos à deputados estadual e federal como o pedreiro Santos Soares de Santana do Livramento,[779] o ferroviário santa-mariense Lucas Fortes dos Santos, o mineiro de São Jerônimo Manoel Jover Telles e o pelotense Abílio Fernandes[780], sem contar com aqueles com forte e antiga aproximação política com a classe como os intelectuais Dyonélio Machado, Júlio Teixeira, Álvaro Moreira, Sérgio Holmes, entre outros, logo seguidos pelo metalúrgico oriundo de Laguna, em Santa Catarina, futuro vereador de Porto Alegre, Eloy Martins, que em 1945 dirigia o MUT.[781]

No caso da minas de São Jerônimo (e Butiá), nem a repressão do Estado Novo, nem o controle oficial do MTIC, via Inspetoria Regional do Trabalho (IRT), conseguiu acabar com a tradição de organização do PCB, anterior a 1937, na região. Tanto que, em meados de agosto de 1945, foi instalada na cidade o Comitê Distrital de Butiá do PCB, a

---

[778] Ver MARTINS, Eloy. *Um depoimento político (55 anos de PCB)*. Porto Alegre: Palotti, 1989, p. 74, *apud* FORTES, Alexandre. "Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)". In. FORTES, Alexandre *et al*. *Na luta por direitos*. Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999, p. 23-5.

[779] Santos Soares deveria ser o mais antigo militante do PCB no Rio Grande do Sul neste momento.

[780] Abílio Fernandes teve sua primeira condenação no Tribunal de Segurança Nacional (TSN) no mesmo processo do comerciário Oscar Jandir e outros, acusados como comunistas, o qual deu entrada no TSN em 21 de agosto de 1940, ficando preso de abril a agosto de 1940 e de novembro de 1941 a agosto de 1943. Ver o Processo n. 1332 e a Apelação 910, no ANRJ, Fundo Tribunal de Segurança Nacional.

[781] Biografias sintetizadas de algumas dessas lideranças podem ser vistas em MARÇAL, João Batista, *Comunistas...*, op. cit.

principal zona carbonífera do Rio Grande do Sul, na maioria composto por mulheres de mineiros, haja vista que a célula dos trabalhadores era organizada no local de trabalho. Na ocasião, um grande número de participantes desfilou até a sede do partido, onde realizaram manifestações, tais como João Gomes de Oliveira, José Emiliano Oliveira, Gregório Ripoll, Emílio Tibúrcio (que havia sido combatente da Coluna Prestes), Luiz Silveira, Flora Almeida e Maria Schmidt, além de Orestes Timbaúva Rodrigues (secretário de organização estadual do Partido). Ali, anunciou a candidatura de Jover Telles a deputado federal.

Também em meados de agosto, como vinha acontecendo em todo o estado, foi instalado o Comitê Municipal de Santo Ângelo, de onde havia partido a Divisão Rio Grande que daria a origem a Coluna Prestes.[782] Era a demonstração do prestígio de Luiz Carlos Prestes e do PCB. E este processo não se deu ao acaso, tanto que um relatório da polícia política de 1946, oriundo de Porto Alegre, destacava os últimos tempos de atuação dos comunistas no Rio Grande do Sul:

> Apareceram os "slogans" de toda sorte em nome da democracia (...) Nesta capital, durante tais manifestações não faltava a exibição da bandeira moscovita (...) enquanto a própria pátria brasileira ficava – nas exaltações – relegada a um terreno secundário e as vitórias da FEB nem eram lembradas. (...) Parecia que todo mundo era comunista.
>
> Daí por certo o processo de reconhecimento do PCB era questão apenas de enquadramento nos textos legais. (...)
>
> Assim, como no resto do Brasil, aqui no Rio Grande do Sul foram criados os Comitês Democráticos de reivindicações Populares, os "movimentos unificadores de trabalhadores", as "ligas das donas de casas", (...) os centros culturais (....).
>
> Paralelamente à organização do partido e das massas populares, os comunistas neste estado, com o metalúrgico Abílio Fernandes à frente, passaram a promover toda sorte de manifestações públicas: comícios, passeatas, marchas luminosas, conferências e comícios-relâmpagos, enquanto as ruas eram cobertas de panfletos de propaganda e o pichamento dos passeios, dos muros e paredes tornou-se coisa habitual. (...)

[782] O comitê de Santo Ângelo era composto por Fortunato Melo Caseiro (Secretário Geral), Orlando Correia (Secretário de Organização), Eleodora Moreira (Secretária de Divulgação), Aparício Nascimento (Secretário Sindical) e Jaci Grai (Secretário Eleitoral). Sobre os lançamentos em São Jerônimo e Santo Ângelo, ver "Comitê Distrital do PCB em São Jerônimo" e "Instalado o Comitê Municipal do PCB em Santo Ângelo", *Tribuna Popular*, 17 de agosto de 1945, In. APERJ, Fundo DOPS, Setor Política, Dossiê Partido Comunista do Brasil, Pasta 3, Política 3, caixa 451.

> O partido se expandia rapidamente e as reuniões de seus comitês, núcleos e células se sucediam num afã que nenhum outro partido político acompanhava. (...).
> Nesta segunda etapa do plano comunista o que mais ressalta, porém, das atividades do PCB, é a verdadeira batalha que se inicia para a posse dos sindicatos, com a palavra de ordem: Todos aos Sindicatos! (...) Já existem os "Muts" (...) entre os bancários, transviários, portuários, comerciários, industriários, mineiros, ferroviários, etc.[783]

Tirando algum possível exagero do informante policial, difícil de existir no caso acima, confirmava-se o crescimento do PCB no Rio Grande do Sul[784], demonstrando que o seu apelo político conquistava adeptos junto ao mundo do trabalho, em particular e, à sociedade, de forma mais ampla.

Enfim, retomando a questão das greves no Rio Grande do Sul de 1945, podemos concluir que as mesmas apresentaram-se simultaneamente como "meio de pressão e modo de expressão" dos trabalhadores, na feliz expressão de Michelle Perrot, apontando para a importância da "consciência operária da conjuntura", isto é, "da avaliação empírica das oportunidades de vencer, a partir, por exemplo, da quantidade e condição dos estoques".[785] Os trabalhadores brasileiros e gaúchos sentiram que a conjuntura do início de 1945 lhes era favorável, pois tinham "estoques acumulados" pela acumulação de forças em defesa de seus direitos e na resistência contra a opressão patronal e estatal e contra a repressão patronal.

Como já disse Silvia Maria P. de Araújo, "greves e entidades passam a destacar o cenário da condição de ser e estar na sociedade (...) desenhando uma sociabilidade ora agressiva, ora mais cordata, nunca acomodada às investidas dos patrões e da polícia". Por isso, "momentos de exacerbação e refluxo do movimento operário são caracterizados em diferenças locais que, paradoxalmente, apenas reforçam algo

---

[783] Ver o relatório "A 'Linha Justa' do PCB é um plano subversivo", de 12 de março de 1946. Fundo DOPS, Setor Estados – Rio Grande do Sul, Pasta 19 (c), caixa 611, APERJ. Abílio Fernandes, dirigente da União Sindical de Pelotas até 1937, fez militância clandestina durante todo o Estado Novo, sendo preso várias vezes e condenado pelo TSN em 1941 a mais de dois anos de prisão. Depois, auxiliou na reorganização legal do PCB, sendo eleito deputado federal em 1945. Cf. estas informações no APERJ, Fundo DPS, Serie Dossiês, Notação 1841.

[784] O PCB foi lançado legalmente no Rio Grande do Sul, em 3 de julho de 1945, no Cinema Imperial, o maior da capital na época, no centro de Porto Alegre, em ato irradiado para toda a Praça da Alfândega. Nesse momento, se preparava a visita de Luiz Carlos Prestes, a primeira a sua terra natal após a saída da prisão do Estado Novo.

[785] PERROT, Michelle. *Jeunesse de la greve*. France, 1971-1890. Paris: Seuil, 1984, *apud* SCHMIDT, Benito Bisso. *De mármore e de flores*: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul. Coleção Síntese Rio-Grandense. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005, p. 11.

universal presente no fazer-se da classe operária, vivendo a dupla dimensão de produtora e cidadã, nas condições de trabalho assalariado e de seus direitos em face das relações sociais no capitalismo".[786]

Essa idéia é complementada por Beatriz Loner quando afirma que tais manifestações de classe, tanto as greves, como outras mobilizações e lutas variadas, "mesmo aquelas em que a classe se apresenta envolta no conjunto maior das classes populares", precisamente "nessas mobilizações que a classe amadurece, se descobre como classe, define seus objetivos e seus inimigos e luta pelos seus interesses ou reafirma sua posição frente às demais classes da sociedade" e, paralelamente, "em muitas dessas lutas, ela inova, tentando novos instrumentos e formas de ação para a consecução de seus objetivos".[787]

Vale a pena seguir um pouco mais com a historiadora, a fim de entendermos mais amplamente a retomada das greves em 1945:

> Greves e mobilizações sempre foram uma boa oportunidade para unificar e coesionar a classe. Mesmo que partam apenas de algumas reivindicações pontuais, seu alcance, freqüentemente, vai muito mais além, servindo como critério delimitador para incluir e excluir pessoas, grupos ou classes. (...) Há contudo, mobilizações que, por si mesmas contribuem para demarcar um caráter de classe, como greves e outros movimentos de categorias. (...) As greves gerais, ou que abrangem mais de uma categoria, tem o papel ainda mais fundamental porque auxiliam o operário a compreender sua situação comum: não enquanto operário da fábrica X em relação a seus colegas de trabalho, mas sua posição de operário em relação ao conjunto dos patrões e, por derivação, e, relação à própria sociedade. A greve altera a rotina e as formas pelas quais o operário se vê e é visto pela sociedade. Colocados em oposição direta de interesses com os patrões, e tendo suas possíveis diferenciações internas esmaecidas nos momentos de greve, muitos operários chegam a compreensão de que lutam contra algo muito maior e para o qual é necessário o máximo possível de organização, passando então a criar ou fortalecer sindicatos e associações centrais. Mesmo que a greve não tenha resultados econômicos positivos, ela cumpre esse papel de conscientização e delimitação da classe. E isso é incorporado, passa a fazer parte da experiência individual e, gradativamente, coletiva, da classe, pois em outras ocasiões, eles

[786] "Prefácio". In. LONER, Beatriz. *Construção de classe*: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária da UFPEL/Rede Unitrabalho, 2001, p. 13-4.
[787] LONER, Beatriz, ibidem, p. 19.

> sempre se lembrarão do momento em que estiveram sozinhos e unidos contra os outros. Portanto, as mobilizações operárias cumprem papel fundamental na construção de classe.[788]

Não como um fim em si mesmo, mas como um meio para a construção da classe, através de um direito político e humano fundamental e legal para o funcionamento de qualquer movimento operário, como bem definiu Eric Hobsbawm. Para o historiador britânico, a "história dos sindicatos e das lutas operárias em todos os países elucida o campo principal para o desenvolvimento destes direitos humanos", porém estes "foram e continuam sendo direitos *instrumentais*", no sentido de "que o direito à greve (...) não é geralmente significativo em si, mas sim essencialmente pelo que as greves (...) possam vir a obter para os trabalhadores".[789] Era precisamente isto que os trabalhadores faziam no final do Estado Novo. E era por isso, também, que o Estado Novo estava em seu epílogo.

---

[788] Idem, ibidem, p. 285-6. Em outro texto a historiadora arremata a sua opinião sobre as greves, afirmando: "As greves e mobilizações, tanto de categorias quanto gerais, envolvem quase todos os trabalhos que discutem organização ou formação de classe. Ainda estamos em uma fase preliminar, em que novas greves estão sendo descobertas, provando que esta foi uma forma de atuação muito presente entre os operários do passado. A maioria dos estudos preocupa-se em compreender os momentos de interrupção do trabalho enquanto elementos extremamente relevantes no processo de formação e conscientização da classe, constituindo-se num dos materiais básicos para moldar as experiências e conformar as aspirações do operariado. Nesse sentido, não apenas se descrevem a greve e seus resultados, mas se busca apreendê-la em sua relação com o conjunto social, tanto da empresa – o caso de greves de categoria – quanto da sociedade e das relações entre os trabalhadores, as demais classes e o governo, no caso de movimentos gerais. É nas greves gerais que as propostas de alianças entre classes ou setores de classes e o governo podem se explicitar, bem como atuam mais claramente os mecanismos de cooptação individual ou coletiva, de militantes ou categorias. A própria percepção do papel e importância do operariado na sociedade é continuamente forjada e recriada durante esses momentos de conflitos maior, no qual a classe não mais se dirige apenas a seu patrão, individualmente, mas inscreve suas exigências no espaço público, frente ao conjunto das demais classes e do governo". Cf. "A história operária no Rio Grande do Sul". In. *História Unisinos*. Número Especial: V Encontro Estadual de História. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 66.

[789] Ver "O operariado o os direitos humanos". In. HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*: novos estudos sobre história operária. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 428.

FONTES DE PESQUISA

Arquivo Edgar Leuenroth – Centro de Documentação Social – UNICAMP, Campinas

- Coleção de Revistas Brasileiras.

Arquivo Histórico de Porto Alegre

- *Revista do Globo*.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

Fundo Câmaras Municipais – AHRGS.

Fundo Correspondência dos Governantes – AHRGS.

Fundo Governantes – AHRGS/G.

Fundo Polícia – AHRGS/P.

Fundo Secretaria de Governo – AHRGS/SG.

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Fundo Gabinete Civil da Presidência da República – ANRJ.

Fundo Tribunal de Segurança Nacional, ANRJ.

Arquivo Pessoal

Zero Hora - Almanaque Gaúcho.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Fundo DESPS – APERJ.

Fundo DOPS – APERJ.

Fundo DPS – APERJ.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

Fundo Secretaria da Justiça e Negócios do Interior – AHRS/SJNI.

Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul – Solar dos Câmara – Porto Alegre

Jornal do Estado, Porto Alegre.

Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea - CPDOC/FGV – Rio de Janeiro

Arquivo Cordeiro de Farias – (CF) CPDOC-FGV.

Arquivo Eurico Dutra – (ED) CPDOC-FGV.

Arquivo Getúlio Vargas – (GV) CPDOC-FGV.

Arquivo Gustavo Capanema – (GC) CPDOC-FGV.

Arquivo Filinto Muller – (FM) CPDOC-FGV.

Arquivo Valdemar Falcão – (VF) CPDOC-FGV.

Museu da República – Palácio do Catete - Rio de Janeiro

Acervo Vargas

Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa – Porto Alegre

Correio do Povo, Porto Alegre.

Diário de Notícias, Porto Alegre.

Fontes Eletrônicas

"Convenção N. 45" - Organização Internacional do Trabalho (OIT). In. www.higieneocupacional.com.br/download/genero-normas.oit.ppt. Acesso em 23 abr. de 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **"**As condições políticas para a ação governamental". In. http://www.schwartzman.org.br/simon/ascondic.htm. Acesso em 23 nov. 2005.

http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm. Acesso em 14 nov. 2005.

http://www.senergisul.com.br/hstoria.htm. Acesso em 24 abr. de 2005.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de *et al* (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*: pós-1930. 5 Vols. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

ALMEIDA, Antonio Figueira. *A Constituição de Dez de Novembro explicada ao povo***.** Rio de Janeiro: DIP, 1940.

ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo (1937-1945). In. *História*. São Paulo: Ed. da UNESP, v. 12, 1993.

AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Ed. da USC, 1999.

AQUINO, Maria Aparecida de *et al* (Orgs.). *A constância do olhar vigilante*: a preocupação com o crime político. Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento*: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1998.

ARAÚJO, Ângela M. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. Um balanço da história social brasileira. São Paulo, Scritta, 1997.

ARAÚJO, Silvia Maria P. de. "Prefácio". In. LONER, Beatriz. *Construção de classe*: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária da UFPEL/Rede Unitrabalho, 2001.

ARÊAS, Luciana Barbosa. *Consentimento e resistência*: um estudo sobre as relações entre trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945). Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2000.

ARONOWITZ, Stanley. *The politics of identity*: class, culture, social movements. New York/London, Routledge, 1992.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. 5. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AZEVEDO, Luiz Vítor T. de. "Cultura popular e imaginário popular no Segundo Governo Vargas (1951-54)". In. *LPH - Revista de História*. Ouro Preto: Ed. da UFOP, n. 5, 1995.

BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, São Paulo: LTR, 1983.

BATALHA, Cláudio. *Le Syndicalisme "Amarelo" a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tomo I. Tese (Doutorado). Paris: Université de Paris I, 1986.

_____. "Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?". In. *Revista Brasileira de História*. Política & cultura. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 22, n. 23/24, 1991-2.

_____. "A historiografia da classe operária: trajetória e tendências". In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Ed. da USF, 1998.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (Orgs). *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

BENEVENUTO, Estela C. *A polícia Política e a Revista Vida Policial*: uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1997.

_____. "A polícia política no Estado Novo: o espelho da ditadura". In. *Histórica*. Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História da PUC-RS. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, n. 3, 1998.

BOITO Jr, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.

BONEMY, Helena M. B. "Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo". In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

BRESCIANI, Maria Stella. Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

BRESCIANI, Maria S.; SAMARA, Eni de M.; LEWKOWICZ, Ida (Org.). *Jogos da política*: imagens, representações e práticas. São Paulo, ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1992.

CAMARGO, Aspásia. "Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático". In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência*: a polícia na Era Vargas. Brasília: Ed. da UNB, 1993.

_____. “Ação e repressão policial num círculo integrado internacionalmente”. In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

CAPELATO, Maria Helena. “Estado Novo: novas histórias”. In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Ed. da USF, 1998.

CARBONI, Florence; TEDESCO, João Carlos; MAESTRI, Mário (Orgs.). *História: Debates e Tendências*. Brasil-Itália: travessias. Passo Fundo: PPGH-Ed. da UPF, v. 5, n. 1, jul. 2004.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional” Carneiro. In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

_____. *Livros proibidos, idéias malditas*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial/PROIN/Arquivo do Estado/FAPESP, 2002.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Coleção Corpo e Alma do Brasil, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977.

_____. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984.

_____. *Brasil: anos de crise, 1930-1945*. São Paulo: Ática, 1991.

CATTANI, Antônio David. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura/Palmarinca, 1991.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (Org.). *A história contada*: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. 6. ed. São Paulo, Cortez, 1989.

_____. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COHEN, Stanley. Cf. *Visions of Social Control*. Crime, punishment and classification. Cambridge: Polity Press, 1985.

COHEN, Stanley; SCULL, Andrew (ed.). *Social Control and the State*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

CONTIER, Arnaldo D. “Educação, canto orfeônico e o varguismo”. In. *Estado de São Paulo* - Caderno 2/Cultura. São Paulo: O Estado de São Paulo, 16 de abr. 2000.

CORSETTI, Berenice. "A reação do Estado Novo aos movimentos políticos da zona de colonização do Rio Grande do Sul". In. *História: ensino e pesquisa*. Porto Alegre: ANPUH-RS/Mercado Aberto, v. 2, n. 3, 1986.

COSTA, Branno Hockerman; FREITAS, Francisco Josué Medeiros de. "Greves e polícia política nas décadas de 1920 e 1930". In. MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, Faperj, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. "Experiência versus estruturas: novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – o que ganhamos? o que perdemos?". In. *História Unisinos*. Número Especial: V Encontro Estadual de História. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. "Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)". In. FORTES, Alexandre *et al*. *Na busca por Direitos*: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

COSTA, Sérgio Amad. *O Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra*: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000.

D´ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DAGNINO, Evelina. *State and ideology*: nationalism in Brazil 1930-1945. Tese (Doutorado). Stanford: Stanford University, 1988.

DALMÁZ, Mateus. *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, 2002.

DECCA, Edgar de. "Rebeldia e revolução na história social". In. BRESCIANI, Maria S.; SAMARA, Eni de M.; LEWKOWICZ, Ida (Org.). *Jogos da política*: imagens, representações e práticas. São Paulo, ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1992.

DECCA, Maria A. G. de "Aspectos do controle sobre o cotidiano operário em São Paulo (1920-1935)". In. *História: questões e debates*. Curitiba: Ed. da UFPR/APAH, dez. de 1986.

_____. *A vida fora das fábricas*: cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, v. 3).

DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002.

DIEHL, Astor. *Círculos operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 1990.

DINIZ, Eli. "O Estado Novo: estrutura e poder". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira***.** Vol. 10. São Paulo: Difel, 1981.

_____. "Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais". In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

DUARTE, Adriano L. *Cidadania & exclusão: Brasil, 1937-1945*. Florianópolis: UFSC, 1999.

DUPEUX, Louis. *História cultural da Alemanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário*: o imaginário político no Brasil dos anos 30. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1988.

ERICKSON, Kenneth Paul. *The Brazilian Corporative State and Working-Class Politics*. Berkeley/Los Angeles/London: University of Califórnia Press, 1977.

_____. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*: gêneses e lutas. 2. ed. Retratos do Brasil, n. 15. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado capitalista*. As funções da previdência e da assistência sociais. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FARSUL – 70 anos (1927-1997). Porto Alegre: FARSUL, 1997.

FAUSTO, Boris. "Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1880-1924)". In. PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FAUSTO, Boris. "Estado Novo no contexto internacional". In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

FENELON, Déa. "Estado, poder e classes sociais". In. *Revista Brasileira de História*. Hai gobierno? São Paulo: Marco Zero, 1984.

_____. "Formação do trabalho assalariado urbano (1900-1945)". In. *História: questões e debates*. Curitiba: Ed. da UFPR/APAH, ano 5, n. 8, jun. 1984.

FERREIRA, Jorge. “A cultura política dos trabalhadores no Primeiro Governo Vargas”. In. *Estudos Históricos*. Cultura e Povo. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, v. 3, n. 6, 1990.

_____. *Trabalhadores do Brasil*: o imaginário popular. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*: o tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERRO, Marc. *A História Vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FONSECA, Pedro Dutra Cézar. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos*: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Anablume/Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo, 1997.

FORTES, Alexandre. *“Buscando os nossos direitos ...”*: trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937. Dissertação (Mestrado). Campinas: IFCH-UNICAMP, 1994.

_____. “Como era gostoso o meu pão francês: a greve dos padeiros de Porto Alegre (1933-1934)”. In. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 1997.

_____. “Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)”. In. FORTES, Alexandre *et al*. *Na luta por direitos*: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

_____. “Memória, identidade e comunidade: a enchente de 1941 no Distrito Industrial de Porto Alegre”. In. *História Unisinos*. Dossiê: Trabalho e Movimento Operário. São Leopoldo: Unisinos-PPGH, n. 6, 2002.

_____. *Nós do Quarto Distrito...*: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Ed. da UCS, Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORTES, Alexandre *et al*. *Na luta por direitos*. Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRENCH, John D. *Afogados em leis*: a CLT e a cultura política dos trabalhadores. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GARCIA, Marco Aurélio. "Prefácio". In. SILVA. Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos Direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). São Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

GARCIA, Sylvia G. "Cultura, dominação e sujeitos sociais". In. *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: Ed da USP, v. 8, n. 2, out. 1996.

GERTZ, René E. "Nazismo, fascismo, integralismo e o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo". In. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, v. xiv, n. 1, 1988.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

_____. "Estado Novo: um inventário historiográfico". In. SILVA, José L. Werneck da. (Org.). *O feixe e o prisma*. O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.

GERTZ, René E. (Org.). *Memórias de um imigrante anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989.

GOLDMACHER, Marcela. "Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906)". In. MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto/Faperj, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. "O redescobrimento do Brasil". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____.*História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

_____. "Ideologia e trabalho no Estado Novo". In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

_____. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In. FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua História*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GUIMARÃES, Antonio; AGIER, Michel; CASTRO, Nadya. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

HALL, Michael M. “Prefácio”. In. FORTES, Alexandre *et al*. *Na luta por direitos*: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1999.

_____. “Corporativismo e fascismo: as origens as leis trabalhistas brasileiras”. In. ARAÚJO, Ângela (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo*: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. “Prefácio”. In. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo S. “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”. In. *Remate de Males*. Campinas: IEL/UNICAMP, n. 5, 1985.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!***:** **v**ida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HAUPT, Georges. “Por que a história do movimento operário?”. In. *Revista Brasileira de História*. Produção & Transgressões. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 5, n. 10, mar./ago.1985.

HILTON, Stanley. *Suástica no Brasil*. A história da espionagem alemã no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

HOBSBAWM, Eric. *Os trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Pessoas Extraordinárias*. Resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. “O operariado o os direitos humanos”. In. HOBSBAWM, Eric. J. *Mundos do trabalho*: novos estudos sobre história operária. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOCKERMAN, Branno Costa; FREITAS, Francisco Josué Medeiros de. "Greves e polícia política nas décadas de 1920 e 1930". In. MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, Faperj, 2004.

IGNATIEFF, Michael. "Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico". In. *Revista Brasileira de História*. Instituições. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, n. 14, mar./ago. 1987.

JAMES, Daniel. "O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana". In. ARAÚJO, Ângela M. C. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. Um balanço da história social brasileira. São Paulo, Scritta, 1997.

JONES, Gareth Stedman. *Languages of class*: studies in English working class history 1832-1982. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

KIRK, Neville. "Culture: custom, commercialisation and class". Texto discutido na linha *História Social do Trabalho* do Programa de Pós-Graduação em História Social. Campinas: UNICAMP, s./d. Digitado.

KLIEMANN, Luiza H Schmitz. *RS: Terra & Poder*. História da questão agrária. Série Documenta, n. 21. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos Konrad. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul*: imposição e resistência. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1994.

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro, 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus/Ed. da UNICAMP, 1986.

LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres*: o Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

LOBATO, Mirta Zaida. "O perigo vermelho: comunismo e anticomunismo na experiência dos trabalhadores da carne (Berisso, 1930-1943)". In. BATALHA,

Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (Orgs). *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. *Construção de classe*: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. da UFPEL/Unitrabalho, 2001.

_____. "A história operária no Rio Grande do Sul". In. *História Unisinos*. Número Especial: V Encontro Estadual de História. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura & identidade operária*: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Museu Nacional, São Paulo: Marco Zero, s./d.

MACEDO, Carmen C. "Algumas observações sobre a questão da cultura do povo". In. VALLE, Edênio; QUEIROZ, José J. (Org.). *A cultura do povo*. São Paulo: Educ, 1982.

MARÇAL, João Batista. *Comunistas gaúchos*: a vida de 31 militantes da classe operária. Porto Alegre: Tchê, 1986.

MARQUES, Guilherme. *O novo sindicalismo*: a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores, 1977 a 1995. Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

MARSON, Adalberto. "Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais". BRESCIANI, Maria S.; SAMARA, Eni de M.; LEWKOWICZ, Ida (Org.). *Jogos da política*: imagens, representações e práticas. São Paulo, ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1992.

MARTINS, Eloy. *Um depoimento político*. 55 anos de PCB. Porto Alegre: Ed. do Autor, 1989.

MARTINS, Heloísa Helena de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto/Faperj, 2004.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil*: seus fundamentos sociológicos. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. "Compromisso de Estado". In. *Revista Brasileira de História*. Hai gobierno? São Paulo: Marco Zero, 1984.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi; FONTES, Paulo. "Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia". In. AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Leme de; SWENSSON JR, Walter Cruz (Orgs.). *No coração das trevas*: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

NEVES, Margarida de Souza. "Da maloca do Tietê ao império do mato virgem. Mário de Andrade: roteiros e descobrimentos". In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (Org.). *A história contada*: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Nosso Século, 1930-1945, v. 3. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido*: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo***.** A diversidade cultural no Brasil: Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". In. Revista Brasileira de História. À lucta, trabalhadores! São Paulo: Marco Zero, 1984.

PARANHOS, Adalberto. "O coro da unanimidade nacional: o culto ao 'Estado Novo'". In. *Revista de Sociologia e Política*. Estado Novo. Curitiba: UFPR/PRPPG/SCHLA, n. 9, 1997.

_____. *O roubo da fala*: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

PARIS, Robert. "A imagem do operário no século XIX pelo espelho de um 'Vanderville'". In. *Revista Brasileira de História*. Sociedade e Cultura, n. 15, v. 8. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 8, n. 15, set. 1988.

PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil***.** Entre o povo e a Nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1960.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, André; WAGNER, Carlos Alberto. *Monges barbudos & o massacre do Fundão.* Série Documenta, n. 9. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

PEREIRA, Luciana Lombardo. "Polícia política e a caça aos comunistas: repressão e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro (1945-1964)". In. MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, Faperj, 2004.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra J. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

_____. "História regional e transformação social". In: SILVA, Marcos A. (Coord.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

_____. "Historiografia do Estado Novo: visões regionais". In. SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe e o prisma*. O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

PETERSEN, Silvia Regina F. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". In. DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgius (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

_____. "Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira". In. ARAÚJO, Angela M. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. Um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. *"Que a união operária seja nossa pátria!"*. história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Ed. da UFSM, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

PETERSEN, Silvia; LUCAS, Maria E. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937).* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

Petrópolis. Série Memória dos Bairros. Porto Alegre: UE da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

PIMENTEL, Fortunato (Org.) *Liga de Defesa Nacional*. 5 anos de atividade. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1943.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Violência do Estado e classes populares". In. *Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 22, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil*. Documentos (1889-1930). Vol. I. O movimento operário. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

_____. *A classe operária no Brasil*. Documentos (1889-1930). Vol. II. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Polícia Civil do Distrito Federal. *O SIPS e suas finalidades*. Serviço de Inquéritos Policiais. Rio de Janeiro: Polícia Civil do Distrito Federal, 1940.

PY, Aurélio da Silva. *A Quinta Coluna no Brasil***.** A conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1942.

QUEIROZ JR. *Memórias sobre Getúlio.* Rio de Janeiro: Editorial Copac, 1957.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos*. História do movimento operário e das lutas sociais no Brasil (1922-1946). Rio de Janeiro: Mundo Livre, s./d.

RODRIGUES, Jane de Fátima S. "História regional e local: problemas teóricos e práticos". In. *História & perspectivas*. Uberlândia: Ed. da UFU, jan/dez 1997.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. Coleção Ensaio e Memória, n. 22. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

_____. "Classe operária e sindicalismo no Brasil". In. RODRIGUES, Leôncio Martins (Sel.). *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: Difel, 1968.

ROMITA, Arion Sayão. "Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo". In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Eder *et al*. *Movimento operário brasileiro. 1900-1979*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

SANTOS, Viviane Teresinha dos. "Os subversivos das arcadas". In. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Inventário DEOPS:* Módulo II – Estudantes: Os subversivos das arcadas. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promissão*: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

_____. *De mármore e de flores*: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul. Coleção Síntese Rio-Grandense. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.) *Estado Novo, um auto-retrato*. (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: UNB, 1982.

SEYFERT, Giralda. "Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo". In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

SEVERIANO, Jairo. *Getúlio Vargas e a música popular*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1983.

SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio*: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001.

SILVA, Alvimar. *A filosofia do Estado Novo*. Rio de Janeiro: s/e, 1939.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos Direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). São Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

_____. "Direitos, política e trabalho no Porto de Santos". In. FORTES, Alexandre *et al*. *Na luta por direitos*. Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

_____. *Operários sem patrões*: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. "Trabalhadores urbanos e o populismo: um balanço dos estudos recentes". In. FERREIRA, Jorge (Org.). *O*

populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Clausuras contemporâneas: individuação". In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (Orgs.). *Escritos sobre História e Educação*. Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: MAUD/FAPERJ, 2001.

_____. "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano.* O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, José L. Werneck da. (Org.). *O feixe e o prisma*. O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

SILVA, Vera Alice C. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção de história. In. SILVA, Marcos A. *República em migalhas*: história regional e local. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1981.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1960)*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988.

SOUZA, J. Coelho de. *Denúncia*: o nazismo nas escolas do Rio Grande. Porto Alegre: Thurmann, 1941.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.

TAVARES, José Nilo. "Getúlio Vargas e o Estado Novo". In. SILVA, José L. Werneck da. (Org.). *O feixe e o prisma*. 1. O Feixe. O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Coleção A Questão Social no Brasil, n. 1. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

THOMPSON, Edward. P. "Modes de domination et révolutions em Angleterre". In. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Paris: ano 2, n. 2/3, jun.1976.

_____. *A miséria da teoria*: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. I. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

TROYANO, Annez Andraus. *Estado e sindicalismo*. Coleção Ensaio e Memória, n. 12. São Paulo: Símbolo, 1978.

VARGAS, Getúlio D. "As prerrogativas fundamentais das classes operárias para com o governo". In. *Aspectos*. Letras. Artes. Ciências. Rio de Janeiro: Aspectos, ano I, n. 5, 1938.

_____. *Diário*. Vol. II. 1937-1942. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997.

VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal*: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República. Campinas: UNICAMP/CMU, 2004

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV/CPDOC, 1980.

VIANNA, Luiz Werneck *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEINSTEIN, Barbara. "A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural". In. *Revista Brasileira de História*. Dossiê Arte e Linguagens. São Paulo: ANPUH/FFLCH-Ed. da USP, v. 18, n. 35, 1998.

WILLIAN, Daryle. "Gustavo Capanema, ministro da cultura". In: GOMES, Angela de Castro (Org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

WOLFE, Joel. *Working Women, Working Men*. São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955. Durham/London: Duke University Press, 1993.

_____. "'Pai do pobre' ou 'mãe dos ricos'?": Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In. *Revista Brasileira de História*. Brasil 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994.

WOOD, Ellen M. "Em defesa da história: o marxismo e a agenda pós-moderna". *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, n. 3, v. 1, 1996.